PAULO POSSAMAI
(Organizador)

CONQUISTAR E DEFENDER: PORTUGAL, PAÍSES BAIXOS E BRASIL

ESTUDOS DE HISTÓRIA MILITAR NA IDADE MODERNA

OIKOS
EDITORA

CONQUISTAR E DEFENDER:

PORTUGAL, PAÍSES BAIXOS E BRASIL

Estudos de história militar na Idade Moderna

Paulo Possamai
(Organizador)

CONQUISTAR E DEFENDER:

PORTUGAL, PAÍSES BAIXOS E BRASIL

Estudos de história militar na Idade Moderna

© Paulo César Possamai – 2012
paulocpossamai@gmail.com

Capa: Alejandro Ferrari

Editoração: Edalaura Berny Medeiros

Revisão: Paulo César Possamai

Imprtessão: Rotermund S. A.

Editora Oikos Ltda
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
093121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

C753 Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna / Organizador Paulo Possamai. – São Leopoldo: Oikos, 2012.
445 p.; 16 x 23cm.
ISBN 978-85-7843-252-2
1. História militar. 2. História militar – Idade Moderna. 3. História militar – Brasil. 4. História militar – Países Baixos. 5. História militar – Portugal. I. Possamai, Paulo.

CDU 355(091)

ÍNDICE

9
Apresentação
Paulo Possamai

A ESCRITA DA GUERRA

13
A *nova história militar* e a América portuguesa: balanço historiográfico
Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira e Marcello José Gomes Loureiro

33
Escritos a serviço do Império
Acácio José Lopes Catarino

MILITARES DO REINO

47
A fabricação do soldado português no século XVIII
Francis Albert Cotta

59
A lei de recrutamento militar de 1764 era aplicada em 1791? Uma observação dos mapas do regimento de infantaria de Lippe
Fernando Dores Costa

67
Soldados presos na Inquisição de Lisboa
Marco Antônio Nunes da Silva

MILITARES DA AMÉRICA PORTUGUESA

85
Os capitães das fortalezas da barra da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1700)
Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira

105
Forças militares no Brasil colonial
Christiane Figueiredo Pagano de Mello

119
Fora da lei e do estilo: Fraudes e parcialidades nas eleições para as ordenanças na América Portuguesa (1698-1807)
José Eudes Gomes

AS GUERRAS LUSO-HOLANDESAS E A RESTAURAÇÃO

143
Guerras e alianças: os Potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654)
Regina Célia Gonçalves; Halisson Seabra Cardoso**;** João Paulo Costa Rolim Pereira

157
"Navegar, sim, comer... pouco": algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês
Rômulo L. X. Nascimento

177
"Vendedores de cristãos": o recrutamento de pessoal para a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais
Bruno Romero Ferreira Miranda

195
"Em miserável estado": Portugal, as guerras de restauração e o governo do Império (1640-1654)
Marcello Loureiro

215
Francisco de Brito Freyre e a reforma militar de Pernambuco no século XVII
Kalina Vanderlei Silva

225
A fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII
Paulo Possamai

A CONQUISTA DO SERTÃO

235
Na ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na capitania do Rio Grande (1680-1710)
Carmen Alveal e Tyego Franklim da Silva

251
Discutindo as mestiçagens na Freguesia de Santa Ana do Seridó: notas sobre a trajetória do sargento-mor Nicolau Mendes da Cruz
Helder Alexandre Medeiros de Macedo

AS FRONTEIRAS DO NORTE E DO OESTE

267
Tropas e guerras na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)
Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira de Melo, Wania Alexandrino Viana

283
O recrutamento no Grão-Pará (1775-1823)
Shirley Maria Silva Nogueira

299
A mudança da autoridade na lógica colonial: da fronteira missionária à fronteira militar
Maria Emília Monteiro Porto

313
Para uma história da organização militar na Capitania de Mato Grosso
Nauk Maria de Jesus

AS GUERRAS DO SUL

329
Os governadores da fronteira meridional: Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809)
Fábio Kühn

345
Nem tudo é destruição: as guerras, as famílias e formação das hierarquias sociais no extremo-sul do Estado do Brasil (séc. XVIII)

Martha Daisson Hameister e Tiago Luís Gil

359
A Mazagão do Rio da Prata: Colônia do Sacramento (1735-1737)
Paulo Possamai

381
As missões orientais nas vésperas da conquista: os guaranis frente à expansão territorial da América portuguesa (1756-1801)
Eduardo S. Neumann e Alfredo C. Ranzan

397
Guerra e medo na porção extremo-sul da América portuguesa: a invasão espanhola (1763)
Francisco das Neves Alves

413
Jangadeiros no Rio Grande do Sul
Tau Golin

429
Fuga e recrutamento de escravos durante as campanhas militares luso-brasileiras na Banda Oriental (1808-1822)
Gabriel Aladrén

APRESENTAÇÃO

Paulo Possamai

É com muito prazer que apresento o resultado de vários trabalhos que têm em comum o estudo dos militares na Idade Moderna. Ao lado de textos de autores já consagrados apresentamos os mais recentes trabalhos de jovens pesquisadores que se debruçam sobre essa temática.

Longe de exaltar patriotismos, que seriam anacrônicos em sociedades do Antigo Regime, ou de descrever batalhas, a maior parte dos capítulos desta coletânea tem como objeto de estudo aspectos ligados à vida dos homens que serviram nos exércitos modernos, por vontade própria ou não. Nesse sentido são abordadas diversas temáticas como o recrutamento, as redes de poder, a disciplina, os conflitos e negociações, o cotidiano dos militares, etc...

Optamos por dividir os diferentes textos em sete blocos com temáticas em comum. Dentro dessa divisão, organizamos os capítulos de forma cronológica. Naturalmente nem todos se enquadram completamente dentro dessa perspectiva, mas buscamos manter, na medida do possível, essa ordem na organização do livro.

No primeiro bloco apresentamos dois textos dedicados à escrita da guerra. O prtimeiro, de Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira e Marcello José Gomes Loureiro faz um estudo da bibliografia dedicada à chamada "nova história militar". O artigo de Acácio José Lopes Catarino analisa as obras dos militares que se dedicaram à escrita da guerra.

No segundo, intitulado "militares do reino", apresentamos os textos de Francis Albert Cotta, Fernando Dores Costa e Marco Antônio Nunes da Silva. O primeiro nos fala sobre a formação dos militares portugueses no século XVIII, enquanto Fernando Dores Costa faz um estudo sobre a aplicação da lei de recrutamento pelo conde de Lippe. Marco Antônio Nunes da Silva nos mostra como a documentação do Santo Ofício da Inquisição pode ser uma preciosa fonte para o estudo da trajetória dos militares.

O terceiro bloco, "militares na América portuguesa" reúne os trabalhos de Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira, dedicado à análise da trajetória dos capitães das fortalezas da barra da baía de Guanabara; o estudo de Christiane Figueiredo Pagano de Mello sobre os militares no Brasil colonial, especialmente na capitania do Rio de Janeiro e o estudo de José Eudes Gomes sobre as fraudes nas eleições para as companhias de ordenança.

O quarto agrupa diversos trabalhos sobre a ocupação holandesa e a restauração de Pernambuco e das capitanias vizinhas. O texto de Regina Célia Gonçalves, Halisson Seabra Cardoso e João Paulo Costa Rolim Pereira nos mostra a posição dos Potiguara no conflito luso-holandês, salientando o poder de negociação dos indígenas frente aos colonizadores. O capítulo de Rômulo M. X. Nascimento faz uma análise sobre a documentação que traz valiosas informações

sobre a navegação e o abastecimento no Brasil Holandês. Já o trabalho de Bruno Romero Ferreira Miranda nos apresenta um estudo sobre o recrutamento dos homens que vieram da Europa do Norte lutar no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais. Marcello Loureiro nos mostra as dificuldades da coroa portuguesa em restaurar seu império ultramarino depois da União Ibérica; Kalina Vanderlei da Silva faz uma análise da reforma militar implantada por Francisco de Brito Freyre em Pernambuco e Paulo Possamai nos apresenta algumas informações sobre as tentativas de restauração da fortaleza dos Reis Magos em Natal.

O quinto grupo traz interessantes discussões sobre a conquista do sertão. Carmen Alveal e Tyego Franklim da Silva analisam a expansão pelo interior do Rio Grande do Norte e Helder Alexandre Medeiros de Macedo discorre sobre o processo de mestiçagem, tendo como fio condutor a figura de um sargento-mor de ordenanças do sertão.

No sexto grupo, Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira de Melo e Wania Alexandrino Viana nos apresentam um painel das tropas na Amazônia, destacando a formação militar no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Shirley Maria Nogueira concentra a análise no recrutamento militar no Grão-Pará nas últimas décadas do período colonial. Maria Emilia Monteiro Porto analisa a mudança de estratégia da coroa portuguesa a partir do período pombalino, quando se substitui a fronteira missionária por uma fronteira militar, centrando o foco de sua análise principalmente na Amazônia. Nauck de Maria de Jesus mostra como se deu a militarização da fronteira oeste, na capitania de Mato Grosso.

O último grupo apresenta várias facetas das guerras no sul da América portuguesa. Fábio Kühn nos mostra um interessante estudo comparativo entre os governadores da Colônia do Sacramentro e do Rio Grande de São Pedro. Martha Daisson Hameister e Tiago Luís Gil lembram que nem tudo na guerra é destruição, apontando que ela pode ser um importante meio de ascenção social, através da apropriação das terras e gado do inimigo. Paulo Possamai faz uma descrição do sítio da Colônia do Sacramento, entre 1735 e 1737, comparando-a com a praça de guerra de Mazagão, na costa marroquina. Eduardo S. Neumann e Alfredo C. Ranzan discorrem sobre a expansão lusa nas missões espanholas e suas consequências. Francisco das Neves Alves descreve a fuga dos portugueses e a tomada da vila de Rio Grande pelos espanhóis, enquanto Tau Golin nos mostra como a mesma foi reconquistada graças aos jangadeiros. Por fim, Gabriel Aladrén apresenta um estudo sobre a fuga e o recrutamento de escravos na Banda Oriental em princípios do século XIX.

Esperamos que os trabalhos aqui apresentados sirvam não só como um importante referencial para os estudos de história militar na Idade Moderna, particularmente no Brasil colonial, mas que também incentivem novas produções nessa área do conhecimento.

Pelotas, julho de 2012.

A ESCRITA DA GUERRA

A *NOVA HISTÓRIA MILITAR* E A AMÉRICA PORTUGUESA: BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira[*]
Marcello José Gomes Loureiro[**]

Nos últimos anos, tem havido no Brasil um incremento considerável nas pesquisas atinentes à história militar. Por exemplo, importantes pesquisadores têm direcionado seus enfoques para a produção acadêmica nesse sentido, bem como centros de referência acadêmica têm elaborado dissertações e teses nesse campo do saber.[1] O próprio mercado editorial indica o crescimento vertiginoso do interesse acerca da área.

Muito embora o estudo da guerra seja um dos gêneros mais antigos da historiografia, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, a história militar foi negligenciada, sobretudo a partir da década de 1950, quando houve uma prevalência contundente dos diversos estruturalismos, dentre eles o marxismo, na produção do conhecimento histórico.[2]

A própria historiografia francesa por essa época era influenciada pela concepção de história estrutural, pensada, dentre outros, por Fernand Braudel,

---

[*] Doutorando em História pela UFF. Mestre em História Social pela UFRJ. Professor da Universidade Veiga de Almeida – Cabo Frio (RJ). Bolsista Capes.
[**] Doutorando e Mestre em História Social pela UFRJ. Editor da *Revista Navigator*, periódico semestral da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Os autores agradecem o convite do Prof. Dr. Paulo C. Possamai (UFPel); as sugestões do Prof. Dr. Ronald Raminelli (UFF), bem como dos participantes da ANPUH 2011, em especial, do ST do Grupo de Trabalho do Grupo *Antigo Regime nos Trópicos*, coordenado pelos Profs. Drs. Antonio C. Jucá de Sampaio (UFRJ) e Carla Almeida (UFJF).

[1] Recentemente, em vários programas de pós-graduação em história, há uma rica produção de dissertações e teses que procuram tratar a história militar de modo interdisciplinar. Neste sentido, para mencionar apenas os trabalhos vinculados à história da época colonial, destacamos os seguintes trabalhos: MOREIRA, Luiz Guilherme S. *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, dissertação de mestrado em História Social; LOUREIRO, Marcello. *A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, dissertação de mestrado em História Social; GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010; MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII – as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002; MIRANDA, Bruno. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)*. Recife: UFPE, 2006, dissertação de Mestrado.

[2] DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. 2 Vols. São Paulo: EDUSC, 2007.

Pierre Chaunu e Pierre Goubert.[3] Em decorrência, eram recorrentes os estudos de história econômica, baseados nas análises de longa duração e sustentados por ampla documentação quantitativa e serial.[4]

A história política também foi sobremaneira esquecida. Afinal, assim como a história militar, situava-se no nível dos eventos, da curta e não da longa duração; descrevia, ainda, grandes feitos de gabinetes e biografias de personagens considerados importantes.[5]

O fato é que o grupo dos Annales não priorizou temas políticos e militares, ainda que Fernand Braudel, por exemplo, tenha concedido certo espaço para as guerras no Mediterrâneo. Sem dúvida, as contribuições e advertências dos *Annales* registraram indeléveis marcas nos modos de produção do conhecimento histórico.[6] Graças aos *Annales*, buscou-se uma história total, em detrimento de uma história anterior, sobremaneira política ou militar, pautada em grandes personagens, gabinetes e batalhas; as fontes passaram a ser examinadas sob uma nova ótica, não se reduzindo a documentos oficiais; além disso, a investigação científica deveria formular questões ao passado, precedidas por hipóteses, que inexoravelmente estavam vinculadas a problemas contemporâneos ao historiador. A consciência acerca da possibilidade de o presente interferir na compreensão do passado fez com que muitos se dedicassem a analisar o que se chamou de "operação historiográfica".[7]

Por outro lado, a busca de uma história total, por parte dos *Annales*, fez com que a história militar fosse marginalizada sob a crítica de ser uma história factualista, que não relacionava a dimensão militar da sociedade com seus demais aspectos.

Contudo, desde os anos 1970, em razão das aproximações que a história estabeleceu principalmente com a Teoria Social e com a Antropologia, novos objetos, métodos e abordagens temáticas têm sido aplicados à historiografia em geral. A história política, por exemplo, graças a tal aproximação, inventou novas maneiras de compreender a relação dos indivíduos com a sociedade, alterando as

---

[3] BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. 3 Vols. São Paulo: Martins Fontes, 1998; CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980; e GOUBERT, Pierre. *Cent Mille Provinciaux au XVII Siècle*. Paris: Flammarion, 1968.

[4] Sobre este ponto, consultar: SOBOUL. "A descrição e medida em história social". In: LABROUSSE, E. (org.). *História Social – problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967; FRAGOSO, João. "Para que serve a história econômica?" In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: n. 29, 2002, p 3-28; e BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 1-22.

[5] BURKE. Op. cit., p. 17-22.

[6] BURKE. Op. cit. Conferir ainda: DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

[7] A expressão, clássica, é de Michel de Certeau, em *A Escrita da História*. São Paulo: Forense Universitária, 2008. A preocupação de discutir o caráter subjetivo do conhecimento histórico também se apresenta, por exemplo, em: SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Lisboa: Estampa, 1994.

possibilidades da escrita biográfica; ressignificou a narrativa; e introduziu a ideia de "cultura política".[8]

Já a história econômica, principalmente após a apropriação das concepções do antropólogo Karl Polanyi, criou estreitas relações do mercado com o conjunto social, enfatizando a noção de que nem sempre um mercado obedece às leis matemáticas de uma determinada equação, mas, ao contrário, frequentemente é "imperfeito".[9] Noutros termos, quando se trata de uma economia pré-industrial, sofre influências de privilégios de grupos, refletindo, na prática, uma determinada ordem ou hierarquia social.[10]

A história social também se transformou muito.[11] Antes disso, durante décadas, o conceito estrutural de *classe* fez com que os historiadores e sociólogos praticamente ignorassem os sujeitos sociais. Conceitos-chave como *papel social*, *status*, *mobilidade*, *dinâmica e interação social* e *estratégia* ampliaram o espectro das pesquisas, na medida em que trouxeram novas questões, novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias.[12] Desnecessário mencionar o esforço da micro-análise italiana no sentido de, por meio da redução da escala, buscar compreender as relações entre os indivíduos e as estruturas.[13]

Nesse contexto de renovação historiográfica, percebe-se também uma discussão profunda nos modos de compreensão e produção da história militar. A

---

[8] Sobre as transformações da História Política, verificar: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

[9] POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; e GRENDI Edoardo. *Polanyi: Dall'antropologia alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978, p. 97-122.

[10] Como um exemplo de trabalho, no Brasil, que observa as considerações de Polanyi para a análise econômica, consultar os trabalhos de João Fragoso: FRAGOSO, João. "Um mercado dominado por 'bandos': ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista". In: FRAGOSO, João; MATTOS, Hebe e TEIXEIRA, Francisco (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001; e FRAGOSO, João. "O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII". In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.157-207. Para o caso da história moderna europeia, ver LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[11] Os sociólogos Georg Simmel e Norbert Elias têm papel relevante nessa transformação. No Brasil, suas principais obras traduzidas, nessa temática, são: SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; e ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Alguns sociólogos brasileiros consideram Elias tributário de Simmel. É o caso de WAIZBORT, Leopoldo. "Elias e Simmel". In: NEIBURG, Frederico *et al*. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 89-111.

[12] BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002.

[13] BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. GINZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico". In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991; LEVI. Op. cit.; LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; e OLIVEIRA e ALMEIDA. Op. cit.

renovação dos estudos militares se iniciou com os historiadores anglo-saxões, destacadamente com os estudos seminais de Geoffrey Parker e I. A. A. Thompson.[14]

Atualmente, alguns autores chegam a falar de uma "Nova História Militar".[15] Em suma, os historiadores que assumem este ponto de vista censuram uma história militar considerada "tradicional", cuja narrativa, sobremaneira memorialista, estava pautada exclusivamente na descrição densa de batalhas, sem a busca de uma problematização analítica ou reflexão central. Criticam também o culto de grandes heróis, que eram tratados como exemplos incontestes para as gerações futuras, bem como o modo como eram entendidos, agiam e movimentavam a realidade.[16] Outra crítica é a de que a historiografia militar tradicional naturalizava o comportamento humano e as instituições militares, tornando-os, em última instância, ahistóricos.[17] Isso ocorria, segundo os críticos, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos social, político, econômico e cultural.[18]

Seja como for, se a história é tecida por homens, não é viável excluir da análise as orientações valorativas que permeiam uma determinada sociedade. Não parece possível compreender as relações entre homens, no tempo, desvencilhando-se da dinâmica social em que estão inseridos e que atualizam a partir de suas ações.[19] Especificamente para o caso militar, não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais.

Nesse sentido, Arno Wehling e Marcos Sanches destacaram que devemos, ao lidar com a categoria *guerra*, estar atentos ao fato de que a "história da guerra", assim como a própria história, não é um fenômeno linear e universal. Em outras palavras, ela tem uma historicidade que varia de acordo com a temporalidade e,

---

[14] Geoffrey Parker, por exemplo, publicou: *The Army of Flanders and the Spanish road*. Cambridge: University of Cambridge, 1972; *The military Revolution*. Cambridge: University of Cambridge, 1988; *La Gran Estrategia de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1998; já I. A. A. Thompson: *War and government in Habsburg Spain*. London: Athlone Press, 1976.

[15] HESPANHA, António. (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. No Brasil, CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. O livro coordenado por Hespanha faz parte de uma coleção que foi dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.

[16] CASTRO et al. Op. cit., p. 23-26.

[17] Antropólogos criticam os historiadores por naturalizarem determinadas facetas do comportamento humano, como se parte da motivação desse comportamento tivesse origem genética, ou pertencesse à natureza humana. Segundo o antropólogo Marshall Sahlins, a origem desse entendimento está em Tucídides. Este entendeu que os seres humanos são auto-motivados, substituindo assim *cultura* pela noção problemática de *natureza humana*. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou a cultura; para ele os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e ahistóricas. Cf. SAHLINS, Marshall. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

[18] CASTRO et al. Op. cit., p. 23-26.

[19] BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

mais ainda, possui um significado diferente nas diversas culturas produzidas pela humanidade.[20] Não se deve, portanto, naturalizar a guerra; ela deve ser analisada em consonância com a historicidade a que pertence.[21] Assim, consenso no meio acadêmico é que se torna inviável pensar fenômenos sociais, como a guerra, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura, por exemplo.[22]

No prefácio da obra portuguesa *Nova História Militar de Portugal*, um dos marcos dessas revisões, António Manuel Hespanha evidencia que se procurou uma renovação da história militar lusa não apenas a partir da abordagem de novos temas, mas também a partir do enfoque de assuntos tradicionais submetidos a novas metodologias. Por exemplo, houve a preocupação de se introduzir conceitos da época analisada, que até então haviam sido negligenciados, como o de "guerra justa" contra os infiéis; o "serviço de mercês" e a necessidade de retribuição deste serviço por parte da Coroa lusa; a presença de clientelas e de relações pessoais e hierárquicas da sociedade de Antigo Regime; dentre outros.[23]

---

[20] WEHLING, Arno. "A pesquisa da História Militar Brasileira". In: *Revista Da Cultura*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, p. 35-38, especialmente, p. 37.

[21] SANCHES, Marcos. "A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira". In: *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, nº 1, abril de 2010.

[22] TEIXEIRA. Nuno Severiano. "A história militar e a historiografia contemporânea". In: *Revista A Nação e a Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59, p. 53-71; PARENTE, Paulo André Leira. "Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação". In: *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: IGHMB, ano 66, n.º 93, 2006, p. 37-45; WEHLING. Op. cit.; SANCHES. Op. cit.; e COELHO, Edmundo. "A instituição militar no Brasil". In: *ANPOCS. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1º Semestre de 1985, p. 5-19. Sobre a importância da História cultural para a renovação da história militar e o diálogo entre ambas ver. MANCUSO, Amanda Pinheiro. "A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural". In: *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, nº 5, Agosto de 2011.

[23] HESPANHA. Op. cit. Recentemente, Rafael Valladares criticou a visão proposta por Hespanha a respeito da Nova História Militar. Para o crítico, o coordenador da referida coletânea teria deixado de problematizar uma ideia fundamental, a violência. Assim seria necessário entendê-la como um conceito operativo oriundo das ciências sociais, dos quais são fundamentais os autores: Max Weber, Erich Fromm, Sigmund Freud, Norbert Elias e Michel Foucault. Em linhas gerais, estes pensadores apontam 2 tipos de violência: uma destrutiva, cuja finalidade é provocar a morte; e a outra, construtiva, ligado ao campo simbólico. Do mesmo modo, afirmam que não se trata de ligar a violência, de forma mecanicista, à esfera do atraso; enquanto o progresso corresponderia a sua ausência. Por outro lado, pontuam que só pode ser analisada na sua relação com a sociedade, de tal forma que passa a ser construída historicamente e socialmente. Para o que nos interessa aqui, a questão divide-se em duas chaves: Primeira, como classificá-la? Segunda, como ter certeza de quê o que classificamos como violência era visto como legítima? Destarte, nesta obra, segundo Valladares, não há uma análise a respeito de como a sociedade entendia o que era violência; como a população via o seu impacto sobre si; e o modo como a população lia a relação entre guerra e comunidade. De tal forma que não é necessário apenas mostrar as guerras com um enfoque anti-reducionista, mas que determinadas batalhas/fatos/acontecimentos, mesmo tendo sido "apropriados(as)" por uma outra historiografia não podem ser negligenciados(as). Cf. VALLADARES, R. *La conquista de Lisboa: violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008, p. 28-31.

Assim, procurou-se atribuir uma visão mais acurada e refinada dos problemas a serem enfrentados, no que diz respeito aos conceitos; além disso, é claro, buscou-se contextualizá-los nas conjunturas específicas de cada guerra. O caminho a ser seguido, portanto, era o de fugir do anacronismo, frequentemente presente em uma historiografia militar lusa anterior que inseria no passado conceitos que só surgiriam posteriormente na modernidade, como a ideia de "nação em armas", "exército nacional" ou "patriotismo". Em síntese, termos ligados ao aparecimento do nacionalismo do século XIX.[24] Nesse sentido, ampliou-se o olhar para além dos conflitos bélicos propriamente ditos, sem, entretanto, descartá-los.

Sob esse prisma, grande atenção, então, foi atribuída à análise da relação que o Estado português estabeleceu com a chamada "Revolução militar" do século XVII,[25] em especial no que se refere às inovações que introduzia nos campos de batalha:

> (...) novas tecnologias da guerra – terrestre e naval –, o novo conceito de disciplina, as novas modalidades de enquadramento e direcção de grandes massas humanas, as novas exigências financeiras, os novos componentes científico-técnicos da formação militar.[26]

Logo na introdução da obra, Hespanha problematiza, primeiramente, o que teria sido a "Revolução militar" do século XVII, conceito difundido por Michael Roberts. Este defende que naquele período ocorrera uma mudança tecnológica e de infraestrutura no modo de se fazer a guerra, o que teria se iniciado na Suécia e atingido a Holanda, permitindo aos batavos vencerem os espanhóis, que se mantiveram adeptos aos modelos tradicionais. Hespanha questiona a posição de Roberts[27] ao se apropriar do trabalho de Geoffrey Parker, para quem a Espanha teria sim aderido à Revolução militar, com a utilização intensiva da artilharia, renovação da arquitetura militar, novos modelos administrativos e financeiros praticados na atividade militar.[28]

Para o autor português, todavia, Portugal apresentava uma especificidade que era a própria guerra ultramarina, que demandava a administração e a "logística de uma guerra longínqua".[29] Com características bastante distintas, o modelo de

---

[24] Sobre a questão da formação do nacionalismo, ver: HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

[25] Sobre a "Revolução militar" do século XVII, consultar: PARKER, Geofrey. *The Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH ed. Em português, ver: CIPOLLA. Carlo. *Canhões e velas na primeira fase da expansão européia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva, 1989.

[26] Cf. HESPANHA. Op. cit., p. 7.

[27] ROBERTS, Michael. "The military revolution, 1560-1660". In: Rogers, Clifford (Ed.) *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern Europ*e. Boulder: Westview Press, 1995.

[28] Ver também: PARKER. *The Great Estrategy*. Op. cit.

[29] Cf. HESPANHA. Op. cit., p. 9.

guerra luso primava por seu componente naval de traço anfíbio e pelo apoio da artilharia embarcada. Assim sendo, não teria participado plenamente das inovações militares do século XVII. Nas palavras do autor:

> Como conclusão geral, poder-se-ia dizer que, ao contrário do que acontece em estados como o Piemonte, a Dinamarca ou a Suécia, a guerra e a instituição militar não se apresentam, em Portugal, como factores decisivos de estabelecimento de um novo modelo político. Embora possa ter contribuído com elementos que lhes são funcionais, como acontecerá, sobretudo, no campo financeiro.[30]

Em complemento, ratificando as posições apresentadas, Fernando Dores Costa destacou que as forças bélicas lusas eram diminutas, o que levou a uma relação sociedade-guerra diferente da que se pode verificar no resto da Europa, particularmente na França.[31] O caráter periférico de Portugal frente aos demais Estados europeus acarretou uma postura mais defensiva do que ofensiva e, assim, em vez de atuar nos campos bélicos, optou-se pela via diplomática que procurava manter o Estado neutro em relação aos conflitos existentes.[32] A própria sociedade, em todas as suas camadas, buscava fugir das obrigações militares; o número de desertores foi frequentemente elevado e houve sérios problemas no recrutamento. A sociedade se mostrava conivente com tal prática e oferecia proteção a esses indivíduos, especialmente por meio de um sistema de clientela e de privilégios.

Essa relação frouxa entre a sociedade e a organização militar também foi sentida no ultramar. Nestes espaços, dentre outras questões, reclamava-se, por exemplo, que os soldados eram desertores, vagabundos, incapacitados, libertinos e desclassificados. Paulo Possamai, debruçando-se sobre a questão militar na Colônia do Sacramento, explicitou não apenas as dificuldades de recrutamento, como também demonstrou como não eram tão incomuns, por parte dos soldados, a busca por licenças, deserções e até motins.[33]

Historiadores brasileiros, enfatizando as peculiaridades da guerra na América portuguesa, evidenciaram que os poderes do Estado não eram fortes o

---

[30] Cf. Idem, p. 366.

[31] COSTA, Fernando Dores. "Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)". Separata das Actas do *VII Colóquio "O Recrutamento Militar em Portugal"*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996. Para o caso francês, ver: ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 84-111; e TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

[32] A respeito da neutralidade lusa durante o período moderno, ver. BARATA, Maria do Rosário Themudo. "Portugal e a Europa na Época Moderna". In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP e Edusc, 2000, p. 105-126.

[33] POSSAMAI, Paulo. "Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento". In: *Revista Brasileira de História Militar*, n° 2, agosto de 2010 e, principalmente, do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colónia do Sacramento*. *Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, especialmente p. 162-254.

suficiente para se imporem frente aos poderes privados locais.[34] Deste modo, por exemplo, Christiane Pagano de Mello sublinhou como as elites nas Minas conseguiram se estabelecer frente ao representante direto da Coroa, o governador da capitania, na segunda metade do século XVIII, quando discutiu a necessidade de recrutar homens para a defesa da região sul, em razão do retorno da hostilidade entre os monarcas ibéricos.[35]

Assim como em Portugal, na América lusa o problema do recrutamento igualmente se colocava, mas sob uma ótica diferente. Dentre os que fugiam do recrutamento em Minas, alguns poderiam ser os que já o haviam feito anteriormente no Rio de Janeiro. Maria Fernanda Bicalho enfatizou que, no início do século XVIII, quando começaram a ser descobertas e exploradas as primeiras minas de ouro, muitos soldados fugiram do Rio de Janeiro e da Bahia para a região aurífera, mesmo depois das duras atitudes adotadas pelos governadores. Apesar de tais medidas e da necessidade urgente de defesa da América, por vezes, a Coroa havia de retroceder, permitindo, por exemplo, que alguns soldados tivessem liberdade de ir àquela região por um período de três meses, para que pudessem obter recursos, com o compromisso de depois voltarem para servir com mais gosto.[36]

Na verdade, o problema do recrutamento no Rio de Janeiro já era sentido na centúria anterior, quando o pagamento dos soldos, que por sinal eram muito baixos, não se realizava de modo regular, o que aumentava a deserção. Outra questão urgente era a das instalações militares, mais precisamente trincheiras e fortalezas, que precisavam de reformas e construções.[37] Para tanto, os "homens bons" deveriam ajudar, fornecendo seus escravos para o trabalho ou utilizando suas fazendas.[38] Estes, por sua vez, não se negavam a contribuir, como também mostra Mello para o caso das Minas;[39] contudo, só o fariam em caso de conflito

---

[34] CASTRO et al. Op. cit.

[35] MELLO, C. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII – as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002. Outros trabalhos também mostraram o problema do recrutamento nas Minas no mesmo período entre os quais podemos destacar: COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, Dissertação de mestrado. Para o nordeste, por exemplo, ver: SILVA, Kalina V. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Pref. Municipal de Recife, 2001.

[36] O Rio de Janeiro, por exemplo, seria invadido no século XVIII pelos franceses por duas vezes. Já no sul, na fronteira com a região do Prata, os conflitos com a Espanha na Europa, voltavam a preocupar. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 317-322.

[37] MOREIRA, Luiz G. Scaldaferri. "Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII". In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2011, Vol. 5, no prelo.

[38] Sobre o conceito de "homens bons", ver: BICALHO. *A cidade e o império*. Op. Cit.

[39] MELLO. C. Op. cit.

deliberado. Seus argumentos baseavam-se no fato de sempre terem se mostrado bons vassalos e que em outras ocasiões prestaram-se a tal ação. Todavia, a constância desse tipo de serviço – alegavam eles – arruinava suas economias. Além disso, muitos se apresentavam enquanto nobres e, por isso, isentos de tal prerrogativa. Deste modo, por exemplo, apesar de uma política agressiva, imposta pelo governador D. Álvaro de Albuquerque, em 1704, seus esforços foram em vão e conseguiram-se apenas 50 homens para compor as forças de defesa no Rio de Janeiro.[40]

Os dois estudos citados, de Mello e de Bicalho, ainda que o segundo não enfoque sobremaneira a questão bélica, mostram que, por meio de um olhar militar, pode-se refinar a compreensão acerca das relações entre o centro e as periferias do Império português. Compreensão que não se viabiliza apenas no campo marcial, mas também a partir das estruturas do exercício de poder cotidiano e de seus limites, tanto para o Estado português, por meio de seus representantes diretos, como para as elites locais. Desta maneira, a lógica que privilegia uma relação autoritária da Coroa sobre seus espaços periféricos precisa ser abandonada, sendo substituída por uma relação baseada na negociação entre aquelas partes.[41]

A ponderação de tais relações explicita determinadas características que até então permaneciam embotadas. Primeiro, note-se que não podemos negligenciar a importância dos militares no processo de colonização da América lusa, já que se tratava, antes de tudo, de uma Conquista.[42]

---

[40] BICALHO. *A cidade ...*; MOREIRA. *Navegar...* e BLANCO, Laura. *A cortina de taipa, pedra e cal: as fortalezas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Uni-rio, dissertação de mestrado em História, 2009.

[41] GREENE, Jack. "Negotiated Authorities". In: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Virginia: The University Press of Virginia, 1994; do mesmo autor, "Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América". In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114; e BICALHO, Maria Fernanda. "Da Colônia ao Império: um percurso historiográfico". In: SOUZA, L. FURTADO, Júnia & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 91-105, especialmente p. 95-100.

[42] Dentre tantos exemplos, vale à pena mencionar o trabalho de Regina Gonçalves. A autora mostrou que a expansão da economia açucareira para a capitania da Paraíba (1585-1630), via processo de *conquista*, foi consequência do contexto pelo qual passava Pernambuco. Esta capitania encontrava-se esgotada em termos fundiários – faltavam terras para aumento da produção – e sociais – era necessária uma área na qual os filhos da "nobreza da terra" pudessem se instalar. Os serviços prestados por essa "nobreza", dentro da *economia de mercês*, eram retribuídos pela Coroa com terras, ofícios militares e burocráticos. Houve a instalação de conflitos entre membros dessa elite, que, no entanto, foram abafados pela necessidade de consolidação da *conquista*, posto que temiam os índios Potiguar, que ocupavam a região anteriormente e, por isso estabeleceram uma aliança. Tal aliança será desfeita somente em 1634, momento em que a região será invadida pelos batavos. Cf. GONÇALVES, R. C. *Guerras e Açúcares. Política e economia na capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007. Para uma visão geral do processo de *conquista* ver: BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". In: *Almanack Braziliense*, nº 2, novembro de 2005. Cabe ressaltar que os serviços que eram retribuídos com mercês, como enfatizou Ronald Raminelli, não eram apenas os feitos militares, mas relatos

Em segundo lugar, podemos ver, por exemplo, como os ofícios militares eram um importante instrumento de hierarquização, promovendo a inserção das elites locais e de outros estratos sociais em uma ordem política pautada pela lógica do Antigo Regime luso, em que as desigualdades sociais cumpriam papel estruturante.[43] Ao mesmo tempo, permitiam a manutenção e reprodução dessas elites, reforçando seu pacto com a Coroa, a quem cabia, em última instância, controlar os mecanismos mais importantes da ascensão social.

A negociação, tão importante para o recrutamento, como vimos acima, estabeleceu também nexos entre o Estado e outros segmentos sociais, como por exemplo, os índios. Neste sentido, a Coroa interferia na hierarquia social daqueles grupos, na cooptação (ou fabricação) de lideranças, o que facilitava o processo de inseri-los no processo colonial, dentro da lógica do Antigo Regime. Tal perspectiva é trabalhada por Fátima Martins Lopes.[44]

A autora mostrou como a Coroa alterou a hierarquia das sociedades indígenas ao nomear, por meio do governador da capitania de Pernambuco, os capitães mores das ordenanças das vilas.[45] Esses, por sua vez, não necessariamente eram as lideranças tradicionais e nem sequer eram escolhidos pelos próprios índios, como de costume. Serviam para intermediação dos silvícolas com a Coroa e deveriam se manter submissos, caso contrário seriam destituídos. Possuíam uma série de privilégios sociais e econômicos. Era-lhes permitido usar roupas distintas e eram os únicos que podiam se comunicar diretamente com o governador por meio de petições. Além disso, de acordo com o Diretório dos Índios, gozavam do direito de não serem "repartidos", ou seja, tinham a prerrogativa de não serem obrigados a trabalhar para os colonos brancos; e "não precisariam ir pessoalmente coletar os produtos silvestres (...) mas poderiam mandar outros índios em seus lugares". Ao mesmo tempo, caso não tivessem dinheiro para pagar a esses índios, poderiam fazê-lo posteriormente, quando tivessem vendido o fruto do trabalho daqueles mesmos gentios. Contudo, o fator econômico mais importante era a distribuição diferenciada de bens e terras que a Coroa realizava entre os gentios. Acreditava-se que esta desigualdade aumentaria a competição entre os silvícolas, o que os levaria a produzir mais e consequentemente a pagar uma quantia de dízimo

---

produzidos sobre determinada região mostrando "as grandezas e estranhezas da terra", ou seja, os lucros que a Coroa poderia ter. Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 10.

[43] PEREZ HERRERO, Pedro. "Sociedad y poder em las estruturas de Antiguo Régimen coloniales consideraciones teórico-metodológicas". In: *La America Colonial. Politica y Sociedad*. Madri: Sínteses, 2002.

[44] LOPES, Fátima M. "Capitães mores das ordenanças de índios: novos interlocutores nas vilas de índios da Capitania do Rio Grande". In: OLIVEIRA, Carla et al. *Ensaios sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009, p. 97-114.

[45] As missões no Estado do Brasil passaram a qualidade de vilas em 1758, quando por alvará as "Leis de Liberdade" criadas por Pombal para o Estado do Maranhão e Grão-Pará foram ampliadas para toda a América lusa. Idem, p. 97.

maior, desenvolvendo assim a respectiva região. Tal mecanismo acabou por levar à cooptação de lideranças ou a sua fabricação. Essas lideranças se apropriaram "dos valores europeus em benefício próprio, constituíram-se em novos interlocutores entre o mundo colonial e o indígena, podendo ter contribuído para muitas redefinições culturais desses últimos [gentios] frente à colonização".[46]

Foi o que sublinhou também o trabalho de Regina Gonçalves, Halisson Cardoso e João Pereira. Os autores mostraram que as cartas trocadas entre as lideranças Potiguares, Felipe Camarão, Pedro Poty e Antônio Paraupaba, durante o período da invasão holandesa no nordeste (1630-54), estavam permeadas de valores europeus, contudo, resignificados. Camarão, aliado dos lusos, tentava convencer os outros dois a abandonar a amizade com os batavos. Esses, por sua vez, tentavam o inverso. As cartas mostram um posicionamento político e militar por parte desses agentes no qual se reforçavam as alianças firmadas com os europeus. Ao analisar estes documentos, os autores enfatizam como é possível ver elementos de uma cultura cristã européia e novas "formas de interação" típicas da sociedade/cultura Tupi, que seria marcada pelo alto grau de receptividade ao outro.[47] Assim sendo, tal cultura seria caracterizada pela interação com o diferente e, portanto, permeada de constantes incorporações culturais. Isso se refletia nas alianças "inconstantes" entre os índios e europeus, sempre criticados pelos lusos. Estas escolhas estavam ligadas ao papel de agentes sociais que liam o mundo e tomavam decisões que lhes pareciam melhores e que muitas vezes eram negociadas.

Tais alianças, porém, não eram inéditas para os tupis; eram feitas antes da chegada dos europeus. Entrementes, a guerra, seja em seu aspecto ritual, ou em seu aspecto final, persistia no mesmo objetivo: a vingança. Entretanto, seu discurso justificador era modificado pela reinterpretação dos elementos culturais europeus baseados na religião, em que a vingança de forma ritual ainda existia, mas agora realizada em consonância com a vontade de Deus. Assim, os

> (...) indígenas se apropriaram de argumentos de seus aliados, declarando a todo [o] momento a fé do outro [o europeu] para si, rearticulando-os a partir de elementos de sua própria cultura, criando um discurso próprio.[48]

Para não ficarmos restritos ao século XVII e às capitanias do norte, citemos outros estudos. Elisa Garcia mostrou "As diversas formas de ser índio" no "extremo sul da América portuguesa".[49] No contexto do século XVIII, no qual a preocupação com a demarcação de fronteiras entre o mundo luso e espanhol era

---

[46] Cf. Idem, p. 113.

[47] GONÇALVES, Regina et al. "Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)". In: OLIVEIRA, Carla et al. *Ensaios sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2009, p. 43.

[48] Cf. Idem, p. 51.

[49] GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio – políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América português*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

urgente, como ficou patente no Tratado de Madri (1750), o papel dos índios guaranis nas missões do Paraguai era fundamental para a implementação do acordo entre aquelas Coroas. A autora mostrou como os gentios eram centrais para que o tratado tivesse sucesso, devido à necessidade que os povos europeus tinham em fazer alianças com eles. Tais pactos levavam à incorporação desses índios à sociedade lusa de Antigo Regime. Mas, ao mesmo tempo, era uma das estratégias empreendidas por esses agentes. Deste modo, os índios do "sul" agiam de forma semelhante aos do "norte". Sabiam que a Coroa necessitava de apoio para se estabelecer na região e negociavam com ela esse apoio, que se viabilizava, por exemplo, por meio de alianças militares. Desta forma, Ronald Raminelli enfatiza que, no século XVII, "A produção de lealdade em terras tão remotas era mais relevante do que a classificação social própria do reino". [50] Entretanto, tal proposição também pode ser aplicada ao XVIII e a outras áreas de fronteira do espaço luso.

Nesta perspectiva, enfocar questões militares contribui para uma melhor compreensão dos nexos não apenas entre a monarquia e os índios, mas também do Estado com outros corpos sociais. Dessa maneira, Francis Cotta mostrou como os vários corpos militares eram um espelho da sociedade de Antigo Regime, em que as desigualdades eram inerentes e naturais. Cada agente ocupava um corpo militar que lhe era determinado por sua condição social. Estes corpos, como os Estados do Antigo Regime, eram autônomos e não homogêneos, mas, quando necessário, atuavam na guerra de forma a entrelaçarem-se.[51]

Também correlacionando os corpos militares e os sociais, Lívia Monteiro e Simone Faria salientaram como a aquisição de patentes militares era importante e se imbricava com o exercício do mando político e a distinção social dos "homens bons" nas Minas Gerais.[52] "Diante da falta evidente de meios de imposição", o Estado negociava e dependia desses "militares poderosos para a organização social das Minas no século XVIII".[53]

Esta aproximação analítica entre a sociedade e os corpos militares foi perseguida ainda em alguns trabalhos recentes, que têm como ponto de origem a

---

[50] Cf. RAMINELLI, Ronald. "Da controversa nobilitação de índios e pretos" (no prelo)

[51] COTTA, Francis. "O sistema militar corporativo na América portuguesa". In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades* (Biblioteca Digital Camões: Colóquios e Congressos/Espaço Atlântico de Antigo Regime). http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/francis_albert_cotta.pdf. Ver também, do mesmo autor: "Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares em Minas Gerais no século XVIII". In: *Mneme*. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 6, 2002, p. 1-19; e, sobretudo, *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Tese de Doutoramento. Belo Horizonte. UFMG, 2004.

[52] MONTEIRO, Lívia & FARIA, Simone. "Uma posição que se afirma e se respeita no real serviço de Sua Majestade: os Militares em Minas Gerais Colonial (1718-1759)". In: *Revista Navigator: subsídios para a História Marítima do Brasil*, SDM, V.5, N.10, p. 53-69, 2009.

[53] Cf. Idem, p. 64.

capitania de Pernambuco, mais precisamente a expansão da sociedade açucareira. É interessante pensar tais pesquisas de forma conjunta, e sublinhar que, mais do que diferenças, apresentam, no geral, um quadro bastante parecido. Regina Gonçalves, em trabalho já citado, mostra a expansão dessa capitania para o Rio Grande, na virada dos *quinhentos* para os *seiscentos*. Kalina Silva enfatiza a incorporação do sertão, na virada do século XVII para o século XVIII.[54] José Eudes Gomes evidencia o processo de anexação do Ceará nos setecentos.[55] Estes três autores destacam como suas respectivas áreas de sertão[56] sempre estavam repletas de bandidos, marginais e violência. E que esses agentes eram incorporados à hierarquia militar e social daquela sociedade de Antigo Regime de modo subalterno. Do mesmo modo, enfatizam como era importante colocá-los para trabalhar nas forças militares,[57] ou para conquistar e povoar áreas distantes, só para citar dois exemplos. O que queremos destacar aqui era o constante ato do Estado de incorporar esses atores dentro de um universo classificatório, em que:

> (...) por meio do "serviço das armas", assim como a feitura de novos súditos, como índios, negros e pardos, representava a tentativa de reforçar as redes hierárquicas e o controle das tensões sociais conformadoras do domínio português na America, onde as marcações e clivagens sociais e políticas estavam ordenadas segundo as regras do Antigo Regime Lusitano.[58]

Interessante notar que áreas mais longínquas ainda, por estarem mais distantes da zona produtora de açúcar, como Belém e Maranhão, de algum modo partilhavam de uma mentalidade comum ao mundo luso. Neste sentido, Raminelli mostrou como a expansão para o norte no início do século XVII, em especial no combate aos franceses, possibilitou a produção de relatos que visavam a elaborar informações das respectivas regiões, mostrando como poderiam ser exploradas; por isso, esses "escritores" solicitavam mercês para a Coroa, fazendo com que aqueles atores e regiões fossem incorporados à sociedade. Conforme explica o autor, muitas vezes a promessa de distribuição de mercês, cuja gradação variava conforme as conjunturas, já era o suficiente para gerar motivação.[59]

Ao mesmo tempo, estes processos permitiam a ascensão social de indivíduos que, a princípio, não podiam fazê-lo. Fato que não deixava de ser um elo entre essas pessoas e a própria Coroa.

---

[54] SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras – a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe Editora, 2010; da mesma autora: "Os Henriques nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil: Tropas de Homens Negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII". In: *Estudos de História*. Franca, v. 9, n. 2, 2002, p. 145-163.

[55] GONÇALVES. *Guerras e Açúcares*. Op. cit.; e GOMES. Op. cit.

[56] É interessante notar que o lugar do sertão vai sendo empurrado com o processo de conquista do interior, como mostrou KALINA SILVA. *Nas solidões*... .

[57] Como Acácio Catarino demonstrou, esta ideia ainda estaria presente no século XIX. CATARINO. "A oficina dos ritos: artífices no Arsenal de Guerra de Pernambuco". In: OLIVEIRA. Op. cit.

[58] Cf. GOMES. Op. cit., p. 282.

[59] RAMINELLI. Op. cit., p. 47.

Desta feita, podemos ver nas palavras de Nuno Monteiro e Mafalda Cunha como os estudos que tem como objeto os militares podem nos ajudar a compreender fenômenos mais amplos, nesse caso, a *Monarquia Pluricontinental*. Ainda que longa, vale a pena a citação:

> A orientação geral pode, desde já, ser enunciada: dentro de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela comunicação permanente e pela **negociação** com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (**militares**, judiciais, tributárias, eclesiásticas, mercantis e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, (...), mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro.[60]

Alguns autores interpretam de forma distinta o que aqui se apresenta como negociação. Nessa perspectiva, prevalece na análise a noção de Antigo Sistema Colonial.[61] Por exemplo, Wolfgang Lenk mostra que após a expulsão dos batavos no Nordeste (1654), o efetivo de soldados profissionais lusos na Bahia cresceu assustadoramente. Os gastos para manutenção destes soldados tornaram-se mais elevados e foram deslocados para o Senado da Câmara de Salvador, que prontamente os aceitou, posto que assim teria maior controle sobre a tropa.[62]

Para a alimentação destes militares teria havido um processo que o autor denominou de "colonização do comércio intracolonial", que servia para garantir a reprodução da sociedade e economia açucareira. Assim sendo, "no topo da hierarquia e no controle de tais mecanismos estavam os interesses do circuito transoceânico, da economia açucareira e da Coroa metropolitana". [63] Isto significava uma série de mecanismos para baratear a alimentação destas tropas. Destarte, era proibido que a capitania da Bahia exportasse alimentos para fora de

---

[60] Cf. CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno. *Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII*. In: MONTEIRO, N.; CARDIM, Pedro; CUNHA, M. S. (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252, citação na p. 194. Grifou-se.

[61] NOVAIS, F. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1976.

[62] Segundo Silva, em 1691, a Coroa tentou aumentar o número de soldados na tropa regular, fato que a localidade não aceitou, devido aos problemas ligados a sua manutenção. A Coroa se viu obrigada a optar pela criação de 4 (quatro) companhias de auxiliares, que não oneravam os moradores. Cf. KALINA SILVA. *Nas solidões* ... Op. cit., p. 86.

[63] LENK, Wolfgang. *A Idade de Ferro da Bahia - guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654*. Campinas: UNICAMP, 2003, dissertação de mestrado em História Econômica, especialmente p. 111 e, do mesmo autor, "Problemas do Poder Naval Português na Guerra contra os Holandeses", in: *Revista Navigator: subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, SDM, V.6, N.11, p. 85-101, 2010.

seu recôncavo. Do mesmo modo, outras medidas também foram tomadas para obrigar o fornecimento a baixo custo de trigo, mandioca, arroz e feijão do Rio de Janeiro e de São Vicente para aquela região.[64]

Outra proposta analítica que analisa a organização militar como uma defesa dos interesses da Coroa é apresentada por Pedro Puntoni. Ao analisar o sistema defensivo montado por Portugal, após a Restauração Pernambucana (1654), enfatiza que teria ocorrido um enquadramento das elites locais, ou seja, das tropas de ordenanças, em especial na chamada Guerra dos Bárbaros (1650-1720). A Coroa passaria a usar uma tropa regular que responderia melhor aos seus ensejos centralistas.[65] Desta feita, devido à dificuldade de mandar homens diretamente de Portugal, ter-se-ia optado pela transformação das tropas irregulares dos bandeirantes em tropas regulares, que passariam a ser recompensadas por meio do sistema de mercês, o que igualmente contribuía para desonerar os moradores do pagamento de impostos para manutenção destas tropas. Ao mesmo tempo, os paulistas eram os únicos naquela conjuntura que ainda manejavam o estilo de "guerra brasílica", tão importante para combater os "bárbaros" do sertão.[66] Deste modo, os poderes intermediários seriam suprimidos.[67]

Esta posição não é defendida por Kalina Silva. Para a autora, o uso dos bandeirantes na luta contra os bárbaros não estava ligada a uma postura centralista, mas sim à incompetência das tropas regulares lusas estacionadas no litoral e à impossibilidade de contar com o envio de tropas portuguesas para a região, devido à escassez populacional na Europa. As tropas regulares no início destes conflitos foram as primeiras a serem mandadas aos sertões. Contudo, em virtude de seu fracasso, foram substituídas pelos bandeirantes que, no entanto, atuaram juntamente com as tropas regulares, as milícias (Terço dos Henriques e de Camarão) e as tropas particulares vindas das vilas açucareiras litorâneas. Todavia, os bandeirantes foram extremamente eficazes na "propaganda" de seus serviços, posto que enfatizavam que as tropas eram compostas somente por eles. Isso possibilitou a transferência de camadas marginais à sociedade açucareira do litoral para o interior, bem como a formação de uma sociedade com características novas, ligadas aos interesses pernambucanos, que passou a ser controlada por uma camada de agentes "coloniais", grandes curraleiros, a exemplo da família Garcia D'Ávila. Essa sociedade acabou por gerar um "banditismo" rural, reconhecido pela própria Coroa, devido à fixação de soldados (desertores ou não) que utilizavam com frequência a violência contra a sociedade. Portanto, longe de um controle por parte do Estado, haveria exatamente sua ausência. Isso se tornou

---

[64] Idem.

[65] Fato que, segundo o autor, também ocorria em Portugal.

[66] Sobre o conceito de "guerra brasílica", ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

[67] PUNTONI, Pedro. "A Arte da Guerra no Brasil". In: CASTRO, Celso et al (orgs). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

evidente com a tentativa de aumentar a presença do aparelho burocrático repressivo (tropas regulares) para combater esse "banditismo", o que só não ocorreu por falta de recursos por parte da Coroa.[68]

Puntoni também sublinhou que as tropas regulares lusas se mostraram ineficazes contra os bárbaros. Contudo enfatiza a importância do Estado em controlar os meios coercitivos e afastar as elites locais do poder. Por outro lado, esta perspectiva de assumir o controle da região é tão arraigada no autor que não consegue ver a incorporação dos índios tapuias ao processo colonial. Neste sentido, tanto Kalina Silva como Cristina Pompa mostraram que, apesar da guerra contra os bárbaros, estes foram incorporados ao sistema colonial. A primeira destacou a importância que estes gentios tiveram na formação de aldeamentos que serviam de proteção militar e "reserva" de mão de obra para as vilas e cidades que se criavam nos sertões, ao mesmo tempo, também salientou como os terços auxiliares dos Henriques e de Camarão eram importantes lócus de ascensão social para pretos-pardos e índios, respectivamente. Já a segunda mostrou como ingressaram na pecuária do sertão. Como sublinharam Fátima Lopes, Regina Gonçalves e Cristina Pompa, é importante conseguir visualizar esses bárbaros inseridos em um processo de "mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formas sociais e culturais" dos povos indígenas no processo de encontro.[69]

Se observarmos o papel que cabia às Câmaras Municipais, teremos outros elementos para mitigarmos esta postura centralista ou controladora do Estado português. Sobre esse assunto, Maria Fernanda Bicalho explica que devido à dificuldade da metrópole em financiar as despesas militares da colônia:

> (...) transferiu-se não raro aos colonos os custos de sua própria defesa. Dada a falta de recursos da Fazenda Real, exausta de rendas devido ao ônus representado pelas guerras de Restauração na Europa, simultâneas aos conflitos que levariam à expulsão dos holandeses dos territórios coloniais, os habitantes das praças marítimas da América Portuguesa assumiram, por meio de tributos e trabalhos, os altos custos da manutenção do Império [como, por exemplo,] a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção e o reparo das fortalezas, o apresto de naus guarda-costas contra piratas e corsários, a manutenção da armada em situações especiais e em momentos de ameaças concretas.[70]

---

[68] Cf. SILVA, Kalina. *Nas solidões*... Op. Cit.

[69] Cf. Idem; e POMPA, Cristina. *Religião como tradução – missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003, p. 22 e 286.

[70] Cf. BICALHO, Maria Fernanda B. "As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império". In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 199.

Assim sendo, em 1643, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Luís Barbalho Bezerra, sugeriu à Câmara que fossem levantados recursos para aplicação na defesa, conseguindo fazer aprovar um aumento nas taxas sobre o vinho, azeites, doces e peixe pelo período de um ano.[71]

Com o intuito de melhor agregar os espaços locais à dinâmica imperial, a historiografia cunhou o conceito de *monarquia pluricontinental*. Distinguindo-se do conceito de *monarquia compósita*, empregado por Elliott para a Espanha dos Áustrias,[72] tal conceito, ainda em construção, foi elaborado exatamente para dar conta da complexidade da distribuição do poder, da dinâmica e da operacionalidade da monarquia polissinodal portuguesa.[73] A categoria *monarquia compósita*, conforme acima mencionado, trata sobretudo da reunião de diversos reinos que conservam os seus estatutos preexistentes, havendo pois a prevalência dos foros e direitos locais de origem. Ao contrário, o conceito de *monarquia pluricontinental* trata apenas de um Reino (Portugal), dotado de diversas conquistas ultramarinas. Essa monarquia possuía um conjunto de regras e corporações "que engendram aderência entre si e ao reino".[74]

Para se viabilizar, a *monarquia pluricontinental* dependia de diversos oficiais da Coroa, dispersos em intrincadas redes imperiais.[75] Estavam vinculados a uma cultura de serviços à monarquia, em que esperavam reconhecimento pelos serviços prestados. Era a capacidade de *brokers* como Salvador Correia de Sá e João de Lencastre de movimentar redes que trazia substância prática à política ultramarina portuguesa.[76] O Rei se representava graças à lealdade desses homens, que transformavam política em prática governativa. Frequentemente, adaptavam as ordens régias às realidades locais, de acordo com os seus interesses e de suas redes.

Além disso, reforçando-se a ideia de autonomia dos espaços locais no contexto de uma *monarquia pluricontinental*, se pensarmos em termos práticos, por questões óbvias, as reações às invasões estrangeiras tinham origem na ação de indivíduos (ou grupos) que, "à custa de seu sangue e fazendas", defendiam as conquistas ultramarinas para utilidade do serviço real. Basta lembrar, apenas para citar alguns exemplos, das ações de Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, no Maranhão, contra os franceses em 1612-1615; Diogo de Mendonça

---

[71] BICALHO. *A Cidade...*, Op. Cit., p. 305.

[72] ELLIOT, John. "A Europe of composite monarchies". In: *Past and Present*, nº 137, 1992, p. 48-71.

[73] CUNHA & MONTEIRO, op. cit., p. 191-252. O conceito, que ainda está em construção, recebeu diversas considerações em FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. "Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In: *Revista Tempo*, Vol.14, n° 27, passim.

[74] Cf. FRAGOSO & GOUVÊA. Op. cit., p. 55.

[75] FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima. "Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope*, nº 23, 2000, especialmente p. 81-83.

[76] GRENDI. Op. cit., p. 127-165; e FRAGOSO & GOUVÊA. Op. cit., p. 56.

Furtado e D. Marcos Teixeira, em Salvador, contra os holandeses, em 1624; Matias de Albuquerque, também contra os holandeses, porém em Pernambuco, em 1630; Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648, contra os holandeses, em Angola; e Bento do Amaral Coutinho e Frei Francisco de Meneses, contra os franceses, no Rio de Janeiro, em 1710.[77] Tais iniciativas, organizadas razoavelmente de modo improvisado, visavam à conservação dos domínios de Sua Majestade no ultramar.

O que se deseja com isso é apenas evidenciar como o conceito de *monarquia pluricontinental*, em virtude de considerar a complexidade da dinâmica imperial portuguesa, abrangendo as questões locais, que tanto matizavam o caráter dos poderes do centro, privilegia a dinâmica imperial e o autogoverno dos povos, ou seja, o aspecto corporativo dessa sociedade. Acaba assim por substituir "a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido" pela noção, mais plausível, "de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para se impôr pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas".[78]

Neste sentido os militares têm importância ímpar, como já mostrado pelo trabalho de Monteiro e Cunha, aqui citados. Ao analisar as ações dos militares e as suas relações com a Coroa, pode-se ver, de modo dinâmico, as *negociações* entre estes agentes; os *canais de comunicação* existentes que ligavam a América ao centro de decisões; o modo como participavam desse governo tão distante da Europa; a maneira como defendiam seus interesses; dentre outras coisas. Assim sendo, tal perspectiva pode possibilitar a construção de sínteses mais elaboradas, complexas e refinadas.

As considerações desenvolvidas ao longo destas páginas buscaram demonstrar, dentre outras coisas, como o estudo das questões militares não pode se encerrar nele mesmo. Para sublinhar isso, Arno Wehling ressaltou que trazer o conceito de "guerra total" permite uma abordagem pluridimensional imprescindível, na medida em que permite a visualização de novos temas e problemas, como a relação dos militares com a sociedade, as fortificações, a formação militar e a motivação para a guerra. Assuntos que permitem um tratamento interdisciplinar.[79] Paulo Parente mostrou que, mesmo quando os estudos ficam mais restritos ao universo militar, ganham outras cores. Para tanto, basta analisar as instituições militares no diálogo com outras instituições.[80]

Assim, se por um lado, analisando os aspectos militares, refina-se o entendimento do elo entre Portugal e sua periferia, por outro, pode-se compreender mais substancialmente a própria formação do Estado moderno luso. Até mesmo

---

[77] FROTA, Guilherme Andrea. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.
[78] Cf. FRAGOSO & GOUVÊA. Op. cit., p. 55.
[79] WEHLING. Op. cit., p. 40-1.
[80] PARENTE. Op. cit.

porque esse Estado se formou em sua relação com o ultramar, portanto, em sua faceta imperial, como nos ensinou Vitorino Magalhães Godinho.[81] Charles Boxer já havia destacado que o Império português era marítimo, comercial, militar e eclesiástico.[82] Deste modo, uma análise que não leve em consideração um diálogo entre estas categorias provavelmente não produzirá bons frutos.

[81] Embora o autor enfatize os aspectos econômicos. Conferir: GODINHO, Vitorino Magalhães. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962; GODINHO. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987.

[82] BOXER, Charles. *Relações raciais no Império colonial português*. Rio de Janeiro: *Tempo Brasileiro*, 1967. Posição seguida por MONTEIRO, Nuno. "O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social". In: *Almanack Braziliense*, nº 2, Nov. de 2005.

ESCRITOS A SERVIÇO DO IMPÉRIO

Acácio José Lopes Catarino[*]

Produzida desde o início das explorações oceânicas, a literatura de viagens sobre os espaços que iam desvelando-se aos olhos dos europeus gerou práticas de leitura entre públicos muito diversos. Largamente difundida com o crescente advento dos impressos, deve-se atentar para as especificidades nas intenções e usos destes relatos, que vão desde a propagação da fé à investigação de pontos de apoio ao comércio e navegação, do consumo lúdico à reflexão sobre o poder e os "costumes" de um modo comparativo.

Embora expressa sob formatos muito distintos e com leitores muito dispersos (inclusive nos assentamentos coloniais), pode-se vislumbrar linhas de força que permitem deduzir que a própria literatura de viagens submete-se ao estudo do tempo, ao se estabelecer uma escala de valores universalista das sociedades, num arco que vai das mais civilizadas aos povos tradicionalmente objetos desta literatura de viagens.[1] No decorrer do século XVIII, o Estado personificado pelas monarquias também se afirma como o protagonista e organizador do campo da História, e é do cruzamento destas duas vertentes que se pretende aqui identificar alguns traços fundamentais dos escritos elaborados por militares a serviço do Império lusobrasileiro.

É neste momento que se afirma uma linhagem narrativa própria, que cobre inclusive as periferias espaciais dos domínios do Império bragantino e permitia não apenas o acompanhamento do que se passava sob os olhos do militar enquanto agente da Coroa, mas também propõe iniciativas que são usualmente mais adequadas à situação local do que aquelas emanadas diretamente da Corte, além de mais confiáveis que as apresentadas pelos órgãos controlados pelas elites locais.

A partir de pesquisas em arquivos na antiga capital do Império,[2] pretende-se avançar aqui alguns pontos que contextualizam sua relação direta com as demandas de natureza burocrática, que propiciaram a que militares pertencentes a determinados corpos estivessem capacitados a desenvolver um circuito específico de informações, destinadas inicialmente a um círculo restrito.

Aquelas narrativas e memórias produzidas para a Coroa portuguesa por estes militares merecem um olhar mais cuidadoso e uma correspondente investigação, que comece pela recolha de uma quantidade significativa de

---

[*] Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal da Paraíba.

[1] FURET, François. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s.d., p. 101.

[2] Ressalte-se o apoio da Cátedra Jaime Cortesão/ Instituto de Estudos Avançados da USP e do Instituto Camões.

exemplares para que sejam reconstruídas suas dimensões relativas. Sua fortuna crítica tem sido tradicionalmente subestimá-la, mesmo quando foram integradas às seguidas tentativas de fundamentar um *corpus* ao modo das *brasilianas*, como no caso clássico da gigantesca série "Reconquista do Brasil", projeto conjunto das editoras Itatiaia e Edusp. Dois exemplos de escritos de militares nesta série foram as obras de D'Alincourt e Cunha Matos, já datadas das primeiras décadas dos Oitocentos e por isto assimiláveis ao formato das obras dos viajantes estrangeiros (exploradores, artistas, publicistas, negociantes, entre outros).[3]

Por meio destes discursos percebe-se que os militares especialistas, dos quais as expressões mais importantes foram os artilheiros e engenheiros, conformam uma rica presença nos espaços do Império. Suas variadas experiências, em especial nas colônias, foram veiculadas por meio de memórias, corografias e relatórios de explorações, que podem ser perspectivados inclusive sob a ótica da formação de um novo patamar de representações sobre o Brasil.

Embora desiguais em suas intenções e resultados, e sempre ameaçados pelo segredo ou descuido com que foram guardados (alguns foram publicados desde então pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outros apenas há poucas décadas e a maioria repousa manuscrita), tais registros se prestam como textos fundamentais para a retomada de aspectos pouco examinados na constituição da própria historiografia aqui gerada, em seus esforços de sistematização iniciais.

Pretende-se levantar, a partir das práticas discursivas elaboradas por um setor específico da burocracia, uma determinada apreensão dos saberes ilustrados. A par de uma bibliografia considerável relativamente à formação de juristas e eclesiásticos no império luso-brasileiro, há lacunas importantes com respeito à participação dos militares, particularmente quanto à sua produção intelectual, que pode ser perspectivada sob a ótica da formação de um novo patamar de representações sobre a América portuguesa e o nascente Brasil, derivada de suas atribuições e intrinsecamente ligada às suas operações de campo.

I - Escrita da guerra e sobre a guerra

Esta escrita surge das próprias atividades que os militares exercem – as "comissões" – mas de nenhum modo estão confinadas ao âmbito das ações bélicas. Primeiramente, é importante distinguir uma *escrita sobre a guerra* da *escrita da*

---

[3] D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 e MATTOS, Raimundo. *Corografia Histórica de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 volumes. Para uma tipologia destes estrangeiros, vide os capítulos referentes a "Projetos e trajetos de viagem" em LEITE, Ilka. *Antropologia da Viagem*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

guerra. A produção de textos especificamente relacionados aos minudentes aspectos normativos das técnicas e formações guerreiras são relativamente recentes, e as raras exceções certamente deveriam encontrar fraquíssima difusão entre seu pretenso público-alvo.

Já a *escrita sobre a guerra* está inscrita desde as primeiras enunciações mais sistemáticas acerca do passado, relacionando a vontade de personagens (muitas acentuadamente mitológicas) a ações bélicas (concretas ou não), instituindo assim a primazia de chefes militares e políticos no inventário das ocorrências que mereceriam ser retidas na memória dos homens.

Se os gregos foram os primeiros a formular registros históricos a partir de encadeamentos de natureza causal, dotaram igualmente a guerra de um novo significado nas narrativas, ao entendê-la como demarcadora de um domínio especificamente humano; e no seu interior, prestava-se como importante critério para destacar aqueles que mereciam ser livres e ter assinalada (e cantada) sua fama para a posteridade.[4] Embora dividindo as atenções com os anais administrativos e atos privados, os escritos laudatórios dos fatos militares permaneciam primordiais entre os historiadores romanos.

Ao repertório greco-romano foram incorporadas as canções de gestas de origem germânica, recolhidas de uma larga difusão oral e vertidas por escribas que terminaram por combinar este fundo cultural pagão e guerreiro aos propósitos e esperanças dos cristãos e da Igreja.

Não é necessário se estender aqui sobre a larga difusão dos romances de cavalaria desde as primeiras edições impressas, isto no próprio momento em que os ibéricos estão iniciando suas viagens ultramarinas, para entender o alcance que os relatos dos sucessos dos homens de armas podiam ter, para além do entretenimento, como guia de conduta para aqueles que participaram da conquista de outros mundos.

Houve, entretanto, deslocamentos no *locus* dos enunciadores desde então. O cânone renascentista recombinaria estas heranças do Ocidente desde o período que seria considerado *clássico* e as submeteu a um primeiro confronto com universos culturais mantidos até então fechados. O papel autoral que estes escritores humanistas já assumiam e uma sensibilidade erudita quase no limite da artificialidade cristalizam uma primeira definição do "homem de letras", tal como é observável para Portugal em João de Barros.[5]

Então, entre as habilidades do homem de Corte já não bastava acompanhar seu Rei às expedições de caça e guerra; importaria igualmente desenvolver sua aptidão para os torneios simbólicos por meio de encenações e desafios literários

---

[4] BEBIANO, Rui. *A pena de Marte*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000, p. 15.

[5] BUESCU, Ana. João de Barros: Humanismo, mercância e celebração imperial. *Oceanos*, Lisboa, n. 27, pp. 10- 24, jul.-set. 1996.

que compensavam a gradativa perda do monopólio da guerra pelos aristocratas. Certames poéticos travados em Coimbra por duelistas mais temperados procuram por todo o Seiscentos responder à pergunta: qual vale mais, a Pena ou a Espada?

Com efeito, a fundação de Academias no decorrer do século XVII salienta, por um lado, que a produção do letrado deixa de ser reconhecida e certificada apenas pelos próprios pares; e igualmente atesta uma concepção do fazer intelectual não como uma atividade em aberto, mas enquanto serviço que esclarecia "as regras necessárias ao bem obedecer", indispensáveis para alçar-se da barbárie à civilização.[6] A proteção e regulação régias às academias conferiam ainda a intrínseca chancela a seu reconhecimento e visibilidade em meio à arquitetura de poderes em torno da Corte.

Mas este é exatamente o momento em que os reis começam a desaparecer dos campos de batalha da Europa e afastar-se das lides práticas guerreiras, embora simbolicamente permaneçam ostentando vistosas armaduras em seus retratos. Assim, as elaboradas imagens legitimadoras do Príncipe como herdeiro das proezas de seus ancestrais de linhagem manifestas nos *escritos sobre a guerra* não pode obscurecer a nova realidade da guerra como **ofício**, matéria da qual trata propriamente a *escrita da guerra*.

A *escrita sobre a guerra* alcançaria então uma expressão modelar, que resiste até hoje na "*Drums and Trumpets History*" (como é denominada em inglês a Historia marcial, de largo alcance editorial), mas divorciada das práticas e técnicas da guerra moderna, crescentemente especializadas.

Mas para entender como esta *escrita da guerra* autonomiza-se como gênero faz-se preciso revisar alguns pontos sobre a inserção dos militares na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Um monarca poderia apostar com relativo sucesso no nascente sistema de Estados europeus na medida em que pudesse consolidar armadas que pelas suas proporções e treino poderiam vencer (ou dissuadir) qualquer adversário, tanto no plano externo como interno.[7]

Sob Luís XIV, o mais bem sucedido monarca a manipular a nova imagética de um poder que se atribuía o dom de "absoluto", o exército de tipo regimental consolidou-se a partir da derrota da aristocracia na Fronda. Elementos chave neste processo foram o controle civil do abastecimento; seu pagamento regular a partir de impostos estabilizados; e a regularização da estrutura hierárquica e normatização do equipamento.[8]

A adoção do cálculo matemático como critério definidor de campanhas (inclusive permitindo até certo ponto autofinanciar-se por meio de conquistas) e o

---

[6] Ou para igualar-se aos *antigos*. APOSTOLIDÈS, J. - M. *O Rei Máquina*. Espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993, p. 24.
[7] TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996, cap. 4 e 6.
[8] ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996, p. 38.

aumento do tempo médio de conscrição para o serviço castrense (dotando de maior experiência e destreza o soldado) acompanham a relação das vantagens comparativas que a crescente burocratização da violência permitia.[9] Todas estas premissas tornaram a especialização do militar importante e nos casos da Artilharia e da Engenharia militar, imperativa.

A Europa veio então a reconhecer um campo próprio para a Arte da Guerra desde o século XVII, especialmente por intermédio da Engenharia militar, com as sólidas edificações fortificadas e as amplas reflexões de Sebastien Vauban, lido por reis e soldados.[10]

II- *Arte da guerra* e especialização das hierarquias militares

Por outro lado, neste momento a Coroa portuguesa empreendia uma *modernização absolutista* a partir de políticas inspiradas em uma renovada cultura política ibérica que coloria os princípios mais gerais do reformismo ilustrado.[11] Para entender a presença qualificada dos engenheiros e artilheiros nesta mobilização, é necessário entender as mudanças no próprio enquadramento do militar.

No contexto europeu, estava inscrita na própria dissolução das relações senhoriais a redistribuição dos saberes e práticas guerreiras que permitiam confrontar e vencer um inimigo. Enquanto os Estados avançavam sobre os corpos periféricos de poder em direção à uniformização institucional e jurídica, observou-se uma correspondente projeção dos militares sobre questões situadas na esfera da sociedade inclusiva. Uma dimensão significativa da reforma do exército consistia, portanto, em instituir uma hierarquia militar como potencial vetor de articulação entre o Centro político e as periferias (políticas, sociais e culturais), com as quais necessitava se comunicar e dirigir para chegar a estabelecer uma sociedade diadicamente organizada entre governantes e governados/súditos.

A par do impacto das máquinas fiscais, a regularização da dinâmica interna dos corpos foi a grande impulsionadora da expansão das forças bélicas no período

---

[9] McNEILL, William. *La búsqueda del Poder:* tecnología, fuerzas armadas y sociedad desde el 1000 d. C. 2ª ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1989, p. 130.

[10] E por reis-soldados como Frederico da Prússia, um século depois. LUVAAS, Jay. *Frederico o Grande e a Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

[11] Nos moldes propostos por GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y Independencias*: ensayos sobre las revoluciones hispânicas. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, as políticas de José I e Carlos III envolveram a mobilização das elites letradas na Europa e América para reformas a princípio pensadas administrativamente, mas que terminam por tocar em princípios muito sensíveis da própria ordem social. A formação de milícias divididas por critérios étnicos a partir de 1766, como os batalhões de pardos e Henriques, exemplifica como estas articulações puderam mais à frente constituir-se como ameaçadoras, especialmente após a Revolução de 1817 no Nordeste.

que decorre entre 1600 a 1750.[12] O uso inovador da pólvora na condução dos combates e a ampliação de escala das operações de contingentes armados só poderiam ser aprofundados na medida em que ocorresse um passo lógico fundamental: a difusão de uma rede capilar de comando que regularmente instruísse o soldado, vigiasse suas ações e nele incutisse a ideologia regimental do *esprit des corps*.

Um dos maiores responsáveis por isto foi o príncipe de Orange Maurício de Nassau, *stathouder* de Holanda e Zelândia de 1585 até sua morte em 1625. Homem de formação humanística e matemático aplicado, Maurício se preocupava com a característica ociosidade dos combatentes entre as refregas. Até então os treinamentos eram realizados de modo superficial e esporádico e, uma vez cumpridos, considerava-se o ofício de uma vez por todas adquirido. Maurício deu o passo adiante ao adestrar de modo sistemático seus comandados.

> Analizó los movimientos bastante complejos requeridos para cargar y disparar los mosquetes en una série de cuarenta y dos gestos sucesivos, dando a cada uno un nombre y una voz de mando adecuada. Pudo entonces enseñar a sus soldados a efectuar cada movimiento al unísono, respondiendo a una voz de mando. Dado que todos los soldados se movían simultâneamente y con ritmo, todos estaban listos para disparar al mismo tiempo. Esto hacía las andanadas fáciles y naturales, creando un efecto de choque en las filas enemigas.[13]

O automatismo admitia uma rapidez e correção inauditas; a uniformidade de operação permitia a passagem mais precisa e minuciosa do comando. Isto também levou a progressos importantes na composição da tropa. De um lado, permitia reiteradas cargas de tiro e em consequência aumentar o número de mosquetes sobre o de piques.

Por outro lado, a eficiência na passagem das ordens pedia uma presença mais ampla de oficiais e suboficiais entre os soldados, e assim a distância cultural que sempre tinha havido entre o topo e a base nas hierarquias dos Exércitos pode seguir adiante, mas adquirindo um consistente estrato intermediário.

Ponto a salientar é que foi destes estratos que saíram os oficiais de carreira que no final deste período comandariam exércitos (basta lembrar do "cabo corso" Napoleão e vários dos generais da *Grand Armée*), dos quais muitos estavam capacitados a manejar as ferramentas que lhes permitiram aceder ao mundo da leitura e à autoria de todo o tipo de obras.

Prosseguindo nesta lógica e traindo o conhecimento que tinha dos manípulos romanos, Maurício dividiu sua tropa em unidades menores (batalhões,

---

[12] McNEILL, William. Op. Cit., p. 129.
[13] Idem, 143.

companhias e pelotões), mantendo a independência de movimentos no interior de uma coordenação mais geral e facilitando a mobilização com coesão nas ocasiões de adestramento ou batalha. E talvez mais importante, estes laços internos entre os componentes da tropa permitia em certa medida descolar a caserna do ambiente de origem de seus integrantes, potencialmente desagregador.[14]

Aparentemente estas experiências criavam laços tão estreitos que podiam gerar uma categoria à parte na comunidade em que estavam aquarteladas, permitindo estabelecer redes de comunicação e cadeias de lealdade alternativas às hierarquias tradicionais. No geral, a vida militar assim corporificada permitiu ao Estado armar sem grandes riscos políticos mesmo aqueles que se encontravam despejados como rebotalho pelas ruas.

Este processo, que apontava na direção da burocratização da violência e da profissionalização dos militares na Europa, desenvolvia-se também sob o influxo das experimentações realizadas pela engenharia militar (que já propunha o soldado coletivo e programado como na manufatura) e pelos corpos de artilharia. O requerimento de uma capacitação prévia foi extensivo a todo o exército regimental, mas em nenhum corpo ele foi tão fundamental quanto na Artilharia e na Engenharia militar.

A bifurcação verificada na Arte da Guerra reflete uma transformação profunda na relação entre o exercício dos ofícios militares e a esfera da política. Já na própria dissolução das relações senhoriais estava inscrita a redistribuição dos saberes e práticas que permitiam confrontar e vencer um inimigo; o guerreiro tendia a se adestrar pelo exercício reiterado e ia se especializando funcionalmente nas academias militares organizadas e controladas pelos monarcas.[15]

Este dispositivo abria-se em favor de regulações intracorporativas baseadas em critérios menos calcados na tradição, e era reforçada objetivamente pelos Estados que iam conseguindo imiscuir-se nos corpos da sociedade do Antigo Regime, legislando sobre assuntos internos que afetavam desde os grêmios de mesteres ao braço eclesiástico. Nos domínios americanos esta redefinição também tocava em pontos basilares do ordenamento sócio-espacial construído em mais de três séculos de ocupação colonial e deste modo o princípio da autoridade calcada apenas nos usos do patrimonialismo escravista tornou-se insuficiente, exigindo igualmente o respaldo de regulações mais objetivas.[16]

---

[14] O neo-estoicismo professado pelo *Stathouder* Maurício favoreceria neste meio o clima de tolerância (inclusive religiosa) e explicaria as atitudes do primo e companheiro de academia militar João do Meio e seu filho, o Conde de Nassau-Siegen, que governou o Nordeste para a Companhia das Índias Ocidentais. MELLO, Evaldo de. *Nassau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 27.

[15] KEEGAN, J. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 355.

[16] SILVA, Janice da. *São Paulo 1554-1880*: Discurso Ideológico e Organização Espacial. São Paulo: Moderna, 1984, p. 151.

Não foi por acaso que tanto nas fronteiras de expansão interna como nas vilas coloniais a figura do engenheiro torna-se cada vez mais presente, como já quantificou Reis Filho.[17] Ao menos num primeiro momento, os únicos capazes de suportar estes encargos foram os militares dos corpos mais recentes: as "armas scientíficas", como seriam denominadas no século XIX.

III - Atravessar, esquadrinhar , descrever

Os reis, que jamais visitaram seus domínios, os conheciam por meio das cartas e imagens produzidas por práticos e alguns especialistas, que foram crescendo em número e qualificação à medida em que as "aulas de artilharia e fortificação" se disseminavam. As academias militares criadas no século XVIII elevaram a um outro patamar esta formação, tendendo a nivelá-la com seus colegas da Europa, que também afluíam a Portugal e seus domínios.[18]

Os militares de formação especializada talvez estivessem entre os funcionários mais capacitados para aquilatar as possibilidades geoeconômicas e sociais locais e delas extrair o máximo de aproveitamento. Além de sua relativa confiabilidade institucional, a administração de massas recrutadas e seu papel de iniciados nos saberes e técnicas do ambiente ilustrado lhes garantia uma experiência ímpar na manipulação dos meios postos à disposição dos aparelhos ordenadores no Antigo Regime.

Assim, as comissões a que os militares são encarregados passam a ter um caráter ordenador muito mais amplo do que sua simples dimensão técnica, como pode ser demonstrado no caso do Recife da descolonização.[19] Por meio do Arsenal (Trem de Guerra), fazia parte de suas atividades intervirem em questões como o abastecimento urbano, o controle dos empregados a serviço do Estado e a condução de experimentações visando a adaptação de materiais e técnicas às condições locais, o que punha em contato os oficiais de Artilharia com uma extensa parcela de artífices e fornecedores da vila.

Se os militares especialistas estavam disseminados por todos os domínios portugueses, sua distribuição não perfazia entretanto um arranjo aleatório. Até então trabalhando com efetivos relativamente reduzidos (artilheiros) ou mesmo

---

[17] REIS FILHO, Nestor G. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968, capit. 2.

[18] "Esses desenhos/desígnios foram, portanto, dos mais eficientes instrumentos de uma ação política para viabilizar as iniciativas oficiais de conhecimento, apropriação, produção e efetivo controle dos territórios conquistados". BUENO, Beatriz P. Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares: a Importância da "Ciência do Desenho" na Construção de Edifícos e Cidades. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano" (Convento da Arrábida - Lisboa 2000) e publicada em http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_03.htm, acesso em julho de 2010.

[19] CATARINO, Acácio J. L. "Cidade e império na política de compromisso pós-pombalina". *Saeculum*, João Pessoa, n. 1, p. 75-88, jul.-dez. 1995.

isolados (engenheiros), sua primeira manifestação de vulto no espaço colonial data das demarcações de fronteiras para o Tratado de Madri de 1750, formulando uma "verdadeira elite intelectual", nas palavras de Ângela Domingues.[20]

Em 1761 o arquiteto bolonhês Landi, por exemplo, aclimata nas colônias o neoclássico ao embelezar Belém com suas primeiras edificações não-religiosas de porte. Muitos destes engenheiros eram alemães e italianos; o fato de que para o Tratado de Santo Ildefonso (1777) a participação de estrangeiros fosse quase nula evidencia a internalização dos saberes correntes na Europa pelo corpo de engenheiros lusobrasileiro.

Um posicionamento fundamental neste sentido deu-se quando o Marquês de Pombal contratou em 1762 o marechal Conde de Schaumbourg-Lippe para reformar o Exército, anacrônico e despreparado. Proveniente da nobreza alemã, o aristocrata havia servido exemplarmente ao rei britânico Jorge III e trazia consigo centenas de militares estrangeiros. Entre as inúmeras regulamentações que emitiu, o próprio comandante-em-chefe empenha-se em difundir a importância da *escrita da guerra*: "A leitura serve para formar-se o espírito militar, e prover-se de ideias: por ela se enriquece com as luzes, e com a experiência dos outros".[21]

As memórias militares portuguesas tiveram um momento importante de sua fixação quando o coronel inglês Charles Rainsford (1728-1809) veio da Alemanha em 1762, ficando às ordens de Lippe. Ao receber a patente de brigadeiro de infantaria "com exercício de engenheiro" (como era comum antes da criação do Real Corpo de Engenheiros), ele já havia escrito as *Remarques Topographiques et Militaires sur les Provinces de la Basse Beira et de l'Alentejo d'aprés la reconnaissance faite dans la campagne de 1762*, que lhe renderia imediatamente sua nomeação como chefe dos engenheiros portugueses.[22]

A partir do levantamento na fronteira dos pontos possíveis de ataque espanhol, Rainsford demonstra o modelo descritivo destes itinerários: institui uma síntese que reúne em primeiro lugar uma apreciação dos fluxos potenciais de circulação por um território delimitado para, a partir daí estabelecer quais os nódulos mais adequados para seu acompanhamento pelo Estado. Num outro passo descreve pormenorizadamente as grandezas determinadas pela ocupação humana: as vilas e seu tamanho, suas distâncias e número. Ao explicá-las, configura indicadores que estão além de sua preocupação inicial, alertando as diferenças

---

[20] DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 17.

[21] "Memória sobre os exercícios de meditação militar para se remeter aos Senhores Generais e Governadores de Províncias a fim de se distribuir aos Senhores chefes dos Regimentos dos Exércitos de Sua Majestade", impressa em Lisboa, 1782, da edição em francês de 1773.

[22] VICENTE, António (ed.). *Memórias Políticas, Geográficas e Militares de Portugal (1762-1796)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1971, p. 88.

entre os habitantes não só em termos de suas riquezas como também aquelas de ordem comportamental.

O modelo de relatório que emerge a partir do documento Rainsford seria continuamente repetido e ampliado, incorporando em especial as classificações derivadas do código lineísta de indexação dos fenômenos orgânicos, hegemônico na História Natural setecentista. A partir desta apropriação taxonômica de uma realidade localizada, a reflexão estabelecia seus nexos (por exemplo, entre a possibilidade de explorar as riquezas minerais e a propensão dos súditos ao trabalho) ou procurava medir sua distância com respeito a uma norma universal (a civilizada) e em boa proporção chegavam a expor uma possível solução, por meio de uma ordenação ótima entre as diferentes classes que compunham o microcosmo analisado.

Adicionalmente, recorria-se inclusive a formulários de coleta de dados uniformes e à demonstração estatística, e no caso dos levantamentos cartográficos há um empenho genuíno pela atualização e padronização. Como prescrevia o marechal de artilharia Cunha Mattos (1776-1839) na *Corografia Histórica de Minas Gerais*, cumpria "atravessar" (estudo *in loco*), "esquadrinhar" (inventariação empírica) e "descrever" (repertoriar e classificar em relatório).[23]

Em suma, o controle dos recursos materiais e humanos das periferias sociais e espaciais do Império exigia um procedimento rigoroso e uniforme, que era registrado por iniciados e encontrava sua análise última nos gabinetes dos poderes do Centro. As patrulhas, explorações e serviços nas fortificações do antemural Oeste, Norte e Sul seriam correntes, gerando um fluxo contínuo de relatórios e recebendo em troca determinações diretas da Corte.

Esta interlocução atravessa como eixo unificador as narrativas daí resultantes, que veiculam saberes ilustrados no contexto de seu papel como articuladores de espaços até então politicamente fragmentado.[24] Estes mapeamentos terminariam por tecer painéis de espaços solidários e propiciaram visões de conjunto maiores, uma *pátria expandida* para bem além daquelas formuladas pelas elites coloniais.

Ao perfazerem um material coletado em dezenas de anos por centenas de inventariantes, evidencia-se estar frente a um evento estruturado, representando um esforço tanto institucional quanto simbólico para atualizar e legitimar a colonização. A propagação da utopia de um "poderoso império" pela geração comandada por Dom Rodrigo de Souza Coutinho não se fez no vazio. A ideia de

---

[23] MATTOS, Raimundo. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 vol.

[24] Para aprofundar a compreensão do papel destes militares, ver: CATARINO, Acácio *A interface regional*: militares e redes institucionais na construção do Brasil (1780-1830). Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP, 2002.

Império saía reforçada, ao compor a unidade de pólos complementares (entre as diferentes interfaces regionais da colônia e entre elas e Portugal), sob a égide da Coroa.

Neste momento, funda-se uma origem, criam-se imagens e consolidam-se mitos que possuem ainda forte apelo (uma natureza inesgotável, que se comunica ao destino fértil dos habitantes desta grandiosa coletividade), que na época estimularam o apoio que a dinastia bragantina recebeu na sua chegada em 1808. A passagem para um império centrado no Brasil estava assim lançada no imaginário coletivo bem antes de ocorrer pelas trilhas políticas. É interessante observar que a própria literatura após a Independência seria altamente influenciada por estes relatos interessados - são os "romances de paisagem", como os denominou Flora Süssekind.[25]

É então que esta linhagem passar a perder fôlego, por motivos que só poderiam ser desenvolvidos a contento em outro texto. Também será importante averiguar como sua fortuna e mesmo seus propósitos vão transformando-se, em diálogo com as mudanças que se observam entre seus leitores.

Pois é num outro momento, no qual este *corpus* disperso de observações ou propostas mais ou menos sistematizadas incorpora-se ao nascente fluxo de notícias veiculadas sobre o Brasil (que de vice-reino passa a Reino Unido e nação independente), que se revelam melhor suas premissas, sua mirada e até mesmo as afiliações com os gêneros de caráter histórico praticada nos Institutos Históricos imperiais.

A descolonização portanto marcaria o ápice e desfecho deste percurso, que não só manifesta um novo patamar de representações sobre a conquista, mas também compõe a base dos registros acêrca da Nação e do Estado nas primeiras décadas do século XIX. De inicial expressão dos nexos entre o Império colonizador como fator civilizatório e índice dos seus resultados nos diversos contextos locais, os escritos destes militares iriam ajudar a marcar as discussões sobre as identidades possíveis do ser *brasileiro*.

---

[25] SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui (o narrador, a viagem)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 22.

MILITARES DO REINO

A FABRICAÇÃO DO SOLDADO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII

Francis Albert Cotta[*]

A partir da década de 1760, Portugal passou por uma reforma militar de matriz prussiana. Ela se fez sentir na disciplina, administração, estratégia, tática e na tecnologia militar. O responsável pela implementação de diversas medidas foi Frederico Guilherme Ernesto. O Conde de Lippe, como ficou conhecido, foi contratado pelo governo português em 1762, por indicação de Jorge II, rei da Inglaterra. Sua missão seria comandar e organizar as forças luso-britânicas na guerra declarada a Portugal pela França e Espanha, em função de não ter atendido o *Pacto de Família*.[1] Lippe teria implementado em Portugal o modelo militar mais evoluído da Europa.[2]

O Conde de Lippe considerava a leitura fonte para formar-se "o *espírito militar* e prover-se de ideias, por ela se enriquecia com as luzes e com as experiências dos outros".[3] Ele exortava aos oficiais que se dedicassem à leitura em suas horas de descanso. Para tal, em cada regimento, sob a responsabilidade do comandante, haveria um número de livros militares. Em princípio, os exemplares de cada livro estariam em sua língua original, e quando possível as obras seriam traduzidas. Os empréstimos seriam feitos aos oficiais mediante recibo. Após um mês, os livros seriam devolvidos à biblioteca para serem emprestados a outros oficiais ou para realizar-se a renovação dos recibos.[4] O acervo básico da biblioteca militar de cada guarnição seria composta pelas obras:

> Arte da Guerra, do marechal de Puységur;[5] Memórias do marquês de Feuquieres; Instruções d'El Rei da Prússia aos seus generais com um tratado de cavalaria ligeira; Arte da Guerra, do Conde de Turpim; Memórias de Montecuccoli;[6] Reflexões militares e Política, do Marquês de Santa Cruz;

---

[*] Doutor e Pós-doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Professor na Pós-graduação em Direito Penal e Direito Processual Penal Militar da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

[1] Tratado concluído em 1761 entre os Bourbons da França, Espanha e Itália para se contraporem ao poderio naval da Inglaterra na Europa e na América.

[2] BERTAUD, Jean-Paul. *O Soldado*, p. 71.

[3] LIPPE, Conde de. *Memória sobre os exercícios de meditação militar*, § IV.

[4] Idem, § V.

[5] O Marquês de Puységur começou a sua carreira militar no decurso das guerras de Luís XIV, concluindo-a já nos anos 30 do século XVIII, durante a Guerra da Sucessão da Polônia, onde teve a qualidade de Marechal da França. A sua obra *Art de la guerre par principes et par règles*, publicada postumamente em 1748, logo reimpressa no ano seguinte e rapidamente traduzida para o alemão e o italiano representa a primeira obra conhecida a propor uma teoria geral da guerra.

[6] Raimondo Montecuccoli, militar italiano a serviço dos Habsburgo, percorreu um grande número de campos de batalha da Europa, desde a Guerra dos Trinta Anos até as campanhas da Holanda, passando pelos enfrentamentos de 1661-1664 contra o avanço turco. Suas obras foram redigidas entre 1640-1670 (*Trattato della guerra, Zibaldone, Dell' arte militare, Delle Battaglie, Della guerra col Turco in*

> Arte da guerra prática; A pequena guerra ou tratado do serviço da tropa ligeira em campanha, de Grand Maison; Tratado da pequena guerra, de La Croix; e Engenheiro de campanha, de Clairac.[7]

Além dessas obras mencionadas, a biblioteca deveria possuir livros e regulamentos militares publicados na Espanha, pois era "conveniente achar-se instruído do conhecimento militar dos seus vizinhos".[8] Numa perspectiva que valorizava uma historiografia militar fundada nos grandes fatos e nas virtudes militares, Lippe incitava um escritor hábil a enriquecer a biblioteca:

> com um compêndio de fatos que apresentassem exemplos daquelas **virtudes sublimes** que o **estado militar** tem a gloriosa vantagem de dar particularmente ocasião de se praticarem atos tais como o **heroico sacrifício** das vidas, a **constância** nos trabalhos e perigos, a **obediência cega e resignada**, o **desinteresse** a magnanimidade com os vencidos. Será necessário fazer escolha destas **passagens históricas** com discernimento não admitindo senão aquelas que forem bem verídicas.[9]

Algumas advertências eram feitas em função das práticas de leitura. As luzes adquiridas pelo estudo eram tão necessárias para "saber obedecer como para mandar com inteligência".[10] Alguns espíritos, por terem lido muito, "se deixavam levar tão fortemente da opinião do seu próprio saber, que por este meio se enfraquecia e diminuía o respeito e a atenção devido a seus superiores".[11] Outros se transportavam para além da sua esfera e supondo-se "habilitados para postos mais elevados do que a sua atual situação, se descuidavam das obrigações do cargo que ocupavam".[12] Lippe considerava a subordinação como a alma do serviço e que sem ela, eram inúteis as melhores qualidades militares.[13]

Para as aulas realizadas nos regimentos de artilharia eram indicados autores específicos, e segundo o *Plano de Estudos,* estava proibido, sob pena de expulsão das aulas e dos regimentos, "que algum oficial compre ou retenha outro livro de profissão que não sejam os que foram determinados para os seus estudos".[14]

Ungheria, Aforismi dell' arte bellica). Buscou a formulação de uma concepção geral da guerra. A obra *Mémoires de Montecuccoli, avec les comentaires de monsieur le comte Turpn de Crissé* destaca a importância do estabelecimento de regras precisas, as quais deveriam prever e enquadrar todas as possibilidades práticas exequíveis, sejam elas as mais favoráveis ou aquelas que se mostrem completamente adversas, excluindo inteiramente toda e qualquer forma de improviso.

[7] LIPPE, Conde de. *Memória sobre os exercícios de meditação militar*, § VII.

[8] Idem, § VIII.

[9] Idem, § IX, grifos nossos.

[10] Idem, § IXII.

[11] Idem, § XIV.

[12] Idem, § XV.

[13] Idem, § XVIII.

[14] Os livros obrigatórios para a artilharia eram: Curso de matemática, de Bellidoro; Mecanismo de Artilharia, de Dulacq; Ataque e defesa das praças, de Vauban; obras de La Valliére, Mr. De Lormée, Mr. De Saint-Remy. Para a Engenharia: Engenheiro de Campanha, de Clairac e as obras de Le Blond. LIPPE, Conde de. *Plano de Estudos*, de 15/7/1763, alterado pelo alvará de 4/06/1766.

A administração e o controle individual dos militares de cada regimento seriam feitos por meio de um livro de registro, onde se lançariam os assentos das *primeiras planas*,[15] estados-maiores, pequenos estados-maiores, oficiais inferiores e dos soldados. Atrelada à tentativa de controle via *Livros Mestres* estaria a padronização do fardamento militar.[16] O traje militar teria duas características distintas: a qualidade funcional e a simbólica. A base de criação dos uniformes militares não seria apenas para evitar que as tropas em combate se tomassem umas pelas outras, mas, fundamentalmente, criar o chamado "espírito de corpo", tanto na guerra quanto na paz. A farda diferencia o soldado das demais pessoas, possibilitando sua fácil identificação. Colocando-o constantemente à exposição dos olhos dos seus camaradas, chefes e população para serem premiados ou punidos.

A preocupação com o fardamento das tropas portuguesas no século XVIII se inicia com a organização de 1708, onde se determinava o fornecimento das fardas aos soldados. Em 1721, uma nova organização, executada pela *Junta dos Três Estados* e regulada por uma comissão de despesa, criou um cofre com uma verba para o fardamento.[17] Em decorrência da reforma de Lippe se fixou com maior rigor o aspecto e o modo de utilizar os uniformes.[18]

A tentativa de controle sobre o uso da farda, na década de 1760, teria como uma de suas causas o uso criminoso por soldados desmobilizados ou por infratores que as roubavam, furtavam ou compravam dos militares. Tendo em vista o elevado número de crimes praticados por agentes que utilizavam fardamento, o rei determinou a prisão daqueles flagrados utilizando-os indevidamente. Pois, se faziam temer "com a referida simulação e pretendendo infamar com ela aquela ilibada reputação e honra que os militares do meu exército se empregam no meu real serviço".[19]

Percebe-se, a partir do Conde de Lippe, a revitalização e a revalorização do *espírito militar*. Fala-se de revitalização, pois, antes dos escritos de Lippe observa-se em diversas obras de autores lusitanos o destaque para esta faceta do universo militar. Na obra *Primor e honra* (1630), fala-se de renúncia, espírito de sacrifício, resignação, desapego aos bens materiais, lealdade, amor ao soberano e à pátria:

> porque ainda que alguns agora zombem de nós por nos verem perseverar no mais áspero desse serviço, padecendo misérias, trabalhos, necessidades, sem

[15] Oficiais que primeiro se inscreviam nos registros das tropas, como o coronel e o tenente coronel.

[16] Tomás Teles da Silva (1737) destacava a função disciplinadora da farda ao alertar que "uma das coisas mais precisas para a conservação e disciplina das tropas é trazê-las bem fardadas". SILVA, Tomás Teles da. *Discursos sobre a disciplina militar*, p.35.

[17] Um dos grandes dramas que afetava as tropas ultramarinas era a escassez de fornecimento de fardas pela Coroa. Os envios das fardas demoravam até cinco anos, tendo-se que recorrer a fornecedores locais. Cf. APONTAMENTOS relativos a uniformes militares, séculos XVI e XIX. AHM. Div/3/26/1/11.

[18] ALVARÁ de 24/3/1764. AHM/Div/3/3/2/2.

[19] ALVARÁ de 20/10/1763. AHM/Div/3/3/22.

> sermos lembrados para o bem (...) De maneira que ainda que nos vejamos sem galardão de trabalhos, visto como serviço de El Rei não é culpado, e nossa natureza nos inclina a ser leais a nosso rei e pátria.[20]

O autor anônimo destaca virtudes tais, como: preeminência da coletividade sobre os interesses particulares, sacrifício da própria vida, senso de honestidade, retidão de caráter e preocupação com as causas nobres:

> esta lealdade e zelo que temos a El-Rei e seu serviço, e guardar todas as gentes, é o segundo degrau da escada do primor por onde subiremos à honra que desejamos, na qual teremos os pés firmes, no zelo do bem comum, arredados dos interesses particulares que é outra escada falta com mostras de verdadeira, pela qual com nome de serviço de El Rei sobem os tiranos cobiçosos, avarentos, invejosos e todos os mais que são prejudiciais ao dito serviço (...) Porque o serviço de El Rei não tão somente há de ser preferido ao particular, como já dissemos mas ainda à própria vida.[21]

A potencialização da ideia de um *espírito militar* se fez sentir seja por meio dos processos pedagógicos de natureza prática, como os desencadeados nos diversos regimentos em que os soldados eram submetidos aos treinamentos específicos, ou por intermédio da "ilustração militar", proporcionada aos oficiais, pelas bibliotecas militares.[22] A constituição de um *espírito militar*, repensado e potencializado a partir de Lippe, teria continuidade no século XVIII, pela feitura de manuais e de leis que procuravam enaltecer e destacar a *"profissão e as virtudes militares"*.

Sabina Loriga (1991), ao estudar o Exército Piemontês no século XVIII, destaca que as reformas militares de 1775 e de 1786 tiveram participação efetiva do Marquês Manuel da Silva, português que passou aos serviços da Corte piemontesa. Manuel da Silva criou unidades operacionais superiores ao regimento. Após a confirmação da característica de massa do exército, organizou as tropas em divisões independentes compostas de todas as armas, que agiriam separadamente. Essa nova organização permitiu colocar em prática importantes iniciativas pedagógicas. Para auxiliar na formação dos jovens oficiais, concebeu-se uma biblioteca militar, que os tiraria dos cafés. Preocupou-se ainda com aspectos assistenciais através da criação do corpo dos inválidos, das pensões, e de um estabelecimento escolar para os filhos dos militares. Por fim, concebeu-se uma

---

[20] *Primor e honra da vida soldadesca no estado da Índia*, p. 36.
[21] *Idem*, p. 37.
[22] Ressalta-se que, antes da *"ilustração militar"* de Lippe, alguns oficiais já possuíam sua biblioteca militar. Luiz Carlos Villalta (2001) identificou a biblioteca de José Antônio Freire de Andrada, governador interino das capitanias de Rio de Janeiro e Minas Gerais (1751-1758) e pai de Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante do Regimento de Dragões de Minas (1775). No período anterior a 1762 sua biblioteca constava de doze títulos de obras militares escritas em francês e espanhol. VILLALTA, Luiz Carlos. *Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII*.

previdência diferente, composta por uma escola interna para a tropa e uma caixa de assistência para os pobres.[23]

Em Portugal, a valorização do ensino militar e da importância dos livros teria permanecido. Em 1785 o Tenente de Cavalaria, José Marques Cardoso, trouxe a lume os *Elementos da Arte Militar*. Sua obra tem como pontos centrais a valorização dos livros, a História Militar e a prática da Arte da Guerra centrada na disciplina e na ordem. Sobre a importância dos "*Livros Militares Permitidos"*[24] afirma que eles:

> são a luz da verdade, presidentes da memória, embaixadores da eternidade, cujos conselhos são tão mais seguros quanto mais despidos de afetos e respeitos humanos, eles são testemunhos dos tempos, uma vida de entendimento, mestres da vida, mensageiros da antiguidade. Servem para instruir reis e generais.[25]

Ao tratar do valor da história, destacou que nela com a "mais pronta e fiel clareza se observam as experiências dos governos passados e se fazem os experimentos para os sucessos presentes e futuros".[26] A "instrução histórica", na qual se destacava "o valor heróico das batalhas e dos grandes generais", era imprescindível para o militar. O soldado deveria abster-se de murmurações, ajuntamentos e livros profanos.[27]

No século XVIII a deserção constituía em Portugal uma componente estrutural do exército, tal como acontecia com muitas forças europeias. Atento ao problema, o Oficial alertava que as deserções nasciam:

> dos descuidos dos senhores oficiais, **oprimindo os ânimos** e **particularizando nas suas paixões este ou aquele soldado** para o punirem, insultarem e porem no perigo de serem trânsfugas. **Considerando-os como escravos e não como companheiros e ajudadores** nas suas felicidades, nas da Pátria e da Coroa. É justo que vejam este ponto com a maior atenção para se não exceder (de homem para homem) em quem muitas vezes **não há diferença mais que no caráter do posto.**[28]

Para se evitar a deserção era sugerido aos oficiais conservar os seus soldados debaixo de uma doce mas vigorosa disciplina, aconselhando-os a terem "amor, afabilidade, cautela e prudência para saber medir a ação que deve ser castigada ou apenas moderadamente advertida":

---

[23] LORIGA, Sabina. *Soldats. Un laboratoire disciplinaire*: L´armée Piémontaise au XVIII siècle, p. 35-37.
[24] Constata-se a permanência das determinações de Lippe no que diz respeito ao controle da literatura militar.
[25] CARDOSO, José Marques. *Elementos da arte militar*, Liv. I § XIV.
[26] Idem, Liv. I § XV.
[27] Idem, Liv. I § XVI.
[28] Idem, Liv. V, § I. Grifos nossos.

> porque perder um só soldado que com desvelo se lhe tem feito adquirir e exercitar em dois, três ou mais anos o manejo das armas e evoluções graduando-o naquele **ar de destreza e agilidade** com que há de mover-se e concertando-o na **gentil arrogância** com que há de mostrar-se em qualquer função do seu regimento seja cavalaria ou infantaria e por em seu lugar um homem **bisonho** e talvez falto de **espírito** o que o outro não teria[29].

Além da discussão sobre o problema da deserção e da disciplina militar, Cardoso destaca que o processo de fabricação de um soldado, tecnicamente capaz, demandaria tempo. Portanto, seria mais vantajoso ao exército *conservar os soldados já feitos*. Esse discurso é particularmente interessante, pois, além de possibilitar a compreensão das relações de poder estabelecidas no interior da caserna, lança luz sobre a divisão que gradualmente se acentuaria entre o mundo do militar e o mundo do *paisano*.[30]

Além dos abusos cometidos pelos oficiais, uma das causas da deserção estaria no recrutamento de vagabundos e libertinos, homens que "não possuíam sentimento de honra". Para mudar esse quadro era necessário o recrutamento de homens que "amassem o rei e a pátria, e ao menos seus costumes fossem capazes de uma boa disciplina".[31]

No pensamento do Tenente Cardoso identificam-se ideias do Conde de Lippe tais como a necessidade de um "exército permanente e sempre exercitado" e a criação, em cada província, de uma *aula militar* ou *academia,* "onde pudesse entrar *toda a casta de pessoa*: órfãos, bastardos, enjeitados, mendicantes e algumas pessoas mais distintas que particularmente ou na mesma aula se quisessem iniciar e instruir na *Arte da Guerra*".[32]

O Conde de Lippe era um discípulo de Frederico II da Prússia, o rei minucioso das pequenas máquinas, dos regimentos bem treinados e dos longos exercícios. A técnica usada nos famosos regulamentos prussianos, que a Europa toda imitou depois das vitórias de Frederico II, constava de uma decomposição do tempo: quanto mais se multiplicavam suas subdivisões, melhor se desarticulava, desdobrando seus elementos internos sob um olhar que os controlava.

Michel Foucault (1998), ao se referir à *Ordenação Militar Francesa* de 20 de março de 1764 e ao universo militar europeu influenciado pelas reformas prussianas, afirmou que o soldado tornou-se algo que se fabrica:

> de uma massa informe, de um corpo inapto, fez a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, tornando-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no

[29] Idem. Grifos nossos.
[30] Termo utilizado no século XVIII para designar o não militar.
[31] CARDOSO, José Marques. *Elementos da arte militar*, Liv. V, § III.
[32] Idem, Liv. V, § VI.

> automatismo dos hábitos; em resumo, foi "expulso o camponês" e lhe foi dada a "fisionomia de soldado".[33]

Para Foucault, a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, "corpos dóceis", aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Esse poder disciplinar tem a função de adestrar, ele não amarra as forças para reduzi-las, mas procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. A coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre a aptidão aumentada e uma dominação acentuada.[34]

Nos exercícios há uma nítida articulação entre o corpo e o objeto. A disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula, ela estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro. Ao tratar dos *exercícios a pé,* o Conde de Lippe, orienta que, estando formado o regimento, a fim de iniciar os exercícios, o coronel ou oficial mandaria:

> 1 Juntar a mão direita à clavina - um tempo.
>
> - Esse mandamento se executa pegando a clavina com a mão direita voltando os fechos para a parte de fora e tendo sempre a clavina nessa posição.
>
> 2 Armas à frente – um tempo.
>
> - Tira-se a clavina arrebatadamente do ombro pegando-lhe com a mão esquerda juntamente por cima dos fechos, de modo que o dedo mínimo toque a extremidade superior, o dedo polegar estendido sobre a coronha e que a clavina não esteja muito desviada do corpo, a mão esquerda deve ficar na altura dos olhos.[35]

Além dos 30 tipos de *exercícios a pé* e suas consequentes subdivisões, o *Regulamento para a Cavalaria*, elaborado pelo Conde de Lippe (1764) traz observações relativas a 32 evoluções. Um processo engendrado pelo *tempo disciplinar*, com seus respectivos constitutivos essenciais: a aplicação, a exatidão e a regularidade.

Por meio do arcabouço disciplinar expresso percebe-se, além da técnica prussiana de decomposição do tempo e do movimento, aquilo que Foucault chama de *codificação instrumental do corpo*.[36] Ela baseia-se na decomposição do gesto global em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que são utilizados (mão direita, mão esquerda, ombro, dedo mínimo, polegar, olhos) e os elementos do objeto manipulado (fechos, cano, coronha). Coloca-os depois em correlação uns com os outros segundo certo número de gestos simples (pegar, levantar).

---

[33] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, p. 117.
[34] Idem.
[35] LIPPE, Conde de. *Regulamento para a Infantaria*, cap. IV, § 1º.
[36] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, p. 130.

Finalmente fixa a ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa um lugar determinado.

Têm-se então o que Foucault chama de "Elaboração Temporal do Ato". O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações, para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. "O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder".[37]

O sucesso do poder disciplinar se deve, sobretudo, ao olhar hierárquico, à sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico: o exame. A "disciplina é uma anatomia política do detalhe", que transparece na minúcia dos regulamentos e no olhar esmiuçante das inspeções. Segundo Lippe, "as revistas particulares de cada regimento são apropriadamente das inspeções e servem para examinar com detalhe o estado do regimento em todos os pontos".[38]

Teoricamente, a "construção do soldado" iniciaria no momento em que o vassalo assentava praça num regimento regular. A narrativa do processo pedagógico militar que se segue baseou-se nas notas do terceiro e quarto capítulos do Regulamento de Cavalaria para o exército português, de autoria do Conde de Lippe.

Ao se admitir um soldado de recruta num regimento de cavalaria, o primeiro passo era colocá-lo sob a responsabilidade de um soldado capacitado e de boa disciplina, para que lhe fosse ensinado os métodos de como se conservar asseado e as técnicas para uma boa manutenção do armamento.

No dia seguinte, o cabo-de-esquadra a quem estivesse diretamente subordinado, forneceria ao recruta tudo o que lhe competia e o levaria à presença do seu oficial, já totalmente uniformizado e armado. Depois lhe entregaria a sela e arreios para seu cavalo, ensinando-lhe o modo de aparelha-lo e limpar as correias e ferragem.

O processo pedagógico adotado pelo cabo-de-esquadra se basearia numa demonstração preliminar, na qual mostrava o método correto de realizar determinado procedimento. Em seguida, o soldado repetia o que foi ensinado. O recruta somente avançaria se o ponto abordado fosse bem compreendido e corretamente executado. Em meio às instruções, o cabo advertia ao recruta para sempre ter o cabelo bem penteado e atado. Após esses primeiros ensinamentos e estando apto, o soldado era enviado ao manejo das armas e à picaria.

O picador, na presença de um Oficial da Companhia, antes de iniciar os treinamentos aos novos soldados, conferia se a sela estava bem posta, se os arreios e armamento estavam como devia e se o freio na boca do cavalo estava corretamente colocado. Encontrando alguma irregularidade, o cabo era

[37] Idem, p. 129.
[38] Ordens-do-dia do Conde de Lippe. Agosto de 1762. BNRJ. Cód.1.13,3,14.

repreendido ou castigado, pois, o recruta era sua responsabilidade e por ele deveria zelar.[39]

Era dado às recrutas tempo para que aprendessem a *primeira parte* da sua obrigação, isto é, se vestirem e aparelhar o cavalo, findo esse prazo e ocorrendo erros na execução de suas tarefas, o cabo, "que as governa, as repreenderá pela primeira vez, e pela segunda fará queixa para serem castigadas por faltarem ao que devem".[40]

Nessa lógica, segundo Foucault, a ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é de natureza mista: é uma ordem "artificial", colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento. Mas também é uma ordem definida por processos naturais e observáveis: a duração de um aprendizado, o tempo de um exercício e o nível de aptidão tem por referência uma regularidade, que também é uma regra.

No desenrolar do processo pedagógico caberia ao Coronel fiscalizar o picador, para que ele, ao ensinar o exercício a cavalo aos recrutas, observasse com escrúpulo os princípios ordenados no Regulamento, não se utilizando de nenhum outro método.

Ao se apresentarem para o *exercício de pé,* os recrutas deveriam estar devidamente uniformizados, cabendo ao cabo ou soldado proceder a um rigoroso exame do estado do armamento e do fardamento, observando se as correias estavam asseadas, o pó bem escovado e se as guarnições de ferro e bronze se encontram bem luzidas.

O cabo seria responsável por colocar os recrutas em uma linha, postados em forma de filas abertas "com os calcanhares distantes uma mão travessa um do outro; artelhos virados para fora e todos em linha". O corpo endireitado, o peito para fora, e a barriga para dentro, a cabeça bem levantada e as mãos postas bem atrás. Depois de normatizar o corpo, o cabo atuaria no movimento deste corpo, mandando "à direita, e à esquerda, e voltar à primeira forma", tomando o cuidado de levantar bem os calcanhares quando se movem e bater o pé que vai à frente com bastante força. Marchavam desta forma, sem armas, com os joelhos direitos ao levantar e assentar o pé no chão "e quando os moverem inclinavam os artelhos para baixo, virados para fora". Na marcha, a cadência era firme e, passando junto a uma pessoa, olhavam-na com ar intrépido, fazendo alto frequentemente. Tais movimentos se faziam sem as clavinas por alguns dias, "para adquirirem a paciência de soldados e perderem o ar bisonho".[41]

Quando o recruta estivesse firme na sua posição, marchando com segurança e olhando com intrepidez, o que poderia conseguir em uma semana, iniciaria os exercícios com a clavina. Antes da execução de qualquer movimento, este seria

---

[39] A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e correção.
[40] LIPPE, Conde de. *Regulamento para a cavalaria,* notas dos 3º e 4º capítulos, § I. 7.
[41] Idem, § II. 4.

explicado e demonstrado em seus pormenores, destacando o correto método de execução.

Se, ao realizar o movimento, o recruta cometesse algum erro, o cabo lhe explicaria onde errou e lhe mostraria como deveria executar corretamente. Tendo o recruta aprendido todo o manejo por divisões, iniciaria o exercício pelas "vozes do mandamento", contando-se-lhe os movimentos de cada mandamento, conservando a mesma cadência de tempo no contar.

Por haver vários soldados em diferentes níveis de aprendizagem na *escola de recrutas*, caberia ao cabo dar as suas lições a um grupo e depois ao outro. Iniciando com os mais adiantados. O grupo que descansa aprenderia ao observar tanto a instrução do cabo quanto os erros daqueles que faziam os exercícios.

Na picaria, seria responsabilidade do cabo ensinar a montar e apear com armamento posto, pôr a clavina em seu lugar, tirar a correia, abrir a mola, tirar e embainhar a espada, manejar a clavina e a pistola a cavalo. Em tudo estando atento para que os recrutas executassem tais movimentos com a mesma precisão dos movimentos a pé.

Estando os recrutas em condições de sair da escola, o ajudante os integraria a soldados capazes, exercitando-os por uma semana. Achando algum "incapaz, ou trêmulo", este voltaria à *escola de recrutas*. Aqueles que executassem perfeitamente suas obrigações seriam enviados a tirar os serviços de guardas e demais obrigações do regimento. Ao incorporar no regimento os recrutas, depois do juramento geral, tomavam o mesmo juramento no quartel do comandante, em presença do auditor, do capelão e de um oficial da companhia.

Ainda, na esteira das teorias de Foucault e aplicando-as à vida militar sob os domínios das prescrições do Conde de Lippe, percebe-se a elaboração de um sistema que qualifica e reprime um conjunto de comportamentos, funcionando como repressora, uma micropenalidade que englobaria o tempo, a atividade, a maneira de ser, os discursos e o corpo do soldado (QUADRO 1).

QUADRO 1

Micropenalidades no regulamento do Conde de Lippe – 1763

Micropenalidade	Prescrições do regulamento do Conde de Lippe
Do tempo	"O oficial comandante de uma guarda que der licença a mais soldados, ou por mais tempo, do que se permite aqui, será preso por um ano em uma estreita prisão e expulso para sempre do serviço sem remissão, sendo esta culpa das mais perniciosas consequências (...) Todo oficial que se ausentar do seu posto por tempo de meia hora será preso em uma Praça de Guerra por tempo de seis meses e o seu soldo se dará à caixa dos inválidos".[42]
Da atividade	"Os oficiais entrarão da mesma sorte nela (Igreja), como os soldados e olharão sempre para eles para que ninguém faça bulha, ou sussurro, e aqueles que se não portarem como devem serão depois severamente castigados (...) Todo o soldado que não tiver cuidado no seu cavalo, nas suas armas, no seu uniforme, sela, etc. e em tudo o que lhe pertence, que o lançar fora, que romper, ou arruinar de propósito, e sem necessidade; e que o vender, empenhar, ou jogar será pela primeira e segunda vez preso, e severamente castigado conforme as circunstâncias, porém à terceira será punido de morte".[43]
Da maneira de ser	"Todos os oficiais inferiores e soldados devem ter toda a devida obediência e respeito aos seus oficiais do primeiro até o último em geral. (...) Todo o soldado deve achar-se onde for mandado e à hora que se lhe determinar, posto que lhe não toque, sem murmurar, nem por dificuldades e se entender que lhe fizeram injustiça, depois de fazer o serviço, se poderá queixar, porém sempre com toda a moderação".[44]
Dos discursos	"Todo aquele que falar mal do seu superior nos Corpos de Guarda ou nas Companhias, será Condenado aos trabalhos da Fortificação, porém se na indagação que se fizer se conhecer que aquela murmuração não fora procedida somente de uma soltura de língua mas encaminhada a

[42] LIPPE, Conde de. *Regulamento para a cavalaria*, cap. VII, Art. II, 15 e 17.
[43] Idem, cap. VIII. 7; Artigos de Guerra, XIX.
[44] Idem, Artigos de Guerra, VII e IX.

	rebelião será punido de morte, como cabeça de motim".[45]
Do corpo	"Cuidadosamente se examinará se os oficiais inferiores, soldados e trombetas vão bem vestidos e penteados e se a sua roupa branca vai lavada e limpa e o boldrié branqueado".[46]

Fontes: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, 1998; LIPPE, Conde de. *Regulamento para a Cavalaria*. 1764.

Trata-se, ao mesmo tempo, de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta e dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso à universalidade punível-punidora.[47]

[45] Idem, Artigos de Guerra, XVI.
[46] Idem, cap. VIII, 3.
[47] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, p. 149.

A LEI DE RECRUTAMENTO MILITAR DE 1764 ERA APLICADA EM 1791? UMA OBSERVAÇÃO DOS MAPAS DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE LIPPE

Fernando Dores Costa[*]

Uma nova lei do recrutamento militar de 1764, o alvará de 24 de Fevereiro desse ano, ensaiou uma "racionalização" dessa prática, que se confrontava tradicionalmente com enormes resistências, através da definição dos espaços administrativos em que se levantavam os homens para cada um dos regimentos. O objectivo era passar a responsabilidade do levantamento de soldados dos oficiais militares para os capitães-mores de ordenanças, que se imaginava que o pudessem fazer regularmente. Cada regimento passaria a ter uma região aproximadamente equivalente para a obtenção dos seus efectivos.[1]

Para o regimento de infantaria denominado "de Lippe" foi definida uma área na ouvidoria de Abrantes e comarca de Tomar, composta pelas seguintes vilas e respetivos termos:

	Lei 1764[2]		1798[3]	R[4]	1801[5]	
	Fogos	Soma	Fogos		Fogos	Soma
Vila Abrantes	1053				1316	
Termo	1830	2883	4608	184	3362	4678
Vila do Sardoal	588				927	
Termo	102	690	1077	43	155	1082
Vila de Tomar	900				1003	
Termo –12 freg.	2550	3450	4480	179	3387	4390
Vª de Asseiceira	150				347	
Termo	50	200	348	14	---	347

[*] Centro de Estudos de História Contemporânea. Instituto Universitário de Lisboa.

[1] COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão. A aversão ao serviço militar em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

[2] Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa) [TT], Ministério do Reino, Maço n.º 622.

[3] *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*. Introdução de Joaquim V. SERRÃO, Paris: FCG-CCP, 1970, pp. 9-11.

[4] Número de recrutas previsto no mapa de 1798.

[5] "Taboas topograficas e estatisticas – 1801", *Subsídios para a História da Estatística em Portugal*, vol. II, Lisboa: INE, 1945.

Vª Atalaia	350				669	
Termo	250	600	664	27	---	669
Vª de Tancos	400				195	
Termo	60	460	190	8	---	195
Vª Paio de Pele	400				223	
Termo	180	580	207	8	---	223
Vª Punhete	350				403	
Termo	25	375	493	20	---	403
Vª Ponte de Sor	160				381	
Termo	110	270	414	17	240	621
Vª Mação	500		584	23	578	578
Vª Amendoa	140		222	9	216	216
	10148		*13494 (33%)*	*524*		

Entre 1764, data do agrupamento dos "distritos", e 1791, data dos mapas que são aqui objecto de exploração, desapareceu como unidade administrativa a ouvidoria de Abrantes (que incluia esta vila e a vila de Sardoal). O mapa constante dos trabalhos de preparação do alvará de 24 de Fevereiro não inclui a vila de Sobreira Fermosa.[6]

Na verdade, a administração régia não dispunha dos meios que tornassem efectiva essa "racionalidade". Não era conhecido o efectivo da população. Usavam-se em 1763, por exemplo, os números da *Coreografia* do padre Carvalho da Costa, publicada meio século antes, como se escreve à margem dos mapas manuscritos desse ano. Ignorava-se, por maioria de razão, a sua distribuição por sexos e idades. Os números de fogos que podemos contrapor aos usados para a lei de 1764 são os dos censos de 1798 e 1801, também estes afastados quase outro meio século, e notavelmente superiores aos que levaram ao agrupamento dos "distritos". O número de fogos aumentou em um terço, aumento que corresponde obviamente ao período muito longo entre o das fontes usadas e o final do século. A esta luz, a base demográfica militarmente interessante no fim do século XVIII deveria ser previsivelmente mais pouco mais favorável à formação do regimento.

O mapa de 1798 previa a distribuição de recrutas de acordo com o critério – evidentemente desprovido de rigor – da consideração da existência média de quatro habitantes por fogo e do recrutamento para o corpo de soldados de um por cento do referido quantitativo demográfico imaginado, ou seja, 0,4% desse número de fogos.

[6] TT, Minsitério do Reino, Cx. n.º 622.

Havia, com efeito, uma tradição que enunciava, sem um fundamento claro, que a força militar sustentável corresponderia à referida relação de um por cento do efectivo da população.

Além da utilização de números que não correspondiam à realidade, as áreas de recrutamento apresentavam grandes diferenças entre si, chegando algumas a ter apenas metade dos fogos das maiores. Por exemplo, comparando doze casos:

	Regimento	Distritos	Fogos	4 = 100[7]	Soldado/fogo
1	De la Lippe		10148	81,4	
2	1º da Armada	Freguesias do termo de Lisboa	11170	89,6	
3	2º da Armada	Terras que foram da comarca de Montemor o velho e da comarca de Coimbra	9118	73,2	
4	Da Corte	[Leiria]	12462	100	
5	Conde do Prado	Comarca de Ourém	10199	81,8	
6	Marquês do Lavradio	[Cascais]	6274	50,3	
7	Praça de Setúbal	[Setúbal]	9067	72,8	
8	Praça de Peniche	[Peniche]	6606	53	
9	Cavalaria de Macklembourg	[Alenquer]	7300	58,6	
10	Alcantara	[Santarém]	6545	52,5	
11	Cais		6903	55,4	
12	Artilharia de S. Julião	[Lisboa]	32706	262,5	

Salta à vista que a cidade de Lisboa e uma parte do seu termo pareciam ficar numa situação de manifesto privilégio tributário militar. Receava-se a plebe da grande cidade? No mapa de 1798, tal já não se verifica, nele constando um levantamento idêntico às outras circunscrições:

[7] Proporção entre as regiões de recrutamento a partir na maior (4), excluída Lisboa pela sua manifesta excepcionalidade.

1798	Freguesias	fogos	Recrutas
Lisboa e termo	102	54891	2196

Mas no mapa de 1764, o privilégio parece evidente. Contudo, para podemos ter mais segurança nesta conclusão, seria indispensável conhecer mais em detalhe o estatuto não escrito da cidade e ainda o eventual recrutamento para a Armada.

Artilharia de S. Julião da Barra	
Cidade de Lisboa	25704
Oeiras e termo	389
Carcavelos e termo	240
Sintra	550
Termo de Sintra	1278
Colares	318
Cheleiros	83
Mafra	355
Termo de Mafra	266
Ericeira	206
Torres Vedras	605
Termo de Torres Vedras	2712

Esta é uma prova concludente da inconguência presente no método do alvará de 1764.

A aproximação aqui proposta à aplicação desta lei de 1764, vista depois de passados mais de 25 anos, é feita através da verificação dos locais de nascimento dos soldados. A aproximação é grosseira: o local de nascimento não é necessariamente o local de recrutamento nem nos permite saber de que forma o soldado foi recrutado. Pode ter nascido e residir na zona reservada ao regimento e chegar às fileiras deste através da acção regular dos capitães-mores ou pelo regresso ao sistema de comissões militares. Mas o padrão de diversidade de locais de nascimento dir-nos-á alguma coisa sobre a aplicação da "racionalidade" de 1764.

O regimento aqui considerado é o primeiro dos regimentos de infantaria, continuando em 1791 a ser designado pelo nome do conde alemão que ganhou a

fama de reformador do exército na década de 1760 e será o n.º 1 quando se adoptar essa numeração dos regimentos na reorganização de 1806.

A fonte utilizada são os mapas das dez companhias que incluem a informação sobre os oficiais superiores e inferiores, pífaros e tambores, cadetes e soldados, incluindo o nome, a curiosa coluna "Nobres" (que adiante referirei), o lugar de nascimento (província, comarca, termo e freguesia), as medidas (ou seja, a altura), a "capitulação" (que se refere ao tempo passado sobre a data prevista numa lei de 1779 para a conclusão do tempo de serviço), o estado civil, os ofícios (em oposição "tem/não tem"), a idade e o tempo de serviço sem capitulação. Assentavam-se ainda os recrutas, doentes, incapazes, presos, presos senteciados, os que fraltavam para completar e os efectivos.

O coronel em 1791 era D. Diogo Soares de Noronha (solteiro, com 50 anos). O tenente coronel é o 3º marquês de Lavradio (nascido em 1756), D. António Máximo de Almeida Portugal. O major era Eusébio Mourão Garcez Palha, nascido na freguesia dos Anjos em Lisboa, sendo o tenente da sua companhia António Mourão Garcez Palha, nascido na freguesia do Tojal em Lisboa, ambos casados, com 49 e 42 anos.

São capitães José Tomás de Macedo, Cristóvão José de Mello (nascido em Elvas), José Joaquim Xavier da Silva, Francisco Machado de Mendonça (de Viana do Minho), José Teixeira Cabral (de Faro), Manuel Mourão Garcez Palha (nascido na freguesia dos Anjos, em Lisboa) (sendo seu tenente José Mourão Garcez Palha, nascido no Tojal, em Lisboa, ambos solteiros, com 48 e 46 anos) e Joaquim Eleutério Ferreira. O tenente e o alferes da companhia do coronel são ambos de apelido Costa e ambos nasceram na freguesia de S. Miguel do termo de Castelo Branco.

Temos, pois os sinais característicos da matriz social do exército: os lugares máximos ocupados por fidalgos (o fidalgo Noronha e um membro da nobreza titulada) e alguns sinais elementares da apropriação dos postos pelas redes familiares, ressaltando a presença dos Mourão Garcez Palha. Mas o exercício que aqui se apresenta quer contrariar a ideia de que apenas uma história das "elites" é possível e interessante. A consideração dos homens comuns como os soldados impõe a exploração destas fontes de informação "massiva".

Os mapas fornecem a seguinte informação:

Comarca	Cor.	TC [8]	3ª c.	4ª c.	5ª c.	6ª c.	7ª c.	8ª c.	9ª c.	10ª c.		%
	90	31	80	103	102	75	73	77	63	87	781	100
Tomar	42	14	35	52	48	39	37	40	36	44	387	49,6

[8] A informação está provavelmente incompleta.

Lisboa	25	4	14	13	6	13	8	14	5	15	117	15
Santarém	2	3	6	11	7	5	14	13	5	13	79	10,1
Coimbra			3	4	9	4	1		6	4	31	4
Terceira	3			1	8	1			4		17	2,2
Évora	1	3			4	3	2		2		15	1,9
Leiria	9		3	1							13	1,7
S.Miguel						2	3	3		4	12	1,5
Setúbal		2	1	3	1	2		1	1		11	1,4
Porto	3		3		1						7	0,9
Beja				2	2			2			6	0,8
Avis		1	1	1	1				1		5	0,6
Viseu			1	1		1	1		1		5	0,6
T.Vedras		1	3	1							5	0,6
Barcelos	1			2							3	0,4
Elvas	1			1	1			1			3	0,4
Guarda				2	1						3	0,4
Braga					1		1			1	2	0,3
Aveiro			1							1	2	0,3
C.Branco	1					1					2	0,3
Lamego		1	1								2	0,3
Viana			1	1							2	0,3
Lagos				1				1			2	0,3
Pico				1				1			2	0,3
Tavira					2						2	0,3
Valença						1	1				2	0,3
S.Maria										1	1	0,1
Covilhã										1	1	0,1
S. Jorge									1		1	0,1
Graciosa									1		1	0,1
V.Viçosa	1										1	0,1
Chaves		1									1	0,1
Crato		1									1	0,1
Silves				1							1	0,1
Faro					1						1	0,1
Alenquer					1						1	0,1
Pinhel						1					1	0,1
Trancoso							1				1	0,1
Bragança							1				1	0,1
T. Novas								1			1	0,1

Em conclusão, cerca de metade dos soldados nasceram nos "distritos" definidos para o recrutamento do regimento, o que indicia que os mecanismos previstos na lei de 1764 continuam a ter alguma eficácia, embora limitada, já que

foi necessário recorrer ao levantamento da outra metade de homens, nascidos em muitos outros lugares e que terão – tudo aponta nesse sentido – confluído na cidade de Lisboa, lugar de estacionamento do regimento, sendo recrutados na cidade. Isto comprova que essa metade terá sido levantada por outros agentes e meios que não os capitães-mores das terras da área de recrutamento do regimento.

Se considerarmos que a região de recrutamento do regimento tem no final do século XVIII cerca de 13500 fogos e aceitando a ideia de isso corresponda a cerca de 54 mil almas e que houvesse uma relação entre a classe militarmente interessante e a população de 5,75% sugerida por Franzini[9] esta seria de cerca de 3100 homens. Criar um regimento com mil soldados imporia nesse caso o alistamento de um em cada três dos homens jovens da região. Claro que o regimento não se formava de uma vez – a não ser em tempos de crise bélica próxima – e por isso a actividade corrente seria a reposição dos homens perdidos por morte, incapacidade e deserção. Contudo, significativamente, o regimento estava em 1791 longe de ter os efectivos previstos. Faltavam para completar segundo os mapas mais de uma centena de soldados:

A	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
B	1	?	2	2	2	24	28	---	38	14	111

A – companhia; B – "faltam para completar".

Os números não parecem, contudo, coerentes com os efectivos encontrados, a menos que se preveja uma irregularidade na dimensão das várias companhias.

Temos também uma informação sobre os incapazes: seriam 89, mais de um em cada dez.

Os mapas utilizados incluem, como referido, outras informações que se podem explorar. Caso da curiosa coluna "Nobres": nela se encontram os oficiais superiores, os cadetes e curiosamente seis soldados de três companhias. Por que razão não são cadetes? Por falta de meios para se sustentarem?

Companhia		Cadetes	Soldados	
1ª	N[10]			N
2ª	3	2		5
3ª	3	1	3	7
4ª	3	3		6
5ª	(3)	(1)	1	5

[9] A relação é 161 mil em 2,8 milhões, cf. COSTA, Fernando Dores. "O bom uso das paixões. Caminhos militares na mudança do modo de governar." *Análise Social,* XXXIII, 149, (1998), p. 975.
[10] A coluna não foi preenchida.

6ª	3	2		5
7ª	3	1	2	6
8ª	N			N
9ª	3	--		3
10ª	3	--		3
	[30]	10		

As informações destes mapas contrariam a ideia de que os soldados acabavam por ser maioritariamente casados. Estes são 188, os solteiros são 608 (76,4%). Em todo o caso, quase um em cada quatro era casado, isso impondo provavelmente um tipo de vida diferente e a sustentação de uma família através de meios que o exército não fornecia. Contudo, apenas uma minoria teria um ofício (185), ou seja, não seria um trabalhador indiferenciado.

Em conclusão, a relação entre uma região definida de recrutamento em 1764 e o regimento parece subsistir em 1791, mas apenas para cerca de metade dos efectivos, os quais estão incompletos e incluem um número de homens incapazes e com mais de 40 anos. Outra metade proviria da acção de recrutamento dos militares na cidade de Lisboa de homens naturais de variados locais. Na crise aberta desde 1796, ganhou importância o papel do Intendente Geral de Polícia e, desse modo, encerrou-se o ciclo do conde de Lippe.

A reconstituição social do exército do século XVIII é possível com algum detalhe a partir deste tipo de fontes e complementa os trabalhos sobre os oficiais. Será ainda mais interessante se for possível alargá-la e conjugá-la com os casos em que as fontes locais nos permitam tentar ver o outro lado do recrutamento.

Lisboa, 17 de Abril de 2012.

SOLDADOS PRESOS NA INQUISIÇÃO DE LISBOA

Marco Antônio Nunes da Silva[*]

Dentro da hierarquia dos funcionários inquisitoriais, o Promotor era o que poderíamos chamar de advogado de acusação. Suas funções são muito bem delineadas nos Regimentos da Inquisição portuguesa. É dele, por exemplo, a iniciativa de emitir mandatos de prisão, sempre com base em denúncias "legais", que podiam vir das visitações ou também dos livros de denúncias. No entanto, os *cadernos do Promotor* não contêm apenas denúncias *oficiais*, pois uma simples carta, escrita por um ilustre desconhecido, também é encontrada em seus milhares de fólios. Toda essa documentação nos permite entrar em contato com grande variedade de delitos, para além dos usuais que estamos acostumados a ler na vasta bibliografia respeitante ao tema.

A documentação produzida pela Inquisição durante os seus quase trezentos anos de existência tem-se mostrado de interesse ímpar para o estudo do cotidiano. Por meio dos processos inquisitoriais e dos *cadernos do Promotor* entramos em contato com o dia-a-dia nas mais diferentes regiões do império, e a partir desse encontro temos condições de acessar "valores e modos de estar na vida", para usar expressão da historiadora portuguesa Elvira Mea.[1]

Nas centenas de casos que foram registrados nos *cadernos*, há certa dificuldade em se determinar o porquê de alguns se transformarem em processos, e outros ficarem sem punição por parte do Tribunal da Inquisição. Não podemos buscar a resposta somente na gravidade dos delitos denunciados, pois outros tantos, também extremamente afrontosos que encontramos registrados nos *cadernos*, aí ficaram. Mais certo seria expandir nosso entendimento e se buscar explicação na própria pessoa daquele que é imputado ser o fautor; na circunstância em que o "crime" havia sido cometido; no estado físico e mental do acusado; na relação entre o denunciado e suas testemunhas de acusação, e esse cuidado visava se colocar de lado possíveis inimizades entre as partes envolvidas; no número daqueles que faziam a denúncia, e a qualidade de suas pessoas; além, claro, da própria incapacidade da máquina inquisitorial em dar conta do recado, e averiguar e/ou prender todas as pessoas incriminadas.

---

[*] Doutor em História Social pela USP. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

[1] MEA, Elvira Cunha de Azevedo. "O cotidiano entre as grades do Santo Ofício". In: FALBEL, Nachman et alii. *Em nome da fé: estudos* in memoriam *de Elias Lipiner*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 132.

Como apontam vários historiadores, o Regimento de 1640 foi o resultado de uma longa experiência acumulada pelos membros do Tribunal nas duas décadas que o antecederam. Em seu Livro III, título XII – *Dos blasfemos e dos que proferem proposições heréticas, temerárias ou escandalosas* –, podemos ver a preocupação dos inquisidores com tal assunto, pois detalham as várias modalidades de blasfemos: blasfemo heretical; blasfemo heretical por costume; blasfemos que hão-de ter açoites e galés; pessoa eclesiástica ou religiosa blasfema; blasfemo negativo; blasfemo suspeito confitente que nega a tenção; blasfemo não suspeito; blasfemo herege; blasfemo relapso; blasfemo relapso que no primeiro lapso abjurou de veemente; penas de que dizem que a fornicação simples, usura e simonia não são pecado; blasfemos apresentados; blasfemo cuja causa pende em juízo fora do Santo Ofício; blasfemos castigados no juízo secular; penas dos blasfemos não hereticais.[2]

Podemos ter acesso aos casos de blasfêmia lançando mão de três tipos de documentação: uma primeira, e por certo a mais usada, são os processos que foram movidos contra homens, mulheres e até mesmo "crianças", acusados de proferirem blasfêmias, proposições heréticas e palavras malsoantes; as listas dos autos de fé incluem-se no segundo exemplo, por nos terem deixado informações que nos permitem, hoje, a localização daqueles que saíram penitenciados por esse tipo de delito; a terceira diz respeito aos *cadernos do Promotor*, documentação fundamental para este texto, e que é pouco conhecida de forma mais aprofundada.

A origem da palavra blasfêmia vem do grego *blasphemia*, que pode ser entendida como "falar mal de alguém ou a alguém"; do latim *blasphemia*, que significa "palavra ultrajante"; já as *Sagradas Escrituras* entendem blasfêmia como "as injúrias proferidas, seja contra Deus, seja contra os homens".[3] Ao se referir ao Ocidente cristão dos séculos XVI e XVII, Jean Delumeau é categórico ao caracterizá-lo de "civilização da blasfêmia". Essa sociedade conviveria com "uma religiosidade superficial, marcada pela teatralização da fé, esvaziada de seu sentido originário".[4] Dessa forma, o historiador francês entende que "injúrias e blasfêmias (os dois termos não são sinônimos) constituem, sem dúvida, revelador de um determinado grupo social e de seus valores admitidos e rompidos".[5]

---

[2] FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de. *As metamorfoses de um polvo. Religião e política nos Regimentos da Inquisição portuguesa (Séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio, 2004, p. 358-361.

[3] TOMÉ, Elisabete Picão. *Blasfémias no Tribunal da Inquisição de Coimbra, 1541-1750*. Coimbra: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, 2006, p. 16. Sobre a definição do termo *blasfêmia*, ver também: ALVES, Ana M. M. Ruas. *"Por quantos anjos pario a Virgem". Injúrias e blasfémias na Inquisição de Évora, 1541-1707*. Coimbra: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, 2006, p. 1.

[4] MARTINS, Alexandre Ribeiro. "Blasfêmias e irreverências no Brasil setecentista: a terceira Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará em 1763-69", p. 7. Texto disponível em: http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_4/PDFS/Alexandre.pdf (acesso em 05.01.2011).

[5] No original, diz Delumeau: "injures e blasphèmes (les deux termes ne sont point synonymes) constituent, à n'en point douter, un révélateur d'un groupe social déterminé et de ses valeurs admises et

Para tanto, Delumeau busca entender quem de fato blasfemava, os verdadeiros motivos para a ocorrência desse fenômeno e em quais circunstâncias ele era observado. Fatores como a embriaguez, a prisão e o jogo estariam na origem das blasfêmias.[6] E em outra obra de peso, o historiador francês mostra que "todo sagrado não oficial é considerado demoníaco, e tudo o que é demoníaco é herético". Logo, "toda heresia e todo herético são demoníacos". Para o cenário europeu, e baseando-se em uma série de documentos, Delumeau é enfático ao afirmar "que os europeus do começo da Idade Moderna praguejavam e blasfemavam enormemente". As palavras injuriosas que tinham como objetivo atacar a religião carregavam em si, no fundo, uma série de proposições e ideias associadas à feitiçaria: negava-se, então, a imortalidade da alma; colocavam-se em dúvida as próprias Escrituras; rejeitavam-se Cristo e o Espírito Santo; chegava-se, inclusive, a negar a própria existência de Deus.[7] Também na categoria de proposições heréticas entravam as críticas que eram dirigidas à Igreja como instituição – e em particular à própria Inquisição –, bem como aos seus integrantes, como padres, bispos e até mesmo aos inquisidores.

O historiador norte-americano Stuart Schwartz vê, de forma bastante positiva, uma das funções da blasfêmia nessa sociedade dos princípios da Era Moderna: ela "talvez fosse uma das poucas áreas num mundo de controle religioso onde era possível uma fuga para a fantasia".[8] O linguista russo Mikhail Bakhtin mostra, de forma brilhante, que por meio do *riso* se dá a "vitória não somente sobre o terror que inspiram os horrores do além, as coisas sagradas e a morte, mas também sobre o temor inspirado por todas as formas de poder, pelos soberanos terrestres, a aristocracia social terrestre, tudo o que oprime e limita".[9]

Na historiografia portuguesa o tema vem sendo tratado de forma mais detida nestes últimos anos. Em pesquisa recente sobre a blasfêmia na Inquisição de Évora, Ana Maria Mendes Ruas Alves atenta para a semelhança existente entre o mesmo delito verificado em outros tribunais inquisitoriais bem como em outras regiões da Europa, e conclui: "quer em Évora, quer em outros reinos Europeus, blasfemar tornara-se um acto de rotina próprio da convivência com Deus e do cruzamento de dois mundos: o sagrado e o profano".[10] Analisando particularmente a documentação do tribunal eborense, afirma que, em cerca de 30% dos casos de

---

transgressées." DELUMEAU, Jean. *Mentalites: histoire des cultures et des sociétés. Injures et blasphèmes*. Paris: Imago, 1989, p. 11.

[6] TOMÉ, Elisabete Picão. Op. cit., p. 7; DELUMEAU, Jean. Op. cit., p. 9.

[7] DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 405.

[8] SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei*: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009, p. 42.

[9] BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. 6ª ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, p. 79-80.

[10] ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. Op. cit., p. 45.

blasfêmia, a ofensa era dirigida a Deus, e a explicação é bem simples: por se tratar do "criador do universo, era Ele quem comandava os destinos dos homens, era Ele quem gerava a fortuna ou o infortúnio, era Ele quem permitia a salvação". Então, Ele também era o primeiro a ser responsabilizado pelos infortúnios da vida, tendo a sua própria onipotência posta em dúvida. Não era raro, tampouco, muitos se verem com "mais poder do que [o] Criador".[11]

O comissário do Santo Ofício de Setúbal, Gaspar de Arouche, envia uma correspondência a Lisboa em dezembro de 1650, denunciando o soldado do castelo de São Felipe, Miguel de Moraes, por proferir blasfêmias. Na época da denúncia, o soldado se encontrava preso na cadeia pública de Setúbal, e os próprios presos se queixavam "que o dito Miguel de Moraes dissera em doze do corrente que Deus não era Deus; e que Cristo Senhor Nosso não era Deus; e que levasse o diabo a tal Deus, e que jurava pelas barbas de Cristo, e que dizia outras muitas blasfêmias".[12] O soldado já havia sido condenado pela Inquisição, tendo que abjurar de leve, na mesa do Santo Ofício, em 29 de janeiro de 1647.[13]

A Inquisição de Lisboa então passa uma comissão a Setúbal, para que testemunhas fossem ouvidas sobre a questão denunciada por Gaspar Arouche. O primeiro foi o licenciado Lourenço Sardinha da Cunha, em princípios de 1651, preso ele também na mesma cadeia. Confirma ter ouvido Miguel de Moraes proferir as tais blasfêmias, mas também afirma que o *réu* estava tomado de paixão, ou seja, encolerizado: "dissera estando o dito Miguel de Moraes agastado sobre a sentença que o ouvidor da comarca havia de dar sobre sua prisão e caso dela e da tardança dela desesperara".[14] Ao ouvir tais ofensas, Lourenço Sardinha afirma ter repreendido o soldado, mas este, nervoso, "lhe respondera que o deixasse que havia dizer o que quisesse e que não tinha dever com ninguém".[15] Além de jurar pelas barbas de Cristo, Miguel igualmente jurava "pelos cabelos e lágrimas da Madalena". E embora tivesse o hábito de tomar vinho, o licenciado foi categórico em afirmar que o réu "estava em seu juízo quando disse as tais palavras". A segunda testemunha, também presa na cadeia de Setúbal, foi o hortelão João Garcia, e ao que já havia denunciado Lourenço Sardinha da Cunha, acrescentou

---

[11] Idem, p. 74-75.

12 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*ANTT*), Inquisição de Lisboa (IL), Livro (liv.) 231, fl. 246.

[13] "Pela carta junta avisa o Comissário de Setúbal que um Miguel de Moraes, soldado que está preso na cadeia da mesma vila dissera as blasfêmias que se referem na dita carta, de que havia muito escândalo e porque o dito Miguel de Moraes foi já acusado e condenado nesta Inquisição por dizer semelhantes blasfêmias e abjurou de leve nesta mesa em 29 de Janeiro de [1]647, de que resulta contra ele maior presunção." ANTT, IL, liv. 231, fl. 247. Na verdade, Miguel de Moraes – na grafia atual, Morais –, natural de Samlúcas de Barrameda, no Reino de Castela, já havia realmente sido penitenciado pela Inquisição de Lisboa, tendo saído no auto-de-fé celebrado em 16 de janeiro de 1647. Na Mesa, fez abjuração de leve sendo condenado também a penitências espirituais, além do pagamento das custas do processo. ANTT, IL, Processo (pc.) 4850.

[14] ANTT, IL, liv. 231, fl. 251v.

[15] ANTT, IL, liv. 231, fl. 252.

apenas que ouvira Miguel de Moraes jurar "pelas entranhas da Virgem Maria", provavelmente sóbrio, pois que ele "não sabia que no tal tempo estivesse tomado do vinho".[16]

Terminada a diligência em Setúbal, o comissário do Santo Ofício a remete a Lisboa em 4 de janeiro, com duas informações complementares e importantes: quem de fato havia tomado a iniciativa de denunciar aquele soldado fora o licenciado Lourenço Sardinha da Cunha. Porém, os dois eram inimigos, embora "o não declarasse em juramento". Escreveu ainda que o réu já estava "com sentença da relação, degredado quatro anos para o Maranhão".

Sobre a Inquisição de Coimbra, Elisabete Tomé chega à conclusão de "que são exactamente Deus, a Virgem Maria, Cristo e os santos os principais escopos das palavras injuriosas da sociedade",[17] quadro muito parecido com o que acabamos de apresentar. E são os homens que mais blasfemam, já que vivem mais tempo fora de suas casas do que as mulheres. São eles também os mais suscetíveis a cometerem tal delito, pois estão mais em contato com a bebida e com o jogo, dois fortes elementos que estão na origem das blasfêmias. No entanto, quando a pureza e a virgindade da mãe de Cristo são os alvos da blasfêmia, as mulheres superam os homens:[18] ao limpar os vestidos de Nossa Senhora, Maria Quaresma, que desempenhava o ofício de enfermeira no hospital de Nossa Senhora do Amparo, em Lisboa, deixou escapar que Maria, mãe de Cristo, havia sido casada, portanto não poderia ser donzela.[19] E por certo não eram apenas as mulheres que colocavam em xeque a virgindade de Nossa Senhora. Em Torres Vedras, o escrivão do judicial, João Nunes da Fonseca, fora acusado de afirmar "que a Virgem Santíssima Nossa Senhora não ficara virgem depois do parto, mas sim como outra qualquer mulher".[20]

Ao tratar dos tipos de blasfêmia para seu *corpus* documental, Elisabete Tomé afirma que "a população portuguesa tinha consciência da existência da blasfémia". A difusão de tal noção era feita cotidianamente, por meio de "procissões, missas, sermões, visitas pastorais e inquisitoriais". Através desses instrumentos "pedagógicos", a população obtinha certo conhecimento do que não devia fazer, bem como sobre o quê denunciar. Esse quadro descrito para Coimbra é válido também na documentação que aqui apresentamos; menos válido talvez para o interior da Colônia.[21]

---

[16] Mais três testemunhas foram ouvidas, mas nenhuma delas acrescentou nada de novo ao que as duas anteriores já haviam dito: Domingos Fernandes, anzoleiro e soldado no castelo de São Felipe; Antônio Delgado da Silva; e Estevão Pereira, taverneiro. Todos três presos na cadeia pública de Setúbal juntamente com Miguel de Moraes.
[17] TOMÉ, Elisabete Picão. Op. cit., p. 70.
[18] Idem, p. 78.
[19] ANTT, IL, liv. 227, fls. 288-301v.
[20] ANTT, IL, liv. 269, fls. 400-415.
[21] TOMÉ, Elisabete Picão. Op. cit., p. 23.

Explosões de cólera e de paixão, ou a embriaguez por vinho eram motivos que frequentemente estavam na origem de diversos casos de blasfêmia.[22] Em muitas histórias que ficaram registradas na documentação inquisitorial, particularmente nos *cadernos do Promotor*, Deus era responsabilizado pelas mazelas da vida: uma colheita mal sucedida ou a própria pobreza, a que muitos estavam submetidos. Blasfemar contra essa situação poderia, ao menos, trazer algum tipo de alívio, mesmo que momentâneo e perigoso. A loucura era usada para justificar palavras ou atitudes entendidas como blasfemas; e em muitos casos, a falta de capacidade mental agia como fator atenuante contra uma punição eventualmente mais rigorosa. Aliás, os próprios inquisidores quando enviavam as diligências, instruíam aqueles responsáveis pela averiguação da denúncia a tentar perceber "se quando disse o sobredito estava em seu perfeito juízo ou se pelo contrário, fora dele, tomado do vinho ou de outra paixão que lho perturbasse".[23] Não nos deve espantar, então, que muitos réus assumissem perante os inquisidores – quando não perante a vida – atitudes de uma rusticidade e de uma pobreza de espírito que os faziam inimputáveis.[24] Uma excelente estratégia de defesa, que em muitos casos surtia o efeito desejado.

Muitos eram aqueles que em momento de grande aflição acabavam por ofender a religião católica de alguma maneira, e estar tomado de paixão, por exemplo, era situação que poderia livrar uma pessoa de ir parar nos cárceres inquisitoriais. No dia 21 de junho de 1655, o familiar do Santo Ofício Francisco de Barros de Vasconcelos *pediu mesa* para denunciar palavras afrontosas que haviam sido proferidas no "sábado passado que foram dezenove deste mês de junho", pelo sargento Francisco da Silva. O familiar, no referido dia, era hóspede de seu irmão Felipe de Barros, que morava na Alfama, em Lisboa. Sem maiores detalhes, informou apenas aos inquisidores que por lhe parecer "bem aquela vivenda", decidiu então pedir "de aposentadoria umas casas junto das do dito seu irmão". O problema é que as referidas casas eram ocupadas pelo denunciado Francisco da Silva, que ficou extremamente alterado com a invasão.

Após a escolha das novas moradias, o passo seguinte foi irem "os oficiais da aposentadoria [afixarem] na porta o sinal que estavam tomadas para ele denunciante" Francisco de Barros Vasconcelos. Noticiado apenas nessa ocasião, e sendo já noite, o sargento quis saber "que razão tinha para tomar de aposentadoria as casas em que ele vivia"; pergunta mais que justa, dada a situação, aliás, que o fez esbravejar: "que não tinha dever com Rei nem Roque, nem pessoa alguma,

[22] Idem, p. 49.
[23] ANTT, IL, liv. 267, fl. 75v.
[24] DUARTE, Luís Miguel. "'A boca do diabo'. A blasfémia e o direito penal português da Baixa Idade Média". In: *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, tomo IV, 1992, p. 78.

nem se lhe dava de fidalgos, e que nem Deus com todo o seu poder lhas poderia tomar".[25]

Mesmo repreendido pela afronta cometida, o sargento Francisco da Silva ainda repetiu que nem mesmo Deus poderia lhe tirar aquelas casas, além de "outras palavras que mereciam que logo ali se lhe desse castigo". Na verdade, Francisco de Barros de Vasconcelos explica, nos Estaus, que recebera as casas de aposentadoria "por respeito de ser familiar", e por ocupar tal cargo preferiu manter a calma diante do que lhe havia dito o denunciado. O escândalo foi ainda maior por ter Francisco da Silva parte de cristão-novo, motivo a mais para mover o familiar do Santo Ofício a *dar conta a esta mesa*. Embora o sargento não estivesse bêbado quando proferiu as tais palavras, estava *agastado*; com motivo, por certo.

Analisando o caso de Pero do Campo Tourinho, donatário da capitania hereditária de Porto Seguro, Laura de Mello e Souza mostra que para os "primeiros tempos da colonização [...] era frequente o hábito de blasfemar, ironizar os dogmas da fé, desacatar o clero, os santos e até Deus".[26] Numa análise mais detida dos *cadernos do Promotor*, podemos estender essa afirmação para a era dos seiscentos, pois nesse período aparece uma série de denúncias que trazem exatamente o mesmo teor atentatório. Referente às regiões da Bahia e Pernambuco, por exemplo, Sonia Siqueira, ao enfocar as denúncias feitas nas visitações a essas duas regiões, afirma que a blasfêmia recebeu atenção, em terras brasílicas, dos inquisidores:

> [nas] visitações, centenas de confissões e de denúncias foram consignadas por escrito e, em meio aos acusados, encontramos muitos blasfemadores. Nas visitações à Bahia e a Pernambuco, 283 faltas foram confessadas, sendo que as que aparecem com mais frequência são as blasfêmias. Contam-se 68 expressões insultantes que renegam a Deus, zombam dos santos ou colocam em dúvida a virgindade de Maria. Nas de denúncias da Bahia e de Pernambuco, entre as 950 coletadas, 90 são blasfêmias e 177 referem-se a desrespeito a Jesus Cristo, à Virgem, aos santos e aos sacramentos, além de 58 expressões que contêm palavras injuriosas. Um total de 335 casos que representam 34% dos crimes denunciados.[27]

---

[25] ANTT, IL, liv. 234, fl. 154v.

[26] SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico:* demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48. Também sobre esse homem, ver: BRITTO, Rossana G. *A saga de Pero do Campo Tourinho:* o primeiro processo da Inquisição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. Sobre outros hereges famosos, presentes na colônia, tais como este Pedro de Campos Tourinho, natural de Viana do Castelo; João de Bolés, francês; Rafael Olivi, humanista florentino; e Bento Teixeira, do Porto, remeto o leitor à seguinte obra: SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., p. 273-280.

[27] SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978, p. 227. Computando os dados apresentados por Sonia Siqueira, Alexandre Ribeiro Martins conclui que "30% do total dos casos de pecados denunciados à mesa inquisitorial nas Visitações, segundo ainda, Siqueira, são referentes à blasfêmia, direta ou indiretamente, conotando mais uma vez a frequência com que era cometido". MARTINS, Alexandre Ribeiro. Op. cit., p. 6.

Por tais números podemos concluir que a blasfêmia foi delito recorrente na Colônia, e os *cadernos* são disso prova das mais ricas. Tal situação pode inclusive ser acompanhada durante todo o século XVII, nos fazendo pensar, inclusive, o que motivaria tal recorrência. Se seguirmos de perto as conclusões do historiador francês Jean Delumeau, podemos compreender que a frequência com que são denunciados casos de blasfêmia à Inquisição pode nos indicar, na verdade, "um período de instabilidade mental", e como sugere Alexandre Martins, "no Brasil o impacto da cultura europeia na evangelização sobrepôs-se à cultura tropical e inseriu o colono em um novo campo de valores, abalando-o em suas estruturas fundamentais".[28]

Acreditamos, contudo, ser muito simplista o entendimento dessa questão apenas pelo viés negativo da embriaguez ou a um possível acesso de cólera e ódio. Propomos – sem negar de todo essa abordagem "negativista" – perceber o ato de blasfemar pelo seu lado positivo, que demonstraria uma atitude de tolerância e de questionamento das normas impostas, que muitos, de forma legítima, sustentaram, pagando um preço alto por isso.

Muito embora o medo das severas consequências do ato de blasfemar pairasse no ar, o certo é que nem por isso homens, mulheres e até mesmo crianças deixaram de fazê-lo, e isso era prova de uma efetiva presença de Deus no cotidiano das pessoas, que se viam desassistidas e desfavorecidas naquilo que se sentiam merecedora.[29] Nesse sentido, Luís Miguel Duarte mostra-nos que "os portugueses, como os naturais dos outros reinos da Europa, têm a jura fácil e tratam Deus, a Virgem e os santos com grande familiaridade, quando não com rude aspereza". Em diálogo profícuo com Jean Delumeau e Robert Muchembled, Duarte conclui ser a blasfêmia "tão só um fenómeno que faz parte integrante do cristianismo tardo-medieval, como as peregrinações e o culto dos santos".[30] Prática bem mais comum do que pensamos, e perfeitamente perceptível nas muitas denúncias por nós encontradas nos *cadernos*, a maioria delas não transformadas em processos e, devido a isso, nem sempre analisadas.

O ato de blasfemar "estava presente no quotidiano da comunidade de uma forma tão intrínseca que, por vezes, quando era proferida [a blasfêmia], o blasfemo não se dava conta da gravidade que ela poderia acarretar. Blasfemava-se habitualmente no trabalho, na taverna, em casa, na rua, quando se jurava, quando se jogava, quando se bebia, quando a provocação intensificava o furor emocional. Blasfemava-se sem querer e blasfemava-se por querer".[31] E embora nos possa parecer que o blasfemo atentava contra o sagrado, seu delito era a prova cabal "da

[28] DELUMEAU, Jean. *Mentalités*... Op. cit., p. 9, apud: MARTINS, Alexandre Ribeiro. Op. cit., p. 7.
[29] ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. Op. cit., p. 42.
[30] DUARTE, Luís Miguel. Op. cit., p. 80.
[31] TOMÉ, Elisabete Picão. Op. cit., p. 124.

importância que a religião tinha na vida das pessoas".[32] Palavras pouco pias dirigidas a Deus poderiam esconder, de fato, uma sincera necessidade de humanizá-Lo e trazê-Lo para mais perto dos fiéis.[33]

O carpinteiro Brás Francisco comparece aos Estaus em julho de 1706 para denunciar o capitão e mestre da nau São José Pérola, Domingos Dias. A acusação envolvia o crime de blasfêmia, e as palavras afrontosas haviam sido ditas em momento de "muita ira e agastamento", quando acontecia a procissão do Corpo de Deus. Como acontece em muitas denúncias que constam na documentação, esta também dá poucos detalhes sobre aquilo que se está sendo denunciado: o carpinteiro não esclarece se ele próprio havia presenciado os fatos que estava denunciando; tampouco os motivos que fizeram Domingos Dias encolerizar-se e dizer "que São Brás era um filho da puta, São João um soberbo, a Rainha dos Anjos, Rainha dos Diabos".[34] Mas transparece, igualmente, certa falta de lógica nos acontecimentos denunciados, pois da procissão passa-se abruptamente Domingos Dias a lançar "um prumo ao mar na costa do Brasil [e dizer aí] que Cristo Jesus não governava mais que metade do tempo, porque a outra governavam os Diabos e que nem os Santos governavam".[35] Além de blasfemo, o mestre e capitão da nau São José Pérola foi acusado de comer em alguns dos dias proibidos pela Igreja, embora não em todos, fez questão de acentuar Brás Francisco. O motivo de proferir palavras tão ofensivas, sempre "mui raivoso, e com muita ira", era porque Domingos Dias "às vezes se esquentava do vinho", o que acabava por se constituir numa justificativa para seu temperamento raivoso e irado.

Dessa forma, ao contrário de se pensar a blasfêmia apenas como prova da irreligião da sociedade, devemos enxergar nela uma forma de "teorizar livremente [...] sobre as coisas da religião, procurando, assim, impedir que o Deus católico se tornasse frio, ausente, distante e intangível".[36] Em muitas ocasiões, palavras jocosas inadvertidamente ditas em voz alta não significavam necessariamente uma prova da falta de fé daquele que as pronunciava, mas tão somente a demonstração de uma intimidade que no fundo acabava por humanizar o sagrado. Era uma maneira, igualmente, de as pessoas resistirem "à pureza doutrinal e aos ditames da autoridade".[37] Da mesma forma, a prática de se conferir atributos humanos aos santos – mas também a Jesus Cristo e sua mãe – era uma maneira de aproximar as divindades ao fiel, tornando-as menos distanciadas do cotidiano humano.[38]

---

[32] Idem.
[33] SOUZA, Laura de Mello e. Op. cit., p. 147.
[34] ANTT, IL, liv. 269, fl. 397v.
[35] Idem.
[36] SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., p. 502.
[37] Idem, p. 41.
[38] SOUZA, Laura de Mello e. Op. cit., p. 116.

Como afirmava Pelágio, nascido no ano de 354 da era cristã, na Grã-Bretanha, o ser humano era capaz de praticar boas ações. Não partilhava da ideia de que a natureza humana tinha sido maculada pelo pecado original, e defendia que ao homem era possível evitar o pecado e fazer escolhas corretas. Pelágio conclui ser permitido ao homem "evitar todos os pecados e praticar todas as boas obras". Isso porque sua natureza era "tão perfeita como antes do pecado de Adão", pois acreditava verdadeiramente que o pecado original não podia ser transmitido dos primeiros pais à sua descendência.[39] Portanto, é fervoroso defensor da ideia de que o homem é dotado por Deus do livre-arbítrio, e isso salvaria inclusive aqueles que não eram cristãos.

Grande crítico do pelagianismo, Santo Agostinho tinha um entendimento diametralmente oposto ao de Pelágio, pregando que o pecado que Adão nos legou é sim o responsável por não mais permitir que façamos o bem "sem ajuda imediata da graça".[40] Para Agostinho, a salvação do homem se dava apenas pela graça concedida por Deus, e não pelas boas ações praticadas durante a vida. A doutrina agostiniana acabou por se tornar oficial para o catolicismo, embora levantasse dúvidas: se a salvação vinha por meio da graça, qual a função da Igreja na salvação do homem?[41]

Em julho de 1669, a Inquisição de Lisboa recebe uma denúncia contra Manoel de Almeida Ribeiro, alferes de uma companhia de cavalos, feita pelo padre Manoel Fernandes. Defendendo o religioso "que era necessário fazer cada um boas obras para se salvar", o soldado discordara, argumentando "que todos nasciam predestinados, e que assim não era necessário os que se haviam de salvar fazerem boas obras, e os que se haviam de perder que lhe não aproveitava obra boa alguma que fizessem".[42] Uma das testemunhas ouvidas nesse curioso caso foi o assentista cristão-novo Gaspar Rodrigues Dias, natural e morador na vila de Estremoz, e aí ouvido em 22 de agosto de 1669. Porém, foi de pouca ajuda, já que às perguntas enviadas pelo Santo Ofício ele respondeu negativamente:

> disse que não estava lembrado de ouvir dizer as palavras que nele se contém a pessoa alguma, e sendo-lhe outrossim nomeada a pessoa que proferira a dita proposição, disse ele testemunha não estava lembrado de tal lhe ouvir dizer.[43]

---

[39] FRANGIOTTI, Roque. *História das heresias (séculos I-VII): conflitos ideológicos dentro do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 114.
[40] Idem, p. 115.
[41] SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., p. 65-66.
[42] Não apenas o padre denunciante havia ouvido o soldado atentar contra as boas obras, "porque do sobredito sabem por também lho ouvirem dizer Gaspar Roiz Dias, cristão novo, assentista da vila de Estremoz, e Bento Borges de Figueiredo, criado de João da Silva de Sousa, morador nesta cidade". ANTT, IL, liv. 241, fl. 277.
[43] Idem, fl. 284.

Em sua denúncia perante o inquisidor João de Castilho, o sacerdote do hábito de São Pedro, Manoel Fernandes, informa que as tais palavras tinham sido ditas apenas em sua presença, cerca de três anos e meio antes, em Estremoz, portanto, sem testemunhas. Decorrido aproximadamente um ano, em conversa com Gaspar Rodrigues, em que o assunto foi mencionado, o assentista então disse ao padre "que lhe havia ouvido aquelas mesmas palavras, que tem referido".

Toda a história foi confirmada por uma terceira pessoa, que era Bento Borges de Figueiredo.[44] Além da denúncia envolvendo as palavras concernentes a importância ou não das obras para a salvação do homem, o padre Manoel Fernandes disse sempre ver Manoel de Almeida comer "carne nos dias proibidos pela Igreja, assim nas quaresmas, como em todos os outros mais, sem que ao parecer dele denunciante tenha causa que o escusa do preceito".[45] Questionado pelo próprio padre sobre o motivo de tamanho desrespeito, o soldado "lhe respondeu que comia carne porque o peixe lhe fazia mal".[46]

Podemos entender que Manoel de Almeida Ribeiro não tenha sido preso pela Inquisição por duas razões: a testemunha arrolada para confirmar a versão do padre responsável pela denúncia mostrou desconhecer por completo as palavras que lhe eram atribuídas; e na parte final de sua denúncia, o padre mostrou "que não tinha boa vontade ao dito Manoel de Almeida Ribeiro por seu ruim procedimento, e também que se não fala com o dito Manoel de Almeida, nem de chapéu, sem embargo de estarem na mesma casa, porém que o dito Manoel de Almeida foi o primeiro que começou a não lhe falar, e não sabe a causa".[47]

Há lógica em aceitarmos que pessoas como Manoel de Almeida Ribeiro forjavam sua concepção de mundo baseando-se muito nas próprias experiências pessoais. Muito daquilo que verbalizavam continha mensagens de esperanças que estavam ao alcance de muitos mais homens, e isso de fato era bastante preocupante para a Inquisição.[48] No entanto, às vezes é difícil ao historiador perceber de que forma esses homens e mulheres chegavam a essas conclusões: alguns, por certo, tinham conseguido acessar algumas obras "suspeitas", mas outros tantos, como sugere com propriedade Stuart Schwartz, fizeram outros trajetos até elas: foram levados "à dúvida e à descrença por exasperação, decepção ou inspiração racional".[49] Segundo a Igreja, só poderia haver salvação para aqueles que seguiam a fé cristã, mas essa "verdade" não era aceita de forma unânime. Muitos eram os que defendiam que os praticantes de boas ações encontrariam o caminho da salvação; para outros, Deus era sinônimo de bondade e misericórdia, portanto não

[44] Não há, em todo o documento, nenhum indício que a Inquisição tenha se interessado em ouvir Bento Borges de Figueiredo, como fez com Gaspar Rodrigues Dias.
[45] ANTT, IL, liv. 241, fl. 286v.
[46] Idem.
[47] Idem, fl. 287.
[48] SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., p. 353.
[49] Idem, p. 122.

condenaria inocentes; vários ainda usavam apenas a lógica e o bom senso em suas afirmações.[50]

Contudo, bem mais próxima de Manoel de Almeida Ribeiro estava outra disputa, que colocava em campos opostos Martinho Lutero e Erasmo de Roterdã, e que tinha como eixo central a discussão envolvendo o livre arbítrio. Publicado em 1524, em seu *Discurso sobre o livre arbítrio* Erasmo atacava os conceitos luteranos de graça e justificação. Essa crítica foi rebatida firmemente por Lutero em sua obra *De servo arbítrio*. A doutrina luterana tendia a desprezar o homem, e nesse ponto os humanistas foram importantes para equilibrar a balança, ao valorizarem a figura humana. Assim, o humanismo reduzia a religião à ética e defendia que o homem, por si só, era capaz de viver uma vida reta. Por isso, esses dois homens não poderiam ser amigos.[51]

O desrespeito aos objetos sagrados ao catolicismo é algo recorrente na documentação inquisitorial de uma forma geral, e nos *cadernos do Promotor* de forma mais específica. As denúncias vêm das mais variadas partes do império português, e chegam durante todo o século XVII. Em dezembro de 1698, nas pousadas de Antão de Faria Monteiro,[52] que desempenhava o ofício de comissário do Santo Ofício em Salvador, apareceu Antônio de Lemos, soldado da companhia do capitão Carlos da Fonseca, do terço cujo mestre de campo era Jerônimo Sodré Pereira. Movido pelo intuito de aliviar sua consciência, Antônio acabou por denunciar Manoel Rodrigues, "sargento supra numerário da mesma companhia de Carlos da Fonseca", cuja fama era "de sujar com notável irreverência e sacrilégio umas cruzes dentro em sua própria casa".[53] Como acontecia com frequência nas denúncias, o próprio Antônio de Lemos não havia presenciado atos tão reprováveis, mas tinha ouvido da boca do oficial de pintor João Álvares, bem como do irmão deste, Domingos Correa, oficial de ourives da prata. Para mais, pesava contra o sargento Manoel Rodrigues a fama de ser cristão-novo, portanto, para muitos, um profanador em potencial.[54]

Na verdade, esse é um tipo de denúncia muito recorrente nos documentos inquisitoriais, a profanação de objetos sagrados, tais como imagens da Virgem e de Jesus Cristo, do crucifixo e da hóstia consagrada. Aparando os exageros, fica a

---

[50] Idem, p. 161-162.

[51] ELTON, G. R. *A Europa durante a Reforma, 1517-1559*. Lisboa: Presença, 1985, p. 43-67.

[52] Sobre a figura desse comissário do Santo Ofício, remeto o leitor à seguinte obra: SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Salvador: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2009, p. 148.

[53] ANTT, IL, liv. 266, fl. 322.

[54] Para maior credibilidade, Antônio de Lemos referiu mais pessoas que poderiam confirmar sua denúncia: "e nomeia por testemunhas além das sobreditas, a Pedro Guerreiros, oficial de ourives da prata, e a seu irmão Jaurilho de Aguirre, e ao padre Francisco de Vasconcelos, e a Jerônimo Baldez, e a Francisco da Guerra". Idem.

pergunta: por que tantas denúncias sobre um mesmo "crime", e o que isso mostra? Tais denúncias vêm-nos de diferentes partes da colônia: Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, e é perfeitamente possível vermos nesses atos uma ferrenha resistência em aceitar algo imposto pelo catolicismo, porém condenado pelo judaísmo. A profusão de imagens também era um assunto bastante delicado e atacado, e a exteriorização da rebeldia contra a religião imposta poderia aparecer em fatos corriqueiros – como não se fazer reverência a uma procissão –, o que era logo notado, ainda mais numa sociedade tão ciosa para com o sagrado.

Da Bahia são remetidas a Lisboa duas denúncias feitas contra o capitão Nicolau Botelho, ambas dadas nas "pousadas do Senhor Provisor e Vigário Geral, o licenciado Diogo Lopes Chaves". Em 7 de março de 1641 comparece Maurício Veloso, morador no Carmo, justamente em casa do acusado capitão; exatamente uma semana depois, em quatorze, comparece Joana, do gentio de Angola, "a qual veio menina para esta Bahia e é ladina como crioula da terra e fala bem português". Havia pelo menos sete anos que Joana era escrava do capitão Nicolau Botelho, que vivia então "na Rua do Carmo, fora das portas da cidade, aí casado, sua mulher e filhos". Ouvido primeiro, Maurício Veloso denuncia Nicolau Botelho por este tratar mal uma imagem de Nossa Senhora do Rosário que tinha em sua casa, chegando inclusive a dar "com a mão pelo rosto [da imagem] sem acautamento (*sic*) nem respeito algum à dita imagem". Tais atos de desrespeito se davam geralmente em momentos de nervosismo e desabafo, algo que aparece com bastante frequência nas denúncias feitas à Inquisição.[55]

Ao que conta em sua denúncia Maurício Veloso, Nicolau Botelho não fazia a menor questão em esconder de ninguém suas ações afrontosas contra a imagem, pois ele próprio já tinha presenciado os desacatos por duas ou três vezes, além das próprias escravas da casa.[56] Mesmo Joana, que também denunciará seu senhor, já tinha dito a ele Maurício ter visto o capitão "dar uma bofetada no rosto da dita imagem da Virgem do Carmo pondo-a sobre um bofete".[57] Também Serafina Loba, uma das escravas da casa, e esposa de Maurício Veloso, havia contado ao marido ter presenciado as mesmas agressões.

Porém, as acusações contra esse capitão não ficaram restritas apenas aos maus tratos que ele dispensava às imagens que tinha em sua casa. Em fevereiro de 1641, ao passar pela rua o santíssimo sacramento em direção ao Carmo, "indo pela porta do dito capitão", ele preferiu comer e passear pela casa, a ir até a porta

---

[55] De acordo com a denúncia de Maurício Veloso, ele chegara a ouvir o capitão "jurar por uma imagem de pintura em retábulo que tem de Nossa Senhora do Carmo, agastando-se contra os negros e contra outra qualquer pessoa, mostrando a Senhora que tem posta na sua sala ao tempo que fazem demonstração para haverem". ANTT, IL, liv. 227, fl. 168.

[56] As próprias "negras de casa, escravas do dito capitão atentavam já e se escandalizavam e notavam ao dito seu senhor o mau termo que tinha em daquele modo tratar a imagem da Virgem Nossa Senhora". Idem.

[57] Idem.

adorar a imagem do santíssimo, "senão depois de ser passado espaço acima da porta chegando como por cumprimento, ido já distante à porta e batera nos pelos a modo de zombaria".[58]

Desconfiado sobre a *cristandade* do capitão Nicolau Botelho, Maurício Veloso decidiu então fazer uma investigação particular, com o propósito de descobrir "se ele tinha raça de cristão novo ou era homem de nação". Conseguiu apurar ser o capitão cristão-novo, o que deve ter, ao menos para ele Maurício, justificado as ações a que vinha denunciar:[59] era crença generalizada que os cristãos-novos atentavam contra objetos sagrados do catolicismo, como eram imagens e cruzes.

Muito pouco pôde acrescentar a escrava Joana, pois fez praticamente repetir o que, uma semana antes, havia denunciado Maurício Veloso. Inicia dizendo que se apresentava com o intuito de "desencarregar sua consciência porque traz seu coração muito pegado e se não queria confessar sem primeiro vir dizer o que sabia".[60] Apesar de ter visto os desacatos,[61] em algumas ocasiões seu senhor tinha o cuidado de mandá-la, a ela Joana, para fora da casa, inventando alguma desculpa que o fizesse ficar só. De novo e inusitado, Joana relata um episódio curioso, que se passou dois dias antes de sua ida às pousadas do provisor e vigário geral: tentando o capitão tirar uma imagem de seu nicho por duas vezes, não obtivera sucesso, até que sua esposa chamasse sua atenção e pedisse para que ele notasse bem "o que lhe acontecia".[62] Seria algum sinal da imagem, que não queria mais ser agredida por aquele homem?

Por fim, Joana se disse uma grande devota, e que sempre que podia mandava rezar missas, e ouvira de seu senhor "que menos missas bastam". Aliás,

---

[58] Idem.

[59] Feita a descoberta, "ficou ele testemunha presumindo que o dito Nicolau Botelho o que fazia na matéria diz tem tratado era em respeito e contra a veneração de Deus Nosso Senhor e da imagem da Virgem Santíssima sua mãe e que pelo trato e comunicação que tem de três anos que tem a esta parte com o dito Nicolau Botelho nas ações que lhe tem visto a seus procedimentos o tem por mau cristão". Idem, fl. 168v.

[60] Idem, fl. 167.

[61] Joana informa ao Licenciado Diogo Lopes Chaves ter "visto por muitas vezes de dia ao dito seu senhor Nicolau Botelho como tem alguma paixão, agastamento ou desgosto tirar uma senhora que tem da invocação de Nossa Senhora do Carmo em painel posta na sala da casa e arrimada sobre uma caixa e às vezes sobre um bofete e fazendo exclamações e jurando juramentos sobre a causa que promove a paixão e depois se torna a imagem da dita Senhor e lhe dá de bofetadas e a torna a pôr em seu lugar sem ter dever com ela testemunha que presente esteve algumas vezes quando lho viu fazer". Idem. Além dela, Maurício Veloso e a esposa, a escrava Serafina Loba, além da mulher do capitão Nicolau Botelho, Bárbara Pinheira, tinham presenciado os rompantes de fúria do chefe da casa.

[62] "E que anteontem doze do presente, estando agastado o dito Nicolau Botelho (...) foi para tirar a imagem da Senhora subindo-se sobre uma caixa e indo para pegar da imagem da Senhora lhe fugiu um pé e caiu e tornando outra vez a querer pegar dela tornou a cair e a dita sua mulher lhe disse que deixasse de fazer o que queria fazer pois via o que lhe acontecia e assim deixou de a tirar". Idem, fl. 167v.

nas denúncias todos aparecem como exemplares católicos, exceção claro ao capitão Nicolau Botelho. Embora vinda de uma escrava, a denúncia de Joana não visava fazer mal algum ao seu senhor, garantiu ela; nada disse se nutria por ele qualquer tipo de rancor. Intenção bem diferente era a que movia Maurício Veloso: tinha motivos para querer mal ao capitão, já que este era o proprietário de sua esposa, a escrava Serafina Loba. Ele não esconde esse fato, ao contrário: o motivo da discórdia era a recusa de Nicolau Botelho vender para Maurício Veloso a escrava Serafina Loba:

> e do costume que não se corre muito bem com o dito Nicolau Botelho porquanto comprando a Maria de Pina a Serafina Lona, mulher parda e prometendo-lhe a ele testemunha que a libertaria depois para poder com ele testemunha casar, ele testemunha antes da liberdade se recebeu com ela e depois que os viu recebidos recusa dar liberdade à dita sua mulher, sendo que pretende ele testemunha dar-lhe o dinheiro que por ela deu.[63]

Apesar das desavenças, afirmou que seu testemunho era verdadeiro, embora a Inquisição possa ter discordado, já que o capitão Nicolau Botelho parece não ter sido incomodado. Afinal, era o testemunho de uma escrava e do marido de outra, todos moradores sob seu teto. Para além dessas questões, pesou o problema envolvendo a venda de Serafina Loba, já que era do interesse de seu marido que Nicolau Botelho fosse prejudicado de alguma forma; e nada melhor como ser preso pela Inquisição.

De forma muito apropriada, João Lúcio de Azevedo sintetizou a importância de se debruçar sobre os documentos inquisitoriais, tanto para a história portuguesa quanto para a brasileira, ao defender que "verdadeiramente se não poderá escrever uma história, digna desse nome, da época posterior ao estabelecimento da Inquisição, sem miudamente compulsar tão copioso arquivo".[64] Acrescentaríamos a essas inspiradoras palavras apenas a observação de que esse estudo não pode prescindir das centenas de fólios que foram preenchidos pelas mais extraordinárias denúncias, vindas de todos os cantos do império português. São elas que nos possibilita um entendimento melhor da sociedade, tanto a ibérica quanto a colonial, além de permitir compreender mais profundamente o desenvolvimento do Santo Ofício, bem como as suas contradições.

Todo esse material encontra-se disponível ao pesquisador no *site* da Torre do Tombo.[65] No entanto o processo de digitalização, se por um lado colocou ao alcance do mundo uma infinidade de documentos – num esforço louvável de socialização da informação –, por outro, infelizmente, negou o acesso a todo e

---

[63] Idem, fl. 168v.

[64] AZEVEDO, João Lúcio de. "Os processos da Inquisição como documentos da história". In: *Separata do Boletim da Classe de Letras*. Coimbra: Imprensa da Universidade, vol. XIII, 1921, p. 5.

[65] Esta documentação foi recentemente disponibilizada *on line* na página dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo: http://antt.dgarq.gov.pt.

qualquer original que já esteja disponível na "rede". O que defendemos é certa sensibilização por parte daqueles que cuidam dos arquivos, e que eles possam perceber que determinadas pesquisas não podem prescindir do acesso ao documento mesmo. Nesse sentido, o discurso da conservação não deveria ser usado para barrar, indiscriminadamente, o acesso aos originais, prejudicando – quando não interrompendo mesmo – projetos que têm como objetivo otimizar e também democratizar um acesso mais proveitoso de toda essa rica informação.

MILITARES DA AMÉRICA PORTUGUESA

OS CAPITÃES DAS FORTALEZAS DA BARRA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (C. 1650 - C. 1700)

Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira[*]

No dia 1º de março de 1502 o Rio de Janeiro começava a entrar para a história ocidental. Pela primeira vez um português navegaria nas águas da baía, que mais tarde seria conhecida como Guanabara. O feito foi registrado por Américo Vespúcio, um dos pilotos da frota de André Gonçalves.[1]

Esta não é uma opinião de consenso na historiografia. Para Joaquim Veríssimo Serrão o primeiro europeu a entrar naquela baía fora Fernão de Magalhães, em 1519.[2] Segundo este autor, Vespúcio, em sua 3ª viagem à América, teria ido apenas até o Cabo frio, região ao norte do Rio de Janeiro.[3]

Mas, o certo é que Gonçalo Coelho, em 1503, montou a primeira instalação militar na Capitania do Rio de Janeiro. Para alguns historiadores a Casa de Pedra, como ficou conhecida, fora erguida na Guanabara, para outros no Cabo frio.[4] O fato é que se alguma coroa europeia queria fazer-se presente na região**,** tinha que se preocupar em construir alguma estrutura militar, como por exemplo, fortes, fortalezas, fortins, muralhas e etc. Foi o que fizeram os franceses, na tentativa frustrada de criarem a França Antártica (1555-1560), com o forte de Coligny.

Os franceses foram expulsos da Guanabara. Estácio de Sá fundou a cidade (1565) e depois de algumas sugestões por parte dos Conquistadores lusos se decidiu pela edificação de duas fortalezas, uma de cada lado da baía.[5] Na ponta

---

[*] Doutorando em História pela UFF. Mestre em História Social pela UFRJ. Professor da Universidade Veiga de Almeida – Cabo Frio (RJ). Este artigo aborda uma das questões levantadas em minha dissertação de mestrado em História Social pela UFRJ (2010), intitulada *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Sta. Cruz e de S. João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)*. A pesquisa foi orientada pelo prof. João Fragoso e contou com contribuições significativas dos professores Ronald Raminelli (UFF) e Vitor Izeckhson (UFRJ), a quem sou muito grato. Aproveito também para agradecer o convite do professor Paulo César Possamai (UFPel), da ajuda de José Eudes A. Gomes (doutorando História pelo ICS/Universidade de Lisboa) e de Marcello Loureiro (doutorando em História Social pela UFRJ). Igualmente gostaria de registrar meus agradecimentos a todos os membros do Grupo de Trabalho *Antigo Regime nos Trópicos*. Em algumas de suas reuniões tivemos a oportunidade de discutir minha pesquisa.

[1] COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008. Este autor se apóia na obra de Varnhagem.

[2] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson estúdio editorial, 2008, p. 39.

[3] Idem, p. 33.

[4] COARACY. Op. Cit.

[5] Sobre as discussões de como defender a barra, ver: SERRÃO. Op. Cit. A família Sá se tornaria posteriormente uma das mais influentes em todo o período colonial, em especial o seu membro mais ilustre, Salvador Correa de Sá e Benevides, nos seiscentos. Do mesmo modo, a ligação e o domínio dos Sá nos postos das fortalezas já vinham desde a fundação da cidade. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo.

leste, começava a construção da fortaleza de N. S. da Guia, no governo de Salvador Correa de Sá (1578-1598). O forte foi restaurado por Martim de Sá (1623-1632), quando passou a se chamar Fortaleza de Santa Cruz.[6]

A fortaleza de S. João ficou completa em 1618. O governador Sebastião de Brito Pereira a melhorou e a ampliou em 1651. Novamente foi reformada em 1675, no governo de Matias da Cunha.[7]

A barra era assim descrita por um anônimo viajante francês, em 1703: "A entrada do porto parece-me bastante bem guardada. Ela é defendida por duas fortalezas [Santa Cruz e S. João], entre as quais é necessário passar (...)". Ao continuar a sua descrição sob a entrada da baía e as qualidades de suas fortificações, relatou que: "Isso se dá graças à estreiteza da embocadura que dá acesso ao porto e à cidade, embocadura que obriga os navios a passarem muito próximo da fortaleza de Santa Cruz".[8]

Para além das questões apresentadas, os baluartes também eram relevantes, posto que permitiam aos seus capitães o acesso ao dinheiro. Assim, por exemplo, em 1640, o soldo do capitão da fortaleza de Santa Cruz era de 144$000 rs, enquanto o do governador 200$000 rs.[9] Uma quantia nada insignificante, apesar dos constantes atrasos.[10] Havia também a possibilidade de gerir os recursos que recebiam para a administração da guarnição, como alimentar soldados, dar-lhes vestimentas, armas e outras coisas imprescindíveis para a sua manutenção. Esta quantia, como denunciava Diogo Couto para as fortalezas da Índia, por vezes, era utilizada para uso particular.[11]

Outra forma de acesso ao dinheiro era por meio dos chamados *proes*, *emolumentos*, *soldos* e outros termos[12] que os capitães recebiam. Igualmente,

---

Do Brasil filipino ao Brasil de 1649. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968, p. 231 e AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 81, 80, 78, 79, 38. AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 74.

[5] Cf. FRAGOSO, João. "A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)". In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 76-78.

[6] Segundo Carlos Santos a mudança de nome ocorreu em 1612. Cf. SANTOS, C. "Fortaleza de Sta. Cruz", In: *Revista Da Cultura* Rio de Janeiro: Diretoria de Assuntos Culturais, ano I, nº1, jan/jun 2001, p. 43-48. Utilizamos os termos fortes, fortins, fortalezas entre outros como sinônimos.

[7] COARACY. Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 48, 142 e 194.

[8] FRANÇA. Op. Cit., p. 57 e 62.

[9] Projeto Resgate (PR) – Castro Almeida (CA), Documentos Avulsos, Rolo 1, Caixa 2, Doc. 204-6.

[10] Antônio Sampaio observou que um terreno na zona urbana custava em média 53$250 rs, entre 1650-1660. Se formos para o mundo rural a quantia também não é módica. Um partido, no mesmo período do exemplo anterior, custava, em média, 427$667 rs, aproximadamente 10 vezes o soldo do capitão da fortaleza de S. João. Compreendia este partido as "benfeitorias de cana-de-açúcar, às vezes com casas, existentes no interior do engenho". Se compararmos com o açúcar, temos os seguintes valores. O soldo valeria quase meia tonelada, mais precisamente, 489,6 Kg de açúcar branco. Cf. SAMPAIO. A. C. J. de. *Na encruzilhada do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 103, 113, 208 e 320.

[11] COUTO, Diogo. *O soldado prático*. Lisboa: Edições Europa-América, s/d.

[12] Expressões, junto com outras, que apareciam na nomeação do capitão, só para citar um exemplo, Cf. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Cód. 61, Vol. 4, p. 56. Carta Patente do Capitão da fortaleza de S. João, João Correa de Faria, de 12/2/1661 "como também gozar de todas as

Fragoso destacou que: "(...) estas "gratificações" valiam mais do que o salário, em geral bastante reduzido. Um Capitão de uma das fortalezas da Baía de Guanabara, por exemplo, podia ganhar emolumentos das naus que passavam defronte à sua guarnição".[13]

Todos estes recursos eram fundamentais, pois permitiam, junto com outros ofícios reais, acumular riqueza para investir na produção de açúcar e na compra de escravos negros. O ofício também era importante, pois permitia atuar no comércio da cidade, uma vez que controlava o fluxo de embarcações que navegavam no recôncavo da Guanabara.

Dito isto, a proposta deste texto é mostrar a relação dos capitães de fortaleza da Barra do Rio de Janeiro, em especial as duas mais importantes, de Sta. Cruz e de S. João, ao longo da 2ª metade dos seiscentos, com algumas questões específicas daquela Capitania. Mas, não só as questões locais, visto que a nomeação para o ofício era feita pelo monarca. Pretendemos apontar algumas questões mais amplas, tendo como pano de fundo o Império luso, que interferiam no cotidiano destes capitães de fortaleza.

Pensar tal perspectiva só nos é possível devido à chamada *Nova História Militar* que há algum tempo traz excelentes contribuições para a História Social.[14] Neste sentido, pretendemos mostrar como alguns capitães conseguem transmitir o ofício para seus filhos; a chegada e a permanência destes militares e de suas famílias na capitania; a inserção na elite local, especialmente no grupo dos Sás.

Neste trabalho, recortamos os anos compreendidos entre a Restauração Portuguesa (1640) e a coroação de D. João V (1706). Ou seja, entre o fim da União Ibérica e as primeiras descobertas das minas na América Lusa.

Dentro deste período temos as seguintes nomeações feitas pelo rei para a fortaleza de Santa Cruz: 1º) Antonio Nogueira da Silva (1649); 2º) Baltasar Cesar D'Eça (1664); 3º) Antonio da Costa Brito (1667); 4º) Manuel da Costa Cabral (1669) e; 5º) José da Costa de Oliveira (1686).[15]

Já para a de S. João, o monarca nomeou os seguintes capitães: 1º) Ascenço Gonçalves Matoso (1660); 2º) Francisco Pinto Pereira (1669); 3º) Agostinho de

---

proeminências, *liberdade* e *isenções*, *proes* e *percalços* que diretamente lhe pertencerem assim com houveram às pessoas que antes dele o serviram antes que o dito capitão João Correa de Faria". Grifos nossos.

[13] FRAGOSO, João. "Imperial (re)visions: Brazil and the Portuguese seaborne empire". *Conference in Memory of Charles R. Boxer. Fidalgos da terra e o Atlântico sul*. SCHWARTZ, S. e MYRUP, E (orgs.). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009, p. 85.

[14] Sobre o diálogo entre a História social e a *Nova História Militar* ver neste volume o texto de MOREIRA, Luiz G. S; LOUREIRO, Marcello. *A 'Nova História Militar', o diálogo com a História Social e o Império Português*.

[15] PR – CA, DA, Rolo 3, Caixa 4, Doc. 645; ANRJ. Cód. 61, Vol. 1, p. 376 e 387v; PR – CA, DA, Rolo 5, Caixa 6, Doc. 1020-1021; ANRJ. Cód. 61, Vol. 4, p. 654; PR – CA, DA, Rolo 7, Caixa 8, Doc. 1487-89; ANRJ. Cód. 61, Vol. 5, p. 1018; AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517.

Barros de Vasconcelos (1671) e; 4º) Manuel Luiz (1700).[16]

Dentro destes cinco capitães que apareceram na fortaleza de Santa Cruz temos duas nomeações que não podem ser analisadas separadamente, a de Antonio Nogueira da Silva e a de José da Costa de Oliveira. Os chamaremos de *filhos*, pois os capitães tomaram posse do oficio mais pelos serviços de seus pais, que já ocupavam o posto, do que propriamente pelos seus feitos. Estes receberam a propriedade vitaliciamente como havia acontecido com os seus progenitores. Não devemos ver Antonio Nogueira da Silva e José da C. de Oliveira como pessoas individualizadas, separadas de sua base familiar, havia uma relação de continuidade entre pai e filho, como podemos ver na documentação:

> (...) apresentou o dito Clemente Nogueira da Silva que nela acusa, porque consta fazer lhe Vossa Majestade mercê da sucessão da fortaleza de Santa Cruz (...), para seu filho Antonio Nogueira da Silva, tendo consideração ao que o dito Clemente Nogueira, depois de despachado pelos postos serviços, foi abrindo em beneficio desta Coroa, ocupando o posto da fortaleza de Santa Cruz (...), desde o ano de 635; até o presente [1648], e com os soldados, obras, e escravos que trazia ao trabalho, nas da fortificação, para aquela praça se achar nas defesas, (...) despender muito de sua fazenda, mandando juntamente fabricar de seu dinheiro, os reparos necessários para a artilharia, para que estivesse em cavalgada quando se quisesse valer desta (...).[17]

A isto se deve, sobretudo, não só aos serviços que os pais prestaram nas diversas batalhas de que participaram, mas também pelo fato de terem usado de suas fazendas e seus escravos na manutenção e reforma da fortaleza. [18] Acontecimento que vez por outra era invocado pelos pretendentes ao cargo das duas fortalezas. Este grupo, até mesmo, por ter conseguido transmitir o oficio para seus descendentes, instalou-se na cidade. Os *filhos* Antonio N. da Silva e José da C. de Oliveira eram naturais do Rio de Janeiro.[19] Seus pais eram, respectivamente, os capitães Clemente N. da Silva[20] e Manuel da C. Cabral. Para além de se instalarem e constituírem gerações na localidade se aliaram aos senhores de

---

[16] PR – CA, DA, Rolo 4, Caixa 5, Doc. 843;PR – CA, DA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1086; PR – CA, DA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1138; ANRJ. Cód. 61, Vol. 5, p. 1011; ANRJ. Cód. 77, vol. 5, p. 103v; PR – CA, DA, Rolo 12, Caixa 12, Doc. 2352 e ANRJ. Cód. 77, vol. 5, p. 238.

[17] Cf. PR – CA, DA, Rolo 3, Caixa 4, Doc. 645.

[18] Cleonir Albuquerque, ao estudar a remuneração dos serviços na guerra contra os holandeses em Pernambuco, sublinhou que podiam ser transmitidos para os filhos por meio de herança, assim, os rebentos iam acrescentando aos seus os do pai. A autora enfatizou também que toda a sorte de serviços que ajudassem no conflito deveria ser retribuída, a saber: emprestar dinheiro, utilização de seus escravos e até o fornecimento de alimentos para a tropa. Cf. ALBUQUERQUE. *A Remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife: UFPE, 1968, p. 81-84 e 32.

[19] RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Livraria Brasiliana, 1965.

[20] Nomeado em 1635, antes do período que nos propomos a analisar. Cf. PR – CA, DA, Rolo 1, Caixa 1, Doc. 102.

engenho da região. Assim, por exemplo, Antonio N. da Silva tinha como avô materno, Estevão Gomes que havia sido um conquistador da Guanabara e primeiro senhor de engenho da família. Seu irmão, homônimo de seu pai, casou-se com a filha de um *par* de seu avô, João Dias Rangel.[21]

Parece se confirmar ideia proposta por Ângela Xavier e António Hespanha. Estes autores destacavam que era quase que uma obrigatoriedade do rei passar a propriedade para o filho, confirmando assim as doações que haviam sido feitas anteriormente. Existiria um *quasi-direito* em favor dos herdeiros, mesmo que tal atitude contrariasse a Lei Mental.[22] Para Cleonir Albuquerque o agraciado com uma *mercê* podia, segundo a lei de 28 de março de 1624, renunciar nos filhos o ofício de que era proprietário sem a licença do rei; todavia, para outras pessoas seria necessária a autorização do monarca.[23]

Este padrão de transferência da propriedade para o filho do capitão pode ter sido quebrado a princípio por três fatores, que possivelmente se combinaram. Primeiro, Antonio N. da Silva faleceu sem se casar e não deixou prole, uma possível transferência para algum herdeiro não seria tão fácil como passar para um filho.[24] Segundo, o próprio Conselho Ultramarino, num contexto marcado pela invasão holandesa, anos 1650, via nestas nomeações hereditárias o problema de indivíduos assumirem um posto tão importante, porém sem nenhuma experiência. Crítica que foi feita também ao seu pai, o capitão anterior.[25] Terceiro, como vamos ver à frente, a conjuntura local e imperial não era favorável.

A família de Antonio N. da Silva tinha estirpe. Uma de suas irmãs casou-se com o Sargento-mor Diogo Coelho de Albuquerque Maranhão, filho de Manuel Rodrigues Coelho e D. Joana de Albuquerque que viviam no Rio Grande.[26] Ao que tudo indica, Diogo acompanhou Salvador Correa de Sá e Benevides na expedição que livraria Angola dos batavos (1648). Com a invasão holandesa, alguns Albuquerques, como mostrou Evaldo Cabral de Mello, ingressaram na carreira militar e outros mudaram para o Rio de Janeiro, como ocorreu com Mathias de Albuquerque Maranhão, filho do conquistador do Maranhão.[27]

---

[21] RHEINGANTZ. Op. Cit. e FRAGOSO. *A Nobreza da República…* .

[22] XAVIER, Ângela B. & HESPANHA. Antonio M. "As redes Clientelares", in MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 391.

[23] ALBUQUERQUE, C. Op. Cit., p. 86.

[24] RHEINGANTZ. Op. Cit.

[25] AHU-Rio de Janeiro, cx. 3, doc. 12 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 3, D. 208.

[26] RHEINGANTZ. Op. Cit. Em nossa dissertação de mestrado mostramos a ligação de Diogo com o clã Albuquerque de Pernambuco e da sua importância na Conquista e Reconquista daquela capitania, do Maranhão e do Rio Grande. Igualmente, exploramos melhor a análise sobre a vida e as ligações sociais de Diogo. Cf. MOREIRA. Op. Cit.

[27] Gilberto Ferrez, ao publicar uma série de documentos sobre o Rio de Janeiro, mas especificamente sobre o seu porto, transcreveu um de 1634, do governador Rodrigo Miranda Henriques, no qual se queixava que a cidade, depois da tomada de Pernambuco havia crescido bastante, tanto em gente, como no comércio e na riqueza. Cf. FERREZ, G. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha, 1972, p. 123.

A linhagem de Antonio N. da Silva não tinha só estirpe. Possuía vasta experiência militar na defesa da América lusa contra os holandeses e conhecimento da administração da república.[28] Alguns de seus membros foram vereadores, como podemos ver nas atas da Câmara do Rio de Janeiro. O capitão Mathias de Albuquerque Maranhão fora eleito em 1650, sendo o segundo mais votado.[29]

Já o pai de Antonio N. da Silva, o Capitão da fortaleza de Santa Cruz, Clemente N. da Silva, havia sido eleito vereador em 1646; todavia, depois de decorridos dois dias da eleição pediu dispensa, posto que estava "para acudir a muitas obras de que necessitava a dita fortaleza a que era forçoso assistir pessoalmente". Destarte, "ficava impossibilitado para acudir e servir o cargo de vereador". Portanto, "aos cinco dias do mês de janeiro" foi substituído.[30]

No dia 22 de janeiro de 1646, se reuniram, no Convento do Carmo, para deliberarem acerca das providências a serem tomadas para a proteção da cidade frente a uma possível invasão batava, uma junta composta pelas figuras mais importantes da urbe, na qual se fizeram presentes o governador Duarte Correa Vasqueanes, o Dr. Francisco Pinto da Veiga, o Ouvidor Geral Dr. Damião de Aguiar, os oficiais da Câmara, seus juízes e seus vereadores, o Provedor da Fazenda, Capitães da Infantaria, das Fortalezas, das Ordenanças, muitos senhores de engenho e lavradores de cana. Entre esses, destacamos o capitão da fortaleza de Santa Cruz, Clemente N. da Silva, e Mathias de Albuquerque Maranhão.

Três anos antes, em 1643, o capitão da fortaleza Clemente N. da Silva havia participado de reunião similar, juntamente com o governador Luis Barbalho Bezerra e notáveis da cidade para discutirem sobre novos recursos para a infantaria e a necessidade da praça contar com 600 soldados. Nesta oportunidade, então, decidiu-se por duas novas taxas a serem pagas pela localidade, a vintena e o subsídio do vinho.[31] Os dois casos citados nos mostram a influência da família nas questões relativas à defesa da capitania.[32]

A família de Antonio N. da Silva nos permite mostrar a presença de elites de outras regiões da América lusa no Rio de Janeiro. Isto não era uma novidade no Novo Mundo.[33] João Fragoso mostrou que nesta capitania já havia ligação de sua

---

[28] Sobre a participação da família Albuquerque Maranhão na defesa de Pernambuco, ver MELLO. Op. Cit.

[29] PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL (PMDF). *O Rio de Janeiro no século XVII – accordãos e Vereanças do Senado da Camara, copiados do livro original existente no Archivo do Districto Federal, e relativos aos annos de 1.635 até 1.650. mandados publicar pelo Sr. Presidente Dr. Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935, p. 187.

[30] Em seu lugar assumiu Francisco de Mariz. Idem. Idem, p. 105 e 106.

[31] Idem. Idem, p. 69-71.

[32] Idem. Idem, p. 109-10.

[33] Diversos trabalhos mostraram que a elite pernambucana se expandiu para outras regiões, como sublinhou Regina Gonçalves para a Paraíba; Mello para o Maranhão e José Gomes para o Ceará. Cf. GONÇALVES. *Guerras e Açúcares. Política e economia na capitania da Parayba – 1585-1630*.

nobreza com seus pares de São Vicente, quando se fundou a cidade do Rio de Janeiro (1565). Desta monta, havia a formação de uma elite supracapitanias, constituída como subproduto dos serviços do rei.[34]

Igualmente, podemos entender porque os próximos dois capitães, que não os dois *filhos*, aparecem como militares que receberam o posto por um período trienal e não vitaliciamente, pois apresentariam muito mais experiência do que aqueles, tão importantes naquele contexto de guerra contra os holandeses. Não conseguimos localizá-los na genealogia de Carlos Rheingantz. Não por falha do genealogista e sim pelo fato de não terem se instalado na capitania. É o que nos sugere ao analisarmos as instalações da fortaleza e os constantes pedidos de reformas feitos pelos capitães. Antonio N. da Silva como seu pai, Clemente, por serem *herdeiros* de um conquistador, como já vimos, devem ter morado fora da fortaleza. Não foi o caso de Baltasar César D'Eça e Antonio da Costa Brito que iriam suceder a Antonio N. da Silva no posto. Na documentação que analisamos não conseguimos ver os dois primeiros demonstrando preocupações com moradia para eles e para a própria família. O caso se torna mais explícito quando lembramos que a fortaleza ficava do outro lado da Baía de Guanabara e que só era possível chegar de barco.[35] Com esta dificuldade, não se preocuparam em melhorar ou construir alojamento no forte. O que pode explicar suas expectativas futuras de voltarem a circular pelo Império quando acabassem seus triênios.

Não é o que aconteceu com Manuel da C. Cabral, nomeado em 1669, que trouxe sua esposa e seus filhos. Em momentos diferentes, um em 1674 e outro em 1683,[36] reivindicou a construção de casas dentro da fortaleza, não só para os soldados, como para a própria família. De tal forma, não nos parece fortuito que o mesmo Manuel da C. Cabral tenha aparecido na genealogia de Rheingantz constituindo família no Rio de Janeiro, assim como seu filho. Reparemos que Manuel da C. Cabral foi o capitão posterior aos outros dois que sucederam a Antonio N. da Silva, que foram nomeados por um período fixo. Sobre esta dupla de capitães, como já falamos, acreditamos serem de pessoas sem maiores ligações com a sociedade na qual atuaram. Parece-nos que assim que aportassem na capitania iriam se instalar nas acomodações da própria fortaleza. Abrigos estes que viam como temporários, ou seja, seriam utilizados apenas por aquele período determinado, pois já sabiam, imaginavam ou planejavam que voltariam a circular pelo mundo luso. Portanto, não é de se estranhar que não tenham feito nenhum

---

Bauru: Edusc, 2007. MELLO. Op. Cit.; e GOMES, J. *As milícias D'el Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

[34] FRAGOSO, João. "Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos". In: MONTEIRO, Nuno. CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 133-168 e FRAGOSO. *A Nobreza da República...*

[35] ANRJ. Cód. 61, Vol. 7, p. 438.

[36] PR – CA, DA, Rolo 6, Caixa 7, Doc. 1242 e Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Typografia Archivo de História Brasileira, 1936, Vol. 92, p. 260-262.

comentário acerca das instalações.

A queixa de Manuel da C. Cabral sobre as instalações das fortalezas é bastante elucidativa. Durante a Guerra de Restauração Lusa (1641-1668) houve um processo de reconstrução das fortalezas nas regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha. Estas reformas começavam a se preocupar com os equipamentos anexos que necessitavam aquelas construções, como por exemplo, quartéis, hospitais, corpos de guarda, paiol e etc. Passava-se cada vez mais a abandonar a requisição compulsiva das construções *civis* marginais aos fortes.[37]

Apesar de Albernaz, em 1631, sinalizar a presença de "aposentos di soldados" no forte de Santa Cruz, ao que nos parece, não deveriam ser muito bons e provavelmente estavam em péssimas condições.[38] Alguns anos depois o engenheiro mor de Sua Majestade, Felipe de Guitan, e o engenheiro Miguel de L'Escolle não o descreveram no relatório que enviaram ao Rei, em 1649, no qual davam conta do estado das fortificações da barra do Rio de Janeiro. Ao contrário do que fizeram com o alojamento que observaram no forte de S. João.[39] O abrigo deve ter piorado com o passar do tempo. Ao assumir o governo da capitania, em 1657, Thomé Correa de Alvarenga inspecionou a barra e ao fazer o auto de vistoria deu o seguinte parecer: "(...) os Coarteis e alojamento da infantaria Prometendo brevemente ruína por que por algumas partes desta já por falta das madeiras e antiguidade das paredes (...)".[40]

A situação continuou a mesma até os anos de 1670. No relatório que entregou ao rei, em 1678, dando conta de suas ações, o ex-governador João da Silva de Souza relatou que havia tido o cuidado de "(...) fazendose cazas para assistencia dos governadores dellaz [capitães de fortaleza], quarteis novos para os soldados, pelos que havia estarê no chão (...)".[41] Segundo Vivaldo Coaracy, João da Silva de Souza governou o Rio de Janeiro entre 1669-1675,[42] período no qual Manuel da C. Cabral ocupou o oficio de capitão da fortaleza de Santa Cruz. Apesar do ex-governador enfatizar que fez algumas mudanças nas fortalezas, elas possivelmente não agradaram ao seu capitão, pois o militar continuava pedindo melhores condições para instalar sua família e seus soldados.

Somos levados a crer que realmente alguma alteração o ex-governador João da Silva de Souza tenha feito, posto que a população no Rio de Janeiro deixava de ser obrigada a dar alojamento aos soldados, pois, em 1642, a cidade havia conquistado os mesmos direitos que gozavam os cidadãos do Porto.[43] Esta era uma questão bastante conflituosa e realmente deveria causar muitas incertezas e medo

---

[37] TAVARES DA CONCEIÇÃO, Margarida. "A praça da guerra aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação". In: *Revista Oceanos*, Lisboa: CNPCDP, Nº 41, jan/mar 2000, p. 32.
[38] APUD FERREZ. Op. Cit., p. 12.
[39] FERREZ. Op. Cit., p. 156-161.
[40] Idem, Idem, p. 181.
[41] Idem, Idem, p. 190.
[42] COARACY. *O Rio de Janeiro*... Op. Cit
[43] CARDOSO, Ciro F. & ARAUJO, Paulo H. *Rio de Janeiro*. Madri: Mapfre, 1992.

na cidade. Charles Boxer mostrou que para a Índia os soldados que para lá eram mandados não tinham quartel adequado, ficavam mendigando na rua à espera de algum trabalho.[44] A situação não deveria ser diferente no Rio de Janeiro. Ferrez sublinhou que em diversos momentos aportavam na cidade um número relativamente grande de soldados que precisavam ser alojados em algum lugar.[45] Assim, os quartéis tinham uma dupla finalidade. Por um lado tiravam o peso da sociedade *civil* que antes era obrigada a dar abrigo aos soldados, mas por outro disciplinavam os mesmos, pois permitiam aos seus comandantes uma maior vigilância e controle, já que o convívio entre *civis* e *militares* era bastante conflituoso.[46]

O cotidiano da cidade era marcado por conflitos. Em 1637, a população reclamava ao Senado que:

> (...) soldados que (...) usando de malefícios solturas demasias e querendo as justiças de Sua Majestade acudir na assistência de seus ofícios lhes não obedeçam nem guardam o devido respeito mas antes se desacomodam em palavrões e atrevimento como homens que não conhecem (...) vassalos de Sua Majestade nem tampouco podem as justiças de Sua Majestade correr em esta cidade (...) usem de maldades agravando a todos feridos e matando

---

[44] BOXER, C. *O Império Colonial Português (1415–1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 310-11.

[45] Em 1635, chegaram 200 soldados. O que correspondia a aproximadamente 10% da população segundo o censo de 1660, que dava como 3850 habitantes, portanto um aumento de 26% de portugueses. Cf. FERREZ. Op. Cit., p. 75 e 125. No dia 22/08/1649 haviam chegado "84 soldados além dos oficiais da ilha de São Miguel" e existia um aviso que estava próximo o desembarque de 400 soldados vindos da Madeira, o que preocupava o Senado da Câmara, pois era notório "as queixas do povo com as demasias dos soldados". Cf. PMDF. Op. Cit., p. 177.

[46] HESPANHA. "Introdução"p. 23 e COSTA, Fernando Dores. "Milícia e sociedade". In: HESPANHA, A. Manuel (coord.) *Nova história militar de Portugal – Vol. 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, p. 96. Este também era um problema em Pernambuco, devido ao grande número de veteranos da guerra de Restauração Pernambucana e a ociosidade desta tropa causava desordem. Cf. SILVA, Kalina V. *O Miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Pref. de Recife, 2000. E MIRANDA, Bruno. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)*. Recife: UFPE, 2006. Segundo Michel Foucault, no correr dos séculos XVII e XVIII, na Europa Ocidental, houve "uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder", que teria servido para aumentar o grau de disciplina sobre o mesmo e resultado em dominação, numa clara manifestação de poder, que visava sobretudo controlar os homens e suas forças. Fato que impunha uma relação de docilidade-utilidade ao corpo dos homens. Tal processo não era especifico das instituições militares e era resultado de uma "microfísica" do poder que se estendia por toda a sociedade. Sua introdução nos corpos militares, embora tenha sido de modo constante e progressiva, foi tardia. Esta docilidade e utilidade do corpo humano cumpriam com o objetivo de obter um aparelho disciplinar eficiente. E, para isso, seria fundamental isolar os corpos, "extrair e acumular o tempo" que lhes pertencia. Neste sentido, o tempo passava a ser visto como algo que deveria ser utilizado para o bem da coletividade e que não poderia ser desperdiçado. Por isso, era necessário: "fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas". Contudo, neste momento no Rio de Janeiro, a preocupação maior era isolar os corpos "militares" da sociedade "civil". Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009, 37ª edição. Ver em especial a 3ª Parte, 1º Capítulo "Os corpos dóceis", p.131-163.

> sem castigo nenhum do que pode resultar muito maior depravação no desamparo desta cidade onde os ditos soldados se ocupam em ser taverneiros e carniceiros vendendo carne por excessivos preços fazendo-se almotacéis e mecânicos privados com que se tiraniza esta povo sendo de mais importância a assistência dos ditos nas forças e fortalezas desta cidade que não tem a gente necessária e aparelhadas e um mau sucesso por esta causa mormente hoje neste tempo de verão que está esta costa toda infestada dos inimigos (...) e não somente causam os ditos soldados o mal que se sente por eles neste povo senão ainda os que o não são se ajudam dele para nesta cidade nas públicas passearem de noite delinquentes (...).[47]

Parece-nos que a queixa de Manuel da C. Cabral se inseria em um contexto mais amplo, mas que estava ligada a sua instalação na cidade, como ocorreu. A sua inquietação ganhava um eco maior se atentarmos para o fato de que os outros capitães que passaram pelo forte, vindos da Europa, não tiveram a mesma preocupação, mesmo em uma conjuntura favorável a construção dos alojamentos.

O fato de o posto voltar a ser transferido por hereditariedade deve ser explicado pela diminuição da ameaça batava[48] e pela mudança na conjuntura local no final dos anos 1690, ao contrário do panorama que se aventava em 1664, quando se nomeou Baltasar César D'Eça.[49]

Assim, retoma-se o hábito de se passar o ofício por hereditariedade, uma vez que o momento era de normalidade, desta monta não haveria legitimidade para não se resgatar as tradições e os costumes.[50] Podemos entender o sábio ato de Manuel da C. Cabral ao pedir ao Conselho Ultramarino que seu filho fosse lhe substituir, buscando validade no fato do antigo capitão Clemente Nogueira ter passado para seu rebento, Antonio N. da Silva, o ofício, como podemos ver abaixo:

> (...) da qual sendo capitão seu antecessor Clemente Nogueira lhe fez Vossa Majestade mercê da sucessão dela para seu filho Antonio Nogueira (...) o que sendo presente (...) mereça ele suplicante que (...) por sua grandeza e piedade lhe conceda a mesma graça da sucessão desta fortaleza para seu filho.[51]

Cabe destacar que Manuel da C. Cabral não reconhecia em Baltasar César

---

[47] PMDF. Op. Cit., p. 19.

[48] A paz entre lusos e batavos fora assinada em 1661, por meio do tratado de Haia.

[49] Segundo Fragoso, neste momento, a "nobreza da terra" no Rio de Janeiro, novamente se consolida como um grupo unido e homogêneo. Cf. FRAGOSO. J. *Imperial (re)visions*... .

[50] Aos poucos o perigo batavo ia se afastando. Algumas datas apresentadas por Luiz Carlos Soares são emblemáticas: a) 1661, Tratado de Haia que estabeleceu a paz entre lusos e holandeses; b) 1670, data que marcava o fim da hegemonia marítimo–comercial batava e; c) 1684, fim da Cia. das Índias Ocidentais holandesa. Cf. SOARES, L. C. "As guerras comerciais no século XVII". In: VAINFAS, Ronaldo & MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces*. São Paulo: Editora Alameda, 2009, p. 217-239.

[51] Cf. AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79. AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517. [post. 1686, Setembro, 9].

D'Eça e Antonio da Costa Brito como seus antecessores, provavelmente por estarem *deslocados* deste panorama no que tange a transmissão do ofício, no qual os pais dos *filhos* estavam inseridos. Ou seja, compreendia que a nomeação desta dupla inseria-se em um momento circunstancial diferente da de sua nomeação e da de Clemente-Antonio N. da Silva.

Este contexto local também ajuda a entender porque na nomeação de Baltasar César D'Eça, em 1664, o critério a ser seguido não foi o mesmo que o da fortaleza de S. João, apenas quatro anos antes, em 1660. Neste baluarte, Ascenço Gonçalves Matoso acabou sendo nomeado pelo rei.[52] Escolha que com certeza levou em consideração o fato de este agente ter ocupado o posto temporariamente, por nomeação do governador devido ao falecimento do antigo titular.[53] O pedido de Diogo Cardoso de Mesquita, que havia sido conduzido ao posto de capitão da fortaleza de Santa Cruz temporariamente, nomeado pelo governador, em 1663, portanto um ano antes, para que o rei o mantivesse no dito cargo, não foi atendido, porque era necessário alguém *externo*, já que a *nobreza da terra* se encontrava dividida.[54]

Ao mesmo tempo os capitães da fortaleza de Santa Cruz que não eram do grupo dos *filhos* não se instalaram na região, voltando para o reino logo após o término do período de três anos. Infelizmente não conseguimos rastreá-los após terem deixado seus postos. Sabemos que não morreram, pois as próximas nomeações fazem menção ao fato do triênio ter acabado e a necessidade de se nomear alguém para substituí-los. São pessoas *estranhas* que não tiveram oportunidade de se incorporar à localidade, por que não quiseram ou não tinham nada a oferecer ou a própria elite não queria fazê-lo, ficando assim mais afastados daquela sociedade.

Se, por um lado, tivemos oportunidade de ver que dois destes capitães conseguem transferir para seus filhos o posto, por outro, temos que tentar entender porque os demais não os fazem. Para nos ajudar a pensar e levantar questões o estudo comparativo nos é útil.

Podemos dialogar com a observação feita por Stuart Schwartz sobre o Tribunal da Relação da Bahia, entre 1609-1751. O autor, entre outras coisas, analisou a trajetória dos desembargadores daquela instituição. Da mesma forma, preocupou-se em analisar a relação que estes burocratas estabeleceram com a sociedade baiana. Haveria uma propensão aos funcionários reais, como de toda a burocracia colonial, a um *abrasileiramento*, a uma capacidade de se integrar à

---

[52] PR – CA, DA, Rolo 4, Caixa 5, Doc. 843. Sobre o modo como era feito o processo de escolha dos Capitães de fortaleza empreendidos pelo rei e pelo Conselho Ultramarino ver MOREIRA. Op. Cit.

[53] ANRJ. Cód. 61, Vol. 1, p. 64.

[54] PR – CA, DA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 987-1005. Este contraste aumenta quando vemos que o antecessor, Antonio Nogueira da Silva, foi nomeado por dois governadores, Luis Barbalho Bezerra e Salvador Correa de Sá e Benevides, e acabou sendo confirmado pelo rei. Como estamos acompanhando, os serviços do pai também contribuíram para isso. Cf. AHU-Rio de Janeiro, cx. 3, doc. 24 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 3, D. 220 e AHU – RIO DE JANEIRO. 19/1/1652.

sociedade local. Era bastante frequente que os magistrados não só se casassem com membros da elite local, mas, também fossem possuidores de engenho de açúcar, fato proibido pela Coroa. Esta nova atividade lhes possibilitava uma renda maior do que a auferida como magistrado. Uma promoção na carreira não era tão interessante, pois teriam que abandonar suas terras. Isto fazia com que muitos deles, não obstante recebessem postos em Portugal, fizessem tudo para se manterem na Bahia. Contudo, apesar de alguns ficarem pela América, outros queriam voltar a Portugal, mesmo tendo casado e sendo proprietários de terras ou ligados aos seus donos pelo matrimônio. Ao regressarem para a Europa, provavelmente, permaneciam prestando serviços à Coroa e continuavam a ascender na hierarquia judicial.[55]

Todavia, não devemos esquecer que na Bahia havia melhores opções que no Rio de Janeiro. A sua economia era mais bem desenvolvida, além do que os desembargadores tinham mais coisas a oferecer àquela sociedade do que os capitães para a fluminense. Devemos nos perguntar se esta circulação, em vários espaços lusos, que se dava com os membros daquele tribunal e nossos capitães, ocorria com outros militares. Em caso positivo, teríamos um grupo de militares totalmente dependente da Coroa.

Ao pensarmos os militares, temos que fazer ressalvas, como mostrou Fernando Dores Costa.[56] Entre os problemas que existiam em Portugal no que diz respeito ao recrutamento militar, um deles era o grande número de pessoas que não podiam ser cooptadas para o exército, devido ao corporativismo da sociedade. Esta característica fazia com que as pessoas se ligassem a uma gama variada de redes de conivência e proteção. Assim, só para ilustrar, um filho de camponês que trabalhasse em terras pertencentes a determinados nobres não podia ser obrigado a ingressar no corpo militar. Inúmeras corporações detinham o privilégio, entre outros, de não serem obrigados a comporem o exército real. Só restava à Coroa os que viviam à margem destas relações de proteção, em suma, uma parcela diminuta da população.[57]

Para além deste problema, havia outro. Os que eram recrutados acabavam desertando e muitos recebiam o acoitamento e a proteção daquelas corporações. Havia limites que a sociedade estabelecia para o recrutamento, pois o corpo social temia o despotismo da monarquia. Este limite era mais uma das barreiras que se

---

[55] SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979, p. 67.

[56] COSTA, Fernando Dores. "Guerra e sociedade". In: HESPANHA, A. M. (Coord.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, p. 366-368.

[57] Fato também notado por Hespanha. Segundo o autor, a institucionalização do recrutamento da tropa permanente se deu em 1650, por meio de regimento passado aos governadores de armas das comarcas. Os governadores deveriam fazer três listas de soldados, uma para cada tropa (1ª linha, 2ª linha e ordenanças). Para a tropa paga ou de 1ª linha, a lista deveria contemplar pessoas que não fossem fazer falta à conservação das fazendas e ao serviço da república, portanto pessoas marginais à sociedade. Cf. HESPANHA, A. "A administração militar". In: ___ (coord.). *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, p. 173-4.

impunham à centralização, sendo uma das características peculiares do Estado luso. A grande inovação a ser feita pela monarquia era trazer pessoas para o nível de dependência e proteção dadas por ela. Por isso, a questão das *mercês*, em determinados casos, era fundamental. No caso da América Lusa, conseguia tornar aquelas elites que haviam lutado na Bahia, em Pernambuco e em Angola dependentes e protegidas pela Coroa. Talvez, por isso, alguns filhos destas elites tenham ido lutar tão longe de casa, nas guerras de Restauração portuguesa, posto que não existia a noção de pátria que temos hoje, que só iria surgir no século XIX. Para as pessoas comuns, a pátria era seu local de nascimento.[58]

O problema do recrutamento também era sentido no Rio de Janeiro. A falta de estrutura das fortalezas, com poucos gêneros alimentares, sobretudo a farinha de guerra, e de armas, além dos constantes atrasos no soldo levava os soldados a fugirem para outras capitanias. Fato que, em 1646, motivou uma reunião dos notáveis no Convento do Carmo, no qual se encontraram os vereadores do Senado da Câmara, o próprio governador, os capitães das fortalezas entre outros para que se tentasse por fim a estas deserções.[59]

Por outro lado, estas estruturas clientelares podem ter atrapalhado um melhor gerenciamento dos recursos financeiros disponíveis para a guerra. Em 1641, o governador Salvador Correa de Sá e Benevides pediu a reforma de alguns capitães na praça do Rio de Janeiro, posto que havia poucos soldados para o número de comandantes. A reforma, ou seja, a extinção destes ofícios não ocorreu. A ideia era diminuir os gastos com o soldo dos militares que seriam reformados. O que se apresentava aqui, além da questão financeira, era a possibilidade destes capitães perderem seus *clientes*/soldados para seus companheiros e, ao mesmo tempo, os *clientes*/soldados desejarem mudar de capitães e ingressarem em outras redes clientelares.[60]

Costa sublinhou que a carreira das armas era fundamental para conectar as diversas paisagens do mundo luso. Estas pessoas por defenderem e estarem ligadas a interesses centrais do Império não tinham muito espaço na vida cotidiana nas áreas periféricas, por isso eram *suportadas*. Mas segundo o autor, a questão ainda deve ser estudada com mais atenção.[61]

Acreditamos que a historiografia tem avançado nesta discussão, embora ainda esteja a pensar sobre o tema, posto que está construindo o conceito de *Monarquia Pluricontinental*,[62] como veremos ao final do texto. Costa teria

---

[58] Sobre a noção de pertencimento ao Estado português ver HESPANHA, Antonio M. "Por que é que foi 'portuguesa' a expansão portuguesa?". In: SOUZA, Laura de Mello et al. *O Governo dos Povos,* p. 39-62.

[59] PMDF. Op. Cit., p. 109-10.

[60] Idem, Idem, p. 52-3.

[61] COSTA, F. D. *Guerra e sociedade*, p. 366-368. Neste sentido, as ideias de Schwartz que acabamos de apresentar desmontam esta proposição de Costa.

[62] CUNHA, Mafalda S. da e NUNO, Monteiro. "Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII". In: MONTEIRO, Nuno. CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda S.

acertado ao afirmar que os militares, um dos ofícios régios, seriam importantes para conectar o Império, mas estaria equivocado ao assegurar a sua não relevância no cotidiano das áreas periféricas, assim como a não participação de suas elites neste ofício, como também mostramos.

Mas, voltemos aos nossos capitães e ao fato de acabarem se instalando na região. Logo, mais uma vez, em contraposição, parece-nos exemplar a trajetória dos *filhos* e de seus pais. Nesse sentido, Manuel da C. Cabral, ao pedir para que o posto fosse transferido para seu rebento, relata que tem "mais de **quarenta e seis anos** efetivos na guerra, armadas e conquistas sem mais prêmio nem mercê que a dita fortaleza (...)".[63] Pois bem, o que levaria tal agente a ter uma quantidade enorme de anos de serviços e nunca ter solicitado uma mercê? E mais, agora o fazia para o seu filho, com aproximadamente 21 anos de idade, se não a intenção de permanecer na região, além do objetivo de também estabelecer seu rebento naquele espaço.[64] Além de ter obtido êxito nesta estratégia, seus filhos, sendo três homens e cinco mulheres, permaneceram no Rio de Janeiro, mesmo depois que este abandonou a fortaleza.[65] Dos homens, o mais velho assumiu o posto do pai. Outro, Luís da Costa Cabral, casou-se no Rio de Janeiro, em 1691, também depois do progenitor ter passado o posto ao seu irmão. Já sobre o terceiro, só sabemos que nasceu naquela cidade em 1675, depois de o pai ter assumido a fortaleza. Portanto, podemos ver uma política clara por parte de Manuel da C. Cabral de manter a família na capitania.

Desta maneira, não nos fica claro que houvesse, por parte de oficiais reinóis, tanto os magistrados como os capitães, uma regra a ser seguida se quisessem continuar o processo de ascensão, que poderia vir ou não. Por outro lado, para subir na estrutura social não era forçoso voltar para a metrópole. Ou até mesmo, se fosse necessário, poder-se-ia optar pelo não regresso por diversos motivos. Razões estas que estavam ligadas às oportunidades e estratégias que tais agentes possuíam e que, naturalmente, eram diferentes entre si. Por vezes, estabelecer alianças com a *nobreza da terra* poderia ser muito mais vantajoso, assim como ir para áreas ainda não conquistadas na própria América; enfim, opções que não necessariamente obrigavam o regresso a Portugal. Tudo dependeria de uma série de fatores que estavam relacionados às conjunturas e micro-conjunturas, tanto no Reino como na América.

Ficar ou não na América era sim uma opção de peso. Estabelecer residência

---

da (orgs). *Optima Pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252. E FRAGOSO, J. e GOUVÊA, Mª. de F. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In: *Revista Tempo*: Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

[63] AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79. AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517. [post. 1686, Setembro, 9]. Grifo nosso.

[64] Cf. RHEINGANTZ. *Op. Cit.*, p. 440. O autor da como a data de seu nascimento ter sido no ano de 1665 e que não teria casado, pois ao que parece morreu cedo, aos 27 anos de idade. Não sabemos a causa de sua morte.

[65] AHU-Rio de Janeiro, cx. 6, doc. 8 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 560.

no *Novo Mundo* significava afastar-se dos postos do centro ou ainda se distanciar dos Conselhos (Ultramarino, Guerra, Fazenda etc.) que, conforme o princípio polissinodal, decidiam a vida do império.[66] Baltasar César D'Eça, suspeitamos, sabia bem disto. Dentro do grupo de capitães da fortaleza de Santa Cruz era o único que tinha o hábito de Cristo. Como Fernanda Olival mostrou esta distinção não era comumente dada para os *colonos*.[67] Sua chegada ao Rio de Janeiro deu-se num contexto bastante complicado, em razão da Revolta de 1660-1.[68] Portanto, dificilmente alguém com elevada distinção permaneceria na América, sobretudo no Rio de Janeiro. Provavelmente, Baltasar possuía capital imaterial bastante significativo que lhe permitiria retornar ao reino e ficar mais perto da Coroa e dos Conselhos, o que lhe facilitaria a sua ascensão social. De tal modo, parece-nos que a decisão de Baltasar tenha sido motivada pelo fato de também ficar mais perto do centro irradiador da honra, o rei, posto que para José Maravall a honra era um dos bens mais importantes ao quais as pessoas aspiravam.[69]

A maneira como aportou no Rio de Janeiro também influenciou sua decisão, da mesma forma que a conjuntura local, posto que estavam ligadas. Fragoso mostrou que após a Revolta de 1660-1, a Coroa conseguiu impor-se com mais força frente às elites locais, que se encontravam divididas. Assim, Baltasar não devia ser muito bem visto na capitania fluminense. Estes fatores explicam porque não permaneceu pelas terras americanas.

As elites locais só voltariam a formar um grupo coeso em fim dos anos 1690. A partir daí, novamente, conseguiram impor-se frente ao rei. Uma destas imposições era a volta do posto para os *colonos* na figura de Manuel da C. Cabral, nomeado em 1669, que, por sua vez, passaria para o seu filho em 1686.[70]

Vejamos agora como se deu a chegada do capitão do outro forte, o de S. João. Os militares que não são naturais do Rio de Janeiro acabaram inserindo-se naquele universo, através de casamentos e/ou filhos que nasceram e por lá ficaram. Seja posteriormente a sua nomeação, como foi o caso de Agostinho de Barros de Vasconcelos, nomeado em 1671, ou antes, como ocorreu com Manuel Luiz,

---

[66] Sobre o conceito de polissinodia ver COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Annablume, 2009.

[67] OLIVAL, F. *As ordens militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 173.

[68] Em 1664, os conspiradores da Revolta se encontravam na prisão de Limoeiro em Portugal; só seriam anistiados pelo rei, em 1668. A revolta contra Salvador Correa de Sá e Benevides tinha uma característica antifiscal, mas outros elementos contribuíam para que parte da população se rebelasse contra o governador. Seu poder político e econômico na capitania incomodava alguns membros da elite fluminense. Ao mesmo tempo, sua amizade com os jesuítas também não era muito bem vista, em razão da questão de acesso a mão de obra indígena, extremamente importante no período. Para maiores detalhes sobre este movimento ver COARACY. Op. cit., p. 164, 175 e 185 e o trabalho de CAETANO, Antonio. *Entre a sombra e o Sol – a revolta da cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação de Mestrado em Historia. UFF: Niterói, 2003.

[69] MARAVALL, José A. *Poder, honor y elites em el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

[70] PR – CA, DA, Rolo 7, Caixa 8, Doc. 1487-89; ANRJ. Cód. 61, Vol. 5, p. 1018; AHU-Rio de Janeiro, cx. 5, doc. 79 e; AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 517 e FRAGOSO. *Imperial (re)visions*... Op. Cit.

nomeado em 1700.[71] Em outras palavras, o posto passava a ser influenciado pelo universo e pelas questões locais. Fato que pode ajudar a entender o assassinato do Capitão da Fortaleza de S. João, Francisco Pinto Pereira. Não sabemos exatamente quando e nem porque foi cometido este crime, mas teria ocorrido logo após o militar ter chegado ao Rio de Janeiro para assumir o ofício, em 1669. Apenas dois anos depois, em 1671, Agostinho de Barros de Vasconcelos apareceu sendo nomeado devido a este acontecimento. O pouco tempo que Francisco passou naquela capitania talvez não tenha lhe dado a oportunidade de inserir-se na sociedade local ou quem sabe se negasse a fazê-lo ou até mesmo não fosse aceito devido à conjuntura local, o que poderia ter motivado o crime.

Na fortaleza de S. João, o ofício foi sempre dado como propriedade vitalícia.[72] Mesmo quando isto não ocorreu, como foi o caso da nomeação de Francisco Pinto Pereira, em 1669, o capitão acabou pleiteando e recebendo pelo mesmo período que seus antecessores haviam ganhado. Como podemos ver abaixo: "O capitão Francisco Pinto Pereira (...) que diz, que a dita capitania se deu sempre de propriedade (...). E pede a Vossa Alteza (...), se lhe faça mercê da propriedade dela, como a servindo seus antecessores".[73]

Se, por um lado, o pedido de Francisco indicava que queria ficar no Rio de Janeiro, por outro, o seu assassinato mostrava que as elites que se encontravam cindidas, segundo Fragoso, não o queriam na capitania.[74]

Quanto às ligações sociais, os capitães da Fortaleza de Santa Cruz apareciam relacionados de alguma forma a família Sá, especialmente seu membro mais importante, Salvador Correa de Sá e Benevides, seja por meio de elos familiares, profissionais ou militares. Mesmo no período em que este caiu em desgraça, em função de conjunturas do reino, no período entre 1667 e 1669, os

---

[71] Fragoso enfatiza que, na passagem para a segunda metade dos seiscentos, as mulheres das elites no Rio de Janeiro deixavam de se casar com oficiais vindos da Europa, o que era necessário para consolidar uma sociedade ainda em formação. Esta prática era extremamente importante, pois a reprodução da economia ou uma melhor inserção na sociedade passavam obrigatoriamente pelo fato de pertencer ou não às instituições da monarquia e do Senado da Câmara, uma vez que este pertencimento possibilitava uma série de vantagens para indivíduos e grupos. Cf. FRAGOSO. João. "Um mercado dominado por 'bandos'". In: TEIXEIRA DA SILVA, F; MATTOS, H. e FRAGOSO, J. (orgs.). *Escritos sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 247-288. Interessante notar que os dois capitães fugiam a este padrão. Prova disto são as poucas informações que temos a respeito de suas descendências. Acreditamos que ambos não se instalaram na região. Agostinho deve ter voltado para o reino, de onde era natural (Lisboa). Já Manuel, embora tivesse nascido na Ilha de São Miguel, provavelmente instalou-se na Nova Colônia de Sacramento. Mesmo que pareçam não ter ficado devem ter sido incorporados às redes comerciais que passavam pela região. Não devemos esquecer que era importante que elas tivessem representantes em outros lugares, sendo assim acreditamos que os dois capitães podem ser enquadrados nesta situação.

[72] Ou pelo menos pelo tempo no qual o capitão pudesse ocupar o ofício, como foi o caso de Agostinho de Barros de Vasconcelos, que só é substituído em razão de sua precária saúde. Cf. AHU-Rio de Janeiro, cx. 6, doc. 118; AHU_ACL_CU_017, Cx. 6, D. 674; AHU – RIO DE JANEIRO; PR – CA, DA, Rolo 11, Caixa 12, Doc. 2245.

[73] PR – CA, DA, Rolo 6, Caixa 6, Doc. 1087-1088.

[74] FRAGOSO. *Imperial (re)visions*... Op. Cit.

capitães apresentavam algum tipo de vinculação com este personagem.[75] Antonio N. da Silva era afilhado daquele.[76] Enquanto Antonio da C. Brito, nomeado para o posto em 1667, embarcou por capitão da Armada da Cia. Geral do Comércio com o dito Salvador, em 1658.[77] Mesmo se focalizarmos a conjuntura da capitania do Rio de Janeiro, em momento posterior a Revolta de 1660-1, a ligação continuou a persistir. O *filho* José da C. de Oliveira, nomeado em 1686, era cunhado de Martim Correa de Sá, pois se casara com sua irmã, D. Catarina do Espírito Santo, em 1700.[78]

Aqui a nomeação do possuidor do hábito de Cristo, Baltasar César D'Eça, em 1664, parece ser exemplar.[79] Quando foi nomeado concorreu com outros cinco candidatos. Destes, quatro apresentavam ligações ou com conquistadores ou com estes e os Sá. Há outro concorrente, Diogo de Macedo, que não possuía ligações com a América, no entanto, sua movimentação pelo Império (Índia e Reino) fugia ao padrão de circulação dos capitães das duas fortalezas que analisamos.[80] Baltasar chegou ao Rio de Janeiro pela primeira vez com o novo governador, Pedro de Mello (1662-1665), e não ficou muito tempo, pois ao pedir a capitania da fortaleza, encontrava-se na Ilha da Madeira. Mas, estamos em uma micro-conjuntura local marcada pela sedição contra os Sá (1660-1). Os ânimos estavam bastante aflorados. Alguns participantes da Revolta encontravam-se presos, esperando julgamento. Todo cuidado era pouco.[81] A elite estava dividida e o centro tinha mais força para fazer-se presente.[82] Por isso uma figura de *fora* não só com credenciais militares e o único com um hábito de Cristo, mas, igualmente experiente.

Em resumo, com exceção de Baltasar César D'Eça, devido à conjuntura de sua nomeação, a família Sá dominava a capitania deste forte. Para além dos 4 capitães apresentados (Antonio N. da Silva, Antonio da Costa Brito, Manuel da C. Cabral e José da C. de Oliveira) anteriormente já haviam passado por lá outros 3 membros de seu grupo, o pai de Antonio N. da Silva (Clemente N. da Silva), Pedro

---

[75] Sobre esta conjuntura e a atuação de Salvador Correa de Sá e Benevides ver BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. Coleção Brasiliana, Vol. 353, p. 416-417.

[76] ANRJ. Cód. 61, Vol. 4, p. 71.

[77] ANRJ. Cód. 61, Vol. 4, p. 654.

[78] Filho de Salvador Correa de Sá e Benevides. Cf. BOXER. *Salvador de Sá*... Op. Cit, p. 410 e RHEINGANTZ. Op. Cit.

[79] BORREGO, Nuno G. P. *Habilitações nas ordens militares – séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo. Tomo I e II*. Lisboa: Guarda-mor, 2008.

[80] Maiores detalhes sobre a circulação dos capitães por outros espaços lusos ver MOREIRA. Op. Cit.

[81] A tensão no Rio de Janeiro deveria ser grande os presos encontravam-se enclausurados na prisão do Limoeiro. Cf. COARACY. Op. Cit., p. 173-179. Somos levados a crer que a tensão tenha sido sentida até pela Regente, D. Luísa de Gusmão. Desta forma, a única consulta que achamos para o período que estudamos, que analisamos em nossa dissertação, que não apresentava nenhuma nomeação por parte da Coroa, apesar de o Conselho Ultramarino ter recomendado a escolha de um dos concorrentes para a fortaleza de Sta. Cruz, se deu nesta conjuntura, em 1661. Cf. PR – CA, DA, Rolo 5, Caixa 5, Doc. 881.

[82] FRAGOSO. *Imperial (re)visions*... Op. Cit.

Gago da Câmara e Gonçalo Correia de Sá.[83]

Mas, voltemos às ligações sociais. Salvador Correa de Sá e Benevides era um personagem altamente poderoso e tinha interesses não só nesta capitania, mas também espalhados em diversas regiões do mundo português, além da América Hispânica. Possuía uma visão ampla, posto que já havia estado em várias partes do domínio luso, o que com certeza contribuiu para que participasse do Conselho Ultramarino. Apesar da importância dos Sá na capitania, que remontava desde o tempo da fundação da cidade (1565), havia uma perda de influência deste grupo nas nomeações do forte de S. João, especialmente após a Revolta contra este grupo, em 1660-1. Dentro de nosso recorte temporal, o primeiro capitão nomeado, Ascenço Gonçalves Matoso, como seu antecessor, Antonio Curvelo Escudeiro, eram ligados àquela família. Ascenço casou-se, em 1655, com uma integrante deste grupo, Serafina Correa de Sá, cinco anos antes de sua nomeação. Posteriormente à Revolta, os capitães da fortaleza de S. João não apareceram ligados aos Sá. É o que podemos perceber na escolha de Agostinho de Barros de Vasconcelos, em 1671. Esta consulta é bastante simbólica e a única consulta na qual conseguimos ver Salvador Correa de Sá e Benevides atuando como membro do Conselho Ultramarino. Neste documento podemos ver a perda de sua influência na nomeação para a fortaleza de S. João.

No seu parecer enfatizava e lembrava ao rei o quanto sua família havia prestado serviços à Coroa naquela localidade. O secretário do Conselho Ultramarino resumiu deste modo a posição do conselheiro:

> Salvador Correa de Sá diz que este posto e capitanias das fortalezas, (...) com consideração de sua importância sendo o governador Martim de Sá, seu pai, na era de 603; os reis que governaram estes reinos, manda ... (ilegível), patentes de Capitães de duas fortalezas Sta. Cruz e S. João, a Gonçalo Correa de Sá e a Duarte Correa Vasqueanes, irmão e tio do dito governador, (...). Com este fundamento e com os decretos que o Rei Dom João foi servido mandar aos conselheiros da guerra e ultramarino (...), se atendo a qualidade que os que servirem nas conquistas nomeia em primeiro lugar, a Martim Correa Vasqueanes, filho de Duarte Correa Vasqueanes [um dos que concorriam com Agostinho na consulta] (...).[84]

Em forma de conclusão. Podemos ver nas palavras de Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha como estudos que tenham como objetos os militares podem nos ajudar a compreender fenômenos mais amplos, como por exemplo, a *Monarquia Pluricontinental*:

> A orientação geral pode, desde já, ser enunciada: dentro de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela comunicação permanente e pela negociação com as elites da periferia imperial, a tendência foi no sentido de uma crescente diferenciação das diversas esferas institucionais (**militares**,

[83] AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 41 e AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 40.
[84] PR – CA, DA, Rolo 5, Caixa 6, Doc. 1138.

> judiciais, tributárias, eclesiásticas, mercantis e locais) e não na direção da sua tendencial confusão. Elas correspondiam, de resto, a diversas lógicas sociais e a distintos padrões de circulação no espaço da monarquia. A integração das periferias e o equilíbrio dos poderes no império não se faziam sobretudo através do enraizamento local de todos os agentes referidos, o qual pode ou não ocorrer, mas ao invés, pelo facto de as distintas instâncias, e as respectivas elites mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro.[85]

Pesquisas que busquem um diálogo entre a *Nova História Militar* e a História Social podem dar bons frutos, com isso se teria uma melhor compreensão da relação entre os diversos *lócus* do Império luso. É possível ver como as localidades são chamadas a participarem da defesa do território português, seja através do financiamento das guerras, do recrutamento dos diversos postos/ofícios dentro da hierarquia do corpo "militar". Por outro lado, também é possível ver como a Coroa interferiu no gerenciamento desta defesa, seja impondo impostos ou até mesmo nomeações de agentes externos a localidade em postos chaves da hierarquia "militar", como, por exemplo, os capitães de fortaleza da barra do Rio de Janeiro. Em resumo, é possível ver de forma clara os limites do poder da metrópole no cotidiano da capitania. Igualmente, somos capazes de vislumbrar as elites fluminenses participando ativamente da administração do Império e defendendo os seus próprios interesses, que podiam ser ou não os mesmos da Coroa.

Se, por um lado, analisando os aspectos militares, melhoramos o entendimento do elo entre Portugal e sua periferia, por outro, podemos compreender mais substancialmente a própria formação do Estado moderno luso. Até mesmo porque este se formou na relação com o ultramar, portanto, na sua faceta imperial. Boxer já havia destacado que o Império português era marítimo, comercial, militar e eclesiástico.[86] Uma análise que não leve em consideração um diálogo entre estas categorias fatalmente não produzirá bons frutos.

---

[85] CUNHA e MONTEIRO. Op. Cit., p. 194. Grifo nosso.

[86] BOXER, C. *Relações raciais no Império colonial português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. Posição seguida também por MONTEIRO, N. "O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social". In: *Almanack Braziliense*, nº 2, Nov. de 2005. www.almanack.usp.br.

FORÇAS MILITARES NO BRASIL COLONIAL

Christiane Figueiredo Pagano de Mello[*]

A organização militar

A força terrestre das capitanias do Brasil colonial era organizada basicamente em três escalões, a saber: a Tropa de Linha, os Auxiliares e as Ordenanças. A Tropa de Linha caracterizava-se como força profissional, soldada e permanentemente sob armas e era com ela que se empreendiam as operações da grande guerra. Geralmente composta de regimentos portugueses como, por exemplo, o de Bragança, Moura e Estremoz era, contudo, ordinariamente muito reduzida e estava sempre desfalcada nos seus efetivos, os quais se recrutavam na própria Colônia. Havia ainda, na organização geral da defesa, as Tropas de Ordenanças e de Auxiliares, unidades militares encarregadas de serviços não remunerados, nas quais deveriam estar obrigatoriamente engajados todos os homens militarmente válidos. Tais tropas não eram, portanto, compostas de soldados profissionais, mas de moradores, geralmente pequenos agricultores, que, quando se fazia mister, deixavam suas lides para acudir às necessidades militares. Eram, exatamente por isso, denominadas de paisanos armados.

O procedimento de seleção dos homens que deveriam compor cada uma das três tropas dava-se a partir dos seguintes critérios: nas listas de Ordenanças se encontravam registrados os nomes de todos os homens incumbidos da obrigação militar. Entre os filhos segundos das famílias, excetuando-se os de viúvas e de lavradores, escolhiam-se os soldados pagos, que viriam a constituir a tropa de linha. As Tropas Auxiliares constituíam-se daqueles isentos do serviço da primeira linha, bem como dos casados em idade militar. Cada terço era comandado por um Mestre de Campo, sendo seus homens instruídos e disciplinados por oficiais hábeis e experimentados, provenientes da Tropa de linha: os Sargentos-Mores e Ajudantes. Os Auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estivessem designados e, enquanto nelas permanecessem mobilizados, receberiam tal qual os soldados pagos.

Todos os restantes homens válidos quedavam-se inscritos nas Companhias de Ordenanças. Esta força militar, difusa por todo o território, com sua própria organização e comandos, era dividida em companhias, as quais, reunidas em maior ou menor número, segundo a população de cada cidade, vila ou conselho, formavam o Terço, cujo chefe superior tinha o título de Capitão-Mor de Ordenanças. Este, além das funções inerentes ao comando militar, tinha por responsabilidade manter listas permanentemente atualizadas dos componentes das

[*] Professora Doutora do Departamento de História - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal de Ouro Preto- ICHS/UFOP.

Companhas de Ordenanças, as quais serviriam de base para os futuros recrutamentos militares. Com funções militares restritas, as Ordenanças serviriam na pequena guerra, local e circunscrita, estando submetidas a exercícios periódicos e a duas mostras gerais por ano. Pretendia-se, assim, manter a população militarmente útil, ainda não alistada nas Tropas de Linha ou nas de Auxiliares, habituadas à ordem de combate.

Contexto dinâmico

Existe um documento, datado de 1725, capaz de fornecer, em um contexto dinâmico, as características e funções específicas de cada um dos tipos de tropas, de Ordenança e de Auxiliares, associando-as às particulares características geográficas do Rio de Janeiro. Obviamente, a ocorrência das invasões francesas de 1710 e 1711, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, já havia demonstrado não somente a fragilidade de suas forças militares, mas, ainda, a necessidade de compor, com eficiente precisão, todas as forças de que dispunha a Capitania para a sua melhor defesa.

A inegável importância estratégica do Rio de Janeiro na manutenção do Império português na América impunha, por sua vez, a necessidade de uma defesa apta a fazer frente aos possíveis ataques de potências estrangeiras àquela cidade. Dois fatores primordiais devem ser considerados: as disputas armadas do Prata, nas quais a Capitania do Rio de Janeiro atuava "como centro de articulação e base de apoio indispensável à sustentação de qualquer ação militar no sul do país",[1] e, ainda, o fato de que, no trânsito de e para Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro "era a porta de entrada das mercadorias para as minas e de saída do ouro para o comércio internacional".[2] Não fora por outro motivo que, em carta régia de 1718, enviada ao então governador interino do Rio de Janeiro, Manoel de Almeida Castello Branco, ordenava-se que se remetessem ao Reino as "listas da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e auxiliares com distinção, e examinando quaes são os auxiliares e quaes as ordenanças".[3]

Todavia, em 1725, durante o Governo de Luiz Vahia Monteiro, sete anos após a referida carta régia, o que este encontrou na Capitania do Rio de Janeiro com relação à organização de ambos os Corpos, de Ordenanças e de Auxliares, foi justamente o contrário do que se praticava no Reino. Verificou-se que "os Capitães são os mesmos, e a gente a mesma; e assim nem são auxiliares, nem ordenanças: Creio q' esta dezordem procedeo de se não entenderem as ordens de V.Mag.[de] ".[4]

---

[1] SANTOS, Corsino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1931, p.17.
[2] Idem, p.16
[3] "Carta Régia de 20/6/1718" AHU, RJ, Avulsos, Cx. 21 doc. 4715-4716.
[4] "Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a informação do Governador do RJ acerca da forma como estavam organizados os terços de Auxiliares e de Ordenanças. Tem anexa a respectiva informação do Governador Luiz Vahia Monteiro Lisboa, 27/8/1725." AHU, RJ, Avulsos, Cx 21, doc 4715-4716.

De acordo com as reais ordens, a distinção básica que deveria orientar a constituição de cada um dos Terços de Ordenanças e de Auxiliares "p.ª se fazer milhor o serv.ço de V.Mag^de^",[5] e que não estava vigorando até aquele momento na Capitania do Rio de Janeiro era a seguinte: "devião criar terços, como os auxiliares do R.no da gente maes escolhida, e a outra ficar nas ordenanças, a ordem do Capitão Mor".[6]

Dito de outro modo, os Terços de Auxiliares deveriam ser compostos pelos homens *"mais capazes"* escolhidos na população civil, que disporiam de razoável instrução, armamento e disciplina militar. Nestes termos, os Auxiliares se diferenciariam das Ordenanças, na medida em que estas últimas, além de se constituírem em força local, isto é, não poderem ser deslocadas de suas respectivas sedes, seriam basicamente pouco instruídas e equipadas.

Aos Terços de Auxiliares atribuía-se uma maior responsabilidade militar na defesa do território. Assim sendo, deveriam estar em muito boa ordem, pois "não sam outra couza q' infantaria paga q' não vence soldo por estarem com licença em suas cazas, mas sempre q' são puchados para a fronteira, se lhes paga".[7] Apresentaria, portanto, a qualidade de tropa não paga, porém, habilitada para substituir e/ou auxiliar a tropa soldada em caso de necessidade e, em estando nessa função, seus oficiais receberiam soldos exatamente como os oficiais pagos.

Já com relação às Ordenanças que havia na cidade, surpreende-se o Governador ao constatar o excesso de oficiais em cada Terço: "não sei qual foi o fundamento q' tiverão para fazerem quatro Ajudantes, q' conforme o arregimentado não devia ser mais q' hum".[8]

Dessa forma, procede o Governador à organização adequada de tais Corpos, bem como à melhor disposição espacial a que cada um deles deveria ocupar na Capitania. Após quatro anos de governo, relata o resultado de seu trabalho na organização e disposição dos Auxiliares: "formei nesta cidade 3 Regimentos de auxiliares de 600 homens cada hum, com gente mais vigoroza e capaz de tomar armas em qualquer occazião".[9] Devido à distinta natureza dos dois tipos de Tropas, procura localizá-las da maneira mais apropriada para a defesa da Capitania. As Ordenanças eram forças basicamente estacionárias, por sua vez, os Auxiliares eram tropas capazes de maiores deslocamentos, constituindo-se em uma força mais apta para a defesa regional, em qualquer ponto da Capitania que se fizesse necessário. O governador dispõe da seguinte maneira as Tropas não pagas na Capitania do Rio de Janeiro: "não alistei, p.ª os ditos auxiliares gente nas costas e vizinhanças das praias, a fim de ficarem as comp.as da Ordenança mais fortes".[10]

---

[5] Idem.
[6] Idem.
[7] Idem.
[8] Idem.
[9] Idem.
[10] Idem.

Já com relação à controversa questão das tropas regulares e a fiscalização do ouro vindo das Minas ao Rio de Janeiro,[11] que, muito embora recebesse por parte do governador Luiz Vahia Monteiro uma severa política de vigilância quanto à cobrança dos quintos reais, o contrabando de ouro era notório e praticado em larga escala. Nestes termos, a fiscalização dos descaminhos do ouro era uma diligência necessariamente atribuída às Tropas pagas, posto que considerada da mais alta importância como o é a defesa dos quintos do ouro pertencentes à Real Fazenda. Entretanto, o Governador Luiz Vahia Monteiro se vê forçado a transferir tal função para as Tropas de Auxiliares. Ao confiar tão grande diligência a uma Tropa de segunda linha, porém, estava o governador invertendo a hierarquia das Tropas militares. Assim expõe o Governador os motivos pelos quais fora levado a tão corajosa decisão: "Os roubos q' se tem feito a Real fazenda nos reais do ouro sam publicos com o sumo descredito das tropas pagas q' sua Mag^e^ sustenta nesta guarnisam. Esta circunstancia me obriga a recorrer as que criei de auxiliares".[12]

Dessa forma e de acordo com as reais ordens, ao utilizar os Auxiliares para diligências cabíveis essencialmente às Tropas pagas, aqueles deveriam perceber os mesmos soldos destas enquanto naquele exercício.

Forças de defesa

A segunda metade do século XVIII é um período especialmente interessante para o estudo das forças militares. Eram imperativas as necessidades de uma intensa reorganização militar, tanto no Reino de Portugal, como, também, no Estado do Brasil, sua principal terra colonial, onde se fazia indispensável aumentar a capacidade defensiva. Tais necessidades decorriam das crescentes tensões vividas na Europa, resultantes da celebração, em agosto de 1761, do Pacto de Família, em que os vários Bourbons então reinantes se comprometiam a defender mutuamente seus Estados.

Na ocasião, embora D. José fosse casado com uma princesa Bourbon, não podiam os pactuantes esperar que Portugal aderisse ao Pacto, aliado como era da Inglaterra, então adversária da França e da Espanha na chamada Guerra dos Sete Anos, luta armada que foi travada de 1756 até 1763. Precípuos interesses em jogo, por parte dos adversários da Inglaterra, visando privar aquele país de bases navais no Atlântico, implicavam numa posição definida de Portugal. Portanto, a recusa portuguesa em colaborar com o Pacto de Família teria como muito provável consequência sua invasão, e/ou a de suas colônias, pelas duas grandes nações

[11] Com a abertura do "caminho novo", por volta de 1725, que estabeleceu a ligação direta do Rio de Janeiro com as Minas Gerais, o Rio tornou-se tanto o escoadouro quanto o centro de abastecimento do planalto. SANTOS. Op. Cit. p. 20.

[12] "Carta do governador Luiz Vahia Monteiro para o Coronel Manuel Pimenta Tello, sobre serviços relativos à fiscalização dos descaminhos do ouro, RJ 17/12/1730." AHU, RJ, Avulsos, Cx. 40, doc. 9367-9379.

aliadas.[13] Como toda a política externa de Portugal girava em torno da antiga aliança inglesa, o governo do Conde de Oeiras, não aceitando a injunção da aliança franco-espanhola, optou por conservar o alinhamento diplomático com a Grã-Bretanha.

Assim, a Coroa portuguesa, forçada a abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da Guerra dos Sete Anos, confrontava-se com a inexistência, correspondente a meio século de afastamento dos teatros bélicos, evadidos desde o final da Guerra de Sucessão da Coroa de Espanha, de preparação militar adequada para um conflito europeu. Para tomar as medidas de reestruturação e de modernização militar que se impunham, chegava a Lisboa, em 1762, o Conde Lippe-Schaumburg, logo nomeado marechal-general do exército português, encarregado do comando superior das tropas e diretor geral de todas as armadas. Sua ação foi fundamental no que tange à organização do exército português, segundo os moldes dos melhores exércitos de então.

Logo no ano seguinte, após o estabelecimento dos Estados Ibéricos em campos opostos na Guerra dos Sete Anos, a Coroa espanhola, consciente de sua força militar, ordenava a D. Pedro de Cevallos que atacasse a Colônia do Sacramento. Com efeito, em outubro de 1762, o governador de Buenos Aires conseguiu sua rendição, marchando, em seguida, até a vila do Rio Grande e se apossando, ainda, da margem norte do canal que ligava a Lagoa dos Patos ao mar. Em 1763, assinava-se o Tratado de Paz, dando por encerrada a Guerra dos Sete Anos, e restituindo a Portugal todas as áreas tomadas pelos espanhóis. Entretanto, D. Pedro de Cevallos devolveu-lhe apenas a Praça da Colônia, retendo o restante do território – as ilhas de São Gabriel, Martim Garcia e das Duas Irmãs e o Rio Grande de São Pedro com seu território – impedindo a Colônia do Sacramento de qualquer contato com o território contíguo.

Tensionavam-se, portanto, as questões da delimitação das fronteiras nas possessões portuguesas ao sul da América; a perspectiva de guerra era flagrante e tornou notória a necessidade de reavaliar o sistema defensivo até então utilizado. Dessa forma, medidas imediatas foram tomadas pela Coroa portuguesa a fim de tornar mais eficiente a defesa de seus territórios americanos. Em 1763, devido a já reconhecida posição estratégica ocupada pela Capitania do Rio de Janeiro na manutenção do Império português na América,[14] determinou-se a transferência do governo-geral do Estado do Brasil de sua antiga sede, na cidade de Salvador, para aquela Capitania que, em outubro daquele mesmo ano, recebia seu primeiro Vice-Rei, o Conde da Cunha. Em 1765, recriou-se a Capitania de São Paulo, visando "constituir um tampão defensivo entre a área hispano-americana e a região da

[13] MARTINS, Ferreira. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1945, p. 180.

[14] Vale lembrar que a Capitania do Rio de Janeiro situava-se mais próxima das regiões auríferas e mais apta a coordenar as ações militares no território do Rio Grande de São Pedro. Ver: SANTOS. Op.cit. p. 16-17.

mineração. Paralelamente cobriria a defesa da Capital recém-transferida".[15] Tropas de Linha do Reino, mais especificamente os três regimentos de Infantaria de Moura, Estremoz e Bragança, foram enviadas para o Rio de Janeiro e, simultaneamente, efetivavou-se a reforma das Tropas de Auxiliares.

Verifica-se, neste período, que o principal fundamento das frequentes intervenções legislativas da Coroa efetivadas na sociedade civil colonial revestia-se, essencialmente, pelas questões que diziam respeito à esfera do militar. Tornou-se claramente perceptível, então, o contínuo esforço no sentido do alargamento e ampliação do espaço militar no interior da sociedade colonial. Tais intenções tornam-se ainda mais explícitas e incisivas através da Carta Régia datada de 22 de março de 1766 e enviada ao Vice-Rei Conde da Cunha e aos Governadores e Capitães-Generais do Brasil. Reforçava seu precípuo objetivo de comprometer e englobar todo o conjunto da sociedade por sua inconfrontável determinação de que se alistassem, "sem excessão" de "nobres, brancos, mestiços, pretos, ingenuos, e libertos", todos os homens válidos para o serviço militar, para que, com eles, se formasse o maior número possível de Corpos de Auxiliares e de Ordenanças.

A Carta Régia de 22 de março de 1766 merece atenção, posto que, expressa com irrevocabilidade legislativa os objetivos de militarização da população colonial. Inicialmente, é preciso examinar, os princípios norteadores e, portanto, justificadores das medidas definidas por esta Carta Régia, capazes de explicitar as razões pelas quais se delega uma grande importância estratégica aos Corpos de Auxiliares e, subsequentemente, às Ordenanças, na defesa do território colonial.

De acordo com um interessante documento, não assinado, tratando de uma memória sobre os Corpos de Auxiliares, encontra-se o princípio, já constado nas Instruções Régias e considerado pelo incógnito autor da memória como invariável e constituinte do fundamento sobre o qual se assenta a Carta Régia de 22 de março de 1766, qual seja: "Que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extenços (...) nas quatro partes do Mundo, não pode ter meios nem forças com que se defenda a si proprio, e acuda ao mesmo tempo a prezervação e segurança de cada hum delles".[16]

Portanto, a conclusão a que nos induz tal documento em sua articulação dos dois primeiros princípios básicos é a de que a Coroa de Portugal necessitava inegavelmente da colaboração, espontânea ou coersiva, dos habitantes da Colônia para a conservação da integridade de seu território colonial, não tendo "meios nem forças" para fazê-lo por si e de *per si*, conclui que "as principaes forças que hão de defender o Brazil são as do mesmo Brazil".[17]

---

[15] BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial:* O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 47.

[16] "Quanto aos Corpos Auxiliares da Capitania das Minas, não assinada, post. 2/3/1766." AHU, MG, Cx 87, Doc. 48.

[17] Idem.

Diante do perigo das invasões espanholas na região Sul de seus domínios, a Coroa de Portugal enfrentava a imperativa necessidade de militarizar toda a população masculina existente na Colônia. No entanto, estava impossibilitada de converter todos os habitantes em soldados profissionais, mesmo sob o ponto de vista econômico, porque não havia como contornar os inevitáveis prejuízos da paralisação das atividades produtivas, especialmente a agrícola. Por outro lado, a manutenção de um exército permanente era uma despesa insustentável. O recurso encontrado para superar o impasse foi a criação de uma tropa formada por soldados com uma certa qualidade, segundo o Conde Lippe, *"anfíbia":* soldados "meio paisanos, meio militares".[18] A Coroa acreditava que essa seria a solução para militarizar a sociedade, evitando a ameaça de uma indesejada desagregação econômica.[19]

Eis, portanto, o modelo proposto:

> He por consequencia indispensavelmente necessario, que os Corpos Auxiliares formem a principal deffensa das mesmas Capitanias; por que os habitantes de que se compoem os mesmos corpos são os que em tempo de paz cultivão as terras, crião os gados, e enriquecem o Paiz com o seu trabalho e industria: E em tempo de guerra são os que com as armas na mão defendem os seus bens, as suas cazas, e as suas familias das hostilidades e invazoens inimigas.[20]

Fazia-se mister, portanto, diante do quadro acima exposto, evitando-se a todo e qualquer custo o impagável preço de esfacelar as necessárias características básicas da Colônia e sua economia, regularizar e disciplinar as Tropas Auxiliares do Estado do Brasil. Havia que torná-las militarmente funcionais, isto é, úteis em quaisquer ocasiões de necessária defesa das Capitanias e, portanto, constituindo-as, de fato, como "hua das principaes forças que tem o mesmo Estado para se defender".[21] A este propósito, a Carta Régia de 22 de março de 1766 vem determinar medidas tão importantes quanto delicadas para o conjunto da sociedade. Entre elas, pode citar-se a obrigação implícita que toda a população colonial masculina tem quanto à defesa do Estado, traduzida pela categórica

---

[18] SALES, Ernesto Augusto Pereira. "As Observações Militares do Conde Lippe". Item: *O Conde Lippe em Portugal*. Vila Nova de Farnalicão, Lisboa, 1936, p. 137, item 27.

[19] A política de intensa militarização da sociedade colonial, imposta pelas Instruções e Cartas Régias durante a segunda metade do século XVIII, levou à criação de incontáveis Corpos de Auxiliares. Muitos deles, inclusive, participaram das Campanhas no Sul, ao lado da tropa regular. Em decorrência do enorme contingente de homens que abandonaram suas terras, pela aceitação ou fuga do serviço militar, as atividades agrícolas sofreram grande prejuízo. O recrutamento gerava a despovoação de lavouras, roças e vilas, provocando a "infalível carestia dos gêneros de primeira necessidade". [PRADO JR, Caio. Op.cit. p. 311]. Se, na teoria, a política régia pretendia uma conciliação entre atividades agrícolas e militares através da criação dos Corpos de Auxiliares, na prática, essa estratégia revelou-se bastante contraproducente.

[20] "Quanto aos Corpos Auxiliares da Capitania das Minas, não assinada... post. 2/3/1766." AHU, MG, Cx 87, Doc 48.

[21] Idem.

expressão "sem excepção de algum", bem como a definição dos meios para a disciplinarização de tais Tropas, e os encargos financeiros decorrentes de tais resoluções. Para tanto, ordenou a Coroa a todos os Governadores do Estado do Brasil que "mandassem alistar todos os moradores das suas respectivas jurisdiçoens, sem excepção de algum para servirem nos terços de Auxiliares e Ordenanças".[22] Dessa forma, as novas diretrizes de organização militar expedida pela Coroa e a intensa militarização da população válida da Colônia a ela inerente, visava fornecer às forças coloniais uma certa uniformidade indispensável para a preparação das ações bélicas, que se prefiguravam ao sul do Estado, bem como, para fazer frente à defesa das suas respectivas Capitanias, em caso de invasão das potências inimigas.

Partindo-se do princípio de que seria impossível às Instruções régias abarcarem os múltiplos e dinâmicos aspectos sociais, econômicos, políticos e geográficos que envolviam a complexa e variada realidade da Colônia e considerando-as, portanto, fundamentalmente como um repertório de medidas nas quais se deveriam pautar os governadores, torna-se possível compreender com naturalidade as distâncias que certamente ocorreriam entre as medidas determinadas pela Coroa para a consecução de seus propósitos militares na Colônia e as reais possibilidades práticas de as mesmas virem a ser integralmente executadas. Por outro lado, não é de se surpreender, também, que os Governadores exercitassem a prática de sugerir alternativas, consideradas por eles mais adequadas e possíveis de serem realizadas nas condições peculiares de suas respectivas Capitanias, às medidas definidas pela Coroa.

Limites do poder

Ilustrando a distância acima mencionada, temos o fato de que o Vice-Rei do Estado do Brasil, ao tomar conhecimento da Carta Régia de 22 de março de 1766, virá a qualificá-la como "emportante e dificultoso Regulamento".[23] Pode-se, naturalmente, inferir que, com esta observação, estava ele a considerar as imprecisões provenientes da intransponível distância entre as condições existentes a nível local e regional e as exigências da Carta Régia. Tanto das impossibilidades quanto das dúvidas referentes a tal Carta, nos dá conta o Vice-Rei, Conde da Cunha, ao trazer à tona sua primeira questão a respeito das infactibilidades financeiras das Câmaras nos distritos da Capitania do Rio de Janeiro: "Manda El Rei, que os Sargentos Mores dos novos terços sejão pagos pelas Camaras dos respectivos Destrictos em que estes Corpos se formarem: o que não cabe no possível executar-se; porque nenhuma destas Camaras tem rendas para estas despezas".[24]

---

[22] Idem.
[23] "Ofício do Vice-Rei a Francisco X. de Mendonça Furtado, RJ, 4/2/1767." AHU, RJ, Cx 85, Doc. 24.
[24] "Ofício do Vice-Rei a Francisco X. de Mendonça Furtado RJ, 4/3/1767." AHU, RJ, Cx 87, Doc. 44.

Ora, estamos transitando pela esfera das tributações que recaíam inevitavelmente sobre os habitantes das povoações para a sustentação dos corpos de Auxiliares. A mais óbvia delas a financeira, uma vez que as Câmaras não dispunham de recursos suficientes para arcar, conforme determinação régia, com os soldos dos Sargentos Mores, deixava como outra alternativa a criação de novas tarifas fiscais. No entanto, diante da evidente pobreza vivida pela grande maioria dos habitantes da capitania do Rio de Janeiro, tal opção, segundo o Vice-Rei, era inexequível. Ele a apontava como característica predominante das vilas que constituíam tal Capitania o fato de que "(...) todas ellas tão faltas de gente, e tão cheias de mizeria, que não são villas mais, que o nome".[25] Assim, afirmando sua absoluta ausência de recursos financeiros e, portanto, a inexorável inviabilidade desta opção, o Vice Rei, acerca da consideração sobre as novas tributações que poderiam recair sobre a população, conclui: "a pobreza dos seus respectivos moradores e destrictos se não pode tirar por modo algum as quantias q' são necessarias para o pagamento dos sobred.[os] off.[es]".[26]

No nível local, tais impossibilidades materiais impediam o cumprimento das prescrições da Carta Régia de 1766, no que concerne ao pagamento dos Sargentos Mores pelas Câmaras. Isto se agravava ainda mais em decorrência do fato de que a mesma ordem trazia ainda a determinação de que se levantasse o maior contingente possível de Corpos Auxiliares, resultando inevitavelmente, na multiplicação do número de oficiais pagos, onerando ainda mais a população.

Ao assumir o Vice-Reinado após o Conde da Cunha, não foi outra a situação encontrada pelo Conde de Azambuja em 1768. Constata, a princípio, que "Esta Capitania se acha com doze Regimentos de Auxiliares de pé, e hum de Cavallaria, o que traz consigo hua quantidade de Sargentos Mores, e Ajudantes pagos";[27] afirmando, entretando, que "Todos estes soldos sahem por ora da Fazenda Real, nem eu vejo meio de serem nunca pagos pelas Camaras".[28] Note-se, portanto, o inevitável deslocamento do encargo financeiro para a própria Fazenda Real diante da inegável situação de carência de recursos da população da capitania, bem como da imperativa necessidade de tornar os Corpos de Auxiliares bem regulados e disciplinados. Preocupado, assim, com o dispêndio real mediante aos enormes gastos destinados à satisfação de tais soldos, propunha o Conde de Azambuja ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, a redução do número dos Terços de Auxiliares levantados por seu antecessor, considerando que: "Dentro desta Cidade ha trez Terços de Auxiliares de pé, que comodissimamente se podem reduzir a hum",[29] o que resultaria, consequentemente, na diminuição

[25] "Ofício do Vice-Rei, Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado RJ, 23/2/1767". AHU, RJ, Cx 87, Doc 37.
[26] "Ofício do Vice-Rei a Francisco X. de Mendonça Furtado RJ, 7/3/1767." AHU, RJ, Cx 87, Doc. 53.
[27] ''Carta do Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado R.J., 15/5/1768." AHU, RJ, Cx 91, Doc. 62
[28] Idem.
[29] Idem.

tanto da quantidade de seus oficiais pagos "que com o tempo se poderião hir reduzindo a menor medida",[30] quanto das respectivas despesas resultantes de seus soldos.

Havia, ainda outro aspecto, também, incluso na esfera das tributações e imposto às populações locais para a manutenção militar dos Corpos de Auxiliares, e novamente acentuado em decorrência da Carta Régia supra-citada, diz respeito à obrigatoriedade daqueles que serviam nestes Corpos em arcar com suas fazendas para a compra de suas próprias armas.

Duas considerações, neste caso, se colocavam para que a multiplicação dos Corpos de Auxiliares resultasse, conforme as pretensões régias, em útil militarmente. A primeira diz respeito à própria Coroa, que deveria enviar os armamentos necessários e adequados para que os mesmos pudessem ser comprados por aqueles a quem tal obrigatoriedade recaía; a segunda é que estes deveriam dispor dos recursos materiais necessários para que as ditas armas pudessem ser adquiridas. Ora, nenhuma das duas considerações é facilmente perceptível. Quanto à primeira, concernente ao fornecimento dos armamentos militares, podemos facilmente constatar as deficiências da Coroa, expressas nas recorrentes queixas feitas à Coroa pelo Conde da Cunha, durante todo o período de seu governo. Percebe-se claramente que, com o aumento do número de Corpos Auxiliares a partir de 1766, a situação naturalmente tendia a se agravar, e, em março de 1767, solicitava o Vice-Rei: "Para se poderem armar nesta Capitania os novos terços de Auxiliares que S.Mag^e^ he servido mandar levantar; são percizas pelo menos, 6 mil armas de igual calibre".[31] Já em maio do mesmo ano, avaliava, então: "que 9 mil armamentos pelo menos são percizos aos auxiliares Infantes".[32] Simultaneamente advertia, recorrentemente, à Coroa que "tudo esta dezarmado carecendo de providencia".[33]

Entretanto, já com relação à segunda consideração levantada, visando a efetivação das ordens régias e a fim de remediar a ausência de recursos dos moradores da capitania para a aquisição das ditas armas, a solução encontrada pelo Vice-Rei foi a de recorrer à colaboração dos notáveis locais, no caso os Mestres de Campo. Senão, vejamos: "e quando El Rei N. Senhor seja servido manda-llos vir se poderão entregar aos Mestres de Campo respectivos, e estes se obrigarão a paga-llos a Faz.^da^ Real".[34] Ficariam eles, assim, responsáveis pelo pagamento no prazo determinado e, também, a eles caberia cobrar de seus soldados o que cada um deveria pagar por sua arma.

---

[30] Idem.
[31] "Ofício do Vice-Rei, Conde da Cunha, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado RJ, 8/3/1767." AHU, RJ, Cx 87, Doc 54.
[32] "Ofício do Vice-Re, Conde da Cunha, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado RJ, 3/5/1767." AHU, Cx 87, Doc. 88.
[33] Idem.
[34] "Ofício do Vice-Rei, Conde da Cunha, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado RJ, 8/3/1767." AHU, RJ, Cx 87, Doc. 54.

Partindo-se do princípio já exposto de que as diretrizes político-militares determinadas pelo poder central pressupõem a consideração de suas respectivas traduções e adaptações às condições locais, pode-se inferir que, para a devida implementação destas, os Capitães-Generais e Vice-Rei tiveram, irremediavelmente, que recorrer a compromissos constantes com os notáveis locais, que, pelo poder e conhecimento que detinham da sua realidade circundante, tornavam-se, por isso, imprescindíveis e, portanto, decisivos na determinação do resultado final das prescrições régias.

Em ofício datado de 24 de março de 1767 ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar, o Conde da Cunha explicita o vínculo de dependência entre os bons resultados que seu governo poderia auferir e a necessária colaboração dos notáveis locais: "Entre os homens nobres que como fica ditto, estão e vivem em suas fazendas, ha ainda alguns de conhecida capacidade, e que a Sua Mag^e^ servem com grande prestimo, elles me tem reclutado a tropa, e em fim elles são os bons vaçallos que El Rei N. Sro tem nesta importanticima Capitania".[35]

O primeiro e importante aspecto a destacar, reporta ao reconhecimento da necessária colaboração entre o Vice-Rei e os notáveis locais, cujo lugar político, por ser hierarquicamente superior ao dos outros segmentos da sociedade colonial, implicava em maior abrangência e eficácia na manutenção da boa ordem política. Deve-se considerar, ainda, que o conhecimento que tais elites detinham da realidade que os cercava, faziam-nos, também por isso, figuras primordiais na dinâmica do funcionamento do poder político ao assumirem a função de intermediários entre o Vice-Rei e as comunidades locais.

Ora, bem sabia o Vice-Rei que, para a preservação e sustentação de tão importante vínculo político, havia que "fazer algumas uteis merces" [36] em retribuição aos indispensáveis serviços prestados por aqueles considerados bons vassalos. Estratégia fundamental na lógica política do Estado Absolutista, a concessão de mercês constituía-se no próprio fundamento do governo dos homens, ganhando a conotação "de premio, e de exemplo à acção illustres, virtuosas, e brilhantes; para distinguir os beneméritos, e para estimular os homens a obrarem sempre bem, e dignamente".[37] Mediante tal significado, informa o Vice-Rei ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar: "Devo dizer a V.Exª que alguns destes mesmos nobres os tenho destinado para serem Mestres de Campo, notícia que elles m.^to^ estimarão".[38]

---

[35] "Ofício do Vice-Rei, Conde da Cunha, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 24/3/1767." AHU, RJ, Cx 87, Doc. 78.

[36] Idem.

[37] OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilegios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Lisboa: Officina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 7.

[38] *"Ofício do Vice-Rei, Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 24/3/1767."* AHU, RJ, Cx 87, Doc 78

Nesse sentido, importa ressaltar os privilégios concedidos pela Coroa àqueles que ocupavam os postos de Mestre de Campo,[39] posto de comando dos Corpos de Auxiliares, bem como aos seus oficiais maiores. Os privilégios expressos pelas palavras referidas em suas patentes: "E com esta gozarão todas as honras, liberdades, franquesas, privilegios e izenções que lhes pertencem". Conforme a Collecção Systematica das Leis Militares, referentes aos Auxiliares, equivale a dizer que "Todo o Militar goza de nobreza pelo privilegio de foro, que lhe pertence por Direito Civil".[40] Assim, além do título de nobreza, dispunham os oficiais de Auxiliares de idênticos privilégios gozados no Reino pelas tropas pagas. Dentre as inúmeras vantagens e privilégios desfrutados, podemos citar: as recompensas, com hábitos e tenças, àqueles que prestassem serviços militares, a isenção, mediante o exercício de diferentes encargos, de contribuição para o Conselho, etc.[41]

Importa, ainda, considerar que, na lógica política do Estado Absolutista, a elegibilidade para os postos de comando de Auxiliares, bem como de Ordenanças, estava garantida e restringida, de acordo com os regimentos régios, aos que fossem "principais das terras". Tal reputação, apriorística, decorria de uma visão hierárquica da sociedade, visão essa que creditava à elite local aqueles que deveriam ocupar os altos postos militares, como pessoas "honradas" e "nobres" às quais cumpria acudir "com maior vontade á defesão da sua Patria", e a quem caberia, portanto, receber as régias mercês.[42] Por exemplo, a escolha dos Capitães-Mores das Ordenanças deveria recair sobre "pessoas da melhor nobreza, christandade e desinteresse",[43] que, conforme observa Nuno Gonçalo Monteiro, eram "qualidades que se supunha andarem naturalmente associadas".[44]

Assim, a fim de explicitar o vínculo entre o posto de Mestre de Campo e a elite local, importa destacarem-se os critérios eletivos que norteavam as nomeações dos oficiais de alta patente das Tropas Auxiliares. Para o posto de Mestre de Campo - Comandante dos Auxiliares - eram escolhidos, como já visto, aqueles dentre os denominados "principais da terra". Já os postos de Sargentos-Mores e Ajudantes recaíam sobre oficiais provenientes das tropas de linha,

---

[39] Dauril Alden, em seu livro *Royal Government in Colonial Brasil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 445, se refere aos Mestres de Campo como sendo "*the eyes and ears of the viceroy in the countryside*", e acrescenta "*the mestre de campo played a vital role in the administration of the Brazilian countryside*."

[40] VERISSIMO, Antonio Ferreira da Costa. *Collecção Systematica das Leis Militares de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1816, Vol 3 - Auxiliares, p. 60.

[41] Alvará de 24 de novembro de 1645. In: *Documentos Interessantes*, vol.XIV, p. 81-84.

[42] "Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7/1/1645". In: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada por José Justino de Andrade e Silva*, vol. de 1640 a 1647, p. 271 e 272.

[43] Alvará Régio de 18/10/1709. In: VERISSIMO, Antonio F. da Costa. Op. Cit, T. IV, p. 47.

[44] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Poderes Municipais e Elites Sociais Locais". In: MATOSO, José (dir.), *História de Portugal,* vol. IV, *O Antigo Regime (1629-1807),* Lisboa: Estampa, 1993, p. 324.

destinados à instrução e à disciplina das companhias, e que serviam mediante soldo equivalente ao das tropas regulares.

Tais critérios podem ser constatados com bastante clareza pelas nomeações efetuadas pelo Vice-Rei Marquês do Lavradio e datadas de 1777: Ao nomear para Mestre de Campo Fernando Dias Paes Leme, referia-se ao eleito como sendo "das pessoas mais destinctas desta Capitania, e ter alguns conhecimentos Militares".[45] Evidenciava-se, portanto, a não exigência de conhecimentos militares como critério eletivo para o comando dos Auxiliares, mas, sim, a priorização do valor social "pessoas das mais distintas", representadas como sendo as mais aptas a exercer um cargo de comando, posto que "tem bastante renda para viver independente dos seus subditos, ficando por esta forma sem perigo de que elle abuze da sua jurisdição".[46]

A esse propósito, vale concluir com Nuno Gonçalo Monteiro, que:

> Supunha-se que os membros das famílias localmente mais prestigiadas e antigas dispunham de uma autoridade natural, ou seja, sedimentada pelo tempo, que mais facilmente seria acatada pelos de baixo. Pensava-se também que os mais nobres e ricos seriam igualmente os que davam maiores garantias de isenção ("desinteresse") e independência no desempenho dos seus oficios, no sentido de poderem viver para eles sem deles viverem.[47]

[45] "Carta do Marquês do Lavradio para o Martinho de Mello e Castro, RJ, 1/3 1777." AHU, R.J., Avulsos, Cx.114, doc. 39.
[46] Idem.
[47] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Op.cit. p.325.

FORA DA LEI E DO ESTILO: FRAUDES E PARCIALIDADES NAS ELEIÇÕES PARA AS ORDENANÇAS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1698-1807)

José Eudes Gomes[*]

Introdução

"Faço saber a vós, ouvidor da comarca do Ceará", escreveu d. José I em resposta a uma denúncia que lhe havia sido representada, "me pareceu ordenar-vos procedais a segunda eleição de capitão-mor das ordenanças da vila do Aracati, fazendo declarar a primeira por insubsistente".[1] A denúncia em questão havia subido ao conhecimento do monarca pelas mãos do ouvidor Victorino Soares Barbosa que, através de carta datada de setembro de 1760, acusava o capitão-mor do Ceará, João Baltasar de Magalhães, de não ter aprovado a eleição realizada pela câmara do Aracati para o posto de capitão-mor das ordenanças da vila. O bacharel, que teria inclusive participado da sessão de vereação, assegurava ao rei que todos os propostos pelo concelho eram homens de merecimento, o que tornava a atitude do capitão-mor injustificada. Discordando do ouvidor, em dezembro daquele mesmo ano o capitão-mor João Baltasar comunicou a Lisboa que o não provimento do posto, vago por conta da morte do potentado José Pimenta de Aguiar, devia-se ao fato de ter havido suborno[2] na proposta dos oficiais da câmara.[3]

Testemunho dos enfrentamentos travados entre o capitão-mor João Baltasar e o ouvidor Victorino Barbosa na capitania do Ceará, o episódio sumariamente narrado acima lança luz sobre um assunto ainda muito pouco estudado pela historiografia sobre o império ultramarino português na modernidade: a ocorrência de fraudes e irregularidades nas eleições para os postos do oficialato das ordenanças.

Representando a hipótese de enquadramento institucional das populações e de incorporação e promoção das suas elites, nos diversos domínios portugueses os corpos de ordenança atuaram como verdadeiros pilares de organização do poder local. Apesar da sua elevada importância para o entendimento das hierarquias e clivagens sociais no interior das comunidades, pouco se sabe acerca do processo de eleição e provimento para os postos do seu oficialato, quer no reino ou nos diferentes territórios ultramarinos lusitanos.

---

[*] Doutorando em História pela Universidade de Lisboa. Bolsista da Capes.

[1] AHU, Avulsos, Ceará, cx. 7, doc. 486.

[2] Subornar: persuadir a alguém que dê o seu voto para certa pessoa. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, p. 763.

[3] STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 292.

Estudos sobre a origem social dos quadros do oficialato das ordenanças são ainda pouco numerosos, ao passo que análises específicas acerca do processo de eleição para o seu oficialato são ainda mais raras. Além de escassas, parte das referências ao assunto restringe-se a uma mera descrição ou síntese das determinações previstas nos regimentos militares, muitas vezes sem o cuidado de considerar as condicionantes e intencionalidades da sua criação e, sobretudo, a sua efetiva aplicação. Apesar dos regimentos delegarem às câmaras a decisiva tarefa de indicar ao comandante das armas ou governador da capitania os nomes daqueles que julgassem mais aptos a preencher os postos de comando das ordenanças locais, esta importante função dos concelhos tem sido muito pouco explorada pelos estudos dedicados às instituições camarárias e o poder local em Portugal e seus domínios ultramarinos.

Partindo de tais considerações, o texto que se segue procura analisar uma das raras fontes que permitem abordar o tema: as denúncias de fraudes nas eleições para o oficialato das ordenanças na América portuguesa. Em um primeiro momento, são retomados os regimentos, leis, ordens, alvarás e provisões régias que regulamentaram o processo de escolha dos comandos das ordenanças, buscando-se contextualizar as intenções da sua publicação em face das práticas sociais correspondentes. Em seguida, são analisadas diversas acusações de irregularidades relativas ao provimento dos postos de capitão-mor, sargento-mor e capitão de ordenanças em diferentes capitanias do Estado do Brasil, identificando-se os principais tipos de fraudes denunciadas, os autores das denúncias e as prováveis motivações para a sua realização.

1. A letra da lei

Nos mais diferentes quadrantes do império português, o processo de eleição ou escolha do oficialato das ordenanças mostrou-se sempre muito disputado, vindo a sofrer oscilações e ajustes ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito ao seu comando geral, o posto de capitão-mor.[4]

O *Regimento dos capitães-mores de 1570*, que instituía a formação dos corpos de ordenança em Portugal e seus domínios, estabelecia que o provimento do posto de capitão-mor obedeceria à jurisdição de cada terra. Em terras senhoriais ou de alcaidaria o posto ficava reservado ao próprio senhorio ou alcaide-mor, desde que estes residissem nas suas terras. Somente nas terras de jurisdição régia para as quais o rei não houvesse feito provimento do posto, ou no caso da ausência

[4] De acordo com o regimento, um terço de ordenanças deveria ser formado por 10 companhias de 250 homens, cada uma delas composta por 10 esquadras de 25 homens. O comando do terço ficava a cargo do um capitão-mor, que para isso seria auxiliado por um sargento-mor. Cada companhia era comandada por um capitão, auxiliado por alferes, sargento, meirinho, escrivão e tambor. Cada esquadra, por sua vez, seria comandada por um cabo, escolhido pelo capitão da companhia. Considerando que nem sempre seria possível formar companhias com 250 homens, o regimento previa a formação de companhias com 200, 150 ou 100 homens.

dos senhorios ou alcaides-mores das suas terras, estabelecia-se que a "eleição" do ocupante do posto seria feita pelos oficiais da câmara local e demais "pessoas que costumam andar na governança dos tais lugares".

Deve-se esclarecer, desde já, que no Antigo Regime português o termo "eleição" significava tão somente "escolha". Uma eleição, portanto, poderia resultar tanto de uma votação majoritária quanto de uma simples escolha individual levada a cabo por determinada autoridade.[5]

Ainda de acordo com o regimento, na eleição para capitão-mor de ordenanças a câmara deveria "ter sempre respeito que se elejam pessoas principais das terras e que tenham partes e qualidades para os ditos cargos". A incorporação dos homens principais nos postos de comando das ordenanças respeitava, assim, o princípio de "autoridade natural" atribuído aos poderosos locais. Argumentava-se que os potentados do lugar seriam mais facilmente acatados pela população e menos propensos a cometer abusos, além de que a sua posição de proeminência econômica viabilizaria o desempenho de cargos não remunerados, como era o caso das ordenanças. A eleição ou escolha dos demais oficiais das ordenanças seria feita pelos membros do concelho local na presença do capitão-mor.

Aos postos do oficialato das ordenanças estavam associados certos privilégios, como o foro militar, sendo que as patentes de capitão-mor e sargento-mor conferiam nobreza vitalícia, qualquer que fosse a dimensão da capitania. O mesmo não acontecia com os seus demais ofícios, que conferiam nobreza apenas enquanto estivessem sendo exercidos. Apontadas como a principal via institucional local para a mobilidade social, "conferiam enorme poder social, hipóteses de promoção interna e até de acesso à elite dos vereadores, pelo menos nas terras menos seletas".[6]

Note-se que, apesar do seu caráter marcadamente elitista, ao estabelecer que o provimento do oficialato das ordenanças deveria recair sobre os homens principais do lugar, possibilitava-se que as patentes fossem ocupadas por uma grande heterogeneidade de indivíduos, cujas qualidades, ocupações ou níveis de riqueza variariam conforme as características da gente principal de cada terra, contribuindo, assim, para a relativa porosidade encontrada na base de recrutamento da chamada "nobreza civil".[7]

Curiosamente, o tempo de exercício do posto de capitão-mor não vinha estabelecido pelo regimento, o que contrasta com os regulamentos das câmaras, que determinavam que nenhum indivíduo poderia ocupar o mesmo cargo por dois

---

[5] BLUTEAU, Raphael. "Eleição". In: *Vocabulário Português e Latino*..., Letra E, p. 22.

[6] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime". In: *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003, p. 37-81.

[7] O posto refletiria, mesmo que parcialmente, a diversidade da composição das vereações camarárias, que apresentavam níveis de cristalização e encerramento variáveis, além de claramente hierarquizadas no espaço. MONTEIRO, Nuno & OLIVEIRA, César. *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 163.

anos consecutivos, preceito que sabemos nem sempre ter sido cumprido.[8] As informações disponíveis indicam que, um pouco por toda a parte, em termos práticos a ocupação dos postos superiores das ordenanças seguiu um princípio de hereditariedade,[9] sendo tendencialmente exercidos de forma vitalícia.

Para tomar posse dos seus postos, todos aqueles que houvessem sido eleitos pelas câmaras deveriam prestar juramento perante a edilidade, através do qual declaravam obediência ao rei e aos seus oficiais superiores, assumiam a responsabilidade da defesa do lugar, comprometiam-se em favorecer a aplicação das justiças régias em todas as ocasiões e afirmavam que não se utilizariam de jurisdição que não fosse sua. Através do texto do juramento estabelecido para capitães-mores e capitães de companhia, o regimento buscava prevenir que estes se utilizassem do exercício dos postos para satisfazer interesses particulares e favorecer parentes ou amigos, obrigando-os a juramentar:

> E assim mesmo juro aos Santos Evangelhos que da dita gente, nem de parte dela, usarei nem me ajudarei em caso algum particular meu, de qualquer qualidade que seja, posto que muito toque e importe à segurança de minha vida ou conservação e acrescentamento de minha honra, nem que toque ou importe a algum parente meu, ainda que seja muito chegado, nem algum meu amigo, nem a outra pessoa alguma.[10]

Durante o período de união das coroas ibéricas, por solicitação das cortes reunidas em Tomar em 1581, as ordenanças foram extintas no reino, sendo reinstituídas em 1623. Nos Açores, motivado pela resistência dos moradores da Ilha Terceira às forças castelhanas durante os anos de 1581-1583, Felipe II determinou o desarmamento dos locais e a suspensão do serviço das ordenanças nas ilhas. Com a normalização da situação, a partir da década de 1590 as ordenanças seriam reorganizadas no arquipélago. Na América portuguesa, em virtude das ofensivas e invasões holandesas, o serviço das ordenanças não sofreu interrupção.[11]

Atendendo a uma súplica dos representantes dos povos nas cortes de Lisboa de 1653, um alvará instituiu que o posto de capitão-mor de ordenanças passava a ser trienal, medida que parece nunca ou só muito raramente ter sido respeitada,

---

[8] SUBTIL, José. & GASPAR, Ana Teixeira. *A câmara de Viana do Minho nos finais do Antigo Regime (1750-1834)*, vol. 1. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1998, p. 86.

[9] HESPANHA, António Manuel (coord). *História de Portugal: o Antigo Regime*, vol. 4. Lisboa: Estampa, 1993, p. 199. RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII: casa, família e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 455. VERÍSSIMO, Nelson. *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2000, p. 325 e 328.

[10] "Regimento dos capitães-mores de 10 de dezembro de 1570". In: BORREGO, Nuno Gonçalo. *As ordenanças e as milícias em Portugal: subsídios para o seu estudo*, vol. 1. Lisboa: Guarda-Mor, 2006, p. 868.

[11] RODRIGUES, José Damião. "A guerra nos Açores". In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *Nova história militar de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2004, p. 248.

permanecendo a tendência de exercício do cargo de forma vitalícia, tanto no reino quanto no ultramar.[12]

Ao longo do século XVIII, especialmente durante o reinado de d. João V, através da publicação de diversas ordens a monarquia procurou combater a ocorrência de irregularidades relativas às ordenanças, buscando controlar a formação de novas companhias, evitar a criação indevida de postos do oficialato, eliminar companhias incompletas ou vazias, regular o processo de eleição e definir o tempo de exercício dos postos do oficialato, especialmente o de capitão-mor.

Em virtude de denúncias acusando desmandos praticados pelos capitães-mores de ordenanças, a *Carta régia de 29 de janeiro de 1700* ordenava que o posto fosse efetivamente exercido por triênio, o que, de fato, não vinha sendo cumprido no reino nem nos territórios ultramarinos.

Através do *Alvará de 18 de outubro de 1709*, d. João V determinou que os oficiais de ordenanças passavam a ser escolhidos por ele. Para justificar a mudança, o monarca alegava que, apesar das repetidas ordens promulgadas pelos reis anteriores para que o regimento fosse cumprido, as eleições para o seu oficialato mostraram-se sempre bastante tumultuadas e violentas:

> ... se tem pelos mesmos povos abusado dele, fazendo-se as eleições geralmente com dolo e violência, de que resultam muitos crimes, despesas e descrédito de famílias inteiras, criando-se ódios que se conservam de pais e filhos, (...) cada dia cresce a sua rebeldia, achando-se a maior parte dos concelhos divididos em parcialidades, com grande escândalo da justiça e perturbação do bom governo.[13]

De acordo com o rei, a decisão de mudar o processo de escolha dos postos das ordenanças visava evitar alterações e contendas entre os seus vassalos, garantindo que fossem "governados por pessoas dignas de ocupar os postos militares, e não por aquelas que com maior poder e séquito, sem merecimento ou capacidade [os] usurpam para suas vinganças".[14]

Para o provimento do posto de capitão-mor, a câmara local, juntamente com o ouvidor ou o provedor, ficava encarregada de indicar "três pessoas da melhor nobreza, cristandade e desinteresse" que residissem nos limites do concelho e enviar informações sobre cada uma delas ao governador das armas da província, que no ultramar correspondia ao capitão-mor governador da capitania. Estes, por sua vez, indicariam um dos nomes ao rei através do Conselho de Guerra. A eleição para os postos de sargento-mor e capitão deveria ser feita de forma semelhante. Assim, a escolha dos oficiais das ordenanças passava a ser

---

[12] FONSECA, Teresa. "O município e as ordenanças". In: *Relações de poder no Antigo Regime: a administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*. Setúbal: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1995, p. 152-163.
[13] "Alvará de 18 de outubro de 1709". In: BORREGO, Nuno Gonçalo. Op. cit., p. 882-883.
[14] Idem.

formalmente feita pelo rei.[15] Observe-se que o processo de eleição, isto é, de escolha, não se restringia, portanto, ao ato eleitoral realizado pelas câmaras.

O provimento dos cargos, contudo, só se realizaria mediante a apresentação da folha corrida do escolhido, provando que estava livre de crimes. Ordenava-se também que a nomeação para os postos de capitão-mor, sargento-mor e capitão deixaria de feita através de provisão, passando a ser realizada através de cartas patentes assinadas pelo rei e expedidas pelo Conselho de Guerra. Na prática, porém, no que diz respeito aos territórios ultramarinos, na grande maioria das vezes o monarca, através do Conselho Ultramarino, parece ter se limitado em acatar a indicação fornecida pelos governadores das capitanias, fiando-se na experiência e conhecimento destes da realidade local.

O *Regimento da cavalaria das ordenanças de 22 de agosto de 1737*, publicado na América portuguesa, declarava que os capitães das ordenanças montadas não deveriam abusar do poder do seu cargo "para vexarem particularmente aos seus interesses". Determinava também que no caso de vacância dos postos do oficialato da cavalaria por morte ou ausência para o reino, o coronel enviaria para a secretaria do governo a indicação de três sujeitos para o provimento do posto, informando sobre as suas capacidades com verdade e justiça, alertando-se que:

> Tanto nestas propostas como nas dos subalternos se atenderá muito a que sejam homens de bem, zelosos do serviço de Sua Majestade e arraigados na terra, preferindo aos que já tiverem outras patentes ainda que maiores se destas não tiverem exercício por viverem fora dos distritos delas.[16]

Alegando o recebimento de numerosas denúncias sobre a multiplicidade de postos de ordenança nos Estados do Brasil e do Maranhão, através da *Ordem régia de 21 de abril de 1739*, que passou a ser conhecida como *Regimento dos capitães-mores do Brasil*, a coroa tentou limitar a criação indevida de postos do oficialato e a existência de companhias incompletas nos corpos de ordenança da América portuguesa. Além disso, ordenava que o provimento dos postos das ordenanças continuaria a ser feito pelos governadores das capitanias, sendo que as suas patentes deveriam ser confirmadas por carta régia através do Conselho Ultramarino. Anote-se que, com a criação da capitania-geral nos Açores em 1766, a situação de semelhança com o Brasil fez com que este regimento também fosse aplicado no arquipélago açoriano.[17]

---

[15] Segundo Manuel do Amaral, no reino a mudança no processo de eleição do oficialato das ordenanças foi apenas formal, dado que o seu recrutamento social continuou a ser feito nas mesmas famílias pertencentes à "gente da governança das terras". AMARAL, Manuel do. "As ordenanças e as milícias portuguesas de 1570 a 1834". In: BORREGO, Nuno Gonçalo. Op. cit., p. 62-63.

[16] ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro 28, fls. 310-312v.

[17] FARIA, Manuel Augusto de. "Distribuição territorial e composição social das companhias de ordenanças nos Açores". In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII, 2004, p. 298. Ver: http://www.ihit.pt/new/boletins.php

Além de denúncias de irregularidades, consultas e representações foram enviadas ao rei buscando esclarecer dúvidas acerca do provimento dos postos nas partes da América. Em resposta a uma delas, em 1747 o rei d. João V escreveu ao governador do Rio de Janeiro determinado que, assim como havia ordenado para a capitania de São Paulo em 1724, as eleições para capitão-mor de ordenanças deveriam ser feitas conforme o regimento geral das ordenanças e demais leis extravagantes relativas ao assunto. O ouvidor geral deveria assistir à eleição na câmara, com o corregedor e provedor da comarca:

> ... para o que lhe faria aviso a câmara, e quando não pudesse ir os juízes e oficiais da câmara determinando o dia e pondo edital em que chamassem os homens bons que costumam andar na governança, formando auto no livro das eleições, fossem tomando o voto de todos, e cada um de per si votassem em três sujeitos e depois de tomados os votos de todos, os apurassem os juízes e oficiais da câmara declarando em um termo os votos que cada um tivesse, e os três sujeitos que levassem mais votos destes passasse o escrivão da câmara certidão com a qual escrevessem ao governador para dos três nomeados a mais votos, escolher o que lhe parecesse, e lhe mandar sua patente, sem a qual, e tomar juramento de que se devia fazer termo no livro das vereações, se lhe não desse posse, nem tivesse exercício, e porque convêm que assim se observe (...), pratiqueis e façais praticar esta minha real resolução para que mais bem informado pelas propostas das câmaras da vossa jurisdição possais prover estes postos de capitães-mores.[18]

Sem embargo do que estabeleciam os regimentos, na prática registraram-se disputas em torno de quem convocaria e presidiria as câmaras durante as eleições na América portuguesa. Em 1802, por exemplo, o capitão-mor das ordenanças da cidade do Rio de Janeiro, Anacleto Elias da Fonseca, escreveu representação ao príncipe regente reivindicando o direito de convocar e presidir a câmara durante as eleições para os postos de sargento-mor e capitão de companhia de ordenanças. Referindo-se ao Alvará de 18 de outubro de 1709, afirmava que as eleições para capitão-mor deveriam ser realizadas pela câmara e presididas pelo corregedor ou provedor da comarca, ao passo que nas eleições para sargento-mor e capitão de companhia a câmara deveria ser presidida pelo próprio capitão-mor de ordenanças. Buscando garantir o seu direito de convocar e presidir o certame, invocava a tradição corporativa do reino, declarando que "ao direito desta presidência fica sendo anexa e inseparável a jurisdição de ser o presidente quem convoque a câmara e marque o dia, como sucede em todos os presidentes e chefes das corporações e é prática constante neste reino".[19]

A *Lei de 12 de dezembro de 1749* estabeleceu que o exercício do posto de capitão-mor de ordenanças seria vitalício, e não trienal. Na verdade, apenas oficializava uma prática costumeira, rendendo-se ao recorrente descumprimento da

[18] AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, cx. 40, doc. 4.167.
[19] AHU, Avulsos, Rio de Janeiro, cx. 203, doc. 14.315.

ordem de realização de eleições trienais na América. Determinava ainda que os postos das ordenanças não deveriam ser providos sem a proposição das câmaras, o que evidencia a recorrência desse tipo de irregularidade, além de delegar aos governadores das capitanias americanas o poder de expedir patentes:

> E por me constar que em alguns governos há diferença no modo de prover os postos delas, não se fazendo conforme tendo ordenado: Fui, outrossim, servido resolver eu se não provejam os postos das ditas ordenanças sem precederem propostas das câmaras, como se pratica no reino, e só com a diferença de que os governadores do Brasil escolherão o mais digno dos propostos e o proverão logo, mandando-lhe passar patente, em lugar da informação, que os governadores das armas das províncias do reino fazem pelo Conselho de Guerra.[20]

A delegação do poder de nomeação aos governadores dos territórios ultramarinos não era uma medida nova. O governador da Madeira, por exemplo, superintendente das coisas de guerra das duas capitanias da ilha e alcaide-mor da fortaleza de São Lourenço, fazia a nomeação dos capitães das suas companhias de ordenanças, sem que para isso fossem indicados nomes pela câmara.[21]

Durante o reinado de d. José I, constatando a continuidade no descumprimento das ordenações régias, a *Ordem de 30 de abril de 1758* reuniu a legislação anterior relativa às ordenanças.[22] Determinava-se expressamente que a ordem fosse copiada no livro de registro das câmaras e efetivamente cumprida, indicando que muitos concelhos nem sequer possuíam a cópia dos regimentos.[23]

Dada a imensa importância das tropas indígenas na América portuguesa, cabe uma nota relativa ao provimento dos seus capitães-mores e demais oficiais. A *Lei do diretório dos índios*, publicada no Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1757 e no Estado do Brasil em 1759, estabelecia a formação de ordenanças nas recém-fundadas vilas de índios. [24] A medida, entretanto, baseava-se em experiências muito anteriores. Em 1700, por exemplo, ao determinar o aldeamento dos índios da nação Corumá em Pernambuco, o Conselho Ultramarino ordenava que se deveria proceder à nomeação de um capitão-mor para governá-los, instruindo cuidadosamente:

> ... que o capitão-mor que (...) se destina para os índios da nação Corumá não tenha mais jurisdição neles, do que tem semelhantes capitães-mores do

[20] ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro 43, fls. 712-713.
[21] VERÍSSIMO, Nelson. Op. cit., p. 327.
[22] Nomeadamente: o Regimento dos capitães-mores de 1570, a Provisão das ordenanças de 1574, o Regimento dos capitães-mores do Brasil de 1739 e a Lei de 12 de dezembro de 1749.
[23] Na capitania de São Paulo, por exemplo, a legislação referente às ordenanças só chegou através da publicação dessa ordem em 1759. LEONZO, Nanci. "As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus". In: *Coleção do Museu Paulista*, Série de História, vol. 6. São Paulo: Museu Paulista, 1977, p. 228.
[24] ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

> Estado do Brasil, deixando que sejam governados nas suas aldeias, pelo maioral que elegerem da sua nação.[25]

De modo semelhante, no ano seguinte o rei ordenava ao governador de Pernambuco que nomeasse os capitães das aldeias dos índios, "sendo sempre a escolha dos capitães à satisfação dos mesmos índios e missionários".[26] Mesmo reconhecendo a existência de intensas disputas e numerosas irregularidades em torno da nomeação de capitães-mores e demais oficiais das ordenanças indígenas, o assunto não será tratado aqui por conta da não localização de denúncias nesse sentido.

Quanto à eleição do oficialato das ordenanças de Henriques e homens pardos, estas deveriam, em princípio, seguir o regimento geral das ordenanças. Na prática, contudo, estes corpos reivindicaram, e parecem ter tido assegurado, o direito de terem os seus comandos preenchidos por oficiais da sua mesma qualidade, ou seja, negros e pardos, respectivamente. Seguia-se mais uma vez, portanto, uma lógica corporativa de provimento dos postos.

Conforme foi visto, a quase totalidade das tentativas de regulação do processo de eleição para o oficialato das ordenanças ocorreu durante o longo reinado de d. João V, o que parece contradizer, nesse âmbito específico, o chamado paradigma da centralização contínua e interminável, a partir do qual a monarquia teria buscado incessantemente aumentar a sua ingerência sobre as instituições locais.[27] Seja como for, as repetidas tentativas de regulação do provimento do posto de capitão-mor e demais ofícios das ordenanças levadas a cabo no período foram, em grande medida, motivadas e viabilizadas pela multiplicação dos requerimentos dirigidos ao rei acusando numerosa ocorrência de irregularidades e desmandos, demandando a tomada de atitudes por parte do monarca em relação ao assunto, objeto de intensas disputas no seio das elites locais.

2. Fraudes e parcialidades

Um primeiro conjunto de denúncias relativas ao provimento dos comandos das ordenanças na América portuguesa são as diversas representações realizadas pelas câmaras acusando os governadores das capitanias de efetuar provimentos indevidos. Caso emblemático desse tipo de acusação é a carta enviada em 1712 pelos camaristas da vila de São José de Ribamar ao rei, denunciando os capitães-mores do Ceará de cometerem vários tipos de irregularidades no provimento do oficialato das ordenanças locais. Através da missiva, informavam ao monarca sobre:

---

[25] AHU, Avulsos, Pernambuco, cx. 18, doc. 1.794.

[26] "Informação geral da capitania de Pernambuco, 1749". In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVIII, 1906, Rio de Janeiro, 1908, p. 390.

[27] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Op. cit., 26.

> ... as murmurações e clamores que na capitania há pelo povo sobre e acerca dos capitães-mores que a vem governar, lhes não escapar por interesse de bois e vacas e outros mais gêneros, branco, mulato, negro e mestiços, com crime e sem ele, que não subam ao exercício e cargos de coronéis, sargentos-mores, capitães, ajudantes, tenentes, alferes e mais cargos das ordenanças sem estes terem em suas companhias e regimentos um único soldado para com ele marcharem e sem quase toda a maior parte destes oficiais, maiores e menores, terem as partes de nobres e de ricos e beneméritos e mais requisitos necessários que Vossa Real Majestade ordena por seu Regimento pelos capitães-mores, não haver para isto informação das pessoas da terra que lha podem dar verdadeira, e que muitas vezes por falta de a estes não assistirem os requisitos sobreditos sucede, como já tem sucedido nesta capitania e outras, que mandando-se marchar um oficial destes para alguma parte em serviço de Sua Majestade, o não fazem por não terem para isso possibilidade de fazendas nem soldados que o acompanhe e largam os cargos o que muitas vezes serve de desserviço ao serviço de Vossa Real Majestade mandar que nesta capitania não haja mais que um coronel, um sargento-mor, dois capitães, seis ajudantes na gente de pé na ordenança e na mesma forma outros tantos cargos na gente de cavalo na mesma ordenança e que cada capitão destes tenha hum meirinho com seu escrivão para as diligências como nas partes do Reino se costuma, mandando desalistar suas companhias...[28]

Apesar de denunciar que os capitães-mores enviados ao Ceará costumavam distribuir, a troco de gados, patentes cujo comando incidia sobre regimentos e companhias sem um único soldado sequer, a ênfase da acusação apresentada recai sobre o fato de que os postos providos de tal maneira estavam sendo ocupados por homens sem qualidade, como negros, mulatos, mestiços e até criminosos, destituídos de nobreza e de riqueza. Traduzindo a indignação da elite camarária do único concelho da capitania, fica claro que os seus autores, ou pelo menos significativa parte deles, sentiam-se preteridos pelos provimentos feitos pelos capitães-mores.

Ao acusar a ocupação dos postos por pessoas sem qualidade, tais denúncias revelam ainda a preocupação com o desprestígio das patentes por parte de outros membros da elite local, também eles detentores de comandos das tropas locais. Se tal prática se generalizasse, a distinção associada ao posto perderia a sua eficácia. Reclamava-se, assim, a preservação das ordenanças como instrumento de medição e manutenção das distâncias e hierarquias sociais.[29]

---

[28] AHU, Avulsos, Ceará, cx. 1, doc. 60.

[29] Fernando Dores Costa observa que os padrões de organização social lusitanos, obsessivamente fundados numa hierarquização ostensiva, refletiam-se na organização militar, gerando com que "todos aqueles que tinham privilégios ou peso social se recusassem a ser misturados com os que eram menos que eles". COSTA, Fernando Dores. "Milícia a sociedade". In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003, p. 75.

Mas não somente isso. A venda de patentes pelos capitães-mores abria a possibilidade, presumivelmente odiosa para os membros das elites locais, de eventualmente se verem obrigados a prestar serviço e obediência a indivíduos tidos como portadores de estatuto social inferior ao seu. Fazia-se necessário, portanto, bloquear a possibilidade de eleição de elementos indesejados pelo conjunto dos camaristas ou, mais precisamente, pela facção do concelho insatisfeita com as nomeações. Mencionando o regimento, os membros da edilidade reivindicavam, através da sua qualidade de "pessoas da terra", o direito de proposição daqueles que considerassem aptos a ocupar os ditos cargos nas ordenanças, buscando, assim, controlar o ingresso nos postos do oficialato local. Essa atitude de concorrência se expressa claramente através das exigências de extinção das companhias vazias ou incompletas, limitação dos postos do oficialato e controle estrito do alistamento das tropas por meirinho e escrivão.

O mesmo tipo de ação, visando promover uma espécie de fechamento ou monopolização dos cargos da governança local por um reduzido número de famílias e apaniguados, verificou-se nos mais diferentes rincões da América portuguesa. Dentre os numerosos exemplos disponíveis, podemos citar uma representação feita pela câmara do Rio de Janeiro em 1730, acusando os governadores da capitania de concederem patentes de capitão, sargento-mor e coronel de ordenança a pessoas de baixo calão.[30]

Em torno de 1754, os oficiais da câmara do Recife representaram ao rei D. José I que o governador de Pernambuco, Luis José Correia, não realizava as eleições dos capitães-mores e demais oficiais das ordenanças de acordo com o que determinava o alvará de 1709, denunciando que:

> ... alterando esta real determinação, de seu moto próprio manda passar as patentes a quem lhe parece, provendo nos postos pessoas que não [eram] oficiais nem soldados das ditas ordenanças, como fez de presente, que falecendo o sargento-mor da ordenança desta vila, Jorge Carreira de Miranda, mandou passar patentes do dito posto a Manoel Correia de Araújo, sem ser soldado nem oficial e por que nisto se obra contra o que Vossa Majestade determina e regalias das câmaras, damos conta para que Vossa Majestade seja servido dar a providência precisa, e mandar anular as patentes de todos os que se acharem providos contra a forma da dita ordem.[31]

Encontramos exemplo semelhante em carta escrita em 1757 pelos camaristas da vila do Icó, através da qual apresentavam queixa ao rei de que, no ano anterior, o capitão-mor do Ceará havia criado postos desnecessários nas ordenanças locais, em escandaloso descumprimento das determinações régias, tendo recebido duzentos mil réis por cada patente. Informavam ainda ao soberano

---

[30] BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 375.
[31] AHU, Avulsos, Pernambuco, cx. 76, doc. 6.384.

que os vereadores do mandato anterior haviam sido obrigados pelo capitão-mor a propor nomes previamente indicados por ele para os postos, tendo praticado o mesmo em todas as vilas da capitania:

> Senhor, o ano passado vindo a esta vila o capitão-mor do Ceará Francisco Xavier de Miranda Henriques passar mostrar às tropas da cavalaria da ordenança dela e seu termo, a 24 de junho mandou pôr editais públicos para refrendarem as patentes de todos os oficiais de milícias aos que achou vagos, e a outros que de novo criou, como fosse capitão maior para os novos curatos dos Cariris Novos e Inhamuns, distritos desta mesma vila, capitães maiores de entradas e seus sargentos-mores, sargento-mor da comarca e do estado, e outros postos novos os quais mandou a esta câmara para que propusesse os tais postos nas pessoas, que por ele vinham nomeadas, o que assim executaram os oficiais passados deste senado por se não exporem a alguma violência como costumam, e o mesmo praticou em todas as mais terras desta capitania, obrando contra a expressa ordem de Vossa Majestade, que não permite que haja mais que um capitão-mor em cada vila nem mais postos dos subalternos fora dos necessários, levando pelas patentes duzentos mil réis, do que damos a Vossa Majestade conta para a vista dela mandar o que for servido.[32]

Através desta denúncia, flagramos novamente o desagrado dos membros do concelho local com a intromissão fraudulenta do capitão-mor no provimento da oficialidade das ordenanças. Em toda a América portuguesa, as câmaras defenderam insistentemente o seu direito de proposição daqueles que estariam em condições de ocupar os postos do oficialato das forças locais que, como sabemos, poderiam funcionar como porta de entrada para o elenco da elite camarária.[33]

É o que vemos através de uma representação de 1755, através da qual o juiz ordinário e os demais oficiais da câmara da vila do Príncipe, na capitania de Minas Gerais, informavam que os postos de capitão das duas companhias de ordenanças do seu termo encontravam-se vacantes, por morte de Barbosa Ferraz e ausência prolongada de André Vieira Cardoso de Macedo. Em relação a este último, alegavam ser de conhecimento público que não havia sido eleito segundo os regimentos, pelo que o rei não havia confirmado a sua patente, denunciando que "o mesmo experimentavam outros muitos capitães das mais companhias do termo desta vila providos pelo dito modo".

Ainda segundo aqueles ciosos camaristas, em razão de estarem vagos os postos, haviam elegido as pessoas mais idôneas para ocuparem as patentes,

---

[32] STUDART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892, p. 90-91.

[33] No Antigo Regime português, a qualidade de cidadão era adquirida através: do nascimento, do merecimento pela prestação de serviços relevantes, do exercício de funções na governança da terra (sobretudo tesoureiro e almotacé), do matrimônio e da condição de letrado (licenciados em direito ou medicina). SILVA, Francisco Ribeiro. *O porto e seu termo: os homens, as instituições e o poder (1540-1640)*, vol. 1. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988.

enviando a lista para o governador da capitania. Reclamavam, entretanto, que este ainda não havia provido os postos, o que prejudicava as próprias companhias e a república, por conta de que "não há quem mande muitas vezes auxiliar as diligências da justiça, que nesta região é preciso serem os oficiais delas protegidos e ajudados pelos militares das companhias, por que por lhes faltarem os capitães que as exercitam se entorpecem e fazem descuidados os soldados". Por fim, reivindicavam o seu direito de escolha e pediam que fossem providos os eleitos pela câmara, argumentando que os vereadores possuiriam melhor conhecimento dos homens beneméritos da comarca em condições de ocupar as patentes.[34]

Em resposta a uma representação semelhante, uma ordem régia de 10 de maio de 1779 determinava que fosse dada baixa ao capitão de infantaria das ordenanças de Fortaleza, Miguel Rodrigues de Barbuda, justamente por conta de não ter sido proposto pelos oficiais do concelho da vila, como determinava o regimento.[35]

Se nos casos apresentados até aqui as câmaras acusam os capitães-mores de, dentre outras irregularidades, fazerem a nomeação de homens desprovidos de qualidade para o oficialato das ordenanças, cumpre assinalar que também ocorreu o inverso. Em diversas oportunidades, os governadores das capitanias acusaram as câmaras de andarem elegendo pessoas sem qualidade para os postos das ordenanças locais, tal como ocorreu com a câmara de Salvador em 1657 e com as câmaras mineiras em 1725.[36]

Por vezes, os concelhos mostraram-se aparentemente coesos ao efetuar denúncias de forma coletiva acusando os capitães-mores de nomeações indevidas. Em muitas outras ocasiões, porém, disputas, desavenças e parcialidades entre os seus membros afloraram vigorosamente. Isso ocorreu especialmente quando determinados indivíduos ou facções sentiram-se preteridos nos atos eleitorais, levando-os a acusar as próprias câmaras, ouvidores ou governadores de terem fraudado as eleições. Boa parte das denúncias de subornos, irregularidades e violências nas eleições apontavam a formação de conluios e parcialidades nos concelhos, frequentente envolvendo familiares e parentes.

Um dos casos mais interessantes a este respeito ocorreu na câmara de Goiana, capitania de Itamaracá. Em 1698, o vereador João Paes de Bulhões e o procurador Domingos Roiz Dinis, ambos portugueses, escreveram petição acusando o juiz Pedro Marinho Falcão e o seu cunhado, coronel Francisco de Barros Falcão, de cometerem irregularidades e violências na eleição para o posto de capitão de infantaria das ordenanças da vila, buscando favorecer a nomeação de Antônio Ribeiro, filho do coronel. Segundo os peticionários, depois de escolhidos em votação os três nomes a serem propostos para o posto, os acusados teriam

---

[34] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 68, doc. 89.
[35] STUDART, Guilherme. *Datas e factos*..., p. 346.
[36] GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 146-147.

procedido a uma nova eleição com o pitoresco pretexto de que a lista havia se molhado. Realizada sem a presença dos acusadores, essa segunda votação teria indicado um nome diferente na terceira posição da lista. Informado da pendenga, o governador de Pernambuco decidiu determinar a realização de uma terceira votação. Reunidos em vereação para tal, os camaristas se desentenderam tão rispidamente que terminaram por sacarem suas espadas e os ânimos tiveram que ser contidos pela intervenção da infantaria.

Em razão do episódio, o procurador e o vereador defensores da primeira votação acabaram processados, condenados e presos. A sua denúncia também era, portanto, uma tentativa de recorrer dessa condenação, que consideravam ter sido injusta e encomendada. Acusavam que os dois escrivães do processo eram súditos e pertencentes à facção dominante do concelho, formada pelo juiz, o coronel e todos os demais membros da edilidade. Por conta disso, haveriam escolhido como testemunhas apenas pessoas de sua parcialidade. Segundo suas próprias palavras, nestas condições a sua condenação era certa, "sendo todos os mais oficiais do senado contra eles induzidos do próprio juiz por serem todos filhos do Brasil e parentes, e eles suplicantes naturais deste reino".

Em seu parecer sobre o assunto, expedido em outubro de 1700, o ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, deu razão aos denunciantes, "porque os juízes e os vereadores mais nobres não devem impedir aos outros companheiros a liberdade de votarem em quem lhes parecer mais acertado". O bacharel observava ainda que, apesar dos denunciantes não serem de tão conhecida nobreza como o juiz e o seu cunhado, eram lavradores de cana, com produção de mais de trinta caixas de açúcar cada safra e de muito tabaco, "o que nesta América per si só os faz nobres". Relatava que o terceiro proposto pelos suplicantes era tenente de cavalos, filho do reino, como os suplicantes, e vivia de seu negócio e canas, sendo que o proposto pelo juiz era mais pobre, porém de mais de conhecida nobreza. Considerou o caso digno de castigo exemplar para que não sucedessem semelhantes alterações na realização de eleições.[37]

Outra denúncia acusando o favorecimento de parentes foi encaminhada em 1799 pelo sargento-mor de ordenanças da Paraíba, Antônio José de Sousa, que declarava ter sido preterido pela câmara local na eleição para o posto de capitão-mor. Antônio alegava que a votação havia sido subornada pelo juiz ordinário Bento Luis da Gama que, presidindo-a, havia feito com que fosse proposto em primeiro lugar o seu próprio pai, Luis Vicente de Melo. Declarando-se injustiçado por não ter sido nomeado e nem sequer indicado pela câmara, o sargento-mor buscava justificar a sua nomeação para o posto através da desqualificação dos outros dois nomes propostos pelo concelho, que segundo ele eram notoriamente inábeis para a ocupação da patente.[38]

---

[37] AHU, Avulsos, Paraíba, cx. 3, doc. 234.
[38] AHU, Avulsos, Paraíba, cx. 35, doc. 2.521.

Assim como a denúncia do favorecimento de parentes e amigos, a desqualificação dos candidatos concorrentes também foi uma estratégia frequentemente adotada pelos denunciantes, direta ou indiretamente interessados no provimento das patentes.

A eleição para capitão-mor das ordenanças da vila de Itapicurú de Cima, na capitania da Bahia, realizada em 1794 por ocasião da morte de Bernardo Carvalho da Cunha, foi anulada pelo ouvidor D. Fernando José de Portugal. De acordo com o bacharel, os dois primeiros propostos não eram hábeis e capazes, sendo que o terceiro não residia na vila. Além disso, argumentava que a eleição não havia sido feita na vila, mas no Engenho da Terra Nova, situado no termo do conselho de Santo Amaro.[39]

Em segunda eleição, desta vez presidida pelo ouvidor Manoel Vieira de Mendonça, foram propostos pela câmara: em primeiro lugar, Antônio Correia de Souza e Mendonça, que servira como juiz ordinário da vila; em segundo, Luiz de Almeida Maciel, sargento-mor das ordenanças da vila há mais de 10 anos e indicado pelo ouvidor; e em terceiro, José Vicente Barboza Leal de Vasconcelos, que ocupou algumas vezes os postos de juiz ordinário e dos órfãos na câmara. Entretanto, segundo acusação do bacharel, Antônio Correia havia sido proposto em primeiro lugar "por afeição que o procurador da câmara e dois vereadores tem ao primeiro nomeado em razão de parentesco". Justificava ainda que o capitão João Dantas Dias, que havia requerido a patente, era incapaz de exercer o posto por ser um homem velho e rústico. De acordo com a opinião do ouvidor e de um dos vereadores do conselho, o sargento-mor deveria ser nomeado em primeiro lugar.

O capitão João Dantas dos Reis, que cumpria a função de juiz ordinário da vila, o procurador Antônio José de Armando e os vereadores da câmara, no entanto, contaram uma estória bastante diferente. Segundo eles, a câmara havia escolhido três homens dos mais hábeis e com as melhores qualidades para ocupar o posto: em primeiro lugar, José Vicente Barbosa Leal, em segundo o capitão Antônio José de Souza e, em terceiro, o capitão-mor agregado Antônio Correa de Souza Mendonça. Porém, o ouvidor haveria mostrado toda a propensão e empenho em fazer com que o sargento-mor fosse indicado em primeiro lugar, chegando "ao extremo de asseverar que tinha portaria do governador daquela capitania para ser o dito sargento-mor proposto, e que se não o propuzessem, suspendia a eleição e dava conta". Ainda segundo os camaristas, ao requererem que os mostrassem a tal portaria, o ouvidor nunca a apresentou, coagindo os camaristas a propor em segundo lugar o sargento-mor. De maneira semelhante ao ouvidor, os oficiais justificavam-se acusando a incapacidade do escolhido:

> ... jamais foi do ânimo e intenção da câmara propor tal homem, porque além de ser decrépito, trôpego e quase pateta com mais de setenta anos de idade, é

[39] AHU, Avulsos, Bahia, cx. 224, doc. 15.538.

> naturalmente estúpido, frouxo e tão condescendente que o seu espírito é governado por um João Pereira Ramos, antigo perturbador da República e dos povos daquela vila e seu termo, onde tem fomentado partidas, desordens, ódios e perturbações escandalozas.

De acordo os oficiais, o sargento-mor e João Ramos eram compadres e amigos. Desde a morte do capitão-mor, o sargento-mor só executava as ordens que favoreciam os seus interesses e protegia Ramos, inclusive livrando os seus filhos do recrutamento, que qualificavam como facinorosos. Segundo José Vicente Barboza Leal, com paixão e empenho o ouvidor primeiro tentou com instâncias e rogos, e depois com ameaças, fazer com que indicassem o sargento-mor, nem que fosse em segundo lugar. Retardou a eleição até conseguir. Fica evidente que João Dantas Dias tinha interesse particular em ocupar o posto mas foi preterido pelo ouvidor, assim como o vereador José Pereira de Carvalho, provavelmente parente do falecido capitão-mor Bernardo de Carvalho da Cunha.

No final das contas, como resultado do festival de acusações representadas por ambas as parcialidades, o posto permaneceu vago por mais de 10 anos, sendo preenchido somente em março de 1802, quando o governador da capitania tomou a decisão final de nomear o sargento-mor Luiz de Almeida Maciel, fazendo prevalecer a indicação do ouvidor.

Os Carvalho da Cunha parecem ter sido especialmente interessados no provimento do posto de capitão-mor de ordenanças nas vilas da capitania baiana. Segundo representação da câmara de São João Batista da Água Fria em 1803, após a eleição de João da Silva Paranhos para o posto de capitão-mor de ordenanças, assistida pelo ouvidor Manoel Vieira de Mendonça, Antônio Carvalho da Cunha apresentou queixa de:

> ... que por ter obtido há anos a patente de sargento-mor das mesmas ordenanças, de que nunca ouve confirmação de Vossa alteza Real, se persuadiu ter adquirido um direito incontestável ao posto de capitão-mor quando, aliás, não tinha nenhum dos requisitos que Vossa Alteza Real recomenda no dito alvará (de 18 de outubro de 1709), além de ter dado péssimas provas do seu comportamento, no tempo em que como sargento-mor comandante governou esta repartição. E como nos consta que este homem, aliás revoltoso, prossegue em se queixar a Vossa Alteza Real de não ter sido provido no dito posto e que fez uma justificação oculta e sem citação de parte com algumas pessoas do seu partido e ocultação da verdade e dos defeitos que o inabilitam para semelhante emprego, e ainda para outros de menor ponderação; levamos à presença augusta de Vossa Alteza Real todo o referido, e que esta vila se acha assas satisfeitíssima com o capitão-mor provido, e em que concorrem todas as qualidades precisas para bem servir a Vossa Alteza Real e manter em quietação estes povos, que se

> viram algum dia atropelados com o comando daquele Antônio de Carvalho.[40]

Em junho de 1799, o procurador da vila de Goiana, Antônio Lopes de Carvalho, representou à rainha D. Maria I sobre os subornos ocorridos nas eleições para capitão-mor das ordenanças daquela vila, que ficara vago por conta da reforma do capitão-mor Gregório José da Silva Coutinho, realizada pelo governador de Pernambuco. Curiosamente, a eleição foi presidida pelo corregedor Gregório José da Silva Coutinho, ninguém menos do que o filho do capitão-mor reformado. Segundo o provedor:

> Já quando se entrou para este ato, era público que o posto não saía da família. Os vereadores, amedrontados, não tiveram voto livre. Foi posto um cunhado e um tio do mesmo corregedor que presidia Manoel Dias Vieira de humilde condição e com loja de retalho no Beco do Pavão, rua desta vila, onde ele mesmo vende pela sua mão, e Manoel Tavares da Silva Coutinho, irmão do capitão-mor que se reformou, também de humilde condição, muito pobre, muito orgulhoso, muito mal quisto. Estes irmãos vieram para esta terra chamados por um tio boticário, Antônio da Silva Tavares Coutinho, e sempre viveram de marchantes, de boticários, de logistas ou vendedores de retalho. Já contra as ordens de Sua Majestade e regimento das eleições de capitães-mores, foi feito Gregório José da Silva Coutinho por obra de injusta proteção: agora, por medo, temor e suborno se procede a outra nula eleição em pessoa inábil, e não há recurso algum porque o doutor corregedor não somente é filho da terra, mas filho do capitão-mor que se reformou, cunhado e sobrinho dos propostos. No governo interino por onde subiu a proposta não houve recurso algum, apesar de se representar a sua improcedência. Não há meios ordinários para se impedir e estrovar que este ouvidor e sua família pratique quanto lhe parecer. Quase todos vivem aterrados. É público que o dito ouvidor se figurara filho de Olinda para obter este lugar valendo-se do acaso de uma festa que sua mãe fez ao termo de Olinda onde ele então nasceu: mas logo voltou para sua morada onde foi criado, e por maus costumes, remeteu por seu pai e pelo ouvidor José Januário de Carvalho, seu patrão, para Lisboa, agora voltou feito ouvidor da mesma terra donde saiu por mal procedido.[41]

Como se não bastasse o favorecimento de parentes e apadrinhados, o procurador alertava ainda para um aspecto fundamental daquele tipo de denúncia: acusações como aquela eram sempre muitíssimo arriscadas para os seus autores, o que certamente inibia a denunciação dos casos de irregularidade nas eleições. De acordo com as suas próprias palavras, "se este ouvidor, capitão-mor e mais família souberem que fiz esta representação, perigará a minha vida, porque além de cativos e agregados, tem uns sobrinhos matadores públicos, que se acham sem castigo passeando nesta vila".

---

[40] AHU, Avulsos, Bahia, cx. 230, doc. 15.887.
[41] AHU, Avulsos, Pernambuco, cx. 207, doc. 14.133.

A este respeito, em 1803 os camaristas da vila de Barbacena, em Minas Gerais, queixaram-se ao rei de irregularidades e violências praticadas contra eles na eleição de Francisco José Alvares para o posto de capitão-mor das ordenanças da vila. Contando com a assinatura de moradores, o processo contava com um impressionante total de 369 páginas. Encarregado de devassar o caso, o ouvidor Antônio Luis Pereira da Cunha mencionou os conluios entre parentes e o "espírito de partido" que dominavam o concelho.[42]

Numerosos casos de denúncias buscando invalidar as eleições foram encaminhados por homens que se declaravam preteridos na nomeação para o posto. Nesse sentido, tanto valia desqualificar os concorrentes quanto enfatizar as suas próprias qualidades e serviços.

Em 1768, o alferes António de Sousa Mesquita lançou mão de ambas estratégias. Dizendo-se classificado em segundo lugar para o posto de sargento-mor de ordenança da comarca de Vila Rica, o alferes solicitou que a câmara da vila fizesse nova proposta de eleição, afirmando que o escolhido, Manuel Rodrigues Abrantes, era impossibilitado de ocupar o posto por estar servindo de contador da Junta da Real Fazenda e nunca ter servido nas ordenanças ou na cavalaria. Defendia que aquele provimento não estava de acordo com as ordens régias, que determinavam que se deveria privilegiar a nomeação dos oficiais subalternos beneméritos.

Antônio reivindicava o seu provimento no cargo, afirmando ter recebido 4 votos, sendo que os outros dois opositores apenas 3 votos. Ressaltava as suas qualidades e ser viços como cavaleiro da Ordem de Cristo, tesoureiro e fiscal da Casa de Fundição da vila, encarregado da cobrança do real subsídio e da derrama, procurador e tesoureiro da câmara, dentre outros mais ofícios de justiça e fazenda. Declarava ter fundido em seu nome mais de oito arrobas de ouro em um só ano, o que segundo a lei de dezembro de 1750, lhe dava preferência na ocupação dos cargos públicos e honrosos. O alferes reclamava que as suas qualidades não foram levadas em consideração pela câmara e pelo capitão-mor, que nomeou o primeiro proposto pelo conselho. Como remate, solicitava que aquele seu requerimento fosse anexado ao pedido de confirmação de patente do nomeado, para que a patente fosse suprimida e se realizasse uma nova eleição.[43]

Muitas vezes, a disputa pelo posto traduzia-se em acusações mútuas. É o que vemos na petição de Francisco Martins Pena acusando irregularidade na eleição para o posto de capitão-mor da vila do Príncipe, na capitania de Minas Gerais, realizada em 1794 por conta da morte do ocupante do posto. Francisco argumentava que, apesar de ter sido proposto em primeiro lugar pela câmara, fora excluído pelo ouvidor que presidiu a eleição por ser morador do distrito diamantino, de onde sempre saíam todos os capitães-mores da vila, "não sendo esta causa da exclusão legítima", pois era tão vassalo de sua majestade quanto

[42] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 168, docs. 36, 50 e 51; cx. 172, doc. 44.
[43] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 92, doc. 54.

qualquer outro morador do mesmo termo. Pedia a sua nomeação para o posto por conta de seus importantes serviços como capitão comandante do grande Arraial de Tejuco, cabeça do distrito diamantino, e por sua condição de principal plantador da comarca, com uma escravaria de mais de 400 escravos. Por via das dúvidas, pedia que ninguém fosse nomeado até que o caso fosse apurado e ele fosse finalmente nomeado para o posto, "a exemplo da graça feita por semelhante modo ao capitão-mor de Caeté da comarca do Sabará de Minas Gerais".

Em outubro de 1797, o ouvidor da comarca convocou os vereadores e o procurador que serviram na câmara em 1794 para averiguar a situação. Os camaristas desmentiram Francisco Martins, declarando que ele ficara em segundo lugar na votação, e não em primeiro como ele afirmara. Entretanto, por saberem que residia no distrito diamantino, não o chegaram a indicar na lista por considerarem "em razão da distância e do lugar proibido e desmembrado", o que impossibilitaria o seu desempenho do cargo.

O governador da capitania, Bernardo José de Lorena, por sua vez, escreveu em setembro de 1797 para D. Rodrigo de Souza Coutinho informando que Francisco Martins nem sequer havia sido proposto pela câmara e, por conta disto, não o proveria no posto.[44] Anotava que para entrar no distrito era preciso ter licença do intendente geral dos diamantes, o que dificultava o acesso a Francisco Martins, inviabilizando o seu exercício do posto. O ouvidor da comarca de Serro Frio também confirmou, informando a decisão dos oficiais da câmara de não nomear nenhum morador do distrito diamantino.[45]

Uma denúncia bastante curiosa foi apresentada em 1803 por Antônio José Moreira Gomes, sargento-mor de ordenanças de Fortaleza, que apelou ao príncipe regente para que o novo capitão-mor de ordenanças eleito pelo concelho da vila, Gregório Álvares Pontes, fosse suspenso do exercício do posto por ser de nação galega. Segundo o denunciante, a eleição havia sido injusta, sendo um dos principais motivos a dúvida que havia em torno da naturalidade do eleito, "que pelo seu dialeto parecia ser galego", o que o inabilitaria não somente a ocupar cargos postos de governança, mas a viver nos "Estados do Brasil, (...) já pelo ódio congênito que parecem nos terem, já pela vizinhança que têm as nossas com as suas Américas".[46]

Como é óbvio, o sargento-mor se sentia preterido na eleição. Para desbancar o seu opositor, apresentou nada menos do que um atestado emitido em 1804 por dom Inácio Ferreira, pároco da Freguesia de Salvador de Fonte Boa, situada no termo de Barcelos, em Portugal, através do qual comprovava a informação prestada por Maria Alves, irmã de Gregório Álvares, de que ela e o irmão eram naturais do reino da Galícia.

---

[44] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 143, doc. 53.
[45] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 143, doc. 53.
[46] AHU, Avulsos, Ceará, cx. 18, doc. 1.040.

Assim como apresentado em outras denúncias, a hereditariedade, a naturalidade e a residência eram critérios aos quais se dava enorme importância no provimento dos ofícios locais.[47] No entanto, apenas a exigência de residência vinha explicitamente referida nos regimentos militares, consistindo a hereditariedade e a naturalidade em fatores consagrados pelo costume. Sendo assim, podia-se lançar mão do descumprimento do critério de residência para buscar impedir nomeações indesejadas ou concorrentes, podendo-se ainda apresentar a falta de naturalidade como fator de desqualificação do concorrente para o posto.

Através de representação, o capitão-mor de ordenanças da cidade da Paraíba do Norte, Luis Rodrigues Ferreira, queixou-se ao príncipe regente de que o governador da capitania, Luis da Mota Féo, o havia preterido do posto de sargento-mor e o suspendido do exercício do cargo de almoxarife da Fazenda Real. Em novembro de 1805, D. João ordenou que o governador de Pernambuco enviasse informação sobre Luis da Mota Feo, pedindo cópia do ofício insultuoso que este teria escrito à câmara e ouvindo o testemunho de João Pinto Monteiro, que ficaria com a confirmação da sua patente sustada na secretaria do Conselho Ultramarino até a resolução do caso. Mas o tiro parece ter saído pela culatra. Instado a se pronunciar sobre o caso, apesar de concluir a partir de informações fornecidas pelo desembargador e pela Junta Real da Paraíba que a acusação procedia, em 1807 o governador de Pernambuco considerava que:

> Não obstante, porém, queixar-se o suplicante, com razão, ele, se pertence a esta capitania, não seria o escolhido por mim para o posto que pretende, porque mercadores com loja aberta não são os chamados pelas leis de Vossa Alteza Real para os primeiros postos das ordenanças. Mas estas leis têm sido mal observadas e por isso até o capitão-mor Antônio José de Souza, por acesso do qual ficou vago o posto de sargento-mor, foi tirado daquela classe dos mercadores. É, pois, o meu parecer que se proceda à nova eleição, advertindo-se à câmara a obrigação que tem de escolher as pessoas principais e da melhor nobreza.[48]

O parecerista fazia, portanto, o papel de advogado do diabo: reconhecia que Luis Rodrigues Ferreira havia sido injustiçado na eleição para o posto de sargento-mor; entretanto, ponderava que nem ele e nem mesmo Antônio José de Souza, nomeado para o posto de capitão-mor, apresentavam nobreza suficiente para ocupar os postos cimeiros das ordenanças, pois ambos pertenciam à classe dos mercadores. No seu entender, nova eleição deveria ser feita.

---

[47] SUBTIL, José. & GASPAR, Ana Teixeira. Op. cit., pp. 95-96.
[48] AHU, Avulsos, Pernambuco, cx. 269, doc. 17.882.

Considerações finais

Evento de importância decisiva no âmbito do poder local, na América portuguesa as eleições para o oficialato das ordenanças foram frequentemente palco de embates entre diferentes autoridades e membros ou facções das elites locais, dando ocasião para a realização de denúncias de fraudes, tumultos e violências. A própria legislação relativa ao assunto buscou repetidamente combater a ocorrência de irregularidades, especialmente o favorecimento de parentes e amigos.

Não por acaso, as denúncias realizadas referiam-se sobretudo à eleição para os postos de capitão-mor, sargento-mor e capitão de companhia, os mais elevados nas ordenanças. Contudo, a grande maioria das denúncias localizadas diz respeito ao posto de capitão-mor, que consistia no comando supremo das ordenanças e, por isso, o mais cobiçado e disputado.

Através de processo eleitoral, as câmaras apresentavam uma lista tríplice para o governador da capitania, que escolhia e nomeava um dos indicados para o posto. Na prática, os postos do oficialato das ordenanças nas capitanias americanas eram ocupados de forma tendencialmente vitalícia, costume que no caso da patente de capitão-mor chegou a ser oficializado em 1749 pela coroa.

Apesar de terem ocorrido com relativa frequência nas mais diferentes partes da América portuguesa, a realização de denúncias acusando irregularidades na eleição das ordenanças era, sem sombra de dúvida, muito arriscada. Isto se dava por conta da proximidade entre acusadores e acusados, membros das elites da mesma comunidade local. A altíssima probabilidade de perseguição política e retaliação através de atos de violência, exemplificada aqui através de alguns casos, poderia ainda sepultar por gerações os anseios de ocupação de postos militares, cargos concelhios e até de realização de alianças matrimoniais, contribuindo para que muitas eleições fraudulentas sequer chegassem a ser denunciadas.

As denúncias levadas a cabo representam, portanto, somente uma parcela dos casos de irregularidades cometidos no provimento das patentes, cuja representatividade é muito difícil de ser estimada. Havia ainda a possibilidade de que denúncias dessa natureza fossem simplesmente desconsideradas, tal como temos notícia de ter ocorrido em relação às acusações de suborno nas eleições para as câmaras reinóis.[49]

Por vezes, a apuração das acusações demoravam anos. Depois de realizada a denúncia, informações eram requeridas às autoridades locais, nomeadamente ao capitão-mor governador da capitania, à câmara e ao ouvidor da comarca, sendo este último o responsável pela averiguação das acusações através da devassa do caso. Solicitada a quem quer que fosse, conforme vimos, essa tomada de

[49] José Subtil e Ana Gaspar observam que mesmo quando apurada a existência de suborno nas eleições para o concelho de Viana do Castelo, o corregedor não enviava as devassas ao Desembargo do Paço, referindo somente à normalidade do ato. SUBTIL, José. & GASPAR, Ana Teixeira. Op. cit., p. 79.

informações demorava muitos meses e, por vezes, anos, até finalmente chegar à mesa dos secretários e conselheiros no reino, que, em nome do rei, efetivamente bateriam o martelo sobre o assunto.

Curiosamente, encontramos tanto na posição de denunciantes como na de denunciados: governadores, ouvidores, facções e parcialidades das câmaras e indivíduos direta ou indiretamente interessados no provimento das patentes. Observou-se que, no caso das acusações contra capitães-mores, normalmente as câmaras representavam denúncias de forma coletiva.

Verificou-se um elevadíssimo número de acusações de irregularidade, nomeadamente: a venda de patentes; a troca de patentes por gados ou outros bens; fraudes visando o favorecimento de parentes, amigos, partidários, chegados e afeiçoados; a nomeação de indivíduos desprovidos de capacidade física, conhecimento técnico, serviços prestados, qualidade social ou recursos financeiros suficientes para desempenhar o posto; a destruição da lista dos nomes propostos pela câmara para alterar a sua ordem ou justificar a realização de nova eleição; a nomeação de indivíduos cuja ocupação em outros cargos públicos inviabilizava a sua atuação no oficialato das ordenanças; a criação desnecessária de novas companhias para justificar a distribuição de postos do oficialato; o provimento de postos de comando para os quais não havia soldados; a existência de suborno na proposição das câmaras ou a imposição dos nomes que deveriam indicar em suas listas tríplices; a realização de ameaças e violências; o fato de ter sido preterido pelo ouvidor da comarca que presidia a eleição; a realização de eleições sem autorização ou fora dos paços da câmara, como em casas particulares fora dos limites do termo da vila; a nomeação de indivíduos que não haviam sido propostos pelas câmaras; a distribuição de patentes do oficialato para homens que nunca tinham servido nas tropas; a nomeação de indivíduos que não residiam no termo da vila ou eram estrangeiros.

Muitas vezes, mais de um indivíduo ou autoridade eram acusados em uma mesma denúncia, sendo também bastante comum a denunciação de diferentes tipos de irregularidades em uma mesma representação. Devem-se mencionar ainda as acusações de que as autoridades não apuravam as denúncias apresentadas contra seus parentes, amigos e partidários, além de perseguir e realizar a prisão dos denunciantes como forma de retaliação. Por vezes, os conluios para favorecer familiares, amigos e partidários por vezes incluíam os próprios juízes e ouvidores responsáveis pela apuração das denúncias.

Dentre as motivações para a realização das denúncias, identificaram-se: o interesse pessoal em ocupar o posto; as animosidades entre capitães-mores, ouvidores, câmaras e suas parcialidades; a tentativa de preservação da exclusividade de ocupação dos comandos das ordenanças por parte das facções que dominavam os conselhos, buscando impedir a nomeação de indivíduos não pertencentes à sua parcialidade; e a reivindicação por parte das câmaras do seu direito de proposição dos candidatos.

Frequentemente, os denunciados se defendiam acusando os próprios denunciantes, utilizando-se da estratégia de desqualificação dos oponentes e enaltecimento das próprias qualidades, especialmente nos casos em que diziam terem sido preteridos na eleição. Tanto no processo eleitoral quanto na apuração das acusações de fraudes, a qualidade dos opositores não só tinha importância decisiva, como estava sempre à prova, o que evidencia a grande preocupação das elites locais com a manutenção das clivagens e distâncias e sociais, sobretudo em função de critérios de nobreza, riqueza e cor.

Na apuração das denúncias, por conta das enormes distâncias e do reconhecimento do maior conhecimento das autoridades locais, normalmente prevalecia a opinião do governador ou ouvidor sobre o assunto, que acabava sendo adotada como decisão final. Laços de parentesco, amizade, consideração, prestígio, favores e gratidões junto a estas autoridades mostravam-se, assim, fundamentais para garantir a nomeação para o posto. Para muitos casos, no entanto, não foi possível apurar o desfecho.

Assim como no caso das eleições para as câmaras, frequentemente a manipulação das eleições para o oficialato das tropas locais era acionada para garantir a perpetuação de determinado grau de exclusivismo por parte de uma facção ou parcialidade no exercício do poder local. A tentativa de controle do acesso aos comandos das ordenanças fazia parte, portanto, de uma estratégia mais ampla de monopolização da ocupação dos ofícios locais por parte da facção dominante dos concelhos, que buscava impedir a nomeação de indivíduos que não pertencessem ao seu grupo. Apesar de menos evidente, algumas vezes, como nos casos de suborno, compra de patentes ou nomeação de indivíduos que não haviam sido indicados pela câmara, a realização de fraudes poderia ser utilizada exatamente no sentido contrário, representando uma tentativa de romper com o cerco criado pela facção dominante, já estabelecida na ocupação dos postos locais.

Os conflitos entre facções e parcialidades revelados através desse tipo de denúncia apontam para a diversidade de situações que existiam em cada concelho e respectivas elites governativas, alertando para a impossibilidade de homogeneizar numa categoria única as diferentes oligarquias locais.[50] O conjunto dos homens bons que compunha o elenco de cada conselho nem sempre formava uma única elite política, verificando-se a recorrentemente a existência de facções e parcialidades, sempre dispostas a disputar cargos e lugares de poder no governo local.

---

[50] Tal como observado por José Damião Rodrigues para os Açores, que nos informa de que no arquipélago as eleições para as ordenanças foram marcadas pela ocorrência de conflitos entre facções rivais e a deflagração de atos de violência, situações que muitas vezes demoravam a ser resolvidas. RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII*..., p. 448-460.

AS GUERRAS LUSO-HOLANDESAS E A RESTAURAÇÃO

GUERRAS E ALIANÇAS:
OS POTIGUARA NO CONFLITO LUSO-HOLANDÊS (1630-1654)

Regina Célia Gonçalves[*]
Halisson Seabra Cardoso
João Paulo Costa Rolim Pereira

Durante todo o mês de outubro de 1645, em plena guerra luso-holandesa, um intenso movimento foi observado entre as tropas Potiguara. Mensageiros iam e voltavam dos acampamentos militares, situados em Pernambuco e Paraíba, portando cartas em que os principais comandantes se esforçavam por convencer os seus oponentes à rendição. De um lado, o Capitão Antonio Filipe Camarão e o Sargento-Mor Diogo Pinheiro Camarão, aliados das forças portuguesas que lutavam pela restauração. De outro lado, o Regedor e Comandante do Regimento de Índios na Paraíba, Pedro Poty e o Regedor de Índios do Rio Grande, Antonio Paraupaba, aliados da Companhia das Índias Ocidentais. Pela primeira vez, desde que suas terras ancestrais haviam sido conquistadas pelos portugueses, os Potiguara se encontravam divididos em campos opostos na guerra.

No ano de 1624, foram avistados navios de bandeira holandesa nas imediações do Recôncavo Baiano, pondo em desespero colonos e autoridades portuguesas locais. Os inimigos, com uma considerável frota, conquistaram, naquele momento, a cidade de São Salvador da Bahia, sede do governo-geral do Brasil, capital administrativa da colônia.[1] Os holandeses permaneceriam durante um ano naquele território, após o qual seriam expulsos por uma armada restauradora, enviada pela Coroa Ibérica, comandada por D. Fradique de Toledo, em 1625.[2] Em consequência da derrota, a frota holandesa bateu em retirada e,

---

[*] Regina Célia Gonçalves é doutora em História Econômica/USP, docente do DH/PPGH/UFPB. Halisson Seabra Cardoso, graduado em História pela UFPB, é professor do ensino fundamental. João Paulo Costa Rolim Pereira, graduado em História pela UFPB, é mestrando do PPGH/UFPB. Todos são pesquisadores vinculados ao Grupo *Estado e Sociedade no Nordeste Colonial* (UFPB/CNPq).

[1] A ocupação holandesa dos territórios das Capitanias do Norte do Estado do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) da República dos Países Baixos coroou um processo detonado, em 1580, com a União das Coroas Ibéricas sob o domínio dos Habsburgo. Felipe II, depois de ocupar o trono português, proibiu os negócios entre o mercado lusitano e os comerciantes das Províncias do Norte, especialmente de Amsterdã que, até então, se ocupavam de grande parte da refinação e da distribuição do açúcar do Brasil na Europa. A interrupção desse fluxo comercial levaria os negociantes e financistas da República a fundarem a WIC (1621) com o objetivo de ocupar posições coloniais na América e na África. O ponto mais frágil do Império Habsburgo era justamente as colônias que haviam sido incorporadas após a ocupação de Portugal. Assim, a área açucareira do Brasil e os portos fornecedores de escravos de Angola, tornaram-se os alvos privilegiados. Para se compreender a conjuntura da invasão holandesa ver o livro: *Holandeses no Brasil* de Charles BOXER (2ed. Recife: CEPE, 2004).

[2] Segundo Boxer, a chamada "expedição dos vassalos" foi uma armada hispano-portuguesa, constituída por "cinquenta navios, transportando 12.566 homens e 1185 bocas-de-fogo, sendo a maior e mais poderosa de todas as esquadras que haviam cruzado a linha equatorial até então (...)". Op. Cit., p. 34.

escapando da perseguição dos navios lusos, aportou na Baía da Traição para reabastecer os navios e cuidar dos enfermos. Foram socorridos e acolhidos pelos Potiguara daquela região. Contudo, não demoraria muito para que os portugueses tivessem a notícia de que os inimigos fugidos da Bahia estavam ali ancorados e depressa se prepararam para expulsá-los. Antes de serem atacados, os holandeses zarparam levando consigo, para a Europa, alguns daqueles indígenas e deixando o restante à cruel represália dos portugueses.[3]

Alguns anos mais tarde, em 1630, os holandeses iniciam uma nova investida de conquista do Brasil. Desta vez, não mais à Bahia, mas a Pernambuco, uma das Capitanias mais prósperas e rentáveis. Ao contrário do que acontecera em 1625, desta feita permaneceriam durante vinte e quatro anos, dominando a região compreendida pelas capitanias do norte, que se estendia desde o rio São Francisco até o Ceará.

Durante esse período do conflito luso-holandês, as alianças entre europeus e indígenas se mostrariam ainda mais decisivas. Aqueles que conseguissem tê-los como aliados, em maior número, se colocariam em uma posição mais "confortável". Os portugueses se encontravam, nesse sentido, em uma posição mais vantajosa, pois mantinham alianças com vários grupos indígenas há muitos anos e, desta forma, conheciam bem as suas dinâmicas de alianças e de guerras, o que facilitava a arregimentação de novos índios para suas fileiras.

Não obstante, os comandantes das tropas da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) sabiam que dependiam do apoio de grupos indígenas contrários aos portugueses para conseguirem se estabilizar no território. Alguns dos índios que seguiram, em 1625, para a Holanda, retornaram em 1630, como intérpretes e arregimentadores de índios para os holandeses.[4]

Do outro lado do conflito estava outro chefe indígena, também Potiguara, D. Antônio Filipe Camarão, aliado dos portugueses. Estes líderes indígenas foram os sujeitos centrais dos episódios das trocas de correspondências a que nos referimos no início deste artigo. Episódios que, como muitos outros, revelam as relações entre a sociedade colonial e os diversos povos que habitavam a América antes da conquista europeia, e colocam, para os historiadores, o desafio de superar, por um lado, o enfoque tradicional que difundiu o mito da submissão passiva dos nativos aos interesses coloniais, e, de outro, a leitura de uma certa história dos vencidos, que os encarava como vítimas indefesas da ação colonizadora.

Os estudos mais recentes, frutos dos contatos entre a história e antropologia, procuram destacar como os povos indígenas foram capazes de se transformarem e de rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a

---

[3] Cf. GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*. Política e economia na Capitania da Paraíba (1565-1630). Bauru: Edusc, 2007, p. 86.

[4] Além do apoio dos índios do litoral, como os Potiguara, vamos encontrar, nos diversos cronistas daquele período, tais como Roloux Baro, Henrique Hauxs, Joan Niehuof, e Elias Herckmans, relatos das alianças com outros povos, os Tapuia.

sociedade colonial na medida em que esta foi se gestando ao longo dos séculos.[5] Os povos indígenas deixam, nesta perspectiva, de serem considerados massa de manobra para, ao contrário, serem vistos como grupos que buscavam obter alguma vantagem diante do caos. No dizer de Almeida,[6] eles se metamorfosearam.

Por outro lado, em que pese a capacidade desses povos para se transformarem e para rearticularem seus valores e suas culturas no contato com a sociedade colonial, não podemos perder de vista que essa foi e continua sendo uma história de luta e de sangue. Um caos marcado pela violência e pela destruição. Em crônica escrita entre 1646-1648, durante o período da guerra luso-holandesa, Pierre Moreau,[7] ao contrário dos cronistas portugueses que, em sua maioria, desde o primeiro século, diziam ser o Brasil um paraíso terrestre,[8] tinha, como escreveu José Honório Rodrigues em nota introdutória à obra, "uma visão pessimista e torturada". Escreve Moreau:

> Esta rica parte da América, em vez de gozar tranquilidade, parece estar destinada apenas à carnificina e à crueldade, que sempre viu executadas pelos descendentes dos naturais e dos que a nossa Europa aí conduziu, os quais, dir-se-ia, só foram atraídos ao seu seio para regá-la com o seu sangue.[9]

Seguindo a formulação de Gruzinski,[10] compreendemos que a empresa colonial foi, mais do que um processo de aculturação, um processo de "ocidentalização" do mundo e das populações nativas. No entanto, foi, ao mesmo tempo, atravessado por múltiplos interesses e por objetivos, por vezes contraditórios, "que representavam um obstáculo considerável para os projetos de integração à sociedade colonial".[11] Portanto, no seio de uma sociedade em conflito que, embora transitoriamente, comportasse acomodações, se construíram as possibilidades de transformação e rearticulação das populações indígenas.

O conflito, aliás, era também um problema que marcava a própria inserção dos colonos e colonizadores na sociedade em construção. No caso da conquista,

---

[5] Cf., entre outras, as obras de MONTEIRO, John M. *Negros da Terra*. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O Descobrimento dos Outros*. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial. Tese. (Doutorado em História). Recife, UFPE, 2000; ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses Indígenas*. Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; e Cristina Pompa. *Religião como Tradução*. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2003.

[6] ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. Cit.

[7] MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

[8] Diga-se, de passagem que, mesmo entre os cronistas "holandeses", houve aqueles que descreveram a terra usando essas mesmas categorias. Este é o caso de Elias HERCKMANS, em sua *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, escrita em 1639 (João Pessoa, A União, 1984).

[9] MOREAU, Pierre. Op. Cit, p. 17-18.

[10] GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

[11] Idem, p. 409.

iniciada em 1585, do que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, por exemplo, no que se refere à camada dominante local, que açambarcou os principais cargos da estrutura administrativa e as melhores terras – leia-se, as mais adequadas à produção açucareira -, havia pontos de atritos e de disputas que podem ser identificados por evidências, mesmo que indiretas, que aparecem na documentação. Disputas essas que estavam na própria origem da ocupação, feita na época da União Ibérica, e que se traduziu em vários episódios envolvendo comandantes e comandados de forças lusas e espanholas pelo controle dos postos e posições militares, ou entre as autoridades locais vinculadas aos donatários de Itamaracá e Pernambuco e as autoridades centrais provenientes da Bahia. Disputas que estenderam por todo o período do povoamento e do estabelecimento da colonização, a exemplo daquelas que envolveram a obtenção de mercês, como a posse de terras e a nomeação para os cargos na estrutura burocrática da nova capitania e que aparecem, com frequência, nos requerimentos à Coroa feitos por membros de diferentes grupos familiares; as disputas entre capitães-mores e religiosos pelo controle da força-de-trabalho indígena; aquelas entre as diferentes ordens religiosas pelo mesmo motivo; as que ocorreram entre governadores e capitães-mores e o governo-geral do Estado do Brasil e, finalmente, conflitos entre grandes proprietários e senhores contra as autoridades em geral.[12]

Assim, este quadro de conflitos no seio das camadas dominantes, ao mesmo tempo permitiu que as populações indígenas "respirassem", pois se tornaram necessários sucessivos ajustes e adaptações para consertar as "redes furadas" da sociedade colonial. Esses ajustes e adaptações variaram de acordo com a região, os grupos sociais e as épocas em que se realizaram, mas foram sempre presentes e deles "emergiram experiências individuais e coletivas que mesclavam interpretação, improvisação e cópia fascinada".[13] Inventaram-se combinações que tomaram as mais diferentes formas.

No caso da Paraíba, por exemplo, é notável a trajetória de Zorobabé que, de chefe dos Potiguara da Copaoba, líder da guerra contra os portugueses até a paz de 1599, passou, depois do "descimento", a prestar-lhes serviços de guerra, embora nunca tenha se convertido ao cristianismo. Foi enviado a combater os Aimoré na Bahia e, no retorno à Paraíba, atacou o quilombo do rio Itapucuru, em Sergipe D'El Rey, onde matou a maior parte dos que foram capturados, desobedecendo as ordens recebidas. Nessa mesma ocasião, tomou alguns deles como escravos, vendendo-os durante o caminho de volta para comprar roupas, armas e bandeiras que lhe atribuíssem a honra destinada aos chefes militares brancos. Nos parece que o caso de Zorobabé pode ser entendido como uma experiência na "rede furada" da sociedade colonial, a expressão desse "enfrentamento constantemente redefinido

[12] Cf. GONÇALVES. Op. Cit.
[13] GRUZINSKI. Op. Cit., p. 410-411.

entre as populações indígenas e as exigências, oscilações e retomadas hesitantes da dominação colonial".[14]

Assim, esta história de luta e de sangue, essa história de violência, a mortandade central no processo de conquista e colonização, é fato essencial para compreendermos a redefinição constante do enfrentamento entre os indígenas e a sociedade colonial. Como diz Gruzinski,[15] "As mortes em massa tiveram um impacto considerável sobre as memórias, as sociedades e as culturas e produziram rachaduras e confusões por vezes irremediáveis". Esse impacto é bastante visível, a partir da década de 1630, nas ações e nos discursos de Pedro Poty e Antonio Paraupaba, durante a ocupação da W.I.C., a Companhia das Índias Ocidentais das Províncias Unidas. Naquele momento, marcado pela participação dos Potiguara na guerra luso-holandesa, que se estendeu de 1630 a 1654, é possível perceber a redefinição nas formas de enfrentamento entre as sociedades indígenas e a colonial. No caso dos Potiguara, isso nos parece claro ao pensarmos e analisarmos a trajetória dos Camarões - Antonio Filipe e Diogo Pinheiro - e de Pedro Poty e Antonio Paraupaba, que é possível observar, a partir das cartas trocadas entre eles, entre agosto de 1645 e março de 1646, a que nos referimos na abertura deste artigo.[16]

---

[14] Idem, p. 410.

[15] Idem, p. 411.

[16] Grande parte deste ensaio resulta do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado *Povos Indígenas no Período do Domínio Holandês: Uma Análise dos Documentos Tupis* (1630-1656), financiado pelo PIBIC/CNPq/UFPb. Nele procedemos à análise desse conjunto de fontes de origem indígena, escritas por índios Potiguara em sua língua nativa, o Tupi, que são pouco conhecidas e/ou discutidas pela historiografia brasileira. Através delas, e a partir da argumentação sustentada em princípios religiosos e políticos, buscávamos perceber a perspectiva dos indígenas em relação às alianças estabelecidas com os europeus durante a guerra luso-holandesa (1630-1654). Ainda no século XVII as cartas trocadas entre os Camarão e Pedro Poty foram enviadas para a Holanda, aos cuidados dos administradores da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) no intuito de que fossem traduzidas por algum dos religiosos protestantes que estiveram em missão no Brasil e que, portanto, tivessem conhecimento da língua Tupi. Por fim, coube ao pastor Johannes Eduardus fazer a tradução. Encontradas, na década de 1880, no arquivo da WIC em Haia, pelo pesquisador pernambucano José Higino Duarte, que as fez copiar, algumas delas, traduzidas do tupi para o português, foram, em 1906, publicadas pelo historiador Pedro SOUTO MAIOR, na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (v. XII) sob o título "Cartas Tupis dos Camarões". Em nossa pesquisa usamos também a edição de Darcy RIBEIRO e Carlos MOREIRA NETO (In: *A Fundação do Brasil*. Testemunhos: 1500-1700. Petrópolis: Vozes, 1992). Por sua vez e, a partir de inferências que faz com base nas Atas Diárias do Governo Holandês do Recife, Frans SCHALKWIJK (*Igreja e Estado no Brasil Holandês*. 3ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004) afirma que, além das que foram publicadas por Souto Maior, existiriam outras cartas (dez no total), parte delas traduzida para o holandês, nos arquivos da Holanda. Outro conjunto documental que analisamos é constituído pelas "Remonstrâncias" de Antônio Paraupaba. Trata-se de duas representações em que pedia, aos Estados Gerais, ajuda aos indígenas aliados dos holandeses que, após a capitulação em 1654, haviam se refugiado na Serra da Ibiapaba. Esses documentos também foram traduzidos por Souto Maior. Concentramos, no entanto, nosso estudo na versão do pesquisador holandês Lodewijk HULSMAN reproduzida em artigo publicado, em 2006, na *Revista de História* da Universidade de São Paulo. Além de proceder à atualização da língua conforme o português corrente, o autor compara a versão de Souto Maior com o

Cremos que, entre os Potiguara, apesar do longo processo de desestruturação de seu mundo, produzido pela força da espada, da foice e da cruz dos conquistadores brancos, a liturgia da guerra de vingança, elemento fundamental de sua cultura, não foi esquecida. Sempre que possível, ao contrário, ela foi acionada contra os portugueses, seus inimigos mortais. Episódio central foi o ocorrido em 1625, na Baía da Traição, a que já nos referimos anteriormente. Expulsos da área pelos portugueses, a frota holandesa partiu rumo à Europa, enquanto os Potiguara da Baía da Traição foram dizimados. Os que não morreram foram escravizados. Alguns fugiram rumo a Ibiapaba (situada na divisa entre os atuais estados do Ceará e do Piauí), varando a Copaoba (como era conhecida, pelos Tupi, a atual Serra da Borborema na Paraíba) e o sertão semiárido, território dos Tapuia, buscando guarida entre os seus parentes. Outros foram levados pelos holandeses e, na Holanda, foram educados e convertidos ao cristianismo sob a fé da igreja reformada. Entre eles estavam Pedro Poty e Gaspar Paraupaba. Poty e Antonio (filho de Gaspar) voltariam, em 1634, acompanhando os holandeses que invadiram a capitania da Paraíba, com a missão de promover o levante dos Potiguara contra os portugueses. Seu argumento mais forte, por mais recente, era justamente o tratamento recebido pelos seus na Baía da Traição, em 1625. Embora esse não fosse o único motivo a mobilizá-los em busca da vingança, a memória da violência, da destruição das aldeias, da escravidão, da fuga e da morte, permanecia viva entre aqueles Potiguara. Dessa forma, representativo contingente de índios dessa nação, sob o comando de Poty e de Antonio Paraupaba, engrossaram as fileiras da W.I.C. A elas se juntariam, também, os Janduí que habitavam terras do Rio Grande e da Paraíba. A participação dos nativos seria fundamental para o sucesso dos holandeses, assim como, anos mais tarde, a retirada do apoio dos Janduí, seria fatal e determinante na derrota militar que se seguiria.

Os episódios de 1625, ao colocarem sob suspeição a real submissão do povo Potiguara à sociedade colonial, provocaram, por parte desta, repressão e controle ainda maiores sobre estas populações, inclusive as já aldeadas no litoral, provenientes de outras áreas que não a Baía da Traição. Certamente foi dentre esses grupos já convertidos ao cristianismo sob a fé católica que as forças coloniais

---

texto original que se encontra nos arquivos holandeses, identificando novos trechos que haviam sido omitidos e que são importantes para o avanço nos estudos a respeito da relação entre os Potiguara e os holandeses. As "Remonstrâncias" foram escritas logo que Paraupaba retornou aos Países Baixos, ao final do conflito luso-holandês no Brasil, em 1654. Ainda naquele ano escreveu sua primeira exposição, um curto requerimento aos Estados Gerais, em nome dos Potiguara que sempre lhes haviam sido fiéis e que assim se mantinham, embora continuassem a sofrer, mais do que antes, a perseguição dos portugueses. Em 1656, ainda vivendo na Holanda, escreveu sua segunda exposição e, nela, ficam explícitos o seu descontentamento e a sua indignação com as autoridades pelo fato de não terem ainda atendido o seu pedido de ajuda. A maior parte das considerações aqui apresentadas deriva do nosso diálogo permanente com tais fontes ao longo desse tempo. Os primeiros resultados a que chegamos estão publicados em: GONÇALVES, R. C.; MENEZES, M. V.; OLIVEIRA, C. M. S. (org). *Ensaios sobre a América Portuguesa*. João Pessoa, Universitária/UFPB, 2009.

portuguesas recrutaram os regimentos que passaram a integrar suas tropas. Enquanto Poty e Paraupaba eram nativos de Acejutibiró (a Baía da Traição, na Capitania da Paraíba), os dois Camarão, seus parentes próximos, eram de aldeias Potiguara do Rio Grande ou de Pernambuco. Expressão clara dessa divisão dos Potiguara é sua participação, em campos opostos, na guerra luso-holandesa, da qual as cartas trocadas por suas lideranças, são documento importante.

A resistência local dos portugueses contra o domínio holandês se faria presente durante todo o período daquela ocupação. Segundo periodização elaborada pelo historiador Evaldo Cabral de Mello,[17] podemos dividir a ocupação holandesa em três fases. A primeira é a da guerra de resistência, entre 1630 a 1637; a segunda, entre 1637 e 1645, corresponde ao período do governo de João Maurício de Nassau, compreendido como de relativa paz; a terceira fase é a de restauração que se estende de 1645 a 1654. Essa periodização nos ajuda a observar melhor a dinâmica daquele período e as estratégias de cada parte no conflito.

No período da guerra da restauração as ações de Antônio Filipe Camarão passam a ser muito destacadas. Ele fora criado em um aldeamento jesuíta, sob a tutela do padre Manuel de Morais que, por sua vez, teve participação em diversas escaramuças contra os holandeses, comandando índios que viviam nos aldeamentos que administrava. Não se sabe ao certo em que ano e local nasceu o Camarão, mas, educado pelos padres, foi batizado em 1612, quando recebeu o nome cristão. Começou sua carreira militar como lugar-tenente de Morais e, mais tarde, com a chegada dos holandeses, ofereceu-se para lutar ao lado de Matias de Albuquerque, ainda na fase da guerra da resistência. Durante a guerra, por suas "proezas e valorosos feitos", recebeu de El Rey o cargo de "Capitão-mor e Governador de todos os índios do Brasil", as comendas de "Cavaleiro da Ordem de Cristo" e dos "Moinhos de Saure e o Brasão das Armas" e, enfim, o título de Dom, que se estendeu aos seus herdeiros. Passou, então, a ser conhecido como D. Antonio Filipe Camarão. Tornou-se, de fato e de direito, súdito do rei, cristão e fidalgo.[18] Segundo Lopes Santiago,

> ... era principal pessoa entre os índios, a que eram muito obedientes, e sua gente muito destra em atirar as flechas, e o elegeram seu maioral, por animoso e esforçado. Este tomou a sua estância em lugar arriscado, fazendo grande dano ao inimigo, usando de muitos ardis de guerra; e foi sempre muito leal aos portugueses, e teve com os holandeses famosos encontros, desbaratando-os muitas vezes; e tanto que chegou a dizer o mestre de campo

[17] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada:* guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

[18] Sobre a vida de Antonio Filipe Camarão, consultar: MELLO José Antonio Gonsalves de. *D. Antonio Filipe Camarão*. Capitão-Mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1940. Sobre os títulos honoríficos concedidos a Camarão, ver: ELIAS, Juliana Lopes. Militarização indígena na Capitania de Pernambuco no século XVII: Camarão, a história de um título. In: *Clio*. Revista de Pesquisa Histórica, v. único, n. 25. Recife, UFPE, 2007, p. 150-166.

> Cristóvão Artichofsky, soldado velho e experimentado, de nação, polaco, que um só índio tinha poder para o fazer retirar muitas vezes.[19]

Junto com João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias, Camarão se tornaria, após a vitória contra os holandeses, um ícone do movimento restaurador, sendo lembrado até os dias de hoje, como um dos "homens que por bravura e patriotismo expulsaram o invasor holandês".[20] Filipe Camarão entraria para a história como um herói da restauração e um exemplo de patriota.[21]

Por sua vez, D. Diogo Camarão, sobrinho de D. Antonio Filipe, o acompanhou, como Sargento-Mor de seu Terço, durante toda a guerra. Também na sua companhia viajou a Portugal e Espanha. Após a morte daquele, em 1648, assumiu a chefia do Terço dos Índios e continuou a lutar pela restauração ao lado de Francisco de Barreto Menezes. Seu filho, D. Sebastião Pinheiro Camarão, o substituiu nessa chefia e, nas últimas décadas do século XVII, destacou-se na guerra contra os "bárbaros" do sertão, ainda a serviço dos portugueses.[22]

Um dos trechos mais elucidativos das cartas trocadas entre os Camarões, por ocasião da eclosão da guerra da restauração, é de autoria de Diogo Pinheiro Camarão. Nesta correspondência, endereçada a Pedro Poty e datada de 22 de outubro de 1645, ele insiste:

> Sois um bom parente. Sai desse lugar, que é como o fogo do inferno. Não sabeis que sois cristão? Por que vos quereis perverter? (...) Se os Portugueses têm êxito na guerra é porque, sendo cristãos, o Senhor Deus não permite que fujam ou se percam, por isso desejamos muito que vos

---

[19] SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1984, p.40.

[20] Tal leitura é fruto de uma historiografia nativista que viu, no movimento de restauração pernambucana, o nascimento do sentimento patriótico do Brasil, no qual elementos das três raças – brancos, negros e índios – teriam se unido para se libertarem do jugo do invasor. Tal tese, no entanto, não se sustenta pelo simples fato de que, também do lado holandês, estavam lutando brancos, negros e índios. O fenômeno é de muita complexidade para se resumir a um ato de traição dos aliados dos holandeses, como o quis por muito tempo esse tipo de historiografia (MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio:* o imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008).

[21] Para afirmar que Camarão era um índio "diferente", que compreendia a importância da colonização portuguesa, e que percebia que esta era irreversível, Varnhagen dizia: "Associado à causa da civilização, desde antes da fundação da Capitania do Rio Grande do Norte, o célebre varão índio não deixara de prestar de contínuo, aos nossos, importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses, em todas as capitanias do Norte, desde a Bahia até o Ceará. Consta que este chefe era muito bem inclinado, comedido, cortês e no falar muito grave e formal; não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho ao latim. Ao vê-lo tão bom-cristão e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim, deve abismar-nos a magia da educação que ministrada, embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à Pátria". VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (1871). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 248.

[22] Sobre o assunto, consultar: MELLO José Antonio Gonçalves de. Op. Cit.

> passeis para nós, e isso garantido pela palavra do grande capitão Antônio Philippe Camarão e de todos os capitães dos Portugueses.[23]

A resposta de Poty, datada de 31 de outubro, não poderia ser mais clara. Reafirmou a sua convicção de que era melhor cristão do que seu interlocutor: só acreditava em Cristo, sem macular a religião com a idolatria. Garantiu sua fidelidade irrestrita aos holandeses, de quem havia recebido "tantos benefícios", e sobre os quais jamais se tinha ouvido falar que houvessem escravizado algum índio ou, em qualquer tempo, "assassinado ou maltratado algum dos nossos", e declarou:

> Em todo o país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos Portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os tivesse libertado. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e *a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição, ainda estão bem frescos na nossa memória*.[24]

Capturado pelos portugueses durante a segunda batalha dos Guararapes, em 1649, Poty viveria, na pele, os suplícios que denunciava. Aprisionado durante seis meses em um forte do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, "foi barbaramente tratado por aqueles algozes (...), era constantemente açoitado, sofreu toda espécie de tormentos; foi atirado, preso por cadeias de ferros nos pés e mãos, a uma enxovia escura, recebendo por alimento unicamente pão e água"[25] e, finalmente, morto, sem que mudasse de lado na guerra e sem que renunciasse à profissão da fé reformada.

Se lermos estes documentos de maneira menos cuidadosa, ou de uma forma mais literal, poderíamos concluir que Poty e Camarão, incorporaram de tal maneira a cultura cristã europeia, que acabaram por professar sua fé e sua lei para si. Contudo, havia algo na cultura Tupi que abria a possibilidade de adesão às novas formas de interações, e isso, de certa maneira, possibilitou a articulação com outros povos, o que lhes permitiu, inclusive, resistirem na luta em defesa do seu território.

Segundo Eduardo Viveiros de Castro,[26] a cultura Tupi assim se coloca, pois é receptiva à presença do outro, e quanto a isso é bastante diferente da cultura cristã para a qual este é uma ameaça constante e precisa ser transformado. Nesse sentido, quando aqueles líderes utilizam um discurso com elementos alheios à sua cultura, estão interagindo e dialogando com aquela a partir da sua própria. Portanto, ao lermos os documentos, temos que ser sensíveis para perceber que ali se encontra o produto de contatos culturais complexos, rearticulados através de

---

[23] In: RIBEIRO; MOREIRA NETO. Op.cit., p.229.
[24] Idem, p. 229-230. (Destaques nossos).
[25] Cf. "Segunda Exposição de Paraupaba, em 1656". In: RIBEIRO e MOREIRA NETO, Op.Cit., p.231.
[26] CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

anos de convivência – quase sempre não pacífica, muito pelo contrário, em que ambos os lados se transformam e são transformados.

Vários estudiosos, dentre eles, Florestan Fernandes, John Manuel Monteiro e Eduardo Viveiros de Castro[27] ressaltaram que, pelo menos os Tupi, o grupo que é melhor conhecido por nós, emergem, desde os primeiros relatos dos cronistas quinhentistas, como portadores de um cultura especialmente atenta à lógica de outros povos. Viveiros de Castro no ensaio "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem", aprofunda a análise desta característica indígena e nos fornece a chave para o entendimento da autoconstrução da identidade indígena (especialmente dos Tupi), a partir da análise do *Sermão da Sexagésima* de Antonio Vieira (1655), em que o pregador se refere aos índios comparando-os à murta, que não se deixa esculpir, a não ser aparentemente e por breve tempo, nem pelo mais competente dos jardineiros. Tal como a murta, afirma um desalentado Vieira, os "brasis" se deixam evangelizar para, logo em seguida, retomarem os antigos hábitos, o seu ancestral modo de vida, esquecendo todos os ensinamentos dos soldados de Cristo.[28] Neste sermão, o jesuíta faz uma comparação entre a murta e o mármore, que representam, respectivamente, o indígena do Brasil e o nativo do Oriente. Essa analogia se refere à aparente "facilidade" com que os missionários catequizavam os índios, assim como o jardineiro trabalharia uma escultura de murta. Buscando desvendar essa dita inconstância Viveiros de Castro levanta a tese de que os Tupi tinham uma maneira totalmente diferente do modo ocidental de se relacionar com outras culturas. Enquanto, para os ocidentais, a sociedade tem que se preservar para não perder sua identidade, para os Tupi, a lógica é inversa. Ela pressupõe a interação com o outro. A alteridade é uma constante para essa sociedade; nesse sentido são povos abertos a novas formas, assimilam e incorporam práticas e costumes do outro, mas isso não os torna menos si próprios, ao contrário, agindo assim, reafirmam a sua cultura:

> Nossa ideia de cultura projeta uma paisagem antropológica povoada de estátuas de mármore, não de murta (...) entendemos que toda sociedade tende a perseverar no seu próprio ser (...), mas, sobretudo, cremos que o ser de uma sociedade é seu perseverar: a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura. Estimamos, por fim, que, uma vez convertidas em outras que si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm volta (...) talvez, porém, para sociedades cujo (in)fundamento é a relação aos outros, não a coincidência de si mesmas, nada disso faça o menor sentido.[29]

Essa "inconstância" indígena no tocante à guerra também impressionava os europeus, que tinham dificuldade para compreender a facilidade com que os

[27] FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1952). 3ª ed., Porto Alegre, Globo, 2006; MONTEIRO. Op. cit.; CASTRO. Op. cit.
[28] VIEIRA, António. *Sermões*. Org. Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001, p. 53-70.
[29] CASTRO. Op. Cit., p. 195.

grupos se aliavam para guerrear e, ao mesmo tempo, desfaziam tais alianças se unindo a outros para lutarem contra os "ex-aliados". Apesar disso, no entanto, os europeus souberam utilizar astutamente esta característica dos Tupi a seu favor ao longo da colonização.

O espanto do europeu diante dessa "inconstância" é, por exemplo, ainda visível dezenove anos depois do contato com os holandeses, quando o Alto Conselho do governo da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil se refere a seus aliados, Pedro Poty e Antônio Paraupaba, como sendo "mais perversos e selvagens na maneira de viver do que os outros brasilianos",[30] ou ainda que os cronistas do século XVII (inclusive catequizadores católicos), se referindo aos índios aliados dos portugueses, não cansem de mencioná-la porque continua a dificultar o bom andamento da conversão deste gentio.

Talvez o mais interessante na discussão sobre as cartas tupi e sobre as "remonstrâncias" de Paraupaba, seja o fato de que seus autores escrevem como "membros" inseridos na sociedade colonial, inclusive usando as regras de conduta da mesma para se comunicarem. Apesar disso, no entanto, é possível perceber evidências da tradição indígena que revelam um entendimento claro, por parte dessas lideranças, do que significava a estrutura social que se implantava nas terras da "América portuguesa" depois da conquista e da colonização européia. Poty expressa a visão indígena: "Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado afim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viver juntos neste paiz que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família". Ou ainda de forma mais esclarecedora: "Mantenhamo-nos com os *extrangeiros* que nos reconhecem e tratam bem na *nossa terra*", diz Poty falando dos holandeses.[31] O fato é que, nessa passagem, é possível perceber um dos aspectos centrais da visão indígena em relação aos holandeses, a de que esses seriam aliados "estrangeiros", externos, portanto. Um novo aliado que conhecia e respeitava os direitos indígenas e que estava disposto a ajudar a expulsar os portugueses e, ao mesmo tempo, viver em paz na terra. Logo, a intenção era unir-se com estes "estrangeiros" "afim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viver juntos neste paiz que é a nossa pátria". A posse da terra seria, então, dos detentores de direito, isto é, daqueles que aqui estavam antes mesmo da chegada de qualquer caravela. Este era um argumento muito forte.

Nestes documentos encontramos mais do que as impressões destes indivíduos sobre o conflito ou sua conjuntura. Neles observamos uma retórica peculiar pautada em argumentos de diferentes naturezas, nos quais podemos perceber elementos culturais dos agentes envolvidos na guerra. Tal presença expressa o profundo contato, quase nunca pacífico, que os indígenas da região em que ocorreu o conflito tiveram com os portugueses ao longo de um século, desde o

---

[30] Apud HULSMAN, Lodewijk. "Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estudos Gerais". *Revista de História*. n. 154. São Paulo: USP, 2006, p. 43.
[31] In: RIBEIRO; MOREIRA NETO. Op. Cit., p. 230. (Destaques nossos).

início da colonização na década de 1530, e com os holandeses, desde o início da guerra, em 1630. É possível, assim, buscando o entrelaçamento dos elementos culturais dos agentes envolvidos, perceber de que maneira a cultura do outro foi sendo incorporada e rearticulada conforme se intensificavam os contatos e, consequentemente, os conflitos. É possível observar no discurso elaborado por lideranças indígenas que estavam diretamente ligadas às esferas de comando, e que, portanto, tinham o conhecimento das conjunturas interna e externa em que se situavam os acontecimentos específicos, as rearticulações simbólico-culturais que fundamentaram a política de alianças que estabeleceram com os europeus.[32]

Além de nos darem uma ideia de como aqueles agentes conheciam bem toda a conjuntura da guerra, tecendo argumentos de variada natureza para convencerem seus interlocutores, os documentos nos revelam aspectos dos mais diversos a respeito da relação entre nativos, portugueses e holandeses. Ao lermos esse material nos saltam aos olhos várias passagens em que os autores fazem uso de expressões provenientes, por exemplo, da doutrina cristã – seja católica, como a dos portugueses, ou reformada, tal qual a dos holandeses. Perceber isso é imprescindível para compreendermos o contato estabelecido entre os agentes, atentando para a dinâmica de suas relações. Considerando essa relação, analisamos o discurso cristão/ocidental presente na documentação, observando de que maneira aqueles indígenas se apropriaram de argumentos dos seus aliados, declarando a todo o momento a fé do outro para si, rearticulando-os a partir de elementos da sua própria cultura, criando um discurso próprio.

Nesse sentido, procuramos, ainda uma vez, questionar o mito da passividade indígena, recorrente durante longo tempo na historiografia brasileira, mas que, infelizmente, ainda está presente na cultura histórica de grande parte da nossa sociedade. Buscamos mostrar que, ao contrário do papel de coadjuvantes atribuído aos povos indígenas por aquela historiografia, não apenas na ocasião dessa guerra, mas também em toda a formação histórico-social do Brasil, estes foram e continuam a ser agentes da história, e como tais, ativos em todo o processo. São sujeitos que operam e continuam a operar com certo grau de autonomia e capacidade de decisão, tanto que, dependendo do posicionamento tomado por eles, como podemos verificar em diversos momentos do período que estudamos, alguns episódios estariam fadados ao sucesso ou ao fracasso.

Assim, os aspectos característicos da religião cristã, contidos nos documentos, ao contrário do que à primeira vista possa parecer, não significam simplesmente mais um modo de submissão indígena à cultura europeia, mas também podem ser lidos como um artifício usado para firmarem alianças que lhe fossem úteis, tanto com os católicos portugueses quanto com os reformados batavos. Desta forma, aquilo que pareceria estritamente argumento ou simples

[32] Sobre este tema consultar, entre outros trabalhos: POMPA, Cristina. Op. Cit. e GONÇALVES, Regina C. Op. Cit.

retórica religiosa, marca um posicionamento político dessas lideranças indígenas frente ao conflito que ocorre em suas terras ancestrais.

Os resultados a que chegamos convidam à continuidade da análise de inúmeros outros documentos do período colonial, muitos deles já exaustivamente usados em diferentes trabalhos da historiografia nacional e estrangeira, em busca das pistas que permitam uma releitura da condição desses povos como agentes históricos. Este esforço está apenas começando, mas é urgente, principalmente quando consideramos que muitos deles, dentre os quais os Potiguara, continuam vivos, lutando por sua afirmação étnica e pelo reconhecimento de seus territórios não apenas pelo Estado nacional, mas por toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, o tempo corre célere e os historiadores não podem perder o compasso.

"NAVEGAR, SIM, COMER... POUCO": ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACERCA DA NAVEGAÇÃO E ABASTECIMENTO NO BRASIL HOLANDÊS

Rômulo L. X. Nascimento[*]

1. Conhecendo o caminho dos rios

A 20 de maio de 1630, Adrien Verdonck, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, oferece ao Conselho Político do Brasil o resultado de sua expedição que cobriu uma área que ia desde a Capitania de Itamaracá até o Rio Grande do Norte.[1]

A importância deste relatório reside numa questão bastante óbvia, mas imprescindível para um invasor que só conhecia o litoral. Para além de Pernambuco, antes mesmo da conquista de tais territórios, procuraram os agentes da WIC desvelar não só as condições de vida da população de diversas vilas e lugarejos como também as condições de navegabilidade dos rios do nordeste oriental. Como veremos ao longo desta sessão, existe uma relação estreita entre as condições de navegabilidade destes rios e a administração holandesa que se instalou nestes primeiros anos.

De acordo com a *Memoire* de Adrien Verdonck, em Goiana, situada ao lado de uma localidade de nome Araripe (rio que ainda hoje tem o mesmo nome), teve o mesmo a noção de quantos habitantes ali residiam, como também de quantos ducados pagavam ao capitão donatário pelo usufruto da terra. Assim, descreve o relator batavo que, em Goiana, "*ook woont veel rijck volck*" (também vive muita gente rica). Acrescentava ainda que daí "*comt groot quantiteyt van brasilienhout*" (vem uma grande quantidade de pau-brasil) e que a mesma era, ao tempo dos portugueses, transportada ao Recife por meio de barcos de pequeno porte (*bärckien*). Em 1630, constataram os neerlandeses do *Politicqe Raden* que os portugueses se utilizavam destas embarcações pequenas no transporte de produtos e víveres nos rios alcançados pela expedição. Não apenas o transporte, mas o sentido que tomavam as mercadorias antes de deixarem o Brasil.

Na altura do Rio Grande (do Norte), Verdonck toma ciência de que alguns produtos daquela região tais como, farinha, açúcar e gado tomavam o rumo da

---

[*] Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Pernambuco (UPE).

[1] Memoire voor mij Herre de presidente ende meerdere Herren van den raedt deeser stadt Pernambuco, aengende de gelegentheyt, plaetsen, dorpen ende coopmanschappen derselver stadt, als ook Tamaraca, Paraíba ende Rio Grande, naer dat ick, Adrien Verdonck dat alderbest indachtich ben, gemaeckt op 20 may 1630. *IAHGP*. *Coleção José Hygino*. A *memoire* oferecida por Vendonck ao Conselho (Político) do Brasil complementa o relatório enviado por Wanderbuch acerca do litoral sul da Capitania de Pernambuco sendo, contudo, mais extensa do que a deste último.

Capitania de Pernambuco ainda no tempo dos portugueses. Também neste caso, as embarcações menores eram utilizadas e cada qual transportava em média de 100 a 110 caixas de açúcar.

No entanto, um problema se instala na navegação no sentido norte-sul, do Rio Grande do Norte em direção a Pernambuco, que são as correntes marítimas que correm em sentido contrário. Ainda assim, estes produtos seguiam o rumo de Pernambuco e, provavelmente, para o porto do Recife. Talvez a utilização de embarcações menores atenuasse as dificuldades que a natureza lhes impunha.[2]

Curiosamente, e não sem conhecimento prévio, também os holandeses adotaram esta mesma prática. Destarte, por volta dos anos 1635/36, remetiam para o Recife os produtos obtidos na Paraíba, Rio Grande do Norte como também em outras partes da *conquesten*, parte compreensível uma vez que o centro da administração estava já desde o início naquela vila. O conhecimento da administração anterior, em questões como transporte de víveres e produtos em geral foi sobremodo importante para as estratégias adotadas pelo Conselho político no Brasil. Para tal, de muito valera as descrições de Adrien Verdonck. Os primeiros anos, apesar das constantes guerrilhas e perdas da Companhia das Índias Ocidentais, foram de grande valia para o conhecimento tanto do curso inferior dos rios do nordeste oriental como da *hinterland*.

Se, em termos práticos, ainda em princípios de 1633, arranhavam a costa tal qual caranguejos, em termos teóricos, os relatórios enriqueciam aquilo que faltava na obra escrita por de Laet.[3]

Retomando a discussão sobre o conhecimento do transporte fluvial, vale salientar que, nestes primeiros anos, os neerlandeses ainda não estão de posse da produção de açúcar *in totum* dos engenhos pernambucanos, dada a destruição de muitos deles por conta das guerrilhas. A constituição de um sistema de escoamento da produção de açúcar pelos invasores se dará em situação quase que frequente de guerra e comércio, onde se aprisionar inimigos, levar víveres e armas e transportar soldados se tornaram práticas quase que cotidianas nos rios e portos do nordeste oriental, tendo o porto do Recife como base. Evidentemente, a constituição de um sistema de comunicação por parte da Companhia em rios como Capibaribe, Beberibe, Ipojuca, Goiana e Una não se deu de maneira repentina, mas ao longo de uma guerra lenta, de emboscadas.

Com o domínio holandês em curso, embarcações grandes e pequenas se complementaram e compuseram uma teia de comunicação reveladora das tensões da administração pré-nassoviana.

Evaldo C. de Mello[4] refere-se à adoção de embarcações de pequeno porte

---

[2] Ver: ALENCASTRO, Luiz Filipe de em: *O Trato dos Viventes*, quando o mesmo trata das correntes do Altântico e os limites que elas colocavam nas relações comerciais neste mesmo espaço.

[3] As "Descrições sobre o Novo Mundo", de Johannes de Laet, já estavam, no ano de 1633, na sua terceira edição.

[4] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*, p. 39-40.

(*jachtes e chaloupas)* na navegação dos rios menores do Nordeste oriental principalmente com objetivos táticos e dentro do esquema de uma guerra de emboscadas, mais pontual se quisermos precisar. Era a adaptação dos neerlandeses à guerra tropical, mas não apenas se utilizando de pequenas embarcações para fazer guerra, mas para o abastecimento e transporte de víveres. Através das crônicas de Brito Freyre, tomamos ciência da atuação destas embarcações de baixo calado, denominadas também pelo nome de "lanchas". Num episódio que se deu meia légua ao Sul do Cabo de Santo Agostinho, em 1634, narrou Brito Freyre da façanha que fizeram os holandeses que, sob as orientações de Calabar, adentraram uma barra que "jamais, a mais pequena canoa, pareceu possível entrar por ela. Mas entrou ele agora com as lanchas, que deitaram a infantaria no Pontal..."[5]

Uma pista interessante nos oferece Simon Schama, acerca das pequenas embarcações de guerra holandesas quando diz que "os primeiros vasos de guerra holandeses eram toscas adaptações de navios transportadores de grãos, pequenas embarcações velozes e até mesmo barcaças costeiras".[6]

Mesmo não tendo sido imediatamente consecutivas as opiniões de Wanderburch entre fazer do Recife a sede da administração holandesa no Brasil (1631) e a adoção de embarcações menores nos rios do Nordeste oriental para fins estratégicos (1633), temos, a partir dele e de outros militares superiores, a perspectiva da comunicação para o interior. De fato, esses primeiros anos de fixação forneceram, pelo menos do ponto de vista estratégico, substrato à relativa plenitude das navegações que utilizavam barcos menores em rios como Goiana, Capibaribe, Igarassu e até São Francisco.

Quando Nassau chegou ao Recife, em 1637, já haviam os holandeses aqui estabelecido um sistema de comunicação necessário ao relativo êxito de seu governo, quer no aspecto bélico ou logístico. Como demonstram algumas Atas do Conselho Político no Brasil, pelo menos entre o mês de março e abril do ano de 1635, observou-se a presença dessas embarcações principalmente entre as localidades que se distribuíam pelo litoral e que estavam relativamente distantes entre si. Assim, em 28 de março de 1635, chegam ao Recife, através do iate *De Vledermúis,* notícias de Barra Grande (ao Sul de Pernambuco) enviadas pelo *Heer comandeur* Lichthart informando o Alto Conselho sobre a posição das tropas de Matias de Albuquerque e do Conde de Bagnuolo, além de solicitar víveres para as tropas e mosqueteiros para o combate. No mesmo dia, saía do Recife em direção à Holanda *(naer patria)* e com escala na Paraíba o iate *Terneere,* que carregava açúcar e pau-brasil (*brasilienhout*). Já no dia 5 de abril, chega da Paraíba ao Recife um barco de nome *Epijslin* com o objetivo de aqui se abastecer de víveres. Um dia depois, no dia 6 de abril, chega ao Recife, vinda de

---

[5] FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica*. Coleção Pernambucana. Vol V, 1977, p.292.
[6] SCHAMA, Simon. *O Desconforto da Riqueza,* p. 247.

Itamaracá (litoral Norte de Pernambuco), a chalupa *Duijsentbeen* trazendo uma missiva do capitão Jacobi Petri, além de um homem livre (*vrijman*), ou seja, comerciante carregando consigo setecentos abacaxis e vinte cocos. Para finalizarmos com estes exemplos, temos que, nos dias 16 e 23 de abril o mesmo iate *Gijsenlingh* chega da Paraíba com uma carta do *Heer Carpentier* e com o objetivo de se abastecer de víveres (dia 16) e, sete dias depois, segue para Porto Calvo (atual litoral norte do estado de Alagoas), sob o comando do Major Piccart e levando uma missiva para o *Heer commandeúr* Lichthart. Para citar mais um exemplo de navegação fluvial utilizando-se embarcação de baixo calado, temos uma *notulen* do dia 22 de abril de 1635 avisando da chegada de dois iates, o *Goútvinck* e o *Spreeú*,[7] vindos de Goiana carregados de açúcar e de uma missiva do *heer Eijsens*, um dos conselheiros políticos.

Conforme pudemos perceber, num intervalo de um mês, a movimentação destas embarcações menores tendo como ponto de apoio o Recife, permitiu não só a ajuda logística às tropas como o próprio comércio de açúcar e madeira. Ademais, do ponto de vista da abrangência territorial, estas comunicações permitiram não apenas que se descessem os rios como também a cabotagem a pequena distância do próprio Recife. Uma outra e não menos importante, atividade desempenhada por estas embarcações era o levar e trazer correspondências entre os comandantes e chefes militares.

No aspecto administrativo, era fundamental a questão da comunicação em razão da tomada de decisões por parte dos governantes batavos e, do ponto de vista da comunicação marítima e fluvial no período holandês, carecemos de um estudo mais detalhado. Dados como a dinâmica das embarcações tanto no grande porto do Recife como em outros portos fluviais menores, existência ou não de rotas fixas com determinados *iatches* ou *chalupas* ou até mesmo se haveriam atividades específicas para determinadas embarcações seriam de grande utilidade.

Do ponto de vista do avanço holandês no litoral nordestino, o ano de 1635 assistiu à conquista do Cabo de Santo Agostinho. Até julho deste mesmo ano a chegada de embarcações menores deste local é intensa, tornando o porto do Recife, consequentemente, bastante movimentado. Devemos considerar que deste porto tanto faz, para o período em questão, partir pequenas embarcações para Porto Calvo levando víveres e munições para as tropas como navios de grande porte para a América central. Como exemplo, temos que no dia 17 de julho de 1635, um navio parte em direção a Cuba.[8] O Recife, em certa medida, se viu entre dois mundos: o das conquistas internas e o das outras conquistas sul atlânticas.

Nos primeiros cinco anos da conquista, dada a frequência dos embates contra os luso-brasileiros, carregaram os iates e chalupas holandesas mais tropas

---

[7] Nesta nótula vem expresso até o volume de açúcar negociado, informando-nos, inclusive, sobre o preço por arroba.

[8] Dag. Notulen. 17/07/1635. *Coleção José Hygino*. IAHGP.

e víveres do que mesmo açúcar. O restabelecimento da produção e do transporte intenso do produto até o porto do Recife só se verificaria mais tarde sob o governo de Maurício de Nassau. Aliás, nestes primeiros anos, seria difícil diferenciar, com já foi dito anteriormente, o que era guerra do que era administração. Não se percebe ordens expressas destinando tal ou qual embarcação que levará exclusivamente açúcar ou tropas.

As incertezas do dia-a-dia dos combates geravam um clima de suspense em que só as missivas enviadas pelos militares que se estabeleceram nos limites da conquista, ou seja, fora do Recife, balizariam as futuras decisões com relação ao ataque, a retenção de tropas, ao envio de homens e víveres, munições, etc.

A imprevisibilidade da *conquesten* neerlandesa impulsionava o motor da administração malgrado as estratégias dos conquistadores. A "guerra lenta", como a denominou de Evaldo C. de Mello,[9] era também lenta para os holandeses. A base sobre a qual se sustentou Maurício de Nassau existiu tanto no aspecto comunicacional da conquista (conhecimento e navegação dos rios) como do efetivo que se encontrava pulverizado nos territórios conquistados até janeiro de 1637. Como mostra um relatório[10] de janeiro deste ano, para as localidades do Recife, Afogados (oeste do Recife), Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Paraíba, São Lourenço e Rio grande (do Norte) temos uma relação não apenas do número de companhias como de quais oficiais as comandavam. Certamente, já neste período, pelo menos até 1643, um relativo clima de paz possibilitou aos holandeses uma atividade maior no que se refere ao transporte de açúcar para o Recife através dos rios. Até a comunicação por terra deve ter sido mais utilizada, mas não sem se tomar prudência, pois nem todo luso-brasileiro que se dizia fiel aos neerlandeses o era realmente.

2. Governo nassoviano entre os *anos mirabilis* e o desconforto do mau abastecimento

Num relatório enviado do Brasil aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Mauricio de Nassau e o Alto Conselho, entre outros assuntos, informavam sobre o que consumiam os portugueses. Nessa avaliação:

> Não há profusão nos seus alimentos, pois podem sustentar-se muito bem com um pouco de farinha e um peixinho seco, conquanto tenham galinhas, perus, porcos, carneiros e outros animais, de que também usam de mistura com aqueles mantimentos [...] Tem belíssimas frutas, como laranjas, limões, melões, melancias, abóboras, pacovas, bananas, ananazes, batatas, maracujá-açu, maracujá-mirim, araticum-apê e o belo e mais delicioso dos frutos, a mangaba e ainda vários legumes, milho, arroz e outros mais, de que fazem diversidade de confeitados. Estes são muito sãos, e deles comem em

[9] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. 1975.
[10] Dagelische Notulen. 28/01/1637. *Coleção José Hygino*. IAHGP.

quantidade.[11]

Esse relato se deu um ano após a chegada de Nassau e os seus conselheiros. Afora a farinha e o peixe seco, a variedade alimentar existia incorporando-se à cultura local os gêneros holandeses. Dois anos depois, foi o Alto Conselheiro Adrien van der Dussen que, no seu relatório, dedicou à mandioca um tópico à parte. Dussen ressaltou, em comparação aos cereais dos Países Baixos, a mandioca, dado que no Brasil deve-se apenas "lançar a terra as sementes para colher as sementes: lá se planta o que não se aproveita do arbusto, sem que nada se perca da raiz ou do que serve para alimento".[12]

Como se observou anteriormente, o abastecimento de víveres vindo dos Paises Baixos era, quase sempre, insuficiente aos soldados da WIC no Brasil. No ano que antecedeu à vinda de Nassau, 1636, aproximadamente 18 embarcações trouxeram víveres, mas trouxeram também mais soldados, munições e mercadorias para serem vendidas aos *vrijluiden* ('cidadãos livres' ou que não trabalhavam para a WIC). No final das contas, era constante a falta de alimentos para as tropas. Soma-se o fato de que, nos anos de 1635 e 36, o envio de mantimentos para as tropas estacionadas no litoral sul da capitania de Pernambuco era cada vez mais necessário em função da resistência luso-brasileira naquela parte.

O deslocamento das tropas para o sul da capitania, ao mesmo tempo em que exigia mais provisões para os soldados do *front,* fez com que as freguesias mais próximas ao Recife ficassem um tanto afastadas da guerrilha. Aos poucos, locais como a Várzea e Igarassu, por exemplo, começaram a ser ocupados por luso-brasileiros que aceitaram a dominação batava e retomaram a produção de açúcar. E é no esteio da retomada da produção de açúcar, que Nassau e o Alto Conselho procuraram, nas propriedades daquelas freguesias, o incremento da produção de farinha de mandioca.

Entretanto, antes mesmo da execução desse intuito, a transição entre a "guerra velha" e a nova ordem imposta por Nassau viveu um período em que as propriedades eram retomadas, ou por novos senhores de engenho ou até mesmo por autoridades militares ou civis holandesas. Mas o início da produção sistematizada de farinha não se deu de forma monolítica e sem problemas. Pelo contrário, implicou numa relação tensa entre os administradores e a população local.[13]

Em 1637, a conquista em Pernambuco foi dividida em quatro jurisdições (*jurisditien*), cada qual contendo uma câmara que a representasse. No primeiro relatório que procurou dar conta da administração no Brasil holandês já na gestão

[11] Breve Discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de Janeiro de 1638. In: MELLO. Op. Cit, p. 109.
[12] Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: MELLO. Op, cit. p. 198.
[13] Sobretudo, senhores de engenho.

de Nassau e do Alto Conselho, em 1638, muitos eram os engenhos que ainda não tinham moído. No termo da Câmara da jurisdição do São Francisco, a mais meridional dos territórios conquistados, expôs o relatório que muitos dos 15 engenhos que existem nos seus limites não iriam moer dentro de um curto prazo, "porquanto em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um e outro lado, estão sem dúvida muito arruinados". Em seguida, na jurisdição ou distrito de Serinhaém, apenas 5 engenhos (no total de 18) iriam moer. Na jurisdição de Olinda (que englobava as freguesias de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão, Muribeca, Várzea e São Lourenço), do total de 67 engenhos, apenas 47 moíam. Na jurisdição de Igarassu, do total de 8, um engenho apenas não moía. O território da Capitania de Itamaracá contava com os engenhos das localidades de Goiana, Taquara, Tejucupapo e Araripe, e do total de 20 unidades, 8 não davam safra. Na Paraíba a situação era bem melhor que nas outras partes da conquista, uma vez que lá apenas 2 engenhos não moíam, de um total de 20. Finalmente, no Rio Grande, apenas 1 engenho dava seus frutos. Logo, em termos aproximados, de um total de 147 engenhos, é certo que 89 davam cana até a época do relatório. Isto sem contar os engenhos da jurisdição do São Francisco que ainda iam moer e não foram discriminados.[14] Mais da metade dos engenhos de toda essa área havia retomado a sua capacidade produtiva. Em termos relativos, os engenhos mais produtivos até então eram os da Capitania de Itamaracá e os da jurisdição de Igarassu. Em termos absolutos, os da freguesia da Várzea (jurisdição de Olinda).

O início da produção sistematizada de farinha de mandioca teve vez dentro de um quadro administrativo mais complexo após a vinda de Nassau e do Alto Conselho. Até 1636, era o Conselho Político que exercia a maior autoridade nas conquistas. A partir de 1637, Nassau e seus ministros implementaram as câmaras de escabinos (*schepenen*) nas diversas jurisdições (*jurisditien)* que especificamos acima. O papel dessas câmaras analisaremos mais adiante. Por enquanto, basta-nos saber que os escabinos ficavam, entre outras funções, com a fiscalização da finta de farinha que cada engenho deveria fornecer.

O incremento da produção de farinha se deu no mesmo momento da retomada da produção de açúcar nos engenhos. A "guerra velha" destruiu quase todas as propriedades e seus materiais de produção. O grau de dificuldade em "pacificar" a conquista através das campanhas de expulsão das tropas de resistência luso-brasileira para o sul concorria com a retomada da produção açucareira.

Outro dado é o crescimento demográfico em torno do Recife. Essa informação, que dificilmente pode ser precisada, fica sempre no campo da especulação. Pela altura do ano de 1641, além da população do Recife, que girava em torno de cinco a seis mil pessoas, agrupavam-se próximas várias aldeias de

[14] Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO. *Fontes para a História do Brasil Holandês*.

brasilianen. Essa concentração populacional deve-se, sobretudo, ao fato também de que entre Itamaracá e a Várzea do Rio Una se situar a grande maioria dos engenhos moentes.

Em fins de1637, a Companhia dispunha de 7000 alqueires de farinha de mandioca para abastecer um efetivo de 2250 soldados e marinheiros.[15] É bem possível que a conquista de São Jorge da Mina, que ocorreu poucos meses antes e saiu do Recife, tivesse se beneficiado da farinha de mandioca no abastecimento das tropas. Futuramente, a conquista de Angola, em 1641, precisaria de muito mais.

Em linhas gerais, o entendimento da produção de farinha de mandioca no período nassoviano passa pela compreensão da administração local. Mais especificamente, eram os escabinos que, juizes nas diversas *jurisditien* da conquista, deveriam cobrar uma espécie de finta ou contribuição do produto. Assim é que, em abril de 1639, o escabino da jurisdição de Olinda, Gaspar Dias Ferreira, informou a Nassau e ao Alto Conselho a situação dos moradores das freguesias da Várzea, Muribeca, Santo Amaro e Cabo de Santo Agostinho. O fato é que os ditos moradores não conseguiram plantar a quantidade exigida e pediram, através de Dias Ferreira, que o Alto Governo abrisse mão de metade da quantidade exigida.[16] Uma das "desculpas" fornecidas pelos moradores é que não só as roças não vingaram, mas "a velha farinha foi consumida" (*de oude mandioqua geconsummeert*). Certamente, nessas freguesias, a passagem de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de maior escala talvez não fosse tarefa fácil. O fato é que, no ano de 1639, segundo os cálculos de Hermann Waetjen, o quilo da farinha custava mais do que o do trigo.

A organização do plantio adquiriu ares de mais organizada em julho de 1639, quando Nassau e o Alto Conselho lançou um edital (*placard*), para que cada senhor de engenho e lavrador, tanto holandeses quanto portugueses, plantassem 500 covas de mandicoca por escravo num espaço de 6 meses.[17]

A distribuição de farinha por quotas fixas pelos moradores locais obedecia ao que na Guerra dos Trinta Anos chamava-se "sistema de contribuição" (*kontribuitionssystem*), ao que se referiu Evaldo Cabral de Mello. No entanto, o mesmo se referiu ao "sistema de contribuição" nos termos da resistência luso-brasileira, em que

> durante a resistência, o provimento do Arraial e seguramente de outras praças-fortes foi confiado a vivandeiros (expressão utilizada por cronistas como frei Manuel Calado e Brito Freyre), um método mais apropriado à existência relativamente sedentária de guarnições do que a um exército em

[15] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse Notulen. 04/11/1637.
[16] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse Notulen. 12/04/1639. Onde se lê: "Welcke alles geconsidereert sijn goet gevonden de bovengesegde freguesias te remitteren, de hefte van de farinha daer opgefinteert waeren".
[17] IAHGP. *Coleção José Higino*. Dagelijckse Notulen. 22/07/1639.

marcha.[18]

Parece que esta forma de "cota fixa" também valia para os holandeses, sobretudo quando se trata de um exército cuja maioria do efetivo estava confinada em fortificações. Prática de aprovisionamento européia aplicada no Brasil nassoviano.[19]

O preço do alqueire de farinha, por volta de 1642, foi fornecido por Johan Nieuhof, segundo o qual "o governo dá por mês aos soldados holandeses e nativos meio alqueire (7 litros) de farinha, a cada um. O preço do alqueire, na média, regula quatro florins, ora mais ora menos".[20]

Segundo Watjen, para o período da administração nassoviana, "a farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar".[21] Seria mesmo difícil a exportação deste gênero, dada a constância e volume das campanhas empreendidas pela WIC em várias partes do Brasil. O autor também assegurou que a remessa de farinha de trigo não cessou, mesmo com a produção de farinha de mandioca, "afim de que a colônia se achasse sempre garantida, no caso de estrago das plantações pelas intempéries ou por força das inundações". [22]

Outra peculiaridade do sistema de cobrança por contribuição, imposto por Nassau e o Alto Conselho, é que a cobrança e fiscalização era tarefa da administração local civil e não por militares. É que o relativo clima de paz que passou a existir a partir de 1637, como fora para os luso-brasileiros nos anos analisados por Cabral de Mello, permitiu uma certa calma da administração superior para implantar um *modus operandi* administrativo que permitisse a fiscalização nas freguesias sem as urgências de uma guerra imediata. Apesar disso, o desconforto rondava as freguesias, de forma que as tropas luso-brasileiras não davam trégua aos holandeses e cruzavam constantemente as fronteiras do Brasil holandês, atingindo diversas jurisdições e destruindo plantações de cana-de-açúcar e roças de mandioca.

Também era possível que os militares ajudassem na fiscalização, sobretudo nas freguesias em que ainda não existissem os escabinos. Foi o caso do Coronel Hans Koin que reportou à administração superior que a Freguesia de Serinhaém levantaria 3.200 alqueires de farinha a partir de 175.670 covas de mandioca plantadas. [23] A notícia era de julho de 1639 e a promessa da farinha era para dentro

---

[18] CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 193.

[19] Idem. Para o lado luso-brasileiro, o kontribuitionsystem, segundo o autor, foi adotado sobretudo a partir de 1635, quando o exército estava acampado ao sul da Capitania de Pernambuco.

[20] Apud. WAETJEN. Op. cit. p. 446.

[21] WATJEN. Op. cit. p. 447. O autor também assegurou que a remessa de farinha de trigo não cessou mesmo com a produção de farinha de mandioca.

[22] Idem. P. 447.

[23] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 22/07/1639. No qual se lê: "De Heer colonel Coin, rappoteert mede soo dat volgens de Commissie hem opgeleyt, hij de rossas hadden doen texeren in de fregasie van Serinhain ende onder alle de invonders bevonden te sijn 175670 covas van achtman den ende daer em boven out, welck getaxeert, nae consideratie van iegelijcx gront ende

de um mês.

As roças de Serinhaém, freguesia situada ao sul da capitania de Pernambuco, certamente seriam bem vindas às tropas da WIC. Já o responsável pela administração da capitania de Itamaracá, Pieter Mortamer, informou que aquela região produzia 20.000 alqueires farinha. No entanto, o mesmo reforçou a necessidade de se tomar parte dessa produção para o sustento dos moradores locais (*de inwoonders met souden behouden om te leven*). [24] A produção de farinha por alqueire de Itamaracá, mais de cinco vezes maior que a freguesia de Serinhaém, pode nos dar bem a medida de que ao norte de Pernambuco o plantio da mandioca já estava bem consolidado. Talvez isso se devesse ao fato de que esta parte da conquista estivesse menos vulnerável aos ataques luso-brasileiros. Não foi à toa que o pequeno comércio, já visto no capitulo anterior, teve início naquela área, que incorporava a jurisdição de Goiana. Na própria ilha de Itamaracá, já é sabido que o incremento da produção de víveres, incluindo a farinha, já se fazia desde antes da vinda de Nassau e do Alto Conselho. Já as freguesias ao sul de Pernambuco, como é o caso de Serinhaém, ficaram até 1636, e mesmo depois, sujeitas aos ataques das tropas luso-brasileiras vindas da Bahia. Muitos militares a serviço da Companhia andavam nas matas do sul a destruírem e causarem terror à população local, fato este que já foi bem documentado.

A produção de farinha da jurisdição de Olinda também era bem menor do que a da capitania de Itamaracá. Ficava em torno de 2.320 alqueires. Curioso é que a produção da freguesia da Várzea do Capibaribe, apenas 253 alqueires, contra 828 da freguesia de Santo Amaro e 876 de Muribeca. Isto talvez se explique pelo fato de que na Várzea a produção de açúcar tivesse retornado de forma efetiva, uma vez que lá, por essa época, aproximadamente 50 engenhos moíam. Sobravam terras para a mandioca?[25] Na jurisdição de Olinda, ao contrário da Capitania de Itamaracá, o número de engenhos moentes era na ordem de 12 ou treze unidades (de um total de 20). Logo, sobravam terras para a mandioca.

Até o momento, pudemos observar que o conhecimento das condições de produção de farinha pelas diversas freguesias demandava algum tempo, de forma que houve, conforme condições específicas, diferenças na produção de cada uma. Outro dado importante é que as chuvas poderiam influir no resultado final do fornecimento da quota de mandioca. Enquanto a parte sul da capitania de Pernambuco, zona climática conhecida como Mata Úmida, o índice pluviométrico era alto, ao norte de Pernambuco, a Mata Seca propiciava, pela menor quantidade de chuvas, uma maior produção de farinha. Logo, o clima funcionava como uma

---

vruchtbaerheijdt als desselfs sullent samem aen de compagne binnen den tijt van een maent uitleveren 3.200 alquer farinha".

[24] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 26/07/1639.

[25] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 23/08/1639. Na qual se lê: "Alsoo de Schepenen van Olinda met haer districten nos lijsten hebben overgelevert hoe veel farinha de volgende freguesias os souden leveren uit de mandioques die boven de 8 maenden out sijnd te weeten: Moribequa (876 alquires); St Amaro (828), de Varges (253 ½), Biberibe (76 ½); Paratibi ende Jagoaribi (285)".

importante variável na produção da "munição de boca".

Parece que a farinha não era suficiente para abastecer os soldados das guarnições. Em novembro de 1639, o Alto Governo recebia notícias dos comandantes dos efetivos das guarnições de Serinhaém, Una, Alagoas, Porto Calvo e até mesmo da Paraíba, que diziam que os moradores não vinham fornecendo farinha (*dat sij geen farinha naer de eijsch ofte nootdruft voor de guarnisoenen van de inwoonders connen becomen*).[26] Viviam apenas com um pouco de pão de trigo. Assim, as "necessidades das guarnições", sendo mal atendidas, faziam soçobrar os sonhos da WIC de ocupação do Nordeste.

As guarnições acima esperavam ansiosamente pela chegada de suprimentos dos Países Baixos. Por isso, percebe-se que, muito embora não estejamos nos "tempos difíceis" de Wanderbuch, o problema do abastecimento das tropas continua no Brasil nassoviano. A tentativa de racionalizar a produção de farinha não encontrava o sucesso na prática.

No caso do Nordeste, se havia divergências entre os modelos de colonização, português e holandês, como bem observou Sérgio Buarque de Holanda, as dificuldades de abastecimento local laçaram com igual força a coroa portuguesa e a Companhia das Índias Ocidentais.[27] Se havia plano de abstecimento da WIC para a ocupação do Nordeste, o mesmo não incluía o abastecimento sistemático das tropas com a farinha local. Foi só com o correr da presença no Brasil que o Conselho Político e, posteriormente, Nassau adotaram um "plano emergencial" de abastecimento. Dessa forma, portugueses e holandeses se assemelhavam pelo fato de agirem segundo as necessidades do momento. Assim sendo, portugueses e neerlandeses se assemelhavam no pragmatismo. Nassau não transpôs o problema do abastecimento, herança de seus antecessores.

A falta de víveres para as tropas limitava a expansão neerlandesa no Nordeste como veremos no exemplo a seguir. Em maio de 1635, o Conselho Político justificava a dificuldade em se enviar um maior efetivo para operações no litoral da Bahia da seguinte forma:

> O fato de não podermos mandar mais soldados imediatamente está relacionado, de um lado, com a grande falta de provisões que nós temos neste país e, por outro, porque os marinheiros dos navios que se encontram em Barra Grande estão sendo utilizados na ocupação de Porto Calvo em

---

[26] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 08/11/1639. Quem enviou as cartas se referindo às dificuldades do abastecimento de farinha nas diversas guarnições foram o Coronel Coin (Serinhaém), o Capitão Preston (Una), Major Piccart (Paraiba), Capitao Preston (São Lourenço), Major Mansfeld (Alagoas) e o Diretor Bas (Porto Calvo).

[27] Segundo Sérgio Buarque de Holanda, "o sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se, ao contrário, na organização de um sistema eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores contra princípios tão dissolventes. [...] O que faltava em plasticidade aos holandeses sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e coesão social". Ref. *Raízes do Brasil*, p. 62.

> campanhas terrestres. [28]

Numa outra ocasião, em setembro de 1635, o Conselho Político festejava a expulsão das tropas luso-brasileiras do Rio Grande do Norte até São Gonçalo. Mas lamentava a presença das tropas comandadas por Matias de Albuquerque e o Conde de Bagnuolo ao norte de Alagoas. Para derrotá-las, pensavam os conselheiros políticos e os oficiais militares que deveria se fazer uma grande ofensiva que contasse com embarcações bem abastecidas. Após várias conjecturas e reuniões, concluíram os administradores o que se segue:

> Nós compartilhamos da opinião de que uma embarcação bem abastecida é difícil de se arranjar, principalmente porque lugares como a Paraíba e o Cabo de Santo Agostinho devem ser abastecidos urgentemente com víveres e outros bens [...]. [29]

Na mesma ata do governo holandês mencionada logo acima, o Conselho Político deixava exposto a herança do mau abastecimento que legariam a Nassau na seguinte passagem:

> [...] se levou em consideração que o exército deverá ser abastecido continuamente de farinha e animais, assim como outros lugares que quase não têm mais nada. Para realizar esta operação quase não teríamos mais dinheiro em caixa e os portugueses não querem vender a crédito porque muitos já estão lhes devendo. Levando em conta alguns assuntos, torna-se claro porque o conselho terminou a reunião neste ponto e que os outros pontos serão discutidos na próxima reunião depois que tenhamos discutido sobre este problema.[30]

Estes exemplos citados acima nos mostram bem as limitações da expansão territorial batava em função da dificuldade de aprovisionamento. Da mesma forma, algumas décadas antes, os portugueses sentiram nas suas campanhas de conquista da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Maranhão.

A importância dada à farinha de mandioca por Nassau encontra mais um precendente na administração que o antecedera nas proposições do conselheiro Jacob Stachouwer. Apresenta-nos uma *notulen*:

> O Senhor Stachouwer proprõe, tendo em vista que nós não temos condições de comprar bastante farinha por causa da escassez de meios líquidos e tendo em vista que a farinha de trigo que chegou aqui em abundância não é tão nutritiva como a farinha de mandioca, se não é aconselhável fazer uma troca da farinha de trigo pela farinha de mandioca com os portugueses [...] o mesmo foi aprovado sob a condição de que no mínimo a troca seja feita pela mesma quantidade de farinha de mandioca que temos em farinha de trigo,

---

[28] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 29/05/1635.
[29] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 13/09/1635.
[30] Idem.

isto em benefício da Companhia. [31]

Em 1640, o medo do mau abastecimento das tropas holandesas chegava num momento em que o iate *Siara* trazia ao Recife a informação de que os espanhóis preparavam uma armada para atacar o Recife.[32] Nas recomendações que foram dadas aos comandantes de diversas guarnições, um delas era de que deveriam, através de seus aprovisionadores, juntar toda a farinha disponível para a possível utilização em campanhas. Assim fez os Comissários de Bens Hondius e Alber Gerritz com a farinha do Cabo de santo Agostinho. Era necessário ter provisões para os 12 navios que serviam na ocasião no Brasil.[33]

Apesar das reclamações dos chefes das diversas guarnições, em novembro de 1639 na Paraíba, os escabinos mandavam dizer que poderia se esperar muito da contribuição da capitania, porém não informando a quantidade de farinha a ser produzida.[34] O aviso vinha em boa hora para as *guanisioen* (guarnições) que estavam estacionadas lá. Um mês depois, o conselheiro Daniel Alberti informava que se esperasse, num curto prazo, a quantia de trezentos alqueires de farinha. A população local, na falta do produto, se sustentava com milho e bananas.[35]

De uma forma geral, pouco se sabe acerca da adaptação dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais à farinha de mandioca. É possível, contudo, que nem todos os soldados se afeiçoassem à raiz. Pelo menos na crônica de Pierre Moreau, a farinha de mandioca "causa aos europeus, quando se alimentam sempre dela, o mesmo efeito: ataca e ofende o estômago e, com o correr do tempo, corrompe o sangue, muda a cor e debilita os nervos".[36]

A tentativa de se aumentar a produção de farinha imposta por Nassau, nunca atingiu um nível satisfatório. José Antônio Gonsalves de Mello descreveu bem este desconforto ao tratar da constante insuficiência na sua distribuição. Nas fortificações, a situação da carência de víveres chegava a tal ponto que Nassau afirmou: "aí até os ratos morrem de fome nos armazéns".[37] O autor de *Tempo dos Flamengos* tratou a política de produção direcionada de farinha de mandioca implementada por Nassau como um sinal de preocupação dele em relação à monocultura. Dessa forma, "apesar, porém, de todas as dificuldades, de todos os vexames suportados pelos moradores e da insuficiência das colheitas, Nassau

---

[31] Idem, 08/04/1636.
[32] Idem, 13/11/1639.
[33] Idem. Eram os navios De Witte Leeu, Tertoolen, d'Eendragt, de haes, Westwouderkerk, De Prins, Prins Hendrick, de Hoope, de Saeijer, de Stockvis e Soutkas.
[34] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 21/11/1639. Onde se lê: "De schepen van Paraiba van wegen de gemeente der selver Capitanie remonstreren dat haer landen soo veel farinha met connen uitgeven als tot behouff van guarnisoen ende haere families van noode hebben…"
[35] IAHGP. *Coleção José Higyno*. Dagelijckse notulen. 21/12/1639.
[36] MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979, p. 46.
[37] IAHGP. *Coleção José Higino*. Brieven em Papieren uit Brasilie. 1640. onde se lê: "in forten sonder vivres, daer de ratten in de magasijnen van honger sterven".

persistiu na sua política de incrementar a produção de farinha, combatendo, como podia, os efeitos da monocultura".[38]

Para Gonsalves de Mello, havia mesmo "um programa" de Mauricio de Nassau para combater a monocultura, tendo como principais opositores os senhores de engenho.[39] A atividade açucareira, com toda a sua complexidade, exauria a mão-de-obra escrava. No final das contas, não dava tempo aos escravos de trabalharem na plantação e corte da cana e, na entresafra, produzir a finta de 500 covas exigidas pela administração superior.[40] Vale salientar que os lavradores ficavam com a obrigação de fornecer 1000 alqueires de farinha.

Outro aspecto a ser considerado seria, talvez, a insuficiência de mão-de-obra escrava para o cultivo da mandioca. Para os anos de 1638, 39 e 40, o número de escravos vendidos em Pernambuco era de, respectivamente, 1.711, 1.802 e 1.188. Parece muito, mas parece também que este número de escravos para o período em questão não satisfazia ainda a demanda para a produção total dos engenhos da conquista. Para ser ter uma ideia, a população escrava em Pernambuco antes da chegada dos holandeses era de aproximadamente 5.000 almas. No auge da importação de escravos para Pernambuco, os holandeses puderam contar com pouco mais de 5.500 deles, no ano de 1644. [41]

Na tensão do cotidiano, as notícias que vinham de fora da conquista poderiam interferir no deslocamento de um determinado efetivo de uma para outra região. Consequentemente, o local que "abrigava" a tropa, pela proximidade, deveria fornecer a farinha necessária. Em início de 1640, a WIC teve "muitas informações de que os inimigos estavam armados com 56 velas e havia se alojado em Alagoas vindos da Bahia". Dentre essas embarcações, havia 33 navios de guerra (*oorlogschepen*). Como mesmo informou a *brieven,* tal esquadra "estava destinada a permanecer naquela costa com o fim único de fazer guerra". Diante desse quadro, instalou-se o medo e as medidas para o abastecimento foram tomadas. Desde janeiro, as tropas do major Mansveldt estiveram em Alagoas, retirando-se logo em seguida para Porto Calvo, onde os moradores foram intimados a fornecerem mais farinha. Parece que aí as tropas de Mansveldt receberam muita farinha (*heeft ons seer veel farinha uitgelevert*). Estas situações exigiam bastante do abastecimento das tropas. Especificamente, nessa mesma época, soube-se no Recife que Filipe Camarão e Capitão Barbalho haviam cruzado

---

[38] MELLO. Op. cit. p. 152.

[39] Idem, p. 153.

[40] Segundo Mello, "já ficou referido que, em 1637, os Vereadores da Câmara de Olinda previram uma fome geral, porque os moradores haviam alugado os seus negros para a plantação de canaviais. Em 1639 os senhores de engenho e lavradores alegaram que não poderiam plantar, ao todo, 500 covas de mandioca por escravo nos meses de janeiro e agosto, porque em agosto e setembro os negros estavam ocupados com o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc."

[41] WAETJEN. Op. cit. p. 487. Sobre o numero de escravos encontrados pelos holandeses em Pernambuco quando da invasão em 1630, considerou Hermann Waetjen: "muito longe estavam de satisfazer às carências de trabalhadores escravos para o serviço agrícola na colônia".

o Rio São Francisco com um efetivo de 1.500 homens, indo se estabelecer em Alagoas. Diante desse quadro, o Major Cornelis van der Brande escrevia ao Alto Conselho no Recife, pedindo medidas com relação ao aprovisionamento. Van der Brande estava no limite da conquista, no Forte Maurício.[42]

Essas notícias mobilizavam todas as fortificações holandesas. Por extensão, os moradores ficavam de sobreaviso. Diante desse quadro de medo e tensão, não fica difícil imaginar que o incremento da produção de farinha por Nassau tivesse se dado mais pela necessidade de abastecimento imediato das tropas do que mesmo pela preocupação do príncipe em acabar com os malefícios da monocultura. Homem de Guerra, prático nas estratégias, Nassau saberia bem procurar alternativas para encontrar recursos locais de abastecimento. Antes mesmo de vir ao Brasil, ele estava bem informado do hábito da plantação de farinha pelos moradores.

A insuficiência do abastecimento de farinha de mandioca pode ser percebida pela falta da farinha de trigo. Em meados de 1641, Nassau e o Alto Conselho confirmou claramente que "o trigo é o mais necessário de todos os mantimentos e é o que agente mais espera que se traga".[43] A expectativa do "pessoal de guerra" (*krijsvolck*) pode indicar mesmo a preferência que os soldados da WIC tinham pelo trigo em detrimento da farinha de mandioca. Isso reforça a opinião exposta acima por Pierre Moreau, da inadaptabilidade dos soldados da Companhia à raiz da terra.

As dificuldades alimentares do "pessoal de guerra", contraditoriamente, geravam algum dividendo para a própria Companhia, uma vez que na falta de comida, "gastavam os seus *penningen* nos armazéns" da Companhia. [44] A dieta era complementada pelo estoque de peixe enviado dos Países Baixos que remanesciam nos armazéns da WIC. A carne de boi atingia um alto preço em razão da carência de animais. Muitos deles estavam sendo utilizados em atividades nos engenhos (moagem e carro de boi). [45]

A farinha de mandioca poderia também alimentar os escravos nas viagens de volta ao Brasil. Nessa perspectiva, o aumento do tráfico de escravos a partir da conquista de São Jorge da Mina pela WIC poderia ter demandado uma quantidade cada vez maior de farinha. A troca deste produto por escravos pode ter sido, o que não foi regra, efetuada a partir da segunda década do século XVII em Angola pelos

---

[42] IAHGP. *Coleção José Higino*. Briven en Paieren uit Brasilien. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX.

[43] IAHGP. *Coleção José Higino*. Brieven en papieren uit Brasilie. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 1641. Onde se lê: "Het meel is het noodigste van alle vivres, dat best kan verwaert worden, ende aen den man gebracht worden".

[44] Idem, "…dan hare penningen in de magasijnen te besteeden. Met de stockvis die bij Uwe Ed e. gesonden wort…"

[45] Idem.

portugueses.[46]A viagem entre Angola e Recife durava aproximadamente 35 dias, já a de El Mina e Recife demorava mais um pouco. Era necessário prover os escravos durante, pelo menos, mais de 30 dias. Dada a situação de penúria porque passavam os soldados da WIC no Brasil, não é de se surpreender que os editais para plantação de mandioca exigidos por Nassau e o Alto Conselho a partir de 1639 fossem para os escravos do tráfico. Soma-se o fato de que, dependendo de onde viessem no interior da África, é bem possível que alguns escravos não tenham se adaptado à dieta da farinha de mandioca nas viagens e no Brasil num momento imediato.[47] O tempo que os navios europeus ficavam nos portos africanos até completarem a carga de escravos requeria da WIC a manutenção de víveres para a tripulação, agravando assim o abastecimento das tropas.[48]

No contexto de Pernambuco, em algumas situações, poderia haver "cooperação" entre produtores de açúcar (senhores de engenho e lavradores) e a WIC. Em dezembro de 1643, pouco tempo entes do retorno de Mauricio de Nassau aos Paises Baixos, houve uma série de reclamações dos senhores de engenho e lavradores das freguesias da Várzea do Capibaribe em relação à baixa produtividade de açúcar pela perda de escravos doentes de bexiga (*De sterste uit de Bexigas ofte kinderpocken, die de negros in soo grooter quantitijt weggenomen heeft [...]*). Em vista disso, a companhia forneceria escravos aos plantadores em troca de farinha de mandioca (*welcke labradores de compagnie negros sal mogen geven om daervoor met farinha betaelt te worden*).

A troca de escravos por farinha foi extendida a outras freguesias. Para resolver o caso, Nassau e o Alto Conselho deviam enviar duas pessoas a todas as freguesias para escolher os lavradores com maiores perdas de cativos.[49] Parece que, dessa forma, Nassau podeira obter farinha para o abstecimento de suas tropas.

Se havia falta de farinha de trigo para o abastecimento dos soldados da

---

[46] Idem, p.864. Sobre os números do comércio de escravos, tem-se como valor estimado a quantidade de pouco mais de 23 mil "peças de negros" (*stucks negros*) entre os anos de 1636 e 1645. O auge da importação de escravos se deu no ano de 1644 (5.565), coincidentemente o último ano da presença de Nassau no Brasil. [46] Mas o local de onde provinham os escravos vindos para o Brasil não eram os mesmos. Mesmo após a conquista de Luanda, em 1641, muitos escravos provinham dos portos mais ao norte, da Costa da Guiné, Mina, dos portos de Calabar, do Cabo Lopez e de Ardras. Antes da conquista de Angola, em 1641, e mesmo bem antes de se dedicarem ao tráfico negreiro, conheciam bem os portos ao sul do Cabo Lopez para adquirir, sobretudo, marfim. Mesmo estabelecidos na Mina e em Axim, a WIC procurava controlar, como destacou Alberto da Costa e Silva, "os escoadouros do ouro". O mesmo também observou que, mesmo em El Mina, os holandeses iam pegar escravos, sobretudo na Senegâmbia para não esbarrarem nos territórios dominados pelo manicongo.

[47] COSTA E SILVA. *A manilha e o Libambo:* a África e a escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 870.

[48] Segundo Alberto da Costa e Silva: "Era comum que um navio chegasse a um porto e nao encontrasse senão alguns poucos escravos disponiveis. Tinha com frequência de esperar semanas ancorado para pôr a bordo uma ou duas dezenas, muitas vezes a adquirir as peças por unidade, dia a dia. Em geral, velejava de ancoradouro em ancoradouro, ao longo do litoral, a comerciar em cada um deles, nisto podendo ganhar meio ano, antes de completar a carga". Op. Cit. p. 867-868.

[49] IAHGP. *Coleção José Higino*. Brieven en Papieren uit Brasilien. Dez/1643.

WIC no Brasil, sobretudo no período nassoviano (1637-1644), isto de deve a uma série de fatores. Na Europa, a Guerra dos Trinta Anos diminuía a produção em muitos territórios. As próprias disputas no seio da Companhia das Índias Ocidentais, cuja crise financeira já se esboçava ao longo da década de 30, tornavam o abastecimento de trigo para o efetivo do Brasil cada vez mais escasso.

Evaldo Cabral de Mello ressaltou bem a fracassada política para a obtenção de farinha de mandioca levada a cabo por Nassau mediante o pagamento de uma quota. Em alguns casos, frisou o mesmo, o produto era obtido através da violência. Tal atitude por parte do governo holandês teria provocado muita insatisfação da população local, que passou a sabotar a política de quotas da WIC.[50] Contrariando a perspectiva de Hermann Waetjen, segundo a qual "farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar",[51] Evaldo C. de Mello, baseado em Frei Manuel Calado, reforçou o abastecimento de farinha para os soldados de Angola, São Jorge da Mina e São Tomé.[52]

Gaspar Barléus observou bem que "declaravam os portugueses que outrora nem o Brasil os havia provido de vitualhas, sendo preciso pedi-las a Portugal ou aos ribeirinhos do São Francisco".[53] Numa *generale missive* analisada por Gonsalves de Mello, consta que:

> S. Excia. [Nassau], tendo refletido nessa questão e inquieto com a demora na remessa de socorros e temendo que agora e no futuro todo este Estado possa estar ameaçado, pois que, não obstante os editais publicados acerca da plantação de mandioca, a farinha continua por um alto preço, propôs em nossa reunião de 28 de julho o povoamento das Alagoas, sustentando ser este o único remédio para evitar a fome neste país, pois que os portugueses informaram que, antigamente, enquanto as Alagoas estiveram despovoadas, sendo necessário que os viveres viessem de Portugal, do Rio de Janeiro e de outros lugares longínquos.[54]

Pelo exposto acima, percebemos que a necessidade de aumentar a produção de mandioca através da ocupação efetiva de Alagoas foi um problema percebido pelos portugueses desde o início da colonização no século XVI. Mais uma vez, a necessidade de ocupação dessa parte da conquista mostrou, pela falta de viveres (sobretudo a farinha de mandioca) o fracasso da política de abastecimento implementada por Nassau.

Hendrick de Moucheron foi indicado por Nassau e pelo Alto Conselho para administrar a região de Alagoas, Porto Calvo e São Miguel bem como para estudar as perspectivas em se recolonizar a região. O estudo de Moucheron conclui

---

[50] Idem, p. 205. O autor considera que "não foram só os lavradores de mandioca a sabotarem a política governamental, que criou a insatisfação em todo o meio rural, sendo mencionada por Calado entre as causas do movimento restaurador de 1645".
[51] WAETJEN, Hermann. Op. cit., p. 447.
[52] MELLO. Op. cit., p. 204.
[53] Idem.
[54] Idem, p. 117.

relatando que: "Dantes era tão grande a abundância de farinha que, muitas vezes, o alqueire se vendia aí por um schelling, porquanto produziam mensalmente oito mil alqueires, de sorte que havia uma grande navegação para a exportação de viveres para o Recife".[55]

O problema do abastecimento de farinha já se revelou deficitário desde o seu inicio. Num relatório feito pelo Alto Conselheiro Adrien van Bullestrate verificou-se a seguinte situação na freguesia do Cabo de Santo Agostinho:

> Fiz vir a minha presença os fintadores da freguesia, a saber, Albert Garritsz Wedda, Filipe Paes e Luis de Paiva, os quais declaravam que todas as semanas fintavam 34 alqueires [de farinha], que entregavam ao comissário. Feita a conta, verificou-se que os soldados da guarnição não presisavam senão de 24 alquires. Ouvido a respeito, o comissário esclareceu que ele ainda não tinha recebido toda a finta e que quando recebia mais do que precisava, vendia em proveito da Companhia. [56]

Longe do Recife, as relações entre funcionários da WIC e fintadores eram conflituosas. Ao mesmo tempo, muitos moradores que não produziram farinha de mandioca na mesma freguesia do Cabo se justicicavam perante a WIC com a desculpa de "fortes chuvas caídas nos meses de inverno e também a grande estiagem", que terminaram por estragar os roçados.

Podemos ver que a boa ideia de Nassau em se produzir mais farinha, ideia essa tão reverenciada por Barléus, não funcionava na prática. Em Ipojuca, a produção semanal ficava em torno de 12 alqueires, segundo o mesmo relatório. As notas do conselheiro Bullestrate também se referiram à farinha que foi encontrada em mal estado de conservação no Forte Maurício (margem do São Francisco). A providência que seria tomada a esse respeito foi de trazer víveres dos armazéns do Recife. Enfim, muito embora o sobretido relatório de viagem de Adrien van Bullestrate trata-se de diversos assuntos, a preocupação em fiscalizar o fornecimento de farinha para as guarnições era uma constante. Essa cobrança recaía, sobretudo, nos ombros dos escabinos.

As urgências das operações militares requeriam farinha em quantidades que nem sempre poderiam ser levantadas. Em meados de 1640, Nassau dava conta ao Conselho dos XIX acerca da necessidade de farinha para os navios que por hora cruzavam a costa, além de alertar para o fato de que a farinha se estragava (no caso dos soldados que marchavam em terra), ao menor sinal de umidade (*de shepen op de cust cruydende, ofte op tochten gaende moeten broot hebben, de soldaten te landwaert in marchierende, om dat de minste natticheiijt de farinha bederft*...).[57] Percebe-se que o problema não dizia respeito apenas à obtenção de farinha mas,

---

[55] Idem, p. 135.

[56] Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 [sic] de dezembro de 1641 até 24 de janeiro do anoseguinte de 1642. In: MELLO. Op. cit., 148.

[57] IAHGP. *Coleção José Higino*. Brieven em papieren uit brasilie. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 07/05/1640.

sobretudo, à conservação da mesma. A mandioca podia, por fim, se estragar tanto nas campanhas militares nos "tempos de chuva" (*regenen tijten*) como nos armazéns.

As situações expostas nestas observações acerca da vida militar no Brasil holandês, tanto a navegação fluvial como do abastecimento das tropas nos apresentam uma Companhia das Índias Ocidentais vacilante em algumas questões que envolvem o bom governo. Enfim, resumo da experiência brasílica: tropas à míngua e a logística inconstante.

"VENDEDORES DE CRISTÃOS": O RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA A COMPANHIA NEERLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

Bruno Romero Ferreira Miranda[*]

> Ocorreu, então, na cidade de Midelburgo, um episódio curioso com dois rematados velhacos, que naquele país se chamam vendedores de cristãos, pois toda a sua arte está em enganar os jovens estrangeiros, que observam, e persuadi-los a fazer a viagem das Índias; seduzem-nos e lhes descrevem os países distantes como um paraíso terrestre, que proporciona todas as felicidades desejáveis; prometem uma grande fortuna; retêm-nos em suas casas com grande estima e fornecem-lhes dinheiro até o momento da partida, quando mandam apreender e reter os ordenados desses tolos, logo que embarcam, pela despesa feita em sua casa, contada ao quádruplo daquilo que vale. Procedem de tal modo que, em dois meses, fazem-nos gastar o que no futuro só poderão ganhar em dois anos.
>
> Pierre Moreau, *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses* (1651).[1]

Em fins da década de 40 do século XVII, o francês Pierre Moreau, escolhido como secretário de um dos membros do governo neerlandês do Brasil, Michiel van Goch, por sua vez nomeado para compor o novo governo da conquista após a saída de Nassau em 1644, juntamente com Walter van Schonenburgh e Hendrik Haecxs, escreveu em *Histoire des derniers troubles du Brésil* algumas breves informações a respeito da atuação dos alistadores de soldados para as Índias, chamados por ele de "vendedores de Cristãos" (*vendeurs de Chrestiens*). Pouco depois da publicação da versão francesa do relato de Moreau, em 1651, foi feita em Amsterdã uma tradução neerlandesa – *Klare en Waarachtige Beschryving van de leste Beroerten en Afval der Portugezen in Brasil* – na qual o tradutor J. H. Glazemaker utilizou-se de outro termo para traduzir as palavras de Moreau

---

[*] Doutor em História pela Universidade de Leiden, Países Baixos.

[1] MOREAU, Pierre. "Histoire des derniers troubles du Brésil". In: *Relations véritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Brésil: avec l'histoire de La dernière guerre faite au Brésil entre les Portugais et les Hollandois: trois relations d'Egypte, et une du royaume de Perse*. Paris: Augustin Courbé, 1651, p. 193-195; Versão neerlandesa de 1652: Pierre Moreau. *Klare en Waarachtige Beschryving; Van de leste Beroerten en Afval der Portugezen in Brasil*; *Daar in d'oorsprong dezer zwarigheden en oorlogen klarelijk vertoont worden*. Amsterdam: Jan Hendriksz. en Jan Rieuwertsz. Boekverkopers, 1652, pp. 86-87; Para a citação em língua portuguesa, foi utilizada a tradução para o português: MOREAU, Pierre. "História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses". In: FREIRE, Francisco Brito. *Nova Lusitânia*, *História da Guerra Brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 135-136 (Cd-Rom).

referentes aos alistadores de soldados para as Índias: *zielkoper*, ou seja, "comprador de almas". Glazemaker não se confundiu ao traduzir "vendedores de Cristãos" por "compradores de almas", uma vez que ele quis se referir a pessoas envolvidas em um sistema oficioso de agenciadores que trabalhavam no fornecimento de gente de baixa patente para as companhias de comércio neerlandesas das Índias Ocidentais e Orientais. Eles circulavam pelos portos e ruas de cidades neerlandesas e procuravam abordar desempregados e estrangeiros recém-chegados à República das Províncias Unidas com a intenção de atraí-los com falsas promessas para o serviço das companhias de comércio.[2]

Os recrutadores descritos por Moreau possivelmente eram donos de alojamentos – por sua vez conhecidos como "proprietários de gente" (*volkhouders*) ou "proprietários de albergue" (*gasterijhouders*) – e procuravam fazer com que seus convidados ficassem hospedados em suas acomodações até que eles gastassem todo o dinheiro que tinham e passassem a consumir a crédito enquanto aguardavam o período de recrutamento. Quando o tempo de alistamento chegava, eram então forçados a entrar a serviço de umas das companhias comerciais para pagarem seus débitos. Se as contas dos seus hóspedes fossem tão elevadas que eles não pudessem pagar com o dinheiro recebido pelo recrutamento – usualmente dois meses de salário adiantados –, os recrutados eram impelidos a assinar uma "carta-transporte", ou *transportbrief*, [3] também frequentemente referida como *transportceel*, que permitia ao portador sacar dinheiro da conta do recrutado ao final do tempo de serviço ou uma vez ao ano,[4] de forma a saldar o débito com o dono do estabelecimento onde havia ficado alojado. Essa espécie de nota promissória normalmente era revendida a terceiros ou para os credores do dono do alojamento, que compravam a carta por um valor abaixo do débito atestado na cédula. Por causa da revenda da *ceel*, esses indivíduos passaram a ser chamados de *zielverkopers*, ou "vendedores de alma". A palavra *ceel* – cédula – foi alterada, no jargão popular, para *ziel* – alma –, ou seja, *zielverkoper* e *zielkoper*, que significam respectivamente "vendedor de alma" e "comprador de alma".[5] Durante o século

---

[2] BOXER, Charles Ralph. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. [London, 1965] London: Hutchinson, 1977, pp. 81-83; ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping: Financial Bonds of Seamen Ashore in the 17th and 18th Century". In: BRUIJN, J. R.; Bruyns, W. F. J. (Eds.). *Anglo-Dutch Mercantile Marine Relations 1700-1850. Ten Papers*. Amsterdam/Leiden: Rijksmuseum 'Nederlands Scheepvaartmuseum' Amsterdam/Rijksuniversiteit Leiden, 1991, p. 125.

[3] Glazemaker chama as cartas-transporte – *transportbrieven* – de cartas de dívida (*schultbrieven*). MOREAU, Pierre. *Klare en Waarachtige Beschryving; Van de leste Beroerten en Afval der Portugezen in Brasil*, p. 87.

[4] Período de tempo para o saque da conta daqueles recrutados pela Companhia das Índias Orientais. É de se supor que a WIC seguisse regras similares à VOC. KETTING, Herman. *Leven, werk en rebellie aan boord van Oost-Indiëvaarders (1595-1650)*. Amsterdam: Aksant, 2002, pp. 63-64. ALPHEN, Marc van. *Handel en wandel van de transportkoper. Opkopers van VOC-transportbrieven in Enkhuizen (1700-1725)*. Amsterdam: Doctoraalscriptie geschiedenis Universiteit van Amsterdam, 1988, p. 84.

[5] KETTING, Herman. *Leven, werk en rebellie aan boord van Oost-Indiëvaarders (1595-1650)*, p. 63-64; ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 127; GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur. Duitsers in dienst van de VOC (1600-1800)*. Nijmegen: SUN, 1997, p. 137.

XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, havia pouca diferença entre compradores e vendedores de almas. Normalmente, os primeiros também eram ativos aliciadores/recrutadores e mantinham as *transportbrieven* de seus "hóspedes" com eles. Além disso, eles compravam as notas promissórias de outros aliciadores menos afortunados. Só por volta de 1660 a compra de notas desenvolveu-se em uma profissão distinta.[6]

As páginas seguintes serão destinadas a uma melhor compreensão de como funcionava esse sistema não oficial de fornecimento de gente de baixa patente para a Companhia das Índias Ocidentais. Porém, essa forma de recrutamento não era a única maneira de obter pessoal, uma vez que a Companhia também se valeu de empréstimos de pessoas recrutadas pelos Estados Gerais (o parlamento da República das Províncias Unidas), de gente recrutada individualmente nas casas da Companhia das Índias espalhadas nas Províncias Unidas e de pessoas arregimentadas por militares comissionados pela Companhia, de forma que nem todos os recrutados haviam sido impelidos pela ação de *zielverkopers* ou *volkhouders*.

***

O artigo II do "Privilégio Concedido pelos Senhores Plenipotenciários dos Estados Gerais à Companhia das Índias Ocidentais" (*Octroy bij de Hooghe Mogende Heeren Staten Generael verleneent aende West-Indische Compagnie*) dava à WIC autonomia para recrutar – utilizando-se do nome dos Estados Gerais – "Gente de Guerra" (*Volck van Oorloghe*) "para todos os serviços necessários e conservação dos locais" sob seu jugo.[7] Portanto, a Companhia podia recrutar pessoas para seu exército da maneira como julgasse mais conveniente. Além disso, conforme o artigo V do mesmo "Privilégio", a WIC também podia receber, em caso de necessidade, empréstimos de tropas dos Estados Gerais para defender o comércio e as terras ocupadas, com a condição de que os homens fornecidos fossem pagos e mantidos pela Companhia.[8] Empréstimos desse tipo foram observados em 1639, quando os Estados Gerais cederam à Companhia mil homens, cuja maior parte era proveniente de companhias alemãs que serviam ao exército da República (o *Staatse Leger*). Em contrapartida, a WIC devia pagar 20 florins a cada capitão "por cabeça" (*voor ieder hooft*) recrutada, dívida esta nunca

---

[6] JACOBS, Jaap. *New Netherland. A Dutch Colony in Seventeenth-Century America*. Leiden: Brill, 2005, pp. 51-52; VAN ALPHEN, Marc A. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 79-80; 130.

[7] *Octroy By de Hooghe Mogende Heeren Staten Generael verleent aende West-Indische Compagnie in date den derder Junij 1621. Mette Ampliatien van dien, ende Het accord tusschen de Bewint-hebberen ende Hooft-participanten vande selve Compagnie, met approbatie vande Hoog: ende Mog: Heeren Staten Generael ghemaeckt*. 's Graven-Haghe: By de Weduve, ende Erfghenamen van wijlen Hillebrant Jacobssz. Van Wouw, Ordinaris Druckers vande Hog: Mog: Heeren Staten Generael, 1623.

[8] *Octroy By de Hooghe Mogende Heeren Staten Generael verleent aende West-Indische Compagnie in date den derder Junij 1621*, artigo V.

paga.[9] No ano de 1647, um novo empréstimo de tropas foi concedido à WIC. Dessa vez, os Estados Gerais autorizaram o envio de 6.000 homens ao Brasil. Essa tropa seria recrutada entre 80 companhias do *Staatse Leger*. Mas não mais que dois mil e quinhentos homens foram enviados ao Brasil, incluindo outros recrutados pela Companhia. Esses homens faziam parte da expedição de socorro comandada pelo Almirante Witte Cornelisz. de With que chegou ao Recife no início de 1648.[10]

Em suas memórias, Alexander van der Capellen – que foi presidente do comitê para assuntos das Índias Ocidentais – fez comentários a respeito desse empréstimo de tropas para a WIC e da maneira como os comissários de recrutamento dos Estados Gerais foram às guarnições do *Staatse Leger* procurar por capitães voluntários para a expedição de socorro ao Brasil. Como mencionado, o número de voluntários para a expedição foi muito reduzido em relação ao esperado porque havia pouco ânimo entre soldados e oficiais em aceitar o serviço. Havia ainda muito descontentamento entre os capitães por conta de dívidas pendentes com os Estados Gerais e resistência em servir no Brasil, onde a revolta dos moradores já havia estourado desde meados de 1645. Segundo Van der Capellen, a abordagem dos comissários aos militares também foi errada, principalmente em relação aos oficiais, ameaçados de demissão caso fossem relutantes em aceitar o trabalho no Brasil. Em outra passagem, Van der Capellen menciona que os Estados Gerais, na tentativa de aumentar a quantidade de voluntários, tentou estimular os capitães com um prêmio pecuniário de 4 *Reichsthalers*[11] pelo recrutamento de 50 "cabeças". Dessas 50 "cabeças", 33 seriam recrutadas pelos capitães, 10 pelos tenentes e 7 pelos alferes.[12]

---

[9] JACOBS, Jaap. "Soldaten van de Compagnie: het militair personeel van de West-Indische Compagnie in Nieuw-Nederland". In: EBBEN, Maurits; WAGENAAR, Pieter (red.) *De cirkel doorbroken. Met nieuwe ideeën terug naar de bronnen. Opstellen over de Republiek*. Leiden: Instituut voor Geschiedenis. Leidse Historische Studiën 10, 2006, p. 135; Ver também: VAN DER CAPELLEN, Alexander. *Gedenkschriften van jonkheer Alexander van der Capellen, Heere van Aartsbergen, Boedelhof, en Mervelt. Beginnende met den Jaare 1635, en gaande tot 1654*. Tweede Deel. Utrecht: J. v. Schoonhoven en Comp., 1778, p. 39.

[10] VAN DER CAPELLEN, Alexander. *Gedenkschriften van jonkheer Alexander van der Capellen,* pp. 189; VAN HOBOKEN, W. J. "Een troepentransport naar Brazilië in 1647". In: *Tijdschrift voor Geschiedenis*. Groningen: LXII, 1949, pp. 100-101; VAN HOBOKEN, W. J. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*. Amsterdam: N.V. Noord-Hollandsche Uitgevers Maatsschappij, 1955, p. 40-43. Nas Províncias Unidas, no início do século XVII, era comum que muitas pessoas não utilizassem nomes de família. Muita gente identificava a si mesma com patronímicos. Jan Jansz., por exemplo, era filho de um homem chamado Jan. Como era incomum pronunciar o patronímico inteiro, nesse caso Janszoon (filho de Jan), era comum abreviar nomes escritos omitindo o "oon"ou "zoon" (filho) para "ss.", "sen.", "szen" ou "sz." e encurtar "dochter" (filha) para "dr." Foram adotadas como padrão as abreviações "sz." (*zoon*) e "dr." (*dochter*) para as pessoas que usavam patronímicos.

[11] *Reichsthaler ou Rijksdaalder* era uma moeda neerlandesa equivalente a 48 *stuivers*. Vinte *stuivers* correspondem a um *Gulden* (florim).

[12] CAPELLEN, Alexander van der. *Gedenkschriften van jonkheer Alexander van der Capellen,* pp. 188-192; HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, p. 40-43.

Ao observar essa maneira de proceder dos comissários de recrutamento dos Estados Gerais é possível perceber semelhanças com a forma usada pelos Estados Gerais para recrutar suas próprias tropas, o que normalmente era feito através do fornecimento de companhias, batalhões e regimentos inteiros contratados a particulares, muitos dos quais capitães e oficiais de alta patente que forneciam seus serviços a quem necessitasse de pessoal militar.[13] Nesse período, o recrutamento de grupos inteiros de militares era corrente em vários locais da Europa, inclusive na República das Províncias Unidas. De acordo com Frank Tallett, no início da Idade Moderna, existiam dois métodos para recrutar gente de guerra: a concessão de comissões para alistamento e a elaboração de contratos para recrutamento. No primeiro procedimento, um governo apontava um capitão para recrutar um número determinado de homens de uma determinada área do território. Na segunda forma, o governo negociava a "entrega" de tropas, recrutadas fora das fronteiras territoriais do governo, em um determinado local e tempo, em troca de pagamento estipulado em um contrato. Apesar da diferenciação entre as duas maneiras de recrutar, pode-se considerá-las variações de um mesmo tipo. Tanto no recrutamento via comissão, quanto no alistamento por contrato, o capitão ou um oficial de patente mais elevada – comissionado ou contratado – comandava uma companhia ou regimento que ele havia recrutado. Ele era uma espécie de empresário que havia investido em sua companhia/regimento e procurava obter lucro através da venda de comissões, imposição de taxas para promoção, retenção de parte do soldo e outros métodos como botim e pilhagem. Cada um dos capitães ou oficiais tratava suas companhias/regimentos como se fossem suas propriedades.[14] As companhias e/ou regimentos inteiros contratados a particulares normalmente tinham origem em algumas das áreas do mercado internacional de tropas: Estados Alemães, Itália, Suíça, Países Baixos, Escócia e Irlanda. Na chamada "capitulação" (*capitulatie*), como os contratos eram nomeados, eram determinadas quantas tropas seriam recrutadas e onde elas deveriam ser recrutadas, quanto tempo de serviço os recrutados prestariam, quais seriam os oficiais apontados para comandar o(s) grupo(s) reunido(s), quando as companhias deviam

---

[13] ZWITZER, H. L. "*De militie van den staat*"*: het leger van de Republiek der Verenigde Nederlanden*. Amsterdam: Van Soeren & CO, 1991, p. 40-41; NIMWEGEN, Olaf van. *"Deser landen crijchsvolck". Het Staatse leger en de militaire revoluties (1588-1688)*. Amsterdam: Uitgeverij Bert Bakker, 2006, pp. 40-43; BRANDON, Pepijn. "Finding solid ground for soldier's payment. Military soliciting and brokerage practices in the Dutch Republic (1648-1795)". In: *XVth World Economic History Congress, The spending of the States. Military expenditure during the long eighteenth century: patterns, organisation and consequences, 1650-1815*. Utrecht, 2009.

[14] ANDERSON, M. S. *War and Society in Europe of the Old Regime, 1618-1789*. England: Leicester University Press/Fontana Paperbacks, 1988, p. 45-46, 49-50; TALLETT, Frank. *War and society in early-modern Europe, 1495-1715*. London: Routledge, 1992, p. 69, 72; Sobre o uso das companhias como propriedades privadas ver também: ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. [1959] São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1992, p. 304.

estar completas e onde elas seriam passadas em revista.[15] Esse sistema de recrutamento via particulares existiu na Europa até fins do século XVIII, mas as atividades desses "empresários militares" chegaram ao auge nas décadas de 20 e 30 do século XVII, quando comandantes chegaram a recrutar, por conta própria, regimentos ou mesmo exércitos inteiros.[16]

Apesar da existência de um grande mercado de guerra na Europa, são poucas as informações a respeito da contratação de regimentos inteiros por alguma das companhias de comércio neerlandesas. Isso talvez esteja relacionado ao fato de que a República recebia grande quantidade de estrangeiros, sendo estes absorvidos por elas sem a necessidade de recrutar gente no exterior. Mas como devia haver momentos de maior ou menor oferta de mão-de-obra, além da concorrência com o mercado de trabalho local e entre as próprias companhias, a solução era buscar tropas fora das fronteiras das Províncias Unidas. No século XVIII, por exemplo, a VOC contratou temporariamente a um duque alemão um regimento de infantaria de dez companhias de 175 homens e uma companhia de artilharia. Sabe-se também que em fins do século XVIII, recrutadores da VOC atuaram por áreas de Oostende e Dunquerque.[17] Ainda no século XVIII, a *Directie van Suriname* – chamada inicialmente de *Sociëteit van Suriname* –, companhia privada neerlandesa que colonizou o Suriname e da qual a WIC deteve controle parcial, tentou recrutar pessoal – por intermédio de um duque alemão – em cidades na fronteira da República. Por volta de 1780, a *Directie van Suriname* começou a contratar gente para seu exército nos Estados Alemães. Em 1783, um acordo com um príncipe alemão de Salm-Kyrburg, na Renânia, também garantiu à *Directie* mais de 800 recrutas.[18]

Em relação à WIC, excetuando os empréstimos supracitados, poucas foram as evidências de que a Companhia recrutou agrupamentos inteiros de militares à maneira como se fazia na República. Quando Van der Capellen, em outra passagem de suas memórias, escreveu que a Companhia tinha contratado, em 1639, cerca de 1.300 a 1.400 homens, ele não mencionou a forma como esses homens foram recrutados. Mas quando Van der Capellen falou do empréstimo de mil homens oriundos de diversas companhias alemãs do exército da República, ele especificou que a WIC precisou pagar aos capitães por cabeça emprestada, ou seja, a Companhia passou a ter uma dívida com os capitães que possivelmente recrutaram seus homens através de um contrato lançado anteriormente pelos Estados Gerais.[19]

---

[15] NIMWEGEN, Olaf van. *"Deser landen crijchsvolck"*, p. 40-41; ZWITZER, H. L. "*De militie van den staat*", p. 42.
[16] ANDERSON, M. S. *War and Society in Europe of the Old Regime, 1618-1789*, p. 47-48.
[17] GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, p. 130.
[18] LOHNSTEIN, M. J. *De Militie van de Sociëteit c.q. Directie van Suriname in de achttiende eeuw*. Velp: Scriptie Rijksuniversiteit Utrecht, 1984, p. 5; 70-71.
[19] CAPELLEN, Alexander van der. *Gedenkschriften van jonkheer Alexander van der Capellen*, p. 39.

Portanto, a WIC utilizou o "Privilégio" outorgado para recrutar, através de um empréstimo, um agrupamento inteiro de militares e esses, por sua vez, tinham sido recrutados da maneira vigente na República das Províncias Unidas, isto é, através de concessões para alistamento dadas a oficiais ou por meio do estabelecimento de contratos para entregas de grupos específicos de militares. Talvez tenha sido embasada nessa autonomia para recrutar que a WIC, em meados de 1633, "comprou" um regimento inteiro de "soldados experientes" do Príncipe de Orange para enviar de reforço ao Brasil. O documento não é claro a respeito da "compra", que deve ter sido uma espécie de aluguel de militares.[20] A WIC podia ainda buscar grupos inteiros de militares fora das Províncias Unidas. Em 1646, por exemplo, cogitou-se recrutar 900 militares no "Reino da Inglaterra". Um major, Jacob de Clair, seria enviado e auxiliado por um comissário da Companhia que lá residia, Thimoteus Cruso. O plano não parece ter sido concretizado.[21]

Todavia, a Companhia também se valeu de uma forma de recrutamento distinta – e menos custosa – dos empréstimos de tropas aos Estados Gerais, da compra de companhias inteiras a particulares e do possível arregimentamento de tropas no exterior. Isso nos faz voltar ao episódio descrito por Pierre Moreau, já que a WIC se utilizou dos *zielverkopers* – ou *volkhouders* – para pôr gente em suas fileiras. No evento descrito pelo cronista, seis jovens franceses foram abordados em Midelburgo por dois aliciadores que intentaram seduzi-los com propostas de glórias e vantagens a serem adquiridas com a viagem às Índias. Os aliciadores perguntaram aos franceses se eles não queriam "imitar tantos belos jovens que empreendiam a viagem ao Brasil" e continuaram a falar de mais benefícios a serem obtidos com a futura viagem ao dizer que "o país era em si mesmo excelente, a guerra boa, os neerlandeses tinham predomínio sobre os portugueses e se enriqueciam com os seus bens, que estavam entregues ao saque". Os jovens franceses puderam se safar da investida dos aliciadores de Midelburgo, pois um deles tinha acabado de chegar do Recife e avisara aos outros recém-chegados da França sobre a realidade da conquista.[22]

A maior parte dos convidados dos aliciadores devia ser de gente desempregada ou ex-empregada das Companhias de Comércio que, por iniciativa própria ou através de um recrutador, viajava em busca de ocupação para alguns dos portos ou locais onde existiam casas da Companhia – sítios estes escolhidos pelos *zielverkopers* para pôr em ação suas práticas. As duas categorias requeriam uma abordagem diferente, embora o plano fosse simples: atraí-los para as suas

---

[20] A tropa "comprada" foi cedida temporariamente ao Príncipe de Orange, adiando o envio desse pessoal ao Brasil. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, 08-07-1633.

[21] Os militares iriam compor a frota de socorro ao Brasil após o início da rebelião dos moradores, iniciada em meados de 1645. WINTER, P. J. van. *De Westindische Compagnie ter Kamer Stad en Lande*.'s-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1978, p. 152-153, nota 47. Para mais detalhes do plano e do procedimento, ver: NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 2, 25-04-1646.

[22] MOREAU, Pierre. "História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses", p. 135-136.

acomodações ou de seus patrões – *volkhouder* – e fazê-los consumir alimentos, bebidas, fumo, ter encontros com prostitutas que lá coabitavam e envolvê-los em jogos de azar até que seu dinheiro acabasse.[23] Então, os hóspedes passavam a viver de crédito até que a WIC ou a VOC abrissem um dos seus escritórios para recrutamento. Assim, os aliciadores compeliam e levavam seus clientes para serem recrutados em troca do recebimento do dinheiro devido pelo alojamento, alimentação e equipamento de viagem fornecido. Como mencionado, o dinheiro para o pagamento dos *zielverkopers* era normalmente oriundo dos dois meses de salário adiantados pagos antes do embarque dos recrutados (*2/m op de hand*)[24] e, quando necessário, as *transportbrieven* eram feitas para o pagamento de dívidas – muitas vezes calculadas exageradamente – ainda pendentes com os donos dos alojamentos. Nessas *transportbrieven*, os recrutados indicavam que os saldos das suas contas deveriam ser transferidos para os portadores, alguns dos quais ex-credores.[25]

Nas vizinhanças de onde atuavam os aliciadores, alojamentos, bares e bordéis compunham uma mistura difícil de ser diferenciada. Em 1644, antes de assinar contrato com a WIC para ir ao Brasil, Peter Hansen, junto com um amigo, possivelmente passou por um desses locais. Lá, eles foram encaminhados pela "dona da casa" para um jardim na parte posterior do recinto onde foram servidos de vinho por "uma moça tão elegantemente vestida que qualquer um teria pensado que se tratava de uma senhora da nobreza". Na verdade, tratava-se de uma prostituta disposta a oferecer seus serviços aos dois forasteiros. Hansen disse ter fugido do recinto quando outra moça o abordou, por ainda ser "muito jovem e sem experiências nesses assuntos".[26] Foram nesses tipos de acomodações, criadas para dar abrigo a pessoas que procuravam emprego ou diversão, que os proprietários de alojamentos, tabernas e bordéis construíram, no decorrer do século XVII, uma

---

[23] ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 125, 131.

[24] NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.41, 1654: "*Betaelt aen 42 soldaten voor 2/m op de hand volgens volle gheteeckent*"; Stadsarchief Amsterdam (SAA), Notarieel Archief (NA), 694/50, 06-03-1632: "[...] *dat de WIC, de soldaten bestemd door Brazilie en West Indie, gelijk monstert en op de hand betaalt hetgeen bedongen is*"; Outros exemplos do recebimento desse dinheiro foram observados em: RICHSHOFFER, Ambrosius. "Reise nach Brasilien 1629-1632". In: Naber, S. P. l'Honoré. *Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegsleuten im Dienst der Niederländischen West- und Ost-Indischen Kompagnien 1602-1797*. I. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1930, p. 5; Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In Ozment, Steven. *Three Behaim Boys. Growing Up in Early Modern Germany*. New Haven/London: Yale University Press, 1990, p. 263-264.

[25] ALPHEN, Marc van. *Handel en wandel van de transportkoper*, p. 10-11; ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 125-127; GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, p. 31, 137; KETTING, Herman. *Leven, werk en rebellie aan boord van Oost-Indiëvaarders (1595-1650)*, p. 55, 62-64.

[26] HANSEN, Peter. "Memorial und Jurenal von alles was auff meine Reiße, mir selber wiederfahren, ansonsten gepassert, von Tage und Dato verzeichnet, angefangenn Anno 1643". In: IBOLD, Frank; JÄGER, Jens; KRAACK, Detlev. *Das Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624-1672)*. Neumünster: Wachholtz Verlag, 1995, p. 65.

espécie de reservatório de emprego para a VOC e para a WIC.[27] Entre os clientes, como já mencionado, estavam ex-empregados das companhias de comércio neerlandesas. Em geral, aqueles que não tinham deixado a família para trás eram cobiçados pelos donos de alojamento por terem acabado de receber o dinheiro referente aos anos de serviço passados nas Índias. Alguns desses homens desembarcavam dos navios, sacavam o dinheiro de suas contas nos escritórios das Companhias e, em seguida, instalavam-se em hospedarias e bordéis, onde levavam algumas semanas vivendo faustuosamente, o que lhes rendera o apelido de "nobres das seis semanas", em uma alusão ao tempo usual para que desperdiçassem todo o dinheiro ganho em anos de trabalho nas Índias.[28] O folclore em torno dos viajantes das Índias era tão grande que acabaria influenciando alguns historiadores que escreveram sobre os ex-funcionários das companhias neerlandesas de comércio. Eles acabaram sem mencionar que nem todos os contratados pertenciam a esse grupo de solteiros beberrões, amantes do álcool e das prostitutas – isso considerando forçosamente que todos os não casados e casados agissem da mesma maneira após o retorno.[29]

O alemão de Nuremberg, Stephan Carl Behaim, antes de embarcar para o Brasil, em 1636, foi parar num desses alojamentos de Amsterdã. Apesar de não existir nenhuma prova direta de que ele fora vítima de um *zielverkoper*, ele fora ameaçado e assediado para pagar as dívidas contraídas em um alojamento. Conforme escreveu ao meio-irmão, ele também se sentia como um prisioneiro em seu alojamento, possivelmente por conta da vigilância feita pelo dono do alojamento ou por funcionários do estabelecimento onde estava. Como não tinha condições de pagar a dívida e seu credor estava negando-lhe qualquer ajuda financeira, ele foi obrigado a entrar a serviço da WIC. Stephan Carl, dado o estilo perdulário, era o tipo ideal para ser presa dos agentes de recrutamento: tinha forte inclinação para jogatina, era dado a bebedeiras e era um possível frequentador de bordéis.[30] Sua dívida com o mantenedor do seu alojamento chegara aos 225

---

[27] KETTING, Herman. *Leven, werk en rebellie aan boord van Oost-Indiëvaarders (1595-1650)*, p. 63.

[28] BOXER, Charles Ralph. *The Dutch Seaborne Empire*, p. 78; ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", Op. cit., p. 125; POL, Lotte C. van de. *Het Amsterdams hoerdom. Prostitutie in de zeventiende en achttiende eeuw*. Amsterdam: Uitgeverij Wereldbibliotheek, 1996, p. 141.

[29] HEIJDEN, Manon van der; HEUVEL, Danielle van den. "Sailors' families and the urban institutional framework in early modern Holland". In: *The History of the Family*. Volume 12, Issue 4, 2007.

[30] Carta de M. Jacobus Tydaeus para Lucas Friederich. Altdorf, 22/06/1629 (carta número 12); Carta de Hans Christoph Coler para Lucas Friederich, Mainz. 11/04/1633 (carta número 45); Carta de Stephan Carl para Maria Magdalena Baier. Amsterdã, 21/08/1635 (carta número 53); Carta de Stephan Carl para Lucas Friederich. Amsterdã, 10/10/1635 (carta número 54); Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys. Growing Up in Early Modern Germany*. New Haven/London: Yale University Press, 1990, p. 178; 236-237; 253-254; 258; 263-264.

florins, que somada a outros gastos com seu principal credor aproximara-se de 300 florins.[31]

Por conta da incerteza da sobrevivência dos seus clientes e da demora para poder sacar em dinheiro o valor da dívida, muitos *volkhouders* repassavam as *transportbrieven* recebidas como garantia de pagamento da dívida contraída. As *transportbrieven* eram lavradas por elevadas somas de dinheiro que só podiam ser sacadas em um escritório de pagamento nos Países Baixos se o contratado tivesse fundos suficientes de saldo e se seu empregador tivesse informação suficiente sobre sua conta. Meses e anos passavam-se para que esses dados fossem obtidos. Como resultado, os donos de alojamentos precisavam esperar por um longo tempo para reaverem o dinheiro investido e isso acarretava uma perda de lucro. Se o recrutado morresse ou desertasse, o dono do alojamento ou o portador da *transportbrief* não poderia sacar o dinheiro ou poderia obter apenas o saldo adquirido pelo tempo trabalhado. Como os mantenedores de gente não eram afortunados e precisavam de dinheiro para pagar pela comida, bebida e equipamento que tinham comprado a crédito de seus fornecedores, eles terminavam repassando a cédula por um valor mais baixo, embora em espécie, o que lhes renderia a alcunha de *zielverkopers*.[32]

Vendedores e compradores de *transportbrieven*, além de seus financiadores, lucravam com o recrutamento. Mas eram os contratados das Companhias que pagavam a conta. Seriam eles que iriam passar vários anos nas Índias para quitar seus débitos, cujas quantias muitas vezes eram elevadas para os salários recebidos. De acordo com Marc van Alphen, por volta de 1640, *transportbrieven* de marinheiros saídos de Amsterdã para as Índias Orientais, cujos salários giravam em torno de 9 florins, acusaram dívidas de 90 florins. Os valores das dívidas aumentaram gradualmente no decorrer dos anos, apesar de os diretores da VOC terem estipulado um valor limite.[33] Casos individuais de vários recrutados da Companhia das Índias Ocidentais mostram os valores das dívidas deixadas no período de embarque entre os anos de 1625 a 1655. Cinco pessoas que navegaram para Guiné, em 1625, atestaram em cartório deverem somas por dívidas com alimentos e empréstimos a Bartel Jansen e que ele ou os portadores da obrigação (*obligatie*) poderiam requerer, dos salários a vencer, as quantias devidas aos administradores da WIC em Amsterdã.[34] O cadete naval Anthoni Tournemine, de

---

[31] Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 263-264.

[32] ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 127. Ver também: LOHNSTEIN, M. J. *De Militie van de Sociëteit c.q. Directie van Suriname in de achttiende eeuw*, p. 77-78.

[33] JACOBS, Jaap. *New Netherland*, p. 52-53; ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 127; GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, p. 137-139. O valor limite variava de acordo com a patente do recrutado. ALPHEN, Marc van. *Handel en wandel van de transportkoper*, p. 11.

[34] SAA, NA, 485/map 4/61, 16-08-1625 (27 florins); SAA, NA, 485/map 4/62, 16-08-1625 (36 florins); SAA, NA, 485/map 4/63, 16-08-1625 (18 florins); SAA, NA, 485/map 4/64, 16-08-1625 (18 florins); SAA, NA, 485/map 4/65, 16-08-1625 (14 florins); Porém, não se sabe se Bartel Jansen era dono de

Paris, que partiu para os Novos Países Baixos, autorizou Michiel Chauvyen, dono da hospedaria "Os três mercadores" (*De Drie Cooplieden*), a receber 135 florins da WIC por conta de 18 meses de "confinamento/cativeiro" (*gevangenschap*), quantia esta muito elevada para quem recebia em torno de 10 florins por mês.[35] Já o marujo Jan Jansz., após voltar do Brasil, para onde seguira em 1639, partiu novamente em 1645 e deixou uma declaração no notário de Amsterdã que autorizava Andries Claesz., mantenedor de estalagem de Amsterdã, a requerer e receber na WIC todos seus salários atrasados ganhos nos anos de serviço no Brasil.[36] Outro marítimo, Andries Andriesz., da Dinamarca, por causa de um débito autorizou sua "*slaapvrouw*" Cornelia Harmansdr. a receber dos administradores da WIC da câmara de Dordrecht e de outras eventuais câmaras da Companhia a quantia de 490 florins de seus ganhos como soldado e marinheiro em Angola.[37] Por fim, os soldados recém chegados do Brasil Olon Olderickx e Sijmon Pijckaert autorizaram Jan Gillisz. e sua esposa Anneken Jans a coletar dos Estados Gerais seis meses de salário, por terem se alojado na estalagem deles, "A Arma de Liège" (*'t Wapen van Luyck*).[38] Ao observar os valores devidos é possível entender porque essa forma de recrutamento tenha começado a apresentar efeitos negativos no recrutamento de pessoal. Homens que trabalhavam na Ásia começaram a desertar para escapar das dívidas que os atrelavam aos Países Baixos. Em decorrência disso, por volta de 1682, novos regulamentos passaram a limitar o valor máximo da dívida. A WIC também passou a estabelecer limites para os débitos de seus funcionários, embora não tenham sido encontradas referências a deserções ocasionadas por dívidas pendentes na República.[39]

Apesar de as ações dos *zielverkopers* terem sido responsáveis pelo fornecimento de gente para a WIC, a Companhia também recebeu indivíduos desejosos em se alistar, mas sem passarem necessariamente pelas mãos dos *zielverkopers*. A observação dos casos individuais de militares que foram ao Brasil não permite a obtenção de muita informação a respeito da chegada dessas pessoas aos Países Baixos e dos momentos antecedentes ao alistamento e embarque, período no qual podiam ser vítimas das ações dos "vendedores de cristãos". Tanto Stephan Carl quanto Peter Hansen ficaram em alojamentos de possíveis "mantenedores(as) de gente". As ameaças sofridas por Stephan Carl para o pagamento das dívidas e o pretenso encarceramento alegado por ele servem como

---

alojamento e se os devedores eram soldados ou marinheiros. Todos tinham partido para Guiné na embarcação "Os Três Reis" (*De Drie Coningen*).

[35] SAA, NA, 751/1st akte van 1637, 20-01-1637; Valor do soldo de um *adelborst* em 1647, de acordo com o panfleto: *Beneficien voor de Soldaten gaende naer Brasil*. s'Graven-Hage: Byde Weduwe, ende Erfgenamen van wijlen Hillebrandt Iacobsz van Wouw, Ordinaris Druckers van de Ho. Mo. Heeren Staten Generael, 1647; Jacobs, Jaap. 'Soldaten van de Compagnie', p. 133.

[36] SAA, NA, 1291/69v, 06-05-1645.

[37] *Slaapvrouw* é um termo para dona de pensão. Gemeentearchief Rotterdam (GAR), Oud Notarieel Archief (ONA), inv. nr. 213, 51/114, 26-07-1652.

[38] GAR, ONA, inv. nr. 231, 3/05, 22-06-1655.

[39] ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 127.

fortes indícios de que ele ficou no estabelecimento de um *zielverkoper*. Mas por ter um credor para bancar suas despesas, ele dirigiu-se para a casa da Companhia das Índias Ocidentais sem ter sido impelido diretamente por eles. Já Hansen menciona ter ficado no alojamento de uma viúva chamada Gertge Willems, na *Langestraat* – estabelecimento, diga-se de passagem, muito próximo à casa da Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdã, na *Herenmarkt* –, onde ele pagou dois *Reichsthalers* semanais pelo alimento consumido. No entanto, ele não menciona ter sofrido qualquer pressão por parte dela para se alistar. Diz apenas ter sido contratado na "Casa da Companhia" como soldado destinado ao Brasil.[40] Por sua vez, Johann Gregor Aldenburgk, Ambrosius Richshoffer, Caspar Schmalkalden e Lorenz Simon, contratados pela WIC como soldados para servir no Brasil, sequer falam onde passaram os seus primeiros dias.[41] Por isso é plausível dizer que nem todos foram enganados pelas palavras dos aliciadores e que alguns, enquanto buscavam trabalho, dirigiram-se a esses estabelecimentos pela simples falta de condições financeiras, pela dificuldade de encontrar alojamento nos Países Baixos ou por insuficiência de fundos para obter equipamentos para a viagem em uma das frotas. [42] Nesse sentido, a ação dos "mantenedores de gente" não era necessariamente negativa. Alguns recrutados podiam até mesmo estabelecer algum vínculo com seus hospedeiros. Talvez tenha sido o caso de Jacobs Bes, de Gdańsk. Antes de partir para a Guiné a serviço da WIC, ele deixou – sob a possibilidade de vir a falecer – seus salários ganhos e a vencer em testamento para sua "*slaapvrouw*" Suijtgen Claes, seu marido Bartelt Marckensen e filhos.[43] Não foi alegada uma dívida, como normalmente era feito nesses tipos de registros.

Voltando ao caso de Behaim, seu principal credor, Abraham De Braa, esperava inclusive que o jovem, haja vista os elevados custos de vida em Amsterdã, se visse forçado a se alistar em umas das companhias de comércio. Ele também havia recebido instruções da família de Behaim para não pagar nada ao mantenedor do alojamento de Stephan ou a qualquer outra pessoa até que ele

---

[40] HANSEN, Peter. "Memorial und Jurenal", p. 65-66; Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 263-264.

[41] Richshoffer comentou, no fim de seu diário, ter uma dívida pendente com uma pessoa de Estrasburgo. Possivelmente ele tomou dinheiro emprestado para ir à República em 1629. RICHSHOFFER, Ambrosius. "Reise nach Brasilien 1629-1632", p. 135; ALDENBURGK, Johann Gregor. "Reise nach Brasilien 1623-1626". In: NABER, S. P. l' Honoré. *Reisebeschreibungen von Deutschen Beamten und Kriegsleuten im Dienst der Niederländischen West- und Ost-Indischen Kompagnien 1602-1797*. I. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1930; SCHMALKALDEN, Caspar. *The voyage of Caspar Schmalkalden from Amsterdam to Pernambuco in Brazil*. [Gotha, 16??] Volume I. Rio de Janeiro: Editora Index, 1998; SIMON, Lorenz. *Prasilische Reise von einem Teutschen Soldaten in America, wie es ihm allda ergangen auch Leib und Lebens-Gefahr allda ausstehen müssen Nahmens Lorenz Simon aus Sachsen von Bernsdorff in Thüring*. Gedruck't im Jahr 1677.

[42] GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, pp. 136, 142, 144.

[43] SAA, NA, 834/38, 14-04-1627.

aceitasse o serviço na Companhia das Índias Ocidentais.[44] Segundo Roelof van Gelder, baseando-se principalmente em narrativas de recrutados pela VOC dos séculos XVII e XVIII, o preço semanal de um alojamento confortável e comida variava entre 3 e 5 florins por semana. Quem não chegava à República com o endereço de um conhecido ou parente, ou com alguns contatos para conseguir trabalho, ficava mais vulnerável à ação dos "apresadores de homens" (*Menschenfanger*) e tinha poucas chances de escolher o destino de viagem. Terminavam por assinar contrato para servir no primeiro lugar que oferecesse trabalho – fosse no Leste ou no Oeste. Aqueles com dinheiro para se manter – ou um credor, no caso de Behaim – podiam esperar pela melhor oportunidade e escolher no que iriam trabalhar e para onde viajariam. Zacharias Wagener, por exemplo, ficou hospedado na casa do famoso editor W. J. Blaeu e trabalhou com ele até que aceitou sua sugestão de seguir para o Brasil.[45]

Tanto os que estavam nas hospedarias de "vendedores de cristãos" quanto os voluntários passavam dias e até mesmo meses a aguardar pelo anúncio da abertura da seleção do pessoal militar de alguma das casas da Companhia das Índias. Quando a Companhia divulgava o início do processo de recrutamento, o que era feito através de homens que tocavam tambores e charamelas pelas ruas das cidades, os "mantenedores" levavam, sob escolta, seus hóspedes "com roupas bem cuidadas", já que queriam evitar que seus "clientes" fossem rejeitados, o que acarretaria em prejuízo certo.[46] Junto à massa, encontravam-se também voluntários não aliciados pelos *zielverkopers*.

Segundo Abraham de Braa, incumbido por Lucas Friederich – meio-irmão e tutor de Stephan Carl Behaim – de conseguir uma posição para o jovem na VOC ou WIC, o número de candidatos que esperavam entrar a serviço de uma dessas Companhias costumava ser tão elevado que era "necessário um esforço muito grande para acomodar todos" no recinto.[47] Tal descrição está de acordo com o que expôs Johann Gottfried Preller, contratado como cabo pela Companhia das Índias Orientais em 1727. Após entrar na casa da Companhia das Índias Orientais, Preller

---

[44] Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/03/1635 (carta número 52); Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 252, 262-263.

[45] Wagener trabalhou como encadernador ou desenhista de mapas. JACOBS, Jaap. *New Netherland*, p. 52; JOPPIEN, R. "The Dutch Vision of Brazil. Johan Maurits and his artists". In: BOOGAART, Ernst van den (Ed.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979, p. 319; GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, pp. 134-136, 140-141; WAGENER, Zacharias. "Kurze Beschreibung der 35-jährige Reisen und Verrichtungen" [1668]. In: *Dutch Brazil. The "Thierburch" and "Autobiography" of Zacharias Wagener*. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Index, 1997, p. 222.

[46] Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 263-264; Ketting, Herman. *Leven, werk en rebellie aan boord van Oost-Indiëvaarders (1595-1650)*, p. 66; ALPHEN, Marc van. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 128; GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, p. 143.

[47] Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/03/1635 (carta número 52). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 251.

disse ter havido muito tumulto entre os candidatos que se apertavam no pátio, empurravam-se, brigavam entre si e até mesmo desmaiavam, devido à grande quantidade de gente em um espaço restrito. Logo após a entrada de um número suficiente de homens, as portas do edifício eram fechadas. Aqueles que chegavam atrasados eram expulsos com violência. Segundo Van Gelder, os que conseguiam entrar no prédio eram admitidos um a um em uma sala onde administradores e oficiais ficavam sentados atrás de uma mesa questionando os candidatos sobre suas experiências, comandantes a que estiveram subordinados e postos a que aspiravam. Perguntas sobre a bússola e a respeito de exercícios militares eram feitas, respectivamente aos candidatos a marinheiro e a soldado, embora vários deles não tivessem muito a dizer. Homens contratados para funções mais especializadas, a exemplo de cirurgiões e artilheiros, deviam ser examinados com mais cuidado. Além dos questionamentos sobre suas carreiras militares, os candidatos também deveriam fazer vários exercícios corporais de forma a provar suas capacidades físicas.[48]

Outros relatos dão uma ideia diferente a respeito da disponibilidade de mão-de-obra para as companhias de comércio, o que pode ter relação com variações no mercado de trabalho.[49] Já foi mencionado que em 1647, na montagem da frota de socorro ao Brasil, os Estados Gerais emitiram ordens para que fossem feitas ofertas pecuniárias aos capitães e soldados do exército da República de maneira a induzir-lhes aceitar o serviço no Brasil. Até mesmo um panfleto foi emitido com uma relação de vantagens aos futuros soldados.[50] No final, a WIC foi incapaz de levantar o número inicialmente estipulado de soldados. A dificuldade pode ter relação direta com uma resistência a servir no Brasil após a revolta dos moradores.

Em momentos de dificuldades como esse, as companhias precisavam baixar os critérios de seleção. De acordo com o relato de Jörg Franz Müller, contratado como cadete (*adelborst*) pela VOC em 1669, mal lhe perguntaram o nome e local de origem. Müller, que sabia fazer armas de fogo, foi aceito pelo colégio de recrutamento sem que eles tivessem qualquer informação a respeito de suas outras capacidades profissionais.[51] Ambrosius Richshoffer, Caspar Schmalkalden, Peter Hansen e Zacharias Wagener não tinham qualquer experiência militar quando foram aceitos pela WIC, embora todos tenham sido admitidos como soldados rasos, ou seja, em posições não-comissionadas. Talvez por conta desse tipo de relato, Herman Wätjen, ao falar da origem dos recrutados, tenha dito que "os aliciadores da WIC aceitavam qualquer um que fosse capaz de carregar armas, quer se apresentasse espontaneamente, quer fosse atirado em seus braços pelos

---

[48] GELDER, Roelof van. *Het Oost-Indisch avontuur*, p. 31-33, 143.

[49] Nada foi escrito a respeito de possíveis competições por trabalhadores entre as companhias de comércio e mercado comum de trabalho nos Países Baixos. Portanto, é difícil mensurar o quanto a concorrência podia prejudicar o recrutamento da WIC.

[50] *Beneficien voor de Soldaten gaende naer Brasil*.

[51] KETTING, Herman. *Leven, werk en rebellie aan boord van Oost-Indiëvaarders (1595-1650)*, p. 66.

caprichos do acaso". Segundo Wätjen, Johan Maurits van Nassau-Siegen, governador do Brasil entre 1637 e 1644, pensava que a Companhia tratava um assunto de grande importância – o fornecimento de tropas – com negligência.[52] Nassau devia estar se referindo ao fornecimento irregular de tropas, mas o procedimento de seleção – em relação aos cargos não comissionados – também era problemático e não devia ter critérios de escolha muito elevados. Descrições como a de Jörg Franz Müller servem para mostrar que esses critérios de seleção das Companhias de comércio neerlandesas estavam mais diretamente relacionados com a necessidade de recrutar tropas, independentemente das qualificações pessoais dos candidatos. Ou seja, quanto maior a necessidade, menor a exigência e menos rigorosos os critérios de seleção.

Uma importante questão deve ser considerada a respeito do processo de seleção de militares: a utilização de redes de contato – ou clientelismo – para a obtenção de cargos na Companhia. Mais uma vez, o caso do jovem de Nuremberg, Stephan Carl Behaim, serve para exemplificar. Em uma das cartas enviadas pelo comerciante Abraham de Braa a Lucas Friederich, De Braa, após mencionar as possibilidades de trabalho existentes para Behaim na WIC e refletir sobre futuras dificuldades resultantes do "grande número" de candidatos que procuravam um posto naquela Companhia, disse ter "uma vantagem em encontrar um lugar para Stephan".[53] Quando Stephan Carl decidiu se alistar, De Braa o levou à casa da Companhia das Índias Ocidentais, onde "persistiu com tanto sucesso com os diretores que eles deram-lhe uma posição de oficial inferior, como eles não tinham no momento nenhuma posição superior". O comerciante, que inicialmente esperava que Stephan fosse para o Brasil como soldado, também conseguiu dos diretores da WIC uma recomendação para o coronel Christoffel Arciszewski, de forma a conseguir para Stephan uma posição na cavalaria.[54] Um carta anterior de Stephan para seu meio-irmão também mostra que o jovem esperava receber a recomendação de Ludwig Camerarius, embaixador da Suécia nos Países Baixos e amigo de Lucas Friederich, para conseguir a posição de alferes (*vaandrig*) – posto comissionado mais baixo na hierarquia militar. Behaim acreditava que sua experiência anterior na cavalaria, além da recomendação, o qualificaria para o posto.[55] Por fim, a intervenção de De Braa mostrou-se favorável para a obtenção do posto não-comissionado de cabo. Isso serve para mostrar que as relações pessoais e as redes de contato podiam ser mais importantes do que experiência e

---

[52] WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. *Um capítulo da história colonial do século XVII*. [1921] 3ª Edição. Recife: CEPE, 2004, p. 163-164, 382.

[53] Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/03/1635 (carta número 52). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 251.

[54] Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich. Amsterdã, 27/03/1635 (carta número 52); Carta de Abraham de Braa para Lucas Friederich, Amsterdã, 27/11/1635 (carta número 56). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 251, 263-264.

[55] Carta de Stephan Carl para Maria Magdalena Baier. Amsterdã, 21/08/1635 (carta número 53). In: OZMENT, Steven. *Three Behaim Boys*, p. 254.

qualificação. É possível que De Braa tenha intervindo a favor de Stephan sob a justificativa de que o jovem tinha experiência no exército sueco. Se o jovem de Nuremberg tivesse tentado obter uma posição na Companhia sem qualquer pessoa intercedendo a seu favor, poderia não ter conseguido algo melhor. Foi o caso de Lorenz Simon, que também havia servido no exército sueco, mas foi contratado apenas como soldado pela WIC, em 1640.[56]

Apesar da existência de regras para a contratação de pessoal, relações de parentesco e de amizade serviam como boas maneiras de indicação e aquisição de um posto. Baixas funções administrativas da WIC na América do Norte eram dadas a jovens parentes ou filhos de diretores, de forma que eles adquirissem experiência no ultramar. Isso também não impedia que alguns alcançassem melhores posições na Companhia por conta de suas habilidades individuais. No geral, as conexões familiares eram mais importantes do que experiência no ultramar, como pode ser observado na indicação dos diretores.[57]

Concluída a seleção, os contratados aguardariam uma nova chamada da Companhia. Após inspeção e prestação de juramento de fidelidade aos Estados Gerais e ao Príncipe de Orange, os homens seriam encaminhados aos portos, de onde partiriam para as Índias.[58] Antes, todavia, muitos teriam que ajustar contas com seus alistadores. Caso não pudessem quitar suas dívidas com o dinheiro recebido pelo recrutamento, teriam que assinar uma "carta-transporte" e deixá-la com o dono da hospedaria onde ficaram instalados.

Apesar dos indícios da atuação de "vendedores de cristão" no recrutamento de gente para o Brasil aparecerem em declarações e procurações notariais dos cartórios das cidades de Amsterdã e Roterdã – tais quais os referidos por Pierre Moreau –, é difícil precisar o quanto essa forma de alistamento representou em termos numéricos na arregimentação total de "gente de guerra" para a Companhia das Índias Ocidentais. De certo, pode-se dizer que esse sistema de recrutamento funcionou sem maiores problemas até por volta de 1740. Embora tivesse suas desvantagens, como as que contemporâneos como Pierre Moreau apontou, esse sistema não era totalmente desaprovado. Mesmo que os vendedores de almas taxassem seus hóspedes em elevadas somas de dinheiro e não os tratassem muito bem, seu papel como mediadores laborais e "vendedores por atacado" de gente para as Índias foi de valor inestimável, da mesma forma que as atuações de compradores de almas e seus financiadores.[59] Isso explica porque a Companhia das Índias Ocidentais utilizou-se desse sistema oficioso para contratar tripulações para suas frotas e militares para ocupar os territórios conquistados. O sistema, no

---

[56] SIMON, Lorenz. *Prasilische Reise von einem Teutschen Soldaten in America*.
[57] JACOBS, Jaap. *New Netherland*, p. 62-64.
[58] RICHSHOFFER, Ambrosius. 'Reise nach Brasilien 1629-1632', p. 5-6; Para ver o juramento de oficiais e soldados consultar o capítulo XV, páginas 61 a 63, da *Articul-Brief* da WIC. *Articul-Brief. Beraemt over het Scheeps ende Crijgs Volck. Ten Dienste van de Geoctroyeerde West-Indische Compagnie in Brasyl, Guinea, etc*. Groningen: Sas, 1640.
[59] VAN ALPHEN, Marc A. "The Female Side of Dutch Shipping", p. 127-128.

entanto, não devia suprir todas as necessidades da Companhia, visto os distintos recrutamentos utilizados – algo respaldado pela autonomia dada pelos Estados Gerais. Além de custar menos do que contratar grupos inteiros de militares a oficiais ou de obter empréstimos de militares dos Estados Gerais, a Companhia se beneficiava da atuação dos *vendeurs de Chrestiens* porque muitos dos homens contratados já partiam endividados para as Índias, o que mais na frente podia lhes forçar a reengajar para pagar suas dívidas, caso não tivessem desertado para se livrar delas.

"*EM MISERÁVEL ESTADO*": PORTUGAL, AS GUERRAS DE RESTAURAÇÃO E O GOVERNO DO IMPÉRIO (1640-1654)

Marcello Loureiro[*]

O propósito deste capítulo é discutir alguns aspectos acerca da gestão da monarquia pluricontinental portuguesa e de suas formas de deliberação política no contexto do pós-Restauração.[1] Tal contexto é especialmente interessante para o que se pretende, já que se traduz por uma conjuntura de crítica contundência, de guerra, dificuldades diplomáticas e exaustão financeira, em que a monarquia buscava uma nova organização administrativa e política, conformada pela criação de órgãos de assessoramento, a exemplo dos Conselhos de Guerra e Ultramarino, bem como da Junta dos Três Estados.

A estabilidade dos circuitos mercantis imperiais, centrados em Lisboa, foi fundamentalmente atingida após a Restauração dos Bragança de 1640. Em 1° de dezembro desse ano, por meio de um golpe, o Duque de Bragança fora aclamado como D. João IV, rei de Portugal em substituição a Filipe IV, de Espanha.[2] Nessa conjuntura, a situação lusa não era nada simples.

Na Europa, por exemplo, havia necessidade de por fim às guerras com Castela, de buscar reconhecimento internacional para a nova dinastia e de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino. Para suplantar todos esses óbices, era necessário constituir alianças no velho mundo, de modo que os Bragança fossem capazes de ingressar em um dos lados da instável e complexa balança de poder que se configurava no teatro internacional, marcado pela Guerra dos Trinta Anos.

Em meados do século XVII, havia um equilíbrio de forças precário na Europa. Desde 1618, como ápice das contradições geradas pela Reforma e pela Contra-Reforma, a Europa experimentava os conflitos dessa Guerra, de motivações materiais e religiosas. Os católicos liderados pela Casa de Habsburgo travaram uma guerra sem precedentes com cidades alemães, apoiadas inicialmente pela Suécia e Holanda, mas posteriormente pela França de Richelieu.[3]

---

[*] Doutorando e Mestre em História Social pela UFRJ. Editor da *Revista Navigator*, periódico semestral da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

[1] VALLADARES, Rafael. "Sobre reyes de inverno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más)". In: *Revista d'Historia Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, nº 15, 1995, p. 103-136; do mesmo autor: "Portugal y el fin de la hegemonía hispánica", in: *Hispania: Revista Española de Historia*. Madri: LVI, núm. 193, 1996, p. 517-539; e ainda: "De ignorancia y lealtad. Portugueses en Madrid, 1640-1670". In: *Torres de los Lujanes*, Revista n 37, 1998, p. 122-134.

[2] CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

[3] PARKER, Geoffrey (org). *La Guerra de Los Treinta Años*. Madri: Machado Libros, 2004.

Arranjos e rearranjos caracterizaram as frágeis alianças europeias, de acordo com instáveis conjunturas. No início da década de 1640, por exemplo, D. João IV deveria estabelecer avenças com os franceses antes que Filipe IV e Mazarino se entendessem; caso contrário, Portugal seria destroçado na península pela Espanha e, sem o apoio francês, no seu Império ultramarino pela Holanda, ou melhor, pela Companhia das Índias Ocidentais. Castela também tentou uma aproximação com os Estados Gerais nos encontros diplomáticos ocorridos em Münster e Osnabrück, de 1643. Excluído Portugal dessas negociações, seu vizinho na península prometia reconhecer como legítimas as ocupações holandesas em Luanda, Pernambuco, Ceilão e Insulíndia, enquanto a contrapartida holandesa seria a preservação do Império espanhol.[4]

Assim, as dificuldades diplomáticas lusas para se obter ajuda contra Castela eram imensas. Portugal não dispunha do apoio nem do Vaticano, porque este estava contundentemente pressionado por Filipe IV. O desafio para a diplomacia lusa era incluir Portugal na mesa de negociações que acabou se consolidando em Vestfália. Para tanto, jogava com os interesses das políticas externas inglesa, francesa e até flamenga.[5]

Não poderia, no entanto, esperar engajamento significativo de Londres, que experimentava uma guerra civil, cujo resultado foi a condenação, pelo Parlamento, de Charles I à morte.[6] Similarmente, a possibilidade de aliança com os franceses praticamente se esvaiu após a sua vitória na batalha de Rocroi (1643) contra os espanhóis; após este conflito, eles perceberam que não precisavam de contingentes portugueses para fazer frente às forças de Filipe IV. Por outro lado, a insurreição pernambucana que tivera início em 1645 agravava a já sensível relação entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.[7]

Sensível, porque se por um lado Portugal precisou por vezes do apoio flamengo contra a Espanha na Europa, por outro, dependia da reconquista de seus territórios ultramarinos sob domínio batavo para existir.[8] Não poderia provocar um ataque aberto à Holanda, uma vez que a Coroa tinha ciência de que não teria a menor condição econômica e militar de se envolver em um conflito dessa dimensão.[9] Os Estados Gerais das Províncias Unidas também não poderiam agir

---

[4] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 229-230.

[5] MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 31.

[6] HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Ed. Presença, 1985; do mesmo autor, *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Cia das Letras: São Paulo, 2001 e STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa. 1592-1642*. Bauru: Edusc, 2000.

[7] MELLO. Op. cit., p. 19.

[8] GODINHO, Vitorino Magalhães. "As Finanças Públicas e Estrutura do Estado". In: *Ensaios II sobre História de Portugal*. 2ª ed.. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 65-72.

[9] A defasagem entre o poder naval português e holandês era clara: enquanto os países baixos detinham 14.000 navios e 200.000 marinheiros, Portugal possuía 13 navios e 4.000 marinheiros. Tal defasagem era o argumento central do "Papel-Forte", consulta que o Padre Vieira escreveu com o propósito de

francamente contra Portugal, pois tinham interesse em preservar o comércio do sal com Setúbal, fundamental para sua indústria do arenque.[10]

Com efeito, não era interessante para a Espanha o desenvolvimento de uma guerra permanente contra Portugal, visto que já estava comprometida diplomática, econômica e militarmente na guerra contra a aliança franco-holandesa que se desenrolava na região de Flandres, na península itálica e na Catalunha, rebelada contra Olivares. A conjuntura, que era também muito delicada para a Espanha, fez com que Elliott afirmasse que, por essa época, "parecia de fato que o conjunto da monarquia espanhola estava à beira da desintegração".[11]

Às questões diplomáticas, fundamentais ao reconhecimento da dinastia de Bragança, somavam-se inúmeros outros problemas. Tanto no ultramar como no Reino, o primeiro estava vinculado à legitimação da nova dinastia no poder. O que poderia garantir ao novo rei que seus domínios não se manteriam fiéis a Filipe IV?

Em todo o Império, em seu momento fundacional, os Bragança precisavam afirmar sua legitimidade política, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.[12] Noutros termos, havia necessidade de se redefinir o pacto político entre o rei e seus vassalos, de modo a neutralizar a lealdade que tinham anteriormente ao monarca espanhol.

Toda essa redefinição dos pactos de vassalagem com a Coroa no contexto da Restauração causou profundas alterações na aristocracia reinol portuguesa. Conforme demonstra Nuno Gonçalo Monteiro, quase metade das principais casas desapareceu entre 1640 e 1670. Após as guerras, as Grandes Casas tituladas do Reino passaram a viver em Lisboa, a partir de então, uma Corte e uma elite fechadas, protegidas pela Coroa. Os Grandes muitas vezes perderam o seu poder militar, mas ganharam influência na Corte, ocupando, por exemplo, postos no Conselho de Estado.[13]

---

assessorar o rei: se Portugal não podia fazer frente aos castelhanos, como poderia somar ao seu problema os holandeses? MELLO. Op. cit., p. 138.

[10] Idem, p. 24 e BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 285.

[11] Cf. ELLIOTT, J. H. "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial,* Vol I. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 330.

[12] VALLADARES, Rafael. *Portugal y La Monarquía Hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". In: *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 30-34. Acerca da justificação para legitimar os Bragança no poder, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327 e FRANÇA, E. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

[13] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 110-113.

No Oriente, desde 1621, as complicações se agravaram. Com o fim da trégua com os holandeses, neste mesmo ano, eles tomaram a ilha de Banda. No ano seguinte, os persas dominaram Ormuz. Os holandeses pressionaram Macau em 1623 e 1626. Em 1631, os árabes e cafres arrasaram os portugueses em Mombaça, recuperada em 1632. Em 1634, em dissonância com a Companhia de Jesus, os japoneses não comercializaram mais com os portugueses em Macau, uma das principais fontes de prata e escoadouro da seda chinesa. De 1637 a 1644, os holandeses bloquearam a barra de Goa e, em 1638, iniciam a campanha do Ceilão, terminada somente em 1659. Ou seja, as condições da presença portuguesa no Oriente eram péssimas.[14] Assim, os holandeses "devastaram sistematicamente o comércio português asiático desde o golfo pérsico até ao Japão, e destruíram grande parte da longa cadeia de colônias costeiras portuguesas, conquistando-as uma a uma".[15] O resultado foi que a Companhia Holandesa das Índias Orientais conseguiu, em poucos anos, retirar dos portugueses o controle dos fluxos mercantis do cravo da índia e da noz-moscada das Molucas, da canela da costa do Ceilão e da pimenta do Malabar.

Na costa africana, a primeira ação eficaz dos batavos na África foi realizada em 1637, quando, após seis anos de guerras praticamente contínuas no Nordeste, os holandeses sentiram a ausência de negros para as lavouras de açúcar. Enviaram então uma expedição a Elmina, porto de embarque de escravos na Guiné, que cedeu após cinco dias de bombardeio. A perda de Angola, de maiores decorrências, foi consumada em agosto de 1641, quando os holandeses dominaram a praça africana de São Paulo de Luanda, sua capital.[16] A Companhia das Índias Ocidentais detinha, a partir de então, os lucros do tráfico negreiro: comprava os escravos em Angola por preços que variavam de 40 a 50 florins, revendendo-os nos leilões em Recife por 200 a 800.[17]

A partir de então, destituídos do espaço que permitia a oferta de negros à América, os fluxos que compunham os circuitos mercantis do Atlântico sul português estiveram seriamente ameaçados. A tomada de Luanda foi seguida pela de Benguela e de São Tomé, importante pela sua produção açucareira. Os holandeses ainda instigavam as populações nativas a se rebelarem contra os portugueses que organizaram uma frágil resistência no interior.

O comércio português no Rio da Prata, por seu turno, desintegrava-se na década de 1640. Sem dispor de escravos para comercializar, os agenciadores desse

---

[14] SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995 e GODINHO, Vitorino Magalhães. "Restauração". In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

[15] Cf. BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 119.

[16] WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, p. 154.

[17] Idem, p. 487.

trato não dispunham de seu mais lucrativo item.[18] Com isso, toda a área que dependia economicamente de Buenos Aires ficava menos irrigada pelo metal branco, havendo, pois, impasse na circulação monetária na Bacia do Prata. A carência de escravos também era problema sério para a produção de metal nas minas potosinas.[19]

Segundo uma advertência enviada ao monarca sobre a "conseruação do estado do Brazil sem prejuízo de partes com aproueitamento da fazenda Real de Portugal", a situação monetária da praça de Salvador era alarmante. Em 1641, estavam há dezesseis meses e meio sendo sustentados os exércitos de Camarão e Henrique Dias, resultando em uma despesa operacional de mais de cem mil réis por dia.[20] Tendo em vista que no Brasil subira o preço do açúcar, e no Reino baixara, os mercadores não o compravam, remetendo a Portugal dinheiro e o açúcar mínimo, suficiente apenas para a liquidação de dívidas. Conforme a advertência, em quatro anos já haviam sido exportados mais de 400 mil réis; e, nesse ritmo, "a dez patacas por cada pessoa", em breve não haveria nenhum dinheiro no Brasil e, por decorrência, soldados para sua defesa e conservação. Mesmo com os "efeittos" da Fazenda Real, como dízimos, imposições sobre o vinho, baleias, mel e aguardentes, vintenas e outras rendas e donativos, era impraticável se sustentar os soldados, que recebiam trinta réis ao dia, sem "dinheiro, em dinheiro". Apesar das "grandes opresois" que estavam sendo aplicadas a mercadores, a navegantes e, mormente, ao povo, a solução estava em se enviar quinhentos mil cruzados para o Estado do Brasil, uma metade para a Bahia e a outra para as capitanias do sul. Ainda de acordo com o documento, as moedas deveriam ser cunhadas de forma especial, diferentes das do Reino, para que somente fossem reconhecidas e valorizadas nesse Estado, não sendo assim dele exportadas. Destinar-se-iam a comprar exclusivamente o açúcar, pelo que renderiam cerca entre 50 ou 60% a mais. Ao fim, os quinhentos mil seriam transformados em setecentos e cinquenta mil. Restava apenas obter o dinheiro para o início da operação.[21]

Se as Guerras de Restauração traziam substancial carência monetária em todo o Império, a retração monetária na América, e a decorrente crise de liquidez,

---

[18] LAVAL, Francisco Pyrard de. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Porto: Civilização, 1944, p. 166-230; MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988; e LAPA, José R. do Amaral. *O Sistema Colonial*. São Paulo: Ática, 1994, p. 84.

[19] Informação de Maserati ao Rei de Espanha (janeiro de 1680). *Arquivo Geral de Simancas*: Estado, legajo 7058, doc. 14. Apud ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957, p. 91.

[20] "Auertencia pera conseruação do estado do Brazil sem prejuizo de partes com aproueitamento da fazenda Real de Prtugal pera se afeitar dentro de hum anno. Limoeiro de Lisboa, a 29 de março de 1644". Papeis Politicos – Cod 987 (K VII 3I), fl. 490-490 v. In: RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Vol. I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, doc. 69, p. 33-34.

[21] Cf. Idem.

era frequentemente explicada pelo desmantelamento do comércio com o Prata. Em um relatório sobre o Reino e o Ultramar, datado de 1643, o Padre Vieira enfatizava formalmente a importância ímpar de Angola, sublinhando a suposta vinculação entre a crise de liquidez por que passava a América portuguesa e a desagregação do comércio com Buenos Aires:

> O Brasil – que é só o que sustenta o comércio e alfândegas e o que chama aos nossos portos [do Reino] estes poucos navios estrangeiros que neles temos – com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro, e com a falta de Angola, cedo não terá açúcar, porque este ano não se recolheu mais que meia safra e no ano seguinte será forçosamente menos.[22]

Não custa ressaltar que Vieira resume nesse relatório exatamente os nexos mercantis constituintes do Atlântico, ao articular precisamente dois pontos vitais para a integração de toda a monarquia portuguesa: Angola e o Prata.

Em face de uma série de complexidades, pertinentes não somente ao Reino, mas também ao ultramar, a Coroa se defrontava com um enorme problema de gestão do Império. Por óbvio, as dificuldades não eram inexpressivas. Para além das complicações peculiares do contexto do pós-Restauração, tratava-se de governar um Estado vasto, com enorme extensão territorial, operada graças a uma conquista militar; em decorrência, governava-se também uma pluralidade de povos, portadores de distintas culturas.[23]

Contudo, g*estão* aqui não pode ser confundida com a adoção sistemática de uma política estatal eficiente, raciológica, que se traduza por uma espécie de administração pública weberiana. Ao contrário, conforme explica Nuno Monteiro, não é adequado falar de *governo* em Portugal para o período em questão.[24] Hespanha também sublinha que havia uma "'descerebração' dos governos 'modernos'", que, de fato, "não atingia apenas as relações entre os homens, mas também as relações materiais entre coisas ou, mesmo, paradoxalmente, os processos de decisão".[25]

De forma concreta, a gestão se traduz pelo próprio diálogo entre os Conselhos Superiores da monarquia, dotados de autogoverno, que discutiam a administração financeira, militar e patrimonial do Império. Sob o ideário da segunda escolástica, o Estado era polissinodal, ou seja, era composto por várias

---

[22] Cf. "Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa". Lisboa, em 3 de julho de 1643. In: VIEIRA, António. *Obras Escolhidas*. Vol. IV. Prefácio e notas de A. Sérgio e H. Cidade. Lisboa: 1951-1954, p. 7-8.

[23] DUVERGER, Maurice. "O Conceito de Império". In: DORÉ, A, et al. (orgs.). *Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 19-38.

[24] MONTEIRO, Nuno. *Elites e Poder*... Op. cit., p. 20.

[25] Cf. HESPANHA, António Manuel. "Porque é que foi 'portuguesa' a expansão portuguesa? Ou o reviosionismo nos Trópicos". In: SOUZA, Laura; BICALHO, Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 39-62, citações na p. 40 e 43.

cabeças, que não se vinculavam entre si.[26] Os processos decisórios, que dependiam inclusive das informações que circulavam sob o ritmo das velas dos navios, eram complexos e morosos: exame de cartas, representações e arbítrios diversos, produzidos nos mais diversos poderes, centrais ou locais.[27]

Diogo Ramada Curto ressalta que, na gestão do Império, os arbítrios faziam parte da lógica redistributiva do Antigo Regime. A literatura de arbítrios e advertências representaria, aliás, algo de novo nos circuitos de comunicação política da monarquia, apontando, em última instância, para uma modernização das estruturas do Estado. Assim, as análises historiográficas que desejarem se debruçar sobre o tema precisam combinar, na observação do autor, as estruturas institucionais com os arbítrios e advertências.[28]

As narrativas escritas para assessorar a Coroa, que partiam da própria experiência e interesses de seus autores admitiam, frequentemente, finalidade não apenas pedagógica, já que ensinavam aos futuros oficiais régios como funcionavam as instituições e os negócios nos poderes centrais ou mesmo locais, mas também normativa, porque poderiam ser assimiladas na concepção de novos regimentos, e, ainda, pessoal, já que sua leitura poderia viabilizar o reconhecimento régio e a justa distribuição de mercês.[29]

Assim, em síntese, para que a gestão pudesse ser delineada, é pressuposto haver uma circulação de informações que conectasse o Império.[30] Nesse sentido, conforme registra Fátima Gouvêa, é fundamental reconhecer os oficiais régios "como produtores e transmissores de poderes e saberes, que deram forma e viabilizaram a governabilidade portuguesa através de seu contexto imperial".[31]

---

[26] SKINNER, Quentim. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 414-439; e PUJOL, Xavier Gil. "Spain and Portugal". In: LLOUD, H. A.; BURGESS, G. & HODSON, S. *European Political Thought, 1450-1700*. New Haven and London: Yale University Press, 2007, p. 416-457, especialmente p. 447-457.

[27] LOUREIRO, Marcello. *A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, dissertação de mestrado em História Social.

[28] CURTO, Diogo Ramada. "Remédios ou Arbítrios". In: ____. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV-XVIII)*. Campinas: Unicamp, 2009, p. 177-194, em especial, p. 187-189.

[29] Idem, p. 177-179. Raminelli também ressalta que os aconselhamentos poderiam ser recompensados, cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. Do mesmo modo, cartógrafos buscavam mercês por seus serviços, cf. LOUREIRO, Marcello. "O Atlas de João Teixeira e as Fortificações de Defesa da Baía de Guanabara no Século XVII". In: *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

[30] GOUVÊA, Maria de Fátima e NOGUEIRA, Marília. "Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII". In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110, especialmente, p. 95.

[31] Cf. Idem, p. 95. Roger Chartier, que anunciou a conveniência de se analisar o registro escrito como um elemento fundamental na afirmação do poder régio: CHARTIER, Roger. "Construção do Estado Moderno e Formas Culturais. Perspectivas e Questões". In: ____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 215-229.

Pode-se afirmar então que governar o Império Marítimo Português era, em larga medida, informar e ser informado, de modo que o trânsito de navios estabelecia relação estreita com a própria governabilidade régia.[32]

Para se viabilizar, a monarquia dependia de diversos oficiais da Coroa, dispersos em intrincadas redes imperiais, que reforçavam hierarquias.[33] Tais redes eram "constituídas enquanto espirais de poder, fortes e frouxas o suficiente para dar sustentação e movimento à economia e à governação portuguesa através de seus domínios ultramarinos".[34]

Na prática, nem sequer no momento decisório do rei, tal gestão se transformava em realidade ultramarina. Simplesmente porque as decisões reais eram frequentemente adaptadas pelos oficiais régios quando implementadas, conforme as realidades ou as negociações locais. Por isso, Elliott afirmou que a autoridade real era "filtrada, mediada e dispersada" pelos oficiais régios e diversas outras instâncias de poder local.[35]

Em sentido similar a Elliott, Russell-Wood explica que havia uma "tirania da distância" entre Lisboa e as periferias, de modo que a circulação de informações e o próprio controle administrativo se mostravam prejudicados; era ponderável a *"descentralização da autoridade"* provocada pela extensa área nominal por que respondiam os oficiais régios; significativa a "importância dos parentescos" no conjunto seleto que compunha a alta burocracia; e, além disso, havia "pressões exercidas sobre o governo real por interesses corporativos", que inviabilizavam uma fiscalização intercorrente eficaz entre os postos régios ou promoviam uma espécie de sucessão oligárquico-familiar nos governos municipais. A partir dessas circunstâncias, o autor salienta como as situações específicas, de natureza local, faziam com que os agentes governativos adaptassem e interpretassem as ordens metropolitanas, flexibilizando assim as relações entre o centro e as periferias.[36] Em suma, na visão do brasilianista, se aparentemente a estrutura administrativa que Portugal implementou nos trópicos era altamente

---

[32] LOUREIRO, Marcello. "Domínio da Navegação, Domínio do Império: considerações sobre o conhecimento náutico no Portugal do Antigo Regime". In: *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 5, N.10, p. 124-126, 2009.

[33] FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. "Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In: *Tempo*, Vol.14, n° 27, especialmente p. 55-56.

[34] FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. "Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII". In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de & CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006, p. 66; e FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda & GOUVÊA, Fátima. "Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88, especialmente p. 81-83

[35] Cf. ELLIOTT. Op. cit., p. 299.

[36] Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Governantes e Agentes". In: BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 170. Conclusões similares estão expostas em RUSSELL-WOOD, A J. R. "Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1800". In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998, p. 187-250.

centralizada, porque Goa e Salvador eram cabeças dependentes diretamente de Lisboa, de fato, a sua descentralização era geral.

O fato é que a Coroa precisava articular políticas, escolher caminhos, apostar em decisões e viabilizar projetos. No que se refere à guerra, era fundamental, primeiro, manter as forças de Castela fora do Reino; segundo, decidir o que fazer com Angola e o Nordeste brasileiro, dominados pelos batavos. Outra questão, vinculada à necessidade de obtenção de prata, tinha relação com a possibilidade de se invadir Buenos Aires.

Para tornar mais complexas as decisões da Coroa, havia "justos receios" de que os holandeses intentariam a qualquer instante a ocupação da Bahia, o que os tornaria "de todo S.res do Estado do Brasil".[37] A tentativa de invadir Salvador fora frustrada, em 1638, graças à ação de Pedro da Silva, conhecido como "o Duro". Em uma Consulta do Conselho de Guerra, de 1643, assinada por Jorge de Mello, o Conde de Penaguião e Álvaro de Souza, recomendava-se ao rei que "com toda a mayor brevidade possivel se envie socorro de g.te e munições ao gov.or do Brasil", dando-se ordens ao governador-geral que, antes, pusesse a cidade em plena prontidão. Sugeria também a consulta que fossem enviados contingentes das Ilhas dos Açores, Madeira e São Miguel, recebendo dois mil réis cada soldado, de modo que o governador pudesse dispor, ao fim, de cerca de mais mil homens.

Similarmente, lembrava o Conselho de Guerra "que com a mesma brevidade se deve accudir Angola". Na verdade, o Conselho percebera perfeitamente o ponto nervoso da dinâmica mercantil das rotas do Atlântico, e nesta matéria era sobremaneira taxativo: "porq. sem Angola não se pode sustentar o Brazil, e menos Portug.l sem aquelle Estado".[38]

Tal opinião circulava com frequência na corte por essa época. Vieira escreveu ao Marquês de Nisa em agosto de 1648 que "todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros".[39] Teles da Silva reforçava essas impressões ao escrever ao rei:

> Angola, Senhor, está de todo perdida, e sem ela não tem Vossa Majestade o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de Vossa Majestade os direitos que tinham em seus açúcares.[40]

---

[37] Consulta do Conselho da Guerra sobre os justos receios de que os holandeses tentassem a ocupação da Baía, o que os tornaria senhores de todo o Brasil, e a urgente necessidade de tomar as devidas providências para os repelir no seu ataque àquela praça. Évora, a 17 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc nº 243.

[38] Idem.

[39] Cf. Carta ao Marquês de Nisa, a 12 de agosto de 1648. In: VIEIRA, António. *Cartas de António Vieira*. São Paulo: Globo, 2008, p. 190-192.

[40] Apud ALENCASTRO. Op. cit., p. 222.

O Conselho de Guerra sugeria ainda, nessa mesma consulta, que o monarca consultasse Salvador Correia, "q tem gr.de exprienção e conhecimento das coussas", para que desse um parecer sobre como não somente "remediar os danos prezentes, e futuros", mas ainda sobre o modo como se fazer entrar pelo Rio de Janeiro "algúa prata neste Rey.o".[41] Por fim, o Conselho recomendava que o parecer de Salvador desse entrada no Conselho da Índia, "q. V.Mag.de agora mandou erigir", para consulta.[42] Pelo despacho à margem da Princesa Margarida, Salvador deveria providenciar o parecer e o Conselho em seguida deveria votá-lo, pelo que subiria novamente para a decisão.

Assim, nesse contexto difícil da década de 1640, Salvador Correia de Sá e Benevides fora então convidado a se pronunciar formalmente acerca de questões fundamentais à conservação e à defesa da monarquia portuguesa. Salvador dividiu seu parecer em três documentos. O primeiro deles era referente à melhor maneira de se reabrir o comércio com Buenos Aires, de forma que fosse imediatamente reativado o trato com esse porto e, consequentemente, restabelecido o fluxo de Prata em direção à América portuguesa. O segundo era atinente à situação de Angola, então dominada pelos batavos desde agosto de 1641. E o último dizia respeito ao nordeste brasileiro, invadido desde 1630.[43]

Em relação a se reabrir o comércio com Buenos Aires, Salvador respondeu que "no estado prezente o acho dificultozo", em virtude da impossibilidade de se obter escravos africanos, devido à ocupação holandesa em Luanda.[44] Segundo o seu parecer, esses negros eram "a mercadoria q. os castelhanos mais necessitão".[45] Suplantada, antes, esta dificuldade, aconselhava que Buenos Aires em seguida fosse militarmente conquistada.

Para tanto, deveriam zarpar do Rio de Janeiro e de São Vicente navios mercantes com cerca de seiscentos homens, incluindo-se índios. Salvador indicava como comandante da força-tarefa D. António Ortiz de Mendonça, segundo ele "fidalguo de muyta experyemsya e Servyços".[46] O efeito desejado dessa ação dependeria, simplesmente, da prática mais basilar e costumeira da cultura de serviços do contratualismo português de Antigo Regime. Nas palavras do próprio Salvador: "o efeito sera de m.to q. V. Mag.de mande prometer merces de habitos e foros aquem levar tanta gente (q. conforme a ella sera a merce) ou embarcação, hua ou outra cousa a sua custa".[47]

---

[41] Cf. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc nº 243.
[42] Idem. Interessante destacar a forma como o Conselho de Guerra se referiu ao Conselho Ultramarino nesse caso.
[43] BOXER, *Salvador*... Op. cit., p. 183-184.
[44] Informações de Salvador Correia de Sá e Benavides acerca do modo como se poderia abrir o comércio com Buenos Aires. Évora, 21 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 245.
[45] Idem.
[46] AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 216.
[47] AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 245.

Preocupou-se em registrar que a ação militar não poderia causar instabilidade na cidade, a fim de não desorganizar o comércio. Nesse sentido, não se deveria "dar molestia aos moradores, nem tão pouco consentir q. se mudem dali com suas familias". O comércio deveria ser logo incentivado.

Uma fortificação deveria ser erigida com peças da Bahia, tijolos do Rio de Janeiro e cal, "q. há barata", em São Vicente. Em complemento, paulistas e seus índios se deslocariam por terra "sobre o Paraguay, porq. he aparte de donde pode decer pello rio abaixo mais socorro aos m.res de buenos aires". Esses paulistas e sua gente deveriam ter um capitão próprio, eleito entre eles, pois, se não, ninguém os poderia efetivamente comandar.

Tal empreitada traria vantagens a curto e médio prazos, posto que instantaneamente haveria "m.to proveito em carnes para o sustento dos Prezídios do Brazil, e em courama", itens fundamentais para a conservação da capacidade logística de combate na guerra contra os flamengos no nordeste, ao passo que posteriormente se impediria o comércio de Castela no Atlântico, bem como estaria "a estrada aberta ate Potosi com facilidade".[48] Esta podia ser uma boa oportunidade para Salvador e seu bando reaver seus lucros no Prata, de modo a saldar seus prejuízos, que deveriam ser imensuráveis há algum tempo.

Quanto ao domínio dos holandeses em Angola, Salvador Correia sugeria que fosse aproveitada a amizade existente com os negros jagas, muito temidos, "porque comem carne humana".[49] Em seguida, deveria ser enviada tão logo uma expedição de seiscentos infantes, dentre eles "yndios frecheiros" comandados por paulistas, que deveriam desembarcar em um ponto da costa onde não houvesse a presença holandesa, juntando-se, posteriormente, aos focos de resistência lusa no interior. Mais uma vez, Salvador falava da importância de o Rei distribuir "merces como são habitos de Santiago e Avis e alguns foros de cavaleiros fidalgos as pessoas que a sua custa levare tantos indios".

O ponto primordial de seu papel incitava a Coroa para que "logo logo mande acudir aquelle Reino", já que era muito sentida "a falta do comercio de Angola porque sem ella se prejudica m.to as fazendas do brazil e se aniquila o aumento da Real fazenda assi no brazil como neste Reino".[50]

Finalmente, no que se refere à necessidade de expulsão dos holandeses de Pernambuco, Salvador assessorava o rei a ordenar secretamente ao governador da Bahia a autorizar "com disimulação" todos que desejassem "ir a Roubar e queimar a campanha de Pernambuco".[51] Segundo o parecer, isso ampliaria os custos de permanência dos holandeses no Nordeste, incentivando-os a negociar a venda das áreas em seu poder a Portugal, "ainda que por isto se lhe dera cantidade [de

---

[48] Idem.

[49] Informação de Salvador Correia de Sá e Benavides acerca da situação de Angola. Évora, a 21 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 246.

[50] Idem.

[51] Informação de Salvador Correia de Sá e Benavides acerca da forma como se poderia perseguir os holandeses no Brasil. Évora, em 21 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 247.

dinheiro] consideravel". A Coroa levantaria os fundos necessários ao desembolso nos dois lados do Atlântico, em vez de permanecer despendendo tantos gastos em defesa militar-naval.[52]

O interessante é que os três alvitres dados por Salvador Correia de Sá retornaram para avaliação no Conselho da Guerra. Um dos Conselheiros, o Conde de Penaguião, afirmou serem "bem consideradas as razões q. Salvador Correia apponta para se introduzir [o comércio com Buenos Aires] e se conforma co'ellas".[53] Só ressalvava o fato de se empregar seiscentos homens da América portuguesa, que afinal experimentava a guerra, e sugeria, por seu lado, que esses homens viessem das Ilhas Atlânticas, "por a gente dellas se inclinar mais a hir servir nas Conq.tas daquelle Estado que nas guerras deste Rey.o". Jorge de Mello, outro Conselheiro, endossava o ponto de vista do Conde e lembrava ao rei que essa empreitada de Buenos Aires já fora, antes, confiada a Luiz Barbalho Bezerra, governador do Rio de Janeiro. Contudo, fez valer as informações e meios apresentados por Salvador de Sá, a ponto de recomendar que seu parecer fosse comunicado a Luiz Barbalho, posto que "lhe poderão façilitar o que há de obrar".

No que se refere à reconquista de Angola, "se conforma o cons.o em tudo com o q. Salvador Correia propoem". A dissonância entre a percepção de Salvador e a do Conselho somente pode ser verificada na questão dos holandeses no nordeste. Contrariamente ao sugerido por Salvador, o Conselho optou por recomendar ao rei que procure a solução para a saída dos holandeses, "gente tão prevenida", por via diplomática. [54]

Perceba-se como a questão foi priorizada de forma contundente nas instâncias de poder da Coroa. A primeira Consulta do Conselho da Guerra está datada de 17 de outubro; as respostas de Salvador, de 21 de outubro; enquanto a nova Consulta do Conselho da Guerra, de 24 de outubro.

António Paes Viegas, jurista importante e secretário particular de D. João IV, que se envolvera nas conspirações em favor do golpe de 1° de dezembro de 1640, também escreveu dois papéis acerca da problemática. No primeiro, lembrava que os holandeses estavam muito seguros em Angola, não havendo quem os "inquietasse".[55] Tinham negros para si, para comercializar com os castelhanos e para seus engenhos de Pernambuco. Produziriam muito mais açúcar que os portugueses na região; ao passo que, quando acabassem os negros ainda existentes

---

[52] Idem.

[53] Consulta do Conselho de Guerra sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para acudir Angola, para remediar os danos causados pelos holandeses e para conseguir o abastecimento do comércio com Buenos Aires. Évora, a 24 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 244.

[54] Idem.

[55] Parecer de António Pais Viegas sobre o socorro a enviar a Angola. Cabo Ruivo, a 27 de abril de 1644. Papeis Politicos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 499-499v. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 71, p. 35.

nas possessões americanas, não os seria possível suprir, ficando o Brasil e Portugal "em miserauel estado".[56]

No segundo, defendia que D. João IV deveria enviar o quanto antes uma armada ao Rio de Janeiro e dar ordens a Salvador Correia para que procurasse não apenas "entabolar as minas e ouro de lauage", mas ainda que amealhasse mantimentos e gente "que melhor aturasse os ares de Angola" para a sua reconquista, conforme sugeriu.[57] Se possível, deveria retornar com negros africanos à América portuguesa, mantendo no Rio de Janeiro essa força naval pronta para prestar novos socorros ao outro lado do Atlântico, contra os holandeses ou contra o rei do Congo. Ou, então, a armada poderia saquear Buenos Aires, "com que largamente se pagarião os gastos dela". Naquele porto poderiam trazer muito cobre, que Salvador Correia dizia haver em abundância. Esse plano trazia dois inconvenientes: o esforço de se prontificar uma força-tarefa e o risco de se desguarnecer o Reino.

Pouco tempo depois, o padre Vieira pressionava o monarca no mesmo sentido de Salvador Correia. Segundo o jesuíta, os paulistas deveriam invadir a Bacia do Prata, tomar várias de suas cidades e conquistar as minas do Peru, "com grande facilidade e interesse nosso, dano e diversão de Castela".[58] Em uma carta ao Marquês de Nisa, que era membro do Conselho de Estado, Vieira detalhava os seus planos, sugerindo ao Marquês que escrevesse ao Rei, como ele próprio o faria:

> se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados [pelos] de São Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas.[59]

Se o sonho das Índias sobreviveu no pensamento dos grandes conselheiros do Reino até fins do século XVII, a ideia maravilhosa de um comércio português no Rio da Prata, infalivelmente lucrativo e maior responsável pela entrada de moeda na América, perduraria por anos nas narrativas e despachos de muitos

---

[56] Cf. Idem.

[57] Parecer de António Pais Viegas sobre a recuperação de Angola. Cabo Ruivo, a 28 de abril de 1644. Papeis Politicos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 500-501. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 72, p. 35-36.

[58] Cf. VIEIRA, Antônio. "Papel Forte", In: *Obras Escolhidas*, Vol. III, p. 105. Apud ALMEIDA. Op. cit., p. 100.

[59] Cf. *Cartas do Padre Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo*, t. I, Coimbra, 1925, p. 134-136. Vieira apresentou na Corte outras ideias a fim de tentar levar ao fim a crise em Portugal. O padre e outros assessores mais próximos de D. João IV, com o fito de obter ajuda militar da França, assessoravam o rei a vir para o Brasil. A regência de Portugal seria dada ao Duque de Montpensier, cuja filha se casaria com o príncipe português D. Teodósio. Vieira foi inclusive à França com esta finalidade. Sobre isto, conferir CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965, p. 114-115.

outros homens de Estado. Com efeito, o Prata se incluía no desafio de se reorganizar os circuitos mercantis imperiais.[60]

O projeto esboçado por Salvador de Sá, entretanto, não se concretizou neste momento. Após mais de sete meses do parecer do Conselho de Guerra, os membros do Conselho Ultramarino afirmaram que quanto a Angola "tem V. Mag.[de] rezolutto o que fazer", forte e claro indício para se supôr que a decisão já estivesse tomada antes do aconselhamento; sobre Buenos Aires, lembrava-se que o governador-geral António Teles da Silva já tentara abrir o comércio, sem consegui-lo. E que não convinha, "em tempo de tantos apertos", abrir novas frentes de guerra. Para o Conselho, Portugal deveria direcionar esforços diplomáticos, econômicos e militares para resguardar o que lhe sobrava no ultramar, defendo suas possessões de espanhóis e holandeses. No que se concerne ao nordeste brasileiro, não se mencionava a via diplomática, conforme orientação do Conselho de Guerra, mas sim o envio de quinhentos homens das Ilhas Atlânticas.[61]

Entendia, portanto, o Conselho Ultramarino que a condução da guerra no Atlântico deveria ser outra. Ainda que o Conselho de Guerra estivesse envolvido, o assessoramento produzido pelo recém-criado Conselho Ultramarino foi o que prevaleceu. Para além, mostra-se evidente que Salvador Correia circulava com facilidade junto aos membros do Conselho de Guerra, que não apenas o indicou para apresentar caminhos de gestão, mas também ratificou dois de seus pareceres.

Ademais, cabe sublinhar que não havia um projeto pré-definido para o Império, mas sim uma gestão que passava por diversas instâncias consultivas.[62]

Por meio da análise dos diferentes assessoramentos de que dispunha o rei nesse momento, podemos perceber como sua decisão era o resultado de um longo processo administrativo, em que a participação dos conselheiros mais experientes do reino era fundamental. As decisões eram gestadas em Conselhos, dotados de autogoverno e constituintes de um poder polissinodal, típico de uma monarquia corporativa. Sobre este ponto, Hespanha sublinha que:

> o processo [decisório] afastava-se cada vez mais de uma linha reta entre uma petição inicial e uma decisão, enfatuando-se e reverberando em mil incidentes, informações, decisões interlocutórias, conflitos jurisdicionais, cada qual obedecendo a lógicas, estilos, narrativas e estratégias totalmente distintas, que se reconhecem na própria maneira de dizer e de contar.[63]

---

[60] LOUREIRO, *A Gestão no Labirinto*... Op. cit, passim.

[61] Consulta do Conselho Ultramarino sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para remediar os prejuízos causados pelos holandeses no Brasil e para introduzir o comércio com Buenos Aires. Lisboa, a 10 de junho de 1644. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa n° 2, doc. n°. 305.

[62] COSENTINO, Francisco. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Annamblume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

[63] Cf. HESPANHA, "Porque é que foi ..." Op. cit., p. 46.

Não dispor de toda a informação ou detê-la previamente selecionada por um determinado grupo, seja quem informava ou quem trabalhava a informação antes que ela subisse ao rei, acabava por possibilitar distorções na compatibilidade entre os projetos reais e as realidades locais. Em virtude dessa incompatibilidade, muitas vezes os oficiais régios locais adaptavam ou mesmo não aplicavam as decisões do poder central.[64]

É bastante instigante o fato de que, muito embora o Conselho Ultramarino tenha afastado a possibilidade de se invadir Buenos Aires, na Bahia, o governador-geral Antônio Teles da Silva escrevia a Câmara de São Paulo, em outubro de 1646 (portanto cerca de dois anos depois da decisão daquele Conselho), solicitando que se armasse e prontificasse uma expedição naval. Condicionada ao desfecho das negociações com os holandeses, deveria "se emprehender com esta armada a conquista do Rio da Prata".[65] Assim, em que pesem as decisões contrárias dos poderes centrais, manifestavam-se intenções locais de conquista militar do Prata na América.

Em meio à crise da ocupação holandesa em Angola, D. João IV chegou a consultar o Conselho Ultramarino acerca da possibilidade da mútua convivência de portugueses e holandeses naquela praça, em portos e locais distintos. Nessa consulta, o voto contrário de Jorge de Albuquerque à permanência dos holandeses foi decisivo. Conforme o entendimento do conselheiro,

> para o bem deste Reyno [de Portugal], q. por todos os meyos, se fizesse o possivel, p.[a] q. os Olandeses Largassem de todo aq.[le] Reyno [de Angola], ainda q. fosse á custa da fazenda de V.Mg.[de], e da de seus Vassalos, porq. com as utilidades delle, em breves annos se recuperaria.[66]

Ou seja, mantinha o Conselho análogo entendimento acerca da importância trivial de Angola nos fluxos mercantis do Atlântico. Quatro anos depois do parecer contrário aos alvitres apresentados por Salvador de Sá, em nada se alterara a percepção dos conselheiros.

No Rio de Janeiro, Salvador organizava os últimos preparativos para a largada da sua jornada a Angola. Só ele e sua gente poderiam obter homens, mantimentos, armas, munição, pólvora, aguada e navios para levar a cabo a força-tarefa mercantil que deveria ter autonomia para cerca de seis meses. Conseguiu perto de 60.000 cruzados de negociantes e de latifundiários do Rio de Janeiro. Parcela do financiamento necessário foi levantada por ele mesmo e por sua

---

[64] HESPANHA. Op. cit. e RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. cit. Elliott compartilha da mesma opinião, salientando, para além, a complexidade dos "interesses locais concorrentes". Por exemplo, ressalta que Filipe II "comandou com pulso firme seus domínios, embora a eficácia das ordens e decretos reais emanados de Madri e do Episcopal fosse inevitavelmente prejudicada pela distância e amortecida pela oposição dos interesses locais concorrentes". Cf. ELLIOTT. Op. cit. p. 317.

[65] Coleção do Registro Geral da Câmara de São Paulo, Vol. II, p. 170. Apud ELLIS Jr., op. cit., p. 207. A expedição não foi enviada, porém, devido à necessidade de se reforçar o Nordeste.

[66] Sobre as conveniençias q. se devem celebrar com os olandeses no Reyno de Angolla. Lisboa, a 17 de fevereiro de 1648. AHU, Consultas Mistas, Códice n 24, fl. 110.

família, que vendeu "muita quantidade de bñs de rais".[67] Quanto aos mantimentos, parcela ponderável era proveniente de São Vicente. Afirmava que as despesas para uma expedição desse porte seriam muito maiores, se não fosse "Deus e a minha diligençia, e o conhecim.[to] da Terra".[68] Graças a sua ação, Angola estava reconquistada em 1648.[69]

As celeumas entre portugueses e holandeses não estavam, todavia, solucionadas nesse ano. No Atlântico, restava ainda resolver a problemática do domínio do nordeste. No plano militar, a insurreição pernambucana já se desenrolava desde 1645, mas ainda não havia uma clara definição do que seria seu desfecho.

Em 1648, a tendência era a de se acreditar que Portugal não dispunha de capacidade de fazer frente às forças holandesas. Muitos papéis tratavam na Corte dos termos em que se assentariam as capitulações com a Companhia das Índias Ocidentais. Por exemplo, em outubro, D. João IV determinava que as condições dessa capitulação fossem analisadas pelo Conselho da Fazenda. Elas foram propostas por Francisco de Sousa Coutinho, embaixador nas Províncias Unidas, aos Estados Gerais e eram "os ultimos termos a que se pode chegar este negocio".[70] O Conselho deveria enviar dois ministros para falar com Sua Majestade e, posteriormente, discutir o assunto com o Padre Vieira com todo o segredo.[71]

Paralelamente, uma consulta do Conselho de Estado condenava os artigos de paz com a Holanda, admitindo-se somente a possibilidade de se dar dinheiro aos holandeses para abandonarem o nordeste. Já uma consulta na Junta dos Três Estados criticava as circunstâncias de paz com a Holanda, acrescentando razões ponderáveis e recursos disponíveis para a continuidade da guerra.[72]

Nessa mesma linha de argumentativa, foi elaborado um parecer pelo Procurador da Fazenda de quatro pontos, em que alertava el-Rei para a nocividade destas capitulações, que ofendiam a piedade cristã e o valor dos vassalos.[73]

---

[67] Carta de Salvador Correia de Sá e Benavides sobre a contribuição e socorro a que se refere o documento n 640. Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1648 (Anexo ao n 640). AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 4, doc. nº 643.

[68] Idem.

[69] LOUREIRO, Marcello. "Reconectando o Império: mercês e interesses mercantis na força naval de Salvador de Sá que reconquistou Angola". In: *Revista Navigator*, SDM, V.4, N.7, Rio de Janeiro, p. 35-47, 2008.

[70] Cópia do Decreto pelo qual el-Rei mandara ver as capiltulações com a Holanda no Conselho da Fazenda. Alcântara, a 21 de outubro de 1648. Papéis vários, t. 29 – Cod. 874 (K VIII Im), fl. 236, *in Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc 131, p. 70.

[71] Idem.

[72] Consulta do Conselho de Estado em que se vira a consulta da Câmara sobre os artigos de paz com a Holanda. 3 de Dezembro de 1648. Memorias do Conselho de Estado – Cod. 1081 (K VIII 6b), fl. 224-224v. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 132, p. 70.

[73] Parecer enviado a el-Rei sobre as condições da paz com a Holanda. Lisboa, a 5 de dezembro de 1648. Papeis Varios t.2 Cod. – 1091 (K VIII Ib), fl 37-39. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc 133, p. 71-73.

Primeiro, lembrava que não havia razão para se abandonar aos hereges flamengos cento e cinquenta mil almas católicas. Depois, advertia que não teriam os pernambucanos condições de pagarem suas dívidas, que por vezes atingiam mais de trezentos mil cruzados. Em terceiro lugar, se os holandeses ficassem com Angola, teriam o comércio do ouro, dos negros e da prata das Índias de Castela, pois estavam em paz com este Reino, podendo-se assim preparar para conquistar ainda mais territórios da monarquia portuguesa. Sem escravos, seria imperativo abandonar a cultura do açúcar na América. Em suma, todos os prejuízos acumulariam mais de um milhão e duzentos mil cruzados para a Coroa. Sem contar que os holandeses poderiam se juntar a Castela e à França, configurando-se assim uma ameaça intransponível aos lusos. O único remédio era a constituição de uma Companhia de Comércio, que organizaria duas frotas anuais, com 30 ou 40 naus de guerra, mais 40 naus de particulares, também armadas, que fariam o provimento das praças do Brasil. Nestes parâmetros, entrariam os holandeses "em noua conçideração". Mesmo com o estabelecimento da paz, sempre seria conveniente que o açúcar fosse transportado em naus de guerra. Por fim, o parecer alertava para que "uirsse em alguma justa comuniençia" com os homens de negócio do Reino, já que deles dependia a defesa do nordeste, que, se entregue, aniquilado estaria todo o comércio. [74]

O Conde de Odemira, membro do Conselho de Estado, também escrevera um parecer comentando praticamente todos os vinte artigos da proposta de paz de Francisco de Sousa Coutinho. Confirmava o voto do Procurador da Fazenda, entendendo que os termos do convênio proposto prejudicavam a religião, o respeito e a autoridade real, o comércio, os vassalos e a própria conservação da paz futura. Quanto a deixar Pernambuco aos holandeses, condicionava sua concordância à posse de Angola, na medida em que os negros de que necessitava o Brasil eram "hum modo de segurança".[75]

Diante do decreto real de 21 de outubro e dos papéis do Procurador da Fazenda, a quem "se dera vista", e do Conde de Odemira, manifestou-se por consulta o Conselho da Fazenda. Entendeu que se devia buscar a paz "prepetua firme e segura" com os holandeses, sem que houvesse, entretanto, ofensas à religião e à reputação do monarca.[76] Lembrava a importância de se informar os Estados da Índia, Brasil e costa africana acerca dessas tratativas de avença, para que se prevenissem "assy pera a hostilidade, como pera o engano". Sobre os pontos apresentados pelo Procurador da Fazenda, acreditava o Conselho que, primeiro, de nenhuma maneira se deviam restituir as praças do Brasil e África.

---

[74] Idem.

[75] Parecer do Conde de Odemira sobre as propostas de paz oferecidas aos holandeses pelo embaixador português Francisco de Sousa Coutinho. 10 de dezembro de 1648. Papeis Varios, t. 29 – Cod. 874 (K VIII Im) fl 328 v.-331v. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 134, p. 74-81.

[76] Consulta do Conselho da Fazenda sobre as capitulações com a Holanda. Lisboa, a 14 de dezembro de 1648. Papeis Varios, t. 2 – Cod. 874 (K VIII Im), fl. 340-341. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 135, p. 81-82.

Quanto ao segundo, que, sem se devolver as praças, era "ajustado" oferecer dinheiro e drogas para a paz. Concordava que era preferível a guerra à restituição requerida; e concordava plenamente com o último ponto.[77] Não custa lembrar que Salvador de Sá falara em oferecer dinheiro aos holandeses em seu parecer de 1643.

À margem da consulta, D. João IV determinava que se convocasse um tribunal para que em caso de fracasso das negociações com a Holanda fossem examinados os meios de defesa do Reino, "tão exhausto de gente e de cabedal", frente os Estados Gerais e Castela.

O imbróglio com os holandeses não se delineava. Em 27 de janeiro de 1649, os Estados Gerais declaravam não concordar com as propostas de Francisco de Sousa Coutinho apresentadas quatro dias antes aos deputados da Junta em Haia. Não apenas caracterizavam por "dilações e longuras" as falas do embaixador, como advertiam que empregariam os meios necessários para a restituição das conquistas indevidas dos portugueses.[78]

O desfecho dessa conjuntura é por demais conhecido. A ação de Salvador Correia de Sá e Benevides, que reconquistou Angola em 1648, eliminou aos holandeses a oferta de negros para a empresa do açúcar no Nordeste. A Insurreição Pernambucana, por sua vez, fez com que os custos de permanência dos flamengos na América se tornassem insustentáveis. Além disso, o envolvimento dos Países Baixos nas Guerras Anglo-holandesas modificou sobremaneira as prioridades dos holandeses. Sem víveres e munições, os holandeses se renderam em 1654, mediante a Capitulação da Campina do Taborda. Terminava a luta na América portuguesa.

Graças a uma renovação historiográfica ocorrida, sobretudo, na década de 1990, uma série de trabalhos mitigaram posteriormente a expressão do poder real no contexto dos Estados Modernos.[79] Quando a questão foi deslocada para os Impérios ultramarinos, substituiu-se a noção de centralização do rei pela de centralidade do reino.

Tais análises acabaram também por evidenciar a complexidade da arquitetura corporativa de poder da Coroa, em última instância, um emaranhado de assembleias, secretarias e juntas.[80] Neste capítulo, buscamos deslindar, a partir da

---

[77] Idem.

[78] Resposta dos Estados Gerais a Francisco de Sousa Coutinho. Haia, a 27 de janeiro de 1649. Papeis Vários, t. 29 – Cod. 874 (K VII Im), fl. 365. In: *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc 137, p. 83.

[79] Por exemplo: LADURIE, E. Le Roy. *O Estado Monárquico. França: 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; GREENE, Jack. *Negocieted Authorities*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994; TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996; ELLIOTT, J. H. "A Europe of Composites Monarchies". In: *Past and Present*, n. 137, 1992; PUJOL, Xavier Gil. "Centralismo ou localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Européias dos séculos XVI e XVII". In *Penélope*, N. 6, Lisboa, 1991; e HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Lisboa: Almedina, 1994.

[80] BICALHO, Maria Fernanda. "Nas Tramas da Política: Conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos". In: FRAGOSO, João &

gestão da guerra, diversos conflitos e tensões entre órgãos consultivos superiores, constituintes do poder polissinodal, que eram dotados de autoregulação.[81] Não custa ressaltar que o desenrolar desses processos, permeados por diversas tensões e fraturas, ocorreu na conjuntura intrincada do pós-Restauração, momento extremamente crítico, em que D. João IV buscava se conservar no trono, tendo se desdobrado nas guerras terrestres contra os castelhanos e nas ultramarinas contra as companhias de comércio holandesas. Diplomaticamente, não havia auxílio efetivo. O Império se esfacelava no Oriente, na África e na América. Financeiramente, uma crise monetária limitava ainda mais a escolha de caminhos para essa gestão.

Nesse contexto, por diversas vezes, debateu-se em Lisboa as conveniências e possibilidades de se gestar a guerra. As opções da Coroa, entretanto, eram reduzidas. A ideia de autogoverno dos Conselhos Superiores, muito característica da segunda escolástica, tornava ainda mais complexo o processo decisório. O quadro a seguir, que sintetiza algumas das posições já apresentadas dos Conselhos da Coroa, explicita a complexidade da gestão imperial:

CONSELHO/ÁREA	**Angola**	**Pernambuco**	**Prata**
Conselho de Guerra	Reconquista	Via diplomática	Invasão militar
Conselho Ultramarino	Reconquista	Guerra	Não invadir
Conselho de Estado[82]	Reconquista	Alguns falavam da entrega	Alguns defendiam a invasão
Conselho da Fazenda	Não restituir aos holandeses	Compra ou Guerra	?
Junta dos Três Estados	?	Guerra	?

Parece que a turbulência do contexto trouxe complicações para a definição das prioridades; em outras palavras, o quadro demonstra que havia notória dificuldade em se hierarquizar os espaços ultramarinos. Se havia carência de recursos, que área deveria ser priorizada? O problema se torna mais grave quando se percebe que tais áreas guardavam frequentemente estreita relação.

Assim, influenciados provavelmente pelo parecer de Salvador de Sá, o Conselho de Guerra, o Padre Vieira e António Paes Viegas falavam de invadir Buenos Aires. Foi o parecer do Conselho Ultramarino, todavia, que definiu esta

---

GOUVÊA, Fátima. *A Trama das Redes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010* e SUBTIL, José. "Os Poderes do Centro". In HESPANHA, A. M. (org). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

[81] LOUREIRO, Marcello. "'Tão exausto de gente e de cabedal': a crise do pós-Restauração e a gestão do Atlântico Sul por uma monarquia polissinodal (1640-1668)". In: *Revista do IHGB*, v. 447, p. 47-74, 2010.

[82] Considerando as opiniões do Padre Vieira, do Conde de Odemira e do Marquês de Nisa.

questão; embora recém-criado, o Conselho se sobrepôs à opinião do Conselho de Guerra e de homens de enorme prestígio na Corte.

A questão do nordeste era a mais controvertida: debatia-se a conveniência da guerra, da entrega ou da compra de Pernambuco. O embaixador Sousa Coutinho, o Padre Vieira e o Conde de Odemira, os dois últimos do Conselho de Estado, falavam do abandono de Pernambuco.[83] Salvador de Sá, Gaspar Dias Ferreira e o Conselho da Fazenda, da compra. Ainda que D. João IV tenha ouvido o Conselho Ultramarino acerca da mútua possibilidade de convivência de portugueses e holandeses em Angola, o único ponto consensual, ao que parece, era a sua reconquista.

O fato de o Conselho Ultramarino fazer valer sua posição, como se demonstrou, enseja algumas dúvidas contundentes sobre a composição dos poderes centrais e sobre a primazia dos Conselhos nos processos de deliberação política. Se o Conselho Ultramarino, recém-criado, suplanta o Conselho de Guerra e este, em outras matérias suplanta, por exemplo, o "poderoso" Desembargo do Paço,[84] é pertinente questionar: afinal, que Conselho Superior detinha de fato prestígio nessa arquitetura do poder?

Ao que tudo indica, muitos estudos precisam ainda ser conduzidos para se responder essa questão. Uma coisa, todavia, parece-nos certa: será necessário analisar esses Conselhos de maneira conjunta e relacional, observando-se não apenas os valores que condicionavam os modos de pensar de seus conselheiros, mas também as redes em que se inseriam.[85]

---

[83] Papeis politicos – Cod. 987 (k VII 31), fl. 491-492 v. In: *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 78, pág 38-40.

[84] Cf. CARDIM, Pedro. "'Administração' e 'Governo': uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime". In: BICALHO, Fernanda & FERNILI, Vera. *Modos de Governar. Ideias e Práticas no Império Português*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 45-68.

[85] BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000; GINZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico". In: ____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178, especialmente p. 172-174; e CERUTTI, S. "Microhistory: Social Relations versus Cultural Models?". In: CASTRÉN, A. M., LONKILA, et PELTONEN, M. Peltonen (dir.), *Between Sociology and History. Essays on Microhistory, Collective Action, and Nation-Building*, S.K.S., Helsinki, 2004.

FRANCISCO DE BRITO FREYRE E A REFORMA MILITAR DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVII

Kalina Vanderlei Silva[*]

Na segunda metade do século XVII o antigo domínio particular da família Albuquerque Coelho, a Capitania de Pernambuco, vivenciou a reformulação de suas estruturas políticas com a fixação dos primeiros governadores da Coroa Bragança em seu território, após o fim das guerras holandesas. A presença desses personagens geraria, ao longo do século e meio seguinte, muitas disputas com a elite açucareira, principalmente devido a seu esforço no sentido de incorporar Pernambuco à política geral do império. E de fato sua ação, em interação com o cenário social em ebulição, seria responsável por mudanças que influenciariam toda a estrutura social e política da América açucareira, sendo a questão militar uma de suas preocupações mais prementes. Nesse contexto de reestruturação social e política, muitas vezes interpretada pelos governadores a partir de uma perspectiva militar, a figura de Francisco de Brito Freyre aparece de forma emblemática, pois esse erudito cortesão que estivera intensamente envolvido com o processo de restauração portuguesa daria uma atenção especial à questão militar na capitania.

Fidalgo português, Brito Freyre já estivera por duas vezes em Pernambuco, junto às forças enviadas para combater a holandesa WIC, quando por fim aportou em 1661 para ocupar o posto de governador da capitania. E além de homem de armas – que em sua segunda jornada americana estivera inclusive no comando de uma vasta armada quando ainda não completara 30 anos – era também um erudito que se esmerou em transformar suas experiências em registros, fazendo circular obras que o incluiriam no rol dos cortesãos ibéricos que cultivavam a arte da escrita como prática política.[1]

No entanto, sua erudição não o distraiu dos afazeres impostos pelo cargo de governador. Ainda mais que a década de 1660 foi de reorganização da capitania de Pernambuco, quando, para além dos problemas esperados de uma região que apenas saía de uma longa guerra, as novas autoridades precisavam lidar também com uma substancial transformação: a mudança de status jurídico de capitania hereditária à capitania régia. Isso significava, na prática, a implantação de uma política imperial mais centralizadora que a vigente naquela área há muito

---

[*] Doutora pela UFPE, professora da Universidade Estadual de Pernambuco, UPE.

[1] Para os dados biográficos de Freyre, cf. PRESTAGE, E. *D. Francisco Manuel de Mello – Esboço Biográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade. 1914, p. 271-273. Sua obra mais famosa era, e é, sem dúvida a *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*, publicada em 1675 em Lisboa. Observe-se que o sobrenome do personagem é grafado de forma diferente em cada nova edição de suas obras. Optamos pela manutenção da grafia original, Freyre, usada por ele em suas assinaturas. Cf. *Relatório da administração da capitania de Pernambuco, nos meados do século XVII por Francisco de Brito Freyre*. http://purl.pt/22749

dominada pelas elites açucareiras. Uma política na qual os primeiros governadores desempenhavam um papel central.

Ao assumir esse papel Freyre foi confrontando por diferentes problemas, um dos principais sendo o excesso de contingente que a prolongada guerra deixara nos maiores núcleos da região, com soldados que custavam caro à Fazenda Real e cuja desmobilização ameaçava provocar a perda total de controle sobre uma gente treinada para a guerra, ainda que mal armada.[2]

Por isso uma reforma militar era imprescindível para que a administração régia pudesse se consolidar na antiga capitania hereditária. E foi o projeto e a implantação dessa reforma uma das principais ações de Brito Freyre enquanto governador de Pernambuco, apesar dele também ter se preocupado com ações fiscais, como a aplicação de impostos, e com medidas para consolidar sua autoridade nas *capitanias anexas*; nesse ponto dando continuidade à política de Francisco Barreto de Menezes, que o precedera no governo de Pernambuco.[3] De fato, suas deliberações nesses assuntos estão entre as primeiras medidas de uma política estatal na gestão de uma das mais influentes e ricas capitanias da América portuguesa.[4]

Essas ações foram transformadas também em textos, e postas em distintos *papéis* enviados à Corte. Eram relatórios e cadernos que iam engrossar a cada vez mais densa correspondência entre as diferentes instâncias da administração colonial e a Coroa.[5] E entre esses escritos estava o relatório. *Sobre a Defesa do*

---

[2] Para Pernambuco no pós-guerra e os governadores da nova jurisdição portuguesa, Cf. MELLO, Evaldo C. *A Fronda dos Mazombos – Nobres contra Mascates, Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995; ACIOLI, Vera Lúcia C. *Jurisdição e conflito – aspectos da administração colonial*. Recife: Ed. Universitária - UFPE/ Ed. UFAL. 1997; SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: CEPE. 2010.

[3] Barreto de Menezes, como governador de Pernambuco, procurou estender ao máximo sua jurisdição sobre as capitanias vizinhas, criando assim o precedente das *capitanias anexas*, motivo de muitas disputas nas décadas seguintes. Cf. ACIOLI. Op. cit. E para ver as ações de Brito Freyre na cobrança de impostos, cf. *Caderno da finta que se fez na Freguesia do Cabo, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, com nomes dos contribuintes e suas respectivas contribuições*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 738; *Caderno do orçamento que se fez em Olinda por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, com os nomes dos contribuintes e seus respectivos pagamentos para o dote da Rainha da Grã-Bretanha e Paz da Holanda*. AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 735.

[4] Até 1630 a capitania era hereditária, pertencente à família Albuquerque Coelho. Com a conquista da WIC em 1630, ela ficou sob duplo controle até 1635: por um lado, da WIC e por outro sob o governo militar de Matias de Albuquerque, ao mesmo tempo representante do donatário, seu irmão, e da Coroa espanhola. Cf. DUTRA, Francis. Notas sobre a Vida e Morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a Tutela de seus filhos. *Separata da Stvdia – Revista Semestral*. Lisboa, N. 37, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, dezembro de 1973. Para as tentativas de Brito Freyre de impor a jurisdição de Pernambuco sobre as *capitanias anexas*, cf. MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e Poder nas Capitanias do Norte (1654-1755). *Saeculum - Revista de História*, ano 12, n. 14 (2006). João Pessoa: PPGH-UFPB, jan./jun. 2006, p. 11-25. P. 17.

[5] Exemplo desses relatórios são os já citados cadernos que Brito Freyre escreveu relativos à cobrança de impostos.

Brasil, datado de 1663: uma descrição dos planos de Freyre para a reforma do exército, e uma justificativa para as mudanças que impôs principalmente às tropas auxiliares, que ele afirmava ter sido o primeiro a introduzir no Brasil.[6] Em suas palavras:

> E por ser eu o primeiro que introduzi no Brasil a milícia auxiliar (como tão bem o fui ao acrescentar ao comboio das frotas muitos navios por este modo armando dos mercantes, aos meios que fazia da guerra, escolhendo munições e gente dos mais pequenos) com toda a distinção e miudeza necessária, particularizo a Vossa Majestade no Conselho Ultramarino por carta separada e pelo papel induzido de folha 1 até 21 como este novo exército nascido da minha indústria e diligência consta de 6503 infantes com 810 soldados de cavalo divididos nas Comarcas por Terços e nas freguesias por companhia, procurando, para cabos e oficiais as pessoas de mais conhecida qualidade e do mais avantajado merecimento mais bem quistas nos povos com maior séquito e cabedal, como se vê na relação dos serviços que faço a Vossa Majestade em particular de cada sujeito.
>
> Com o uso da cavalaria até agora impraticável nesta América faz aplaudir mais a novidade de levantar tantas companhias de cavalo dos moradores que os tinham, e costumastes sempre para seu serviço me pareceu que para Vossa Majestade é a prevenção de maior importância porque é tão estendida a Marinha e tão impossível conservar aos fortes necessários em todos os sítios perigosos, como fazer no Brasil ao Muro da China assim reputo as referidas companhias nesta província pela segurança principal de sua defensa, servindo como de uma fortaleza portátil para observar o movimento e impedir a desembarcação aos inimigos.[7]

Nesse longo discurso – que não apenas seguia as fórmulas administrativas próprias de um relatório, mas também empregava elementos da retórica cortesã – Freyre gastou muita tinta para descrever a situação das milícias em Pernambuco, esse "exército utilíssimo e sem nenhum custo". E deu especial atenção à cavalaria cuja implantação justificaria, em outra versão do seu relatório, pela facilidade que esta traria à defesa da terra diante de ataques de inimigos, uma vez que esses nunca levavam essa força "a viagens tão largas e climas tão remotos". Para o autor a cavalaria daria uma maior mobilidade às milícias que, assim, poderiam observar melhor o movimento dos inimigos sem que fosse preciso que o governo construísse fortalezas em todos os "sítios perigosos" ao longo da costa, o que seria o mesmo que tentar introduzir o Muro da China no Brasil.[8]

---

[6] Cf. *SOBRE a Defesa do Brasil*. Biblioteca da Ajuda, Códice 51-V-10, fl. 247/250v, lote 78. Texto quase idêntico pode ser encontrado, em cópia manuscrita e autógrafa, na Biblioteca Nacional de Portugal, intitulado *Relatório da administração da capitania de Pernambuco, nos meados do século XVII por Francisco de Brito Freyre*. http://purl.pt/22749

[7] Cf. *SOBRE a Defesa do Brasil*. Op. cit.

[8] *Relatório da administração da capitania de Pernambuco, nos meados do século XVII por Francisco de Brito Freyre*. http://purl.pt/22749.

Apesar da cavalaria nunca ter chegado a ser uma unidade militar considerável na América portuguesa – afirmação inclusive feita pelo próprio Brito Freyre – suas ligações culturais com a nobreza lhe davam uma importância social inegável, por isso a definição enquanto unidade miliciana, sempre mais prestigiada que a tropa burocrática.[9] Além disso, o apreço de Freyre pelas milícias seguia uma tendência que estava se generalizando entre as autoridades coloniais: a preferência pelas tropas irregulares em detrimento do exército burocrático. Se essa preferência geral já era elitista em si, seu favoritismo pela cavalaria o era ainda mais. Um favoritismo visível, por exemplo, em sua descrição das ações promovidas em benefício da força montada: muito mais extensa do que a das medidas tomadas em pró da artilharia, que apesar de também sempre deficitária no mundo do açúcar recebeu bem menor atenção do governador.

Além disso, ao mencionar a seleção de comandantes para os terços milicianos que instituiu, o governador afirmou que havia escolhido "para cabos e oficiais as pessoas de mais conhecida qualidade e do mais avantajado merecimento mais bem quistas nos povos com maior séquito e cabedal." Consolidando assim as unidades milicianas como espaços de poder específicos da elite açucareira, diferentemente da tropa burocrática; essa, o exército do império, deveria – ao menos em teoria – ter todos seus comandantes retirados dos quadros demográficos reinóis.

Por outro lado, a retórica cortesã pululava no relatório de Freyre em sua insistência por justificar e valorizar suas ações. Razão pela qual ele afirmava ter sido o primeiro a introduzir as milícias no mundo do açúcar, apesar dessas terem sido instituídas, de fato, por Matias de Albuquerque durante sua temporada como governador a serviço da Coroa Habsbúrguica na primeira metade do século XVII. Albuquerque fora inclusive o responsável por oficializar a tropa de milicianos pretos, os *Henriques,* que seria, pelo menos até o último quartel do XVIII, a mais prestigiada das forças auxiliares do mundo do açúcar.[10] Fato que não impediu Freyre de reivindicar a autoria desses terços:

> Havendo-me com igual advertência em alistar os índios, e os pretos (que passam de dez mil com os crioulos, e mais escolhidos dentre outros muitos), para quando se necessitar de seu préstimo, que o tem grande nestas partes, pelo conhecimento e natural manejo das coisas delas.[11]

Tal prática, de se autocreditar criações alheias, era corrente na cultura política cortesã, onde as fórmulas discursivas empregadas na correspondência administrativa deveriam enfatizar os serviços prestados pelo autor à Coroa, uma

---

[9] Mello fala dos problemas encontrados pela administração ao tentar implantar a cavalaria no mundo do açúcar. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1998. p 329-330.

[10] Para a implantação de milícias por Matias de Albuquerque, cf. SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Recife: FCCR, 2000, p. 63-64; 73-74.

[11] *SOBRE a Defesa do Brasil*. Op. cit.

vez que eram esses que garantiam a boa reputação do remetente na Corte.[12] E Brito Freyre, como cortesão experimentado que era, não se furtava a essas práticas, sempre que possível destacando seus feitos administrativos em seus relatórios. Por isso, em seus textos, a reforma do exército surgiu como a criação de um novo exército, deixando esquecidas as contribuições dos governadores anteriores.

Mas se ele encontrou uma estrutura bélica na qual as milícias já não eram uma novidade, por outro lado sua reforma teria o mérito principal de organizar essa estrutura, alistando os milicianos nos livros da Coroa. Isso porque até então as milícias se apresentavam como um tipo de tropa bastante confuso: Institucionais, não eram burocráticas, não recebiam soldo e nem eram aquarteladas, devendo realizar apenas exercícios esporádicos, arcar com seus próprios custos de fardamento e armamento e serem mobilizadas apenas em apoio ao exército regular português.[13]

Essa era a teoria, mas a situação complicada das tropas burocráticas, principalmente a tendência à insubordinação que seus soldados começavam a esboçar, fazia com que crescesse a preferência das autoridades pelas milícias.

A capitania de Pernambuco abrigava, quando Freyre assumiu o governo, três terços pagos, sustentados pela Fazenda Real. Na realidade, era a Câmara de Olinda – a mais importante da região – a responsável pela manutenção desses terços e das *companhias de presídio* espalhadas até as *capitanias anexas*. Mas, com problemas com a destruição causada pela guerra, a câmara atrasava os pagamentos, fazendo com que esse complexo militar burocrático acumulasse homens armados e mal pagos nos núcleos urbanos açucareiros, o que contribuía para o aumento da criminalidade. Segundo Evaldo Cabral de Mello:

> Ao encerrar seu governo, Francisco de Brito Freyre assinalava que as perdas de vidas impostas aos moradores pela onda de crime não haviam sido menores que as provocadas pela guerra. Após vangloriar-se de que apenas um único homicídio ocorrera durante seu triênio administrativo, o autor da "Nova Lusitânia" recordava que no período de 1654-1660 se haviam acumulado devassas relativas a nada menos de 437 delitos praticados com

---

[12] Para a ênfase na autoapologia expressa nas cartas enviadas para a Coroa, cf. LUZ, Guilherme Amaral. "Produção da *concórdia* a poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII)". *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p. 543-560, Jul/Dez 2007. Para a cultura política cortesã, cf. ALVARÉZ, Fernando Bouza. "Corte es Decepción: D. Juan de Silva, Conde de Portalegre". In: MILLAN, José Martínez (dir.). *La Corte de Felipe II*. Madrid: Alianza, 1999, p. 451-502. E para a relação entre as mercês por serviços prestados e a correspondência com o rei, cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas – Monarcas, Vassalos e Governo à distância*. São Paulo: Alameda. 2008, p. 17-60; e MEGIANI, Ana Paula. "Política e Letras no Tempo dos Filipes: O Império Português e as Conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Modos de Governar: Ideias e Práticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 239-256.

[13] Para a tipologia e organização das tropas coloniais. Cf. SILVA. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Op. cit. Evaldo Cabral descreve a complexidade das tropas em Pernambuco antes de Brito Freyre. MELLO. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 231.

> armas de fogo, sem falar nos cometidos com armas brancas ou nos numerosos crimes que não haviam sido investigados.[14]

É provável que esse aumento dos crimes com armas de fogo adviesse justamente do grande número de soldados sem soldo na capitania.[15] Assim a preocupação de Brito Freyre com esse problema social estava em consonância com suas estratégias de controle do número de soldados do rei na região. E se, para isso, uma estratégia óbvia era a desmobilização das tropas, essa medida poderia causar insatisfações, levando inclusive à perda total da autoridade sobre os militares. Principalmente porque as recompensas prometidas durante a guerra nem sempre eram pagas, e as promessas nem sempre honradas. E se a Coroa Bragança honrou muitos dos compromissos firmados durante a guerra – muitas vezes compromissos firmados entre a gente do açúcar e os Habsburgo – ainda assim as demoras continuavam frequentes, e o próprio Brito Freyre não deixou de se queixar disso.[16]

Nesse contexto, ao pensar uma reforma militar ele tentou evitar a todo custo que a desmobilização degringolasse em revolta. E, em perfeita consonância com os valores do Antigo Regime, segundo os quais as "pessoas de melhor qualidade" eram sempre consideradas à parte dos *peões*, sua preocupação inicial foi para com os oficiais, gente oriunda das camadas de senhores do açúcar.

> Mas como quase todos esses oficiais, criando-se em uma guerra tão arriscada lhe deram um fim tão milagroso, com o tempo que serviram, fazenda que despenderam, e sangue que derramaram, obrigam justiçamente a seu favor a grandeza de Vossa Majestade não tendo muitos outro modo de vida que a profissão de soldado, sem mais cabedal que o de suas pagas, (...) pareciam deixar Vossa Majestade à eleição de todos que se reformassem nessa Praça quererem passara a servir ao Reino com os mesmos postos, e soldos deles, (...) Os que necessitarem de suas presenças em suas fazendas, e em suas casas Vossa Majestade pelo não desacomodar lhes concedia o assentir nelas.
>
> Sendo desse modo escolha sua, e não ordem de Vossa Majestade uns ficariam satisfeitos, e outros não ficariam queixosos aliviando-se as extraordinárias e escusadas despesas que se fazem nessa capitania (...).[17]

Ou seja, Freyre sugeria que a Coroa desse a esses oficiais a opção de se reformarem na capitania ou de passarem a ir servir no Reino. E vários optaram por continuarem no serviço do outro lado do Atlântico.[18] Já aqueles que preferiram a

---

[14] Mello cita como fonte o manuscrito existente na Biblioteca da Ajuda, intitulando-o "Francisco de Brito Freyre a d. Afonso VI", mas dando-lhe a mesma referência do relatório "sobre a defesa do Brasil". MELLO. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 214.

[15] Para maiores dados sobre os problemas de pagamento das tropas regulares em Pernambuco, e sua incursão na criminalidade. Cf. SILVA. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial*.

[16] Para as reclamações de Freyre, cf. MELLO. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 444.

[17] *SOBRE a Defesa do Brasil*. Op. cit.

[18] Segundo MELLO. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 322.

reforma receberam o apoio do próprio governador que justificou os pedidos de baixa acusando a situação catastrófica dos engenhos, que necessitavam de seus senhores para serem restaurados.

E essa não foi a única medida tomada por Freyre para justificar as ações dos senhores de engenho: quase sempre apresentando a destruição dos engenhos como desculpa, em diferentes ocasiões ele discorreu sobre esses oficiais que haviam dado "um fim tão milagroso" à guerra, chegando mesmo a mencionar sua "pobreza".[19] Assim, ao sugerir a dispensa daqueles que tinham propriedades a gerir, o governador deixava transparecer o quanto sua proposta de reforma estava levando em consideração as necessidades de reconstrução econômica da capitania, e já indicava o caminho que seria tomado pela política régia portuguesa nas décadas seguintes, que seria de, em geral, contemporizar com os senhores de engenho de Pernambuco.

Entretanto, como seu discurso estava bem afinado com os valores da cultura hierárquica e estamental que então vigorava na Corte e em menor escala também em Pernambuco, enquanto seus planos de reconstrução projetavam a dispensa de senhores de engenho dos postos militares, os soldados, gente de "menor qualidade", foram tratados de forma bem diferente.

> No tocante aos oficiais tomei este caminho (...) E o que dei aos soldados, (...) foi que assistissem em suas companhias com promessa de que lhes faria pagar os socorros, todos os meses, como o tenho observado pontualmente, (...) extinguindo o que se havia introduzido no tempo antecedente, (...) que com nome mais ordinário que militar chamavam folga de licença: a maior parte dos soldados, para irem estar em suas casas três meses. Acabando esse tempo vinham uns e voltavam outros. (...) A que segui foi extinguir totalmente esta forma de mudas por muitas maneiras perniciosas, e que os soldados assistissem em suas companhias. Mas a alguns que faltando de suas casas seria em evidente dano de suas fazendas mandei-os tratar delas.[20]

Aqui, ao criticar as licenças que degringolavam não poucas vezes em deserção, a ação de Freyre para com os soldados aparece como bem mais rigorosa que aquela usada para com os oficiais: ele cancelou as licenças dos soldados, mas prometendo o pagamento regular dos soldos. E isso em si era uma promessa incrível, considerando as práticas costumeiras de atrasos no pagamento das tropas burocráticas. Além disso, sua afirmação de que sua gestão conseguira regularizar

---

[19] Cf. *Caderno da finta que se fez na Freguesia do Cabo, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, com nomes dos contribuintes e suas respectivas contribuições*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 738; *Caderno do orçamento que se fez em Olinda por ordem do governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, com os nomes dos contribuintes e seus respectivos pagamentos para o dote da Rainha da Grã-Bretanha e Paz da Holanda*. AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 735.

[20] *SOBRE a Defesa do Brasil*. Op. cit.

os soldos é, no mínimo, controversa, visto que diversos são os registros posteriores a 1664 que indicam a continuidade da prática de atrasar esses pagamentos. [21]

Mas, consciente de que esses atrasos estavam na origem da deserção, Freyre chegou a flexibilizar sua ação para com os soldados: percebeu que em alguns casos era mais interessante autorizar que aqueles com fazendas a sustentar abandonassem seus postos. Até porque o costume era que esses soldados aproveitassem suas folgas de três meses para fugir.

No entanto, se Brito Freyre demonstrou alguma margem de flexibilidade para com os soldados essa foi limitada, e seu foco realmente parece ter caído mesmo na criação de novos postos de comando milicianos. Uma ênfase, todavia, que não receberia o apoio unânime das autoridades coloniais, pois se ainda em 1663 o Vice-Rei, o Conde de Óbidos, defendeu a proposta de diminuição de três pra dois terços da capitania,[22] o aumento das milícias seria mais criticado. E poucos meses depois o Conselho Ultramarino escreveria ao sucessor de Freyre no governo de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, solicitando uma prestação de contas relativa ao funcionamento daquelas milícias. Nessa ocasião os registros do "exército volante" de Freyre nomeavam sete terços de infantaria e dezoito companhias de cavalo organizadas territorialmente, e que incluía as *capitanias anexas*, de Itamaracá ao Rio Grande do Norte.[23] Alguns anos depois, em 1677, o próprio Conde de Óbidos, dessa vez apoiado pelos oficiais da Câmara de Olinda, reclamaria do grande número de postos de oficialato – especificamente o posto de coronel – criados pela reforma, e solicitaria que fossem mantidos apenas dois postos para coronéis milicianos, um para a infantaria e outro para a cavalaria; e que as ordenanças fossem controladas, como era costume antes de Brito Freyre, pelos capitães-mores de cada vila.[24]

Essa insatisfação do Governo Geral se devia a que se Freyre havia se esmerado em diminuir as tropas burocráticas, ele não tivera pudores em aumentar o número de oficiais milicianos, todos eles originários da elite açucareira. Criara assim mais espaços de prestígio e poder para os senhores do açúcar, então envolvidos em uma busca intensa por mercês e honrarias que em mais de uma ocasião se chocaria com as tentativas centralizadoras do governo da Bahia.

Conflitos políticos à parte, Brito Freyre conseguira, com sua reforma, deixar o inchado exército das guerras holandesas sob o controle da administração colonial e pronto para ser empregado nos diferentes conflitos de fronteira que

---

[21] Para os pagamentos e atrasos de soldos, cf. SILVA. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial*. Op. cit.

[22] CONSULTA do Conselho Ultramarino. 27/09/1663. A.H.U. Cód. 16. Fl. 89/89v.

[23] Eram esses terços o da Praça do Recife, Vila de Olinda e Freguesia da Várzea; o da Freguesia de São Lourenço, Santo Amaro e Muribeca; o da Vila de Serinhaém, Freguesias de Ipojuca e Santo Antônio do Cabo; o das Vilas de Porto Calvo, Alagoas e Freguesia do Una; o das vilas de Itamaracá, Igarassú e Freguesia de Goiana; o da Capitania da Paraíba; e o terço da Capitania do Rio Grande do Norte. CONSULTA do Conselho Ultramarino. 27/09/1663. A.H.U. Cód. 16. Fl. 89/89v.

[24] *Sobre se reformarem os postos milicianos que novamente se tinhão introduzidos em Pernambuco*. A H. U. Cód. 265, FLS. 19V/20

seriam patrocinados pela capitania de Pernambuco a partir de fins do século XVII: da guerra contra Palmares à guerra contra os grupos indígenas levantados do sertão. E nesse sentido sua reforma marcou a passagem das volumosas, semiespontâneas e confusas tropas das guerras holandesas para os terços regulamentados pela Coroa no Pernambuco do pós-guerra.

Além disso, seu relatório, *Sobre a Defesa do Brasil*, desenha não apenas as complexidades políticas e sociais da estrutura militar da América açucareira, mas também o imaginário cortesão, principalmente seus elementos retóricos, que os governadores fidalgos traziam para sua gestão colonial. Um *papel* que delineia seu autor tanto como uma ilustração da presença cortesã no mundo colonial – e nesse sentido ele agia ainda como fruto da tradição cortesã dos Habsburgo; uma tradição de nobres escritores como Duarte de Albuquerque Coelho e D. Francisco Manuel de Melo – quanto como um executor pragmático das ações da nova Coroa Bragança no controle da turbulenta América açucareira.

A FORTALEZA DOS REIS MAGOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII*

Paulo Possamai **

Com o propósito de afastar os franceses do litoral e conquistar o Rio Grande aos indígenas, assim como estabelecer uma ponta-de-lança a fim de garantir o avanço da colonização para os territórios situados a oeste e noroeste, o rei Filipe I de Portugal (e Filipe II de Espanha) ordenou ao governador-geral do Estado do Brasil que mandasse os capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba organizarem uma expedição para conquistar a região.[1]

A expedição foi comanda pelo capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem. Acompanhava-o um jesuíta espanhol, Gaspar de Samperes, ex-soldado e com experiência em arquitetura militar. Segundo Olavo de Medeiros Filho teria sido ele o autor do traçado da fortaleza. A obra foi iniciada em taipa, ou seja, em terra batida, junto à foz do rio Potengi, em 6 janeiro de 1598, razão pela qual recebeu o nome de fortaleza dos Reis Magos.[2]

Em 24 de junho, Mascarenhas Homem declarou que a fortaleza estava em estado de defesa. Passou então o comando da mesma a Jerônimo de Albuquerque, regressando a Pernambuco.[3] Entretanto, as obras prosseguiram no intuito de revestir a construção com pedra, a fim de aumentar a sua resistência contra as chuvas e as marés. Se os muros de terra resistiam melhor que os de pedra ao canhoneio, pelo menos nos estágios iniciais do bombardeio,[4] as intempéries lhes causavam danos constantes.

A fortaleza dos Reis Magos foi uma das primeiras fortificações revestidas de pedra no Brasil. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o uso da pedra na construção militar só se generalizaria depois da expulsão dos holandeses,[5] os quais preferiam as fortificações de terra batida, que não tinham o inconveniente de ferir os

---

* Este texto foi originalmente apresentado no simpósio temático "Modelos administrativos e mobilizações militares", realizado entre 16 e 19 de setembro de 2008 em Natal, durante o *II Encontro Internacional de História Colonial*.

** Doutor em História Social pela USP. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

[1] LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos, missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, IHGRN, 2003, p. 54-55.

[2] FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, p. 21-22.

[3] VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 271.

[4] KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 333.

[5] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. São Paulo: Edusp, 1975, p. 227.

defensores com as lascas que se desprendiam da construção durante o bombardeio, como acontecia com as de pedra.[6]

Em 1630, Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses, descreveu o forte dos Reis Magos: "este é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo... as muralhas podem ter 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas tendo o intervalo de barro".[7]

Três anos depois, os holandeses invadiram o Rio Grande e ocuparam a fortaleza, que passou a chamar-se castelo Keulen, em homenagem ao comandante da expedição conquistadora. Durante a ocupação holandesa as obras prosseguiram na fortaleza. Em 1638 foram contratados um engenheiro português, Cristóvão Álvares, e dois mestres-pedreiros do Recife, João Rodrigues e Antônio Pires, que comandaram o restauro e a melhora das defesas da fortificação.[8]

Entretanto as melhorias feitas não foram utilizadas para defender a fortaleza de um ataque português, já que a guarnição holandesa a abandonou em 1654, após a rendição do Recife.[9] Mesmo que a fortaleza não tenha sofrido nenhum bombardeio por ocasião da reocupação portuguesa, as obras ainda não estavam completas e foram retomadas em ritmo lento. Em 1664 o vice-rei, Dom Vasco de Mascarenhas, escrevia ao capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares Cabral, que "à fortaleza acuda vossa mercê como puder e vá continuando as obras até se acabar o mais preciso".[10]

Porém, a boa vontade do vice-rei não era suficiente para garantir o bom andamento das obras, como mostra a correspondência do capitão-mor, pedindo material de construção e alimentação para a guarnição. A situação econômica era difícil e o vice-rei mandou o capitão-mor retirar dos recursos destinados à construção da fortaleza o valor necessário para alimentar a tropa. A conjuntura era, de fato, extremamente delicada. Os holandeses exigiram uma pesada indenização

---

[6] VELLOZO, Diogo da Sylveyra. *Arquitetura militar ou fortificação moderna*. Organização e comentários de Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: Edufba, 2005, p. 174-175.

[7] Apud: FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Op. Cit., p. 25.

[8] FILHO, Olavo de M. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998, p. 7-13.

[9] "Certo oficial que fugira de Recife numa jangada, na noite que precedeu à capitulação, levou a notícia do que estava acontecendo aos estabelecimentos de Itamaracá e Paraíba, ainda firmemente em poder dos holandeses. Disse ainda, provavelmente para justificar o seu modo de proceder, que os vencedores sanguissedentos ignorariam todas as condições a que haviam dado o seu assentimento, matando todos quantos viviam em Recife. Isso produziu tal pânico entre as guarnições do norte, que sem esperarem ser atacados, ou saber se elas se achavam incluídas nas cláusulas da capitulação, embarcaram quase todas às pressas nos primeiros navios de que puderam lançar mão, fugindo para as Antilhas. O exemplo foi seguido pelo anfíbio coronel Haulthain, que entregou aos próprios prisioneiros portugueses a bem aprisionada fortaleza da Paraíba, fazendo-se à vela rumo ao mar das Caraíbas, e levando consigo, de passagem, a guarnição do Rio Grande". BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil*. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004, p. 342.

[10] GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. 2ª Ed. Natal: Fundação Hélio Galvão; Scriptorium Candinha Bezerra, 1999, p. 134.

para desistir do Brasil[11] e os portugueses ainda lutavam contra os espanhóis, que não reconheciam a ascensão da dinastia de Bragança ao trono lusitano.

Ao fim da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira, pois estava pesadamente endividado junto às nações que o auxiliaram a garantir a independência com relação à Espanha. Fato esse agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial, para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas, responsável pela baixa no preço internacional do açúcar, até então a principal fonte de rendimentos da Coroa. Em vista da baixa dos rendimentos dos produtos coloniais, entre o Tratado de Londres de 1661 e os acordos de Methuen (1703), o comércio exterior português concentrou-se na venda da produção metropolitana: vinhos para a Inglaterra e sal de Setúbal para os Países Baixos.[12]

A situação não era crítica somente na metrópole, mas também nas colônias. O comércio com o Oriente fora praticamente desmantelado com a conquista de vários entrepostos pelos holandeses e a produção do açúcar fora desorganizada nas capitanias do norte do Brasil durante a guerra. Não somente se deveria reorganizar a economia e restaurar as fortificações como ainda contribuir para o pagamento do acordo de paz com a Holanda.

Em 1665, os oficiais da Câmara de Natal escreveram ao rei, informando-lhe do péssimo estado em que se encontrava a fortaleza dos Reis Magos. Sobre os soldados, diziam "que de doze não são hoje mais de seis porquanto a miséria que padecem os obriga a largarem a obrigação". Queixavam-se que o vice-rei alegou que não tinha como socorrê-los, propondo que a guarnição fosse paga com os dízimos arrecadados na capitania, os quais não eram suficientes, segundo os camaristas. Pediam então que a Coroa sustentasse uma guarnição de oitenta soldados, mais os artilheiros e oficiais necessários, bem como a provesse com pólvora e munição. Asseguravam que o investimento na segurança dos moradores traria desenvolvimento à região, que se traduziria em mais contribuintes para a Coroa:

> pedimos a Vossa Majestade mande reedificar as ruínas da dita fortaleza, para que à sombra dela se povoe esta Capitania e tenha Vossa Majestade ou sua Real Fazenda nela lucros, porquanto se fazem dois engenhos de açúcar e

[11] A rendição do Recife não significou o fim das pretensões holandesas sobre o Brasil. Portugal teve de pagar uma vultuosa indenização a fim de evitar uma guerra contra a Holanda. Cf. BOXER, Charles. Op. cit., p. 358-360.

[12] MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 248-249.

> far-se-ão mais se Vossa Majestade puser seus benignos olhos nesta nossa petição.[13]

A Câmara tentava mostrar à Coroa que o investimento lhe traria retorno financeiro e que a sua ajuda era fundamental para o desenvolvimento da capitania, que se encontrava pouco povoada e com escassez de víveres e, portanto, dificilmente poderia sustentar a guarnição. Concluía o relato sobre as dificuldades em representar uma comunidade pobre, com poucos moradores e sem comércio de vulto com uma ameaça velada: "mais fácil seria aos moradores deixar a Capitania para outras e o mesmo será se o capitão-mor os quiser obrigar a que guarneçam a fortaleza".[14]

O capitão-mor, Valentim Tavares de Cabral, deu seu aval ao documento enviado pela Câmara, acrescentando outra queixa. Dizia que fizera repetidos pedidos ao vice-rei, conde de Óbidos (1663-1667), para que lhe enviasse homens e munições, mas que nada se fazia por que o capitão-general de Pernambuco não atendia as ordens que vinham da Bahia devido a uma desavença com o vice-rei. Porém a falta de socorro não se vinculava somente a uma querela pessoal entre essas autoridades, mas provavelmente se ligava à dificuldade do governo de Pernambuco em sustentar todas as guarnições que estavam sob a sua administração, pois Cabral afirmava que o antecessor do conde de Óbidos, o governador-geral Francisco Barreto (1657-1663), já havia mandado que o governo de Pernambuco guarnecesse a fortaleza dos Reis Magos com oitenta soldados, mas que nada se fizera nesse sentido.[15]

Ao tomar posse no governo do Rio Grande, em 1669, o sucessor de Valentim Tavares Cabral, o capitão-mor Antônio de Barros Rego e Catanho, informou que encontrara na fortaleza apenas um soldado, o filho de seu antecessor, mas que conseguira alistar sete soldados. Porém, como o governador-geral proibira ao provedor da Fazenda Real outras despesas além dos 60$000 em farinha, os soldados deserdaram. Catanho apelou a Lisboa, salientando a posição estratégica da fortaleza dos Reis Magos: "Neste Estado está a dita Fortaleza, sendo que é a melhor deste Estado e mais fronteira aos tapuias e índios que poderá suceder que vendo-a desfabricada de tudo se poderão levantar".[16]

Em 1670, o Conselho Ultramarino repassou ao rei uma representação da Câmara de Natal, acompanhada de uma carta do capitão-mor, nas quais se voltava a mostrar o estado de abandono da fortaleza dos Reis Magos, sem guarnição e munição suficientes. Outra vez propunha-se um efetivo de oitenta soldados a serem mantidos com os dízimos das capitanias vizinhas da Paraíba, Itamaracá e

---

[13] Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei D. Afonso VI. Natal, 28/07/1665. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 7.
[14] Idem.
[15] Carta do capitão-mor do Rio Grande ao rei D. Afonso VI. Natal, 28/07/1665. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 8.
[16] Apud: GALVÃO, Hélio. Op. Cit., p. 136.

Pernambuco, como acontecera antes da invasão holandesa, uma vez que os recursos da capitania do Rio Grande eram poucos e estavam consignados à reforma da igreja matriz.[17]

Uma carta régia de 26 de janeiro de 1671 ordenou ao capitão-general de Pernambuco a remessa de vinte soldados de infantaria e pólvora. O governador-geral, Visconde de Barbacena, reforçou a ordem para que de Pernambuco seguisse a pólvora necessária e mandou que se continuassem as obras de fortificação. Porém suspeitava da malversação dos fundos, dizendo: "Convém em primeiro lugar se averiguar a forma em que há tantos anos, se tem despendido a renda dos mesmos dízimos na reedificação da Fortaleza sem luzir as obras dela".[18]

Finalmente chegaram alguns soldados, pois o capitão-mor Antônio Vaz Gondim escreveu ao rei que, no momento em que tomou posse, encontrou a fortaleza guarnecida com somente oito homens, mas, em dezembro de 1673, ela já contava com vinte, embora todos fossem infantes e não houvesse nenhum artilheiro. Pedia mais soldados até completar o número de oitenta infantes e dois artilheiros, juntamente com as armas e munição necessárias. Informava ainda que tinha dado início à reconstrução da igreja matriz, porém, como a comunidade era muito pobre, pedia a ajuda da Coroa para a conclusão da obra. Acreditava que o templo serviria como um pólo de povoamento "por que em estando a igreja feita, creio será meio para que esta cidade se povoe; tenho obrigado aos moradores de maiores cabedais a que tratem de levantar nela suas casas".[19]

O Conselho Ultramarino foi de parecer que se mandasse o governador de Pernambuco enviar munições, vinte e cinco soldados, um alferes e um sargento para a guarnição da fortaleza e que um engenheiro verificasse a situação da mesma e também se encarregasse da construção da matriz.[20] O príncipe regente aceitou o conselho e, em 1674, ordenou ao governador de Pernambuco que enviasse ao Rio Grande o que fora recomendado pelos conselheiros. Por sua vez, a Câmara de Olinda ficava encarregada do sustento da guarnição do forte dos Reis Magos.[21]

A eclosão da "Guerra dos Bárbaros" forçou a Coroa a renovar as ordens para que o governo de Pernambuco enviasse armas e munições para a guarnição da fortaleza dos Reis Magos, em 1686. Se a subordinação da fortaleza ao governo de Pernambuco garantia o sustento da guarnição, também trazia problemas. Em dois de julho de 1689, o Senado da Câmara de Natal escreveu ao rei pedindo que os soldados fossem recrutados no Rio Grande, alegando que os pernambucanos logo

---

[17] Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 12/11/1670. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 12.
[18] Apud: GALVÃO, Hélio. Op. Cit., p.138.
[19] Carta do capitão-mor do Rio Grande ao príncipe regente D. Pedro. Natal, 8/12/1673. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 14.
[20] Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 07/04/1674. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 1.
[21] SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria da Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 179.

desertavam. Porém, pedia que a guarnição continuasse a ser paga por Pernambuco "enquanto a sua fazenda real nesta capitania não chegar para esta despesa".[22] A Coroa, entretanto, decidiu que não só a fortaleza se mantivesse sob a administração de Pernambuco como toda a capitania. Para facilitar a mobilização contra os índios, o Rio Grande foi separado da jurisdição da Bahia e anexado a Pernambuco em 1701.[23]

Em 1693, o Conselho Ultramarino deu conta à Coroa de diversas cartas acerca do estado de ruína da Capitania do Rio Grande e da fortaleza dos Reis Magos por causa da "Guerra dos Bárbaros". Sugeria então que o rei contratasse uma pessoa com o encargo de vistoriar as fortalezas e colocá-las em estado defensável.[24] Já em 1674 se criara uma Superintendência das Fortificações de Pernambuco e das demais capitanias do Norte, com tesouraria própria e autonomia administrativa, porém tudo indica que a medida não chegou a ser efetivada.[25]

O capitão-mor do Rio Grande informava o rei, em 1693, que todas as peças de artilharia da fortaleza estavam desmontadas, pois os canhões não possuíam carretas[26] que os sustentassem. A burocracia da administração colonial, somada às distâncias entre as autoridades aumentava muito a demora em sanar os problemas. O governador-geral mandou que as carretas fossem enviadas a Pernambuco onde deveriam ser consertadas pelo menor preço, mas ainda não tinham retornado por que não havia dinheiro para o pagamento da obra. Reclamava ainda que só encontrara cinco soldados na guarnição da fortaleza, onde "nem as portas estão capazes de se fechar".[27]

Em 1699, o governador-geral escreveu ao governador de Pernambuco que, por ordem régia, ele deveria enviar para Natal mais trinta soldados, a fim de completar o número de cinquenta, cifra sugerida pelo capitão-mor do Rio Grande como a necessária para a defesa da fortaleza dos Reis Magos.[28]

Na representação de 2 de agosto de 1702, a Câmara de Natal alegava que os cinquenta soldados da guarnição da fortaleza, tirados dos Terços de Pernambuco, eram "os de piores costumes", que continuamente desacatavam as autoridades que não tinham meios de castigá-los. Voltava então a pedir que o recrutamento se fizesse na região, alegando que "nesta capital se acham moradores com muitos filhos capazes de formarem o dito presídio".[29]

---

[22] Apud: GALVÃO, Hélio. Op. Cit., p. 140.
[23] LOPES, Fátima Martins. Op. Cit., p. 83.
[24] Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 23/11/1693. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 35.
[25] GALVÃO, Hélio. Op. Cit., p. 136.
[26] "Carreta de artilharia. São dois paus muito grossos, com outros quatro atravessados, que sustentão a peça". In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/online/index.asp acessado em 18 de junho de 2008.
[27] Carta do capitão-mor do Rio Grande, Sebastião Pimentel, ao rei D. Pedro II. Natal, 04/08/1693. AHU, Avulsos, RN, cx. 1, doc. 35.
[28] SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., p. 213.
[29] Apud: GALVÃO, Hélio. Op. Cit., p.141.

Parece estranha a petição da Câmara quando se sabe que o pagamento dos militares era sempre "mal, tarde, ou nunca", conforme Boxer.[30] Porém no contexto econômico de Natal, uma pequena cidade com economia de subsistência, a profissão de soldado pode ter sido interessante para alguns jovens. Entretanto, se preferiam os da terra aos pernambucanos os camaristas sempre faziam questão de que o pagamento da guarnição fosse feito pelo governo de Pernambuco, com a alegação de que os rendimentos da capitania não suportariam tal gasto.

A fortaleza dos Reis Magos foi mais um símbolo do poder da Coroa portuguesa no Rio Grande do que um meio eficaz de proteção da costa. Os holandeses a tomaram sem muito esforço e, desde a sua saída, a fortaleza não voltou a enfrentar um ataque estrangeiro. Teve um importante papel na conquista da região aos índios, mas foi, sobretudo, um motivo de orgulho para as autoridades locais e, quiçá, também para a população. Quase que invariavelmente, as cartas dos capitães-mores e do Senado da Câmara enviadas à Coroa pedindo homens e recursos para a fortaleza sempre a mencionam como a melhor do Estado do Brasil. Ao descrever o Rio Grande, Sebastião da Rocha Pitta, na sua célebre *História da América portuguesa,* não pôde omitir o principal monumento da capitania: "a fortaleza dos Santos Reis das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida com quatro torreões".[31]

---

[30] BOXER, C. R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 310.

[31] ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. São Paulo: Clássicos Jackson, 1958, p. 75.

A CONQUISTA DO SERTÃO

NA RIBEIRA DA DISCÓRDIA: POVOAMENTO, POLÍTICAS DE DEFESA E CONFLITOS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1680-1710)

Carmen Alveal[*]
Tyego Franklim da Silva[**]

Introdução

O momento de concretização da tomada dos espaços coloniais portugueses na América revelou-se um espaço de conflito. Vários foram os interesses entre aqueles envolvidos na conquista e construção da sociedade colonial, bem como aqueles que tentavam resistir, sobreviver ou mesmo ganhar alguma vantagem na nova configuração espacial e do novo ordenamento jurídico que se processava na conformação do processo colonizador na America portuguesa. Nesse sentido, o período após a expulsão dos holandeses foi fundamental para impulsionar a entrada para o sertão. Vários foram os agentes, e consequentemente vários eram os interesses. Mesmo quem se encontrava, de certa forma, distante, aproveitou para utilizar a ocupação dos sertões como meio de se firmar enquanto autoridade colonial, legitimando-se por pedidos dos próprios colonos.

Este artigo pretende analisar a guerra do Assu em três dimensões, nas quais o espaço colonial apresentou-se como palco onde ocorreram diversas situações: o conflito entre o governador-geral e o capitão-mor do Rio Grande; o conflito entre o Terço dos Paulistas e o mesmo capitão-mor; e finalmente o conflito entre os moradores de Assu e o Terço dos Paulistas, quando da chegada destes à região.

A retomada da colonização da capitania do Rio Grande após a expulsão dos holandeses foi marcada pelo incremento das atividades ligadas à pecuária sertão adentro e pelos levantes indígenas contra a presença colonizadora nas árduas terras do interior do Brasil. Obrigados a aventurar-se no desconhecido interior das capitanias, os responsáveis pela criação de gado avançavam pelas ribeiras dos rios e deixavam o litoral para a cultura da cana-de-açúcar. A pecuária configurava-se como uma alternativa econômica bastante viável, por não exigir mão de obra especializada e pelo baixo custo de implantação se comparados à montagem de engenhos de cana de açúcar. Essa frente colonizadora gerada pela pecuária tinha em sua formação colonos abastados da região açucareira que visavam aumentar suas propriedades e suas rendas.[1] As terras necessárias para essa empreitada eram

---

[*] Doutora em História pela Johns Hopkins University e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
[**] Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[1] JESUS, Mirian Silva de. *Abrindo Espaços: os "paulistas" na formação da capitania do Rio Grande.* Natal, 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 63.

obtidas por meio das concessões de sesmarias que eram concedidas àqueles que possuíam e apresentassem justificativas convincentes de seu interesse em povoar, produzir e tornar produtivas as terras que se encontravam devolutas com vistas aos interesses da coroa.

Na medida em que os colonos avançavam em sua empreitada de levar o gado para bons pastos no sertão eram realizados os primeiros contatos com os grupos indígenas que habitavam aqueles territórios. Eram grupos étnicos que se diferenciavam dos que os portugueses já conheciam no litoral. O interior da América portuguesa encontrava-se povoado por grupos indígenas que o português aprendeu a denominar de tapuias.

Os primeiros embates entre os colonos (aqueles poucos que resistiram à presença holandesa, os que atenderam ao chamado dos editais para repovoar o Rio Grande, e novos moradores das capitanias do norte do Estado do Brasil provenientes de Portugal e de outras áreas do império[2]) e os índios ainda não dominados ou inseridos na sociedade colonial foram favoráveis aos nativos, que causaram grandes prejuízos aos criadores de gado. No território dominado pelos Potiguara, a parte relativa ao litoral, os índios chegaram a atacar os colonos instalados na ribeira do Ceará-Mirim, a pouco mais de 30 quilômetros da cidade do Natal, centro administrativo e militar da capitania. As primeiras notícias de confrontos entre índios e colonos, depois da expulsão dos holandeses, são da década de 1680, segundo Luís da Câmara Cascudo. Ele relata que:

> Os indígenas estavam atacando, armados de mosquetes ou usando as velhas armas tradicionais. Atacando as residências, matando e incendiando. O gado, orgulho do colono branco e mestiço, era peça de caça para o indígena. Onde o via, derrubava-o como uma paca ou a um veado. Assava e comia.[3]

Vale ressaltar que, naquele período, o Rio Grande era uma das principais fontes de carne bovina para as capitanias do norte, principalmente a Paraíba e a Pernambuco. Esta característica já tinha sido observada pelos holandeses, que viram tais terras como um ponto estratégico para a sua permanência na América, por ser capaz de suprir a carência em gêneros alimentícios básicos, como carne e leite, para as demais capitanias que estavam sob seu domínio e que tinham como interesse maior a cana-de-açúcar. Diante dessa importância, a defesa da colonização e da criação de gado tornou-se uma das prioridades portuguesas para o governo-geral da colônia, em Salvador, e não somente aos governadores e capitães-mores das capitanias do norte.

Os conflitos no território do Rio Grande do Norte colonial, a partir da década de 1680, integraram-se à chamada Guerra dos Bárbaros: uma série de

---

[2] Para mais informações sobre os editais e o processo de repovoamento da capitania do Rio Grande após a expulsão dos holandeses, ver: CAVALVANTI, Helaine de Moura. "Do Flamengo ao Bárbaro: O processo de Restauração da capitania do Rio Grande". In: CAETANO, Antonio Felipe Pereira (Org). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. Maceió: EdUFAL, 2011. V.1. p. 41-53.

[3] CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: Civilização Brasileira, 1980, p. 53.

conflitos entre os povos indígenas e os novos moradores que se estenderam por toda a segunda metade do século XVII até as primeiras duas décadas do XVIII por todo o norte do Estado do Brasil.[4] Em jogo estava a paz e vida dos colonos, seus bens (terras e gado) e a soberania do coroa portuguesa e da Igreja sobre a região.

Os interesses escusos por trás do povoamento e da defesa: a necessidade de firmar o poder no novo território

A retomada da colonização das capitanias invadidas pelos holandeses teve como uma de suas principais preocupações a grande necessidade de, além de retomar a produção açucareira do litoral, povoar as áreas em que a presença do português não era significativa, ou até mesmo inexistente até meados do século XVII. Com a premência de se defender as fronteiras do norte, tanto pelas ameaças estrangeiras que rondavam o litoral quanto pelas hostilidades dos índios do sertão, ganhavam força as ideias de estabelecimento de núcleos populacionais, nas localidades onde os holandeses causaram a retirada dos poucos colonos instalados na primeira metade dos seiscentos, e de se levantar esforços para criar uma colonização mais sólida nas regiões de fronteira, sobretudo no interior no último quartel do XVII. Tal fato ocasionou o conflito de interesses entre o governador geral, em Salvador, e o capitão-mor do Rio Grande.

Na década de 1680, intensificou-se o estabelecimento de núcleos populacionais nas principais ribeiras, contando com participação de "homens de armas", que por meio da "guerra justa"[5] adquiriam mão-de-obra indígena e ainda concessões de sesmarias para fixarem-se naquelas localidades. Nas cartas de sesmarias do período, são comuns as concessões coletivas de terras, geralmente com a presença desses "homens de armas" entre os suplicantes. Em uma das cartas de doação de sesmarias na capitania do Rio Grande, na ribeira do rio Piranhas (ou Assu), deferida em 19 de fevereiro de 1680, aparecem os nomes de dez suplicantes, seis deles com alguma patente militar: quatro capitães e dois alferes. Entre as justificativas defendiam que contribuíram para o povoamento da capitania e queriam as terras para a criação de gado.[6] Como exemplo da presença de "homens notáveis" no povoamento das terras do interior da capitania, um pouco antes, em 5 de janeiro do mesmo ano, o senhor de engenho em Pernambuco, João

---

[4] PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos indígenas e Colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC: Editora da Edusp, 2002, p. 34-35.

[5] A noção de guerra justa é discutida por PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)". In: CUNHA, Manuela Carneiro. *Índios na história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 123

[6] CARTA de sesmaria doada a Domingos Moniz Pereira, entre outros, em 19 de fevereiro de 1680. *Plataforma SILB* – RN 0041. A Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro) é uma base de dados que pretende disponibilizar *on-line* as informações das sesmarias concedidas pela coroa portuguesa no mundo atlântico. Acesso em 26 mar. 2012: disponível em www.silb.cchla.ufrn.br

Fernandes Vieira[7] "do conselho de guerra de sua Alteza, capitão geral que foi dos Reinos da Angola"[8] solicitou uma sesmaria na ribeira do Assu para a criação de gado, alegando ainda que requeria as terras que pertenciam aos "inimigos bárbaros" e que ele mandou descobrir as ditas terras com ordens para que expulsassem o "gentio brabo".

Ainda assim, mesmo com a presença de oficiais entre os povoadores, a defesa das terras era ineficaz e os confrontos com os grupos indígenas eram cada vez mais constantes. Até depois do envio de tropas oriundas da zona açucareira de Pernambuco - que incluíam as tropas permanentes daquela capitania e os terços liderados por Felipe Camarão e Henrique Dias,[9] atendendo às ordens do governador-geral Matias da Cunha (1687-1688), que, por sua vez, atendia as súplicas do Senado da Câmara da cidade do Natal - os esforços para apaziguar o sertão do Rio Grande não resultaram em vitórias consideráveis para o colonizador.[10] A falta de reforços que chegassem à aflita região e mantimentos que suprissem a passagem destes terços pelo árduo sertão eram os maiores problemas dos oficiais encarregados de defender e ainda colonizar aquelas terras.

Dessa forma, pode-se perceber que o governador-geral aproveitou-se de um pedido da própria câmara da cidade do Natal, para intervir nas guerras contra o gentio, passando de um problema localizado das capitanias do norte, envolvendo, sobretudo, os governos de Pernambuco e Rio Grande, para chegar até Salvador.[11] Por isso, o governador-geral tomou a iniciativa de enviar tropas compostas por paulistas para a região do conflito, e tais tropas estavam subordinadas ao governo geral e não às autoridades locais.[12]

A presença efetiva de um considerável contingente militar na região surgiu como forma de finalizar os impasses com os índios. Os bandeirantes paulistas foram vistos como a melhor opção, pois construíram fama em toda a colônia por suas práticas eficazes em conter as rebeliões de escravos e em apresar gentios ariscos, embora essa fama fosse vista de forma bastante negativa por alguns. Em 1687 o governador-geral da colônia conseguiu o auxilio dos bandeirantes, que

---

[7] Sobre João Fernandes Vieira, consultar: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira:* Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa, 2000.

[8] CARTA de sesmaria doada a João Fernandes Vieira, em 05 de janeiro de 1680. Fundo de Sesmarias – IHGRN. Embora João Fernandes Vieira possuísse 16 engenhos, foram encontradas apenas duas cartas de concessão de sesmarias. MELLO. Op. Cit. p. 360.

[9] Para um estudo aprofundado sobre a formação das ordenanças, mas principalmente das tropas regulares na zona açucareira, sobretudo Recife e Olinda ver: SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

[10] JESUS, Mirian Silva de. Op. cit., p. 66.

[11] Vera Lúcia Costa Acioli analisa justamente os problemas de jurisdição envolvendo a capitania de Pernambuco e suas anexas e o governo geral localizado na capitania da Bahia. Ver: ACIOLI. *Jurisdição e conflito:* aspectos da administração colonial. Recife: Universitária UFPE/UFAL, 1997.

[12] É mais uma vez Kalina Wanderley Silva que analisa as medidas da coroa portuguesa diante do fracasso da própria estrutura militar portuguesa, afirmando que a própria coroa tomava a iniciativa de criar tropas de acordo com a urgência. SILVA. Op. cit, p. 162.

seguiram rumo à região do conflito para combater a resistência indígena. Para tal tarefa, os bandeirantes receberiam o pagamento de soldo, mantimentos, armas, munição e fardamento. A partir da presença dos ditos paulistas, o conflito finalmente passaria a ser mais favorável para o lado do colonizador.[13]

Atrativo bem maior do que a promessa do pagamento dos soldos era a possibilidade de, a partir da guerra justa com os bárbaros do sertão, empreender uma campanha de apresamento dos índios para serem vendidos como escravos aos engenhos do litoral. Além disso, as mercês régias que receberiam pela campanha em defesa da posse da coroa portuguesa nas terras ameaçadas pelos tapuias era outro fator motivador. Entre estas mercês estavam as possibilidades de crescimento na carreira militar, por meio de cartas de requerimento de novas patentes e o direito de solicitar, junto aos poderes administrativos das capitanias, terras nas áreas em que lutaram contra a "hostilidade" dos índios. Também poderiam solicitar isenção de foro, o que de fato foi conseguido pelos paulistas participantes da campanha de Palmares que pediram sesmarias naquela região.[14] Estes prêmios foram assegurados por contratos feitos com as autoridades coloniais, garantindo que eles recebessem: "Soldos e patentes militares, terras e o direito de aprisionar e escravizar indígenas, além de títulos honoríficos como 'Fidalgo Cavalheiro' ou 'Membro da Ordem de Cristo', em troca de sua participação nas guerras de conquista".[15]

Entre os bandeirantes que fizeram campanha no Assu os mais notáveis, até então, eram os mestres de campo Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho. Este último, já tinha sido contratado pelo governador-geral da colônia para extinguir os negros dos Palmares. Desde 1685 já combatia resistências indígenas na região do rio São Francisco e em 1687, também por ordem do governador-geral, desviou sua expedição para os conflitos no Rio Grande.[16] Uma das primeiras atitudes tomadas por Domingos Jorge Velho foi construir uma casa-forte no rio Piranhas. Em 1688, com a presença efetiva dos paulistas no conflito, os povoadores obtinham suas primeiras vitórias relevantes sobre os índios, o que deixara o governador-geral Matias da Cunha satisfeito, mas obviamente deixava as autoridades de Pernambuco preocupadas com um possível aumento da ingerência do governo geral nas capitanias do norte. Ao mesmo tempo, o governador-geral talvez desejasse mostrar para a coroa sua competência para administrar a colônia e os diversos conflitos decorrentes do processo de conquista e de adentramento do sertão.

---

[13] Silva argumenta que também no caso de Palmares a situação somente se modificou quando da entrada no conflito dos paulistas. SILVA. Op. cit, p. 159.

[14] ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting land into property in the Portuguese Atlantic World*. Tese (Doutorado em História) – The Johns Hopkins University, Baltimore, 2007, p. 182-185.

[15] MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução a História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2002, p. 53.

[16] Idem, p. 53.

Na virada da década de 1690 o conflito já tomava outra tonalidade: as investidas dos paulistas deram resultado e as grandes perdas de vidas do lado indígena nos confrontos eram exaltadas. Com as vitórias alcançadas, os paulistas instituíram-se como a principal força militar no Rio Grande,[17] estabelecendo-se na ribeira do Assu, superando a prévia participação dos terços pernambucanos, sobretudo os liderados por Felipe Camarão e Henrique Dias.[18] Novos nomes surgiam na cena conflituosa do sertão do Rio Grande, sendo o principal deles o do sargento-mor Manuel Álvares de Morais Navarro, que viera integrar as forças do mestre de campo Matias Cardoso de Almeida. Com o afastamento de seu mestre de campo em 1698, Morais Navarro assumiu o comando de seu terço e, posteriormente, passou a liderar o Terço dos Paulistas,[19] criado pelo governador-geral Dom João de Lencastro, em 1695, acatando a ordem régia de 10 de março daquele ano. A ordem decretava que se levantasse um terço de paulistas para a guerra aos bárbaros. A formação do terço mudaria novamente a guerra: o conflito passara a ter como característica não mais os ataques aos índios, mas sim "mais pela rivalidade entre as próprias facções internas, e também pela institucionalização do terço".[20]

Discórdias e disputas de poder entre os paulistas e o capitão-mor

Em 29 de junho 1695 o governo da capitania do Rio Grande passou para as mãos do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, nome também já destacado na guerra contra os negros dos Palmares. Seu nome ficaria marcado na história potiguar como o responsável pela pacificação dos sertões dessa capitania, combatendo e alcançando o extermínio dos tapuias. As relações entre o novo capitão-mor e os oficiais paulistas instalados na ribeira do Assu já não eram agradáveis e ficariam mais complicadas com a chegada do novo mestre de campo, Morais Navarro.

Bernardo Vieira de Melo chegou ao Rio Grande em um período de grande vantagem para as forças bélicas que acudiam a frente colonizadora do sertão. Do Assu ao Jaguaribe as rebeliões indígenas eram cada vez mais frequentes, e as atividades dos oficiais paulistas não cessavam. Em 20 de abril de 1696, foi

[17] No livro *O sol e a sombra*, Laura de Mello e Souza trata justamente da construção da imagem dos paulistas enquanto exército, vassalos do rei ou insurgentes. SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra*. Política dministração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 109-147.

[18] JESUS, Mirian Silva de. Op. cit., p. 68.

[19] O termo "Terço dos Paulistas" foi usado para designar o terço militar formado para atender a ordem régia de 1695. Em 1698, o novo terço reuniu-se pela primeira vez, na Bahia, com dez companhias em sua composição. Para mais informações, consultar o capítulo "O Terço dos Paulistas", in: PUNTONI, Pedro. Op. cit. p. 181-210.

[20] JESUS, Mirian Silva de. Op. cit., p. 70-71.

construído um presídio[21] na ribeira do Assu. Logo depois, em 24 de abril de 1696, Bernardo Vieira de Melo fundou o Arraial do Assu, com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres, atendendo a uma antiga carta régia de março de 1694, em que o rei ordenava que nos vales dos rios Assu, Jaguaribe e Piranhas fossem construídas seis aldeias, duas em cada vale, com cem casais de índios e com vinte soldados. A razão militar de tais medidas era garantir a existência de uma linha de aldeias amigas nas fronteiras norte para guardar as capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco.[22] Contudo, cabe lembrar que uma casa-forte, construída pelos paulistas, localizava-se na mesma região. Assim, a disputa pelo controle do espaço passava também pela construção física de prédios que mostrassem a presença de determinado grupo. O vale do rio Assu tomava cada vez mais ares de zona de guerra. Em carta ao rei, de 25 de abril de 1697, o capitão-mor relatou a situação da capitania quando ele tomou posse, seu sucesso nas ações para trazer a paz ao sertão e a decisão tomada pelas autoridades locais para se criar o presídio. Ele explicava que:

> Por cuja causa chamei a minha presensa a camara e todos os moradores de mais suposição para com seu parecer obrar o que visse ser mais conveniente para a seguransa e aumento das povoacons e todos votarão em que se fizesse no sertão do Assû que distá 40 legoas deste lugar hum prezidio com gente que pudesse [refrear] qualquer impasso dos Barbaros. *[sic]*[23]

Mesmo com pouco tempo no governo do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo já estava inserido nas grandes ações para proporcionar a paz com os índios do sertão, fazendo uso de sua experiência. Em sua carta ao rei ele relatava a presença dos membros do Senado da Câmara de Natal e dos "moradores de mais suposições": "homens nobres que costumão servir na republica (...)",[24] homens abastados que alcançaram lugar de destaque na incipiente sociedade do Rio Grande por servirem aos interesses régios com dispêndio de suas próprias fazendas, e em troca recebiam mercês reais que iam de cargos administrativos a concessões de sesmarias, sobretudo na própria região do Assu, palco dos principais conflitos contra alguns grupos indígenas.[25] Os interesses do capitão-mor, dos

---

[21] Em seu dicionário, Raphael Bluteau (1728) define presídio como praça ou fortaleza com "gente de guarnição"; soldados que estão em uma praça para guardá-la e defendê-la do inimigo.

[22] PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 165 -166.

[23] CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D.Pedro II] sobre a decisão dos oficiais da câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açu, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. Rio Grande, 25 de abril de 1697. AHU-RN, Papéis avulsos, Cx. 1, doc. 42.

[24] ANEXO: termo de obrigação entre os oficiais da Câmara do Natal e os moradores (cópia). Rio Grande, 25 de abril de 1697. AHU-RN, Papéis avulsos, Cx. 1, doc. 42.

[25] A formação da elite colonial é objeto de estudo de vários pesquisadores que usam o conceito de "nobreza da terra" para a formação de um grupo de homens que receberam, por meio de mercês reais (como a inserção na máquina administrativa da colônia e concessões de sesmarias), privilégios dentro da sociedade colonial. Para uma melhor compreensão do conceito de "nobreza da terra" ver: FRAGOSO, João. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio

moradores e dos membros da câmara estavam diretamente ligados à defesa da capitania, porém, com a chegada do novo mestre de campo para chefiar as ações dos paulistas no sertão, os interesses dos grupos dominantes da capitania entrariam em choque com os interesses dos oficiais bandeirantes ali instalados.

Manuel Álvares de Morais Navarro tornou-se mestre de campo por meio de uma carta patente de 25 de maio de 1696, e "era certamente a pessoa mais indicada para o posto, pois já tinha grande experiência na Guerra do Açu".[26] Logo em sua chegada à capitania - depois de uma penosa viagem em que foi assolado por um naufrágio, um surto de bexigas (varíola) e a falta de mantimentos – a falta de auxílio por parte do capitão-mor já provocara queixas do mestre de campo às autoridades coloniais e até mesmo ao rei. Começava uma rancorosa troca de correspondências repletas de queixas entre eles e as autoridades coloniais e o rei. Esta aura de tensão entre o capitão-mor e o mestre de campo do Terço dos Paulistas perdurou até o fim do mandato de Bernardo Vieira de Melo, em 1701.

Possuidor de terras na ribeira do Assu, bem como oficiais da câmara que o apoiavam,[27] Bernardo Vieira de Melo não via com bons olhos a presença dos paulistas na região. A relação entre o mestre de campo paulista, sempre demonstrando muito prestígio pelos sucessos oficiais do terço, e o governador-geral da colônia não agradavam ao capitão-mor do Rio Grande, que percebia seu poder sobre a capitania que governava ser objeto de várias restrições, uma vez que, nas ações bélicas, Morais Navarro tinha total autonomia. Manuel Navarro, por ser subordinado diretamente ao governo geral do Brasil, em Salvador, sempre foi um problema para a governabilidade do Rio Grande. O próprio Bernardo Vieira de Melo solicitou ao rei, em 1694, para que ele próprio prestasse homenagem ao governador de Pernambuco e não mais ao geral localizado na Bahia, devido à grande distância entre as duas capitanias. Posteriormente, com as divergências entre o capitão-mor e o governo-geral, o desejo de prestar homenagem ao governador pernambucano ganharia mais força, motivado pelos privilégios concedidos ao mestre de campo Manuel Álvares de Morais Navarro.

No episódio do "Massacre do Jaguaribe", em 1699, a rixa entre Manuel Álvares de Morais Navarro e Bernardo Vieira de Melo ficou ainda mais evidente. O mestre de campo acusou o capitão mor de armar uma emboscada contra sua tropa com ajuda de dois de seus oficiais (Antônio da Rocha e Balthazar Gonçalves

---

de Janeiro (séculos XVI e XVII)". In: *Topoi:* Revista de História. n. 1. Rio de Janeiro. UFRJ, 2000 e BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". *Almanack Braziliense*, n. 2, Novembro 2005, p. 21-34.

[26] PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 177-178

[27] Em comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, em maio de 2011, Carmen Alveal demonstrou como os oficiais da câmara de Natal também tinham sesmarias, algumas vezes mais de uma, na própria capitania do Rio Grande, ou mesmo nas capitanias adjacentes, aliando o poder econômico com o político. Carmen Alveal, *A formação de elite na capitania do Rio Grande no período pós-Restauração (1659-1691)*.

Ferreira), encarregados de colocar os índios da aldeia dos Paiacu contra os bandeirantes.[28] Reforçando as acusações contra o capitão-mor, Pedro Lelou (ex-capitão-mor do Ceará, então sargento-mor em Pernambuco e aliado de Manuel Álvares de Morais Navarro), enviou uma carta ao governador-geral Dom João de Lencastro, contando que o capitão-mor do Rio Grande espalhou avisos e cartas por todas as partes propagando as noticias do massacre e manifestando-se contrário à tirania do mestre de campo.

Nas acusações de Lelou, Vieira de Melo também teria obrigado alguns moradores pertencentes a sua facção e oficiais da câmara de Natal a confirmar sua versão contra Morais Navarro, como relata o historiador Pedro Puntoni.[29] O caso tomaria proporções ainda maiores com a intervenção de Francisco Berenguer de Andrade (tio de Bernardo Vieira de Melo, cunhado de João Fernandes Vieira e considerado homem notável da capitania de Pernambuco) que participou, com o capitão-mor, de uma representação junto ao bispo, resultando na excomunhão do paulista. Ainda para Pedro Lelou e os oficiais paulistas, o governador do Rio Grande, "sabendo que o mestre de campo, pessoa da consideração do governo-geral, desejava substituí-lo" no posto de mestre de campo do terço no Assu, teria induzido os índios a atacarem a tropa de Morais Navarro e tentarem matá-lo.[30]

Este evento, além de representar uma acusação séria de uma parte contra a outra, ainda exprime outra grande peleja que enfrentaram os oficiais paulistas: salvaguardados pelos contratos feitos diretamente com o governador-geral e pela própria legislação referente aos povos indígenas, que permitia o aprisionamento de índios em casos de "guerra justa", os bandeirantes agiam de qualquer forma nos sertões, muitas vezes entrando em confronto com os ideais dos missionários que mantinham os índios já pacificados nos aldeamentos.[31]

Em outro caso, relatado pela historiadora Fátima Martins Lopes, o interesse do mestre de campo em apresar índios fica novamente evidente.

> Com a ida do Mestre-de-Campo Manuel de Morais Navarro para o Açu e suas diversas manobras para colocar grupos tapuias opostos em guerra a fim de obter motivos para cativarem a todos por sublevação, os Janduí fotam armados com póvora e bala pelo Mestre-de-Campo e atacaram os Paiacu que estavam recém-aldeados na nova Missão de Apodi, em março de 1700. Como resultado deste ataque, os Janduí seriam considerados culpados por uma ação de guerra contra índios aldeados e, portanto, passíveis de serem punidos, isto é, cativados *[sic]*.[32]

---

[28] JESUS, Mirian Silva de. Op. cit., p. 92.
[29] PUNTONI, Pedro. Op. cit., p 250.
[30] Idem, p. 250.
[31] Para mais informações sobre a situação dos povos indígenas, "guerra justa" e as missões de aldeamento no Rio Grande do Norte colonial, ver: LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.
[32] LOPES, Fátima Martins. Op. cit., p. 177-178.

Os missionários que estavam à frente dos aldeamentos na região acusavam os paulistas de provocarem conflitos entre os grupos indígenas, como forma de garantir o aprisionamento por meio da "guerra justa".

Na discórdia existente entre o capitão-mor e o mestre de campo, todos os problemas ocasionados pela parte oposta eram motivos de queixa às autoridades coloniais e ao monarca. O capitão-mor queixou-se diretamente ao rei por meio de carta em 6 de junho de 1700, relatando as exorbitantes despesas que o Terço dos Paulistas ocasionava para a Fazenda Real. No discurso de Bernardo Vieira de Melo, a presença dos oficiais do terço no Assu já era desnecessária. O capitão-mor queixara-se diretamente ao rei sobre esta questão, não passando pelo governador-geral, que muito exaltava as ações do mestre de campo do terço. Um mês antes, Morais Navarro relatava por carta ao rei a falta de apoio que ele tinha por parte do governo da capitania. Tratava-se de uma disputa pelo poder já conhecida na colônia, como também já relatou o Barão de Studart, que escreve sobre os documentos relativos ao mestre de campo na documentação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico):

> Esses choques e attritos entre os administradores e os homens à frente das expedições militares são communs nas crônicas Brasileiras; o que se dava com Moraes Navarro e Bernardo Vieira constituía espetáculo muito da vista e experiência dos antigos colonos. É a mesma luta de Bernardo Pereira de Barreto com o mestre de campo da conquista de Piauí e Maranhão, Bernardo Carvalho de Aguiar [sic].[33]

Essa animosidade entre as principais forças da capitania também dividia os moradores, que, por um lado, apoiavam a presença dos paulistas na região pelo auxílio na concretização da empreitada colonizadora contra os indígenas e, por outro lado, sofriam com os excessos dos oficiais, que se apossavam de suas terras, gados e mantimentos e até indo contra grupos indígenas que eram aliados dos moradores ou mesmo já estavam inseridos naquela nova formação social que estava sendo construída. Diante de muitas denúncias sobre os abusos de Manuel Álvares de Moraes Navarro e seu terço nas ribeiras do Assu e Jaguaribe, o rei pediu informações às autoridades coloniais, inclusive ao desembargador da demarcação de terras e ouvidor geral, Cristóvão Soares Reimão[34] e, por fim, decretou a prisão do mestre de campo, antes mesmo do fim efetivo da guerra.

> Foi neste ano de 1700 que uma carta do rei chegou às mãos de Soares Reimão lhe enviando uma missão: encontrar uma solução para o conflito entre sesmeiros e oficiais do Terço dos Paulistas na ribeira do Jaguaribe. (...)

[33] STUDART, Barão de. Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro. Notícias para um capítulo novo da história cearense. *Revista do Instituto do Ceará,* tomo XXX, 1916, p. 350-364.

[34] Para mais informações sobre o desembargador de demarcação de terras Cristóvão Soares Reimão, ver: DIAS, Patrícia de Oliveira. *As tentativas de construção da ordem em um espaço colonial em formação: O caso de Cristóvão Soares Reimão*. Natal, 2011, 90 p. Trabalho de conclusão do Curso de História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

> Ainda em 1700, o rei enviou uma ordem ao ouvidor geral para que fosse aplicada uma punição ao mestre-de-campo [sic]. Soares Reimão cumpriu as ordens, mas Navarro continuou agindo por conta própria na região (...)[35]

Morais Navarro defendeu-se das acusações alegando que desconhecia esta rejeição dos moradores para com o Terço e que tinha socorrido a capitania com eficiência contra a hostilidade dos índios.[36]

Findado o período em que Bernardo Vieira de Melo esteve à frente do governo da capitania do Rio Grande, em 14 de agosto de 1701, os oficiais do terço instalados na ribeira do Assu retomaram as boas relações com as autoridades locais. Pedro Puntoni considera que: "O mais provável é que, passados os momentos de maior animosidade, e muito em razão da maneira como o terço se acomodou na estrutura de poder da Colônia, tudo dar-se-ia por esquecido".[37] A pesquisadora Mirian Silva de Jesus pondera que a calmaria do período final da guerra configuraria um entrelaçamento cada vez maior entre os homens do Terço dos Paulistas e os moradores, acerca das disputas por um espaço na sociedade local. "Alguns 'paulistas' acabariam assim, nessa nova relação, fincando bases na capitania".[38]

Mercês conflituosas: a disputa pela posse da terra entre moradores antigos e novos, e paulistas

O terço de Manuel Álvares de Moraes Navarro foi acusado de estar apropriando-se das terras dos moradores, embasados no regimento do terço que lhes garantia a posse das terras conquistadas. No momento em que a guerra findava-se, aumentavam as querelas envolvendo os moradores da região do Assu e o capitão mor Bernardo Vieira de Melo contra o terço de Moraes Navarro, uma vez que, livres dos ataques dos índios, o interesse dos envolvidos no povoamento da capitania voltou-se para a garantia das terras conquistadas e naquele momento a presença dos paulistas não era mais tão necessária.

A permanência dos soldados e oficiais do terço na capitania implicava em uma disputa entre estes e os moradores, pois a eles haviam sido prometidas as terras livres da ameaça indígena.

> A partir do momento em que os bandeirantes paulistas transformam-se em sesmeiros, os diversos setores sociais entram em choque em torno da posse da terra. Desse modo, a princípio os colonizadores recebiam muito bem os paulistas, mas após as rebeliões, quando as terras estavam asseguradas,

[35] DIAS, Patrícia de Oliveira. Op. cit., p 34.
[36] PUNTONI, Pedro. Op. cit, p. 250
[37] Idem, p. 277.
[38] JESUS, Mirian Silva de. Op. cit. p. 97

> começam a encará-los como concorrentes na luta pela posse da terra, causando conflitos.[39]

Seguindo o mesmo caminho do conflito em Palmares, os oficiais no sertão do Rio Grande já faziam uso do seu direito a concessões de terras e pediam as que lhes fossem convenientes. Devido às falhas no processo de demarcação e o uso de marcos geográficos muito incertos para apontar o local dessas sesmarias, era comum que uma nova data fosse concedida tomando parte das terras de um terceiro. Assim como em Palmares, os conflitos pela posse da terra eram inevitáveis entre os grupos interessados (moradores já fixados na região ou aqueles que deixaram as ribeiras no período da guerra, mas que pretendiam retornar e os oficiais paulistas, que distantes de seu lugar de origem e com o direito a terra assegurado queriam fixar-se naquelas localidades).

Porém, apesar dos esforços conjuntos das autoridades locais, missionários e colonos, o rei determinava em carta a Moraes Navarro, de 1703, que povoasse as terras conquistadas, demonstrando a credibilidade que o Terço dos Paulistas ainda tinha, principalmente a figura de seu mestre de campo, perante o governo-geral do Brasil e o rei como capazes de resolver a questão. [40]

Entretanto, ficou decretado na dita carta régia que as datas de terra concedidas na capitania do Rio Grande antes da Guerra dos Bárbaros deveriam ser restituídas aos seus antigos donos, que pela violência dos índios foram abandonadas pelos colonos. Apenas as que não tinham sido concedidas e as que não tinham sido efetivamente povoadas até o momento deveriam ser repartidas entre os oficiais e soldados do Terço, por terem-nas conquistado. Informava o provedor da Fazenda Real da capitania do Rio Grande, José Barbosa Leal, em data de sesmaria concedida ao sargento mor Antonio Álvares Correia e a Domingos Dias de Barros no Assú, em 5 de Abril de 1706, que:

> despõem o cappitulo 42 do Regimento da fazenda e o dito senhor foi servido assim a mandar declarar por carta de 26 de maio de 1703 Annos na coal diz que a fim da lei he povoarem se as terras desaproveitadas e suposto o dito senhor fassa também servido que as terras desaproveitadas e não dadas antes da invasão dos Barbaros fossem aos officiaes e soldados do terso Paulista he so nos que eles conquistam como assim o declara o dito senhor e nestas que os supplicantes pedem lhe fazem serviço em lhes quererem povoar he o que posso informar a Vossa mercê.[sic][41]

Para os oficiais e soldados paulistas ficava a responsabilidade de povoar e defender as terras, a exemplo do que foi feito em Palmares pelo terço de Domingos Jorge Velho. Caso as terras desocupadas concedidas em mercê ao Terço dos

---

[39] PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros*: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial. Recife: Fundap/CEP, 1990, p. 116, nota 12.
[40] JESUS, Mirian Silva de. Op. cit., p. 95.
[41] REGISTRO de uma data de terras de Antonio Alves Araujo Correia e a Domingos Dias de Barros em 5 de Abril de 1706. *Fundo de Sesmarias - IHGRN*.

Paulistas não fossem ocupadas por seus homens, seriam consideradas devolutas e sujeitas a serem doadas de acordo com o regimento das sesmarias.

Com base em um pequeno recorte temporal nas datas de sesmarias do Rio Grande, entre 1706 e 1708, percebe-se que a presença de oficiais, homens de patente, entre os suplicantes das terras da capitania é notável nas 25 cartas concedidas pelo capitão-mor, Sebastião Nunes Colares. As cartas de sesmarias do período estão nos volumes I e II dos livros das Sesmarias, sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). No fundo das cartas de sesmarias há um vácuo entre os anos em que Bernardo Vieira de Melo (29/06/1695 a 14/08/1701) e Antonio de Carvalho e Almeida (15/08/1701 a dezembro de 1705), foram capitães-mores da capitania, havendo concessões somente no governo de Sebastião Nunes Colares[42] (de dezembro de 1705 a 30/12/1708). Entretanto, foi durante o governo de Bernardo Vieira de Melo que os maiores embates entre o Terço Paulista e os moradores, missionários e o poder administrativo pela posse das terras ocorreram.[43]

O que as cartas de sesmarias doadas pelo capitão mor Sebastião Nunes Colares entre os anos de 1706 e 1708, concedidas logo após o período de maior rivalidade entre os índios e os oficiais paulistas, mostram é que muitas destas terras reservadas para os paulistas não tinham sido ocupadas por eles e que estavam à disposição para serem distribuídas novamente. Mas, nomes relacionados à ação dos bandeirantes no sertão do Rio Grande, Paraíba e Ceará podem ser vistos nas doações de terras ao longo das três primeiras décadas do século XVIII, geralmente apontando como justificativa para o seu pedido o fato de terem lutado contra o "gentio bravo", ou indicando diretamente a sua participação na "guerra contra o bárbaro".[44]

As cartas de sesmarias concedidas pelo capitão-mor Sebastião Nunes Colares revela um considerável número de oficiais como suplicantes de terras na capitania do Rio Grande, boa parte deles pedindo lotes na região do vale do Assu. A primeira delas, na verdade, trata-se do registro no Livro das Sesmarias da capitania de uma data de terra passada pelo governador geral Antonio Luiz Gonsalvez da Câmara Coutinho em 17 de julho de 1691. A carta foi registrada em Natal em 19 de maio de 1706 e era concedida ao capitão Manoel Vieira do Valle uma sesmaria de quatro léguas em quadra na região do rio Assu. Como justificativa, o suplicante das terras argumentava que

> por elle supplicante haver servido a El Rey meo senhor tanto nas guerras passadas como nas presentes dos tapuias dos coais tinha recebido consideravel perda em seos gados e fazendas e se lhe não tenha dado terra

[42] O capitão-mor Sebastião Nunes Colares era cavaleiro da Ordem de Cristo. Além disso, ele foi capitão-mor de Sergipe entre 1696 e 1699.

[43] Não se sabe se não houve concessões no período por causa da guerra em andamento ou se os registros foram perdidos.

[44] *Plataforma SILB* – Sesmarias do Império Luso-Brasileiro.

> alguas por não estarem discubertas e elle com outras pessoas descubrirão a sua costa as referidas as coaes estavão devolutas e as pertendião aproveitar povoando as com gados e criações em beneficio da fazenda Real [sic][45]

A carta de concessão do capitão Manoel Vieira do Valle permite exemplificar a prática das doações de terras aos oficiais do Terço dos Paulistas que pretendiam povoar as terras do Rio Grande, que não retornavam para seus lugares de origem. A ribeira do Assu era a região mais solicitada pelos suplicantes nas cartas de sesmaria na capitania do Rio Grande no início do século XVIII e a justificativa dominante era o interesse em povoá-las e estabelecer criações de gado.

Apesar de todos os impasses envolvendo os oficiais paulistas no Rio Grande, eles garantiram seu direito às terras conquistadas, mesmo que isso implicasse em querelas entre eles e moradores já instalados na região. A briga entre Bernardo Vieira de Melo e Manuel Álvares de Morais Navarro evidenciou as discórdias entre as várias instâncias da administração colonial, resultantes da aliança entre o governador geral da colônia, em Salvador, e os paulistas. Aliança contrária aos interesses tanto do governador de Pernambuco quanto do capitão mor do Rio Grande, este por sua vez aliado aos oficiais da câmara. Por fim, fica o indicativo de que a "paz" do sertão, alcançada com o "extermínio"[46] de parte das populações indígenas que dificultavam a colonização portuguesa na América, juntamente com o processo de ocupação da terra por meio de sesmarias, abriu o caminho para o efetivo povoamento do sertão na região do Assu.

Considerações finais

A expansão territorial faz parte de todo processo colonizador e não foi diferente na América portuguesa. O sertão das capitanias do norte deveria ser incorporado às áreas de conquista do litoral. Nesse processo, muitos foram os conflitos de interesse entre os diversos grupos que já ocupavam aquele espaço ou que tinham a pretensão de ocupá-lo, no sentido de impor uma nova configuração da estrutura local. No caso da região da ribeira do Assu, a presença dos oficiais paulistas nestas terras acarretou em conflitos de interesses entre eles e os agentes

---

[45] REGISTRO de uma data de terras do Capitão Manuel Vieira do Valle em 19 de maio de 1706. *Fundo Sesmarias – IHGRN*. Esta carta de concessão de sesmaria tem como data original de registro 17 de julho de 1691, na cidade de Salvador – Bahia, porém, posteriormente, em 1706, ela foi trasladada para o livro de registros de sesmarias do Rio Grande. Mesmo com as dificuldades para se manter a posse da terra, o suplicante manteve seu interesse em se fixar na capitania e solicitou, junto às autoridades locais, a confirmação da posse.

[46] Era comum na historiografia clássica potiguar afirmar que as populações indígenas que habitavam o território que hoje configura o estado do Rio Grande do Norte foram exterminadas, desapareceram e/ou fugiram para outras regiões, porém novas teses colocam a miscigenação como um dos principais desfechos para as populações indígenas que povoaram a região. Ver: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.

encarregados da colonização da região (colonos já instalados, clérigos e - no Rio Grande - o próprio capitão-mor e governador da capitania). A partir do momento em que a região passou a ser de interesse do colonizador, após, sobretudo, a expulsão dos holandeses, aconteceram os embates entre os colonos e os índios, sendo traçados planos para defender a ocupação da ribeira.

Tais conflitos devem ser entendidos não somente como uma luta pelo território, mas pela afirmação de poder. Dessa forma, puderam ser analisados os interesses que o governador-geral, em Salvador, tinha em uma bem sucedida atuação dos paulistas na região e o desgosto dessa mesma atuação por parte das autoridades locais, como a câmara da cidade do Natal, e principalmente do capitão-mor. A vinda dos paulistas no Assu também motivou a aversão dos moradores daquela localidade, já instalados em suas fazendas de gado, à chegada dos paulistas, tendo em vista que uma das formas principais de agraciar a atuação dos paulistas era a distribuição de mercês, principalmente de sesmarias. O receio, que se provou como verdadeiro, gerou conflitos na medida em que algumas sesmarias doadas aos paulistas "invadiam" áreas já ocupadas por antigos moradores, embora poucos de fato instalaram-se de forma efetiva.

Assim, mais do que um conflito entre "colonos" e indígenas, que ficou tradicionalmente conhecido como "Guerra dos Bárbaros", a ocupação da ribeira do Assu revelou um grande numero de discórdias em virtude dos diversos interesses por trás da consolidação do processo colonizador na América portuguesa.

DISCUTINDO AS MESTIÇAGENS NA FREGUESIA DE SANTA ANA DO SERIDÓ: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO SARGENTO-MOR NICOLAU MENDES DA CRUZ*

*Helder Alexandre Medeiros de Macedo***

Ultimamente temos dedicado nossas atenções ao fenômeno das mestiçagens no Sertão do Seridó entre os séculos XVIII e primeira metade do século XIX. O nosso recorte espacial para essa análise é o da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, cartografia religiosa que foi estabelecida em 1748 com sede na Povoação do Caicó e que se espraiava pelos espaços banhados pelos rios Seridó, Acauã, Espinharas e parte do Piranhas.[1] Um território muito vasto, portanto, e que abarcava partes das capitanias do Rio Grande e da Paraíba, tendo sofrido, no decorrer dos anos, diversas fragmentações, dando origem a novas freguesias: Nossa Senhora da Guia dos Patos em 1788, Nossa Senhora das Mercês do Cuité em 1801 e Nossa Senhora da Guia do Acari em 1835.[2]

Para estudar esse fenômeno necessitamos conhecer o cotidiano dos mestiços que viviam na freguesia no período em estudo, suas estratégias de sobrevivência, a construção de laços de solidariedade com os demais grupos sociais e, em última análise, a dinâmica dos processos de mestiçagem. Em outras palavras, precisamos conhecer o *indivíduo* na história. Uma preciosa fonte de inspiração para esse desejo foi a leitura da obra de Carlo Ginzburg, historiador italiano que, através de dois processos inquisitoriais, conseguiu reconstituir o cotidiano de um moleiro do norte da Itália, no final do século XV – e, mais que isso, sua rede de sociabilidades, suas ideias acerca da vida e da morte e como estas estavam na fronteira entre a cultura "pagã" e a cultura "oficial", letrada, cristã.[3] O outro exemplo que nos estimulou, também, foi o da historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis e do historiador italiano Giovani Levi, em suas obras *O retorno de Martin Guerre* e *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, respectivamente.[4]

** Doutorando em História – PPGH/UFPE, sob orientação da Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão. Desenvolve o projeto de pesquisa *Populações mestiças na Freguesia do Seridó (1748-1835)* com auxílio financeiro da CAPES.

[1] Esse território corresponde, nos dias atuais, à região do Seridó, porção centro-meridional do Estado do Rio Grande do Norte, cujas maiores cidades são Caicó e Currais Novos, cuja história remete à expansão da pecuária pelo sertão da Capitania do Rio Grande.

[2] Essas são as freguesias cuja criação, a partir da matriz territorial da Freguesia de Santa Ana do Seridó, localiza-se cronologicamente entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do seguinte. Para conferir o processo de surgimento desses novos curatos, consultar: MORAIS, Ione R. Diniz. *Seridó norte-rio-grandense:* uma geografia da resistência. Caicó: Edição do Autor, 2005, p. 68-101.

[3] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*.

[4] DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial:* trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.

O exemplo desses estudos nos fez enxergar que seria necessário, para conhecer o *indivíduo,* reduzir a escala de observação nesse amplo território que é a Freguesia de Santa Ana do Seridó. Deixamos de observar, assim, as suas estruturas territoriais e os perfis populacionais dos seus habitantes, partindo para esquadrinhar as tramas e tensões das vidas de seus fregueses. Esse procedimento metodológico tomou inspiração na *micro-história,* prática historiográfica que se baseia na redução da escala de observação, na análise microscópica e na prospecção e estudo intensivo das fontes sobre o objeto em questão.[5]

Não temos, contudo, a pretensão de isolar os casos dos mestiços e de tomá-los como *típicos* da Freguesia de Santa Ana do Seridó. Dizendo de outra maneira, interessa-nos observar o *exemplo* e não o *exemplar,*[6] além de relacionar o individual com o coletivo e perceber as transformações em macro-escala. Isto porque concordamos com a perspectiva de que a pesquisa em escala microscópica envolve a necessidade de questionamentos, também, sobre questões de ordem macroestrutural.

Nesse texto, assim, objetivamos discutir a trajetória de um mestiço que viveu no Seridó no recorte temporal já assinalado, a partir de três tópicos: 1. uma breve abordagem sobre o que entendemos como *mestiçagens;* 2. a apresentação da história do nosso personagem, o crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz; 3. e o estabelecimento de algumas hipóteses de trabalho. Discutindo a trajetória do crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz esperamos dar uma contribuição ao estudo do fenômeno das mestiçagens no Seridó colonial.

Mestiçagens

Pra começo de conversa, perguntamos: o que são as *mestiçagens?* Tomamos como ponto de partida as discussões feitas por Serge Gruzinski,[7] Berta Ares Queija[8] e Eduardo França Paiva[9] para afirmar que as mestiçagens não se

---

[5] LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 136. Henrique Espada Lima, em estudo mais recente acerca da micro-história, considera-a como sendo detentora de quatro marcas principais: o tratamento intensivo e qualitativo das fontes; o estudo intenso sobre comunidades, grupos familiares ou indivíduos; a combinação de fontes seriais com outras tipologias de fontes; e o método "nominativo" (LIMA, Henrique Espada. A "microstoria" nos "Quaderni Storici". In: _____. *A micro-história italiana:* escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 57-137).

[6] A fonte de inspiração metodológica desse procedimento é tomada de FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento:* fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, onde a autora utiliza-se da prática da micro-história na análise de histórias individuais de diversos grupos sociais e de sua mobilidade espacial e cultural nos Campos dos Goitacases no período colonial.

[7] GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[8] ARES QUEIJA, Berta. "El papel de mediadores e la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestizos peruanos (siglo XVI)". In: _____. GRUZINSKI, Serge. (Coords.). *Entre dos mundos: Fronteras culturales y Agentes mediadores*. Sevilla: Escuela de Estúdios Hispano-Americanos/Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1997 (Anais do 1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais, de 1995), p. 37-59.

configuram, apenas, como fruto do intercurso biológico entre indivíduos de diferentes grupos étnicos ou grupos sociais, que comumente é tratado como *miscigenação*. Elas vão mais além do que isso, caracterizando-se, também, pela mistura entre imaginários e universos culturais – vale dizer, entre modos de vida de pessoas das quatro partes do mundo conhecido no século XVI: da própria América, da Europa, da África e da Ásia. Para Serge Gruzinski, portanto, as terras situadas além do Atlântico e que viriam a ser chamadas de América ainda no século XVI foram o laboratório privilegiado para o surgimento de *mestiçagens,* dentro de um movimento mais amplo que o historiador chamou de *ocidentalização*.[10]

Movimento esse, conduzido, a princípio, pelas potências mercantilistas da Península Ibérica, que resultou na imposição da cultura ocidental sobre um *Novo Mundo* que se descortinava aos olhos dos que procediam do *Velho Mundo*. A ocidentalização, pois, na América portuguesa, conferiu nova feição à vida dos milhares de índios que aí habitavam, fraturando sua organização social e modificando o cotidiano dos que sobreviveram aos genocídios durante mais de quatro séculos. Igualmente, por meio do recurso à escravidão, fez enormes contingentes de africanos serem retirados de seus lugares de origem, na África, para trabalharem compulsoriamente como escravos no Novo Mundo, atendendo à forçosa demanda por mão de obra, sobretudo, na atividade canavieira e depois em outras atividades econômicas. E colocou no epicentro dessa conquista uma parcela não tão grande de europeus a serviço do rei de Portugal, fossem nascidos no além-mar ou filhos dos que, ainda no primeiro século do contato, estabeleceram-se na colônia.

Isto quer dizer que a ocidentalização na América portuguesa, de modo mais amplo, contribuiu para: a) uma intensa circulação planetária de pessoas, que se cruzaram através de laços familiares, comerciais, político-administrativos, de vassalagem ou de trabalho compulsório; b) a produção de territórios coloniais em cima dos escombros das antigas territorialidades nativas; c) e para a existência de *agentes mediadores* entre os diferentes grupos sociais que aí transitavam.

Os agentes mediadores foram indivíduos que favoreceram as transferências e os diálogos entre universos culturais aparentemente incompatíveis, elaborando negociações muitas vezes incomuns e contribuindo para sua articulação e para a porosidade entre suas fronteiras.[11]

---

[9] PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia* (Minas gerais, 1716-1789). Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

[10] GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*, p. 62-3.

[11] ARES QUEIJA, Berta & GRUZINSKI, Serge (coords.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*, p. 9-10. Para o Brasil, consultar PAIVA, Eduardo França; ANASTÁSIA, Carla M. J. (orgs.). *O trabalho mestiço:* maneiras de pensar e formas de viver (séculos XVI a XIX). São Paulo/Belo Horizonte: Annablume /PPGH-UFMG, 2002 (Anais do IV Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais, de 2000), bem como PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS,

No âmbito da Capitania do Rio Grande, a título de exemplo, poderíamos nominar alguns agentes mediadores cujas ações foram registradas nos documentos de época: o jesuíta Gaspar de Sampères, o mameluco Jerônimo de Albuquerque e o chefe indígena Mar Grande, que estiveram envolvidos no processo de estabelecimento de *pazes* entre os Potiguara e os colonos nos derradeiros anos do século XVI; o *rei* Janduí, de um lado, e o judeu alemão Jacob Rabe e o holandês Roeloff Baro, de outro, como personagens que facilitaram as alianças entre holandeses e os Tarairiu na primeira metade do século XVII; o índio Tomé Gonçalves da Silva, que atuou como porteiro do auditório do Senado da Câmara, conduzindo pregões na Vila Nova do Príncipe, no fim do século XVIII, onde também viveu o índio Mateus de Abreu Maciel, *capitão,* provavelmente integrante do regimento de ordenanças dessa mancha urbana.[12]

Nessa mesma época, na Vila Nova do Príncipe, vivia o negro Caetano Soares Pereira de Santiago, originário da Vila de Santo Antonio do Recife e que, além de sacristão da Matriz de Santa Ana, era detentor de uma bela caligrafia, aparecendo em documentos judiciais como avaliador e partidor de bens e testemunha de escrituras públicas, além de testemunha em casamentos religiosos e como padrinho de catecúmenos. Afora todas essas participações, casou, fez família, adquiriu terras e escravos por meio de compra.[13] Indivíduos como esses, deste modo, circularam por três universos culturais que se mestiçavam nos tempos da conquista – o nativo, o africano e o europeu –, possibilitando uma maior ligação entre suas fronteiras. Eram mestiços, portanto.

Voltando ao tema de nossa investigação, no caso específico do recorte geo-histórico escolhido as *mestiçagens* acontecem no contexto de expansão da atividade pastoril do litoral para o interior da Capitania do Rio Grande, no período posterior à ocupação holandesa. Expansão essa que foi, de certa forma, refreada pelos conflitos das Guerras dos Bárbaros, a partir dos anos de 1680, e que, após o cessar das batalhas, no final do século XVII, foi retomada, com a doação de sesmarias para a ocupação do território. É justamente nesse período que se delineia, a partir da doação de terras para a criação de gado, os contornos da Ribeira do Seridó, região banhada pelo rio de mesmo nome, localizada na porção centro-meridional da Capitania do Rio Grande, onde foi criada, posteriormente (1748), a Freguesia de Santa Ana do Seridó. É nesse período, também, que aparece a figura de Nicolau Mendes da Cruz.

Ilton Cesar (orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

[12] A análise desses personagens enquanto agentes mediadores no processo histórico de conquista da Capitania do Rio Grande pode ser encontrada em MACEDO, Helder A. Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte:* história e mestiçagens. Natal: EDUFRN, 2011.

[13] MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. "De Santo Antonio do Recife à Vila Nova do Príncipe: a trajetória de Caetano Soares Pereira de Santiago". XIX Semana de Humanidades da UFRN, Natal, 2011. *Anais*... Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/>. Acesso em: 10 set. 2011.

Nicolau Mendes da Cruz

A primeira referência à pessoa de Nicolau Mendes foi feita pelo historiador paraibano João de Lyra Tavares, em 1909, nos seus *Apontamentos para a historia territorial da Parahyba*. Dentre as sinopses das datas de terra da Capitania da Paraíba, encontra-se a de n°. 161, requerida por Francisco Georges Monteiro em 1719, o qual havia descoberto "no sertão de Piranhas um olho d'água com pastos e largura necessaria para crear gados". Esse olho d'água, chamado de Quinquê, ficava localizado entre as terras do capitão-mor Afonso de Albuquerque Maranhão, padre David de Barros e "Nicolao Mendes (criolo forro)".[14] No mesmo ano, desta vez, junto à Capitania do Rio Grande, Gervásio Pereira de Moraes, morador no sertão das Piranhas, solicitava uma sesmaria na "Data de Nicolau Mendes", terras de Francisco Marques, terras de Manuel do Vale e Serra do Quinquê, compreendendo o Olho d'água das Pedras e o riacho das Milharadas dos Gentios.[15] Ambas as datas de terra, localizadas na ribeira do rio São José, que desaguava no rio Acauã, ficam situadas, hoje, entre os municípios de São Vicente, Cruzeta e Acari.

A literatura regional do Seridó encarregou-se, a partir da década de 1970 em diante, de lembrar o nome do *crioulo forro* Nicolau Mendes da Cruz como um dos antigos possuidores do sítio que deu nome ao atual município de São José do Seridó. Os estudos de Jayme da Nóbrega Santa Rosa[16] e Edite Medeiros,[17] além de se reportarem ao fato dele ter sido sesmeiro da Capitania do Rio Grande, imortalizaram uma lenda segundo a qual o antigo nome do município de São José do Seridó – São José da Bonita – teria se originado de um episódio pitoresco. Uma das filhas do crioulo forro, banhando-se despida, ao amanhecer, num poço do rio Seridó, teria sido surpreendida por um vaqueiro ou um caçador, que teria exclamado "Oh, moça bonita!". O poço, ainda existente, tomou o nome da "moça bonita" filha de Nicolau Mendes e, anos depois, associou-se ao nome do sítio e povoação, que se transformou em município no ano de 1962. Num estudo posterior, de autoria de Sinval Costa, a presença do crioulo forro Nicolau Mendes é mais vivificada, demonstrando-se a sua importância enquanto um dos povoadores que primeiro bateram o rastro do gado no sertão, a partir do começo do século XVIII.[18]

---

[14] TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a historia territorial da Parahyba*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982, p. 110. Nos dias de hoje, o riacho do Quinquê faz barra no rio São José, a norte da cidade seridoense de Cruzeta.

[15] FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Sesmarias do Rio Grande do Norte, v. 2 (1716-1742)*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000, p. 79.

[16] SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. *Acari:* história, fundação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

[17] MEDEIROS, Edite. *Resumo em Geografia e História de São José do Seridó - RN*. São José do Seridó: [s.d.].

[18] COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas Ramificações*. Recife: Ed. do autor, 1999.

Esse nosso personagem, portanto, era detentor de terras na ribeira do rio São José desde pelo menos o ano de 1719. A julgar pela inexistência de um requerimento oficial de sesmaria, podemos cogitar a hipótese de Nicolau Mendes ter sido um posseiro de terras situadas nas plagas do rio São José. Não devemos descartar, contudo, a ideia de que as petições de sesmaria que dispomos, hoje, não são todas aquelas que foram protocoladas na sede da Capitania do Rio Grande.

O fato é que o negro Nicolau Mendes já estava pelo sertão do Rio Grande justamente numa época crucial para o povoamento colonial do Seridó, considerando que, segundo Olavo de Medeiros Filho, o ano de 1720 corresponde ao marco a partir do qual se instalaram "as primeiras famílias (...), cuja lembrança se impôs pela perpetuação genealógica regular".[19] Embora esse historiador faça referência – uma única vez, nessa obra – a Nicolau Mendes, não o considera como sendo tronco genealógico de família no Seridó, talvez por ser um homem de cor ou, ainda, pelo fato de não ter localizado documentos que atestassem sua descendência. Detalhe a ser assinalado é que a obra de Jayme Santa Rosa, já referida, cita Nicolau Mendes como um "pernambucano" que teria feito parte das primeiras levas de conquistadores a baterem o chão do Seridó, mas, omite sua cor e a condição de forro.

Conhecemos, ainda, três situações em que Nicolau Mendes da Cruz aparece, efetivamente, como sesmeiro junto à Capitania do Rio Grande, requerendo espaços para criar seus gados: na década de 1730, pedindo terras no riacho São José[20] e em 1744 duas datas nos sítios Passagem, Livramento e Cabeça Vermelha, na ribeira do Acauã.[21] Essas situações, que demonstram a possibilidade de sujeitos de classificação social inferior terem acesso a terra através do instituto de sesmarias, foram analisadas, do ponto de vista acadêmico, por Muirakytan Kennedy de Macêdo.[22]

Não fosse o ato de estar continuamente cascavilhando documentos históricos em diversos mananciais arquivísticos do Seridó ou mesmo destrinçando genealogias de seus habitantes, seguindo os passos do método indiciário discutido por Carlo Ginzburg,[23] talvez nosso conhecimento acerca da pessoa de Nicolau Mendes parasse por aqui. Coletando documentação para nossa pesquisa no Fundo

---

[19] MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981, p. 3.

[20] MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002, p. 36-7.

[21] FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Sesmarias do Rio Grande do Norte, v. III (1742-1764)*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000, p. 34.

[22] MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais:* patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII). 2007. 300p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 56.

[23] GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-80.

da Comarca de Caicó, custodiado pelo Labordoc,[24] desconfiamos do nome de uma mulher que inventariou o marido em 1795, chamada Domingas Mendes da Cruz, o mesmo sobrenome, portanto, do crioulo forro que era proprietário do sítio São José na primeira metade do século XVIII.[25] Um exame mais minucioso no processo matou a nossa curiosidade: Domingas era filha de Nicolau Mendes da Cruz! O inventário de seu marido, Antonio Carneiro da Silva, foi a porta de entrada para desvendarmos o conhecimento acerca de uma família de homens e mulheres de cor que se espalhou por diversos pontos do Seridó no decorrer do século XVIII e XIX. Conhecimento este que, a nosso ver, até então, encontrava-se restrito à poeira dos arquivos.

O inventário de Antonio Carneiro da Silva, além de fornecer os nomes de seus 13 filhos, indicou, também, nomes de alguns irmãos de Domingas Mendes. De posse desses dados e a partir de uma pista fornecida por Olavo de Medeiros Filho,[26] localizamos em Natal, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a demarcação do sítio São José, feita em 1768, a requerimento do tenente José Mendes da Silva, outro filho de Nicolau Mendes.[27] No volumoso processo, de quase cem páginas, aparecem os herdeiros do falecido *sargento-mor* Nicolau Mendes da Cruz mais o luso-brasílico Antonio Pais de Bulhões como sendo os proprietários das terras do sítio localizado na ribeira do rio São José.

Quem eram esses herdeiros? A viúva Maria da Silva, a esta altura, já casada com o alferes Luís Teixeira do Nascimento; o filho José Mendes da Silva, tenente; a filha Domingas Mendes da Cruz, representada pelo marido, o também tenente Antonio Carneiro da Silva; a filha Ana Mendes da Silva, representada pelo seu marido, o capitão Manuel Antonio das Neves; e o filho Nicolau Mendes da Silva, sargento-mor. Estava posta, pois, a primeira geração dos filhos do crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz, dos quais, apenas José Mendes permaneceu solteiro. O cruzamento desses nomes fornecidos na demarcação da terra do sítio com fontes históricas de outra natureza (sesmarias, inventários post-morten, registros paroquiais, escrituras públicas) nos permitiu a constituição da genealogia de nosso personagem até a sua quarta geração.

Resumidamente, podemos dizer que a genealogia de Nicolau Mendes e Maria da Silva é composta de 52 pessoas até a primeira metade do século XIX, num primeiro levantamento que fizemos, sendo 4 filhos, 19 netos, 22 bisnetos e 7 trinetos. No que toca aos filhos, provavelmente a primogênita era Ana Mendes da Silva, nascida em 1717 e que casou com Manuel Antonio das Neves, que pediu

---

[24] Laboratório de Documentação Histórica, vinculado ao Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN), Campus de Caicó.

[25] Labordoc, Fundo da Comarca de Caicó, Subfundo do 1º Cartório Judiciário, Série temática dos Inventários post-morten, Caixa XX. Inventário de Antonio Carneiro da Silva. Inventariante: Domingas Mendes da Cruz.

[26] MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Op. cit., p. 125.

[27] Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Caixa Sesmaria – Demarcação de Terra (1615-1807). Demarcação do sítio São José, Ribeira do Seridó (1768).

duas datas de terra ao governo da Capitania do Rio Grande em 1767, uma na Serra da Formiga e outra num sítio entre o Saco da Inês e a Serra do Jucurutu.[28] O casal morou no sítio São José. A outra filha para quem temos a data de nascimento é Domingas: 1729. Casou com o português Antonio Carneiro da Silva, natural de Lisboa, com quem teve 13 filhos, morando, o casal, na fazenda Bonita. O outro filho, homônimo do pai – Nicolau Mendes – casou com Rosa Maria da Conceição, natural de Pernambuco, e habitou na fazenda Sabugi.

Observamos, assim, que Nicolau Mendes da Cruz e alguns de seus descendentes ocuparam diversos cargos na estrutura militar[29] que paulatinamente se instalou na Ribeira do Seridó posteriormente ao surgimento do Arraial do Caicó, em 1700.[30] Data do ano de 1726 o início, até onde se pôde precisar, do funcionamento de Companhias de Ordenanças nessa ribeira, cuja sede deveria ficar no Arraial do Caicó.[31] Essas companhias eram o reflexo da administração colonial nos rincões da capitania e "funcionavam como fonte de recrutamento para suprimento das fileiras da tropa regular e miliciana"[32] e seus corpos, instituídos pelo Regimento Geral das Ordenanças de 1570, eram formados pelo "engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre 18 e 60 anos, com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos".[33]

---

[28] MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Op. cit., p. 67-8.

[29] No decurso do século XVIII as tropas que havia na colônia portuguesa na América estavam organizadas em três "linhas" ou níveis: as tropas de 1ª Linha, de caráter regular (pagas); as de 2ª Linha, de caráter auxiliar, denominadas de Milícias após 1796 e as de 3ª Linha, ou Ordenanças (PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. *Boletim do Projeto Pesquisa Genealógica sobre as origens da Família Cunha Pereira*, ano 03, n. 12, 01.mar. 1998. p. 46-80). Maria de Fátima Silva Gouvêa encara a esfera militar da administração portuguesa como sendo a "espinha dorsal" da colônia. "Ela era encabeçada pelo governador-geral, depois vice-rei, e pelos capitães-donatários. A seguir, vinham as tropas de linha, as milícias e os corpos de ordenança. Além das tarefas militares, prestavam inúmeros serviços à Coroa, desde a cobrança de impostos até a manutenção de caminhos" (apud VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 17).

[30] Esse arraial foi fundado em 1700 e elevado ao status de Povoação do Caicó em 1735. CAMBOIM, Clementino. *Alguns ramos genealógicos que precederam ou se entroncaram em algumas famílias do Nordeste brasileiro*. Caicó: s/d. 33p. Manuscrito datilografado. [inclui a "Acta da installação da Povoação do Caicó", transcrita pelo autor do Livro nº 02 da Prefeitura Municipal de Caicó – 1734-1804, atualmente desaparecido]. Nele foi instalada, em 1748, a Freguesia de Santa Ana do Seridó.

[31] O historiador Olavo de Medeiros Filho, nesse sentido, afirma que "na ribeira do Seridó (Caicó) já funcionavam os corpos de ordenanças desde, pelo menos, o ano de 1726, o que aponta a presença de um arraial e de seus moradores, muito antes da fundação da freguesia". Essa constatação decorre do fato de se saber que "o Terço dos Paulistas permaneceu no sertão até o ano de 1725. É de supor-se que, com a sua saída, tenha sido o mesmo substituído por uma companhia de ordenanças, composta de moradores locais, na qual tenha ingressado na qualidade de soldado, no ano de 1726, a pessoa de João Gonçalves de Melo" (MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984. p. 143-4).

[32] LEONZO, Nanci. Instituições militares. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro* (1750-1822). Lisboa: Estampa, 1986, p. 326.

[33] PUNTONI, Pedro. "A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América Portuguesa (1550-1700)". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53, mar. 1999, p. 190.

O Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó teria o seu primeiro coronel na pessoa de João Gonçalves Melo – soldado desde 1726 e sargento-mor desde 1741 – nomeado através de carta-patente de 23 de junho de 1749, emitida pelo capitão-mor do Rio Grande, Francisco Xavier de Miranda Henriques.[34] Ocuparam o referido posto, posteriormente, as pessoas de Alexandre Rodrigues da Cruz, Cipriano Lopes Galvão, Tomaz de Araújo Pereira, Caetano Dantas Corrêa, Cipriano Lopes Galvão (2º), Antonio Garcia de Sá Barroso, Antonio da Silva e Souza e Manuel de Medeiros Rocha – este, assumindo em 1814.[35] Nicolau Mendes da Cruz, dessa maneira, por ocupar o posto de sargento-mor, deveria ser subordinado a esse regimento ou, quiçá, ao da Cidade do Natal, dada a anterioridade da sua presença no Seridó.

Nicolau Mendes da Cruz ainda era vivo em 1754, como atesta um papel de dívida onde o português Antonio Garcia de Sá, da fazenda Quimporó, afirmava que "Devo que pagarey ao Snr. Sarg.to Mor Niculau Mendes da Crus 30000 mil Reis de hum ajustho de Contas que fizemos os Coais lhe pagarey em dr.o de Contado ou em gado vaqum ou Cavallar".[36] Ele já havia falecido em 1758, quando a viúva, Maria da Silva, já casada com o alferes Luís Teixeira, vendeu uma parte de terras no rio São José a Antonio Pais de Bulhões. Perguntamo-nos que razões teriam levado esse homem de cor a vir para o Sertão do Seridó. Uma primeira possibilidade é a de ter sido vaqueiro de um senhor de engenho do Rio Grande – ou quem sabe de Pernambuco, de onde, segundo a tradição, era originário. Exercendo as lides pastoris, pode ter acumulado o pagamento da quarta parte dos bezerros (auferido anualmente) e comprado sua alforria.

É possível, também, que, dada a proximidade da presença de Nicolau Mendes (1719) no sertão do Rio Grande com o fim *oficial* das Guerras dos Bárbaros na capitania (1725), este tenha tomado parte dos conflitos, como soldado dos terços de pardos ou de pretos que lutaram contra os índios sublevados.[37] Isso explicaria porque, além de sesmeiro, Nicolau Mendes tivesse a patente de *sargento-mor,* além do que alguns de seus filhos (Nicolau Mendes da Silva, sargento-mor; José Mendes da Silva, tenente) e netos (Vitoriano Carneiro da Silva, tenente; José Domingos da Silva, tenente e capitão) também obtiveram patentes dessa e de outras naturezas na estrutura das companhias de ordenanças da Ribeira

---

[34] Registo de uma carta patente do posto de Coronel da Ribeira do Apody, digo, da Ribeira do Ciridó passada a João glz. de Mello em 23 de junho de 1749. Transcrito e citado por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios*..., p. 145-6.

[35] MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios*... Op. cit., p. 151-3.

[36] LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Subfundo do 1º Cartório Judiciário, Série temática dos Diversos, Caixa 01. Cód. 01 – Folhas esparsas de inventarios – Volume 1º - Diversas épochas.

[37] Tropas de pretos e pardos foram utilizadas, em diversos momentos, no contexto das Guerras dos Bárbaros, entre o fim do século XVII e começo do século XVIII na Capitania de Pernambuco e anexas. Sobre a composição dessas tropas, oriundas das vilas açucareiras, consultar: SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras:* a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010, p. 79-107.

do Seridó e, posteriormente, da Vila Nova do Príncipe. Essas são, não obstante, hipóteses a serem confirmadas com o amadurecimento da pesquisa.

Em busca do indivíduo

O intuito deste ensaio, anunciado anteriormente, era o de discutir o fenômeno das mestiçagens na Freguesia de Santa Ana, a partir de uma abordagem micro-histórica. Os passos da vida de Nicolau Mendes da Cruz, que seguimos neste texto, são fragmentos de uma realidade histórica mais ampla, através dos quais podemos estabelecer algumas ideias, ainda que em nível de hipótese, acerca de como se processaram as mestiçagens no território em questão. Antes disso, faz-se necessário que reafirmemos algumas posturas no que diz respeito à utilização desse tipo de abordagem feita em torno do indivíduo.

A primeira diz respeito à questão da escala. Ao reduzirmos a escala de observação, focando nossos olhares na vida de Nicolau Mendes, não significa dizer que estamos, apenas, tentando reconstruir a sua biografia. Nossa preocupação vai mais além, pois, essa biografia (talvez fosse mais apropriado, nesse momento da investigação, falarmos de *fragmentos* biográficos) se constitui enquanto uma possibilidade através da qual podemos compreender a maneira como as mestiçagens ocorreram no Seridó. Esse *através,* a que nos referimos, implica aceitarmos a ideia de que, mais que proceder a uma redução de escala, o historiador deve trabalhar com *jogos de escalas,* utilizando o micro para atingir o macro e alternando entre essas duas *lentes* de observação.

No prefácio à obra de Giovanni Levi – *A herança imaterial* –, Jacques Revel nos lembra, a propósito, um dos cuidados que o micro-historiador deve ter: o de não estudar o micro pelo micro, mas, de perceber diferentes realidades a cada nível de leitura que empreende nos documentos compulsados, de modo a "conectar essas realidades em um sistema de interações múltiplo". Isto porque, segundo o historiador francês, "Os acontecimentos são, naturalmente, únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos aos diferentes níveis de uma dinâmica histórica".[38]

Disso decorre uma segunda atitude: a de que não devemos desvincular a abordagem micro-histórica de uma análise que privilegie, também, a problematização do contexto. Embora tenhamos a certeza de que é impossível reconstruir a realidade inteira por meio de um fragmento – aqui, tomado como a

[38] REVEL, Jacques. Prefácio: "A história ao rés-do-chão". In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial:* trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 35. O debate acerca do uso das escalas na micro-história é levantado pelo autor do prefácio em REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. Carlo Ginzburg também comunga dessa necessidade de diálogo entre o micro e o macro, justificando-o como necessário, até mesmo, como componente que norteará a narrativa historiográfica (GINZBURG, Carlo. "Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito". In: _____. *O fio e os rastros:* verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 276-7).

trajetória de Nicolau Mendes –, esse mesmo pedacinho do passado pode nos fornecer *algo* da realidade social, dependendo da forma como é analisado. A lição que Giovanni Levi nos proporciona é a de que o indivíduo, historicamente, está ligado a uma realidade normativa. Por conseguinte, "toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo", diante dessa mesma realidade marcada por normas e maneiras de agir. A tarefa do historiador, nesse sentido, é a de "definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam".[39]

A história de Nicolau Mendes da Cruz nos lembra de outra postura: a de que a escolha de sua trajetória individual foi feita não porque se trata de exemplo típico do período, encontrado fartamente na documentação – senão, poderia ser, até mesmo, objeto de serialização. Sua vida, tomada enquanto fragmento da realidade, nos permite inferir que o acesso ao conhecimento do passado, mediado por "indícios, sinais e sintomas", tem como ponto de partida a perspectiva do *particular* – "um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico", usando as palavras de Giovanni Levi.[40]

Nicolau Mendes da Cruz, assim como o moleiro Menocchio, o camponês Martin Guerre e o padre-exorcista Giovan Battista Chiesa, estudados, respectivamente, por Carlo Ginzburg, Natalie Davis e Giovanni Levi, são *singularidades* do seu tempo. Personagens atípicos, muitas vezes anônimos sob o peso dos arquivos, sobre os quais talvez não soubéssemos nenhuma informação, não fosse o trabalho de pesquisa dos historiadores que desencavaram suas vidas e as discutiram em suas pesquisas.

O exame de sua trajetória permite-nos caracterizá-lo como um agente mediador,[41] ou seja, enquanto personagem que transitou entre dois universos culturais – o afrodescendente e o colonial –, contribuindo para a intensificação da fluidez entre suas fronteiras no século XVIII. O percurso do crioulo forro que estudamos condiz com o dos mestiços peruanos no distante século XVI, estudado por Berta Ares Queija e marcado por uma grande mobilidade espacial e étnica, trânsito entre culturas e intermediação. O *mestiço*, para a autora, é pensado como:

> alguém que, situado em uma posição intersticial, está acostumado a desenvolver-se em âmbitos distintos com relativa fluidez, a manejar-se habitualmente em duas línguas, a "traduzir" de um universo simbólico ao outro e, definitivamente, a transpassar uma e outra vez fronteiras mentais e

---

[39] LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 135. Esse mesmo posicionamento quanto à necessidade de um procedimento dialógico entre o micro e o macro, na análise micro-histórica, é reivindicado por BARROS, J. D'Assunção. "Sobre a feitura da micro-história". *Opsis*, v. 7, n. 7, jul./dez. 2007, p. 170-1.
[40] LEVI, Giovanni. "Sobre ..." Op. cit., p. 154.
[41] Aqui entendido partindo-se da problematização levantada por ARES QUEIJA, Berta & GRUZINSKI, Serge (Coords.). *Entre dos mundos*... Op. cit.

> de todo tipo, em uma permanente confrontação que, sem dúvida, lhe permite adquirir consciência das semelhanças e diferenças.[42]

É possível estendermos essas considerações para Nicolau Mendes da Cruz. Crioulo, portanto, negro nascido já na América portuguesa, provavelmente era filho de uma primeira geração de africanos que desembarcou, presumivelmente, no porto de Recife. Examinando os documentos de época que registraram as agências de Nicolau Mendes, observamos que a qualidade de *homem de cor* foi omitida em alguns casos para seus descendentes. Enquanto que ele, em praticamente todos os registros do século XVIII, foi referido como "crioulo forro", seus quatro filhos não tiveram nenhuma qualificação de *homens de cor* nas fontes paroquiais e judiciais que analisamos até o momento. Curiosamente, os assentos de batizado, casamento e óbito da Freguesia de Santa Ana nos mostram uma situação no mínimo excepcional: alguns de seus netos e bisnetos são referidos como *pardos*, enquanto que um bisneto (neto de Antonio Carneiro e Domingas Mendes) e um trineto (bisneto de Manuel Antonio das Neves e Ana Mendes) foram registrados como *brancos*.

Que dizer, então, diante dessa situação? Seria possível que Nicolau Mendes partilhasse uma identidade mestiça no Sertão do Seridó, onde também morou grande parte de seus descendentes? Seria muito perigoso, no presente momento da investigação, abraçar essa ideia. Indagamo-nos até mesmo qual seria ou em que consistiria essa *identidade mestiça* para aqueles que viveram no Seridó no decorrer do período em estudo. Como reunir sob uma mesma identidade – a do *mestiço* – uma quantidade considerável de categorias como *crioulos, pardos, curibocas, mamelucos, cabras* e *mulatos*?[43]

Estudos anteriores de Stuart Schwartz,[44] John Monteiro[45] e Guillaume Boccara[46] já demonstraram que categorias como essas – bem como as de *tapuia, carijó* e mesmo *índio* –, longe de apontar para a existência de grupos étnicos ou sociais, aproximam-se mais de marcadores genéricos ou terminologias historicamente *inventadas* no contexto colonial, em que o choque de universos culturais diferentes levou à transformação das formações sociais pré-coloniais – essas, por sua vez, já decorrentes de hibridismos em suas próprias historicidades,

---

[42] ARES QUEIJA, Berta. "El papel de mediadores…" Op. cit., p. 37-8. [tradução nossa]

[43] Trata-se de algumas das categorias que estamos encontrando ao fazer a análise das fontes paroquiais e judiciais referentes à Freguesia de Santa Ana do Seridó.

[44] SCHWARTZ, Stuart. "Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas". *Afro-Ásia,* n. 29-30, p.13-40, 2003.

[45] MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra:* índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994; MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores:* estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 235p. Tese (Concurso de Livre Docência na área de Etnologia, subárea de História Indígena e do Indigenismo). UNICAMP.

[46] BOCCARA, Guillaume. "Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización". *Mundo Nuevo/Nuevos Mundos,* n. 1, 2001a, Paris. Disponível em <www.ehess.fr/cerma/Revue/debates.htm>. Acesso em: 28 jan. 2005.

seja na Europa, África ou mesmo na América.[47] Essencializar essas categorias, dessa maneira, pode resultar em um grave equívoco, já que mesmo a terminologia de *pardo,* nos documentos que analisamos, ora refere-se a descendentes de índio, ora a descendentes de negros, apenas para citar exemplos.

Uma história individual como a de Nicolau Mendes da Cruz, reconstruída por meio do cruzamento intenso de fontes de naturezas diversas (sesmarias, notas cartoriais, registros de paróquia, inventários *post-mortem*), no oferece pistas para pensarmos que o fenômeno das mestiçagens, no Sertão do Seridó, era bem mais complexo do que se pensássemos na ideia de, apenas, uma mistura *biológica*. Nesse território colonial, a circulação de pessoas de várias partes da América portuguesa favoreceu o aparecimento de mestiçagens entre seus corpos e suas práticas culturais: os colonos luso-brasílicos, os *marinheiros* vindos do reino, os africanos forros e escravos, os índios remanescentes das guerras de conquista.

A ocidentalização, assim, mesmo ao despedaçar a organização pré-colonial das sociedades indígenas e africanas, deu-lhes possibilidades e a seus descendentes, no mundo colonial, de sobreviverem por meio da mistura, sem que deixassem de ser *diferenciados* do restante da população, como aconteceu com Nicolau Mendes da Cruz. Embora, presumivelmente, nascido de mãe africana, viveu os seus dias na fronteira do *ser homem de cor* e do *tornar-se importante*. Mediou sua própria ascensão às estruturas do poder instituído no sertão, adquiriu terras, criou gados e casou seus filhos com pessoas de importância no cenário colonial. O exame de sua trajetória indica, portanto, a complexidade do fenômeno das mestiçagens na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó.

[47] MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores*... Op. cit., p. 55-8.

AS FRONTEIRAS DO NORTE E DO OESTE

TROPAS E GUERRAS NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVII E XVIII)*

*Rafael Chambouleyron***
*Vanice Siqueira de Melo****
*Wania Alexandrino Viana*****

1. Introdução

A Amazônia colonial – ou melhor, o Estado do Maranhão e Pará – nasceu sob o signo da fronteira e da defesa. De fato, a conquista e refundação da cidade de São Luís, tomada aos franceses em 1615, bem como a fundação da cidade de Belém (1616) e os sucessivos conflitos que opuseram os portugueses (mesmo que sob a coroa castelhana) a holandeses, ingleses, irlandeses e holandeses nas primeiras décadas do século XVII, revelam a constituição de um território marcado pela presença militar (aliás, até hoje). Não sem razão, Arthur Cezar Ferreira Reis identificou uma "luta pela posse da Amazônia" determinante nas primeiras décadas do século.[1] Mesmo depois de relativamente consolidado o domínio português na região, a fronteira permaneceria sempre ali. Com efeito, a presença castelhana, holandesa e francesa assombrou essa conquista durante todo o período colonial. Acontecimentos como a descida do padre jesuíta Samuel Fritz, de suas missões "castelhanas", a constatação de que franceses negociavam escravos no Cabo do Norte, ou mesmo a simples presença de armas holandesas nas mãos de índios preocupavam constantemente as autoridades e a Coroa, muito embora, não tenha praticamente havido conflitos de fato envolvendo os portugueses e os "estrangeiros", pelo menos até meados do século XVIII.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, uma das preocupações recorrentes da Coroa foi não só com o "aumento" do Estado, mas igualmente com sua "conservação", o que, naquela altura, implicava a manutenção do domínio português. Ora, não era somente a fronteira "externa" objeto das consternações da Coroa. Ao leste, onde o Estado do Maranhão lindava com a outra conquista portuguesa na América, o Estado do Brasil, configurou-se também uma fronteira interna, marcada pela presença de inúmeras nações indígenas que resistiam ao avanço português, e que foram denominadas de "índios do corso". Também ali a Coroa, as autoridades, os moradores e os próprios índios aliados tiveram que se mobilizar para garantir o domínio sobre esses sertões.

** Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.
*** Aluna do mestrado em História Social da Amazônia, da UFPA.
**** Aluna do mestrado em História Social da Amazônia, da UFPA.

[1] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico* [1940]. Belém: Secult, 1993, p. 10.

Este texto propõe uma discussão sobre o modo como a Coroa e as autoridades organizaram as tropas da região, procurando compreender igualmente, a maneira pela qual os próprios soldados buscaram seu espaço nessa conquista. O texto trata igualmente dos conflitos com índios nas duas fronteiras do Estado, revelando as formas distintas das guerras no Estado do Maranhão e Pará, decorrentes da multifacetada ocupação portuguesa desse vasto território.

2. Degredados e recrutados

Mecanismo costumeiro de composição das tropas nas conquistas,[2] o degredo foi amplamente utilizado na Amazônia com o objetivo de sanar as deficiências da defesa da região, muito embora nem só para compor as tropas viessem esses exilados.[3] Desde meados do século XVII, fica claro o interesse da Corte em reorientar degredados para a Amazônia. Em 1650, por exemplo, o rei Dom João IV escrevia ao regedor da Casa da Suplicação, para que ordenasse aos desembargadores que procurassem que as sentenças de degredo fossem dadas também para o Estado do Maranhão, por "haver naquela conquista falta de gente para sua defesa e conservação".[4] Em dezembro do mesmo ano, em setembro de 1651, e em maio de 1652, ordens semelhantes foram enviadas à Casa de Suplicação. Novas determinações para envio de degredados ao Maranhão foram expedidas em 1661, 1667, 1670, 1685, 1692 e 1705.[5]

A comutação das penas ou o direcionamento de degredados para o Estado do Maranhão, fosse para as milícias ou para povoamento, foi uma reiterada política da Coroa a partir de 1640. Entretanto, ao longo do século XVII, houve pelo menos três momentos em que o envio de tropas requereu um esforço de maior escala por parte das autoridades portuguesas. Nas décadas de 1640, 1680 e 1690 – em decorrência da invasão holandesa a São Luís, da chamada "revolta de Beckman" e da ação dos franceses, agravada por uma séria epidemia de bexigas,

---

[2] COATES, Timothy. *Degredados e órfãs:* colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 115-66.

[3] AMADO, Janaína. "Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (Suplemento, setembro 2000), p. 822.

[4] "Ao Regedor". Lisboa, 23/09/1650. *Sociedade de Geografia de Lisboa* [*SGL*], Res. 3-C-13, nº 9.

[5] "Decreto – applicação de degredados para o Maranhão". 2/09/1661. *Collecção chronologica da legislação portugueza* [CCLP]. Lisboa: Imprensa de F.X. de Sousa,, tomo VIII (1657-1674), p. 73; "Consulta do Conselho Ultramarino" [CCU]. 24/01/1667. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 5, doc. 519; "Decreto – applicação de degredados para o Maranhão e Pará". 18/02/1667. CCLP, tomo VIII, p. 125; "Decreto – applicação de degredados para o Maranhão". 19/05/1670. Idem, p. 182; "[Decreto para a Casa da Suplicação]". 18/01/1677. CCLP, tomo IX (1675-1683); "Decreto – degredados para a Africa comutem-se para Castro Marim, Maranhão e outras conquistas do Brazil". 13/12/1685. CCLP, 1859, tomo X (1683-1700), p. 49; "Decreto – applicação de degredados para o Maranhão". 22/12/1692. Idem, p. 302; "Pera o g.^{or} do Estado do Maranhaõ". 28/12/1692. AHU, códice 268, f. 97; "S.^{e} o q. obrou com a ocaziaõ do avizo q. teve da liga deste rn.^{o} com o de Inglaterra e do q. necessita p.^{a} aquelle Estado p.^{a} a sua conservaçaõ". 3/11/1705. AHU, códice 268, f. 206v.

respectivamente – a Coroa se viu forçada a transportar significativos contingentes de soldados para a região.

Uma série de decretos enviados pelo rei ao Conselho da Fazenda dá conta da premência do envio de soldados ao Estado do Maranhão. Em 1643, Dom João IV ordenava ao Conselho que provesse logo "todas as coisas referidas sem diminuição alguma", para garantir a "segurança e defesa daquela conquista", o que incluía 150 soldados.[6] Novo decreto de 1645, determinava o financiamento de 100 soldados, sendo 60 para o Maranhão e 40 para o Ceará, além de munições e ferramentas.[7] Um ano mais tarde, em razão da ameaça, pelos "avisos que há de que poderão os holandeses [tomar] as capitanias do Estado do Maranhão, particularmente as do Pará", Dom João IV determinava o envio de mais 100 soldados.[8] Embora não haja informações claras sobre a composição dessas tropas, nem sobre quais de fato chegaram ao Estado do Maranhão, há indícios de que não se tratava necessariamente de degredados ou mesmo de recrutados à força. O capitão Paulo Soares Avelar, que levaria um dos socorros ao Maranhão, solicitava que se lhe confirmasse a patente de capitão de mar e guerra para que se pudesse "mandar botar bando, em nome de V.M., para se irem fazendo 30 ou 40 soldados a que se dêem as pagas costumadas, que sem elas não haverá quem se queira assentar".[9]

Na década de 1680, por ocasião da chamada "revolta de Beckman", novos contingentes foram enviados ao Estado do Maranhão. O caso dos soldados mandados para debelar a rebelião dos moradores de São Luís, entretanto, constitui um caso à parte. Na verdade, as tropas enviadas faziam parte de contingentes regulares do reino. Toda a organização da jornada, comandada por Gomes Freire de Andrade (depois governador do Maranhão de 1685 a 1687) passaria não pelos conselhos da Fazenda e Ultramarino e sim pelo Conselho de Guerra.[10] Assim, os soldados que chegaram em duas naus a São Luís do Maranhão acabariam posteriormente voltando ao reino. De fato, em 1686, o rei ordenava que a infantaria que acompanhara Freire de Andrade se restabelecesse "ao seu terço", já que não era "justo que havendo-me servido, recebam castigo em um desterro dilatado, quando merecem prêmio por me haver obedecido".[11]

---

[6] "Sobre homens e armas para o governador do Maranhão". Lisboa, 4/02/1643. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [ANTT], Ministério do Reino, Conselho da Fazenda [MR-CF], Registro de Decretos, livro 162, f. 187v.

[7] "Socorro ao Maranhaõ". Alcântara, 1/06/1645. ANTT, MR-CF, Registro de Decretos, livro 163, ff. 177-177v. Ver também: "Sobre a pessoa q. ha de levar o socorro ao Maranhaõ, q. V. Mg.[de] tem resoluto se lhe invie". 13/09/1645. AHU, códice 13, f. 239.

[8] "Socorro ao Maranhaõ e Parâ". Alcântara, 27/07/1646. ANTT, MR-CF, Registro de Decretos, livro 163, f. 205v.

[9] CCU. 9/09/1644. AHU, Maranhão, caixa 2, doc. 161.

[10] Ver: *Synopse dos decretos remettidos ao extincto Conselho de Guerra*. Elaborado pelo Tenente-coronel de Infantaria Claudio de Chaby. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, vol. III, p. 169-70.

[11] "Pera o governador do Estado do Maranhaõ. Sobre a infantaria que mandaõ vir". 7/12/1686. AHU, códice 268, f. 52v.

Assim, como na década de 1640, a década de 1690 assistiu a um significativo esforço das autoridades para arregimentar tropas para o Maranhão, preocupada que estava a Coroa com as incessantes incursões francesas no Cabo do Norte. Entre 1695 e 1696, um ex-governador ressaltava a falta de homens nas fortalezas do Estado. Diante da situação, o Conselho Ultramarino sugeria que se efetivasse o envio dos homens da Madeira.[12] Organizada pelo Conselho Ultramarino, entretanto, a viagem acabou fracassando.[13] Em finais de 1696, uma epidemia de bexigas levaria novamente o Conselho Ultramarino a recomendar o envio de soldados recrutados na Madeira. Os conselheiros advertiam que mesmo apesar da doença, o Estado já se achava "muito diminuto de forças para a sua defesa, e as fortalezas principais dele sem a guarnição de gente conveniente". A irrupção das bexigas só viria agravar a delicada situação militar da região. Cabia assim, levantar mais 100 soldados.[14] Em fevereiro de 1697, Dom Pedro II reforçava o envio de "outros" 100 soldados da Madeira, já que da epidemia decorrera ficarem "os presídios sem a gente necessária para sua guarnição".[15] Em 1698, mais 200 soldados foram ao Estado do Maranhão,[16] provimentos que se repetiram nos anos de 1699,[17] 1703[18] e 1706.[19]

A composição das tropas no Estado do Maranhão e Pará era problemática para a Coroa, pois esta não dispunha de recursos suficientes para trazer do reino todos os soldados necessários para guarnecer as praças e defender as fronteiras, apesar dos insistentes apelos das autoridades na conquista e no reino, como em 1722, quando o Conselho Ultramarino, baseado numa carta do governador João da Maia da Gama, relatava ao rei que:

> nem aquela cidade [Belém], nem as fortalezas e presídios têm gente para se defender, nem para suprir as tropas de guerra e de resgates estavam em tanta falta que hoje naquela cidade se rendiam os soldados uns aos outros e se manda fazer alguma diligência ficara o corpo da guarda sem gente e os mesmos soldados que saem de guarda tornam a vir de noite para ela ao menos para suprirem as rondas e que nestes termos pedia a V.M. se digne de

[12] CCU. 18/01/1696. AHU, Maranhão, caixa 9, doc. 909.
[13] CCU. 26/02/1698. AHU, Maranhão, caixa 9, doc. 961; CCU. 12/11/1698. AHU, Maranhão, caixa 9, doc. 968.
[14] CCU. 14/12/1696. AHU, Maranhão, caixa 9, doc. 930.
[15] "S.e se lhe mandarem cem soldados". 14/02/1697. AHU, códice 268, f. 125.
[16] "S. os duzentos soldados q. lhe remeteraõ da Ilha da Madeira". 10/12/1698. AHU, códice 268, ff. 138v-139.
[17] CCU. 9/09/1699. AHU, Maranhão, caixa 9, doc. 982.
[18] "Carta do Conselho Ultramarino, sobre soldados da Madeira". Lisboa, 19/09/1703. AHU, códice 268, ff. 192-193.
[19] "S.e fazer embarcaçaõ cõ toda brevidade os 120 soldados ahi feitos p.a o Maranhaõ". 26/06/1706. AHU, códice 268, f. 218; "S.e naõ trocar os sold.os q. receber na Ilha da Madr.a nem lhe primitir licenças depois de chegados p.a voltarem p.a as suas terras". 21/06/1706. AHU, códice 268, f. 217v.

> mandar dar infalivelmente duzentos soldados para aquela praça e outros tantos para o Maranhão.[20]

Essa era a razão pela qual o problema deveria ser também equacionado na própria conquista por meio do recrutamento interno e compulsório de homens para servir nas tropas que se deslocavam constantemente aos sertões e para as fronteiras.

Assim, em 1739, por exemplo, o capitão da fortaleza do Rio Negro, João Pereira de Araújo, recebeu uma ordem do governador para fazer "recruta de soldados, prendendo todos os que achar com disposições para o serviço", e o que se encontrarem "em qualquer […] […] do Gurupá sem licença deste governo", os quais "todos [matriculará] no livro que para [este] efeito leva e os distribuirá [pelas] [fortalezas] aonde achar serem precisos".[21] Dois anos mais tarde, em 26 de setembro de 1741, um bando lançado pelo governador João de Abreu de Castelo Branco ordenava que todos os marinheiros e serventes que não estivessem a bordo dos navios antes da partida seriam recrutados para as companhias de guarnição, ressaltando ainda, que "todo morador que consta os oculta em sua casa mandarei proceder contra eles com dois meses de prisão".[22]

Até mesmo as capitanias de donatários, que existiram no Estado até meados do século XVIII, pareciam não escapar às urgências do recrutamento. Em 1729, o rei declarava em carta ao governador que

> não se mostrando por parte dos donatários, que aí têm capitanias, confirmação de suas doações nem cláusulas nelas, por que os insentem de se mandarem fazer soldados nas terras delas, os possais mandar fazer nas ditas capitanias dos tais donatários.[23]

Sem dúvida essa situação atormentava a vida na conquista, limitando os espaços de circulação dos moradores e até mesmo intimidando suas ações, por isso é difícil encontrar razões evidentes para o recrutamento, pois este se fazia (ou se ameaçava fazê-lo) em ocasiões muito diversificadas. Como esclarece Kalina Silva, "cada recrutamento é, assim, diferente em si, pois em cada caso específico o governador determina a forma que deve ser feito, onde, quando, sobre quem".[24]

Por outro lado, o recrutamento serviu para as autoridades igualmente como forma de controle social, razão pela qual era feito com cautela. Em 1748, por exemplo, o governador lançava um bando, destinado à capitania do Maranhão

---

[20] "S.e o q. escreve o gov.or e capp.m gn.l do Estado do Maranhaõ". Lisboa, 2/12/1722. AHU, códice 209, ff. 5v-6v.

[21] "Ordem passada ao capitão da fortaleza do Rio Negro, João Pereira de Araújo". 29/11/1739. *Arquivo Público do Estado do Pará* [*APEP*], códice 25, doc. 250.

[22] "Bando lançado pelo governador João de Abreu de Castelo Branco". 26/09/1741. *APEP*, códice 25, doc. 387.

[23] "Carta régia ao governador do Maranhão". 31/05/1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará* [*ABAPP*], tomo IV (1905), doc. 285, p. 41.

[24] SILVA, Kalina. "Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais". *Locus*, vol. 8, nº 1 (2002), p. 86.

ordenando que se fizesse "com todo o segredo lista das pessoas capazes de servirem a S.M. nas ditas companhias".[25] Certamente, esta era uma manobra de o governador evitar as frequentes fugas já que os que tinham isenção do serviço militar não hesitavam em fugir para o mato, como apontou Paulo Possamai para o sul do Brasil, não "restando ao governador, alternativa senão ordenar o alistamento dos vadios".[26]

O recrutamento compulsório, pela forma como foi efetivado, causou enormes transtornos na vida principalmente daqueles que não contavam com isenções e privilégios,[27] moradores pobres, índios, mestiços, que integrados às tropas manifestaram insatisfação de diversas formas recriando seus espaços de vivências e seus mecanismos de resistência para driblar as imposições das autoridades.

3. Deserções e baixas.

Várias eram as formas para se escapar do serviço militar; porém, os soldados já incorporados tinham basicamente dois caminhos a trilhar. O primeiro era tentar se livrar do serviço das armas por meios legais, de acordo com o regimento militar, como, por exemplo, tentar conseguir uma baixa de soldado através de uma petição ao rei, expondo as razões para querer ficar livre das obrigações da defesa. O segundo geralmente consistia em escapar da obrigação por meio da fuga, conflitos e agressões, ações que não eram toleradas pelas autoridades. Este segundo caminho estava geralmente atrelado ao primeiro, já que a demora no despacho de uma baixa poderia ocasionar uma deserção. Era também o meio mais arriscado de escapar do ônus da defesa.

Os pedidos de baixas eram frequentes. Em carta ao rei de 18 de janeiro de 1723, o soldado Salvador de Carvalho pedia sua baixa afirmando que havia servido de soldado na cidade do Maranhão "vinte e dois anos, cinco meses e seis dias" se achava incapaz de continuar por estar "leso de um braço, perna e olho", vivendo na companhia de "cinco irmãos órfãos".[28]

A incapacidade física era também o problema enfrentado pelos soldados João de Sousa e Simão Dias, cujos problemas eram relatados em carta de 3 de agosto de 1724, pelo provedor-mor da Fazenda real, Francisco Machado, que comentara a recusa do governador do Estado, João da Maia da Gama, de dar as

[25] "Bando passado ao capitão-mor da capitania do Maranhão". 23/12/1748. *APEP*, códice 25, doc. s/n.
[26] POSSAMAI, Paulo Cesar. "O recrutamento militar na América portuguesa: O esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)". *Revista de História*, nº 151 (2004), p. 155.
[27] Sobre a Companhia da Nobreza, ver: SANTOS, Arlindyane dos Anjos. *"Gente nobre da governança": (re)invenção da nobreza no Maranhão seiscentista (1675-1695)*. São Luís: Monografia de conclusão de curso, UEMA, 2009.
[28] "Requerimento de Salvador de Carvalho". [1723]. *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 13, doc. 1357.

baixas aos soldados que estavam "incapazes e aleijados".[29] Esse caso só se resolveria um ano depois, em março de 1725, quando o rei dava sua resolução destacando que "os soldados enfermos ou estropiados no Real Serviço têm o direito à baixa e à percepção dos seus respectivos soldos" e que "não era razão, que estes e outros miseráveis soldados ficarem depois de servirem muitos anos sem terem com que se poder alimentar".[30]

Outros argumentos presentes nas solicitações de baixa dizem respeito aos ofícios mecânicos. Um caso exemplar é uma carta régia de março de 1731, na qual o rei informa ao governador sobre a petição do soldado Custódio de Sousa Guedes, "natural da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará", que desejava baixa de soldado, visto estar aprendendo o ofício de alfaiate e ser o arrimo de uma irmã órfã, e ter o rei ordenado estes ofícios serem isentos de tal exercício.[31]

O segundo caminho por meio do qual os soldados manifestaram sua insatisfação frente ao ônus da defesa foram as deserções, a formação de mocambos, os insultos, os conflitos e as mortes. A lastimável situação em que viviam índios, soldados e colonos nas tropas e o afastamento familiar foram elementos que funcionaram como as principais forças que desencadearam as fugas de soldados para os matos.

No Maranhão e Grão-Pará, esse problema era de longa data; em carta de 9 de janeiro de 1683 o rei referia-se às queixas feitas pelo governador do Maranhão, Francisco de Sá de Meneses, "acerca da muita falta de infantaria que havia nesse Estado por andarem fugidos pelos matos, e estarem presos por crimes muitos soldados".[32]

Na clandestinidade, os pobres soldados mantinham alianças e trocas de favores com os moradores. Em 1718, em carta ao governador Bernardo Pereira de Berredo, o rei escrevia sobre os soldados que desertaram para as aldeias do rio Amazonas, lá amparados por padres missionários, sendo de grande prejuízo "à conservação da infantaria, disciplina militar como também sossego dos sertões", recomendava que não desse ajuda aos soldados, ao contrário "mande o dito prelado logo remover aos tais missionários das ditas aldeias".[33] Em 1747, o governador do Maranhão determinava que fossem presos na fortaleza da Barra, os que acoitassem "oficial ou soldado desertor".[34]

---

[29] "Carta do provedor-mor da fazenda do Estado do Maranhão, Francisco Machado". São Luís, 3/08/1724. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 14 doc. 1408.

[30] "Carta enviada pelo rei Dom João". 3/03/1725. *ABAPP*, tomo I (1902), doc. 171, p. 234.

[31] "Informe o governador sobre a petição de Custodio de Souza Guedes". 30/03/1731. ABAPP, tomo IV (1905), doc. 305, p. 70.

[32] "Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania q. servirem, sempre se lhe terâ resp.^{to}". 9/01/1683. AHU, códice 268, f. 34v.

[33] "Ordem passada por Dom João ao governador Bernardo Pereira Berredo". 11/10/1718. APEP, códice 25, doc. 120.

[34] "Bando lançado por Francisco Pedro de Mendonça Gurjão". 19/08/1747. APEP, códice 25, doc. 681.

Sem dúvida a busca pela liberdade se constrói nas relações vivenciadas por estes sujeitos que foram ativos, resistiram e reinventaram espaços de vivências à margem das estruturas militares coloniais. Flávio dos Santos Gomes e Shirley Nogueira destacam que esses soldados fugiam e constituíam mocambos nos matos. Os mocambos representaram espaços de autonomia, onde brancos, mestiços, índios aldeados, forros e negros livres estabeleciam relações e trocavam experiências.[35] Assim, muitos soldados fugidos que permaneciam em suas capitanias "passaram a viver em mocambos com escravos e índios".[36] Em 10 de dezembro de 1737, temos notícias de uma expedição de soldados e índios comandada por João Freire de Carvalho para prender todos que se encontravam em um mocambo no rio Moju, "donde costumavam baixar, e fazer assaltos nas fazendas dos mesmos moradores".[37] Os mocambos significavam a possibilidade de viver longe das armas e perto dos familiares, porém era certamente a forma mais arriscada.

Os desacatos e as desordens também faziam parte da convivência nas guarnições das capitanias do Estado. Em 9 de maio de 1731, em carta ao governador do Maranhão, o rei ordenava que tomasse providências sobre "a pancada que um soldado daquela capitania deu em lugar público a um clérigo de ordens menores".[38]

Os exemplos de resistência dados acima faziam parte do cotidiano dos moradores das capitanias do Pará e Maranhão. O recrutamento e a disciplina militar interferiram diretamente na vida dos agentes na conquista impondo novas atividades pautadas na disciplina militar. Essa imposição esteve longe de afetar somente os soldados; ao contrário, ela alcançou índios e moradores, desestruturando famílias e submetendo-os a precárias situações em favor da defesa. As resistências empreendidas por eles, por meios legais – como os pedidos de baixa e a utilização de privilégios –, ou por meios ilegais – desertando, formando mocambos, redes de proteção, conflito, recorrendo a agressões físicas ou verbais – representam a forte presença de uma sociedade que se mostrava de diferentes formas resistente a determinadas pressões da Coroa. Sujeitos que, incorporados compulsoriamente às tropas, fizeram delas pelas suas próprias diversidades, um local complexo. E por isso mesmo um local de tensões e conflitos, numa convulsão que se agravava pela condição precária em que viviam

---

[35] GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria da Silva. "Outras paisagens coloniais: notas sobre deserções militares na Amazônia setecentista". In: GOMES, Flávio dos Santos (org). *Nas terras do cabo norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Francesa*. Belém: EdUFPA, 2000, p. 215-217.

[36] NOGUEIRA, Shirley Maria. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Dissertação de mestrado, UFPA/NAEA, 2000, p. 99.

[37] [Ordem que passou o governador João de Abreu de Castelo Branco ao ajudante João Freire de Carvalho]. 10/12/1737. APEP, códice 25, doc. 25.

[38] "Ordem de Dom João ao governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire". 6/08/1730. ABAPP, tomo IV (1905), p. 84-92.

nas guarnições e fronteiras. A partir dessa perspectiva, o recrutamento era visto por aqueles que eram alvo dele como algo indesejado.

As próprias autoridades reconheciam as agruras da tropa. Em 1712, o governador Cristóvão da Costa Freire escrevia ao rei sobre a "pobreza destes soldados", cujo soldo era insuficiente, "por causa da exorbitância dos preços com que neste Estado se vendem as fazendas", mas também pelo desconto das tainhas e farinha de sua alimentação.[39] Situação incompatível com "o grande trabalho que sempre têm nas guardas, tropas e assistência dos presídios".[40] Por outro lado, diante das urgentes necessidades de defesa, as autoridades concediam perdão aos desertores, como em 1747[41] e, depois, em 1749, quando, em bando, o governador determinava que "apresentando-se algum dos muitos que se acham refugiados da praça e seus presídios lhes perdôo em [nome] de S.M., digo, de El-Rei o crime que pela sua ausência tinham cometido".[42]

4. Conflitos nas fronteiras

As fronteiras internas e externas da Amazônia colonial foram caracterizadas pelos conflitos com diversos grupos indígenas. É preciso destacar, contudo, que as várias guerras contra os índios decorreram de causas distintas e se configuraram com diferentes objetivos, no espaço e no tempo. Carlos Fausto reflete acerca da diversidade de guerras ao tratar dos conflitos indígenas. Fausto lembra que as guerras realizadas pelos índios devem ser consideradas a partir do tempo, do espaço, do contexto em que foram observadas e relatadas, bem como em relação às fontes que as descrevem. Isto alude ao "fato de que a guerra indígena tal qual a conhecemos historicamente está imersa em um processo de conquista e colonização de proporções monumentais", tanto pela extensão de terras envolvidas, quanto pelos drásticos efeitos sócio-demográficos.[43]

O problema da diversidade dos conflitos foi também lembrado por Pedro Puntoni. As guerras seiscentistas, como a chamada Guerra dos Bárbaros, representaram "novos padrões de relacionamento" do império português com os

---

[39] Por determinação régia, não circulou moeda metálica no Estado do Maranhão e Pará, até meados do século XVIII, daí os problemas advindos do pagamento com gêneros ou da terra ou de fora. Ver: LIMA, Alam da Silva. *Do "dinheiro da terra" ao "bom dinheiro". Moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Belém: Dissertação de mestrado, UFPA, 2006; CHAMBOULEYRON, Rafael & LIMA, Alam da Silva & IGLIORI, Danilo Camargo. "Plata, paño, cacao y clavo. 'Dinero de la tierra' en la Amazonía portuguesa (c. 1640-1750)". *Fronteras de la Historia*, vol. 14, nº 2 (2009), p. 205-27.

[40] "Carta de Cristóvão da Costa Freire a Dom João V". Belém, 3/03/1712. AHU, Pará (Avulsos), caixa 6, doc. 478.

[41] "Bando lançado por João de Abreu de Castelo Branco". 31/07/1747. APEP, códice 25, doc. 675.

[42] "Bando lançado por Francisco Pedro de Mendonça Gurjão". 27/02/1749. APEP, códice 25, doc. 815.

[43] FAUSTO, Carlos. "Da inimizade – forma e simbolismo da guerra indígena". In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 252.

grupos indígenas, pois "estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão" dos grupos indígenas.[44]

As guerras movidas pela coroa portuguesa contra os índios na Amazônia colonial foram não somente inúmeras, mas também podem ser consideradas como heterogêneas. Por essa razão, neste texto serão tratadas das guerras em duas regiões de fronteira da Amazônia colonial: nas terras do Cabo do Norte e nas capitanias do Maranhão e do Piauí.

A área do Cabo do Norte foi concedida a Bento Maciel Parente, na década de 1630, como capitania privada. Entretanto, essa tentativa inicial de povoamento do Cabo do Norte não se efetivou. Na segunda metade do século XVII, a coroa portuguesa procurou assegurar o domínio do Cabo do Norte por meio da construção de fortes e da organização de aldeamentos religiosos. Em 1687, foi formada uma expedição para ir ao sertão do Cabo do Norte "dispor as fortalezas que V.M. mandava fazer". Nessa jornada iam o capitão-mor do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro, os jesuítas Aluízio Conrado, Antonio Pereira e Bernardo Gomes, soldados e "pessoas práticas". Acreditava o capitão-mor que duas áreas eram propícias à construção de fortalezas. Uma delas é "na boca do rio de Maicari, que sai ao de Araguari", região vizinha dos índios Maruanus. O segundo local escolhido para edificar uma fortificação era a região "aonde antigamente esteve a dita fortaleza de Cumaú", pois "pareceu muito acomodado o sítio e boas terras para a povoação". Além disto, "tem também a vizinhança de algum gentio e a do sertão dos Tucujus".[45]

O capitão-mor do Pará cuidava igualmente de ajudar os jesuítas Antonio Pereira e Bernardo Gomes a organizarem uma missão no Cabo do Norte. As missões e a fortificações inseriam-se, portanto, na política do reino português de domínio territorial do Cabo do Norte. Os jesuítas Antonio Pereira e Bernardo Gomes permaneceram pouco tempo no Cabo do Norte, pois os índios Oivanecas investiram contra eles, matando-os. O capitão-mor do Pará encontrava-se no Cabo do Norte quando o governador Artur de Sá e Menezes mandou até ele "uma canoa bem equipada" para combater os índios assassinos.[46]

A tropa que saiu de Belém passou por diversas ilhas até chegar ao Cabo do Norte e encontrar o capitão-mor. Tão logo soube que era verídica a notícia do assassinato dos padres e "descoberto os matadores aonde estavam escondidos", que permaneciam "esperando águas para saírem para a banda de Caiena na mesma

---

[44] PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec/EdUSP/FAPESP, 2002, p. 17.

[45] A carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para Dom Pedro II, escrita em Belém, em 12/07/1687 encontra-se anexada a: "Carta do governador Artur de Sá e Meneses para o Rei". Belém, 19/09/1687. AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 267.

[46] A carta de Artur de Sá e Meneses, escrita em Belém, em 9/02/1688, encontra-se anexada a: CCU. 31/05/1688. AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 271.

canoa do padre",[47] o capitão-mor tratou logo de formar uma pequena tropa, porque a que o acompanhava não era grande, e a mandou em busca dos matadores.[48] Foram, então, os brancos e índios à procura dos assassinos dos padres e

> andaram por espaço de oito dias enganados pelos guias Maraunizes por brenhas caminhos errados, até que dois meninos naturais daquela terra lhes mostraram o caminho verdadeiro que levava a Maimaime, onde estavam os outros escondidos.[49]

Estes guias também haviam participado da investida contra os padres.

Durante o conflito, muitos índios morreram, outros fugiram para os matos e os cativos foram distribuídos entre os moradores do Estado do Maranhão. A razão para a investida contra os padres teria sido uma "prática" do intérprete Lopo, índio Aruã, que teria dito aos índios que os padres iriam escravizá-los.[50] Mas o governador Artur de Sá e Menezes estava convencido de que, "como aquele sertão anda infeccionado de franceses", a investida dos índios contra os padres, em Camonixari, teria "ocorrido por sua intercessão por não tolerarem que naquele sítio se façam fortalezas porque lhe impossibilitam o comércio".[51] Não há como provar que os franceses de Caiena incitaram os índios contra os padres. Ao que parece, entretanto, a guerra tratava-se, de um instrumento para assegurar o domínio português da área que reivindicavam, diante dos franceses, considerados "estrangeiros". Não se objetivava, portanto, o extermínio dos índios, mas sim fazê-los súditos do rei de Portugal. Não foi por acaso que, uma vez terminado o conflito, foi concedido o perdão real "aos índios ausentes, pelas mortes dos padres da Companhia" para que estes "índios pudessem povoar suas terras sem receio do que resultaria".[52]

Conflitos distintos ocorriam na outra ponta do Estado. As capitanias do Maranhão e Piauí constituíam outra área de fronteira da Amazônia colonial. Situadas ao leste do Estado do Maranhão, a partir da segunda metade do século XVII, nessas capitanias aconteceram inúmeros conflitos entre as tropas portuguesas e grupos indígenas. Segundo relata Francisco Augusto Pereira da

---

[47] A cópia da segunda carta do capitão-mor Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho escrita em Araguari, no dia 1/12/1687, encontra-se anexada a: CCU. Lisboa, 17/05/1688. AHU, Maranhão, (Avulsos), caixa 7, doc. 798.

[48] A carta de Artur de Sá e Meneses, escrita em Belém, em 9/02/1688, encontra-se anexada à CCU. 31/05/1688. AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 271.

[49] BETTENDORFF, João Felipe, SJ. *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698]. 2ª edição. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 432.

[50] A cópia da primeira carta de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, escrita em Araguari, em 22/11/1687, encontra-se anexada a: CCU. Lisboa, 17/05/1688. AHU, Maranhão, caixa 7, doc. 798.

[51] A carta de Artur de Sá e Meneses, escrita em Belém, em 9/02/1688, encontra-se anexada a: CCU. 31/05/1688. AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 271.

[52] "Para o governador do Maranhão. Sobre o perdão geral que se concedeu aos índios ausentes pelas mortes dos padres missionários da Companhia, e outros particulares". Lisboa, 17/02/1691. ABN, vol. 66 (1948) p. 120.

Costa, em outubro de 1676, o governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, havia concedido as primeiras sesmarias de terras no Piauí, situadas às margens do rio Gurguéia, a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago. Antes dessa concessão, contudo, os índios Gurguéia haviam sido perseguidos, refrega na qual 400 índios foram degolados e as mulheres e crianças foram escravizadas.[53] Quanto à capitania do Maranhão, no último decênio do século XVII foram realizadas três guerras contra os índios hostis da região. Essas guerras se concentraram nos rios Mearim, Itapecuru e Munin.[54] Os conflitos com os índios no Maranhão e Piauí se estenderam para o século XVIII e em 1712 teria acontecido um grande levante indígena nessa área, do qual trataremos agora.

Os assaltos realizados pelos índios aos moradores do Maranhão eram frequentes. João Fróis de Brito, morador no rio Mearim, relatara, por volta de 1706, que havia "oito meses pouco mais ou menos o gentio bárbaro do corso" matara Pedro Afonso Mendes, que residia no mesmo rio, "e a um escravo seu e lhe feriram outro e a outro que lhe escapou milagrosamente". No rio Mearim os índios assassinaram, igualmente, "um escravo de Manoel Rodrigues Braga, junto a sua porta" e em "outra fazenda mataram os ditos gentios o senhor dela, e sua mulher, e um filho seu, junto a sua porta e lhe feriu uma escrava que lhe escapou milagrosamente".[55]

Através de cartas e devassas, o governador Cristovão da Costa Freire informou ao monarca acerca dos "grande e atrozes delitos e horríveis extorsões" feitos pelos índios. Diante dos documentos enviados do Maranhão, o rei ordenou que se executasse "a guerra que se assentou nas Juntas que se convocaram neste Estado procurando fazê-la cruamente ao tal gentio" e que "se matem e cativem todos os que se entendem podem ser danosíssimos a estas terras". Além disso, deveria o governador do Maranhão escrever a Antonio da Cunha Souto Maior, que era capitão- mor do Piauí, para que fosse à guerra "com toda a gente que puder incorporar com a tropa que houver de expedir da capitania do Maranhão".[56]

Passados três anos, em 1710, os índios do corso investiram contra a casa forte do Iguará. Novamente, Antonio da Cunha Souto Maior foi chamado para combater os índios bravos. Em carta de maio de 1711, o governador Cristovão da Costa Freire relatava ao rei que finalmente "chegara àquela capitania o mestre de campo Antonio da Cunha Souto Maior que havia nove meses estava em campanha, fazendo guerra ao gentio do corso". Durante a campanha, Souto Maior "vencera

---

[53] COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2ª edição [1909]. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1974, p. 46.

[54] MELO, Vanice Siqueira de. "Aleivosias, mortes e roubos". *Guerras entre índios e portugueses na Amazônia colonial (1680-1706)*. Belém: Monografia de conclusão de curso, UFPA, 2008, p. 53-58.

[55] O testemunho citado, escrito em 4/08/1706, encontra-se anexado a: CCU. Lisboa, 6/10/1707. AHU, Maranhão, caixa 11, doc. 1091.

[56] "Sobre se lhe dizer ponha em execução a guerra que se assentou em Junta se fizesse ao Gentio do Corço pellas grandes hostilidades que tem feito". Lisboa, 25/10/1707. ABN, vol. 67 (1948), p. 1517

junto à casa forte do Iguará [os] Cahicahizes" e a nação dos "Aranhy, e do Cheruna, Bentes, e Peracatis", estes últimos, talvez, no rio Parnaíba.[57]

No ano seguinte, em 1712, o governador do Maranhão escreveu uma carta ao rei comunicando-lhe o sucesso que Antonio da Cunha Souto Maior tivera na guerra que havia feito aos índios Aranhi e Anapuru-açu e lembrando que na região dos rios Iguará e Parnaíba havia somente uns índios Caicai, a quem fariam guerra, e que também combateriam contra os Barbados do Mearim.[58] Entretanto, "depois do bom sucesso que havia tido a tropa", o capitão José da Cunha de Eça informara ao governador "que os índios da mesma tropa mataram seu cabo Tomás do Vale, e aos soldados que o acompanhavam, de que só escapara um mal ferido". Este sobrevivente teria ido até a casa forte do Iguará "a dar conta do sucesso" a Antonio da Cunha Souto Maior, o qual foi socorrido de armas e munições.[59] Posteriormente, Antonio da Cunha Souto Maior também fora alvo da investida dos índios, que o assassinaram. Como lembrara o governador Bernardo Pereira de Berredo, os índios que investiram contra Souto Maior eram "os mesmos tapuias da sua obediência, com que fazia guerra a todos os de corso daquele vastíssimo país".[60]

Esses indígenas hostis aos moradores do rio Parnaíba e Iguará teriam sido capitaneados por outro índio, chamado Manoel Ladino (ou Mandu Ladino). Ladino nasceu "no grêmio católico" e foi educado pelos religiosos da Companhia de Jesus. Porém, segundo Pereira de Alecanstre, escrevendo em meados do século XIX, "era o que fazia entre todos eles ostentações mais bárbaras de sua primeira natureza".[61] Segundo Aires de Casal, Mandu Ladino era um índio doméstico que fugira das aldeias de Pernambuco e "atiçava a uma teimosa resistência" aos índios que moravam nas vizinhanças do rio Poti.[62]

Após a morte do Antonio da Cunha Souto Maior, Bernardo Carvalho de Aguiar foi eleito por mestre de campo para realizar guerras contra os índios bravos. Entretanto, a tropa não conseguiu castigar o índio Mandu Ladino, que permaneceu cometendo vários assaltos e mortes no Maranhão e Piauí. Em 1716 ainda havia organizações de tropas de guerra para combater Mandu Ladino e os

---

[57] "O Gov.^{or} e Capp.^{am} G.^{l} do Est.^{o} do Maranhão da conta do q. Resultou da guerra que foi dar o Me de Campo An.^{to} da Cunha Souto Maior ao gentio de corsso". Lisboa, 11/12/1711. AHU, códice 274, ff. 213v-214.

[58] "S.^{e} o que escreve o Gov.^{or} do Maranhão acerca do bem q. tem obrado Antonio da Cunha Souto Maior na guerra aos índios do corso". Lisboa, 28/11/1712. AHU, códice 274, ff. 223v-224.

[59] "S.^{e} o socorro de 400 índios de guerra q. se lhe mandão enviar logo do Ceará p.^{a} se castigarem os índios do corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Vale e seus cabos". Lisboa, 19/12/1712. AHU, códice 269, f. 4v.

[60] BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes históricos do Estado do Maranhaõ*. Lisboa: Na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1749, p. 675.

[61] ALENCASTRE, José Martins Pereira de. "Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XX (1857), p. 26-27.

[62] CASAL, M. Aires de. *Corographia brasílica ou relação histórico-geográfica do Brasil*". 2ª Edição. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, tomo II, p. 212.

índios "levantados".[63] Esse combate aos índios hostis no Maranhão e no Piauí se estendeu, ainda, durante um longo período no século XVIII.

Os relatos das guerras no Cabo do Norte e nas capitanias do Maranhão e Piauí exemplificam como índios (Lopo e Mandu Ladino) que possuíam fluência no mundo português participaram de insurreições contra a própria sociedade colonial. Assim, as alianças dos grupos indígenas com os portugueses nem sempre significavam a plena colaboração dos índios aos projetos da coroa portuguesa. É o que exemplifica também a atuação dos índios que guiaram a tropa de guerra à procura dos assassinos dos padres no Cabo do Norte e o levante dos índios no Maranhão, do qual resultou o assassinato de muitos soldados. Eram nas tropas de guerra que percorriam os sertões do Estado do Maranhão que muitas alianças de índios e portugueses poderiam ajustar-se ou serem interrompidas.

As guerras que ocorreram no Maranhão e no Piauí foram realizadas com objetivos diferentes daquela que aconteceu no Cabo do Norte. Isto se justifica através da maneira pela qual estas áreas de fronteira foram ocupadas pela coroa portuguesa.

Se no Cabo do Norte preocupava à Coroa a crescente presença francesa, no leste do Maranhão e no Piauí, as fazendas de açúcar e a criação de gado constituíram o principal vetor de ocupação do Piauí. Em 1697, o padre Miguel de Couto registrou a presença de, aproximadamente, 130 fazendas entre o Maranhão e o Piauí.[64]

A intervenção espacial do reino português na Amazônia colonial foi, portanto, diferenciada. Se na região do Cabo do Norte predominaram as missões e as fortificações, no Maranhão e no Piauí prevaleceram as fazendas de gado e os engenhos de açúcar. Desta maneira, certamente, na ótica portuguesa, a investida que os índios realizaram contra os padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes constituía uma razão para que se realizasse a guerra contra eles. Porém, tratava-se também de uma guerra que objetivava submeter os índios à vassalagem portuguesa através da força, num contexto em que o reino português e o francês disputavam a posse do Cabo do Norte. No Maranhão e Piauí, os sucessivos conflitos possuíam o propósito de "desimpedir" as terras através da escravização ou extermínio do gentio "bravo" para que a marcha do povoamento prosseguisse pelos cursos dos rios. Assim, as guerras pretendiam, simultaneamente, dominar os índios e com isto livrar os moradores dos rios Itapecuru, Munim e Mearim dos assaltos e *correrias* dos grupos indígenas. Trata-se, portanto, de duas regiões que apresentam maneiras diferenciadas de ocupação, nas quais as guerras contra os índios adquiriram razões e objetivos distintos.

---

[63] Sobre este assunto ver os anexos de: CCU. Lisboa, 6/10/1718. AHU, Maranhão, caixa 12, doc. 1199.

[64] CARVALHO, Miguel de. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm^{o} e Rvd.^{o} Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco (1697)". In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 373-386.

5. Considerações finais

O Estado do Maranhão e Pará teve a organização de sua sociedade marcada pela fronteira e pelas necessidades de defesa – ou "conservação" – desse vasto território que, durante o período colonial, constituía uma conquista independente em relação ao Estado do Brasil. O problema da fronteira significou, em grande medida, uma intervenção mais vigorosa da Coroa em diversos aspectos da vida e da economia da região. Assim, o povoamento, a organização da força de trabalho (tanto indígena como africana), o comércio, a circulação monetária, a agricultura, foram aspectos com relação aos quais a Corte, seus conselhos e as autoridades régias constantemente se manifestaram, no sentido de garantir o domínio da região. O mesmo se pode falar de um outro aspecto dessa intervenção, que diz respeito ao esforço de recrutamento e envio de tropas para ocupar as fortalezas, casas-fortes e presídios do Estado do Maranhão e Pará.

Reais ou imaginárias, as ameaças interna e externa mobilizariam a sociedade que pouco a pouco constituía-se na região; a ação das autoridades, de fato, conformou também uma ação de alguns do setores mais atingidos dentre os grupos que compunham a sociedade colonial por parte das políticas que visavam garantir a "conservação" do Estado do Maranhão e Pará. Foram esses indivíduos e grupos – de heterogênea composição – que deram também sentido à presença portuguesa nesse imenso sertão.

O RECRUTAMENTO NO GRÃO-PARÁ (1775-1823)

Shirley Maria Silva Nogueira[*]

A Nova historia militar foi inaugurada no Brasil, na década de 1990. A partir dessa desse ano, alguns historiadores procuraram reabilitar a história militar marcada pelos estudos dos grandes vultos e das grandes Batalhas. Entre os vários temas que daí foram originados, investigou-se o impacto do recrutamento sobre a sociedade e sobre os indivíduos levados para alguma instituição militar. Um dos trabalhos mais proeminentes sobre o tema é Hendrik Kraay.[1] Em seu artigo *Recosidering Recrutament in Imperial Brasil*, ele afirma que os recrutamentos para o Exército não causaram grandes transtornos, como uma historiografia anterior apontava,[2] pois as listas das isenções do recrutamento e privilégios eram imensas, contribuindo para ele Estado, Senhores de terras, escravos e pobres livres. Somente em períodos de guerra externas houve problemas, como o caso das Guerras da Cisplatina dos anos de 1820 e do Paraguai dos 1860.

Fábio Faria Mendes também discutiu o assunto. De acordo com Mendes, de fato, os recrutados podiam contar com o apoio dos *potentados locais* que além dos critérios econômicos estabeleciam princípios morais para o alistamento, principalmente ao longo de todo o século XIX. Além disso, os legisladores procuraram, tanto no período colonial quanto no imperial, evitar o alistamento de homens dos setores produtivos da sociedade preferindo para as fileiras do Exército elementos considerados desocupados. Todavia, destaca que, nem sempre, os senhores locais foram capazes de impedi-los, principalmente no período colonial, causando grandes incômodos à população.[3]

Como contribuição a essas análises, acredito que a ideia de que os recrutamentos não causaram grandes transtornos deve ser relativizado principalmente em áreas de fronteira, pois eram constantes, não só em períodos de guerras, rompendo com as relações informais. Para confirmar essa hipótese, fez-se uma análise do recrutamento no Grão-Pará a partir de 1750 e durante todo o primeiro reinado. O Grão-Pará está em uma região de fronteira com um longo histórico de disputa durante todos os anos setecentos que extrapolou o período

---

[*] Professora da Escola Superior Madre Celeste e doutora pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

[1] KRAAY, Hendrik. "Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil". *The Americas*, v. 55, nº 1, p. 1-33, jul, 1998.

[2] Sobre esse tipo de análise ver: PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986; MCBETH, Michael C. McBeth. "The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier?" In: ALDEN, Daril, DEAN, Warren (orgs.). *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: University Presses of Florida, 1977.

[3] MENDES, Fábio Farias. "Encargos, Privilégios e Direito: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 111-138.

colonial. Assim, mesmo no período imperial, houve disputas pela definição dos seus limites com as antigas colônias de França e Espanha e os países americanos surgidos das guerras de independência na América Espanhola. Por isso a demanda por mão-de-obra para o Exército era contínua, desrespeitando, até mesmo, a lógica de se preferir recrutar vadios a trabalhadores, a fim de compor as tropas regulares.[4] Assim, a presença de membros dos setores produtivos foi uma comum na história do Exército no Grão-Pará. Dentre os trabalhadores, o setor mais atingido foi o dos lavradores, que era um setor econômico proeminente, principalmente a partir do governo pombalino, que incentivou a produção agrícola.

A Conturbada Fronteira do Grão-Pará

O Grão-Pará estava localizado no norte da colônia portuguesa na América, estendendo-se ao longo do vale Amazônico e parte do vale Araguaia-Tocantins. Aquele chama a atenção por sua extensão – 3.000 km - e por seus diferentes ecossistemas. Cortado por rio de mesmo nome que nasce nos Andes peruano e deságua ao norte, próximo a Macapá, e ao sul da ilha do Marajó. Um volumoso rio cujos principais afluentes são os rios Iça, Japurá, Negro, Trombetas (margem esquerda), Juruá, Purus, Madeira, Tapajós e Xingu (margem direita).[5]

O Grão-Pará foi incorporado ao Estado do Maranhão em 1621, tendo sua administração ligada diretamente a Lisboa.[6] O Estado do Maranhão, até meados do século XVIII, compreendia toda a chamada Amazônia Portuguesa, o Ceará e o

---

[4] As tropas que formavam o Exército dividiam-se em três: ordenanças, auxiliares e regulares. As ordenanças eram compostas por todos os homens com idade entre 20 a 60 anos e delas eram retirados os que *sentariam praça* nas tropas auxiliares e pagas, tendo sua criação em 1580 e representava, na segunda metade dos setecentos, a terceira reserva ou terceira linha. Essas unidades conjuntamente com as auxiliares tinham a função de ajudar os contingentes regulares (também conhecidas como paga, permanente ou de primeira linha). A força auxiliar era a segunda reserva ou segunda linha e, em 1798, passou a se chamar milícia. Para ela, eram convocados os homens casados, grandes proprietários de terras, comerciantes e outros. O Alvará de 1764 determinava que somente os solteiros e os considerados vadios deveriam servir nas tropas pagas, que era o Exército propriamente dito. O serviço nela era em tempo integral, mas se permitia que todos até capitão tivessem outra profissão. Essas tropas estavam divididas racialmente. Em outras palavras, havia unidades de brancos, pardos, *pretos* e índios. Esta situação somente mudaria a partir de 1831, com a criação da Guarda Nacional. Ver: NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: UFPA 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia /NAEA, Belém, 2000, p.42; 84-90; Arquivo Público Estadual do Pará (Doravante APEP), 1823, Códice 754.

[5] NOGUEIRA, Cristiane Silva. *Território de Pesca no Estuário Marajoara:* comunidades negras e conflitos no município de Salvaterra. Belém: NAEA/UFPA 2005. 200 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Belém, 2005, p. 25-26; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndios das Eras da Província do Pará***.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 369.

[6] SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos*. *A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 55-56.

Piauí. Algumas décadas depois, essa configuração seria alterada com a subida ao trono de D. José I e Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que viria a ser conhecido como Marquês de Pombal, após 1770.

Para assegurar o domínio sócio-econômico naquela vasta região, criou-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão (englobando somente o Maranhão, o Grão-Pará e capitania do Rio Negro, esta criada em 1755), em 1751, com sede em Belém, substituindo o antigo Estado do Maranhão, sediado em São Luís. Tal transformação administrativa colonial foi necessária, uma vez que havia a concorrência da Inglaterra, França e Espanha na região. Nessa oportunidade, erigiu o Estado do Grão-Pará, onde o meio-irmão do Marquês de Pombal foi o primeiro Capitão-General, Estado esse composto pelas capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. Em 1772, ocorreu a separação das capitanias que compunham o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

O espaço territorial do Estado do Grão-Pará e Rio Negro demarcava seus limites com as colônias estrangeiras e as outras capitanias da América Portuguesa, definidos pelo Tratado de Madri (que estabeleceu os limites do Império Lusitano ao norte e sul do Brasil). Tais limites eram: ao norte, a Guiana Francesa, Caribana Espanhola, atual Venezuela e a Guiana Inglesa, não aparecendo os limites a oeste, mas que eram os atuais Peru e Colômbia.

O Maranhão e Goiás são as únicas capitanias que aparecem como limites: o rio Turiaçu separava o Pará de Maranhão, a leste. Os rios Tocantins e Araguaia separam-no de Goiás. Esta capitania estaria limitada a leste, com a do Pará; a noroeste, com o Peru e Caribana Espanhola e, ao sul, com o Mato Grosso, que não aparece neste mapa; ao norte, com a Guiana Inglesa e a Guiana Francesa.

Nos anos setecentos, as fronteiras do Grão-Pará junto às colônias de França, Holanda, Inglaterra e Espanha ao norte foram a grande preocupação da Coroa Portuguesa. Mas os seus maiores temores vinham dos extensos limites com as terras espanholas e da pequena e conturbada fronteira com a Guiana Francesa. Para resolver os seus problemas com a Espanha e a França, Portugal firmou alguns tratados ao longo do século XVIII. Os principais tratados foram os de Utrecth (1713), de Madri (1750), El Prado (1761) e Santo Ildefonso (1777). O último ratificou como limite entre Portugal e Espanha o rio Solimões com o rio Napo, a oeste, e o rio Yapouque, ao norte, com a Guiana Francesa.[7]

Na década de 1790, os portugueses estavam novamente no fogo cruzado dessas duas potências. A luta constante da França Revolucionária em impedir a hegemonia militar da Inglaterra provocou uma crise financeira naquele país, agravando as diferenças sociais já existentes na França, que culminaram na Revolução Francesa. Como não podia deixar de ser, as colônias da França, na América, foram as primeiras a seguirem o exemplo da metrópole e fazerem as suas

[7] Sobre esses tratados ver: REIS, Arthur César Ferreira. *A Expansão Portuguesa na Amazônia no século XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPEVA (Coleção Pedro Teixeira) 1959, p. 35-37; PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP, 1986, p. 39-40.

próprias revoluções. Em São Domingos, a crítica ao Antigo Regime pela elite branca de Paris levou os *petits blancs* e os mulatos a exigirem também direitos políticos dos *grands blancs*. Essa divisão ocasionou insurreições de escravos, que convergiram para a independência do Haiti em 1804. Essa revolução encontrou eco entre as comunidades escravas do Caribe, Venezuela e Nova Granada. Além disso, o clima revolucionário internacional influenciou a contestação do domínio colonial em Minas Gerais (1789), Nova Granada (1794) e Venezuela (1797).[8]

A Revolução Francesa deixou em alerta todas as cabeças coroadas da Europa, que procuraram rapidamente desenvolver uma política de contra-revolução com a intenção de impedir a propagação de suas ideias para seus Estados e suas colônias. Assim, a partir de 1790, as autoridades metropolitanas refletiram essa política antifrancesa tanto em Portugal quanto em sua colônia americana. Novamente, os Capitães-Generais redobraram o cuidado junto a seus limites com as colônias de Espanha e França. Francisco de Souza Coutinho foi o nome escolhido como governador (1790-1803) com a missão de evitar a entrada de ideias revolucionárias no Estado do Grão-Pará, principalmente via fronteira com a Guiana Francesa. Para isso, ele deu início a um outro forte processo de militarização, que ultrapassou o final do século XVIII, chegando às primeiras três décadas do século XIX.[9]

Entre os anos de 1793 e 1794, o Arsenal de Marinha de Belém acelerou a produção de embarcações de guerra. Mais de dois mil indígenas foram enviados para a construção de quatro fragatas, três charruas, três bergantins e doze chalupas artilhadas, para fortalecer a fotilha de guarda-costa. Em 1803, o Regimento de Infantaria de Extremoz foi enviado para o Pará, e a fronteira com a Guiana Francesa foi alvo de constante vigilância. Essas medidas visavam também a tomada de Caiena, que foi idealizada pelo governador Francisco de Souza Coutinho. Assim, em 1808, estavam estacionados no Grão-Pará sete regimentos de infantaria (a tropa regular de Belém, o de Macapá, o de Extremoz, de milícias da cidade, da Campinha e de Cametá). Além disso, havia as tropas de caçadores e pedestres situadas em Belém, denominadas de Macapá, do Marajó e de Cametá, e um regimento de artilharia.[10] Essa vigilância justificava-se com a possibilidade de que ideias de liberdade e as notícias de rebelião escrava chegassem aos cativos. Uma vez dentro da colônia, essas ideias poderiam atingir todo o estado. Assim, a libertação dos escravos em Caiena e o exemplo de Haiti levaram ao reforço da segurança, principalmente nas regiões onde havia grande concentração deles.

---

[8] MCFARLANE, Anthony. "Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações". In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 387-417, p. 393.

[9] ACEVEDO MARIN, Rosa E. "A Influência da Revolução Francesa no Grão-Pará". In: José Carlos C. Cunha (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia* (Belém, UFPA/UNAMAZ, 1992) (Série Cooperação Amazônica).

[10] ACEVEDO MARIN. Op. cit., p. 42-43; REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*, [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, 1953 (Cadernos de Cultura), p. 7-9.

O segundo maior contingente de escravos do Pará estava em Cametá. Uma revolta de cativos nesta vila poderia alcançar dimensões indesejáveis, visto que Cametá era relativamente próxima de Belém – estava apenas a 45 léguas da *cidade do Pará* -, deixando as autoridades ainda mais alertas. Essa não era uma preocupação infundada, uma vez que havia, de fato, um contato entre os moradores de ambos os lados da fronteira. Segundo Rosa Acevedo, Locan e Salles discutiram a respeito da troca de informações entre escravos sobre o regime de trabalho no período da primeira abolição da escravidão na Guiana em 1792-1802. De acordo com Locan, em 1792, havia 18 escravos brasileiros no posto francês de Manaye na fronteira com o *Cabo Norte* (atual Macapá), escondidos no mocambo do Macani, que foi combatido intensamente pelas autoridades de Macapá.[11] Contudo, considerava-se que as fugas podiam ser controladas. Temiam-se mesmo as sublevações organizadas por estrangeiros com participação de *tapuios*, índios *não-descidos* e brancos pobres que, segundo as autoridades, não tinham nada a perder.[12]

As idas e vindas de moradores e fugitivos na fronteira do Pará junto à Guiana Francesa eram antigas. O comércio clandestino entre franceses e indígenas foi uma preocupação constante das autoridades desde o início do século XVIII. Nos anos de 1721, 1723 e 1724, os lusos mandaram expedições para coibir esse comércio clandestino. Para Gomes, cativos - de ambos os lados da fronteira - fugiam também com ajuda de comerciantes.

As ideias de revolução e liberdade poderiam chegar a vilas - como Cametá - também pelas fronteiras do Grão-Pará com Goiás e Mato Grosso. Essas capitanias faziam fronteira com as regiões do Xingu, Tapajós, Melgaço e a comarca do Rio Negro. Deve-se lembrar também que em 1789 houve a Inconfidência Mineira, e o ideário liberal, discutido nesse movimento, provavelmente chegou ao Grão-Pará por meio de comerciantes, grupos indígenas, escravos fugidos e soldados desertores, que circulavam nessa região. As preocupações com a entrada de ideias revolucionárias se reforçariam com o início do processo de luta pela independência das colônias da América Espanhola. As monarquias ibéricas resistiram bem às investidas revolucionárias durante toda a década de 1790. O movimento de independência na América Latina somente teve início com a crise desses reinos, provocada pela expansão napoleônica iniciada em 1799. Entre 1807 e 1808, Napoleão destronou os reis das casas de Bragança e Burbons.

O movimento de independência na América Espanhola teve dois momentos. O primeiro ocorreu entre 1810 e 1815, quando muitas regiões livraram-se do poder da Espanha ao romper com a regência espanhola e com as cortes de Cádis, criando governos autônomos. Entretanto, a volta de Fernando VII ao trono

---

[11] ACEVEDO MARIN. Op. cit., p. 43-44.

[12] GOMES, Flávio dos Santos. "Fronteiras e Mocambos: protesto negro na Guiana Brasileira". In: *Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 230.

permitiu a retomada do controle das suas colônias. O segundo momento aconteceu entre os anos de 1820 e 1825 quando surgiram os primeiros países livres do jugo espanhol na América do Sul e Central. Em 1820, depois de um processo de luta, surgiu a República da Colômbia. Em 1821 foi a vez do México. Em 1824, os revolucionários peruanos, liderados por Simon Bolívar, decretaram independência do Peru.[13] Os lusos demoraram mais a sentir o impacto desse acontecimento, visto que transferiram a família real para sua colônia americana. O monarca espanhol não teve a mesma sorte e enfrentou desde cedo oposição de seus colonos em seus territórios na América.

As disputas pelo controle do recrutamento no Grão-Pará Colonial

Os camaristas de Belém, em 1734, queixavam-se da pressão do capitão-mor para que pegassem em armas nas *mostras*, juntamente com as ordenanças e as tropas pagas. Naquele momento o rei D. João V amenizou o desentendimento entre aquelas autoridades, obrigando apenas os filhos dos camaristas a pegarem em armas nas mostras. No reinado de D. José I, em 1751, o direito dos camaristas a não pegarem em armas foi retirado. Porém, estas medidas não conseguiram subjugar a nobreza que ainda saiu vitoriosa do embate com a Coroa.[14]

Henrique Peregalli, analisando o recrutamento militar em São Paulo, nos comunica que por volta de 1767 deu-se o início da aplicação das reformas do Conde de Lippe,[15] e a Coroa procurou incentivar os recrutamentos por intermédio de promessas de fidalguia para os senhores locais. Para receber a fidalguia bastava organizar um corpo militar com sua própria gente.[16] Aparentemente, a Coroa apenas tentou reforçar um método usual na colônia, para a formação dos corpos militares, desde o tempo das guerras com os holandeses. Certamente, para evitar problemas com as pessoas influentes da colônia.

O autor comenta ainda que, com o findar da década de sessenta, a presença do Estado português foi ficando cada vez mais nítida. Ele passou a formar os

---

[13] MCFARLANE. Op. cit., p. 387-388.

[14] NOGUEIRA, Shirley. *Razões para desertar: a militarização do Grão-Pará no último quartel dos setecentos*. Belém. 175p. Dissertação (mestrado em planejamento do desenvolvimento). Universidade Federal do Pará (UFPA), 2000.

[15] "O Conde Fredrico de Schaumburg-Lippe, também citado em sua época como Guilherme de Bueckburg ou simplesmente como Conde de Lippe entre nós e em Portugal, nasceu em 24 de janeiro de 1724 em Londres e faleceu em 10 de setembro de 1777, em Bueckburg, sede governamental de seu pequeno condado autônomo ancestral alemão [...] Marechal-general do exército real português, General grão-mestre da artilharia do então ducado de Hanover, General-marechal de campo do exército britânico real, cavaleiro da Real Ordem de Águia Negra prussiana, conferida pelo não menos famoso Frederico, o Grande (1712-1786), foi um grande matemático e artilheiro e um dos destacados chefes e organizadores militares de seu tempo". CASTRO, Adler Homero Fonseca. "Forte Príncipe da Beira: aspectos militares". In: Deocleciano Azanbuja (org.). *Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 7.

[16] PEREGALLI, Henrique. Op. cit., p. 69-116.

corpos militares (auxiliares, de ordenança e regulares) por meio da violência no recrutamento. Os capitães-mores, responsáveis pelo recrutamento, tiveram seu poder reduzido pela presença dos sargentos-mores e seus ajudantes, que eram homens de confiança dos Capitães-Generais. Estes sargentos-mores (major) e seus ajudantes deixaram de ser escolhidos dentre os "principais" das vilas para serem retirados das próprias tropas militares. Um militar para atingir este posto tinha que ter servido na mesma tropa, desde alferes até capitão.[17]

Para controlar os capitães-mores, em muitos casos, estes eram escolhidos dentre os militares que tivessem servido desde soldado até o posto de tenente, há mais de seis anos, nas tropas pagas (tropas regulares).[18] No Estado do Grão-Pará e Maranhão este posto de capitão-mor foi extinto em 1753. O motivo alegado pela Coroa para a extinção deste posto foi a incompetência dos capitães-mores no exercício de suas funções. No entanto, este ato soa como uma clara restrição aos poderes dos *homens bons*, de influência, das vilas e cidades deste Estado, principalmente se levarmos em conta o contexto de subjugação dos fidalgos ou "nobreza da terra" da colônia e dos nobres portugueses.

Peregalli aponta 1775 como um ano importante na formação da burocracia militar subordinada à Coroa.[19] Neste ano, as vagas para oficiais superiores dos corpos auxiliares também passaram às mãos dos oficiais das tropas pagas. A importância dos oficias saírem das tropas certamente relacionava-se com o fato de a 1ª linha, no início da reforma, ser apenas composta por elementos oriundos do reino. Durante esses anos, ainda, quando as fileiras regulares passaram a ser recrutadas também na colônia, exigia-se homens de "boa procedência".

No Grão-Pará, os homens responsáveis pelas instruções às tropas eram frequentemente militares de carreira. Esses tinham a incumbência de fornecer as listas com os nomes dos homens que compunham os corpos militares. Geralmente, exerceriam o cargo de capitão, sargento-mor, ajudante e, algumas vezes, alferes. Assim, os fidalgos foram perdendo o controle sobre quem era recrutado, por isso a saída, muitas vezes, foi entregar algum dos seus agregados para substituir seus filhos recrutados, ou até mesmo esconder agregados nas matas.

Certamente, estas mudanças aplicadas por volta de 1773, no Grão-Pará, provocaram uma forte interferência nas "repúblicas fechadas" que constituíam o Estado. Ravena comenta que antes do governo pombalino implantar a sua política desenvolvimentista para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, os núcleos europeus e missões eram auto-suficientes, onde existiam pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangrador, pescador (assoldadados e agregados[20]). E para isto as unidades

[17] Idem.
[18] Idem.
[19] Idem.
[20] Assoldadados eram homens livres geralmente de cor que recebiam pagamento por seu trabalho e os agregados eram geralmente escravos libertos e mestiços que viviam nos domínios dos grandes proprietários, figurando como rendeiros, guardas de propriedade, mensageiros, etc. Sobre eles Ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835.

necessitavam de uma grande quantidade de índios. Cronistas e administradores as consideraram como verdadeiras repúblicas.[21]

O Estado não estava presente para fixar preços nos produtos produzidos na "república". Os preços dos produtos variavam de acordo com as circunstâncias em que eram vendidos. As trocas dos excedentes produzidos ocorriam nos núcleos europeus e principalmente nas missões, onde constantemente colonos buscavam alimentos. Assim, as trocas davam-se entre núcleos autônomos de produção, não havendo um lugar específico para as vendas, igual às feiras europeias.

A forte presença do Estado somente se fez sentir por meio de o governo pombalino que passou a criar mecanismos para ter o controle econômico da região, incorporando o Estado do Grão-Pará à economia de mercado. Para isso, foi necessário expulsar os jesuítas e criar uma política de fiscalização sobre as produções e a cobrança de dízimos por tudo o que se produzia. O controle da mão-de-obra indígena por um agente do Estado também foi uma das faces deste processo de controle econômico, sem dizer que a utilização dessa força de trabalho passou a ser prioridade do Estado, que necessitava de braços para a construção de fortalezas e para a patrulha das fronteiras, a fim de garantir o controle da região em face da tentativa de apropriação do Estado do Grão-Pará por nações "inimigas".[22]

O primeiro surto de militarização ocorreu em 1750 com a vinda da primeira comissão de demarcação chefiada por Mendonça Furtado para cumprir o Tratado de Madri. A partir desse momento, os recrutamentos ocorrem de acordo com o Alvará de 1764 que manteve fora dos recrutamentos os trabalhadores de áreas econômicas e estratégicas. Assim, ficariam à margem da leva forçada os filhos únicos dos lavradores e viúvas, os casados, que tivessem contraído matrimônio antes do alistamento, os feitores e administradores de fazendas, guarda-livros e um caixeiro negociante de cada casa de negócio, homens marítimos empregados na tripulação dos navios mercantes, cabos das canoas do comércio, mestres e aprendizes de ofícios mecânicos, estudantes e alunos matriculados em aulas públicas, e todos os empregados na administração pública civil e militar com exercício efetivo.[23]

Em 1775, os senhores locais já sentiam o impacto das mudanças. Por isso, muitos *potentados locais* tentavam impedir os recrutamentos desses homens. Em 1775, Em Cametá,[24] o Mestre-de-Campo João de Moraes Bittencourt responsável

---

São Paulo: Cia da Letras, 1988; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 28.

[21] RAVENA, Nirvia. *Abastecimento: falta, escassez do "pão ordinário" em Vilas e Aldeias do Grão-Pará*. Belém, 1994 (Dissertação de mestrado) Planejamento do Desenvolvimento, NAEA/UFPA, 1994., p. 94-95.

[22] RAVENA, Nirvia. Op. cit.; FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões:* os povos indígenas no Rio Branco e Colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

[23] APEP, Códice 354, ofício de 1780.

[24] CARDOSO, Alanna Souto. *Família de elite: os Morais Bittencourt e a economia agrária em Cametá Setecentista (1750-1790)*. Belém: UFPA, 2005, 63 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém, 2005, p. 63.

pelo recrutamento tentava cumprir a tarefa de formar levas forçadas, manter as auxiliares completas e treinadas e proteger seus clientes. Ele se comunicava com o governo da capitania para pedir a dispensa dos exercícios militares obrigatórios nos domingos para os moradores do lugar de Baião, uma vez que ficariam impossibilitados pelas "fortes correntezas", provocando uma viagem cansativa de três dias até a vila de Cametá.[25]

Esse mesmo oficial utilizava meios ilegais para impedir o recrutamento de sua clientela. Em correspondência ao Governador do Estado do Grão-Pará, o diretor[26] de Baião - lugar sob jurisdição de Cametá – denunciou a prisão de seu filho Antônio Carlos pelo referido oficial para impedi-lo de prender ou recrutar o "mulato ou cafuzo" Alexandre. Alexandre, segundo o diretor, cometia roubos em Baião e se vangloriava de não ser soldado e nem seus filhos tornarem-se praças pagos, pois contava com a proteção do oficial auxiliar. Assim, para punir o dirigente e proteger seu cliente, o Mestre-de-Campo mandara prender Antônio Carlos. Essa era uma clara demonstração de força de João de Moraes Bittencourt, que provavelmente tentava subordinar o diretor de Baião, que era uma autoridade subordinada diretamente ao Capitão-General, às ordens dele, e mostrar seu poder aos seus dependentes desta vila.[27]

Em Melgaço, um morador conhecido como Manoel Maria Breves dava proteção a seus filhos e a mais quatro soldados desertores, escondendo-os em um mocambo denominado "mocambo dos Breves". Este protegia seus filhos para que os mesmos não "sentassem praça" nas tropas onde estavam enquadrados. A denúncia foi feita pelo capitão Geraldo dos Santos, que recebera ordem do capitão Antônio Gomes para conduzir à cidade de Belém homens nomeados para soldados e outros desertores que aparecessem em Melgaço. Investigando a respeito, o dito Geraldo descobriu que esses recrutados estavam no mocambo dos Breves, localizado atrás do sítio de Manoel Maria Breves. Lá se achavam quatro desertores e dois filhos de Manoel Maria Breves. O capitão temia invadir o quilombo, pois fora Manoel Maria Breves que dera ordem aos filhos "[...] para cortar a mão a quem os pegassem [...]".[28] Não há muita informação sobre Manoel Maria Breves, mas era um proprietário de terra de importância na vila de Melgaço, por isso, em nenhum momento, o capitão Geraldo dos Santos deu ordem para prendê-lo apesar

---

[25] Idem, p. 63.

[26] O diretor era um oficial que estava diretamente ligado ao capitão-general, por isso mais a serviço da Coroa do que a grandes proprietários como o Mestre de Campo João Morais Bittencourt. Ver: ALMEIDA, Rita Heloisa. *O Diretório Pombalino:* Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UnB, 1997.

[27] APEP, Códice 354, Ofício de 1780.

[28] APEP, 1781, códice 209, apud GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Outras paisagens coloniais notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista". In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XI*. Belém: Editora universitária/UFPA, 2000 e APEP, códice 209. Ofício de 30 de outubro de 1774.

de ameaçar os recrutadores. Ele, provavelmente, estava mostrando que seu poder era maior do que dos agentes do Estado.

Os *potentados locais* continuariam a ter dificuldades em manter a lealdade de seus agregados e protegidos frente aos recrutamentos constantes na capitania, uma vez que os limites do Grão-Pará constantemente inspiravam cuidados e exigiam uma constante reposição das tropas. Em 1780 começou o recrutamento para auxiliar a segunda comissão de demarcação. Nesse ano, coube ao comandante da praça de Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada[29] ajudar na reorganização do Exército, que se encontrava com efetivo diminuto devido às constantes deserções. Para tanto, recrutou em meio as auxiliares a fim de compor a 1ª linha. Ele exigia que os recrutadores deixassem a lei de recrutamento ser burlada.

Segundo Hendrik Kraay, o militar baiano não via com grande desprezo o serviço na tropa, uma vez que eles passaram a vida toda em Salvador, ou no mesmo lugar de seu nascimento. Além disso, as tropas da Bahia não haviam participado de nenhuma campanha militar fora da Bahia até 1817, quando foram enviados para controlar os pernambucanos revoltosos. Para ele, entre 1790 e 1840, houve uma certa frouxidão das normas exigidas pelos recrutados e senhores locais.[30] Em 1790, ao contrário do que ocorreu na Bahia, o capitão-general Francisco de Souza Coutinho chegou com a missão de proteger e tentar evitar entrada de ideias revolucionárias, como dito acima. Para tanto precisava de um grande e disciplinado efetivo militar.

Em 1794, Cametá era o palco outra vez de novos recrutamentos, e Hilario de Mores Bittancourt, mestre de campo e filho de João de Moraes Bittancourt, procurava, como seu pai, proteger os clientes de sua família. Mas diferentemente de seu pai, tentava recrutar apenas os pobres não honrados, livrando-se de desordeiros e outros transgressores da ordem.[31] Em cumprimento a uma ordem do governador Francisco de Souza Coutinho, recrutou vários homens entre os soldados auxiliares para enviar às fronteiras norte e oeste. Assim formou a leva forçada com moradores como Manoel João de Acevedo, Antomazio Luiz de Azevedo, Manoel João de Azevedo e Florêncio da Silva, que viviam em "concubinagem", desrespeitando o sacramento do casamento. No entanto a

---

[29] Manoel da Gama Lobo D'Almada foi um dos militares que se esforçou para cumprir o papel disciplinador a que se propunha o Estado Português. Este foi extremamente rigoroso com a guarnição militar quando era governador da praça em Macapá. O alferes auxiliar e literato Tenreiro Aranha referia-se a Lobo D'Almada em 1797 como aquele que ora incentivava "o belicoso gênio" e ora polia "bárbaros costumes". Ver: TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. *Obras Literárias de Bento Figueiredo Aranha*. *Belém*: SECULT/FCPTN, 1989.

[30] KRAAY, Hendrik. "Race, State, and Armed Forces". In: *Independence Era Brazil: Bahia, 1790-1840*, Stanford/California: Stanford University, 2002. p. 61-69.

[31] Sobre pobres não honrados ver: KRAAY, Hendrik. "Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil". *The Americas*, v. 55, nº 1, p. 1-33, jul, 1998.

demanda era grande e Hilário Bittencourt não pode evitar o recrutamento de lavradores e outros homens honrados.[32]

Anos Joaninos

Em represália aos Franceses, que haviam invadido Portugal, D. João VI, depois de chegar ao Brasil, decidiu tomar Caiena em 1808. Nos anos de Guerra, a pressão era maior. Na campanha para Caiena (1808-1809), houve tanto recrutamento quanto engajamento nas regulares. Para lá, foram 1200 homens, mais de 600 originados do Pará, dos quais muitos foram voluntários. A leva forçada, depois de 1808, manteve-se constante, uma vez que a retirada de unidades militares da capitania forçou novos alistamentos. Em 1813, 2.250 moradores *sentaram praça* para substituir as praças fugidas, reformadas e as enviadas para Caiena a pedido da Junta Provisória.[33] As autoridades lamentavam romper com a tranquilidade da Província, mas o número de praças estava reduzido, posto que toda a guarnição de linha estava em Caiena. [34]

Desse recrutamento não escaparam índios, *pretos* e pardos. A necessidade de soldados regulares levou a 1ª linha índios e pardos antes somente presentes somente na 2ª e 3ª linhas. Para guarnecer a cidade de Belém montou um regimento de 2ª linha composto de pardos e pretos, sendo esta a primeira vez que esses tipos de homens comporiam tropas na província.

Mesmo com a paz na Europa provocada com a derrota de Napoleão e a devolução de Caiena para os franceses em 1817, não houve uma trégua nos recrutamentos, pois havia necessidade de continuar a vigilância sobre as fronteiras. Por isso, o Conde de Vila Flor assumiu o Grão-Pará em 1817 com o objetivo de impedir a entrada de ideias revolucionárias, principalmente nas fronteiras com as colônias espanholas. Para isso, a pedido da Corte, ele impôs um intenso recrutamento aos moradores da capitania do Grão-Para e Rio Negro, e, em setembro de 1819, iniciou o processo de recrutamento. Em correspondência ao coronel Francisco Rodrigues Barata, Vila Flor pedia:

> O sr. Coronel Barata partirá imediatamente para a vila de Cametá e sua vizinhança e continuará até Santarém, fazendo o recrutamento de seissentos

---

[32] Sobre diversos recrutamentos em Cametá a pedido de Francisco de Souza Coutinho ver: APEP, códice 285, ofício de 1794.

[33] No Pará, o governo estava nas mãos de influentes membros da elite paraense desde a morte do governador José Narciso de Magalhães e Meneses em 1810. A morte desse capitão-general levou a constituição de uma Junta governativa composta pelo ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo, do Brigadeiro Manuel Marques, o Bispo D. Manuel de Almeida de Carvalho. Em 1812, o Brigadeiro Manuel Marques voltou a Caiena sendo substituído pelo também Brigadeiro Francisco Pereira Vidigal, que, por sua vez, também foi substituído pelo Brigadeiro comandante do Regimento de Infantaria de 1ª linha e Inspetor das milícias - Joaquim Manoel Freira Pinto. Ver: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 420.

[34] APEP, EC, Códice 655. Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de março de 1811.

> Praças, as remeterá em porções segundo o número que for recrutando, tendo sempre em vista a agricultura e as artes, porém examinará mui excrupulosamente que nestes dois ramos essenciais à prosperidade do País não se comentam abusos, isto é, que o lavrador que tiver mais de dois filhos não deixe de dar os outros para o Serviço e que o mestre de Ofício não tenha tanto oficiais que aumentando-se o número de operários deixe de haver gente para o serviço [...][35]

O Capitão-General, além de determinar o alistamento, prevenia o Coronel Barata quanto a possível tentativa dos moradores e chefes locais de burlar o recrutamento protegendo seus clientes em prejuízo do serviço militar, que se fazia imprescindível diante da onda de luta pela independência na América Espanhola. Em novembro do mesmo ano, o governador dizia ao Coronel: "[devesse] aumentar o número das *recrutas*, até onde se tinha estendido as minhas vistas".[36] Um ano depois, Vila Flor pedia ao Coronel que retornasse à capital com os recrutas que tivesse, uma vez que estava quase completo o número delas, e era necessário "economizar os braços [...] para agricultura e ofícios mecânicos".[37] A necessidade de braços levava os pobres honrados para o Exército. O Conde de Vila Flor agia como se manter os efetivos completos do Exército fosse mais importante do que deixar fora das tropas homens das áreas econômicas estratégicas.

Aparentemente, o esforço do governador em completar o número de recrutas às tropas surtiu efeito. Spix e Martius tiveram a oportunidade de ver a amostra anual da guarnição militar da Província. Ainda segundo os autores, o Exército contava com três regimentos de infantaria, que somavam 3.000 homens, distribuídos entre 1ª e 2ª linhas, uma esquadra de cavalaria e um batalhão de artilharia. Devido aos esforços do Conde de Vila Flor,[38] as fileiras militares eram disciplinadas e fortalecidas "por contínuos exercícios de armas".[39]

Em 1820 foram recrutados 33 homens, em Cametá, classificados ou como "vadios," ou como "vagabundos," os chamados pobres não honrados. Homens sem estabelecimento fixo também eram preferidos para compor a 1ª linha. Assim, os considerados "vadios" e "não-proprietários" continuavam, no início da década de 1820, a estar constantemente nas fileiras das tropas regulares. No entanto, outros

---

[35] APEP, EC, Códice 628. Ofício de 27 de setembro de 1819, apud: BARATA, Mario. *Poder e Independência no Grão-Pará 1820-1823: Gênese, Estrutura e Fatos de um conflito político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 32.

[36] APEP, Códice 628. Ofício de 13 de novembro de 1819, apud: BARATA, Mario. Op. cit., p. 32.

[37] APEP, EC, Códice 628. Ofício de 07 de junho de 1820, apud: BARATA, Mario. Op. cit., p. 32.

[38] Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, era comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e Brigadeiro da Cavalaria do Exército. Tomou posse do governo do Pará em 19 de outubro de 1817 e partiu de licença para o Rio de Janeiro em 1º de julho de 1820. Ver: BAENA, Antônio L. M. Op. cit., p. 420.

[39] SPIX, Johnn Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedch Philipp. "Estada na Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará". In: *Viagem pelo Brasil (1817- 1820)*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, volume 3, 1981, p. 31-32.

setores da sociedade eram continuamente alistados. Ainda em Cametá, no mesmo ano, depois do recrutamento feito pelo Coronel Barata, para enviar homens para a fronteira com a Venezuela, os pedidos de licença e de baixa eram reveladores das atividades econômicas e situação financeira dos recrutas. Muitos pediam licença para cuidar de seus negócios, de suas propriedades e parentes, que estavam desamparados pela retirada forçada dos requerentes do seio familiar. Por exemplo, o soldado Lopes de Souza requeria permissão para ir ver sua mãe e cuidar de seu pequeno sítio de cacau. No mesmo ano, o soldado João Martins teve autorização para ir receber dinheiro de seus devedores para os quais tinha vendido mercadorias. Outro soldado solicitava afastamento temporário para vender um sítio, uma vez que não tinha escravos, e apenas um filho.[40] Poderiam ser apenas discursos para fugir do serviço na tropa de 1ª linha, mas, de fato, a região de Cametá era marcada por lavouras de cacau e pela frequente presença de pequenos lavradores, que aparentemente não contavam com nenhum protetor ou seu protetor não conseguia livrá-los do trabalho nas regulares dada a interferência do Conde de Vila Flor nos acordos locais.

Em janeiro de 1821, o Pará adere às Cortes Portuguesas, tornando a primeira capitania a fazê-lo. Temendo represálias era importante manter os efetivos completos e embarcações prontos para um possível confronto. Entre 1821 o capitão Freitas Guimarães começou a recrutar indígenas das ordenanças que estavam trabalhando nas roças de lavradores para as regulares. Segundo Freitas, o desaparecimento dos indígenas ordenanças fez com que o comandante tivesse de ir buscá-los nas plantações de *potentados locais*, o que gerou vários requerimentos contra ele.[41] A leva forçada não se restringiu a Monte Alegre. No mesmo ano, o comandante militar de Alter do Chão também tentou recrutar índios e enviá-los a Belém, mas o juiz ordinário o impediu, uma vez que desejava utilizá-los na sua lavoura e de outros moradores da vila. Ele se recusava a ceder ao comandante uma canoa para levá-los à capital e divulgava entre os indígenas que a Constituição portuguesa os isentava do serviço nas tropas.[42]

Em 1823 o comandante de vila de Franca acusava o presidente da câmara local de impedir o recrutamento de soldados ligeiros para enviá-los à capital, uma vez que os escondia juntamente com seus familiares, para que se livrassem do serviço nas tropas. Os comandantes alegavam que os índios também eram

---

[40] APEP, códice 709, ofício de 1820.

[41] APEP, EC, Códice 658, Correspondência do Comandante de Santarém com Diversos. Ofício de agosto de 1823. A força de trabalho dos indígenas estava à disposição dos colonos e lavradores, de acordo com a lei de 1798, decretada por Francisco de Souza Coutinho. Ela determinava que os índios recrutados para as tropas ligeiras deveriam trabalhar em um corpo efetivo de indígenas, para prestarem serviço aos moradores e ao Estado. Normalmente, o recrutamento dos ligeiros ocorria quando havia necessidade de homens para execução de trabalho público no Arsenal de Belém. Ver: Sampaio. *Espelhos Partidos*... p. 227-230.

[42] APEP, EC, Códice 658, Correspondência do Comandante de Santarém com Diversos. Ofício de dezembro de 1821.

seduzidos pelo juiz ordinário para fugirem das suas obrigações como infantes. No mesmo ano, em setembro, o comandante da tropa de Boim, Fernando de Castro Mello, denunciava ao governador das armas a falta de soldados infantes para que fossem enviados para a capital da Província.

Nesses exemplos vê-se a clara tentativa de senhores locais, com funções administrativas, tentando proteger seus agregados do recrutamento para a primeira linha. Como não conseguiam um acordo com o recrutador, escondiam seus clientes na tentativa de manter seu prestígio. Por sua vez, os indígenas contavam com essa proteção para não serem transferidos para Belém, onde ficariam longe de suas famílias, amigos e de seu trabalho. Os índios preferiam desertar e trabalhar nas canoas de comerciantes de Santarém, ficando próximos de seus lugares de origem.[43]

Outras estratégias eram criadas pelos chefes locais, para evitar o recrutamento de lavradores e da sua mão-de-obra. Fábio Faria Mendes escreve sobre as comuns alegações de miséria e falta de alimentos provocados pelos recrutamentos, por parte das autoridades das vilas do Brasil no século XIX. Esse era um subterfúgio dos oficiais da câmara para evitar os alistamentos ou destacamentos para o serviço na tropa regular, que normalmente levava o recruta para regiões distantes.[44]

Conclusão

Diferentemente da capitania da Bahia, entre 1790 e 1823, o soldados no Grão-Pará foram alvo de constantes deslocamentos ao longo da própria capitania e também participaram da guerra de Caiena (1808-09), onde ficaram até 1817. Tiveram de enfrentar capitães-generais disciplinadores, como Francisco de Souza Coutinho e o Conde de Vila Flor. Mas Já em 1775, vinham enfrentando a efetivação das reformas do Conde de Lippe. Em 1777, houve a segunda comissão de demarcação que demandou novos recrutamentos.

O fato de o Grão-Pará ter grandes dimensões e fazer fronteira com colônias estrangeiras levava ao deslocamento constante regiões distantes. Como o Grão-Pará possuía grande extensão, o deslocamento para regiões como Rio Negro e Macapá (regiões de fronteira) representava uma sentença de degredo. Por isso, a animosidade dos recrutados tanto para 1ª linha quanto para a 2ª era mais intensa que na Bahia. Assim, os serviços na sua localidade poderiam ser interrompidos a

[43] Spix e Martius escreveram sobre a insistência dos índios que faziam parte da sua tripulação, para que os dois incluíssem em seu roteiro o lugar de origem deles, uma vez que desejavam visitar seus parentes. Todavia, os alemães receberam conselho, em Belém, para evitar passar próximo da residência dos indígenas para evitar a fuga deles a fim de se unirem a seus parentes Ver: SPIX; MARTIUS. Op. cit., p. 76; APEP, EC, Códice 658, Correspondência dos Comandantes de Santarém com Diversos. Ofício de 09 de setembro de 1823.

[44] MENDES, Fábio Farias. Op. cit., p. 120-123.

qualquer momento, como ocorreu em Cametá, em 1793 e 1794, como se viu acima.

O recrutamento para localidades diversas do local de nascimento levava grande descontentamento à tropa. O recrutamento de índios das ordenanças era sempre um transtorno para os indígenas, que se viam obrigados a abandonar suas famílias e seus afazeres uma vez que eram frequentemente enviados a outras localidades. Contudo, não eram somente os índios os insatisfeitos. Muitos soldados desertavam, a fim de evitar os serviços em localidades distantes, principalmente nas fronteiras. O abandono de suas lavouras e de suas famílias continuava, até 1821, a ser o grande motivo da deserção, apesar dos potentados locais e algumas autoridades tentarem deixar fora das tropas os trabalhadores de áreas econômicas estratégicas ou os chamados pobres honrados.

Parte da historiografia sobre o recrutamento afirmar que havia um jogo de barganha e conflito entre os administradores da Coroa e *os potentados locais*, no Grão-Pará, as disputas entre os dois primeiros era muito mais acirradas e os pobres tentavam se beneficiar com isso. Os senhores de terras não queriam apenas manter sua mão-de-obra: procuravam garantir seu poder diante das autoridades, de seus filhos, agregados e demais moradores, mesmo em um período de maior centralização do poder empreendido pelo governo pombalino, apesar de, muitas vezes, não conseguirem. Como bem afirma Fabio Farias Mendes foi muito mais difícil para os *potentados locais* evitar que seus clientes ficassem longe da tropa regular durante o período colonial. Essa dificuldade foi maior no Grão-Pará, pois havia sempre a necessidade de ter efetivos disponíveis para ser enviados à fronteira. Por isso, mesmo em período de paz os recrutamentos causavam grandes transtornos à população.

A MUDANÇA DA AUTORIDADE NA LÓGICA COLONIAL: DA FRONTEIRA MISSIONÁRIA À FRONTEIRA MILITAR

Maria Emilia Monteiro Porto[*]

A questão das fronteiras é uma das formas atraentes e privilegiadas com que se tem abordado a história política e econômica do Brasil. Os estudos recentes vêm reintegrando a história cultural ao trato das fronteiras de um modo literalmente intrigante – colocam em intriga aquelas fortes dinâmicas que emanam de toda a historiografia clássica, como direito, justiça, instituições, diplomacia, cortes, com a nossa consciência contemporânea de que se trata de redes de trocas legais e ilegais de coisas e saberes que tem início com os Impérios, mas que eles não conseguem manter sob controle, pois o mundo americano, mesmo antes ou depois do contato com europeus, tem sua própria dinâmica. É um tema relacionado diretamente à expansão dos impérios e à circulação de saberes.

Ao longo dos séculos XVI e XVIII os portugueses avançaram sobre as fronteiras de Espanha para além do Tratado de Tordesilhas. A trajetória das bandeiras em tres focos, estabelecida por Capistrano de Abreu é bem expressiva do fenômeno: as primeiras, de São Vicente em três direções: para os limites do território espanhol dos moxos e chiquitos, subindo até o rio Guaporé; pelos rios Madeira, Tapajós e Araguaia-Tocantins, até o vale do Amazonas; pelo rio Paraíba ao vale do São Francisco penetrando no Piauí e Maranhão. As segundas, da Bahia em quatro direções: sertões do rio São Francisco e Parnaíba; Maranhão pelo Itapicuru; do rio São Francisco pelo sertão em direção ao Tocantins; e por fim, de Serro e Minas Novas, retornando aos afluentes do Amazonas por onde passou a expedição de Pedro Teixeira (1636-39), "pouco abaixo do rio Juruá, no Japurá". As terceiras partiram de Pernambuco em direção ao norte conquistando a região entre Capibaribe e a serra de Ibiapaba.[1] As rotas espanholas de expansão vinham desde o Mar do Sul, Terra Firme, Venezuela, América do Norte, a etapa caribenha, império azteca, costa ocidental caribenha (Colômbia e Peru) culminando em 1544 com a descoberta das minas de prata em Potosi e a penetração na bacia amazônica.[2]

Em seus processos de expansão, Espanha e Portugal transferiram suas esferas de ação civil, militar, judiciária, fazendária e eclesiástica e sua respectiva

---

[*] Doutora em História, professora do Departamento de História e do PPGH da UFRN.

[1] ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989; GADELHA, Regina M. A. F. "Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil". In: Revista *Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados, USP. São Paulo, v. 16, n. 45, maio/agosto, 2002, p. 63-80, p. 69.

[2] GIRALDO, Manuel Lucena. *Laboratorio Tropical*. Caracas: Monte Ávila Ed. Latinoamericana/CSIC, 1993; LOCKHART, James, SCHWARTZ, Stuart B. *América latina en la edad moderna: una historia de la América española y el Brasil coloniales*. Madrid: Akal, D. L. 1992.

hierarquia de funcionários administrativos para as colônias. Enquanto a política portuguesa concentrava energias no Estado do Brasil e na economia açucareira, a espanhola se concentrava na exploração aurífera nos vice-reinados de Novo México, Nova Granada e Lima. O Estado do Grão Pará e Maranhão para a coroa portuguesa, e as Guianas para a espanhola, eram até o século XVIII zonas periféricas, participando na geopolítica colonial como entrepostos de todo o comércio, legal e ilegal, do mercado atlântico.

Consideramos aqui que o conjunto de práticas levadas nesse processo se configura como tradições de conquista, baseadas em um sistema de milícias civis ou missionárias e suas linhas de fortificações, povoados e aldeamentos. O sentido de milícia na conquista perpassa o conceito de povo armado, de ação missionária e o corporativo, com a organização de forças militares.

A fronteira missionária: as missões são formas privilegiadas pelos impérios em expansão para a conquista das fronteiras. A imagem militar aplicada ao corpo eclesiástico é comum desde a Igreja primitiva, assim como a expressão soldado de Cristo ou a ideia de Cristo como um chefe militar, tendo sido poucas e discutíveis as opiniões que consideraram que as armas não se conciliavam com a moral do Evangelho. As ordens militares medievais e a permanência do culto a santos guerreiros, como o Arcanjo São Miguel, São Sebastião, São Jorge, São Tiago, por exemplo, atestam essa identidade. A presença de religiosos nas expedições militares era uma prática tradicional. Enquanto o imperador Carlos Magno subjugava os saxões e empreendia uma cristianização forçada àqueles povos, era acompanhado por missionários, onde toda a ofensa à religião cristã era punida com a morte, segundo as capitulares publicadas para auxiliar na conquista.[3] Existia também a associação de ideias entre o código de honra cavalheiresco e a imposição da fé cristã entre os infiéis como resultado de uma influência de princípios nobiliários de orgulho e linhagem familiar, próprios da cultura medieval.

Tendo sido forças missionárias que sempre atuaram nas conquistas, encontraram na Renascença uma nova ordem. A ideia nova é a retomada da noção da vida cristã como uma milícia e de que todo cristão é um soldado de Cristo no marco de uma atuação unificada, reivindicando, deliberadamente, a associação miliciana da intervenção e a descrevendo em termos realistas, ou pelo menos esta foi a ordenação inaciana dessa tradição missionária. Os impérios encontram razões de ordem político-teológica para apoiar a conquista nas instituições missionárias. Estender a fé cristã foi admitido entre os poderes políticos constituídos entre Roma, Espanha e Portugal como condição para a posse e conquista do território desde 1493 com a bula papal *Inter Caetera*, juntamente com a controvérsia sobre a liberdade dos índios. Ao lado disso, há que admitir que a consolidação dos Estados peninsulares era entendida como veículo de bem-estar social, não apenas para

[3] LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Ed. Estampa, 1983, vol. I, p. 66.

europeus como para o conjunto da humanidade e adequados a uma ordem universal desenvolvida segundo o modelo do Ocidente cristão.

Essa relação entre política e cultura espiritual cristã não correspondia unicamente a uma possível razão cínica desenvolvida em torno das necessidades políticas das monarquias ibéricas, mas a uma tensão permanente que o cristianismo manteve ao longo de sua história. Embora associados em um projeto comum e essencialmente ligados pela ideia de conquista, isso não implicava uma absoluta identidade entre Estado e Igreja, pois cada um obedecia a uma dinâmica interna. Subordinar o conhecimento a propósitos elevados e a ideais providencialistas foi uma operação importante na assimilação do Novo Mundo para a cristandade do século XVI, na qual a ordem política monárquica estava envolvida. Ocorre que, para além da economia moral que os missionários administravam, os impérios também encontraram na disponibilidade física e no saber enciclopédico dos missionários um sustento de ordem técnica para o empreendimento.

Houve missões na Europa, nas suas fronteiras internas, em seus ermos, espaços suspeitos de adesão ao protestantismo ou desatendidos pelas instituições eclesiásticas, conforme as informações de jesuítas em missões populares nas regiões rurais européias, que descrevem a precariedade da cristianização. O camponês ali era visto como animal ou como criança, e mesmo a propaganda luterana divulgava este conceito. Mas foi apenas com o aparecimento e divulgação do selvagem americano que se construiu a noção de diferença cultural. Com isso, houve um fervor missionário que teve grandes efeitos propagandísticos sobre as novas vocações. As notícias sobre as missões de além-mar foram as que mais estimularam as fantasias missionárias católicas, tornando inclusive problemático concentrar energias para a atuação missionária no interior das próprias fronteiras europeias, pois muitos queriam radicalizar a experiência e deslocar-se para as Indias.[4] Assim, por sua capacidade de mobilização e diante da necessidade de defesa de suas fronteiras internacionais, são as missões americanas as que melhor se oferecem para a observação do fenômeno; mas pelos problemas que evoca, nosso estudo se coloca em um espaço de trânsito entre Europa e América. Assim, a expansão de Portugal e Espanha teve nas forças missionárias importante, mas não exclusivo, apoio.

A fronteira militar: reunindo pequenas evidências de uma tradição miliciana na experiência colonial, quero considerar aqui o papel dos bandeirantes na expansão colonial. D. Francisco de Sousa tomou, em 1610, uma decisão das mais importantes para a estrutura típica das bandeiras: ordenou à Câmara que se fizesse o alistamento militar de toda a gente da guerra, desde os 14 anos, incluindo os

[4] PROSPERI, Adriano. *Tribunali della coscienza. Inquisitore, confessori, missionari*. Torino: Einaudi, 1996, p. 551-560.

índios, e o arrolamento de todas as armas, espingardas, arcos e flechas.[5] Jaime Cortesão, baralhando as diversas hipóteses ou matizes do problema da formação das bandeiras levantado pelos historiadores clássicos, vê como evidente sua origem na lógica da organização militar portuguesa desde a Idade Média, quando um certo número de bandeiras completavam a companhia de homens de armas ou então eram pequenos grupos de assalto que se destacavam da tropa ou guarnição. O certo é que, aplicada à realidade colonial, teve que adaptar-se, tanto à arte militar quanto à arte política, criando uma das fontes mais significativas de poder local. A passagem da bandeira de ordenanças à bandeira sertaneja teria se dado quando, por volta de 1635, começa a divulgar-se em São Paulo, com o mesmo significado conjunto de companhia de milícia e sertanista, a palavra bandeira. A dinâmica "monçoneira" estudada por Sérgio Buarque demonstra como muitos bandeirantes acabaram por se fixar em atividades de comércio apontando para a transformação na mentalidade dos sertanistas que se processava então, algo bem representado no problema colocado à época: "A um governador resulta mais glória em ser aluno de Marte ou de Minerva?".[6]

No século XVII se desenvolveu a consciência de que a ação civil trazia mais danos à empresa de colonização, especialmente por fazer declinar a mão de obra indígena e não aportar algo sólido à conquista colonial. Uma vez ineficazes as políticas puramente civis de conquista, que ainda não haviam podido sequer controlar seus teóricos povoadores, restava investir na estratégia missionária, que já havia se mostrado eficiente na conquista de outras fronteiras.

A experiência da Amazônia se apresenta aqui como horizonte para uma experiência comum levada tanto entre missionários e sertanistas, como entre as políticas de Portugal e Espanha. É significativa acerca desses processos porque para ali confluíram de forma central (e não periférica ou marginal), as respectivas políticas dos impérios da Idade Moderna, sendo ainda hoje a grande fronteira, e onde se observa bem a passagem da autoridade da ciência do missionário para a ciência militar entre o início da expansão e as reformas ilustradas do século XVIII.

A ideia é que essa passagem foi possível a partir de uma experiência comum entre missionários e forças civis na expansão territorial. Nesse processo destaca-se o papel que tiveram missionários, militares e funcionários para o controle da natureza e homens do Novo Mundo. Emanuele Amodio, observando os processos de "descrição do outro", encontra o papel de missionários, militares e funcionários para o controle da natureza e homens do Novo Mundo, perfazendo um importante circuito entre Universidade, Igreja e Exército, que era de onde Espanha e Portugal obtinham a ciência de que necessitavam.[7] Assim, os

---

[5] Atas da Câmara, São Paulo, T. II, p. 97, cit. por: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Imprensa Nacional, 1996.

[6] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1957.

[7] AMODIO, Emanuele. "La antropologia salvaje. Conocimiento del otro americano y control imperial en la España Moderna". In: *Debate y perspectivas*. *Cuadernos de Historia y Ciencias Sociales*, n. 2. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2002, p. 191-218.

missionários se especializaram na compreensão e atuação para as diferenças. Os militares procuravam conhecer a situação política local relacionada às relações interétnicas, construindo um quadro de possíveis alianças e inimizades úteis para efetivar a conquista, servindo-se de informantes e tradutores indígenas ou alianças matrimoniais para adquirir ascendência sobre os povos locais. Os funcionários coloniais recopilavam dados para a administração americana.

A disputa do Amazonas entre Espanha e Portugal desde 1615 deixava em sua passagem pequenos fortes e povoações que ainda que frágeis e precárias, apoiavam o avanço em direção aos rios Negro, Japurá, Napo, Içá, Branco, Xingu, Tapajós e Solimões. Esse poderia ser tomado como um marco de caracterização da arte militar criando linhas de fortificações fronteiriças. No entanto, elas exerciam muito mais a função política e administrativa de demarcar e assegurar a posse do território, do que a função militar, de fato impraticável, de impedir o desembarque de invasores estrangeiros ao longo dos mais de 8 mil km da costa brasileira. É uma história de povoações e linhas de fortificação abandonados, tornando ineficientes as reformas administrativas nas zonas fronteiriças. Ou seja, não foi no sentido puramente bélico de defesa das fronteiras que o setor militar tornou-se a autoridade, mas na experiência técnica acumulada nesse processo administrativo/gestor do cotidiano das fronteiras.

As fronteiras missionárias acompanhavam ou determinavam o rumo do avanço luso-brasileiro[8] e suas expedições, oficiais ou não (as havia organizadas por ordem régia, por iniciativa de governadores ou sargentos-mores ou por tropas de resgate formada por sertanistas que iam em busca de índios e drogas do sertão) realizando guerras justas contra índios rebeldes e ataques diretos às missões, espanholas ou portuguesas.

Apesar do relativo fracasso da defesa da fronteira, controlava-se nessas missões a economia da região exportando os produtos e manejando uma mão-de-obra indígena altamente produtiva. Da multiplicidade dos aldeamentos jesuítas e das demais ordens surgiram dezenas de povoados que eram transferidos de um ponto a outro, seguindo sempre a margem dos rios. Com isso, não apenas o espaço

---

[8] BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, 5 vol.; CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Lisboa, 1984, 4 vol.; CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Imprensa Nacional, 1958; REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Coleção Pedro Teixeira, SPVEA, Rio de Janeiro, 1958; GIRALDO, Manuel Lucena. *Laboratorio Tropical*. Caracas: Monte Ávila Ed. Latinoamericana/CSIC, 1993; MATEOS, Francisco. "Avances Portugueses y Misiones Españolas en América del Sur". *Missionalia Hispánica*, ano V, n. 15, 1948, p. 459-504. Madrid; AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuitas no Grao-Pará: suas missões e a colonização*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930; ALMEIDA, Luis Ferrand de. *Aclimataçao de Plantas do Oriente no Brasil durante os seculos XVII e XVIII*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976; DOMINGUES, Angela. "As sociedades e as culturas indígenas face à expansao territorial luso-brasileira na segunda metade do século XVIII". En: DIAS, Jill (coord.) *Nas vésperas do mundo moderno. Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 183-207.

selvagem se transformava, mas também os espaços urbano e rural, representando ainda um importante espaço de troca entre os saberes manejados por missionários, índios e mestiços, soldados, sertanistas/moradores, determinantes na cartografia política e cultural da expansão.

Até 1680, segundo Fernández-Armesto, os protagonistas do esforço colonizador teriam sido os fazendeiros e capatazes de escravos movidos pelas notícias de ouro e diamantes,[9] mas o circuito de saberes manejados pelas instituições missionárias tem um lugar considerável para a nova ciência do novo mundo que se vai produzir.

Luis Felipe Barreto, apresentando as estruturas intelectuais aí gestadas, nos envia ao terreno da instrumentalidade que possibilitou a expansão: instrumentos para se orientar no mar e na terra (astrolábio, quadrante, balestilha, tabuletas); regras gerais para a arquitetura e engenharia naval e militar; instrumentos teóricos, com o aparecimento de grandes tratados informativos e epistemológicos que incidem sobre as relações matemática/astronomia e matemática/geografia e no terreno da medicina, botânica, zoologia; instrumentos para orientar a passagem de atitudes antropológicas - de uma concepção de homem apriorística e etnocêntrica a uma etnologia concreta, positiva e universal, ou uma etnologia prático-colonial, sendo essa justamente o centro da instrumentalidade missionária.

Um exemplo ilustrativo da tensão entre arcaísmo e modernidade pode ser ilustrado com o ocorrido cerca de 1729, num surto de sarampo que provocou uma primeira iniciativa da técnica de inoculação. Então, La Condamine propôs a vacinação e Frei José da Madalena, superior das missões carmelitas do rio Negro, tentou aplicá-la, mas os jesuítas foram contrários.[10]

Mas ao lado desse suposto arcaísmo da Companhia de Jesus temos exemplos de sua integração no quadro dos estudos em Portugal no século XVII em conexão com a nova ordem da ciência. Nas aulas do padre jesuíta Cristóvão Bruno, professor do Colégio de Santo Antão de Lisboa, se discutia a visão escolástica ptolomaica e a visão de Copérnico e Galileu nos cursos destinados à arte de navegar, se fazia análise comparativa dos três sistemas do Universo que eram então objeto de acesa discussão: o de Ptolomeu, o de Tycho Brahe e o de Copérnico em *Collecta Astronomica Exdoctrina*, publicado em Lisboa, em 1631. Nas ciências matemáticas, nos Colégios jesuítas da metrópole lia-se geometria de Euclides e Arquimedes, trigonometria plana e esférica. Na geometria prática, tratavam das medidas vulgares e próprias dos usos humanos como Distâncias, Alturas, Profundidades, Níveis, Aquedutos, Áreas, Corpos, etc. Na *Trigonometria Plana e Espherica* do P. Campos são bastante desenvolvidos e profusamente

[9] FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. "Los imperios en su contexto global, c. 1500- c. 1800". *Debate y Perspectivas*, n. 2, sept. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2002, p. 27-46, p. 42.

[10] Conforme HEMMING, John. *Red gold: the conquest of the Brazilian Indians*. London: Macmillan London Limited, 1978.

ilustrados o uso dos logarítimos e o emprego de tábuas trigonométricas.[11] De modo geral, as ordens missionárias possuíam um acesso privilegiado e geriam o conhecimento acumulado ao longo dessa expansão. Participaram ativamente do rico processo cultural vivido entre Idade Média, Renascimento e ao longo da expansão colonialista ultramarina entre os séculos XV e XVII ao lado dos outros setores dessa sociedade de trânsito entre Europa e América.

De modo que os estudos vêm apontando para um ambiente no qual, entre o ecletismo ou o probabilismo jesuíta, já é possível falar de ciência moderna. A experiência política acumulada à frente da administração de seus reinos e impérios desde o século XV já havia produzido uma política estatal que tentou implantar uma racionalidade, um método científico em sua aproximação a América, e do mesmo modo, a coleta de dados iniciada desde a expansão ultramarina desenvolveu uma instrumentalidade material, intelectual e humanista.[12]

Lafuente e Mazuecos nos apresentam o processo de produção do conhecimento no âmbito da Revolução Científica. Então, a atualização de antigos métodos de observação e a aparição de novos instrumentos de medida permitiram o nascimento da geografia como disciplina, vinda dos círculos humanistas europeus e amparada no prestígio da astronomia e das matemáticas, física e botânica, cuja maior precisão estava em consonância com as novas exigências colocadas pelos descobrimentos ultramarinos e a nova escala que adquiriam os intercâmbios comerciais no sistema economia-mundo e alcançava cotas de precisão e autonomia crescentes. Os métodos para determinação das longitudes (ou altura de leste-oeste) eram ainda, desde finais do XV, imperfeitos. A questão adquiriu grande interesse na época do Tratado de Tordesilhas, coincidindo com a questão da figura da terra. Mesmo a grande questão que mobilizou a ciência do desejo "epistemológico" de processá-la, ainda que tenha sido objeto de atenção desde a antiguidade clássica, conhece uma nova intensidade no século XVII provocado pelo processo de colonização e o incremento de intercâmbios comerciais.[13]

O marco das informações para Portugal eram as observações de viagens de Charles Marie de La Condamine (1745) e Jean Godin des Odonais (1740, 50), as notícias do visitador das missões carmelitas, frei André da Piedade, provável autor de uma memória sobre o rio Negro que serviu de base para o Tratado de Madri e informações de fugidos da justiça, comerciantes ou aventureiros. Fora isso havia muitas lacunas. Não existiam instrumentos normatizados que processassem dados empíricos observados. Não havia padrões estáveis e "universais" de medidas, o que impedia a comparação rigorosa de resultados. Não existia também a exigência

---

[11] AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1955, vol. 2.

[12] BARRETO, Luis Felipe. *Caminhos do saber no Renascimento português. Estudos de história e teoria da cultura*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 16, 17.

[13] LAFUENTE, Antonio, MAZUECOS, Antonio. *Los caballeros del punto fijo: ciencia, política y aventura en la expedición geodésica hispanofrancesa al virreinato del Perú en el siglo XVIII*. Barcelona: Serbal, CSIC, 1987.

de precisão: as demandas ordinárias de conhecimento da realidade eram atendidas sem que os erros impedissem a ação governamental ou acadêmica. Não havia demanda social. Cerca de 1735, na Espanha, em Cádiz, ninguém estava capacitado a julgar os *Principia* de Newton e era desconhecida a polêmica sobre a figura da terra. Do mesmo modo, segundo Carlos Almaça, como nos séculos XVI e XVII não existia em Portugal um meio científico que compreendesse o alcance das descobertas, descrições e comentários dos domínios do Brasil feitos antes de Lineu iniciar a ordenação da natureza, não puderam ser processados pelos homens de ciência portugueses do século XVIII.[14] Portugal e Espanha, diante desse quadro, tinham necessidades concretas relativas a seus planos de reforma: definir uma unidade especial sujeitas a controle fiscal ou administrativo, traçar o curso de uma via de comunicação ou situar sobre um mapa com concentrações de população, fontes de matéria prima e rotas comerciais.

Ao lado disso, a situação política dos dois impérios era irregular. Ciro Flamarion Cardoso encontra analogias importantes entre o período bourbônico e o pombalino: retomada de controle, pela metrópole, dos mecanismos comerciais e fiscais do mundo colonial; regalismo; desmantelamento da economia; administração sobre os índios e controle do ensino jesuítico. As reformas de caráter político estatal se desenvolveram diante dos problemas a enfrentar e da modernização das ideias sobre o governo.

Espanha**,** no início do século XVII possuía apenas duas instituições - o exército e a Companhia de Jesus -, que resolviam os problemas imediatos de formação de técnicos e de educação da elite e que poderiam canalizar a nova ciência. A nova dinastia, a pressão da França, a aparição de uma elite burocrática, a conjuntura de crise e guerras e seu enfrentamento a essa crise aportaram o impulso necessário para uma mudança no poder a um governo centralista. A constância com que no século XVIII a política espanhola solicitou o estabelecimento de povoadores como apoio à ação missionária e o começo do estabelecimento de assentamentos multi-étnicos de carácter permanente é considerada uma importante novidade e atesta essa aproximação a tempos novos ou aos primeiros sinais de uma mudança de política.[15] As bases teóricas e práticas das mudanças haviam sido lançadas por Felipe V (1724-1746) e Fernando VI (1746-1759), como o novo impulso econômico e cultural das últimas décadas do século XVII e os êxitos em matéria administrativa, fiscal, militar, naval, diplomática, manufatureira e comercial. Os saberes científicos iam sendo introduzidos nas faculdades de Artes ou Filosofia; enquanto não dispuseram de novos quadros, a Companhia de Jesus seguiu atuante e, com os Bourbons, a criação de instituições científicas e planificação e impulso das expedições

[14] ALMAÇA, Carlos. *A zoologia pré-lineana no Brasil*. Lisboa, Museu Bocage, 2002.
[15] GIRALDO, Manuel Lucena. *Laboratorio Tropical*. Caracas: Monte Ávila Ed. Latinoamericana/CSIC, 1993, p. 49.

científicas como instrumento de busca de dados e exploração de possibilidades naturais, os saberes técnicos se integraram à agenda do estado.

No ambiente luso-brasileiro, o século XVIII possui já um acúmulo de dados sobre o espaço amazônico levantados por missionários e sertanistas representados em relatórios parciais acerca dos rios e outros acidentes físicos. Embora o ambiente intelectual da Universidade de Coimbra fosse, segundo o juízo de João Lúcio, "um misto de boçalidade fradesca com o pedantismo acadêmico",[16] ou pelo menos o fundamental de seu currículo até então não pudesse dar conta da formação de quadros, esse universo de interações apontava para uma tendência a reformas. Então já é visível a tendência ao absolutismo e ao centralismo na política. Em Portugal, coincidindo com o apogeu do barroco, isso se reflete no reinado de D. João V, entre 1706-1750.[17] Têm-se visto muitas continuidades em termos políticos e administrativos antes de 1750 e depois de 1777. Portugal se beneficiou da negociação diplomática, mais do que os espanhóis, por sua política de neutralidade diante dos confrontos entre França e Inglaterra. Com a França, a diplomacia joanina conseguiu o reconhecimento da soberania lusitana no Cabo do Norte (Amapá) bem como o domínio sobre as duas margens amazônicas.

Manuel Hespanha observou que a teoria política oitocentista portuguesa elevou o espaço à dignidade de elemento do Estado, tornando possível identificar as projeções espaciais dessa matriz de organização do poder; os modos de representá-lo proporcionam indícios para a história das instituições políticas.[18] A defesa das fronteiras se converteu assim em um componente essencial das respectivas políticas reais, envolvendo quase todas as frentes de reformas, especialmente as que aplicavam os ideários mercantilistas e fisiocráticos da tendência ilustrada. Com isso idealizavam também um novo conceito de conquista, presente no projeto interdisciplinar de inventariar, classificar e organizar a realidade em um saber enciclopédico aplicado então em nome de uma ciência moderna, dedicada a observação e experimentação, a conhecer a natureza da colônia e submeter estes dados a fins pragmáticos.[19]

---

[16] AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua Época*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1990.

[17] MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. "A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)". In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo, Edusc, Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 205-226.

[18] HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. 2 vols. Lisboa, 1986, p. 113,118; SCHAUB, Jean Fréderic. "Nuevas aproximaciones al Antiguo Régimen portugués". In: *Diez añnos de historiografía modernista, Manuscrits*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, (Monografías. Manuscrits. 3), 1997, p. 45-66.

[19] DOMINGUES, Angela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração / Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991; L. GIRALDO, Manuel, PIMENTEL, J. (1991), "Los axiomas políticos sobre la América" de Alejandro Malaspina. Aranjuez: Doce Calles, Sociedad Estatal Quinto Centenario, D.L.; LEIVA, Pilar Ponce. "Burocracia colonial y territorio americano: las Relaciones de Indias". In: *Ciencia colonial en América*, Lafuente, Sala Catalá (eds). Madrid: Alianza Editorial, 1992.

As expedições científicas (botânicas, astronômicas ou topográficas) do século XVIII e a difusão de métodos relacionados com a revolução científica que se desenvolvia na Europa, apoiando-se nas experiências dos séculos anteriores, relançou a aventura americana sob novos pressupostos, tanto politicos como científicos. Foi o que permitiu a integração das instituições científicas no sistema europeu e sua consolidação como interlocutores privilegiados do Estado.[20] É uma das dimensões da política real reformista concebida com valor estratégico, como uma forma racional de operar sobre a realidade e aportar dados para a identificação geográfica e humana do vale amazônico à raíz do Tratado de Madri.[21]

Manuel Lucena Giraldo em seu estudo sobre as expedições demarcadoras nos apresenta a materialidade dessa nova etapa da conquista, quando se abriu o processo de formação do quadro técnico das comissões. Eram geógrafos, astrônomos, engenheiros, desenhistas, cartógrafos, capelães, cirurgiões, militares de tropa e naturalistas, cujos critérios estavam dispostos nas "Instrucciones para los comisarios de la parte del norte",[22] de 1752 para Espanha. Em Portugal foram as "Instruções de Mendonça Furtado aos que iam para o rio Negro" de 20 de setembro de 1754 que orientavam as expedições.[23] Elas eram similares e davam conta dos objetivos práticos: "remeter da boca do Mamoré aos comissários principais o mapa, com latitude média entre a boca desse rio e a margem austral do Amazonas", "contar com uma equipe com preparação científica e técnica suficiente, visão clara dos problemas estratégicos e lealdade à Monarquia",[24] ou "homens inteligentes dos estudos mathemáticos e geogáficos e que sejam práticos de fazer observações astronômicas para que possam formar com exacção os mapas daquele continente... dentro de 2 ou 3 anos ao mais tardar", com técnicos que deviam executar as cartas geográficas e fazer observações de Física e História Natural, práticos em Medicina e particularmente em Botânica, dispondo de um desenhista para se ocupar da configuração dos rios por que passassem, anotar os rumos, latitudes e longitudes, qualidades naturais dos países, seus habitantes e costumes, animais, aves, plantas, etc., boa parte dele recrutada em 1750 por frei João Álvarez de Gusmão em Roma.[25]

Assim se formavam os "técnicos", que constituíam as partidas de demarcação - engenheiros cartógrafos e matemáticos, cientistas e funcionários que

---

[20] LAFUENTE, Antonio; CATALÁ, José Sala, eds. "Ciencia y mundo colonial: el contexto iberoamericano". En *Ciencia colonial en América*. Madrid: Alianza Editorial, 1992, p. 13-25.

[21] PESET, Jose Luis. "La ciencia en la américa española". *Reales Sitios* (Madrid), ano 38, n. 148, 2001, p. 22-31.

[22] Aranjuez, 24 de Junio de 1752, MN, 571; (Museu naval) AGS, Estado, 7403). In: GIRALDO, Manuel Lucena, (1993) *Laboratorio Tropical*.

[23] Instruçao para os astónomos e geógrafos que hao de ir para o rio Negro, redigida a 20 de Setembro de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina*. Rio de Janeiro: RIHGB, tomo II, 1963, p. 599.

[24] Eleição dos comissários em Instruções (Museu naval) de 1752 (AGS, Estado, 7403)

[25] Instruções de Mendonça Furtado aos que iam para o rio Negro, documento de 20-09-1754; AHU Rio Negro, cx. 3, doc. 5, 20 de setembro de 1754, fl. 19.

ao lado de instituições, governadores, administradores e intendentes colocariam em prática as expedições. Toda essa ciência não implicava necessariamente em êxito, mas os terá levado a enfrentar-se com mais confiança às questões de ordem técnica e prática, como a falta de guias competentes e de instrumentos.

Antonio Lafuente e Jose Luis Peset, examinando as etapas da ciência ilustrada na Espanha, encontra o processo de militarização da ciência espanhola. No início do século XVII, como dissemos, apenas o exército e a Companhia de Jesus resolviam os problemas imediatos de formação de técnicos e de educação da elite em uma sociedade presa a lutas cortesãs e nobiliárias e a uma poderosa estrutura colegial e universitária que defende seus privilégios e tenta frear as iniciativas renovadoras. Mas a promoção de atividades menos nobiliárias ligadas à química, geometria e filosofia natural introduzem novos e ecléticos saberes na Espanha, fazendo com que todo o século XVIII fosse marcado pelo contraste entre o antigo e o novo. Eram médicos, boticários, cirurgiões, romancistas, representantes da nobreza e clero. Poucos, mas influentes, e publicavam.

É interessante notar como a tradição que os jesuítas representam mantém uma tensão intelectual com as novas ideias; aproximam-se com prudências e (des)obediências, lidam bem com o experimento e espetáculo e isso explicaria o poder e influencia que eles conquistaram nas cortes. Mas a forças das novas ideias geométricas e seus novos produtos torna o momento emblemático, levando a que até 1767 se tivesse consolidado o processo de militarização da ciencia espanhola.

As observações astronômicas das viagens de Charles Marie de La Condamine (1745) e Jean Godin des Odonais (1740, 50) entre 1745 e 1750 vão alimentar a tendência reformista ilustrada. Mas, sem desconsiderar o lugar desses aportes, muitas inciativas importantes foram tomadas no âmbito puramente ibérico. Em Portugal, desde 1722, a politica científica de D. João V joga importante papel, com a captação de especialistas estrangeiros nas áreas católicas.

Consideremos também o que representou para a reforma da Universidade de Coimbra, onde parte importante da elite colonial foi estudar, a contratação, por volta de 1730, do botânico italiano Domingos Vandelli. Ou os Padres Matemáticos Samartoni e Bruneli.[26] Em 1749, por ordem régia, a viagem de caráter científico do sargento-mor Luis Fagundes Machado situou com exatidão as origens da bacia do Paraguai, suas nascentes e a do Madeira e a existência de ligações entre a bacia amazônica e a platina. No mesmo ano, os relatos de Antonio Nunes de Sousa, *Derrota da cidade de Santa Maria de Belém* e o de José Gonçalves da Fonseca.

Com os tratados de paz já firmados com os Países Baixos e a Espanha, Portugal vive um período de maior quietude e têm início, lentamente, os reparos nos sistemas de fortificação de Pernambuco e das Capitanias do Norte. Foram trazidos engenheiros militares para proceder às reformas e construções das fortalezas, sendo o cargo específico de superintendente das fortificações criado para uma melhor administração das atividades de resguardo.

[26] MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit.

Então a estrutura militar voltou-se para a própria colônia. A criação de vilas e seus conjuntos defensivos era um meio de consolidar o poder político em um único centro, que passava a ficar diretamente sob o olhar régio, na tentativa de impedir o desafio à autoridade central. A concessão do papel de espinha dorsal do exército para o império português na administração Pombal e posterior, não é um tema explicitamente considerado na bibliografia estudada. Entendemos que a aliança com a Inglaterra manteve as forças militares portuguesas em um estado de menor alerta que os espanhóis, tornando a militarização portuguesa menos visível. No entanto, ela se revela em seu favorecimento de Pombal aos militares, ao dar poderes de marechal ao anglo-alemão Conde de Lippe (1762) e tornando obrigatória, nas academias, a leitura de suas *Memórias do Imperador da Prússia e o Método Novo*, repondo na ordem do dia a ideologia prussiana de Azevedo Fortes.[27]

Nas instituições portuguesas os "comissários" formavam uma figura excepcional integrada na nova lógica das reformas administrativas, segundo a qual o ofício era uma simples comissão, limitada e revocável. Ao contrário do oficial ordinário – que dispunha de uma jurisdição própria, concedida pela lei ou pelo costume – o comissário limitava-se a exercer uma jurisdição alheia, o que fazia com que sua missão se limitasse aos expressos e estritos termos da comissão, podendo ser retirada a qualquer momento, expirando com a morte do comitente e sem poder subdelegar ou alienar os poderes que lhe foram conferidos.[28] Assim, houve um processo análogo ao que aconteceu na Espanha de Carlos III, tendendo a manter um quadro de funcionários comprometidos com o Império e produzindo agentes especializados do estado.

Para os dois Impérios, as perdas no cenário bélico internacional e sua evidente desorganização no cenário colonial os levaram a constatar a ausência de um organismo técnico militar profissionalizado.

Antonio Lafuente entende que foi pela via da nomeação de comissionados ou expedições técnicas que o estado espanhol se aproximou aos problemas de caráter científico ou técnico, apesar de as urgências práticas dessa mesma instrumentalidade terem impedido ou atrasado as novas dinâmicas de investigação tecnológica, das quais Inglaterra, por exemplo, muito terá aproveitado.

---

[27] MOREIRA, Rafael, ARAÚJO, Renata Malcher de. "A Engenharia Militar do século XVIII e a ocupaçao da Amazônia". In: *Amazônia Felsínea. Antonio José Landi. Itinerário artístico e científico de um arquiteto bolonhês na Amazônia do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 173-195.

[28] HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudo*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 400; MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. "Trajetórias sociais e governo das conqusitas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII". In: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. FRAGOSO, BICALHO e GOUVEIA (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Civilizaçao Brasileira, 2001, p. 251-283.

O âmbito militar teve um papel importante na aplicação dessas políticas, pois foi onde primeiro se aceitaram reformas, incorporando-se ao papel de corpo destinado a ser coluna vertebral do novo Estado e onde se assimilaram as práticas científicas. Como todo movimento de expansão militar sempre esteve próximo do gabinete técnico de campanha, a experimentação com o cruzamento entre ciência militar e civil foi conduzida sem grandes contrastes de ofícios, provocando uma fusão entre ciência e política e concedendo uma dinâmica importante à estrutura das expedições demarcadoras.

Houve assim uma transição no quadro técnico ibérico: de sábios a cientistas e de cientistas a funcionários. Na administração colonial, a tendência da atividade dos engenheiros militares adquire um rumo civilista transformando fortalezas em faróis, organizando o espaço rural e urbano da metrópole e reestruturando núcleos urbanos em sentido utilitário, concentrando as energias na criação de povoados. A elite dos engenheiros-de-armas formados na "guerra viva", ciosos de seu saber e estatuto social, de forte influência francesa participaram na qualidade de cientistas, de engenheiros especialistas na delimitação da Amazônia.

Sob o ponto de vista técnico foi especialmente no âmbito da engenharia que se observam grandes empenhos. Inicialmente, o termo "engenharia" era empregado como uma ramificação da arquitetura. A dissociação desta aconteceria somente no século XVIII, na França. Nos manuais de Manuel de Azevedo Fortes (Manoel de Azevedo Fortes, Engenheiro-mor de Portugal e autor de vários tratados sobre fortificações, com destaque para *O Engenheiro Português*, 1729), a expressão usada para designar a profissão de engenheiro era a de arquiteto militar, assim como naquele período as "Academias Militares" eram denominadas como "Aulas de Fortificação" ou "Aulas Militares". Primitivamente, sempre associada à construção e à guerra.

O impacto das reformas militares na política e na cultura é uma experiência comum aos dois impérios. Suas perdas no cenário bélico internacional e sua evidente desorganização no cenário colonial os levaram a constatar a ausência de um organismo técnico militar profissionalizado. A tendência do modelo institucional espanhol, sempre mediatizado pela tendência a estabilizar a seus membros como agentes, se conectou com a tendência centralista e com o ciclo de expedições que se desencadeou a partir de então, todas sob a nova lógica racionalista da Ilustração. Quando da aplicação do conjunto de reformas projetadas pelos governos reformistas, o âmbito militar teve um papel importante em sua aplicação, estando envolvido nas cinco marcas mais significativas do processo de reformas – militarização, centralização, manufaturalização, desarraigo e americanismo. Durante os 700, a missão científica foi o principal mecanismo de atração de novidades a Espanha, fosse Europa ou América o destino dos viajantes.

Projetada para as fronteiras amazônicas vai procurar promover o mesmo movimento, fundando vilas e cidades que se multiplicam no século XVIII. Nos 700, as fortificações são conservadores e construídas às pressas, em condições locais difíceis e locais inóspitos, bastando-lhes ser operativas, por isso poucas se

conservaram, sem o apuro das dos 600. Adequavam-se também ao novo conceito barroco de guerra de posições, que substituía a guerra de assédio. A engenharia setecentista pode ser dividida em três categorias básicas de tipos profissionais.

Toda a experiência anterior havia gerado ideias, relação com as alteridades, técnicas de medição dos espaços e de inventários das espécies que serviriam tanto para construir/urbanizar/defender, como para as experiências de plantio, exploração e aculturação de espécies animais, vegetais e minerais de utilidade medicina e científica, e uma quantidade impressionante de dados que seus funcionários deveriam gestionar.

O certo é que com o fim do XVIII se dá uma mudança de percepção: aquilo que Amodio caracterizou como o olhar "longínquo" ou "afastado" dos europeus sobre os indígenas que se formalizou nos "gabinetes de curiosidades", ou seja, uma relação com o outro que termina em uma coleção de exotismos da cultura dos museus,[29] talvez pudesse ser aplicado ao conjunto da América e também ao olhar que os latino-americanos lançamos para nossas periferias.

A recepção desse estado geral da cultura na Amazônia e nas Guianas pelos governos republicanos e nos quadro de suas ideias liberais entre os séculos XIX e XX, é uma observação aqui apenas iniciada e sobre a qual apresentamos alguns indícios. Eles são hoje, junto com o Exército e seus moradores, os únicos que se enfrentam da forma mais radical à realidade amazônica. Muitos políticos e missionários, contrabandistas, produtores e traficantes de drogas, cientistas em missão de biopirataria internacional, também vivem nessa realidade, mas não o fazem refletindo eticamente. Essa dimensão contemporânea da questão sobre a Amazônia, incluídas aí as velhas disputas de fronteiras, colocadas no âmbito da divulgação ubíqua da proposta norte-americana de transformá-la em território internacional, foi onde nos levou a realização desse estudo.

Foram essas forças, que ao longo da expansão competiram ou colaboraram com as forças jesuítas nas fronteiras, começaram a estar preparadas para substituí-los.

[29] AMODIO, Emanuele, Op. cit.; GIRALDO, Manuel Lucena. "La imagen de América en la España Ilustrada: de la ambigüedad libresca al Real Gabinete de Historia Natural". *Reales Sitios* (Madrid), ano 38, n. 148, 2001, p. 40-49.

PARA UMA HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO MILITAR NA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Nauk Maria de Jesus[*]

Em 1748, ao criar a Capitania de Mato Grosso, a Coroa portuguesa buscava efetivar as suas conquistas territoriais na América lusa e deter o avanço das missões jesuíticas espanholas que tentavam se estabelecer na margem direita do rio Guaporé. Esta capitania situava-se na região central do continente sul americano, era constituída por três ecossistemas (floresta, cerrado e pantanal), habitada por uma diversidade de sociedades indígenas, tinha a mineração como atividade produtiva decisiva e ainda estava localizada em área de fronteira com os domínios hispânicos. Ela fazia limites com as capitanias do Grão-Pará, de São Paulo e de Goiás e com os governos de Chiquitos e Moxos, totalizando 48 mil léguas quadradas de extensão. Ela era mineira como as Minas Gerais e fronteira geopolítica como o Rio Grande, mas se diferenciava desses dois territórios por congregar essas duas características que demarcavam a sua especificidade no cenário imperial português. Mato Grosso era uma "capitania-fronteira-mineira".[1]

Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, as regiões de Mato Grosso, da Amazônia e do Rio Grande do Sul passavam legalmente a Portugal. Mas em troca da área de Sete Povos das Missões, era reconhecida a soberania espanhola sobre a Colônia de Sacramento. Nesse contexto, a Coroa portuguesa fundou no ano de 1752, nas raiais da fronteira, a capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, e nela ordenou a instalação do aparato administrativo metropolitano. A capitania, então, passou a contar com dois distritos: o do Cuiabá, cujo principal núcleo urbano era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), e o do Mato Grosso, que tinha Vila Bela (1752) como principal ambiente urbano.

As dificuldades na aplicação do Tratado de Madri, ao lado de divergências quanto às informações sobre os territórios, resultaram na sua anulação no ano de 1761. Nesse período, a tensão grassava na Europa e Espanha e Portugal ficaram em lados opostos.[2] Situação que deixou as fronteiras norte e sul da América portuguesa em estado de alerta, não sendo diferente no extremo oeste, em que homens, livres e cativos, brancos, negros e indígenas se dirigiram para a região do Guaporé, muitos sem armas de fogo e à custa de seus senhores. As tensões em

---

[*] Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

[1] JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos*. A administração na fronteira oeste da América portuguesa. Tese de Doutorado em História, PPGH, UFF, Rio de Janeiro, 2006, p. 29.

[2] A esse respeito ver: MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. "A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais". In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova história militar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 69.

torno das delimitações das fronteiras, as carências e as dificuldades no serviço de defesa e a reorganização do aparato militar envolveram todas as regiões fronteiriças a fim de preservar as possessões lusitanas.

Nesse contexto, a capitania de Mato Grosso foi sendo consolidada e constituída por duas vilas, povoados, arraiais, fortalezas e presídios militares instalados ao longo da fronteira, bem como por ambientes rurais. Além das duas vilas, no ano de 1820, já encerrando o período colonial, foi criada a Vila de Diamantino.

É para essa vasta extensão territorial que dirigiremos nossa atenção, em especial, para a segunda metade dos setecentos. Considerando os dados que possuímos no momento, apresentaremos um panorama da força militar existente na região, com o intuito de apontar possibilidades de pesquisas no campo da História Militar.

As forças militares e Mato Grosso colonial

No Brasil, para Francis Albert Cotta, a historiografia brasileira militar, produzida, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1970 por militares, focalizou a organização militar na América portuguesa, do ponto de vista do clássico tripé: tropa de Corpos regulares, milícias e ordenanças, estabelecendo um padrão que seria válido para toda a colônia luso-americana.[3] A tropa de primeira linha, também chamada de tropa paga, regular ou de linha era profissional, permanente e paga. Ela era constituída por terços e companhias de infantaria e artilharia, com a função de defender a região contra ataques de outras coroas europeias, contrabandistas, corsários e piratas. Por sua vez, as milícias, conhecidas como terços auxiliares ou tropas de segunda linha, auxiliavam a tropa de primeira linha. Era constituída por moradores dos lugares, que deveriam arcar com os custos do fardamento e do armamento. As milícias eram convocadas em situações de urgência e eram formandas por companhias ou terço de infantaria e cavalaria, organizadas muitas vezes por categorias de cor e de classe. Já as ordenanças, também de caráter local e sem remuneração, atuavam no âmbito das vilas e seus termos. Eram formadas por homens não pertencentes às duas outras linhas, em geral, os "principais da terra".[4]

Francis Albert Cotta chama atenção, contudo, para o fato de que esse clássico tripé perde de vista as especificidades locais. Para ele:

---

[3] COTTA, Francis Albert. "Organização militar". In: ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, A. Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 218.

[44] GOMES, José Eudes. *As milícias D'El Rey.* Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010, p. 103 a 107. Ver também: MELLO, Christiane Figueiredo Pagano Op.cit.; COTTA, Francis Albert. Op.cit., COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império lusitano:* uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777). Dissertação de Mestrado, PPH, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

> Capitanias como a do Rio de Janeiro, a de São Paulo e a da Bahia se preocupavam em edificar fortalezas e adestrar seus contingentes para um provável confronto que viria do mar, outras com a defesa das fronteiras terrestres - que iam do Mato Grosso ao Amapá.[5]

Ana Paula Pereira Costa afirma que fora desse esquema e para determinadas missões específicas eram contratadas, mediante a promessa de soldo, companhias de aventureiros, caçadores ou voluntários. De modo geral, para a autora, as poucas análises sobre a história militar gerou a falta de uma visão de um exército de Antigo Regime socialmente complexo, principalmente no topo de sua hierarquia.[6]

Compartilhamos dessas análises e reforçamos que a preocupação com o envio de homens e com a edificação dos fortes e presídios militares na Capitania de Mato Grosso estava relacionada à preservação da fronteira. Algumas dessas edificações serviram também como entreposto comercial, sendo locais por onde passavam contrabandistas com suas mercadorias. Do mesmo modo, as fronteiras fluviais foram motivos de preocupação, já que parte das edificações militares foi construída às margens dos rios que separavam as terras portuguesas das espanholas. Afinal, como apontou Renata Malcher Araújo, Mato Grosso colonial representava a ligação simbólica da América portuguesa, entre o norte e o sul, por meio das bacias platina e amazônica.[7] Portanto, as fronteiras terrestres e fluviais da capitania de Mato Grosso, mesmo com as dificuldades locais, foram alvos das atenções da Coroa portuguesa.

Vale observar que a revisão da história militar, nos últimos anos, tem sido possível por causa da democratização e da influência da história social, da antropologia e das perspectivas pós-modernas.[8] Para o período colonial, os estudos têm buscado compreender a origem social dos oficiais, as negociações, os conflitos, o cotidiano, as redes de poder, as companhias militares (pagas e não pagas) e a presença de negros, índios e pardos nos contingentes. Tais análises articulam a nova história militar - pautada em referenciais teóricos e concepções, algumas vezes, distintas sobre o período colonial -, às conjunturas políticas, econômicas e sociais, bem como ao serviço militar no Império português.

O estudo sobre a organização militar em Mato Grosso, no período colonial, ainda está por ser feito. Tal situação, presente em outros lugares no Brasil, pode ser explicada pela associação do tema às guerras, táticas, feitos e militares num tom de exaltação e heroísmo. Essa perspectiva pode ser encontrada até por volta da década de 1970 nos trabalhos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso que exaltavam as atuações dos governadores e capitães-generais,

---

[5] COTTA, Francis Albert. Op. cit., p. 218.
[6] COSTA, Ana Paula Pereira. Op. cit., p. 54.
[7] ARAÚJO, Renata Malcher. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e Método*. Tese de Doutoramento em História da Arte, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
[8] CASTRO, Celso, IZECKSON, Vitor e KRAAY, Hendrik. Op.cit., p. 23.

heróis de guerras e batalhas. Além deles, os textos dos cronistas setecentistas e oitocentistas nos apresentam informações sobre as ameaças de guerras, deserções, recrutamento e criação de tropas, e muitos deles serviram de base para as publicações anteriores e posteriores a 1970. Dentre eles, destacamos o trabalho de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, que no século XIX escreveu os *Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso*.[9] Por meio dele conseguimos acompanhar a criação de algumas companhias militares e a quantidade de armamentos e munições.

A perspectiva tradicional ainda se fazia presente na história regional até os idos de 1970, quando os cursos de graduação em História foram fundados no Estado de Mato Grosso e parte de seus professores iniciaram a revisão da historiografia regional e deram início às suas pós-graduações, principalmente em São Paulo. Nas décadas de 1970 e 1980 muito ainda estava por ser investigado e as pesquisas tinham a preocupação de compreender as questões econômicas, que levaram à formação da sociedade mineradora estabelecida na fronteira oeste da América portuguesa, bem como à violência. Nesse contexto, os aspectos militares eram abordados de maneira tangencial e as pesquisas ressaltavam a imagem de um Mato Grosso militarizado e violento.[10]

Dentre as obras desse período, a de Luiza Volpato, embora não trate da organização militar, defende que a capitania atuava como antemural da América portuguesa, sendo marcada pela itinerância, pela extrema pobreza, fome, doenças e belicosidade. Considerando a sua localização e essas características, para a autora "a organização do governo da Capitania assumiu características militares impostas pela sua condição de fronteira".[11] Condição que levou à edificação de fortalezas e presídios militares no último quartel do século XVIII e à convocação de homens das camadas baixas da sociedade, mesmo que não fossem militares, a atuar na defesa em diferentes momentos daquele século.

Além do recrutamento, a população participava fornecendo armas e alimentos e colaborando em arrecadações de tributos.[12] Assim, diante da obra de Luiza Volpato nos deparamos com uma sociedade marcada pela militarização e pelas dificuldades impostas por sua condição de fronteira, em que os moradores sobreviviam às duras penas. Esses argumentos foram questionados, posteriormente, sobretudo, por Elmar Figueiredo Arruda e Carlos Alberto Rosa.[13]

---

[9] LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

[10] VOLPATO, Luiza R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

[11] VOLPATO, Luiz R. R. Op.cit., p.147.

[12] Idem. Op.cit., p. 40.

[13] ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do mercado interno em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, PUC, São Paulo, 1987. ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. 1998. Tese de Doutorado em História, PPGHS, USP, São Paulo, 1996.

Esses dois últimos trabalhos, assim como a tese de Otávio Canavarros[14]que analisou a instalação do poder metropolitano no extremo oeste, a nosso ver, contribuíram para a ampliação dos temas de pesquisas, inseridos a uma história social e cultural. Mudanças e revisões influenciadas pela inserção de novos métodos, abordagens e temas na pesquisa histórica desenvolvida no Brasil.

Com a criação do curso de pós-graduação na Universidade Federal de Mato Grosso, em 1999, e a saída dos seus egressos para cursarem o doutorado em outras instituições de ensino, temáticas pouco tradicionais passaram a ser contempladas e as clássicas, relacionadas a uma história político-administrativa ou a escravidão, passaram a ser desenvolvidas e revisitadas a partir de novos olhares e leituras. As dissertações e teses defendidas na primeira década do século XXI trouxeram à tona aspectos que a tese da miserabilidade, da itinerância e da pobreza encobria. Elas evidenciaram o viver em fronteira a partir de outros parâmetros. Todavia, envolvida por uma cortina ainda está a nova história militar.

Cortina, esta, levemente aberta por Suelme Evangelista Fernandes que analisou uma edificação militar plantada nos limites com os domínios hispânicos: o Real Forte Príncipe da Beira. O autor discutiu a construção do forte, a sua importância e o seu cotidiano, evidenciando que ele foi erguido com o objetivo de proteger a fronteira e de armazenar os produtos comercializados na rota Guaporé/Amazonas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará.[15]

Assim, muitas das afirmações como a da militarização da capitania, os custos da defesa por conta dos próprios moradores, a existência de uma administração com características militares por causa da presença dos capitães-generais, as dificuldades nos pagamentos dos soldos, recrutamentos voluntários e alistamentos precisam ser analisados. O que a primeira vista pode parecer aspectos negativos da capitania, podem estar presente em tantas outras e, quiçá, no conjunto do Império português, em que os moradores arcaram com os custos da defesa; em que militares, por longos anos, foram nomeados pelo rei como governadores e capitães-generais e os homens que atuavam nas milícias agiam também no universo mercantil, na administração, na criação de animais e na lavoura. Cabe saber o que nos aproxima de outras regiões e nos distingue, sem perder de vista o fato de essa ser uma vasta região fronteira-mineira constituída por numerosa população indígena.

A organização militar e as possibilidades de pesquisas

---

[14] CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo oeste (1727-1752)*. Tese de Doutorado em História, PPGHS, USP, São Paulo, 1998. Ainda, vale destacar a tese de SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores*. Política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

[15] FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América portuguesa (1776-1796)*. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, ICHS, UFMT, Cuiabá, 2003.

A partir de um levantamento preliminar referente às forças militares da Capitania de Mato Grosso, entre os anos de 1751 e 1816, apresentamos os dados abaixo:

Quadro 2: Dados preliminares das forças militares na Capitania de Mato Grosso

Ano criação	Forças Militares	Local
1751	Companhia de Dragões	Vila Bela
1752	Companhia dos Homens Pretos	Vila Bela
1753	Companhia dos Homens Pardos	Vila Bela
1754	Esquadra de Pedestres adidos à Companhia de Dragões	Vila Bela
1755	6 Companhias de Ordenanças: 2 em Vila Real do Cuiabá, 1 no distrito do Mato Grosso, 1 em Chapada, 1 no Coxipó, 1 no Rio Cuiabá Abaixo.	Distrito do Cuiabá
1762-1769	Soldados Aventureiros	Vila Bela
1769	Legião (Batalhão) de Auxiliares de Milícias organizada: 2 Companhias de Granadeiros, 4 Companhias de Fuzileiros, 1 Companhia de Caçadores,1 Companhia de Hussares (Companhia de Cavalaria)	Vila do Cuiabá
1769	Companhia do Mato (1 capitão, 1 alferes, 2 trilhadores e 20 soldados)	Vila Bela e Vila do Cuiabá
1769	Ordenanças (6 companhias de brancos, 1 pardo forro, uma de preto em Vila do Cuiabá) Ordenanças (1 companhia de índio, uma de pardo, uma de preto forro, duas de brancos e uma criada para o arraial em Vila Bela)	Vila do Cuiabá e Vila Bela
1772	Corpo de Milícia dos Bororos	?
1777	Corpo Auxiliar de Voluntários	Distrito do Mato Grosso
1808	Companhia Franca de Leais Cuiabanos (recebiam metade do soldo dos Pedestres)	Vila do Cuiabá
1809	Regimento de Milícias (substitui a Companhia Franca dos Leais Cuiabanos) organizado: 1 Companhia de Granadeiros, 1 Companhia de Caçadores, 8 Companhias de Fuzileiros, Anexação das 2 Companhias de Cavalaria que se tornou Esquadrão de Cavalaria	Vila do Cuiabá
1812 (nova organização das milícias)	-Batalhão de Infantaria: - 10 Companhias, 1 Brigada de Artilharia, 1 Companhia de Bombeiros - 3 Companhias de Artilharia de Pé, 1 Companhia de Artilharia Montada, 2 Esquadrões de Cavalaria	Vila do Cuiabá (?)

1816	Corpo de Artilheiros e Marinheiros (6ª Brigada de Artilharia da Legião de Milícias de Cuiabá)	Vila Real do Cuiabá

Fonte: JESUS, Nauk Maria de. "Organização militar" (verbetes). In: JESUS, Nauk Maria de. *Dicionário de História de Mato Grosso*. Período colonial. Cuiabá: Editora Carlini & Caniato, 2011. (verbete elaborado com base em Augusto Leverger. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001).

Quando o governador e capitão general da capitania, Luís Pinto de Souza Coutinho, assumiu o governo da capitania de Mato Grosso procurou saber tudo que fosse possível sobre a "aritmética do Estado".[16] Em 1769 ele reorganizou as forças militares criando diversas companhias de milícias (ver quadro 2). Essa medida estava relacionada à reconfiguração na administração da América portuguesa ocorrida durante o governo pombalino, que em carta régia de 22 de março de 1766 enviada ao vice – rei e aos governadores do Brasil ordenava a formação de terços auxiliares e de ordenanças e o alistamento de "nobres, plebeus, brancos, mestiços, ingênuos e libertos".[17]

Nessa linha de raciocínio e diante da afirmação de que o clássico tripé das forças militares não permite pensar as companhias criadas em situação de urgência, nos deparamos, por exemplo, com a Companhia do Mato (1769) e o Corpo de Milícias dos Bororo (1772). As milícias dos índios Bororo curiosamente foram comparadas por Leverger aos Sipaios da Índia,[18] defesa existente no Império português do Oriente.

A organização do Estado da Índia portuguesa, iniciada em meados do século XVI, foi caracterizada pela heterogeneidade de soluções e arranjos políticos-administrativos. No que tange às forças militares existia falta de soldados reinóis, agravada pelo alto índice de mortalidade e deserção, o que levou a Coroa portuguesa a completar seu efetivo com soldados mestiços e escravos. Estes formaram tropas indianas auxiliares denominadas "soldados da terra", "lascarins" nos séculos XVI e XVII e sipaios no século XVIII.[19] Somente as pesquisas relativas às companhias de índios na capitania de Mato Grosso permitirão compreender essa associação, bem como quando e por que elas foram convocadas, quem eram os seus oficiais e se a inserção de indígenas nesse corpo de milícias propiciou alguma ascensão ou destaque social.

Quanto à companhia dos capitães do mato, era independente das ordenanças e constituída por capitão, alferes, trilhadores e soldados. Observamos, porém, que encontramos esses oficiais convocados para capturar escravos fugidos, participar de expedições contra os indígenas, destruir quilombos, conter tensões provocadas por facinorosos e foragidos nos arraiais, combater castelhanos e

[16] "Instruções de Luis Pinto de Souza Coutinho para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres". In: *Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 36.
[17] GOMES, José Eudes. Op.cit., p. 110.
[18] LEVERGER, Augusto. Op.cit., p. 73.
[19] GOMES, José Eudes. Op.cit., p. 94.

perseguir desertores. Ou seja, suas funções iam além da clássica imagem de um oficial capturando negros fugidos e destruindo quilombos. Da mesma maneira, o corpo de oficiais era constituído por negros e indígenas.[20]

Souza Coutinho, em 1771, elaborou um relatório com o mapa geral das tropas pagas, milícias e ordenanças e segundo esse documento, dentre as ordenanças de Vila Bela estavam uma companhia de índio, uma de pardo, uma de preto forro, duas de brancos e uma destinada a um dos arraiais localizados naquele termo. Para Vila Real do Cuiabá existiam seis companhias de brancos, uma de pardo forro e uma de preto. Para o governador, o número de companhias de brancos poderia ser reduzido a quatro, mas devido à extensão do território e a dispersão das tropas era conveniente manter as seis. A ausência dos oficiais das ordenanças, no mapa de 1771, segundo o governador, se justificativa porque muitos eram homens de negócios que se achavam dispersos em diferentes portos e capitanias do Brasil.[21]

Em outro documento, o mesmo governador informou que tinha dado baixa aos soldados Dragões que a requereram e que tinham juntado alguma porção de ouro para empreenderem qualquer negócio. O resultado dessa "condescendência foi que todos que a obtiveram se dedicaram ao comércio e adquiriram novos meios para estabelecer no local, fazendo-se seus verdadeiros colonos".[22]

Estes últimos dados merecem atenção em futuras pesquisas, pois evidencia a inserção dos oficiais em dois universos: nas tropas (ordenanças e Dragões) e no comércio. Ao participarem do primeiro, esses homens garantiam o seu prestígio e inserção local; e no segundo, quando atuando principalmente como homens de negócios, asseguravam as conexões com outras capitanias. Lançamos as questões: quais as suas procedências? Em quais ramos atuavam? Quais estratégias usaram para manter o seu poder de mando e participar da governabilidade? Por que o comércio parecia ser tão atrativo nessa região de fronteira? E aqueles que atuavam no comércio interno da capitania?

Nos requerimentos enviados à Real Fazenda da capitania de Mato Grosso, notamos que vários militares forneceram mercadorias à Real Fazenda. Muitos venderam desde objetos a produtos comestíveis, como: carne de porco, milho,

---

[20] JESUS, Nauk Maria de. "Os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso". Comunicação apresentada na *VII Jornadas Internacionais de História das Monarquias Ibéricas,* São Paulo, USP, 2011.

[21] Ofício do governador Luis Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 01/05/1771. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 15, doc. 927 (Projeto Resgate). Acrescentamos esses dados no quadro acima, marcando em cinza, atualizando deste modo as informações elaboradas anteriormente. Agradeço a Vanda da Silva pela indicação desse documento.

[22] "Instruções de Luis Pinto de Souza Coutinho para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres". Op.cit., p. 37.

capim, farinha de milho, toucinho, entre outros.[23] Em síntese, torna-se necessário recompor o perfil e a inserção social, política e econômica desses oficiais.

No mapa de 1771, o governador Souza Coutinho registrou a criação do Batalhão de Auxiliares de Milícias do Cuiabá, constituído por seis companhias, sendo quatro de infantaria, uma de cavalaria ligeira e uma de caçadores, demarcando uma pequena diferença em relação aos dados apresentados no quadro 2. Nele constam no ano de 1769 duas companhias de granadeiros, quatro de fuzileiros, uma de caçadores e uma de hussares, embora Souza Coutinho mencionasse a existência da companhia de granadeiros no citado documento.

Segundo o governador, o Batalhão era composto pelo melhor "da gente" que havia no distrito do Cuiabá. Quanto aos soldados da infantaria, todos tinham baionetas e cutelos, exceto os caçadores que eram armados como os pedestres. A cavalaria era constituída por quarenta e quatro praças, toda montada e fardada.[24] Em uma breve incursão sobre a organização militar, havíamos levantado a possibilidade que um Batalhão semelhante poderia ter sido criado na capital Vila Bela. No entanto, ao consultarmos o relatório escrito por Luis Pinto de Souza Coutinho constatamos que ele foi instituído apenas em Cuiabá.

Os dados parciais apresentados e atualizados no quadro acima demonstram maior número de tropas não pagas. Quando articulados a outros documentos e bibliografia pertinente, eles permitirão acompanhar a constituição das forças militares na capitania de Mato Grosso e problematizar de que modo as mudanças na legislação, referente à organização militar e a defesa, alcançaram e foram adaptadas na capitania de Mato Grosso. Sobre o maior número de tropas de segunda linha, Luis Pinto de Souza Coutinho, em instrução ao seu sucessor Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, expôs a sua flexibilidade em relação a elas, bem como a tomada de decisões levando em conta as condições financeiras e a necessidade de povoamento nessa região de fronteira.[25] A sobrevivência financeira da capitania de Mato Grosso ou "a aritmética política, cálculos e combinações" nortearam algumas das medidas adotadas por Souza Coutinho. Tanto que em sua gestão foram criadas tropas de milícias como tentativa de conter as despesas dos cofres da fazenda régia. Aspecto esse, a ser considerado nas análises econômicas sobre a região.

Souza Coutinho, que não se considerava tão austero quanto o Conde de Azambuja (Antonio Rolim de Moura, primeiro governador da capitania), admitiu no corpo de Dragões "alguns moços, de boa posição, que tem mistura de índios e brancos".[26] Além disso, como o povoamento de Vila Bela era uma das

---

[23] Provedoria da Real Fazenda. Inventário analítico do Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso (1740-1809). Cuiabá: NDHIR/UFMT; Ministério da Fazenda, 1986.

[24] Ofício do governador Luis Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 01/05/1771. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 15, doc. 927 (Projeto Resgate).

[25] "Instruções de Luis Pinto de Souza Coutinho para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres". Op. cit., p. 52.

[26] Idem. Op. cit., 34.

necessidades e preocupação da Coroa julgou conveniente "não negar a soldado algum a licença de casar-se, todas as vezes que se lhe oferecia algum dote para manter uma família". Segundo o governador, este foi um dos meios utilizados para fomentar o povoamento naquele distrito e ele notou que essa ação tinha sido positiva.[27] Observamos que durante o período colonial, a capitania de Mato Grosso teve baixo índice populacional, fechando o século XVIII com pouco menos de 28 mil habitantes, distribuídos nas vilas e arredores.[28]

Por sua vez, o primeiro governador, Antonio Rolim de Moura, procurou introduzir *brio* aos Dragões, não admitindo na Companhia "mais que brancos inteiros, e que não fossem casados com mulheres mescladas, sendo a minha diligência assim nisto, como no de mais que eles mesmos se reputassem por homens de bem". Segundo este governador, ele não obrigou ninguém assentar praça de Dragão por força, exceto alguns por crimes ou indicação de parentes, que não passavam de três. Como forma de atrair os interessados nessa Companhia, tratava a todos com equidade, conveniência, estima e como "particulares". O que para Antonio Rolim de Moura não era menos preciso, "porque os brancos na América todos se tem por graves e por iguais" e poucos buscariam a capitania por vontade própria se agisse de outra maneira.[29]

O amor próprio e a coragem, incentivados pelo primeiro governador, foram criticados por Souza Coutinho, que alertava que o demasiado brio dos oficiais Dragões os tornara insolentes, sem respeito e sem disciplina. Predicados que, se não fossem contidos, poderiam ser perniciosos a conservação de qualquer tropa. Por essa razão, alertava ao seu sucessor que agisse de modo que não se alterassem bruscamente os costumes e que nem se deixassem de praticar os regulamentos reais.[30] Esse é um aspecto que será muito bem-vindo, se analisado, pois não dispomos de muitas informações relativas às sublevações de militares no interior da capitania, bem como sobre os conflitos jurisdicionais envolvendo oficiais de diferentes patentes militares entre si ou com administradores civis e religiosos.

Vale destacar que a Companhia de Dragões acompanhou Rolim de Moura na sua viagem até a Vila Real do Cuiabá e com ele se dirigiu para o Guaporé para fundar a capital da capitania, Vila Bela. Conforme as instruções régias de 1749, entregues a Antonio Rolim de Moura, esses soldados deveriam servir a pé, pois os cavalos eram raros e caros. Por isso, era recomendado o incentivo a criação desse

[27] Idem. Op. cit., p. 48.
[28] Ver ROSA, Carlos Alberto. "O urbano colonial na terra da conquista". In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *A terra da conquista*. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Editora Adriana, 2003.
[29] "Instruções de Luis Pinto de Souza Coutinho para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres". Op. cit., p. 28.
[30] Idem. Op. cit., p. 33.

animal e de gados, que quando tivessem preços moderados poderia montar a tropa.[31]

Em 1771, Luis Pinto de Souza Coutinho nas instruções ao seu sucessor informou que os Dragões ainda não estavam montados e alguns estavam ausentes, pois tinham partido em diligência para o Pará e para Goiás. Nesse ano, a capitania contava com 122 praças Dragões e 122 Pedestres e assim deveria ser mantido e foi em tempos de paz. Isto, porque a manutenção dessas tropas pagas excedia e muito a de um regimento no Reino. A contenção dos gastos levou a abolição do corpo de Aventureiros, porque era gente que "tendo maior paga do que os pedestres" tinham os mesmos exercícios e poderia o seu sucessor contar com "soldados convenientes" da capitania.[32]

Anos antes, em 1757, segundo Antonio Rolim de Moura, o serviço dos Pedestres poupava "o que seria necessário dispender-se com os que se alugassem em seu lugar, que nunca acham por menos de oitava por seis dias", além da comida. Além disso, eles estavam sempre prontos para as expedições, enquanto que nos "alugados" custava achar esse requisito.[33] As companhias de Pedestres e de Aventureiros foram criadas à época da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752. Segundo Antonio Rolim de Moura, os pedestres eram:

> Bastardos (por isto cá na América se entende filho de branco com índio), mulatos, caribocas (isto é, filho de preto, e índio, e estes são ordinariamente os que melhor provam) e também se admite algum índio puro principalmente Bororos, pela habilidade, que tem de serem bons rastejadores, o que é grande utilidade nas diligências.[34]

Era corpo pronto para todas as expedições e andavam sempre descalços de "pé e perna", sendo que a única vestimenta que usavam era um jaleco e umas bombachas. As armas eram as espingardas sem baionetas, uma bolsa de caça e uma faca de mato. Recebiam um soldo de setenta e seis de ouro por dia (oitenta vinténs e quatro réis de moedas do Reino); uma quarta de farinha de milho para dez dias, quando estavam em marcha; ou quando estavam destacados recebiam meia quarta de feijão para dez dias, uma quarta de toucinho por dia e um prato de sal por mês.[35]

Endossando essa caracterização, Luís Pinto de Souza Coutinho informou que os soldados pedestres eram a mais útil das tropas, servindo nas diligências dos sertões e na condução das canoas, em que iam remando. Mas após vinte anos da

---

[31] Instrução da Rainha D. Mariana da Áustria para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 19/01/1749. In: *Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 200, p. 13.

[32] Ofício do governador Luis Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 01/05/1771. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 15, doc. 927 (Projeto Resgate).

[33] Carta de Antonio Rolim de Moura a D. José I em 25/02/1757. *Antonio Rolim de Moura*. Correspondências. Cuiabá: Ed. UFMT, p. 48 (volume 3).

[34] Idem. Op. cit., p. 47.

[35] Idem. Op. cit., p. 46.

informação de Antonio Rolim de Moura, os soldados recebiam 60 réis e mantimentos.

Em relação ao fardamento, o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho, logo ao chegar à capitania, representou a Corte a necessidade de que os fardamentos completos fossem despachados anualmente de Lisboa, "a fim de se economizarem as grandes despesas que aqui produzem esses fardamentos".[36] Novamente, observamos a preocupação do governador com as finanças da capitania e sua manutenção.

Além do item finanças, nas análises futuras acerca das forças militares na capitania de Mato Grosso, a flexibilidade nas ações de alguns governadores, a população esparsa, a intensa presença indígena e de negros, poucos brancos, as finanças, a necessidade do povoamento e da defesa da fronteira deverão ser consideradas. Assim sendo, a análise do perfil dos homens pertencentes às tropas, pagas ou não, poderá nos revelar dados importantes, como a mestiçagem presente nas Companhias de Dragões e de Pedestres e, quem sabe, a existência de uma elite militar mestiça na capitania de Mato Grosso.

Afinal, o modelo de organização militar português transplantado para a América foi adaptado as condições locais de cada capitania. Por sua vez, as elites locais viam a inserção no universo militar como uma alternativa para obtenção de poder de mando, distinção social e ampliação de oportunidades em outras esferas administrativas para si ou para seus filhos.

A partir de alguns dados, notamos que alguns dos oficiais além de atuarem na esfera mercantil, como já foi dito, participaram também das câmaras municipais. Em Vila Bela, no período de 1752 a 1808, localizamos 79 homens da governança e obtivemos informações de 45 deles. Destes 13 eram militares. Na câmara da Vila Real, entre os anos de 1727 e 1795, identificamos 105 homens na governança e obtivemos dados de 34 deles. Destes, 15 eram militares. Ainda carece sabermos se esses homens pertenciam às tropas pagas ou não.[37] Ao ampliarmos as análises sobre as instituições na fronteira oeste, constatamos que as câmaras municipais, as ordenanças e os cargos da justiça e da fazenda eram atrativos para as elites locais da fronteira. A misericórdia, considerada por Charles Boxer[38] um dos pilares gêmeos que ajudaram manter unido o império português, somente foi criada em Cuiabá no ano de 1817. Essa é uma das razões para a procura pelas demais instituições, pois elas, assim como as municipalidades, foram importantes na consolidação dessa região fronteiriça e um dos meios para a obtenção de destaque na sociedade.

---

[36] "Instruções de Luis Pinto de Souza Coutinho para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres". Op. cit., p. 55.

[37] JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste*. A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Editora da UFGD, 2011, p. 40 a 42.

[38] BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. Tradução: Inês Silva; Lisboa: Edições 70.

***

Portanto, nosso objetivo era trazer para a discussão um panorama das forças militares existentes na capitania de Mato Grosso, com o intuito de apontar algumas possibilidades de pesquisas no campo da História Militar. Afirmações como a da militarização, o ônus da defesa por conta dos moradores, a existência de uma administração militar, dificuldades para o pagamentos dos soldos ou recrutamentos forçados precisam ser mais bem analisados.

Da mesma maneira, importante é compreender as tropas pagas ou não, seu perfil social, "suas cores" e as preferências mais por um grupo étnico do que por outro, como no caso dos Bororo; a distinção e a honra desejadas e defendidas pelos indivíduos das tropas; as sublevações; a inserção desses homens no comércio e na governança local; os seus modos de agir em uma região constituída por três ecossistemas (pantanal, cerrado e floresta), a fim de perceber se o ambiente influenciou nas ações e no uso de armamentos, assim como a dinâmica da fronteira, em que os intercâmbios, dos mais variados tipos, foram intensos.

O fato de ser área de mineração e de fronteira, cujo diamante teve extração proibida e o ouro foi utilizado também para a manutenção das tropas, sobrecarregando os cofres da Fazenda Real, distingue a capitania de Mato Grosso de outras localidades de mineração. Além disso, algumas das edificações militares não tinham o objetivo exclusivo de defender, mas serviram como entreposto comercial por onde passavam contrabandistas com suas mercadorias. Afinal, a capitania distante do litoral, Mato Grosso, tinha uma localização estratégica no contexto imperial português, pois estava situada na fronteira entre dois impérios.

AS GUERRAS DO SUL

OS GOVERNADORES DA FRONTEIRA MERIDIONAL: COLÔNIA DO SACRAMENTO E RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1680-1809)

Fábio Kühn[*]

Os administradores coloniais da América portuguesa passaram a ser estudados de forma mais sistemática pela historiografia anglo-saxônica a partir dos anos 1950 e 1960, dando origem aos clássicos trabalhos realizados sobre Salvador Correia de Sá e o governo do Marquês do Lavradio.[1] Nas décadas seguintes, alguns estudos localizados foram feitos sobre os governadores de São Paulo e Santa Catarina.[2] A historiografia contemporânea, sem fazer propriamente biografias do tipo tradicional, enveredou pelo caminho do estudo das trajetórias governativas de administradores coloniais ou pela análise prosopográfica, compondo biografias coletivas.[3] No entanto, acerca dos governadores da estremadura meridional da América lusa praticamente nada existe a respeito, não obstante as referências feitas aos governadores pela historiografia tradicional, além dos trabalhos mais atualizados sobre a Colônia do Sacramento prestem atenção às atividades comerciais dos governadores da praça platina.[4] No caso do Rio Grande

---

[*] Professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. A investigação que deu origem a esse texto teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul.

[1] BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1973 [1ª edição: 1952]; ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

[2] BELOTTO, Heloísa L. *Autoridade e confilito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979; PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC / FCC Edições; Rio Grande, Ed. da FURG, 1988.

[3] BOSCHI, Caio César. "Administração e administradores no Brasil Pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais". *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 13, 2002, p. 77-109; SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra – Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil – Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009; CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII". In: (org.) MONTEIRO, N.; CARDIM, P.; CUNHA, M. S. da. *Optima Pars – Elites Ibero-Americanas de Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252.

[4] Uma notável exceção pode ser encontrada no recente trabalho de SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme – Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: USP/FFLCH, tese de doutorado, 2008; PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002; POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento* – Um bastião português em terras do futuro Uruguai. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006.

de São Pedro, estudos recentes se orientam no mesmo sentido, mostrando os governadores e sua relação com as elites envolvidas no contrabando.[5]

Fazemos aqui uma abordagem sobre os governadores militares da Colônia do Sacramento e do Rio Grande de São Pedro durante o período que vai de 1680 até 1809, que se insere no esforço em tentar conhecer quem eram os agentes governativos atuantes no Império português. Estes governadores são os principais representantes do poder central nas remotas regiões pertencentes ao monarca lusitano. No entanto, embora viessem imbuídos com a determinação de impor as resoluções metropolitanas, muitas vezes tinham que negociar com as elites locais, representadas nas Câmaras e nas Ordenanças, assim como com os potentados locais, fonte de poder informal que não podia ser negligenciada. [6]

Um ponto em comum entre os governos desta parte da América portuguesa refere-se ao fato de que, sem exceção, todos os mandatários exerciam a carreira militar, condição *sine qua non* para disputar tal ocupação. Um atributo bastante valorizado, ao menos no caso dos governadores do Rio Grande, era a prévia experiência em expedições de reconhecimento ou demarcação territorial. Esse era o caso do coronel Inácio Elói Madureira, que participou da expedição ao sertão do Tibagi em 1757, poucos anos antes da nomeação como primeiro governador da capitania subalterna.[7] Da mesma forma, José Custódio de Sá e Faria, que fora nomeado sargento-mor Engenheiro da Expedição de Limites em 1751. Na atividade de demarcação do Tratado de Madri também participou o governador interino Antônio da Veiga de Andrade, nomeado Segundo Comissário e Astrônomo da 2ª Partida em 1759.[8] Outras vezes, a participação em expedições seria decorrente do próprio exercício do cargo, como foi o caso de Sebastião Xavier Cabral da Câmara, designado em 1781 como Comissário chefe da Demarcação de limites do Tratado de Santo Ildefonso.[9]

Frequentemente, assumir tais cargos no extremo sul da América lusa trazia riscos para a própria honra e reputação, como no caso de Inácio Elói Madureira, governador do Rio Grande que foi acusado como um dos responsáveis pela invasão espanhola da capitania em 1763. Também na Colônia do Sacramento

---

[5] GIL, Tiago. *Infiéis transgressores:* elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

[6] RUSSEL-WOOD, A. J. R. "Governantes e agentes". In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Poruguesa*. Vol. 3, Lisboa: Temas & Debates, 1998, p. 169-192.

[7] Madureira realizou uma viagem ao sertão do Tibagi, "detalhando os vários locais e as vicissitudes que poderiam ser ali encontradas". AHU-SP, cx. 5, doc. 300. No mesmo ano de 1757, Gomes Freire escrevia ao futuro Marquês de Pombal sobre os "merecimentos e bons serviços do governador de Santos", que seria nomeado alguns anos depois como o primeiro governador da capitania subalterna do Rio Grande. AHU-RJ, cx. 88, doc. 20290-20291.

[8] FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madri e o Brasil Meridional*. Lisboa, CNCDP, 2001, p. 140 e p. 242-246.

[9] BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Vol. I, p. 254.

exercer o cargo de governador não era isento de contratempos, principalmente na fase final da povoação, quando a praça foi duramente assediada pelos castelhanos. Dois governadores deste período terminaram seus dias de forma pouco abonadora, um deles na prisão do Limoeiro, em Lisboa, acusado de ter capitulado perante os castelhanos em 1762 (Vicente da Silva da Fonseca) e o outro degredado para Angola, também imputado pela perda definitiva da Colônia em 1777 (Francisco José da Rocha).

A exemplo dos Sá no Rio de Janeiro, certas famílias de origem nobre deram origem a "dinastias" de governadores sulinos. Veja-se, por exemplo, o caso do governador da Colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), figura controversa, tanto pela origem cristã-nova, quanto pela sua atuação polêmica no Brasil.[10] Não obstante esta trajetória atípica, a família deste fidalgo permaneceria tendo influência na hora das nomeações para os cargos da região fronteiriça. Não por acaso, dois sobrinhos de Veiga Cabral seriam nomeados – quase ao mesmo tempo – para os cargos nos governos de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro.[11] Quanto à situação conjugal dos governadores, parece não ter sido impeditivo o fato de alguns deles serem casados, muito embora as esposas quase nunca acompanhassem seus maridos nas remotas regiões que governavam.

Algumas diferenças ficam evidentes na comparação entre os governadores da praça comercial e militar da Colônia do Sacramento e os da comandância militar e capitania subalterna do Rio Grande. A começar pelo próprio número de administradores, pois embora a existência da praça platina tenha se prolongado por quase um século (1680-1777), a quantidade de governadores efetivos (no total de 10) foi inferior ao da comandância e capitania do Rio Grande (total de 14), considerando que no caso desta o período abrangido é menor, comportando pouco mais de sete décadas (1737-1809).[12] A duração média dos governos na Colônia do Sacramento foi de cerca de dez anos, o dobro do tempo da dos governadores do Rio Grande, apesar da distorção causada pela longuíssima extensão do período de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749). Outros governadores da Colônia também exerceram seus mandatos por largos períodos, a exemplo de Luiz Garcia de Bivar (1749-1760) e Pedro José de Figueiredo Sarmento (1764-1775). Parece, de fato, ter sido proposital essa manutenção dos governadores por longo tempo em seus postos, ainda mais se fossem habilidosos no trato com as elites locais. No Rio Grande de São Pedro, da mesma forma, temos governos extensos, como os de Sebastião Xavier Cabral da Câmara (1780-1801, com interregnos), Diogo Osório Cardoso (1741-1752) e José Marcelino de Figueiredo (1769-1771 e 1773-1780). Mas, devido aos interinos, a média da duração dos governos na capitania rio-

---

[10] SOUZA, Laura de Mello e. "Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral", in: *O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 253-283.

[11] Respectivamente, Francisco Antônio da Veiga Cabral (1777-1779) e Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1780-1801).

[12] Ver Anexo: Governadores da Colônia do Sacramento e do Rio Grande de São Pedro.

grandense é inferior, pois estes governadores temporários exerciam mandatos de curta duração.

Outras diferenças são perceptíveis quanto à origem social e importância do cargo. Os governadores da Colônia eram em sua maioria fidalgos, muito embora alguns pudessem ser descritos na condição de "fidalgo pobre" (caso de Francisco Naper de Lencastre) ou tivessem problemas com sua limpeza de sangue, como nos casos de Sebastião da Veiga Cabral e Luiz Garcia de Bivar, que tinham origens cristãs-novas. Já os governadores do Rio Grande tinham procedência muito mais modesta e alguns tinham mesmo origens mecânicas (como José da Silva Pais e José Marcelino de Figueiredo) ou pertenciam à "nobreza da terra", caso de Rafael Pinto Bandeira. Fidalgos efetivos seriam pouquíssimos, um deles o brigadeiro Sebastião Xavier Cabral da Câmara.[13]

Esta diferenciação estaria também representada nas patentes dos nomeados para os cargos, pois na Colônia do Sacramento os governadores exerciam, na maioria das vezes, suas funções ostentando as patentes de mestres de campo ou brigadeiros. No Continente do Rio Grande também era preciso ser militar, porém as patentes não eram tão elevadas, pois mais da metade dos comandantes ou governadores eram somente tenentes-coronéis ou coronéis. Em todo o Império português, a importância dos governos refletia-se na qualidade dos governantes e no caso dos governadores das franjas meridionais não seria diferente.[14] Ser governador da Colônia do Sacramento era mais prestigioso, portanto os indivíduos que ocupavam estes cargos precisavam ter um estatuto social superior. Outra evidência neste sentido nos é indicada pelo acesso aos hábitos das ordens militares, já que praticamente todos os governadores da Colônia eram cavaleiros da Ordem de Cristo, situação inversa àquela encontrada entre os governadores do Rio Grande de São Pedro.

Alguns destes governadores permaneceram nos seus postos até o final da vida, jamais retornando a Portugal. No caso da capitania do Rio Grande, a maioria dos representantes do poder central permaneceu radicada no ultramar, pois nos dez casos em que sabemos o local do óbito, oito deles morreram na América. Na Colônia do Sacramento, em geral os governadores retornavam ao Reino, apesar de pelo menos um deles ter falecido no posto que ocupava, como no caso de Luiz Garcia de Bivar. Mas alguns deles morreram na prisão, como Sebastião da Veiga Cabral e Vicente da Silva Fonseca ou condenados ao degredo, como no caso de Francisco José da Rocha. Outros morreram prisioneiros dos espanhóis estabelecidos em Buenos Aires, como Manuel Lobo ou simplesmente passaram para o lado de Sua Majestade Católica, caso de José Custódio de Sá e Faria.

---

[13] GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Edição de Carvalho de Basto, 1992 (3ª ed.), vol. III, p. 208-209 e vol. XII, p. 142-143.

[14] MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. & CUNHA, Mafalda Soares da. "Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII". In: *Optima Pars – Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, 2005, p. 206ss.

Governadores da Colônia do Sacramento (1680-1777)

Sacramento era a possessão mais meridional do Império lusitano, fundada em 1680 e situada estrategicamente em frente de Buenos Aires, às margens do rio da Prata, em terras do atual Uruguai. Era um empreendimento patrocinado, na prática, pelos grandes comerciantes fluminenses.[15] A primeira fundação da Colônia do Sacramento foi feita sob a liderança de Dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, que seria também o primeiro administrador da praça platina. Esse ato de ocupação territorial provocou uma reação imediata dos espanhóis estabelecidos em Buenos Aires. Eles acabariam expulsando os portugueses da região e aprisionando o próprio Manuel Lobo, que terminaria os seus dias em Buenos Aires. Na prática, os portugueses conseguiram se estabelecer na região por somente pouco mais de seis meses. Mas, já no ano seguinte, com o Tratado Provisional (07.05.1681), a Colônia do Sacramento voltava a ser lusitana.[16]

Porém, somente a partir de 1683, o novo governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira, enviou tropas, armamentos e novos povoadores para a Colônia, reabilitando a fortaleza. Iniciou-se, então, um período de pouco mais de duas décadas em que a povoação começou a ter certo desenvolvimento, com base no comércio de couro e na produção tritícola. Este período foi definido pela historiografia como o do "tráfico dos governadores", justamente pelo destaque que estes personagens tiveram em animar as atividades comerciais do enclave platino.[17] Assim sucederam-se na administração da praça, após a segunda fundação, três governadores, a principiar pelo Mestre de Campo Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689), acusado de beneficiar-se do contrabando com os castelhanos de Buenos Aires.[18] O seu sucessor, foi o também Mestre de Campo Francisco Naper de Lencastre (1689-1699), que teve que enfrentar uma conjuntura de maiores restrições aos contatos comerciais com Buenos Aires, mas durante o governo do brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705) os esforços no sentido do desenvolvimento do comércio ilícito ganharam renovadas proporções, somente sendo interrompida com a nova ocupação castelhana da Colônia, decorrência da conjuntura política da Guerra da Sucessão espanhola.[19] De fato, a

---

[15] SAMPAIO, Antônio C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 146-147.

[16] PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, F.P. Prado, 2002, p. 91-93; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937, p. 92 e 97.

[17] JUMAR, Fernando A. *Le commerce atlantique au Rio de la Plata (1680-1778)*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2000, p. 222; PRADO. Op. Cit., p. 92.

[18] POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento* – Um bastião português em terras do futuro Uruguai. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006, p. 342-345.

[19] ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 237-288.

morte de Carlos II levou a mudanças na política platina da Corte de Madri e os portugueses novamente foram expulsos da região do Prata. Porém, o território seria novamente recuperado, sendo que a Colônia atingiria seu ápice justamente durante o longo reinado de Dom João V (1706-1750), não obstante ter sido temporariamente abandonada e sofrido cerca de uma década de inatividade (1705-1715).[20]

Em função do segundo Tratado de Utrecht (1715), que previa a devolução da cidadela aos portugueses, foram retomados os planos de ocupação da Colônia do Sacramento. Começava assim uma fase de "colonização dirigida", marcada pela nomeação do Mestre de Campo Manuel Gomes Barbosa (1715-1722) como novo governador.[21] Em 1716, Dom João V concedia a Antônio Rodrigues Carneiro, a patente de sargento-mor da Colônia, como recompensa pelo seu oferecimento em partir como voluntário para repovoar o território. Desta forma, aconteceu o recrutamento de sessenta casais transmontanos que formaram a base da população desta nova fase.[22] Ademais, contra a administração do governador Barbosa pesavam duras acusações, entre elas as denúncias por parte de particulares sobre o monopólio do acesso à campanha e ao comércio com o Rio de Janeiro. Também era acusado de extorquir dinheiro pelas terras que deveria dar gratuitamente aos povoadores e de aproveitar-se das mulheres dos lavradores, fatos que podem ter aumentado as deserções de colonos enviados à região.[23]

Depois de sua terceira fundação, a Colônia entrou numa fase de esplendor econômico e social que correspondeu aproximadamente ao governo do brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749). Ainda no primeiro ano do seu longo mandato, Vasconcelos determinou a realização de um recenseamento completo da Colônia, que oferece uma boa a ideia do que era essa fortaleza portuguesa no rio da Prata. A população total somava então cerca de mil e quatrocentos habitantes, distribuídos em duzentos e trinta e cinco fogos e oitenta e dois casais de povoadores trazidos pela Coroa.[24]

---

[20] A base de dados *Optima Pars* inclui Francisco Ribeiro de Miranda como governador da Colônia. Apesar de nomeado em 1705, ele não chegou a tomar posse, devido à perda da praça. Cf. ALMEIDA, Luís Ferrand de. Op. cit., p. 306.

[21] Em 1715, através de carta de lei, D. João V ordenava que o governador da praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa, tomasse posse e governasse a Nova Colônia do Sacramento. Ver AHU – Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 35. No entanto, somente em 22 de outubro de 1716 o novo governador chegaria naquela praça, retomando a posse do território. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino (13.08.1717) in: *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, vol. XCVII, 1952, p. 58-59. Ver também MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Op. cit., p.167-179.

[22] POSSAMAI. Op. cit., p. 258 e 264; para um detalhado estudo genealógico destas famílias, ver RHEINGANTZ, Carlos. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Vol. II, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, p. 11-524.

[23] PRADO. Op. cit., p. 175; POSSAMAI. Op. cit., p. 255 e 263.

[24] AHU – Colônia do Sacramento, doc. 86. "Mapa Geral de tudo o que há na praça" (24.10.1722).

O governador Antônio Pedro de Vasconcelos vinha com a missão de modificar a relação da autoridade régia com as elites locais, visando promover o crescimento do comércio e da povoação na Colônia. De fato, Vasconcelos encabeçaria uma poderosa rede de poder e negócios: entre os membros desta facção constavam alguns indivíduos de destaque na praça: o sargento-mor de infantaria Manuel Botelho de Lacerda, homem de negócio e juiz da Alfândega; o comerciante inglês João Burrish, que era casado com uma filha de Botelho de Lacerda, e ainda os almoxarifes da Fazenda Real José da Costa Pereira e Manuel Pereira do Lago, ambos capitães de ordenanças e negociantes. Progressivamente, o governador enraizou interesses e alianças com os poderosos locais, ao ponto que no final da sua administração eram quase imperceptíveis as diferenças entre os interesse da autoridade externa e das elites locais.[25]

Em 1726, diante da ameaça que a Colônia portuguesa passou a representar, os espanhóis fundaram a sua primeira povoação na Banda Oriental. Com a fundação de Montevidéu, foi criada uma base estável para tentar evitar a expansão lusitana por todo o território que era nominalmente castelhano. Desta forma, a política espanhola em relação à Colônia só se tornou mais repressiva com o passar dos anos. Entre 1735 e 1737, ocorreu um eficaz cerco espanhol à Colônia.[26] Esse longo cerco trouxe a fome aos seus 2600 habitantes e levou muitos a abandonarem a cidadela sitiada. Alguns destes "colonistas" se tornaram os primeiros povoadores do presídio do Rio Grande, fundada em 1737 pela expedição de Silva Pais, que justamente procurava criar um ponto de apoio para tentar salvar a Colônia. A Colônia do Sacramento permaneceu portuguesa, mas, a partir de 1737, os espanhóis iniciaram o "Campo de Bloqueio", o que significou o fim do entorno agrícola do vilarejo, que abrangia uma grande extensão. Aliás, a constatação da importância das atividades agrícolas fez com que a historiografia recente passasse a ver a Colônia como algo mais do que um simples "ninho de contrabandistas". O comércio, sem dúvida, era a razão de ser da Colônia, mas também havia uma produção agrícola que não pode mais ser negligenciada.[27]

Com a saída de Vasconcelos em 1749, após vinte e sete anos de governo, assumiria o poder o brigadeiro Luís Garcia de Bivar.[28] Novamente, facções da elite local fariam alianças com o representante do poder régio. Neste caso, a rede envolvia o novo governador, o irmão de Manuel Botelho de Lacerda e o próprio

---

[25] PRADO. Op. cit., p. 175-178.

[26] Para um relato dos fatos, ver: SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* (1737). Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 78ss.

[27] A visão da Colônia do Sacramento como um "ninho de contrabandistas" já aparece na obra de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*. Para a crítica a essa perspectiva tradicional, ver PRADO. Op. cit., p. 25 e p. 109-119.

[28] Para o seu governo, ver: MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Op. cit., p.167-179; AZAROLA GIL, Luis Enrique. *La Epopeya de Manuel Lobo, seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1828*. Madri: Compañia Ibero-Americana de Publicaciones, 1931, p. 123-126; RIVEROS TULA, Anibal. *Historia de la Colonia del Sacramento*. Montevidéu: Separata da Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay, vol. XXII, 1959, p. 181-183.

governador de Buenos Aires, José de Andonaegui.[29] Os excluídos da rede do governador, que compunham "um bando de mercadores" liderados por Domingos Fernandes de Oliveira, não ficariam de mãos atadas, pois publicariam em 1754 uns "capítulos escandalosos e infamatórios" acusando Bivar de toda sorte de irregularidades. Na sua defesa, diria o governador que "culparam-me de ambicioso e de fraudador da Fazenda de S.M.", mas "todo este povo sabe que não faço negócio algum, e que os meus criados estão pobres".[30] Seja como for, Bivar parece mesmo ter se radicado na Colônia do Sacramento, pois foi um dos poucos governadores que morreu na praça: o seu registro de óbito indica que foi "amortalhado no hábito da Ordem de Cristo, de que era cavaleiro professo; e no hábito de São Francisco, de que era Terceiro".[31]

Com o Tratado de Limites de 1750 e a nova política implementada por Sebastião José de Carvalho e Melo, as realidades da Colônia do Sacramento e do estuário platino sofreriam profundas mudanças. Diante da desconfiança do Marquês de Pombal em relação às possibilidades de execução do tratado, a cidadela platina passou a sofrer os prejuízos das opções decididas em Lisboa. Apesar das tentativas de demarcação territorial, ela não foi efetivada e mais uma vez as Coroas ibéricas entraram em conflito, agora em decorrência das desavenças resultantes da Guerra dos Sete Anos. Os governadores desta última fase da Colônia não por acaso passaram maus bocados, como no caso do governador Vicente da Silva Fonseca (1760-1762), que capitulou diante das forças do governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, uma perda que lhe custou a morte na prisão em Portugal.[32]

Com a assinatura do Tratado de Paris, em 1763, a Colônia do Sacramento seria retomada pelos lusitanos no final deste mesmo ano. Para a tarefa foi nomeado o coronel Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento (1763-1775). Ele enfrentou uma difícil conjuntura, marcada pelo acirramento do cerco espanhol e pelas dificuldades de abastecimento de víveres.[33] Seu governo, assim como o de seus antecessores, foi marcado pelas alianças feitas com setores da elite local, em especial com o "bando dos Azevedo", o que levou a denúncias sobre a existência de um "consórcio de descaminhos" no seu governo. Além da própria figura do governador, as acusações atingiram diversos membros da administração fazendária local (almoxarifes, escrivães e o juiz da Alfândega), bem como o próprio sargento

[29] PRADO. Op. cit., p. 182 e 184.
[30] AHU-Colônia do Sacramento. Cx. 5, doc. 480: Ofício do governador Luís Garcia Bivar ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real, c. 1754.
[31] ACMRJ. Livro 3º de óbitos da Colônia de Sacramento, 1752-1777. Registro de 16.02.1760.
[32] MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Op. cit., p. 376-420. Para uma descrição detalhada da capitulação da praça, ver: SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento*, p. 165-192.
[33] ALDEN. Op. cit., p. 117-119; DUARTE, Mandio P. G. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmento na praça da Nova Colônia do Sacramento (1763-1775)*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2010.

mor da praça, José Custódio de Almeida Beça. Um dos almoxarifes era João de Azevedo Souza, responsável pela Fazenda Real na época da capitulação de 1762, que teria subtraído de "imenso cabedal a Fazenda Real de Vossa Majestade, com o qual se fez o homem mais opulento dela".[34] Apesar das acusações, nada mudaria na Colônia, pois Sarmento continuaria incólume no poder, apesar da nomeação do brigadeiro Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa como seu substituto, que foi efetivamente nomeado para o cargo em 1767, mas não pode assumir seu posto devido a problemas de saúde.[35] Ele terminaria seu governo envolvido em novas denúncias, como suspeito na fé, feitas pelo comissário do Santo Ofício local em 1773. O governador foi duramente criticado, pois "há dois anos não ouve missa, nem tem cumprido com o preceito da quaresma, com notável publicidade, e geral escândalo. (...) Faltava com a devida veneração e reverência ao Santíssimo Sacramento, pois estando exposto, costumava assistir todo o tempo que ali estava, assentado com uma perna sobre a outra".[36]

O último governador português da Colônia do Sacramento foi o coronel Francisco José da Rocha, homem de confiança do Vice-rei Marquês do Lavradio. Ele sofreu com o ataque espanhol de 1777 que resultaria na perda definitiva da praça e acabaria degredado em Angola.[37] Administrou a Colônia em um período de enormes dificuldades, o que lhe levou a ponderar sobre a viabilidade da manutenção dessa possessão. Preocupado com situação periclitante, escreveu ao Vice-rei afirmando que "a Colônia Senhor não é praça, é verdadeiramente um presídio e ruína dos seus habitantes". Naquela altura, a praça estava cercada por mar e terra pelos espanhóis, que estavam acampados a uma pequena distância, no Real de São Carlos. A guarnição portuguesa era tida por insuficiente e as muralhas consideradas demasiadamente frágeis no caso de um novo cerco espanhol.[38] Apesar das prevenções tomadas por Rocha, a Colônia seria conquistada por nova expedição de Cevallos, agora nomeado Vice-rei do rio da Prata.[39]

Comandantes militares e governadores do Rio Grande de São Pedro (1737-1809).

O presídio do Rio Grande foi fundado por José da Silva Pais em 1737, mas durante os primeiros vinte e três anos foi uma mera comandância militar, totalmente dependente do governo do Rio de Janeiro. A efetiva ocupação da região

[34] AHU_CS, cx. 7, doc. 589. 06/01/1767.
[35] AHU-CS, cx. 7, doc. 582. Decreto do rei D. José nomeando Francisco António Cardoso de Meneses como governador da Nova Colónia do Sacramento. 21.07.1766.
[36] ANTT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, nº 129, fl. 160.
[37] LAMEGO, Alberto. "O último governador da Colônia do Sacramento: Francisco José da Rocha". In: *Revista de Philologia e de história*, II, Rio de Janeiro, 1933, p. 212-225.
[38] Citado em ALDEN. Op. cit., p. 158-159.
[39] BARBA, Enrique. *Don Pedro de Cevallos*. Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988, 3ª ed. p. 271-288.

do canal do Rio Grande se deu na conjuntura de guerra entre portugueses e espanhóis (1735-1737), que na região do rio da Prata, se concentrava na Colônia de Sacramento. Uma expedição enviada pela Coroa, destinada originalmente a desembarcar na região de Montevidéu, acabou ocupando as duas margens da barra do Rio Grande no início de 1737, sob o comando do brigadeiro José da Silva Pais, que seria o primeiro comandante do novo território lusitano.[40] Por ser uma região em disputa, Portugal utilizou uma forma híbrida de colonização em Rio Grande: ao mesmo tempo em que era uma fortaleza militar, era também uma colônia de povoamento. Após alguns meses no comando, Silva Pais entregou o presídio ao Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, cujo governo foi marcado pela tentativa de consolidação do domínio lusitano na região. Ele chegou ao Rio Grande de São Pedro em 1737, com a patente de coronel, acompanhando a expedição de José da Silva Pais. Após ter deixado o governo, no final de 1740, chegou a ser comandante da guarnição militar do Rio de Janeiro.[41] Nos legou uma "Memória" (1740), onde deixou importantes instruções para o seu sucessor acerca do modo de governar o Rio Grande de São Pedro.[42]

O novo comandante seria o coronel Diogo Osório Cardoso (1741-1752), cujo governo foi bastante atribulado. O episódio mais conhecido da sua administração refere-se a uma revolta do Regimento dos Dragões, ocorrida em 1742, em um momento de grande dificuldade para a manutenção do presídio do Rio Grande. Na essência, o movimento não visava "usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de Sua Majestade", mas por fim às arbitrariedades a que eram submetidos os soldados, sob a administração de Diogo Osório Cardoso.[43]

Somente em fins de 1751, a povoação do Rio Grande seria elevada à categoria de Vila, com a instalação de uma Câmara, foco de poder local que poderia se contrapôr aos comandantes militares. Desde a criação da vila de Laguna em 1714, todo o território meridional estava sujeito às "justiças" emanadas de Santa Catarina. Teoricamente, os moradores de Rio Grande também deviam estar submetidos à jurisdição da Câmara de Laguna. Todavia, os conflitos entre os governadores militares do Rio Grande – como Diogo Osório Cardoso - e os oficiais lagunenses foram bastante comuns, o que nos sugere que a criação de uma Câmara em Rio Grande tenha sido uma decorrência destes conflitos jurisdicionais.

---

[40] Para um estudo sobre seus governos no Rio Grande e Santa Catarina, ver: PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC / FCC Edições; Rio Grande: Ed. da FURG, 1988.

[41] BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Volume I, p. 380-381; BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 260-261 e 327.

[42] AHU-RJ (Castro Almeida), nº 16839. "Memória dos serviços prestados pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho no Governo do Rio Grande de São Pedro", dirigida a Gomes Freire de Andrade.

[43] QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987, p. 72-73.

Alguns meses depois da instalação da vila, Osório era substituído na comandância pelo tenente-coronel Pascoal de Azevedo (1752-1760).[44] Inaugurava-se nova conjuntura, marcada pela vinda de Gomes Freire ao Sul e ao início das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. Se na primeira metade do século XVIII o território sulino foi incorporado de maneira inequívoca ao Império português, na segunda metade ocorreria a consolidação desta ocupação, marcada pela elevação da importância da capitania do Rio Grande de São Pedro e pelo abandono temporário das pretensões platinas.

O coronel Inácio Elói Madureira foi o primeiro governador da nova capitania subalterna, ainda subordinada ao governo fluminense, em virtude da criação do governo do Rio Grande de São Pedro em 1760, desligado do de Santa Catarina. A criação deste governo separado teria acontecido em função da necessidade de mais flexibilidade para a administração local, diante da possibilidade de recrudescimento das hostilidades na fronteira.[45] Para o cargo foi nomeado o coronel Madureira, que fora governador da praça de Santos e era homem tido como muito capaz pelo Conde de Bobadela. Porém, as expectativas de Gomes Freire mão se confirmaram e ele acabaria acusado de desobediência, chegando a ter os bens sequestrados pela Coroa devido à perda da praça do Rio Grande.[46] Assim como seus colegas da Colônia do Sacramento que caíram em desgraça junto ao governo metropolitano, o primeiro governador da capitania subalterna foi responsabilizado, juntamente com outros oficiais militares do Rio Grande, pela perda da vila para as forças espanholas lideradas por Cevallos em abril de 1763.[47] Madureira não sobreviveria muito após a trágica derrocada, pois acabaria falecendo na ilha de Santa Catarina no início do ano seguinte, deixando o Continente em estado de convulsão. Como interino, assumiria o governo da capitania o tenente coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante da fronteira do Rio Pardo.[48]

Com efeito, a tomada da vila do Rio Grande pelos espanhóis provocou uma grande alteração, pois além das autoridades portuguesas (governador, provedor e oficiais camarários), a maior parte da população da praça fugiu em direção ao arraial de Viamão, em um movimento de êxodo que teve enormes impactos para a própria governabilidade da capitania. Cabe lembrar que Rio Grande, além de ser uma praça forte, era o único porto marítimo da capitania, o que impôs uma dificuldade logística adicional para a defesa do disputado território. Todo o

---

[44] MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre, CORAG, 2000, p. 55; *Documentos Históricos*, vol. 94, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 130-131.

[45] CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, 1970, p. 165.

[46] AHU-RS Cx.2, doc. 78. Decreto de nomeação, 19.08.1760; AHU-RJ, nº 5835, Ofício de Bobadela ao Conde de Oeiras, 21.02.1761; AHU-RJ, nº 7594, Auto de sequestro, 23.03.1764.

[47] *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas (1764)*. Rio Grande, Bibliotheca Rio-grandense, 1937.

[48] CESAR. Op. cit., p. 172.

abastecimento e desembarque de tropas teria que ser feito na ilha de Santa Catarina ou na vila de Laguna, com o restante do trajeto até o Continente sendo feito via terrestre, por largas distâncias.

Durante a década em que o arraial de Viamão foi sede do poder político e administrativo do Continente, o cargo de governador foi exercido por três diferentes militares. O primeiro deles foi o tenente-coronel José Custódio Sá e Faria (1764-1769), que era engenheiro, além de ser um cartógrafo renomado, que conhecia a região desde a década de 1750, quando fora um dos demarcadores portugueses.[49] Observadores contemporâneos apontavam supostas irregularidades cometidas pelo governador, sendo que nesse ponto, a acusação parece ter alguma procedência.[50] Governando em um período de crise no Continente, duramente atingido pela situação bélica, José Custódio não pôde executar as determinações do seu Regimento, que lhe ordenavam que agisse particularmente em quatro áreas: o estabelecimento dos açorianos, o controle sobre os índios, o fomento da agricultura e estabelecimento de uma povoação estratégica. Desses objetivos, cumpriu na íntegra apenas o último, com a criação da freguesia de Taquari, onde instalou alguns casais açorianos. Mas não pôde instalar todos os ilhéus, por temer entrar em confronto com a elite local, especialmente os grandes proprietários de terras, que na sua maioria também eram militares.[51] Terminado seu mandato, continuou prestando serviços à Coroa portuguesa como cartógrafo, mas em um episódio rumoroso desertou em 1777, bandeando-se para o lado dos espanhóis.[52]

O coronel José Marcelino de Figueiredo sucedeu a José Custódio, governando o Continente por cerca de uma década.[53] Nesse período, computamos o interregno que corresponde ao governo interino de Veiga de Andrade (entre outubro de 1771 e junho de 1773), quando José Marcelino foi chamado ao Rio de Janeiro para dar explicações ao vice-rei.[54] Durante a primeira fase (1769-1771) do governo de José Marcelino, os desentendimentos grassaram entre o novo vice-rei e

---

[49] BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. I, p. 486-491.

[50] ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, Notação 16.78 a 16.79: Carta de Francisco José da Rocha para o Vice-rei Marquês do Lavradio. Viamão, 27.01.1772.

[51] OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Porto Alegre: PPG História/ UFRGS, 1990, p. 105-111.

[52] FURLONG, Guillermo, S. J. "José Custodio de Sá y Faria, ingeniero, arquitecto y cartografo colonial 1710–1792". In: *Anales del Instituto de Arte Americano y Investigaciones Esteticas*, Buenos Aires, 1948, tomo I, p. 9-48.

[53] Entre os trabalhos que foram dedicados a este governador pela historiografia tradicional, destacamos ABREU, Florêncio de. "Governo de José Marcelino de Figueiredo no governo de São Pedro – 1769 a 1780". In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-riograndense*. Porto Alegre, 1937, Vol. III, p. 177-207; MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre – História e vida da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1973, p. 47-56; VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo/Editora da UFRGS, 1975, p. 147-198.

[54] José Marcelino de Figueiredo era natural de Bragança, sendo seu verdadeiro nome Manuel Jorge de Sepúlveda. A troca se deveu ao fato de que o dito Sepúlveda assassinara um oficial britânico, vindo foragido para o Brasil em 1765. A este respeito, ver: ALDEN, Dauril. Op. cit., p. 449-452.

o governador, já que este último supostamente descumpria as determinações do Marquês do Lavradio.[55] Por não ter um perfil contemporizador, atraiu para si a animosidade por parte das elites locais, o que talvez tenha influenciado na opinião desfavorável que o próprio Lavradio tinha a seu respeito. José Marcelino acabou mesmo afastado do governo da capitania por cerca de um ano e meio. Com o afastamento de José Marcelino, assumiu o governador interino Antônio da Veiga de Andrade, que a exemplo de José Custódio também foi acusado de uma série de irregularidades.[56] Em julho de 1773 iniciava-se a segunda etapa do governo de José Marcelino no Continente do Rio Grande. Logo nos primeiros meses, ele havia de se enfrentar com um enorme desafio, representado pela nova tentativa de invasão do Rio Grande pelos castelhanos comandados pelo general Vértiz. Garantiu a defesa da fronteira do Rio Pardo, cuja ação lhe valeu bastante prestígio junto à Coroa, pois recebeu promoção por carta régia de 14 de junho de 1774 a patente de Brigadeiro de Cavalaria.[57]

Passada a guerra, com a reconquista da vila do Rio Grande em 1776, a gestão de José Marcelino manteve-se envolvida em polêmicas. Desde o início da década de 1770 existia uma desconfiança de José Marcelino em relação a alguns dos potentados locais. O governador tinha uma posição dúbia em relação à Rafael Pinto Bandeira: "O Major Rafael Pinto Bandeira creio continuará a fazer muitos distintos serviços, pois é brioso e valoroso, *circunstâncias estas que podem contrapesar algum defeito de criação*". No ano seguinte, José Marcelino precisava sua opinião: "O Major Rafael e muitos outros são finos contrabandistas e arriantes, *mas ele tem mais que os outros o desembaraço*".[58] No entanto, a conjuntura de guerra impedia – conforme julgava o governador – que se prescindisse dos préstimos militares de Rafael Pinto Bandeira. Assim que foi pacificada a capitania, José Marcelino reabriu as investigações acerca de Rafael Pinto Bandeira, determinando sua prisão em 1779. Diante da inconcludência das provas, o caso foi remetido ao Rio de Janeiro, onde resultou em um Conselho de Guerra, que acabaria, senão inocentando completamente, pelo menos aliviando o Coronel Pinto Bandeira das acusações que lhe eram imputadas. Em 08 de janeiro de 1780 um ofício da Corte mandou restituir Rafael Pinto Bandeira ao seu posto, determinando a saída do brigadeiro José Marcelino do governo do Continente do Rio Grande.

O seu sucessor foi o brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, que governou por mais de duas décadas (1780-1801), apesar dos longos períodos de interinidade. O novo governador inicialmente manteve-se em Porto Alegre ou no porto de Rio Grande, procurando tomar pé da situação do Continente depois de mais de mais de dez anos de guerra. Deste período são os primeiros

---

[55] ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, Microfilme 024-97, Notação 16.78 a 16.79 Viamão, 27.01.1772.
[56] ALDEN. Op. cit., p. 125-132.
[57] BARRETO. Op. cit., p. 519-520.
[58] BNL. Cód. 10854, cartas de 18.10.1774 e 09.05.1775. O processo movido contra Rafael foi publicado na *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 23, 1930.

mapas populacionais gerais da capitania, o que mostra a preocupação governativa em conhecer as "forças do país". Também é significativo que nesta altura tenham sido retomadas as visitas diocesanas, onde eram realizadas as "devassas eclesiásticas" que objetivavam enquadrar os habitantes nos princípios do catolicismo tridentino.[59]

No entanto, em função da nomeação em 1781 de Cabral da Câmara como Comissário chefe da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, ele se manteve afastado das funções administrativas diretas, por se achar a maior parte do tempo nas atividades demarcatórias, o que levou aos governos interinos de Rafael Pinto Bandeira (1784-1786 e 1790-1793) e Joaquim José Ribeiro da Costa (1786-1790). Quanto ao primeiro governador interino, seu perfil já foi delineado, ele que foi o único representante da elite local a chegar ao cimo da hierarquia. A rede de contrabando e poder de Rafael Pinto tem sido analisada como exemplo de estruturação de um "bando" bem articulado, que seria dominante na política da capitania durante o último quartel do século XVIII.[60] Ribeiro da Costa, por seu turno, havia acompanhado o general João Henrique de Böhm no tempo da guerra contra os espanhóis e, segundo o vice-rei Vasconcelos, era "um oficial muito zeloso do serviço, desinteressado, e pronto na execução das ordens que se lhe encarregam". A primeira tarefa que lhe foi ordenada pelo vice-rei seria "com todo o disfarce e segredo possível adquirir as notícias mais exatas sobre os referidos contrabandos, e os principais cabeças que os tem promovido e continuado com tão estranha e desordenada laxidão".[61]

Em 1801, no final do governo de Cabral da Câmara, um pouco antes do seu falecimento, aconteceria a tomada dos Sete Povos das Missões, através da ação de um grupo de aventureiros e desertores do Exército, associados aos líderes autóctones (os caciques guarani) e acobertados pelo comandante militar da fortaleza de Rio Pardo. Tal feito, além de incorporar à capitania alguns milhares de súditos indígenas, praticamente dobrava a extensão do território da capitania. A dimensão da "conquista das Missões orientais" confere ao acontecimento um relevo que a historiografia recente não tem compreendido à altura, muito impactada pelas transformações que aconteceriam após 1808.[62]

---

[59] ANRJ. Cód 104, vol. 2, nº 134: "Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias, e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e idades em que se acham em 7 de outubro de 1780". Nesse ano a população total chegava a 17.923 habitantes. "Para o auxílio do governador aos visitadores eclesiásticos, ver: AHRS, cód. A.1.06, f. 86v. (02.02.1781).

[60] GIL, Tiago L. *Infiéis transgressores:* Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 127-167.

[61] SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a Governador:* Relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 1999, p. 134.

[62] As exceções podem ser encontradas na obra de CAMARGO, Fernando da Silva. *O Malón de 1801:* a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional. Passo Fundo: Clio, 2002 e GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio:* políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

Com a morte do longevo governador, assumiria interinamente o cargo o brigadeiro Francisco João Roscio, militar de larga experiência e conhecimento da capitania.[63] Ele ficaria por mais de um ano no cargo, enquanto aguardava a chegada do novo governador, o chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama, o último subalterno ao Rio de Janeiro. O governo de Gama (1803-1809) foi marcado pela dinamização econômica e pela tentativa de reorganização administrativa do Continente. Com efeito, uma das principais preocupações deste administrador seria a aplicação da justiça na capitania, que ainda então sofria neste aspecto devido à precariedade da estrutura institucional. Ainda em 1803, solicitava ao Príncipe Regente que fossem criadas quatro novas vilas no Rio Grande de São Pedro, demanda que seria atendida nos anos vindouros.[64] No plano econômico, sua principal realização seria a implementação de uma Alfândega em Porto Alegre, para melhor poder arrecadar as imposições fiscais naquela conjuntura de crescimento econômico.[65]

Paulo Gama seria o último governador subordinado ao Rio de Janeiro, pois em 1807 a Coroa desanexaria a capitania sulina do controle fluminense, muito embora o primeiro capitão-general somente assumisse seu posto com a vinda da Corte para o Brasil. O primeiro capitão-general seria Diogo de Sousa Coutinho, o 1º Conde de Rio Pardo, homem de larga trajetória nos domínios ultramarinos. O Continente do Rio Grande deixava de ser uma periferia ainda relativamente pouco importante, assumindo uma nova centralidade nos desígnios do Império luso-brasileiro, agora voltado novamente ao expansionismo na região do Prata. Apesar da perda da Colônia do Sacramento em 1777, os interesses econômicos portugueses na região platina mantiveram-se sempre presentes, seja em Buenos Aires ou na própria Banda Oriental. Com a instalação da Corte no Brasil, a atração pelo rio da Prata ganharia novo vigor e o Rio Grande passava a ser visto como a ponta de lança que garantiria os interesses bragantinos na América.[66]

---

[63] Roscio escreveu em 1781 o *Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro*, publicado na RIHGRGS, nº 87, 1942, p. 29-56. Antes de assumir interinamente o governo da capitania, fora também governador de Moçambique (1797-1801).

[64] Nos anos de 1810 e 1811 foram instaladas quatro vilas na capitania: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio e Rio Pardo. Ver CESAR. Op. cit., p. 238.

[65] Ver: MIRANDA, Márcia E. & MARTINS, Liana B. (coord.) *Capitania de São Pedro do Rio Grande – Correspondência do governador Paulo José da Silva Gama*. Porto Alegre: CORAG, 2008. Para uma descrição da situação geral do Rio Grande às vésperas da chegada da Corte, ver: MAGALHÃES, Manuel Antônio de. *Almanack da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul*. In: RIHGRGS, nº 143, 2008, p. 119-139.

[66] MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem do Império* – Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831). São Paulo: Hucitec, 2009, p. 110-165.

ANEXO:

Governadores da Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809)

Colônia do Sacramento (1680-1777)

- Brigadeiro Manuel Lobo (1680)
- Mestre de Campo Cristóvão de Ornelas Abreu (1683-1689)
- Mestre de Campo Francisco Naper de Lencastre (1689-1699)
- Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705)
- Mestre de Campo Manuel Gomes Barbosa (1715-1722)
- Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749)
- Brigadeiro Luiz Garcia de Bivar (1749-1760)
- Brigadeiro Vicente da Silva da Fonseca (1760-1762)
- Tenente-coronel Pedro José de Figueiredo Sarmento (1763-1775)
- Coronel Francisco José da Rocha (1775-1777)

Rio Grande de São Pedro (1737-1809)[67]

- Brigadeiro José da Silva Paes (1737)
- Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho (1737-1740)
- Coronel Diogo Osório Cardoso (1741-1752)
- Tenente-coronel Pascoal de Azevedo (1752-1760)
- Coronel Inácio Elói Madureira (1760-1763)
- Tenente-coronel Francisco Barreto Pereira Pinto (1763-1764)
- Tenente-coronel José Custódio de Sá e Faria (1764-1769)
- Coronel José Marcelino de Figueiredo (1769-1771) e (1773-1780)
- Tenente-coronel Antônio da Veiga de Andrade (1771-1773)
- Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral (1780-1801)
- Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira (1784-1786) e (1790-1793)
- Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa (1786-1790)
- Brigadeiro Francisco João Roscio (1801-1803)
- Chefe de Esquadra Paulo José da Silva Gama (1803-1809)

[67] Os quatro primeiros são comandantes militares, enquanto que os demais são governadores da capitania subalterna.

NEM TUDO É DESTRUIÇÃO:
AS GUERRAS, AS FAMÍLIAS E FORMAÇÃO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS NO EXTREMO-SUL DO ESTADO DO BRASIL (SÉC. XVIII)

Martha Daisson Hameister[*]
Tiago Luís Gil[**]

Sobre as mães e as guerras[1]
Se dependesse das mães, não haveria guerras!
Mas as filhas preferem os soldados...

A epígrafe que escolhemos para esse pequeno texto seria mais adequada ao nosso propósito se, não desprezando a ojeriza das mães às guerras que sempre lhes roubam o sossego e com muita frequência, os maridos e os filhos, dissesse que as **famílias** preferem os soldados. Os pesadelos das mães em Quintana se consubstanciam em muitos trechos da *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, de Simão Pereira de Sá.[2] A visão das mortes e dos feridos, das perdas e destruições faz-se com os olhos da mente de seu leitor. Na crônica, sobre as tensões e batalhas entre castelhanos e lusos na Colônia do Sacramento, nas margens do Rio da Prata, Pereira de Sá não usa meias palavras para dizer das mortes e dos ferimentos dos lusos e luso-brasileiros nas bordas do Prata. Tece, por vezes, rebuscadas e panegíricas frases ao referir-se aos lastimados em batalha e ao seu heroísmo:

> Não duvidarão remeter a lista e com ella semivivo em hum carro ao valerozo Alferes Manoel Botelho p.a q. se curasse da gravid.e da ferida honradam.e recebida no sanguinolento choque. Ainda com espirito belicozo durou trez dias, escrevendo nelles a realid.e do successo por lhe faltarem vozes p.a a narração da história: porq. levandolhe o golpe da balla o queixo infeiror, e a lingua não pode expressar o gosto de morrer pelo Rey, acabar pela Patria.[3]

Privilégio apenas dos que fazem a leitura da *História Topográfica e Bélica* séculos após, mas não dos que vivenciaram ou narraram os ocorridos, é juntar ao terror e ao espanto uma ou outra cena que é passível de uma versão em comédia:

---

[*] Martha Daisson Hameister é licenciada em História pela UFRGS, mestre e doutora em História Social pela UFRJ e atualmente professora do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
[**] Tiago Luís Gil é bacharel e licenciado em História pela UFRGS, mestre e doutor em História Social pela UFRJ e atualmente é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.
[1] QUINTANA, Mario. *Do Caderno H*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1973.
[2] SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993 [1737 e 1763].
[3] SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit., p. 129.

> Voltavão corridos a tempo, q. rebentando a mina levou pelos ares a todos (...). Subiu a tanta altura o impulso da polvora q. levantou um Indio de desmarcada estatura m.tos covados do chão, e o lançou vivo dentro da Praça sobre a barraca de Alferes Antonio Romão, o qual convalecendo de huma enfermidade grave adoeceu segunda vez de diferente queixa.[4]

Para os mais sensíveis que ante a brutalidade do descrito acima sequer esboçaram um sorriso, dá-se a informação: o desfecho do voo do "índio de desmarcada estatura" não se encerrou com a aterrissagem no solo da Fortaleza. Sobreviveu ao fabuloso arremesso e serviu como informante para os portugueses que eram alvo dos ataques na Praça da Colônia do Sacramento.[5]

Mas não é dos horrores da guerra que trataremos aqui. Nosso intuito não é dizer dos evidentes efeitos deletérios de quando a paz é rompida e que rouba o sono das mães. Buscamos, isso sim, trazer outros efeitos nem sempre tão visíveis ou previsíveis e que concorrem para o estabelecimento de um dos pilares da sociedade dita de Antigo Regime que se construiu nesse extremo-sul do Estado do Brasil. Pode-se considerar os eventos que vão desde a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e esforços feitos em sua defesa até o ano de 1762 marcam o avanço das tropas castelhanas sobre os territórios ocupados pelos lusos. É o período em que essa sociedade sulina se fundou e se consolidou. Ou seja, a estruturação desse extremo-sul deu-se em meio às guerras. Entretanto famílias que sofreram a guerra também souberam fazer uso dela, a despeito dos períodos de privações e perdas. As filhas das boas famílias, como está indicado na escrita do poeta, casavam-se amiúde com soldados que, como os alferes Manoel Botelho e Antônio Romão, expunham-se aos perigos em defesa de El Rey e sobreviviam a eles. Nas tradicionais famílias sul-riograndenses, naquelas famílias seculares que descendem dos primeiros povoadores, raras são as genealogias nas quais não constam um ou mais de um insigne e afamado soldado ou defensor dos territórios.[6] Para as famílias que não possuem tais ancestrais consagrados, a associação de seus antepassados a uma batalha ou a algum soldado eminente, mesmo em tempos de paz, pode ser feito através dos os relatos orais, sejam eles verdadeiros ou não. Dito de outro modo, por mais paradoxal que possa parecer, em meio à destruição, algumas das famílias luso-brasileiras souberam construir-se, erguer-se, manter-se, aumentar-se em status social, bens, privilégios, negócios e prestígio. A reiteração desses aumentos se faz lembrar até o presente nas memórias recontadas. É sobre os efeitos sociais não deletérios para a sociedade que trata o presente texto.

---

[4] Idem, 38.

[5] Idem.

[6] Ver, p. ex. as genealogias in: RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". In: Instituto Histórico e Geográfico brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

1. Mercês, guerras, conquistas e comércio: o aprendizado do Oriente

A conquista do extremo-sul da América, quer a procedida pelos lusos ou pelos espanhóis, não surgiu do nada. Ela foi decorrência de um conjunto de fatores peculiares que tem sua origem na expansão dos países ibéricos, principalmente na expansão lusa, ainda no século XV, cujas causas já receberam inúmeras análises e interpretações. [7] Luís Filipe Thomaz aponta, contrariando as interpretações correntes sobre essa expansão, que o motor do avanço luso sobre outros continentes devia-se muito mais às condições específicas pelas quais passava o jovem reino de Portugal do que à busca por mercados para a colocação de produtos europeus ou aquisição de bens exóticos. Dito de um modo muito simplificado, como sequência da retomada da Península Ibérica das mãos dos infiéis muçulmanos, a expansão possibilitou a continuidade das recompensas em terras e mercês da nobreza e da fidalguia e com isso, aliviou as tensões e forças centrífugas que poderiam ser exercidas por essa nobreza contra o recém formado Estado que se construía. Assim, imbuídos do ideal de cavalaria surgido no medievo[8] e impulsionados por um sistema de recompensas que tem por base a reciprocidade entre a Coroa e seus leais súditos, o sistema de mercês[9] que o estudo da trajetória de Vasco da Gama,[10] os conquistadores e "defensores da Pátria", como quer Simão Pereira de Sá, agiam na consolidação da posse lusa tendo por base os pilares da organização social que lhes dava sentido e existência.

Em seu estudo comparativo das carreiras dos governadores do Estado da Índia e do Estado do Brasil, Nuno Gonçalo Monteiro conclui que as situações de belicosidade e risco alavancavam a carreira dos homens de El Rey, sem desprezar as trajetórias de seus ancestrais incorporadas às suas. Nessa medida, Monteiro percebe a ascensão a patamares mais elevados durante o período estudado para aqueles que viveram cargos na governança da Índia;[11] os que serviram no Brasil não galgaram degraus tão elevados. Por outro lado, João Fragoso[12] verificou que a

---

[7] THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1994, p. 1-41.

[8] Idem.

[9] SOBRAL NETO, Margarida. "A Persistência Senhorial". In: MATTOSO, José & MAGALHÃES, Joaquim Romero. *História de Portugal*. vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 165-175.

[10] SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Career and Legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

[11] MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. "Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII". In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 251-283.

[12] FRAGOSO, João. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)". In: *Topoi. Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. vol. 1. 2000. http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi1a2.pdf. FRAGOSO, João. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílas da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa". In: *Revista Tempo*. 8. (15). 2003. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg15-2.pdf.

formação das elites da colônia luso-americana estava também associada à prestação de serviços na conquista de novas terras, incorporação de indígenas, estabelecimento de povoações, etc. Talvez a ascensão não fosse nos mesmos níveis de outras áreas do Império, ainda assim a atuação de homens e suas famílias serviu para o estabelecimento de novos povoados com uma hierarquia social moldada nos traços básicos lusos, devendo serem incluídas nesse molde as populações nativas e os cativos trazidos da África. O molde luso sempre fora flexível o suficiente para incluir novos ingredientes, desde os "herdeiros da maldição de Can" encontrados na África que pouco a pouco se descobria e que foram tornados escravos até aos "inocentes e pueris pagãos" da América que, tornados índios, recebiam sua dose de "civilização" e de cristianização por meios diversos. Para o extremo-sul do Estado do Brasil, a conquista e a ocupação foram bastante tardias, mas nem por isso menos lusas em sua formulação geral: o envio de homens com ou sem fidalguia e prestígio para prestar os serviços de conhecimento, tomadia e defesa dos territórios e promover aproximação com autóctones. Eram homens de diferentes posições sociais que tinham a oportunidade de servir a El Rey e ao bem comum nas novas terras.

2. De muitos lugares: heróis na defensa e mestres em outras artes

Desde a fundação da Colônia do Sacramento, o extremo-sul experimentou a tensão existente entre os dois impérios ibéricos. Essa se sentia de modo agudo naqueles que viveram o seu fazer-se. Nem bem havia começado a ser erguida a fortaleza na margem setentrional do Prata já sofreu ataque dos castelhanos que a puseram abaixo. Dos homens que lá estavam, Cristóvão de Ornellas Abreu serviu de governador interino quando o fundador da Colônia, o fidalgo Dom Manuel Lobo, foi aprisionado e conduzido a Buenos Aires, onde faleceu. Na crônica de Pereira de Sá, Cristóvão de Ornellas Abreu recebe poucas palavras, mas Jônathas da Costa Rego Monteiro, em sua obra sobre a Colônia do Sacramento afirma que para além da inimizade, alguma espécie de comércio havia entre castelhanos e lusos, se não entre todos, ao menos entre os governadores de cada lado do Prata: "Pois era certo que o Governador Dornelas, de conluio com o de Buenos Aires, fazia comércio por sua conta, não permitindo que os mais o fizessem (...)".[13]

Não seriam o contrabando e o descaminho novidades nas conquistas. Com função de produção social de mercadorias,[14] foi largamente praticado no extremo-sul do Estado do Brasil, mas não somente ali. Tanto Thomaz quanto Subrahmanyam ressaltam o papel do comércio, legal ou não, como meio de coser alianças populações diversas ou como manifestação da existência dessas

[13] MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680 -1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 108

[14] GIL, Tiago Luís. "A produção social da mercadoria". In: _____. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da "fronteira"*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 169-201.

relações.[15] Antes deles, Vitorino Magalhães Godinho dedicou-se a delinear o perfil do comércio lícito e dos comerciantes durante o nascimento e consolidação do Estado luso, atentando para a inexistência de dicotomia entre os papéis desempenhados pela nobreza e pelos comerciantes. A tensão existente entre o ser para ter e o ter para ser, entre a riqueza e o prestígio, entre a honra e a fortuna prestavam-lhes características próprias e tal comércio, privilégio de poucos, desenhava uma figura de comerciante português muito idiossincrática:

> O Estado mercantilizou-se, mas não se organizou como empresa comercial. O cavaleiro deixou-se arrastar pela cobiça, mas não soube tornar-se mercador e arruinou-se nos gastos demasiados. O mercador quis ser, ou viu-se forçado a pretender ser cavaleiro, e a hipertrofia do Estado-negociante obstou ao desenvolvimento de forte burguesia mercantil e industrial. Descobriu-se a necessidade da poupança, mas desviou-se para a colocação imobiliária, sem fomentar o investimento.[16]

A essas peculiares figuras que atuaram no comércio e na conquista, Godinho chamou-as de cavaleiro-mercador e mercador-cavaleiro, de acordo com a sua origem, mas para os dois havia em comum o fato de que a riqueza acumulada era desviada da produção e esterilizada em bens de prestígio e ostentação, o que João Fragoso e Manolo Florentino também observaram no estudo dos comerciantes do Rio de Janeiro e o tráfico atlântico de escravos nos séculos XVIII e XIX.[17] O ideal de cavalaria, o enobrecimento através das ações de bravura no serviço de Sua Majestade e o reconhecimento desses serviços com mercês dadas por sua Majestade sob a forma de rendas, concessões de exploração de serviços, de terras e de homens eram investidos em bens que ampliavam o prestígio e garantia-lhes formas de viver nas quais pudessem dispor de seu tempo e de seus bens para melhor servir à Coroa. Não raras as vezes os homens que atuavam na conquista e na defesa dos territórios cobiçados por El Rei, ao solicitarem mercês, alegavam que se haviam posto ao serviço da Coroa "à custa de sua própria fazenda", o que em outras palavras significa dizer ao mesmo tempo que servir à Coroa era prioridade, por isso descuidavam de seus negócios particulares e que o podiam fazer por não dependerem de seu trabalho. Ainda: os rendimentos seu comércio, suas terras, suas produções também estavam postas a serviço do Rei e, portanto, do bem comum.

Conquista e defesa dos territórios eram simultaneamente um bom meio para galgar posições na pirâmide social, agregar concessões de bens e privilégios. De modo contrário, a omissão aos apelos reais podia representar o descenso nessa mesma escala. Foi válido para a reconquista da península ibérica, para a conquista

---

[15] THOMAZ, Luís Filipe; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Op. cit.

[16] GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Presença, 1984. Vol. 1, p. 62

[17] FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

do norte da África, para o Estado da Índia, também valia para essa América que se fazia conquistar.

***

Retornando à crônica de Simão Pereira de Sá, podemos ver em suas páginas a ascensão de alguns dos protagonistas das batalhas e refregas. Toma-se aqui como exemplo Cristóvão Pereira de Abreu, homem de muitos feitos e que, segundo alguns autores, foi o responsável pelo traçado e lançamento das primeiras pedras da fortaleza de Jesus, Maria e José, gérmen da futura Vila do Rio Grande. No início do século XVIII, Cristóvão Pereira de Abreu, nascido na península nos anos que margeiam 1680, já estava na Colônia do Sacramento, atuando como coureador e comerciante dos couros e mais subprodutos das caçadas aos gados.[18] Seriam dele os direitos de cobrança sobre os quintos dos couros quando da tomada da Colônia em 1705. Sua primeira aparição nessa crônica se dá por volta do ano de 1722, ou seja, após da devolução da praça tomada em 1705.

Entre a tomada da praça e a devolução em 1716, Cristóvão Pereira transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde acumulou mais serviços a Sua Majestade. A perda de seus negócios na Colônia não significou a extrema pobreza, pois no Rio de Janeiro há lavrada uma escritura pública na qual está registrada a alforria dada a dois escravos seus. Não somente ao reino fez-se notar. Sua trajetória e qualidades peculiares de guerreiro, conquistador, coureador e arrematador de contrato deram-no a perceber a uma das melhores famílias senhoriais do Rio de Janeiro. Tornaram-lhe também um bom partido para uma de suas filhas. Cristóvão Pereira de Abreu, no ano de 1708, casou-se com Dona Clara Maria Apolinária de Amorim, cuja família pelo lado materno era detentora de engenhos de açúcar. No ano de 1718 há o registro de batismo de um filho seu,[19] Antônio e também sua reaparição no extremo-sul do Brasil, provavelmente já viúvo. Para as famílias de elite do Rio de Janeiro, portanto, guerreiros e conquistadores do extremo-sul eram uma opção matrimonial para suas filhas.

Nas páginas *História Topográfica e Bélica*, por volta de 1722, é mostrado como um valente coureador ofendido com o roubo de sete carretas de couro e quatorze escravos que lhe fizeram os castelhanos chefiados por um alferes. Cristóvão Pereira de Abreu, revestido de bravura, coragem e benevolência, um homem "de resolução", nas palavras de Pereira de Sá.[20] Há o elogio, mas não há menção a patentes de tropas regulares ou de milícias.

---

[18] Sobre Cristóvão Pereira de Abreu e suas atividades, ver: ALMEIDA, Aluísio. "Cristóvão Pereira de Abreu". In: Revista do Arquivo Municipal. LXXX. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/Departamento de Cultura, 1942; HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763)*. Rio de Janeiro PPGHIS/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002, p. 110-153.

[19] RHEINGANTZ, Carlos G. *As Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1965.

[20] SÁ, Simão Pereira de. Op. cit. p. 57.

***

No ano de 1718 chegaram para repovoar a Colônia do Sacramento famílias convocadas em Trás-os-Montes, inaugurando para o sul aquilo que Jaime Cortesão denominou de "A Política dos Casais de Alexandre de Gusmão".[21] Provavelmente por incentivos oferecidos a cada casal, geralmente parte em ferramentas e sementes, parte em dinheiro, muitos dos filhos das famílias de prole numerosa que atenderam ao chamado da Coroa casaram-se às vésperas do embarque, multiplicando em um maior número de casais os benefícios que seriam dados. Com a documentação que se teve contato até o presente momento é impossível discutir padrões para os matrimônios ocorridos na Colônia do Sacramento. Entretanto, tomando a família de Nicolau de Souza Fernando[22] como exemplo, a qual foi possível acompanhar nos registros paroquiais mesmo após a transferência para a recém fundada localidade de Rio Grande e mesmo depois de sua evasão, verificou-se que suas três filhas mais velhas casaram-se no ao de 1717, assim como o seu sobrinho Antônio de Souza Fernando. Dessas três filhas de Nicolau, uma casou-se com homem que detinha patente. A mais jovem, Maria Quitéria Marques de Souza, casou-se a primeira vez com Antônio Simões, do qual não se sabe ter patente, mas sabe-se que atuou na abertura do Caminho das Tropas, serviço pelo qual recebeu mercê de uma sesmaria. Foi comerciante de animais, condutor e proprietário-negociante de tropas e cedeu crédito e fiança a outros comerciantes. Talvez a primeira década desses colonos anunciasse falsamente anos de tranquila prosperidade com aumento de terras e posses como consequência de suas carreiras para prover a segurança e os bens necessários às suas famílias. Do casal Antônio de Souza Fernando e Apolônia de Oliveira também nasceram muitas crianças. Sabe-se da existência de pelo menos oito rebentos, dos quais seis eram mulheres. Dessas seis meninas, cinco casaram com homens de patente e uma com um cirurgião a serviço da Coroa.

Boa parte dos netos de Nicolau e de Antônio também receberam patente militar, sendo que da estirpe de Nicolau, descendente de Maria Quitéria e Antônio Simões, no auge do que poderia atingir uma carreira militar, está Manuel Marques de Souza, homônimo de seu pai e de seu avô. Manuel Marques de Souza recebeu títulos de nobreza por seus serviços como soldado, sendo o último recebido o de Conde de Porto Alegre e exerceu por muito breve período o cargo de Ministro da Guerra no ano de 1862.

***

---

[21] CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750) - Antecedentes do Tratado*. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão. Parte III, Tomos I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco, 1951, p. 393.

[22] Tais são as informações colhidas de RHEINGANTZ, Carlos G. "Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento". *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. Títulos Antônio de Souza Fernando e Nicolau de Souza Fernando.

Para o povoamento do extremo-sul, não somente com intentos oficiais orquestrados pela Coroa, mas nem por isso deixando de ir ao encontro de seus anseios, partiram famílias oriundas da capitania de São Paulo. Em parte movidos pelo interesse em conhecer territórios e juntar índios e gados às suas posses, em parte movidos por um interessante sistema informal de heranças que burlava o privilégio dos filhos homens e primogênitos. Segundo Metcalf, os paulistas repassavam suas posses familiares de modo que as filhas mulheres e seus maridos recebessem boa parte dos bens de raiz como dote, quando seus pais ainda existiam e seus irmãos homens, primogênitos ou não, para manterem ou ampliarem as posses e o *status* de homens de bem, lançavam-se à conquista de novos territórios e estabelecimento de povoados[23] que concorriam para o bom serviço de Sua Majestade[24] ao mesmo tempo que resolviam suas questões familiares com o repasse de bens. Como retribuição, geralmente tinham seus pedidos de sesmarias homologados por El Rei, mas nem sempre.[25]

Dessas famílias, destaca-se aqui a descendência do Capitão Francisco de Brito Peixoto, fundador e governante da Vila da Laguna em Santa Catarina.[26] Seus filhos, filhas, noras e genros vieram a povoar o sul. Fundaram a capela de Viamão. Também ao modo dos conquistadores do interior paulista, sua descendência era em grande parte oriunda de uniões de variados tipos. Francisco de Brito Peixoto não casou, mas teve prole numerosa com índias. Suas filhas e filhos, ainda que quase nunca conste nos documentos, eram mestiços. A relação entre a localidade de Viamão e de Laguna persistiu, apesar dos deslocamentos populacionais.[27]

Tendo os homens que iniciaram a conquista desse sertão chegado ao sul provavelmente no início da década de 1720, atuaram na conduta de tropas pelo Caminho do Litoral, que passava pela Vila da Laguna, atuaram na abertura do Caminho das Tropas, ainda que contrariando a vontade de Francisco de Brito Peixoto e fizeram as coureadas no entorno de Sacramento. Dentre os muitos descendentes de Francisco de Brito Peixoto estava seu neto, o capitão Francisco Pinto Bandeira, de quem descende o também capitão e brigadeiro Rafael Pinto

---

[23] METCALF, Alida. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992; NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[24] PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002. p. 42

[25] Cita-se aqui o contra exemplo de uma solicitação de Francisco de Brito Peixoto que recebeu parecer contrário emitido pelo Conselho Ultramarino. Cf. HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande*... pp. 36-37.

[26] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. "Notas históricas sobre a fundação da Póvoa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna". In: *Santo Antônio dos Anjos da Laguna - seus valores históricos e humanos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.

[27] KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. [tese de doutoramento]

Bandeira, dos quais as trajetórias e atuações no comércio legal e ilegal já foram alvo de interessantíssimos estudos.[28]

Rafael Pinto Bandeira nasceu na localidade de Rio Grande em dezembro de 1740.[29] Quando de sua morte, em 1795, contava com vasta folha de serviços como militar e miliciano. Contraiu três casamentos que são bastante peculiares e ajudam a entender o papel das alianças formadas entre os diferentes tipos de habitantes do Continente do Rio Grande de São Pedro. Cada um deles, ao seu modo, guarda diferenças que refletem as diferentes conjunturas da vida de uma família de conquistadores e que, por mais que houvesse condicionantes, sempre havia alguma margem para escolhas.

O primeiro casamento foi com índia minuano e, segundo Aurélio Porto, realizado em ritual minuano, por volta de 1760. Era o momento em que se iniciava o povoamento do Rio Grande e as vastas campinas do sul eram território desses indígenas. Segundo consta, sua esposa Bárbara Vitória seria filha de Dom Miguel Caraí, chefe minuano que fizera trabalhara muito tempo para Francisco Pinto Bandeira, pai de Rafael, e que gozava de plena liberdade, não sendo considerado índio administrado. Através desse casamento, tanto os Pinto Bandeira se aliavam a uma chefia minuano para a guerra e para a paz como o mesmo se dava para o chefe minuano. Guerreiros e chefes, na fronteira entre os povos teciam importantes alianças. Para ambos isso representava, no mínimo, chances de sobrevivência, mas tais chefias ultrapassaram em muito o mínimo.

Rafael teve uma filha com Bárbara Vitória, de nome Bibiana. Morrendo Bárbara Vitória, sua filha não foi abandonada pelo pai, tendo sido agraciada pelo pai com um dote em cabeças de vaca subtraídas à Fazenda de Sua Majestade.[30] Segundo Tiago Gil, da amizade e parentesco de Rafael e Dom Miguel veio a garantia de aceder aos rebanhos de gado negociados pelos minuano.

O segundo casamento foi no rito cristão. Casou-se com índia tape, cuja família vivera nos territórios dos padres jesuítas das Missões. Com o esvaziamento das Missões em atenção ao Tratado de Madri de 1750, um amplo contingente de indígenas em território antes pertencente aos reis de Castela ficaram nos domínios lusos e estavam nas proximidades de Viamão a partir da década de 1770, assim, os Pinto Bandeira, através do casamento de Rafael, repetiam a trajetória dos Brito Peixoto da Laguna: aliançavam-se com os guarani, a mais populosa etnia existente nos territórios sulinos e também mão de obra significativa empregada pelos lusos

---

[28] As trajetórias de Francisco Pinto Bandeira e Rafael Pinto Bandeira foram muito bem analisadas nas dissertações de Augusto da Silva e Tiago Luís Gil. SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: De bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. [Dissertação de Mestrado]; GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da "fronteira"*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

[29] ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DE RIO GRANDE. 1º Livro de Batismos, fl. 16v. registro 1.

[30] GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da "fronteira"*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.p. 139; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria de Estado do Brasil, Correspondência do Vice-rei com o Rio Grande de São Pedro, cód. 104, v.9, fl. 43.

tanto em obras públicas como em estâncias e serviços domésticos.[31] Um líder militar e político através do casamento, novamente aproximava-se de um importante contingente populacional. Desse casamento não houve prole. Somente o terceiro casamento de Rafael Pinto Bandeira foi com mulher de origem lusa. Casou-se com Josefa Eulália de Azevedo, nascida na Colônia do Sacramento sobrinha de sua mãe, Clara Maria de Oliveira, pertencente à da família dos Souza Fernando, sendo tanto ele quanto seus pais, parte dos homens de patente que os Souza Fernando agregaram à sua família através do casamento de suas filhas.

Heróis da defesa de Sacramento, homens de valor que abriram a rota interiorana para os gados, os reinóis, os paulistas, os ilhéus e quem mais houvesse com estatura social suficiente para receber mercê, foram agraciados por Sua Majestade em tantas quantias de terras, patentes e cargos a serviço da Coroa. Como os oriundos de praticamente todos grupos de origem, também muitos dos filhos dessas famílias buscaram as mercês em patentes, engajaram-se em tropas fazendo-se presentes nos corpos militares regulares ou de voluntários. Muitas de suas filhas contraíram matrimônio com gente de patente tal como eram muitos pais, tios e irmãos.

***

Percebe-se como recorrência que as boas carreiras em guerras e os bons casamentos andavam de braços dados, não sendo, portanto, mera coincidência. Os casamentos dos soldados, mesmo observando a hierarquia militar e os diferentes níveis de patentes possíveis, considerando as posições sociais da "vida civil", agiam como mais uma forma de estabelecer a diferenciação social. Em localidades em que havia muitos homens e poucas mulheres cristãs, o matrimônio e o estabelecimento de descendência legítima era privilégio de poucos e era criteriosamente distribuído por alguns – aqueles que tinham em seu grupo familiar ou sob sua responsabilidade, moças em idade e condições de casar, fossem elas suas filhas, parentes, agregadas, escravas, ou administradas.

Se vistos os livros de casamento e batismo dessas localidades, há soldados de qualquer patente desposando mulheres cristãs, mulheres essas também disponíveis no mercado matrimonial de acordo com o estatuto social de origem do pretendente. Nesse início de povoamento, no qual os homens eram mais abundantes que as mulheres, percebe-se que "homens de farda" eram bastante buscados no mercado matrimonial por todos os setores sociais. Rafael Pinto Bandeira, filho de "chefe" luso, desposou uma moça minuano, uma moça tape e uma "branca", assim como soldados de baixa patente desposaram índias minuano, tape, forras, escravas, camponesas que provavelmente não tivessem estatuto social tão elevado em seu grupo de origem. Portanto, não parece ser coincidência essa predileção, já que havia outras tantas possibilidades de carreira, dentre as quais a

[31] GARCIA, Elisa Frühauf. *A Integração das Populações Indígenas nos Povoados Coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho*. Niterói: UFF, 2003. [dissertação de mestrado].

de agricultor que não se arrisca em batalhas ou de artesão com oficina fixa em algum lugarejo. Essas eram opções de matrimônio que não deixavam a esposa na iminência de tornar-se viúva no momento em que deixava o altar. Existiam opções no horizonte dos mais abastados e dos menos aquinhoados também. Mas os soldados, ainda assim, eram bastante buscados.

3. As filhas e os soldados

Para tentar entender o porquê de parte significativa das escolhas por uma carreira ou atividade e da opção para casar as filhas recaía sobre gente de patente militar de tropas regulares ou não, é necessário buscar entender também a estrutura social lusa, tanto do seu território peninsular como de suas conquistas no ultramar, em nosso caso específico, as áreas americanas de fronteira entre os impérios ibéricos.

Para a primeira busca, a despeito de tantos estudos mais recentes, o clássico *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* de Vitorino Magalhães Godinho é de grande valia, assim como a noção corporativa da sociedade que encontra bom suporte na obra de Kantoriwicz e nos estudos específicos para a península ibérica ou para os países católicos.[32]

Algumas das percepções de Godinho nos dizem diretamente respeito. A primeira delas e a fortemente marcada hierarquia social na sociedade de Antigo Regime de Portugal, com grande concentração de terras na mão do clero e da nobreza, com um grande número de camponeses desprovidos de terra a produzir os alimentos que sustentavam não somente clero e nobreza, mas também supriam as situações urbanas. Em suma, um terço (embora fosse o mais numeroso) desses setores sustentava com seu trabalho os outros dois terços e se quedava distante do acesso à riqueza das posses. Todavia, a sociedade organizada em corpos sociais necessariamente diferentes, no qual cada um desempenha uma função necessária ao funcionamento do todo fazia com que mesmo os setores menos favorecidos na distribuição da riqueza social compactuassem com a ideia de que essa desigualdade era justa e imprescindível.[33]

---

[32] KANTOROWICZ, Ernest. *Los dos Cuerpos del Rey. Un estudio de teología política medieval*. Madrid: Alianza, 1985; CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: Antropología Catolica de la Economía Moderna*. Milão: Giuffré Editore, 1991; HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994; HESPANHA, António Manuel. "Fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: sentimentos familiares". In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal - O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998; HESPANHA, António Manuel. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamenteos correntes". In: João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO and Maria de Fátima GOUVÊA. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[33] LEVI, Giovanni. "Reciprocidad mediterránea". In: *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*. (7). 2002.

As carreiras militares, fossem elas trilhadas por homens de alta patente ou no engajamento de alguns camponeses, forros e mais pessoas de baixo estatuto como parte dos corpos militares tinha também, resguardadas as distâncias sociais, uma mesma sorte de função: destacava-os da grande massa de pessoas sem mais *qualidades* numericamente predominante na sociedade. Ou seja, acrescentavam-lhes qualidades. No rol dos homens do Continente havia aqueles que foram à guerra e aqueles que não guerreavam. Em outras palavras, havia os imprescindíveis à manutenção das terras de Sua Majestade e aqueles que viviam com alguma comodidade porque outros lhes faziam a defesa. Os guerreiros prestavam serviços à Coroa e essa retribuía nos preceitos da justiça distributiva: a cada um de acordo com o seu mérito, sendo que para esse "mérito", a origem social, o grupo de pertença, também eram considerados.

As carreiras militares – em corpos regulares ou de milícias – abria possibilidades para angariar bens e prestígio. Se não eram expressivos, eram um diferenciador. A palavra *soldado* (da tropa, de dragões, de aventureiros, de auxiliares, etc.) era colocada antes ou depois do seu nome. Para alguns, a patente poderia, até certo ponto, ofuscar outra desinência que já tinham agregada: preto, pardo, forro, índio, etc. Além disso, havia a promessa de soldo. Esse nem sempre pago e, se pago, não raramente o era com mais de um ano de atraso. Mas havia a promessa. Isso também era importante em uma situação de fronteira colonial, na qual a circulação de moedas era parca. Um credor da Fazenda de Sua Majestade, de certo modo, poderia contar com algum crédito em negócios com particulares e talvez algum dia, contar com algumas moedas advindas do soldo para quitar as dívidas. Mesmo os homens de mais baixa patente ou mesmo sem nenhuma, mas associado às forças bélicas da fronteira podiam, através dessa pequena brecha, gozar de alguma mobilidade social ascendente numa sociedade que aparentemente mantinha seus membros engessados na imobilidade da organização estamental.

Em alguns casos, as *elites da terra*, ou a primeira elite sul-rio-grandense, representada nesse escrito por Rafael Pinto Bandeira e pela descendência dos Souza Fernando, poderia em algumas poucas gerações, atingir níveis impensáveis para camponeses peninsulares, tais como a comandância interina do Continente ou títulos de nobreza e hábitos das ordens religiosas mais prestigiosas. Os feitos na defesa dos territórios lusos lhes abria caminho para isso. De algum modo, é possível dizer que a primeira elite sul-rio-grandense fez-se e consolidou-se em decorrência das guerras e das batalhas. Os constantes ataques às terras lusas oportunizava a reiteração dos bons serviços à Sua Majestade e ao bem comum. Peculiaridade do extremo-sul: não se tratou de uma conquista de territórios, mas de várias conquistas e reconquistas, desde a fundação da Colônia do Sacramento.

Aos moldes da sociedade lusa peninsular, que construiu suas elites e consolidou sua hierarquia social contando com os feitos dos seus bravos desde a

reconquista das terras ocupadas pelos mouros, o Continente do Rio Grande de São Pedro propiciou momentos de estabelecimento desses diferenciais e de sua reiteração.

Se para os situados em patamares mais elevados na sociedade foi permitido galgarem a posições de mando também elevado sobre muitos, para os menos privilegiados favoreceu-lhes com uma distinção do restante da população, como a honra para os guerreiros, possibilidade de matrimônio em uma situação com escassez de mulheres cristãs ou cristianizadas e talvez com uma mercê real em ração de carne para suas viúvas e filhos deixados órfãos.

4. Algumas considerações

Acostumados que somos a ver em tempo real na mídia os efeitos destrutivos das guerras, somos quase sempre levados a transferir essa mesma percepção para o passado mais distante. Sem desprezar ou diminuir os horrores que só as guerras são capazes de causar e dos quais as mães têm verdadeiro pavor, percebemos que a sociedade lusa que se fundou nos confins do continente americano é devedora das guerras. Guerras de conquista dos territórios, guerras para o apresamento e espoliação de indígenas, guerras contra os castelhanos e tomadia das terras de Sua Majestade Católica, guerras contra os padres jesuítas e seus índios rebeldes, guerras travadas no continente africano que tornavam cativos e escravos quem jamais ouvira falar do Continente do Rio Grande. Sempre as guerras: guerras, guerras e mais guerras.

A ordenação da sociedade, o estabelecimento de hierarquias sociais que livravam os homens e as mulheres do caos absoluto também advinha, em uma parcela considerável, das guerras. Essa separavam os valentes dos covardes, os que lutaram dos que não resistiram. Davam a ver os méritos e os deméritos. Separavam o joio do trigo, diferenciavam os leais da escória. Estabeleciam as desigualdades que não apenas eram justas como também eram necessárias para compor um corpo social com diferentes tipos humanos e diferentes atribuições de funções que compunham o todo. Cada um deles, parte da justiça de Sua Majestade, recebia o que lhe era devido. Nem sempre harmônico, nem sempre plenamente funcional, mas que dava conta, na maior parte do tempo, do dia de amanhã.

Não apenas na memória dessa população se fundavam tais diferenciações, mas também com as concretas e palpáveis honrarias concedidas. A própria Majestade Fidelíssima de Portugal agraciava seus bravos com sesmarias de terra, ofícios e mais patentes militares. Possibilitava ascensão, mesmo que limitada, no corpo militar. Retribuía com comandâncias das localidades que fundavam enquanto faziam as suas guerras, dava títulos honoríficos, fardas, armas e galões aos soldados em uma sociedade eminentemente pastoril e agrária.

Agraciava os órfãos e as viúvas desvalidas com quinhão de carne, abria aos filhos homens dos soldados as portas de seus exércitos para que se também se distinguissem dos que não foram às armas. Colocava os homens na possibilidade

de casar em uma situação em que não havia tantas mulheres disponíveis. Para uns era perpetuar uma estirpe de guerreiros, para outros a estabilidade de ter para onde voltar, de deixar filhos no mundo, de lançar raízes ao futuro, talvez fundando também uma estirpe de guerreiros.

Para todos os setores sociais, estabelecia diferenciações internas. Segundo Gil, a distribuição dos butins de guerra guardava também um quinhão para os escravos que participavam das investidas contra os inimigos. Estabelecia, portanto, mesmo para o mais baixo estatuto social, para aqueles arrolados nas posses de outros, uma distinção que os sobrepunha em prestígio aos seus colegas de cativeiro. Colegas de cativeiro, mas não de armas. O butim poderia servir de pecúlio para a aquisição da liberdade ou como um atrativo para alguma jovem escrava ou liberta que quisesse livrar-se de matrimônio com escravo sem maiores qualificações.

Para as moças de boa família e não menos para as boas famílias, o brilho das insígnias reluzia aos olhos, junto com as possibilidades de ascensão em meio a um mundo onde predominavam os agricultores e gente sem maiores qualificações. Significava uma renovação nos quadros das elites.

Para além dos efeitos deletérios, a guerra agiu como importante estruturador da sociedade colonial sulina, estabelecendo lugar àqueles que mereciam a sua posição para além da sua origem social apenas. Também reiterava ao longo das gerações o merecimento nessas elevadas posições, de tal modo que, ao olharmos novamente para esse contexto, é possível perceber que nesse ambiente de guerra nas fronteiras meridionais ao século XVIII, dos frutos dessas guerras, nem tudo foi destruição.

A MAZAGÃO DO RIO DA PRATA: COLÔNIA DO SACRAMENTO, 1735-1737

Paulo Possamai[*]

Em 1735 os espanhóis iniciaram o cerco da Colônia do Sacramento, então um importante centro de comércio e povoamento dos portugueses no Rio da Prata. O início das hostilidades foi consequência de uma série de tensões que na Europa e na América opunham os interesses dos espanhóis aos dos portugueses, cujo pretexto foi um pequeno incidente diplomático ocorrido em Madri. No dia 20 de fevereiro de 1735, os criados do embaixador português na corte espanhola, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, libertaram um homem que estava sendo conduzido preso pelos soldados pelas ruas da capital espanhola, dando-lhe acolhida na embaixada. Dois dias após, cem soldados invadiram o palácio do Senhor de Belmonte, prendendo todas as pessoas que lá encontraram. Embora o embaixador protestasse contra a violência, de nada adiantou sua intervenção. Como resposta, em 13 de março, sessenta soldados e três oficiais ocuparam todas as entradas da casa do embaixador espanhol, Marquês de Capecelatro, prendendo doze criados seus que foram levados à cadeia do Limoeiro.[1]

O atrito entre as coroas ibéricas agradou sobremaneira os tradicionais inimigos dos habitantes de Colônia, os jesuítas e o *cabildo* de Buenos Aires que escreveu ao rei queixando-se dos "excesos cometidos en los ganados vacunos de la otra banda por los portugueses de la Colonia".[2] O novo governador do Rio da Prata, D. Miguel de Salcedo, recebeu ordens para que se informasse dos novos caminhos abertos pelos portugueses para o Brasil e destruísse todos os estabelecimentos, quintas, estâncias e animais que eles possuíssem fora da área coberta pela artilharia dos muros de Sacramento, solicitando a ajuda dos índios missioneiros, se fosse necessário. Devia, ainda, impedir todo o comércio entre portugueses e espanhóis e limitar a navegação do Rio da Prata aos lusitanos às rotas estritamente necessárias para a ligação de Colônia aos demais domínios portugueses.[3]

Assim que chegou a Buenos Aires, em março de 1734, Salcedo empenhou-se em cumprir as ordens recebidas. Na repressão ao contrabando, ordenou a substituição dos antigos fiscais reais, sendo que alguns deles foram presos e

---

[*] Doutor em História Social pela USP. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

[1] CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo II, p. 59-63.

[2] "Acuerdo del cabildo…" 27/03/1734. In: *Campaña del Brasil:* Antecedentes Coloniales. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1932, tomo I, p. 501.

[3] CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos da Coleção de Angelis. Tratado de Madrid - Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1954, p. 244-252.

tiveram seus bens confiscados.[4] Ainda em março do mesmo ano, Salcedo escreveu ao governador de Colônia, Antônio Pedro de Vasconcelos, informando-lhe da "expresa orden del Rey mi amo para arreglar, y demarcar los limites de esa Colonia". Vasconcelos respondeu-lhe que "se achava sem as instruções ou poderes de S. Majestade, para entrar nesta conferência". Salcedo insistiu no assunto em outras duas cartas, enquanto que Vasconcelos continuava a alegar a sua falta de competência para determinar os limites do território da Colônia do Sacramento.[5] Entretanto, em 18 de abril de 1735, o governador de Buenos Aires recebeu a ordem de "que sin esperar a que formalmente se declare la guerra con los Portugueses, y solo en virtud de esta orden, se sorprenda, tome y ataque la ciudad y Colonia del Sacramento".[6]

Salcedo ordenou então a mobilização das tropas das missões jesuíticas. A carta ânua de 1735 dizia que três jesuítas acompanharam quatro mil índios a fim de atacar a Colônia do Sacramento. A saída dos primeiros três mil homens deu-se numa época em que os mesmos eram necessários, pois "caminaron estos en tiempo más precioso de preparar las sementeras sin asistir à ellas para hallar él remedio de a la hambre para sí, sus mujeres. Por Diciembre caminaron otros mil contra la misma Colonia por petición del mismo Sr. Gobernador de Buenos Aires y así estos como los primeros han ido los mas a pié por falta de cabalgaduras". [7] A mobilização dos guaranis, quando eram mais necessários nas missões, deve ter influído no moral dos combatentes, pois no bloqueio a Sacramento logo começaram os problemas entre os indígenas e as tropas coloniais, como veremos mais adiante.

Entre os preparativos para o ataque a Sacramento, o governador Salcedo ordenara a saída dos portugueses e ingleses de Buenos Aires. Porém, mais de trinta ingleses conseguiram burlar a vigilância dos espanhóis e buscaram refúgio em Colônia, onde foram bem recebidos pelo governador Vasconcelos, que os juntou à tripulação do bergantim real, que teve como missão dar caça aos transportes e comunicações que os espanhóis faziam entre as duas margens do Rio da Prata.[8]

Enquanto isso, na Europa, os governos de Lisboa e Madri iniciavam os preparativos para a guerra. Em cumprimento aos tratados de aliança com Portugal, em junho, entrou no Tejo uma esquadra inglesa composta de trinta navios e mais de doze mil homens. Ao mesmo tempo, a Coroa ordenou ao governador Antônio Pedro de Vasconcelos que se prevenisse contra qualquer ataque espanhol, aviso

---

[4] Carta de José Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 25/03/1734. In: LISANTI, Luís (org.) *Negócios Coloniais*. São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. 4, p. 376-377.

[5] SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 28-31.

[6] Carta de D. José Patiño a Salcedo, 18/04/1735. In: *Campaña del Brasil*. Op. Cit., p. 505.

[7] "Annua de las Doctrinas del año passado de 1735". In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos da Coleção de Angelis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, tomo V, p. 333.

[8] "Noticia práctica del sitio de la Nueva Colonia del Sacramento…" In: *Revista Histórica*. Montevideo, 1916, tomo VII, n.º 22, p. 607-608.

desnecessário, já que o mesmo sabia do que se passava em Buenos Aires através das informações fornecidas pelos espanhóis que visitavam Colônia e pelos espiões que mantinha naquela cidade.[9] Segundo um dos cronistas do sítio, uma embarcação que saiu de Lisboa em fins de março e chegou a Sacramento em 21 de junho trouxe ao governador a ordem de "Sua Majestade para que se preparasse para um longo sítio por suspeitar que os espanhóis lhe romperiam a guerra por esta parte, mas que o fizesse com toda a cautela, sem que eles o pudessem prevenir por não ser motivo de se anteciparem ao rompimento".[10]

O governador estava numa situação difícil, pois segundo as ordens régias deveria iniciar os preparativos da defesa, mas sem alertar os espanhóis, a fim de que eles não iniciassem o ataque. A atitude cautelosa tomada por Vasconcelos seria vista pelos moradores como uma falta de iniciativa, como veremos a seguir.

Na campanha, o bloqueio hispano-indígena foi estreitando aos poucos os movimentos dos portugueses e, em 30 de maio de 1735, o comerciante José Meira da Rocha escrevia que "está isto tão miserável que nem sequer lenha nos deixam os castelhanos tirar da campanha, tomando para seu poder todos os carros e escravos que a vão buscar, e mandando dizer ao depois aqui vergonhosíssimas graças e chascos [sic]".[11]

Em 29 de julho iniciou-se o bloqueio naval, quando um navio que saía carregado de Colônia com destino à Bahia foi apresado pelos espanhóis.[12] Entretanto a notícia só chegou a Sacramento em 9 de setembro, quando José Meira da Rocha recebeu uma carta do pároco de Montevidéu avisando-o que navios espanhóis haviam apreendido duas embarcações portuguesas, uma que seguia da Colônia para a Bahia e outra que fazia viagem em sentido inverso à primeira. Ao tomar conhecimento da carta, o governador deu ordem para reforçar a muralha, mas "com tal sossego que as vizinhanças não viessem em conhecimento que se aprestava para guerras, mandando ao mesmo tempo fazer uma atalaia fora da muralha com alguma distância para embaraçar a entrada na praça".[13] Se a princípio o governador iniciou os preparativos para a defesa com cautela, quando soube que o governador de Buenos Aires iniciava os preparativos para o ataque mandou "lançar bando que assim à gente de guerra como de ordenanças acudissem a trabalhar por faxina na muralha".[14] Aceleram-se então os preparativos da defesa: "Entrou-se com todo o rigor no dito trabalho, a que concorreram todos os

---

[9] CORTESÃO, Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo I, p. 68-69.

[10] "Relação do princípio da guerra da Colônia até a chegada da nau Esperança [...] escrita por Henrique Manuel de Miranda Padilha". In: Revista do *IHGRS*, Porto Alegre, n. 9, 1945, p. 41.

[11] Carta de Meira da Rocha a José Pinheiro, 30/05/1735. In: LISANTI, Luís. Op. cit. vol. 4, p. 388.

[12] SYLVA, Silvestre Ferreira da. Op. cit. p. 41.

[13] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Biblioteca Nacional, Lisboa, Seção de Reservados, cód. 1445, f. 5v. O cadastro da Biblioteca Nacional de Portugal dá como autor *incerto* do diário Silvestre Ferrreira da Silva.

[14] Idem.

soldados, moradores, escravos de ambos os sexos e meninos no que trabalhou-se de dia e de noite sem excetuar domingo nem o dia santo [que] deveria vir".[15]

A tensão cotidiana degenerou em pânico em 20 de outubro, quando as tropas espanholas e missioneiras avançaram sobre os arredores de Colônia, saqueando o gado e as quintas dos povoadores e pondo em retirada a cavalaria portuguesa. No dia 22 os espanhóis acamparam no arraial de Veras, distante uma légua e meia da praça, de onde lançaram um destacamento de quatrocentos cavaleiros que impediram a saída dos portugueses, prendendo dezesseis escravos e alguns moradores que não tiveram tempo de entrar na fortaleza.[16]

Começou-se a falar contra as autoridades, pois circulou a notícia de que embora o governador soubesse da possibilidade de um ataque espanhol, não providenciara a evacuação dos colonos, que viram suas lavouras destruídas e o gado apresado pelo inimigo, tendo de se retirar para a fortaleza às pressas sem poderem salvar os alimentos que seriam necessários durante o longo cerco. De fato, embora o governador Vasconcelos tivesse sido avisado dos preparativos de guerra de D. Miguel de Salcedo, os espiões que mantinha em Buenos Aires asseguraram-lhe que o mesmo tinha falta de gente e via-se desprevenido para um ataque. Para o governador de Colônia, os preparativos dos espanhóis tinham a finalidade de fazer os portugueses abandonarem as estâncias que mantinham na campanha, pois ele não acreditava no rompimento das hostilidades sem uma formal declaração de guerra na Europa.[17] Além disso, como vimos anteriormente, Vasconcelos seguia ordens régias no sentido de iniciar os preparativos de defesa, porém sem advertir os espanhóis.

Em 22 de outubro de 1735, o governador Vasconcelos ordenou uma mostra para verificar quantos dos moradores eram destros no tiro. O mesmo queixou-se de que dentre os muitos moradores, só aprovou cento e vinte, os quais repartiu em quatro companhias destinadas à defesa da área litorânea, designando um oficial para que os exercitasse no manejo das armas.[18] O ataque dos espanhóis mobilizou todos os segmentos da população de Colônia para acudir à defesa da praça. Os civis foram agrupados em companhias que preservavam a divisão dos grupos sociais e dos elementos que se destacavam nesses grupos. O escrivão da Fazenda Real, Caetano do Couto Veloso, formou um destacamento com os seus dez escravos enquanto que os comerciantes formaram uma companhia sob as ordens do seu mais destacado colega, José Meira da Rocha.

Em 6 de novembro iniciou-se também o bloqueio naval, quando ancorou em frente ao porto de Colônia a nau de registro São Bruno, equipada com quarenta canhões. Como reforço, vinha acompanhada de sete lanchas. Vasconcelos então

---

[15] "Relação do princípio da guerra da Colônia..." Op. Cit., p. 41.
[16] Idem, p. 42.
[17] "Sistema entre un Portuguez y un jenobes dentro de la colonia del Sacramiento hablaron sobre el lamentable estado de ella…" *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38, T5, doc. 4, f. 35-36.
[18] "Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo…" *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 23.

ordenou que se equipasse com a infantaria uma galera de dezoito peças para defender a entrada do porto. No dia 10 os espanhóis desembarcaram na ilha de São Gabriel, onde deram início a obras de fortificação. Seis dias depois chegaram novos reforços na forma de outra nau de registro e mais três lanchas.[19]

De 28 de novembro até 9 de dezembro de 1735 espanhóis bombardearam a Colônia do Sacramento causando "horroroso estrago nas propriedades da povoação" segundo o alferes Silvestre Ferreira da Silva, autor de um dos relatos do cerco.[20] Nesse dia, segundo um cronista anônimo, "foi célebre o prodígio de uma bala que entrando na capela foi direita ao nicho em que estava São Francisco Xavier e dando-lhe pelo resplendor lhe botou fora e fez com a força ou vento virar o santo para a parede caindo a bala ao pé que depois se apanhou e se pesou por curiosidade e era de [calibre] seis".[21]

O bombardeio foi mais intenso no mês de dezembro de 1735. No dia 4, ainda segundo o cronista anônimo, "não deixou de ser prodígio 2 balas dando em uma cama onde jazia Domingos Martins, casal da praça, deitado com sua mulher e filhos e quebrando-lhe o leito não ofendeu pessoa alguma e outra que passando as casas de Clemente da Silva passou uma pipa de cal que se achava foi parar dentro da barriga de uma vaca matando-a em um cercado de um quintal".[22] Na noite do dia 17 "nos lançou o inimigo 10 granadas da meia-noite até às duas horas e parece prodígio cair uma em uma casa em que se achava uma mulher com seus filhos e dando os pedaços por várias partes não ofendeu ninguém".[23]

Não eram somente as baterias inimigas que podiam causar estragos e baixas entre os sitiados, pois uma peça de artilharia mal carregada ou muito usada poderia causar grandes prejuízos, a não ser que não contasse com uma proteção sobrenatural, como nos narra o cronista anônimo em 6 de outubro de 1736: "E como esta [praça] se acha cheia de milagres do glorioso arcanjo não deixarei de referir este que arrebentando uma peça de campanha do calibre de 4 entre os dois corpos de gente e bem chegada não ofendeu a viva alma donde parecia impossível deixar de não matar alguém".[24] Nosso cronista era muito apegado aos prodígios que relacionava à proteção do arcanjo São Miguel, declarado protetor da Colônia do Sacramento pelo governador Vasconcelos no início do cerco.[25]

---

[19] "Relação do princípio da guerra da Colônia..." Op. Cit., pp. 43-44.
[20] SYLVA, Silvestre Ferreira da. Op. cit. p 84.
[21] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 27.
[22] Idem, f. 33.
[23] Idem, f. 43.
[24] Idem, f. 102.
[25] "Com a guerra em casa e o inimigo à vista, o governador implorou a proteção divina para o bom sucesso das armas portuguesas. Elegeu titular a S. Miguel, pois se da milícia celeste existia capitão, fosse dos portugueses fiel protetor. Entregou-lhe o bastão como governador da praça, constituindo-se seu ajudante de ordens enquanto Marte existisse na campanha". SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993 p. 77.

Porém, o pior efeito do bombardeio foi a abertura de uma brecha de duzentos palmos na muralha e, mesmo que ela fosse constantemente reparada pelos defensores durante a noite, o governador de Buenos Aires exigiu a rendição da praça.[26] Diante da negativa do governador de Colônia, as tropas espanholas começaram a organizar-se para o assalto. Porém uma bala da artilharia portuguesa atingiu o centro da formação inimiga, causando uma grande confusão que impediu o seu intento. Frustrado o assalto, os espanhóis voltaram para suas trincheiras e continuaram a bombardear a praça até a chegada da primeira expedição de socorro. O portador da notícia foi um desertor que disse ao governador que na tarde do dia 5 de janeiro seis embarcações portuguesas foram vistas subindo o rio em direção a Colônia.[27]

Por sua vez a situação no campo de bloqueio também não era confortável. Segundo o cronista Silvestre Ferreira da Silva, a morte do padre Tomás Werle, atingido por uma bala da artilharia portuguesa em 3 de dezembro, privou os missioneiros de um importante líder.[28] E disso sabiam os sitiados, pois, conforme o cronista anônimo, em 11 de janeiro de 1736:

> assim que veio o dia chegaram à muralha 2 índios tapes que já tinham vindo em outra ocasião e disseram que toda indiada seus companheiros estavam desanimados e pouco gostosos por passarem muito mal de comida e vestuário e que não obstante estar o Salcedo esperando mais socorro das missões eles se tinham deliberado a irem-se como já tinham dito em outra ocasião e disseram mais que no dia antecedente se lhe mataram 3 castelhanos sendo poucos os índios em que lhe não matassem gente as nossas balas e que entendiam ser castigo de Deus por vir fazer esta guerra e sítio a Colônia tão injustamente.[29]

Em 14 do mesmo mês, junto com um desertor espanhol, vieram dois "índios tapes que também tinham chegado a falar com o governador cujos [índios] já tinham vindo por 2 vezes e voltado".[30] É de se notar a desenvoltura dos índios em entrar e sair da praça sitiada. Quatro dias depois um tape trouxe notícia de uma disputa entre os seus e os castelhanos:

> Pelas 8 horas da noite chegou à muralha um índio tape. Recolheu-se este e levando-se ao governador disse que a noite antecedente se tinha colhido outro índio vindo para a praça com um cavalo carregado de carne fresca para presentear a sua senhoria [o governador] em gratidão do bom agasalho que em outras ocasiões lhe tinha feito e que o tinham morto os castelhanos e

[26] "Já era uma convenção da guerra de assédio que a recusa de se render depois de aberta uma brecha eximia os atacantes da obrigação de oferecer mercê ou se abster de saquear. Na era da artilharia essa convenção tornou-se absoluta". KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 333.
[27] SYLVA, Silvestre Ferreira da. Op. cit. p. 91-92.
[28] Idem, p. 95.
[29] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 52.
[30] Idem, f. 53.

> que por este motivo se tinham quase levantado os índios ao que se deu algum crédito porque das 8 horas da noite até as 9 se ouviam para aquela banda donde se achavam arranchados 12 tiros de espingarda e da meia noite até as 2 horas se ouviram 6 e daí para o dia 19.[31]

Dia 19, pela madrugada, o índio saiu da praça com alguns presentes dados pelos sitiados: tabaco, aguardente e "outras miudezas". No dia seguinte, temos mais uma notícia levada por um índio missioneiro:

> Pelas 7 horas da noite chegou um tape e ratificou ser certo que os índios se tinham levantado com os castelhanos e que os tiros que se tinham ouvido no dia 18 eram os ditos castelhanos com eles e que tinha havido nessa noite mui boa peleja entre uns e outros não só pelo sobredito índio apanhado se não por outros motivos e desconfianças.[32]

Em carta ao ministro D. José Patiño, D. Miguel de Salcedo explicou o ocorrido. Por não entender a língua dos indígenas "costó destinarlos en los trabajos que habían de ocupar, por valerse de intérpretes, los que, por aversión natural o mala voluntad, trocaban en diferente sentido lo que se mandaba; y por evitar esta confusión, concurrió en la trinchera todas las noches que duraron los ataques el Padre Tomás Werle". A morte do padre, o principal líder dos missioneiros, precipitou os atritos entre as tropas de Buenos Aires e os indígenas, resultando em mortes de ambas as partes pela disputa de gado cavalar e vacum e pela tentativa de impedir que os guaranis levassem carne aos sitiados "por conseguir los géneros de mercaderías que ellos apetecen". Concluía dizendo que: "como los españoles les habían concebido odio irreconciliable, y unos y otros estaban ensangrentados por las muertes que hubo de las dos partes, y en disposición de algún suceso fatal, ordenó que se retirasen los indios a sus pueblos […] De no tomar esta providencia, se hubiera visto con una guerra civil en el campo del bloqueo".[33]

De fato, durante todo o mês de janeiro foram frequentes as visitas dos missioneiros aos portugueses. Dia 29, ao amanhecer, cinco índios se aproximaram da muralha batendo palmas e "vinham com o interesse do tabaco e aguardente com que se convidavam". De tarde "chegaram 5 índios e dizem um deles era o seu sargento maior que vinha despedir-se do nosso governador e dar-lhe os agradecimentos pelo bom agasalho que tinha feito aos seus índios".[34] Em 5 de fevereiro, dois missioneiros trouxeram duas reses e dois cavalos. Foram perseguidos pelos espanhóis, mas conseguiram fugir. No dia 24, oito índios que estavam sendo perseguidos pela cavalaria espanhola foram auxiliados pelos portugueses, que os receberam na praça, de onde saíram à noite.[35]

---

[31] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit. f. 55.
[32] Idem, f. 56.
[33] Carta de Salcedo a Patiño, 07/03/1736. In: PASTELLS, Pablo; MATTEOS, F. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Madrid, 1958, tomo VII, p. 243.
[34] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 59.
[35] Idem, f. 70.

A animosidade entre espanhóis e missioneiros era tal que, em 28 de fevereiro, o governador de Buenos Aires deu ordem para o padre Lorenzo Daffe retirar-se com seus índios do campo de bloqueio. Salcedo acusava os missioneiros de fornecer carne à cidade sitiada "de ir de 30 en 30 a nuestra vista y volver de la plaza con tanta desvergüenza de día claro". Além disso, queixava-se ao jesuíta que "en lugar de tener amigos, parece por sus operaciones ser enemigos declarados, pues han tenido la osadía de salir de noche [...] a atacar la gran guardia nuestra; delito que no hay horcas bastantes para castigar tal exceso".[36]

Se os sitiados aceitaram de bom grado as carnes trazidas pelos índios, não deixavam de desconfiar do seu comportamento.[37] O cronista Simão Pereira de Sá escreveu que os tapes "Ainda com o rigor do açoite arriscavam as vidas, fabricando carnes em partes desertas para negociarem com a nossa pública indigência, porém sempre receosos da infidelidade que professavam, aceitamos com repugnância as ofertas e não a correspondência, por que sempre envolviam com uma verdade muitas mentiras".[38] Como aponta Elisa F. Garcia em seu estudo, as frequentes disputas entre guaranis e portugueses, tratados como inimigos irreconciliáveis na historiografia tradicional, podiam dar lugar a negociações entre os mesmos, quando elas se mostravam proveitosas.[39]

Mesmo sem a presença das tropas guaranis, enviadas de volta para as Missões, os víveres continuavam a chegar aos sitiados. Em 1737, Vasconcelos escrevia a ao governador do Rio, Gomes Freire, que "do campo de bloqueio entra a ração de carne fresca que o soldado castelhano troca por roupa e trastes, não obstante a proibição de seus oficiais, que exatamente procuram se observe, sendo os mesmos que fazem as rondas".[40] As negociações entre portugueses e espanhóis continuaram apesar do conflito, afinal a guerra trazia lucros aos espanhóis. O cronista anônimo nos conta que o inimigo se dedicou a desmantelar as casas fora dos muros, levando telhas e madeiras para Buenos Aires, onde o palmo de madeira valia 750 pesos.[41] Por sua vez, muitos portenhos lucraram ao garantir o

---

[36] Ordem de Salcedo ao P. Lorenzo Daffe, 28/11/1736. In: CORTESÃO, Jaime. *Manuscritos da Coleção de Angelis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, tomo V, p. 334.

[37] O mesmo se passava com relação aos minuanos. No bloqueio ao porto de Montevidéu, o brigadeiro José da Silva Pais escrevia Gomes Freire em 08/11/1736: "Os minuanos sempre se acham neutrais, mas estão entrando em Montevidéu, e prometendo dar parte qualquer novidade que de cá houver; e suposto intentava valer-me deles fiado no conhecimento que têm de mim, por hora não me animo a isso por que são inconstantes e temo que me vendam querendo conservar uma e outra parte". In: Revista do *IHGRS*, 1948, n. 109 a 112, p. 16.

[38] SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit., p. 90.

[39] GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio:* políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

[40] Carta de Vasconcelos a Gomes Freire, 21/10/1737. In: Revista do *IHGB*. Rio de Janeiro, tomo 32, 1º trimestre de 1869, p. 67.

[41] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 41.

abastecimento do campo de bloqueio e das tropas que guarneciam a enseada de Barragán, onde se refugiou a frota espanhola.[42]

Também eram frequentes as deserções de ambos os lados. Na noite de 19 para 20 de novembro de 1735, fugiram dois marinheiros da tripulação de um bergantim, um francês e outro inglês. Escapando num bote, levaram consigo um português "enganadamente, dizendo quando se embarcavam que vinham para a terra e passando a praça quis um deles matá-lo o que o outro não consentiu pelo que concordaram antes botá-lo ao mar e a nado se chegou a terra e querendo buscar a praça intentou fazê-lo pela praia e sendo sentido dos castelhanos lhe foi preciso meter-se na água até o pescoço e assim veio até chegar ao forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo aonde o receberam e contou o sucesso". Por isso, "tendo o nosso governador já alguma suspeita dos outros que ficavam a bordo do dito bergantim ordenou que no dia seguinte, 20 de novembro, do dito ano viessem presos todos os ingleses que se lhe tinha metido para que não executasse direção em ocasiões de maior sentimento".[43] Eles só foram libertados no ano seguinte, porém pouco tempo depois de serem postos em liberdade, em 11 de fevereiro, três ingleses fugiram numa lancha do capitão José Ferreira de Brito "os quais não havia muito tempo tinham saído da prisão por se ter neles suspeita o poderiam fazer seguindo 2 companheiros que no princípio tinham fugido em o bote do bergantim del Rei".[44]

Em 31 de dezembro, "pelas 3 horas da tarde fugiu um soldado da companhia do capitão Teodósio Gonçalves Negrão por nome João Alfama e ainda que se fez alguma diligencia por se colher com alguns que o seguiram atirando-lhe alguns tiros de espingarda ficou frustrada a diligência por se achar já longe".[45] Como visto nesta citação, o desertor corria o risco de ser fuzilado por seus companheiros na fuga.

Além da deserção diminuir os efetivos da tropa inimiga, os desertores funcionavam como um importante meio de se conseguir informações do campo dos opositores. Quando não se conseguia um desertor, se buscava um para servir de "língua", ou seja, de informante, como registra o cronista anônimo em 31 de dezembro de 1735:

> Como o governador da praça tinha sumo desejo por colher uma língua dos castelhanos tendo-se já feito algumas diligências pela [sic] haver sem ser possível conseguir o intento, expediu o governador um castelhano por alcunha ou bordão conhecido nesta Colônia há muitos tempos a noite

[42] SANDRÍN, María Emilia. "Andá a trabajar en el puerto! Los proveedores de servicios, en el sitio de la Colonia del Sacramento, 1735-1737". In: MATEO, José Martín; NIETO, Augustín (comp.). *Hablemos de Puertos:* la problemática portuaria desde las ciencias sociales. Mar del Plata: GEZMar; UNMdP, 2009, p. 55-63.
[43] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 22.
[44] Idem, f. 66v.
[45] Idem, f. 47v.

> passada a ver se podia conduzir uma por meio de um irmão seu que dizia andava no exército do inimigo.[46]

Em 14 de janeiro do ano seguinte, "de manhã se viu vir um vulto pela praia caminhando para a nossa muralha e com o receio de se atirar algum tiro vinha dando vozes deu-se ordem à nossa ronda de fora que nesta ocasião se vinha recolhendo que lhe fosse sair ao encontro o que logo executou e achando ser um soldado do inimigo que vinha desertado o fizeram reconduzir para dentro juntamente com 2 índios tapes".[47] O cronista não deixa de registrar que "deu o soldado desertor várias notícias que se estimavam saber"[48] sobre as atividades do governador de Buenos Aires.

Em 12 de fevereiro, "chegaram desertores dois peões a cavalo os quais um tinha estado na Colônia e nela era casado e disseram vinham de Montevidéu".[49] Nesse caso vemos que havia uma razão para levar um soldado a desertar para uma praça sitiada, porém nem sempre é claro o motivo que levava um homem a tomar essa atitude. No dia 11 de abril chegou mais um espanhol desertor, o qual conseguiu fugir de cinco ginetes ao alcançar a linha de tiro da artilharia portuguesa.[50]

No movimento contrário, em 30 de julho, fugiram para o acampamento do inimigo três soldados do destacamento do Rio de Janeiro e dois castelhanos que assistiam na praça "e falou-se tinham saído pelo forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo que guarnece a dita companhia e nessa noite se achava de sentinela no dito forte um dos soldados desertores".[51] Do mesmo local, em 25 de fevereiro de 1737 fugiram dez soldados com todos seus armamentos.[52] Quando as próprias sentinelas, encarregadas não só de vigiar o inimigo como também de coibir a deserção fugiam, havia pouca coisa que se podia fazer para impedir essa ação.

Antes de concluirmos a questão da deserção, julgamos oportuno novamente citar nosso cronista anônimo sobre o que ocorreu num domingo, dia 30 de dezembro de 1736:

> de tarde veio um cavalo fugido o qual era um daqueles que [os espanhóis] tinham apanhado não havia muitos dias, já acostumado e mui velho nesta praça, buscou-a escapando a toda a fúria de alguns cavaleiros que o quiseram atacar no caminho e *é para reparar que desertando alguns portugueses desta praça fugindo de servir ao seu rei ainda nesta guerra vão aceitar partido servindo e pegando em armas pelo rei estranho e os animais*

[46] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 48.
[47] Idem, f. 53.
[48] Idem, f. 53v.
[49] Idem, f. 66v.
[50] Idem, f. 77v.
[51] Idem, f. 89v.
[52] Idem, f. 114.

> *brutos sem conhecimento racional fogem do inimigo, lembrando-se de seu natural e costume* [grifo nosso].[53]

É deliciosa essa observação do nosso cronista, que compara a fidelidade dos animais em oposição à infidelidade de certos vassalos. Mas, se os súditos portugueses fugiam o que seria de se esperar dos seus escravos? Se a luta entre portugueses e espanhóis poderia favorecer a fuga dos escravos para o campo inimigo, são mais escassas as referências nesse sentido quando comparadas com as frequentes deserções de soldados.

Em situação de perigo intenso como a guerra, os escravos eram armados e serviam sob o comando dos seus senhores, como foi o caso dos cativos do escrivão da Fazenda Real em Colônia, Caetano do Couto Veloso que, com seu filho e dez escravos de sua propriedade, se apresentaram ao governador para ajudar a reconstruir a muralha, que as chuvas haviam arruinado. Couto Veloso recebeu a incumbência de defender um setor dos muros com "dez negros armados de espingardas, e chuços". Mais tarde, foi transferido para o porto, onde continuou o serviço com "os seus dez escravos que a todas as funções o acompanhavam fazendo rondas e sentinelas por toda aquela parte". Os escravos continuavam a ter os piores serviços mesmo em tempo de guerra, pois o governador mandou que o escrivão juntasse seus homens aos do capitão Pedro Lobo "Compostas de sessenta homens pretos" para que, numa perigosa expedição, saísse do recinto fortificado para demolir o que restava das construções extramuros a fim de fornecer madeiras para a confecção de plataformas para a artilharia.[54]

Em 4 de fevereiro de 1736, o governador ordenou uma saída a fim de tirar a faxina e estacas, a qual foi executada por 150 soldados e seus oficiais. Incorporaram-se ao grupo João Gonçalves Casão "com 80 negros armados com lanças e chuços com os quais conduziu cordões de faxina, estacas e algumas balas de artilharia que se acharam".[55]

A exposição ao inimigo poderia ser uma boa ocasião para a fuga dos escravos, mas a documentação não nos aponta isso. Pelo contrário, temos a notícia da deserção de um soldado da cavalaria encarregado "da guarda dos negros que trabalhavam na muralha juntamente com outros".[56]

Os espanhóis procuraram tirar vantagem da presença dos escravos entre os defensores de Colônia, oferecendo-lhes a liberdade caso desertassem e passassem para os domínios do rei Católico. O governador Antônio Pedro Vasconcelos também buscou favorecer a deserção entre as fileiras inimigas, porém não prometia nada aos escravos, dizendo que "não disputa aos escravos a fuga do

---

[53] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f . 111-111v.
[54] "Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo…" *Archivo Regional de Colonia*. *ARC*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, ff. 20-27.
[55] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 63.
[56] Idem, f. 67v.

domínio de seus senhores, por ser contra a moral cristã".[57] Provavelmente os portugueses não deixaram de se utilizar da contrapropaganda, como fizeram durante o cerco de 1705, quando o governador Sebastião da Veiga Cabral mandou espalhar o boato de que o governador de Buenos Aires queria reduzir toda a população sitiada à condição de prisioneiros e se apoderar dos seus escravos, escravizando também os negros e mulatos livres.[58]

Houve fuga de escravos de ambos os lados. Em 21 de janeiro de 1736, chegou ao forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo "um preto fugido do inimigo que andando sempre pela praia com água pelo pescoço com receio de o não recolherem veio ter ao dito forte aonde falou à sentinela para que lhe não atirassem". Foi então içado ao parapeito da muralha por um cabo e foi levado ao governador para que desse notícias do campo inimigo, embora o nosso cronista ressalte que seria prudente "fazem-se suspeitas por que em desertores ainda que falem verdade nunca é bom haver confiança".[59]

Em 19 de fevereiro chegou fugido um mulato, escravo de um vizinho de Buenos Aires. Em 6 de maio, vieram mais dois negros do campo espanhol. Em primeiro de junho, buscaram refúgio nos navios portugueses quatros negros "que tinham vindo fugidos de Buenos Aires em uma canoa". Porém, em 14 de maio temos a notícia da fuga de dois escravos dos portugueses durante uma saída das embarcações em busca de gado.[60]

Seria muito interessante sabermos o tratamento dispensado aos negros fugidos, se encontravam a liberdade entre os inimigos ou não, porém infelizmente as fontes consultadas não nos informam sobre isso. Sabemos, porém, que depois do armistício os escravos fugidos eram restituídos a seus donos, como aconteceu em setembro de 1737: "Em 6, domingo, chegou o bergantim Latino de Buenos Aires e pelo meio-dia chegaram 3 escravos de moradores da praça que desertaram depois da suspensão [da guerra] e por isso foram restituídos a seus senhores".[61]

As expedições de socorro

Em 19 de dezembro de 1735, sob a ordem do governador Vasconcelos o inglês naturalizado português e radicado em Colônia, Guilherme Kelly, conseguiu escapar do bloqueio espanhol a bordo do bergantim Paloma Real. Aproveitando-se da escuridão da noite navegou em direção ao Rio de Janeiro com uma carta do

[57] SYLVA, Silvestre Ferreira da. Op. Cit. pp. 72-75.
[58] Relación del sitio, toma, y desalojo de la Colonia…" In: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, 1928, tomo VI, nº 1 p. 205.
[59] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 56v.
[60] Idem, f. 82v.-85.
[61] Idem, f. 132.

governador, reportando a difícil situação em que se encontrava a Colônia do Sacramento.[62]

Em resposta aos pedidos de socorro de Antônio Pedro de Vasconcelos, o governador interino do Rio de Janeiro, o brigadeiro José da Silva Pais, mandou lançar um bando para sentar praça a toda pessoa que quisesse participar do socorro à praça sitiada. Oferecia ainda passagem e sustento aos casais que manifestassem o desejo de seguir para Colônia.[63] Apesar dos incentivos, o número de voluntários não deve ter sido grande, pois quando o governador ordenou a concentração dos efetivos do socorro no largo do Carmo, a fim de passar mostra às tropas de voluntários, também fez menção "a todos os mais que se têm sentado praça involuntários".[64]

A primeira expedição de socorro, sob o comando do sargento-mor Tomás Gomes da Silva, deixou o Rio em 15 de dezembro de 1735. Compunha-se de seis embarcações e levava trezentos e sessenta marinheiros, duzentos e cinquenta infantes, quarenta e dois Dragões das tropas de Minas Gerais e trinta e cinco artilheiros. Ao lado dos militares seguiam ainda oitenta e seis prisioneiros e vinte e cinco índios,[65] o que sugere que o sistema de recrutamento compulsório aplicado à população masculina do Rio foi insuficiente para completar o número de soldados necessários, tendo-se de recorrer aos prisioneiros e índios.

A chegada da primeira expedição de socorro garantiu a supremacia naval aos portugueses, ocasionando a retirada do governador de Buenos Aires, que levou consigo a infantaria e boa parte da cavalaria, deixando quinhentos cavaleiros no campo de bloqueio a fim de impedir a saída dos portugueses do recinto fortificado.[66] D. Miguel de Salcedo também mandou evacuar a ilha de São Gabriel, imediatamente ocupada pelos portugueses. Vasconcelos mandou construir uma bateria de seis canhões e defesas de faxina e terra para a defesa da guarnição que mandou instalar no local.[67]

O controle do Rio da Prata pelos portugueses garantia a chegada de víveres por via marítima e também era importante para manter o abastecimento de lenha, que se ia buscar principalmente nas ilhas próximas. Por vezes, se tentava alguma saída ao campo para buscar verduras e carne, porém estas eram mais arriscadas, pois enfrentavam a oposição da cavalaria espanhola.[68] Outro meio de remediar a fome era pescar nas proximidades da Colônia, mesmo arriscando-se a ser alvejado pela artilharia do inimigo.[69] Na maior parte do tempo se esperava por navios que

---

[62] MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 236.
[63] Bando do governador Silva Pais, 19/10/1735. ANRJ, cód. 60, vol. 19, f. 181.
[64] Bando do governador Silva Pais, 08/12/1735. ANRJ, cód. 60, vol. 19, f. 194v.
[65] SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit., p. 87.
[66] MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. Cit., vol, 1, p. 242.
[67] SYLVA, Silvestre Ferreira da. Op. cit., p. 93.
[68] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*. Op. Cit.,... f. 90v.
[69] Idem, f. 65v.

trouxessem mantimentos, que geralmente vinham do Rio de Janeiro[70] e por vezes da ilha de Santa Catarina e Laguna[71] ou mesmo Paranaguá, Cananéia e Santos, de onde vinha farinha, peixe e feijão.[72]

Entretanto, novos reforços navais estavam por chegar. Na Bahia, o vice-rei, conde das Galveias, tratou de organizar uma expedição de socorro que saiu de Salvador, a bordo de dois navios, em 31 de dezembro de 1735. Compunha-se de um destacamento de duzentos soldados aos quais se acrescentaram três capitães de infantaria e um de artilharia, três alferes, seis sargentos e cinquenta artilheiros. Os reforços foram divididos em quatro companhias: duas de sessenta soldados cada e uma de oitenta, enquanto outra reunia os cinquenta artilheiros.[73]

A escala das tropas da Bahia no Rio trouxe o medo da deserção e por isso o governador ordenou que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos quartéis consignados, sendo castigados como desertores os que se ausentassem deles. O castigo incluía as pessoas que ajudassem os desertores, incorrendo em pena de cinco anos de degredo em Angola.[74] Porém não havia só o risco de deserções, pois enquanto se esperava a partida da frota para Sacramento irromperam distúrbios entre os reforços vindos da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, causando um número de baixas não especificado por Simão Pereira de Sá, entre mortos e encarcerados.[75] Em 11 de março de 1736, outra frota, composta de três navios de alto bordo e quatro sumacas, deixou o porto do Rio de Janeiro com os reforços enviados da Bahia. Transportava duzentos infantes, cinquenta artilheiros e cento e cinquenta recrutas, além de provisões para os sitiados.[76]

Porém, se a chegada das expedições de socorro diminuía a pressão dos espanhóis sobre a Colônia do Sacramento, surgiram diversos atritos entre os moradores e os recém-chegados. O recrutamento forçado trazia diversos problemas, entre os quais o principal era a dificuldade em manter a disciplina entre homens sem treinamento militar. Mal desembarcado o destacamento da Bahia, "começaram os soldados com distúrbios e desgostos a inquietar a praça. Mostravam que da guerra não tinham experiência, menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso. Sabiam melhor contender com os domésticos que disputar com os estranhos", segundo Simão Pereira de Sá.[77]

Sigamos a descrição de outro cronista do sítio:

> Em 28 [de junho de 1736], quinta-feira, sucedeu haver um quase motim na praça entre os soldados da Bahia por que armando-se na praia do colégio

[70] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 96 e 115v.
[71] Idem, f. 89.
[72] Idem, f. 93
[73] MIRALES, José de. "História Militar do Brasil" [1762]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII, p. 172.
[74] Bando do governador Silva Pais, 10/01/1736. ANRJ, cód. 60, vol. 19, ff. 199-199v.
[75] SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit., p. 94.
[76] Idem, p. 95.
[77] Idem, p. 96.

> aonde se costumava vender o peixe uma pendência na qual queria um negro de um capitão de infantaria João Caetano dar com uma faca em um homem branco acudiram um ajudante e vários sargentos da praça a quem o dito negro não quis obedecer mas sempre foi preso e indo o dito ajudante dar parte lhe saíram ao encontro 4 soldados do sobredito capitão da cor honesta perguntando-lhe por que causa tinha mandado preso o negro do seu capitão e respondendo o ajudante com toda a cortesia continuaram com dissonâncias tão faltas de política como alheios da obediência militar.[78]

As disputas sobre a honra eram típicas da sociedade do Antigo Regime e por vezes envolviam os escravos dos oficias, como no caso que vimos acima. Uma afronta ao escravo equivalia à honra do seu dono. Se esse tipo de disputa era coisa corriqueira na época, não podia acontecer numa praça sitiada sem causar graves danos à disciplina e por isso o governador Vasconcelos resolveu desembaraçar-se do destacamento da Bahia mandando-o embarcar para Laguna a fim de buscar carne para o sustento de Colônia, de onde o destacamento saía "mal quisto com o povo por alguns insultos cometidos aos paisanos".[79]

Além das disputas entre militares de diferentes proveniências eram comuns os atritos entre civis e militares. Devido à sua elevada posição social em Colônia, o comerciante José Meira da Rocha recebeu o comando de uma companhia que incluía comerciantes e soldados. Meira da Rocha não deixou de registrar que durante os cinco meses em que comandou este grupamento teve de ter grande paciência para aturar a falta de disciplina dos seus subordinados, que pediam para almoçar e voltavam à tardinha ou pediam para jantar e só voltavam no dia seguinte. Caso se negasse a dar permissão para as suas saídas, iam queixar-se ao governador dizendo:

> que me não podiam aturar com impertinências e medos demasiados, que sempre queria ter ali a gente amarrada, e a trabalhar nos parapeitos, e que o melhor seria entregar a bateria a outrem e juntamente que ora queria estar sempre atirar ao inimigo, ora não queria, trocando as melhores ocasiões para as piores e, para dizer tudo, fizeram-me meio doido.[80]

O governador, por sua vez, tentava apaziguar os ânimos, recusando-se a castigar a falta de disciplina dos soldados e ordenanças, dizendo-lhe que "não estávamos em ocasião disso, e que sofresse eu 21 homens que também ele sofria toda a praça". As tensões entre os dois grupos manifestavam-se através do pouco caso com que os soldados tratavam a autoridade de Meira da Rocha, ausentando-se por longas horas dos seus postos e também através de queixas ao governador.

José Meira da Rocha estava consciente de que os atritos que tinha com seus subordinados eram consequência do seu empenho em cumprir bem sua missão, pois comentou que, no tempo em que comandava a bateria, mantinha todo o

---

[78] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 86v.
[79] SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit., p. 110.
[80] Carta de Meira da Rocha a Pinheiro, 26/04/1736. In: LISANTI, Luís (org.). Op. Cit. vol. 4, p. 395.

equipamento limpo e em ordem, com os canhões sempre carregados e apontados para o inimigo. A situação mudou completamente depois que o capitão Antônio Carvalho e sua companhia ocuparam o posto que anteriormente comandava, o qual descreve então como "mui diverso, por estar a artilharia uma descarregada, e outra desapontada, e tudo sujo e miserável, que certamente paga Sua Majestade soldo a homens que eles lhes deviam pagar a água que bebem no seu reino".

Segundo o mesmo, assim que o governador viu o estado em que se encontrava a bateria, deixada a cargo dos reforços vindos do Rio de Janeiro, ordenou a Meira da Rocha e seus colegas comerciantes que assim que ouvissem o sino anunciar um ataque inimigo acorressem para cuidar da artilharia. Porém, para Meira da Rocha tal cuidado não seria de grande utilidade, já que "na bateria ninguém hoje poderá parar em caso de assalto por estarem as pessoas nela a peito descoberto, por que como os parapeitos eram de surrões de couro cru cheios de terra, e neles não houve cuidado, apodreceu o couro, e a terra caiu ao mar". [81]

No entanto, a atuação mais importante dos comerciantes não era a sua participação ativa na defesa da praça, mas sim a de fornecer empréstimos que possibilitaram ao governador Vasconcelos realizar o pagamento das tropas. Segundo Simão Pereira de Sá: "A guarnição aflita e cansada, sobre a queixa de mal paga, violentamente obedecia, e servia com repugnância". Situação que foi remediada pelo oferecimento ao governador por "Domingos Alvarez Calheiros, José da Meira, e outros mercadores, cabedal bastante com que se fez pagamento geral às tropas, contentando assim a aqueles que pelas queixas se podiam fazer rebeldes aos superiores, traidores à pátria".[82]

Fome e doenças entre os sitiados

A notícia de que a Coroa espanhola preparava duas naus para aumentar as suas forças no Prata fez D. João V ordenar a ida de uma frota em socorro a Colônia.[83] A 25 de março de 1736, zarpavam de Lisboa duas naus de guerra e uma fragata, sob o comando do coronel Luiz de Abreu Prego. Seguia também o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, considerado um dos mais brilhantes oficiais portugueses, com larga experiência na Índia. Depois seguiram mais duas fragatas, que deveriam acompanhar a frota da Bahia, a qual zarpou em 21 de agosto.[84]

O brigadeiro José da Silva Pais, governador interino do Rio desde 12 de março de 1735, fora encarregado de armar alguns navios leves para se juntarem aos reforços, devendo se incorporar à expedição de socorro para comandar as

[81] Carta de Meira da Rocha a Pinheiro, 26/04/1736. In: LISANTI, Luís (org.). Op. Cit. vol. 4, p. 395.
[82] SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit. p. 75.
[83] Idem, p. 107.
[84] BARRETO, Abeillard. "A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro". In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol. 2, tomo 2, p. 9-17.

operações terrestres contra os espanhóis.[85] Nas instruções dadas ao brigadeiro se acrescentava que após a tomada de Montevidéu "se fortifique e guarneça em forma que nos livre de passar pela indecência de a abandonar ao primeiro ataque".[86] Nota-se que seu abandono em 1724 ainda não fora esquecido.[87]

Porém, a ofensiva contra Montevidéu foi frustrada, pois ao se posicionar ao largo da cidade, os portugueses deram-se conta de que, ao contrário das informações recebidas, as fortificações eram defensáveis e que o bloqueio naval não forçaria a sua rendição caso não conseguissem também estabelecer um bloqueio terrestre.[88] Parte da expedição ficou no bloqueio do porto de Montevidéu enquanto outra parte dirigiu-se para Sacramento, de onde se organizaram ataques terrestres contra o campo espanhol e navais contra as embarcações inimigas refugiadas na enseada de Barragán, situada nas proximidades de Buenos Aires.

Durante o sítio espanhol, as condições de higiene pioraram sensivelmente com a superpopulação do povoado, já que as pessoas que viviam no subúrbio buscaram refúgio no recinto fortificado. O pequeno espaço físico abrangido pelas fortificações, que tornava difícil o cotidiano dos moradores, piorou com a chegada dos reforços, pois os mantimentos não eram suficientes para todos. O início do inverno também causou o aumento de doenças, especialmente dos soldados que vinham de regiões de clima tropical.[89]

Como os mantimentos se faziam cada vez mais escassos e de pior qualidade, a disenteria fez várias vítimas, principalmente entre velhos e crianças. Para atender à urgência da ocasião, em 1736, o governador criou, às pressas, três hospitais para cuidar dos doentes, entregando ao boticário João Pedro Freire todos os medicamentos encontrados nos armazéns reais, além de garantir-lhe dois mil e quinhentos réis mensais para aviar suas receitas.[90]

O pedido do brigadeiro José da Silva Pais, comandante dos socorros enviados ao Rio da Prata, ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, de que se colocasse fim aos abusos nos gastos com os remédios, que já passavam de três mil cruzados, parece sugerir que houve especulação no valor dos mesmos.[91] No entanto, há muito tempo, João Pedro Freire pedia o reajuste dos

---

[85] Idem, p. 12-16.

[86] Idem, p. 95-98.

[87] POSSAMAI, Paulo. "Montevideo fortificado es outro Gibraltar". *Revista Estudios Históricos*. Rivera, n. 3, 2009, http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/paulo-possamai.pdf, acessado em 20 de abril de 2012.

[88] Carta de André Ribeiro Coutinho a Pedro Gomes da França Corte Real, 21/03/1737 In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. Op. cit., vol. 2, p. 113-129.

[89] "A este tempo, em que a guarnição estava entrada na estação do mais rigoroso frio, que é naquele país nos meses de maio até setembro, começaram os soldados dos destacamentos, proximamente vindos, a experimentar a falta dos ares pátrios, perdendo inteiramente a saúde, naqueles que por frigidíssimos se lhe mostravam estranhos; por cujo motivo picavam já as doenças a toda a guarnição, sem as poder reparar remédio algum". SYLVA. Silvestre Ferreira da. Op. Cit. p. 95.

[90] MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 1, p. 243-244.

[91] Carta de Silva Pais a Gomes Freire, 04/01/1737, Revista do IHGRS, 1946, nº 104, p. 393.

preços dos remédios que administrava à guarnição, alegando que com a morte de seu pai, boticário estabelecido em Lisboa, ele ficou impossibilitado de continuar a vender seus medicamentos de acordo com os preços regulamentados pelo regimento.[92]

Os crescentes gastos com a saúde parecem se relacionar antes ao aumento do número de doentes do que com a melhoria nas condições do atendimento. Silva Pais liberou os reforços do Rio de Janeiro do desconto a que eram submetidos para a assistência do hospital, pois embora esta fosse disposição do regimento do Rio, a guarnição de Colônia não era obrigada a contribuir com as despesas do hospital, através do desconto do seu soldo. Contudo, os militares cariocas não deixaram de reclamar que no hospital de Sacramento "morrem muitos soldados à míngua, por não terem um caldo de galinha e são tratados como se pode, e [portanto] não devem dar o vintém e eles o que lhe toca".[93]

No inverno de 1736, aumentaram os protestos dos soldados, especialmente dos que chegaram com os reforços do Rio de Janeiro e da Bahia, que não estavam acostumados ao clima frio da região platina. Às doenças causadas pelo frio, contribuíam para aumentar o descontentamento dos soldados a falta de mantimentos e o atraso no pagamento dos soldos.[94] Segundo Simão Pereira de Sá, nessa ocasião mesmo os animais domésticos foram sacrificados para conter a fome dos sitiados. As poucas galinhas que restavam eram vendidas a quatro mil réis, os gatos custavam meio peso espanhol e um quarto de cão, oitenta réis. Ervas silvestres e ratos também serviram de fonte de alimentação para os sitiados, enquanto as poucas rações de carne salgada, muitas vezes já em estado de putrefação, eram reservadas aos doentes.[95]

Em 4 de setembro o governador mandou dar a cada soldado "3 peixes tainhas e foi coisa de estima por que há bastante tempo que a praça se achava muito falta de mantimentos, sustentando-se a gente com farinha, toda a qualidade de ervas agrestes do campo e toda a imundície de animais como cavalos, gatos, cães e ratos". Cada soldado também recebeu quarenta réis por dia, porém tal quantia "não chegava para um homem comer uma vez e do mais que havia na praça ou vinha de fora tudo se vendia por um preço muito irracionável [sic]".[96]

Quando chegavam remessas de alimentos nos navios de socorro, não se sabia como cozinhá-las, pois não havia madeira disponível, e por isso "já não há casa que tenha porta interior, nem coisa de madeira que se não tenha queimado e muitos comprando carros para o mesmo efeito".[97] Além do problema ocasionado pela falta de lenha, havia a circunstância de que a maior parte dos mantimentos

---

[92] Carta de Meira da Rocha a Pinheiro, 26/06/1731. In: LISANTI, Luís. Op. cit., vol. 4, p. 339-340.
[93] "Registro da proposta, que eu, Comissário da Expedição, fiz ao Brigadeiro José da Silva Paes..." *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, 1977, vol. 1, p. 37.
[94] SYLVA, Silvestre Ferreira da. Op. cit., p. 95.
[95] SÁ, Simão Pereira de Sá. Op. cit., p. 105.
[96] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 93v.
[97] Carta de Prego a Gomes Freire, 04/01/1737. Revista do IHGRS, 1946, nº 104, p. 349.

recebidos era composta de farinha de mandioca e carne salgada, alimentos impróprios para serem consumidos pelos doentes, que ao invés de melhorarem, morriam por causa da dieta que lhes era imposta pelas circunstâncias.[98]

Por sua vez, as constantes remessas de alimentos com que as cidades do litoral brasileiro eram obrigadas a contribuir para com o esforço de guerra prejudicavam bastante a população local. D. Pedro Antônio d'Estrés, imediato da nau Nossa Senhora da Conceição, avisava Gomes Freire que seria impossível manter por muito tempo a Colônia do Sacramento sem garantir o acesso livre à campanha, onde se poderiam conseguir alimentos frescos, pois os salgados continuaram a causar muitas doenças e o Rio de Janeiro não poderia continuar a remeter mantimentos sem experimentar escassez de víveres que já acometia Salvador.[99]

O fim do cerco

No último ano do cerco à Colônia do Sacramento o imenso esforço de guerra já começa a preocupar as autoridades coloniais. Em janeiro de 1737, o vice-rei, Conde das Galveas, queixou-se ao governador interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça, de que para acudir Sacramento "será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos".[100]

De fato, o recrutamento forçado já começava a ameaçar a economia das áreas onde era praticado com maior intensidade. Em março de 1737, Martinho de Mendonça escrevia a Gomes Freire sobre a falta de oficiais nas forças de Minas Gerais, constantemente sangradas em benefício da Colônia do Sacramento. Dos últimos homens que enviara ao Rio de Janeiro, para dali seguirem rumo ao Prata, tecia um comentário pouco lisonjeiro, já que se tratavam de "novatos, e eram o último refugo de todos os destacamentos".[101] Em maio, o mesmo queixava-se de que "nas vilas do caminho velho se prende para a Colônia não só os vadios e moradores, mas os homens do caminho que vão buscar carregações ou vêm com elas". Preocupava-o, então, o fato de que o abuso no recrutamento compulsório, praticado nos caminhos que ligavam ao litoral, poderia gerar uma crise no abastecimento da capitania que administrava.[102]

A fim de aliviar a falta de alimentos na Colônia do Sacramento, ordenou-se a evacuação da população civil. No navio que comandava o bloqueio a Montevidéu, Silva Pais escreveu a Gomes Freire, em 24 de setembro de 1736, dizendo-lhe que: "escrevo à Colônia hoje mande logo para baixo parte das embarcações que foram com mantimentos e lhe recomendo muito mande nelas o

---

[98] Carta de Vasconcelos a Prego, 11/02/1737. Revista do IHGRS, 1945, nº 99, p. 87.
[99] Carta de Estrés a Gomes Freire, 19/12/1736. Revista do IHGRS, 1948, nº 109-112, p. 18.
[100] Carta do conde das Galveas a Martinho de Mendonça, 10/01/1737. Revista do *Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 271.
[101] Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 26/03/1737. Revista do APM, 1911, p. 403.
[102] Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 22/05/1737. Revista do APM, 1911, p. 429.

maior número de bocas inúteis pode ter naquela praça, para assim poderem chegar a mais algum tempo os mantimentos".[103] Três dias depois:

> se divulgou notícia certa de que o governador tinha ordenado que as famílias que quisessem ir para o Rio de Janeiro ou outra qualquer parte fizessem petição para serem despachados, supôs-se ser a causa por que todos os casais pediam mantimentos e como na praça não havia que chegasse para a gente de guerra concordaram entre ambos deixarem ir quem quisesse só a fim de ficar menos quem pudesse pedir mantimentos.[104]

Alguns dos casais que se retiraram de Sacramento foram enviados ao Rio de Janeiro, onde encaminharam pedido de ajuda para o pagamento da passagem e da alimentação, alegando não terem "coisa alguma de seu, que todo o seu cabedal, se algum tinham, ficou na dita praça onde gastaram enquanto acharam o que comprar para alimentos".[105] Para receber ajuda de custo da Fazenda Real os casais tinham de provar serem pobres, haverem feito parte do grupo que em 1718 foram povoar Colônia a pedido do rei e terem-se retirado dela sob ordem do governador Vasconcelos. Dos casais que fizeram o pedido em dezembro de 1736, só receberam a ajuda de custo de meio tostão por dia cada um, enquanto durasse o sítio de Colônia, Inácio Gonçalves, José de Almeida e Joana Maria, por apresentarem todos os requisitos necessários.[106]

Enquanto alguns casais seguiram para o Rio de Janeiro, outros foram mandados para o Rio Grande, a fim de dar início ao povoamento da região a partir de 1737, ano em que também os comerciantes abandonaram a praça, como vemos na carta em que, do Rio de Janeiro, Meira da Rocha escreveu ao comerciante lisboeta Francisco Pinheiro:

> Meu senhor, depois de me haver na Nova Colônia desenganado claramente de que os portugueses naquela paragem já não haviam de aliviar a praça nem fazer mais do que aturar as afrontas castelhanas, resolvi-me e mais os outros comissários dela a largarmo-la em poder dos militares que somente nela se acham, por que também as famílias paisanas de crianças e mulherio a desampararam, embarcando-se uns para este Brasil, e outros para o porto de São Pedro ou Rio Grande onde de presente se acham os socorros que desta haviam ido como também da Bahia e Pernambuco para a mesma Colônia, em cuja praça não pararam por terem os castelhanos à vista.[107]

Em 3 de janeiro, "saiu para fora a balandra do capitão Antônio da Costa Quintão seguindo viagem para Santa Catarina e Laguna e levou alguns casais que

---

[103] Carta de Silva Pais a Gomes Freire, 05/01/1737. Revista do IHGRS, nº 104, 1946, p. 388.
[104] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., p. 99.
[105] Registro da Provisão que fizeram os casais vindos de Colônia, 10/12/1736. ANRJ. Cód. 60, vol. 20, f. 146.
[106] Idem.
[107] Meira da Rocha a Pinheiro, 15/07/1737. In: LISANTI, Luís (org.). Op. Cit. vol. 3, p. 618.

correu [notícia] iam para o Rio Grande".[108] Vinte dias depois partiram três navios que "levaram várias munições de boca e guerra e vários petrechos para entregar nas nossas fragatas para a expedição que se dizia queria fazer o brigadeiro José da Silva Pais para o Rio Grande a povoar aquela paragem o que se não tinha por certo [...]; nestes navios se embarcaram bastantes casais para o Rio de Janeiro".[109]

Os que não seguiram diretamente para o Rio Grande de São Pedro foram para lá enviados sem muita demora. Em 1738, Gomes Freire remeteu para Rio Grande muitos casais que anteriormente haviam evacuado a Colônia do Sacramento com destino ao Rio de Janeiro e Laguna.[110]

A paz voltou ao Prata em primeiro de setembro de 1737, quando chegou a Sacramento a nau de guerra Boa Viagem com a notícia da assinatura do armistício em 16 de março do mesmo ano em Paris pelos representantes das Coroas portuguesa e espanhola, ordenando a cessação das hostilidades e a manutenção do *status quo*. Com o armistício de 1737, inicia-se uma nova fase da história da Colônia do Sacramento. Como bem observou Rego Monteiro, "terminou o período áureo da Colônia do Sacramento, jamais voltaram a ter seus arredores aquela riqueza de produção, que fazia dela a cobiça espanhola".[111]

De fato, de 1737 a 1777, o cotidiano dos habitantes de Sacramento foi marcado pelo bloqueio constante a que os espanhóis submeteram o povoado, o que levou o historiador uruguaio Aníbal M. Riverós Tula a compará-lo à também estratégica posição de Gibraltar,[112] possessão inglesa na costa sul da Espanha. A comparação da situação da Colônia do Sacramento com a de Gibraltar não escapou aos contemporâneos. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, que governou interinamente a capitania de Minas Gerais durante o cerco à Colônia de Sacramento previa grandes problemas em manter duas fortalezas tão distantes entre si como Colônia e Rio Grande, sendo "necessário sustentar presídios, como Inglaterra a Gibraltar".[113] Na correspondência trocada com o general Gomes Freire de Andrada, Martinho de Mendonça mostrava sua preocupação com a manutenção de uma praça mantida sob bloqueio contínuo, que também comparou a Mazagão, praça-forte portuguesa situada na costa atlântica do Marrocos.[114]

---

[108] ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*... Op. Cit., f. 112.
[109] Idem, f. 113.
[110] "Memória dos serviços prestados pelo mestre de campo André Ribeiro Coutinho..." 1740. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1936, vol. L, doc. n.º 16.839, p. 328.
[111] MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit. vol. 1, p. 331.
[112] RIVEROS TULA, Anibal M. "Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830". *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, 1959, tomo XXII, p. 149.
[113] Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 22/08/1736. Revista do APM, 1911, p. 372.
[114] Carta de Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 18/07/1737. Revista do APM, 1911, p. 446.

AS MISSÕES ORIENTAIS NAS VÉSPERAS DA CONQUISTA: OS GUARANIS FRENTE À EXPANSÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA (1756-1801)

Eduardo S. Neumann[*]
Alfredo C. Ranzan[**]

Durante a segunda metade do século XVIII as terras localizadas na extremidade meridional dos domínios Ibéricos na América Sul foram alvo de disputas acirradas entre as duas monarquias. Em tal contexto a população das reduções orientais - "pueblos de índios" pertencentes ao Rei de Espanha - por sua proximidade com os limites lusitanos, findou por contribuir na formação da sociedade sul-rio-grandense. Contudo, do ponto de vista da produção de conhecimento, este período apresenta-se como um "vazio historiográfico", uma lacuna na historiografia regional devido a hegemonia da matriz lusitana.[1]

Nessa matriz, a fronteira era concebida de maneira excludente, negando a presença das comunidades indígenas e de seus integrantes na formação do Rio Grande. Motivo pelo qual imperava uma concepção na qual os guaranis, por estarem vinculadas ao mundo colonial hispânico, eram vistos como inimigos dos interesses lusitanos e, o que transcorreu em tais povoados indígenas, antes de 1801, não pertencia à história do Rio Grande.[2]

Dessa forma, os guaranis missioneiros foram desconsiderados enquanto participantes na construção da sociedade sul-rio-grandense. O resultado é um desconhecimento a respeito das trajetórias dos guaranis que seguiram residindo ou abandonaram as reduções orientais do Uruguai depois da expulsão dos jesuítas. E, mesmo depois da saída deles, muitos indígenas permaneceram nas reduções.

Em sua grande maioria, os estudos dedicados ao período compartilham de uma interpretação que considerava tal época como de decadência geral, sobretudo quando contraposta à época anterior, motivo pelo qual os pesquisadores consideravam essa etapa sem qualquer atrativo para a interpretação histórica.[3] Por

---

[*] Professor do Departamento e do PPGHIS em História da UFRGS.
[**] Bacharel em História. Foi bolsista do projeto "Os Guaranis e a fronteira meridional: as reduções orientais do Uruguai depois dos Jesuítas (1756-1801)", entre agosto de 2009 a julho de 2010.

[1] GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

[2] Essa concepção nacionalista quanto a ocupação do Rio Grande está expressa na obra-síntese: VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

[3] Os trabalhos de história regional, que abarcavam o período missioneiro, tampouco demonstraram interesse pelo estudo da etapa posterior à expulsão dos jesuítas. Durante décadas os únicos autores que dedicaram atenção a este período, elaborando um capítulo a título de epílogo da história das reduções, foram: TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dous primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, 1922, 3 v, e PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954, 2v.

essa razão, até meados do século XX, a imagem de abandono maciço das reduções foi predominante na historiografia regional.

Os guaranis na periferia dos impérios ibéricos

Atualmente há consenso de que mesmo diante da expulsão da Companhia de Jesus dos domínios hispânicos, os núcleos urbanos missioneiros seguiram operantes e congregavam uma população considerável. A partir das mudanças introduzidas na administração das reduções foram ampliadas as possibilidades de inserção e interação dos indígenas junto à sociedade colonial. Momento marcado por constantes contatos e negociações entre os guaranis e as autoridades encarregadas da administração (espanholas ou lusitanas) e que, ao contrário do estereótipo atribuído e difundido até então pela historiografia, não foi um período de indiferença por parte dos índios missioneiros aos acontecimentos em curso. [4]

No período pós-jesuítico também merece destaque a liberalização da escrita indígena. A grande quantidade de textos escritos pelos próprios guaranis, depositados nos arquivos, comprova os novos usos que eles destinaram a sua competência gráfica. [5] Nos documentos escritos por índios uma parcela da população manifestava suas opiniões e dúvidas, bem como procurava intervir no rumo dos acontecimentos. Documentos reveladores quanto às atitudes dos guaranis em uma época de intensas mudanças administrativas nas monarquias Ibéricas. Afinal, a história dos guaranis nas reduções foi mais extensa, excedendo o período de permanência dos missionários.

Os debates historiográficos mais recentes, amparados pelos subsídios provenientes da pesquisa em arquivos, têm enfatizado o papel desempenhado pelos indígenas enquanto agentes sociais, privilegiando as estratégias adotadas frente às situações de conflitos e o seu papel como mediadores culturais. As pesquisas históricas sobre os guaranis que viveram nas reduções têm se aproximado da perspectiva da etno-história (ou antropologia histórica), resultado da maior interlocução com a antropologia e das reflexões sobre a própria natureza dos contatos culturais. Portanto, os índios que até então estavam ausentes, ou pouco presente nos trabalhos sobre as reduções, agora assumem a condição de sujeitos nos eventos em que estiveram envolvidos. Esta nova orientação é um reflexo da mudança de perspectiva quanto às próprias capacidades dos guaranis, renovação que tem permitido destacar as estratégias forjadas pelas diferentes sociedades indígenas.

---

[4] Para uma avaliação das possibilidades facultadas aos guaranis missioneiros diante do interesse lusitano em atrair novos vassalos para seus domínios, ver: GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio:* políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

[5] NEUMANN, Eduardo S. *Práticas letradas guaranis:* produção e usos da escrita indígena (Séculos XVII e XVIII). UFRJ/IFCS. Doutorado. 2005.

Assim, a mudança de visão a respeito do mundo indígena também implicou em uma retomada da problemática da fronteira, revelando aspectos outrora desconhecidos das transformações operadas nas sociedades indígenas inscritas nesses espaços abertos, nas áreas limítrofes entre os Impérios Ibéricos. Pois o mundo indígena não foi um receptor passivo das políticas e iniciativas que emanavam da sociedade hispano-americana, muito pelo contrário, foi capaz de elaborar respostas e gerar ações e atitudes próprias. [6]

Enfim, repensar a fronteira na América meridional implica em abandonar os clichês e as visões essencialistas geralmente difundidos pela historiografia tradicional quanto à atuação dos indígenas e investir em uma perspectiva que contemple a presença dos distintos sujeitos que participaram nas disputas territoriais, conflitos e guerras travadas no rio da Prata.

A expulsão dos jesuítas e as manifestações indígenas

No processo de expulsão dos jesuítas da América hispânica, a Coroa Espanhola achou importante - no tocante à questão indígena nas reduções do Paraguai - agir de forma diferente de como havia atuado na execução da demarcação do Tratado de Madri, na década de 1750. Fato que resultou na rebelião indígena conhecida como Guerra Guaranítica, pois, neste evento, os índios simplesmente foram comunicados, através dos jesuítas, que deveriam abandonar o núcleo urbano de suas reduções levando apenas os seus pertences e os dos povoados. Tal atitude parece ter sido recebida por grande parte dessa população como uma traição da Coroa espanhola, que cederia suas terras para os tradicionais inimigos, os portugueses, e daí se tornando uma grande razão para a oposição aos trabalhos de demarcação.[7]

Por ocasião da expulsão dos jesuítas, Francisco de Paula Bucareli y Ursua, Governador de Buenos Aires, logo após receber as instruções da Coroa Espanhola convocou os caciques e corregedores para comparecerem àquela capital, na qual eles permaneceram por vários meses e participaram de algumas atividades. Neste

---

[6] GRUZINSKI, Serge. *La colonización del imaginário.* Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. MEXICO: FCE, 1991; BOCCARA, Guillaume. "Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los processos coloniales de Etnogénesis, Etnificación y mestizaje en Tiempos de Globalización". In: *Mundo Nuevo Nuevos Mundos*, revista eletrônica, Paris, 2000. www.ehess.fr/cerma/revue/debates.htmp p.1-56; MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de livre docência. IFCH- Campinas, 2001; BOCCARA, G. "Gênesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel". In: *Memoria Americana* 13, Año 2005, p. 21-52;

[7] Este tema é frequente nas obras dedicadas ao estudo das missões jesuíticas. Entre os autores tradicionais, ver: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980. Para uma interpretação mais contemporânea sobre o tema, ver NEUMANN, E. Op. Cit, e GARCIA, E. Op. Cit.

período Bucareli fez diversas promessas aos líderes guaranis,[8] como reafirmar o privilégio de utilizarem o "Don" e a possibilidade de seus filhos se tornarem sacerdotes,[9] privilégios impregnados de valores do Antigo Regime, e que reforçava as diferenças internas já existentes, tudo com o propósito de evitar uma rebelião ao serem notificados da expulsão dos missionários.

A estratégia deu resultado. Ao final do encontro os caciques e corregedores presentes escreveram uma carta ao Rei Carlos III agradecendo a acolhida de Bucareli, os presentes e por colocar fim a sua miséria e ao trabalho feito escravos que realizavam para os jesuítas. Por outro lado, os cabildantes de *San Luis*, talvez incitados pelos jesuítas, também escreveram uma carta se contrapondo a esta onde afirmam que não eram escravos.[10]

O fato é que os jesuítas foram expulsos por uma expedição que passou pelos povoados em 1768 e, segundo as cartas do Governador e seus assistentes, entre eles as de Francisco Bruno de Zavala que se tornaria Governador Interino dos 30 povos, ele e seus representantes foram recebidos com "bons modos e alegria", isso quando não os esperava um banquete e música.

Entre os indígenas os que pareciam ter mais motivos para estarem com uma expectativa positiva com a mudança na administração eram os caciques. Eles que eram a base da organização social guarani, mas com os jesuítas perderam força e muitos não faziam parte dos *cabildos*. Os jesuítas preferiam recrutar jovens que eram desde criança criados próximos aos religiosos e, portanto, tinham tendência a se colocarem do lado deles. Isso fazia com que existisse uma disputa por poder político entre os caciques e os cabildantes. Já Bucareli e Zavala "para consumar sus fines, intento apoyarse en los caciques, anteriormente relegados por los jesuitas" e que tinham sua autoridade "basada en el prestigio, la palabra y la generosidad; y todas estas nociones se aglutinaban en el conocido concepto de la 'reciprocidad'".[11]

Para tanto havia o regime de comunidade, que de maneira geral organiza o trabalho do indígena, ao prever que o seu tempo fosse dividido entre o trabalho pessoal e para a comunidade. Mesmo com a saída dos jesuítas o regime de comunidade se manteve, porém com uma grande alteração. Refiro-me à separação entre as funções temporais e espirituais na administração das reduções. Assim forma-se dentro do mesmo povoado três instancias de poder: os padres, os

---

[8] WILDE, Guillermo. "La actitud guarani ante la expulsión de los jesuitas: ritualidad, reciprocidad y espacio social". *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Faculdad de Filosofia y Letras, UBA, n.8, p.141-173, 1999, p. 162.

[9] Não encontramos nas fontes e na bibliografia uma amostra que isso tenha realmente sido efetivado. KERN, Arno. A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 123 traz um caso de índio sacerdote em Buenos Aires, mas não deixa claro se ele seria proveniente das missões.

[10] GANSON, Barbara. "Our warehouses are empty: Guarani responses to the expulsion if the jesuitas from the Rio de la Plata, 1767-1800". In: GADELHA, Regina. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999, p. 41-54; p.47.

[11] WILDE, G. Op. Cit. p. 162.

administradores e os *cabildos*, que foram mantidos e, em princípio, deveriam estar vinculados ao administrador, mas como veremos nos documentos escritos pelos indígenas, tinham uma atuação autônoma fora desta esfera. Importante ressaltar que em sua maioria os administradores e os novos religiosos não tinham experiências anteriores com os guaranis, e que estas duas funções eram remuneradas.

Assim, ao analisar o memorial escrito pelos componentes do *cabildo* do povoado de *La Cruz* em 1769,[12] já podemos notar uma reclamação com relação ao novo religioso que deseja interferir na relação dos indígenas com a esposa do Governador Interino. Da mesma forma podemos verificar como eles valorizam o fato do Governador conhecer a língua nativa, "esplicando nos y conbersando las ordenes del Rey y enseñan en castilla tambien sabe lengua del Paraguai por eso el esplicar bien, y claro las orden deste Magestad no nos enseñando algunas falsedades".[13]

Mudanças administrativas no final do século XVIII

No início da década de 1770 o Governador de Buenos Aires, Bucareli, foi substituído por Juan José de Vértiz. O novo Governador não estava satisfeito com a forma de atuação da administração espanhola nos 30 povos, que após alguns problemas com o Governador Interino Riva Herrera, estavam subordinados unitariamente a Zavala, então auxiliado por três tenentes, responsáveis, cada um, por um grupo de povoados.[14]

Como mudança inicial nomeou Juan Angel Lazcano como administrador geral, sediado em Buenos Aires, para receber e vender os produtos que chegavam das missões, ficando ao seu cuidado a arrecadação de tributos. Também mandou que fosse executado um minucioso censo, nomeando o coronel Marcos Joseph de Larrazábal como responsável.[15] Da experiência deste censo, Larrazábal sugeriu a divisão dos povoados em cinco departamentos (Yapeyú, San Miguel, Concepción, Candelária e Santiago), dirigidos cada um por um tenente, o que foi estabelecido a partir de 1774.[16]

---

[12] *Archivo General de La Nación* – Buenos Aires, Argentina (AGN). Sala IX 18/5/1, nesta, e nas demais citações de documentos, será mantida a grafia e a pontuação original.

[13] Idem.

[14] MAEDER, Ernesto. *Misiones Del Paraguay: Conflicto y Disolución de La Sociedad Guarani*. Madrid: Mafre, 1992, p. 23 a 27.

[15] MARTÍN, Carmen Martinez. "El padrón de Larrazábal en las misiones del Paraguay (1772)". In: *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, 2003, 29: 25-50, p. 36-37.

[16] A restrição da responsabilidade de Zavala para apenas um departamento, entre outros pontos, o levou a uma batalha judicial contra Lazcano e a nova organização até pelo menos 1784. MAEDER, E. Op. Cit. p. 27 a 29.

Em 1784 Vértiz assume o cargo de Vice-rei no rio da Prata, função que ocupa com o retorno de Cevallos para a Europa em 1778.[17] Nessa ocasião ele aplica a *Real Ordenanza de Intendentes*. Tal *Ordenanza* estabelece a criação de Intendências, de modo que os Departamentos de *Yapeyú*, *San Miguel* e *Concepción* ficam a cargo de Buenos Aires, e *Candelária* e *Santiago* com a do Paraguai. No entanto a nova organização parece ter trazido mais confusão e disputas por jurisdição entre o Governador, Tenentes, Intendentes e o Administrador Geral das Missões.[18]

Época na qual foram redigidos vários documentos pelos cabildantes tratando de temas diversos. Um exemplo é o memorial do povoado de *San Borja*, escrito em novembro de 1771,[19] no qual os integrantes do *cabildo* informam ao Governador uma disputa de poder entre os dois religiosos que vivem nesta localidade. Chegam a denunciar que nesta disputa alguns sacristãos acabaram sendo agredidos por não saberem a quem deveriam prestar uma subordinação mais direta. Também neste memorial os cabildantes explicam que estão se dirigindo direto ao Governador, pois considerava ele capaz de resolver a questão, mais do que o Tenente do Departamento.

Outro bom exemplo é o memorial de 24 de abril de 1777 do povoado de *Loreto*, que se manifesta, também, sobre a conduta do Padre Cura. Neste documento é denunciado que o dito Padre (que não tem seu nome citado na carta), esta sempre atrás das mulheres e "amancebado" com pelo menos uma delas, além de aplicar castigos físicos sem justificativa e chama-os de "Indios Sucios, y Chinas Sucias".[20] Ao final do documento pede a substituição do religioso e se manifesta satisfeito com o Administrador que recentemente assumiu o cargo. No documento ainda transparece uma disputa interna entre os indígenas, já que a carta denuncia que o referido Padre prefere o antigo Corregedor ao atual, por aquele ser conivente com as suas atitudes. Para Wilde, que também analisa outros casos de disputas dentro da elite indígena, estes fatos ilustram "bien las ambiciones personales de los líderes y la capacidad que tenían para aprovechar las nuevas condiciones que se habían generado a partir de la expulsión".[21]

Temática diferente abordou o memorial escrito em *San Cosme* em janeiro de 1785. Logo no início já aponta uma modificação nas estruturas administrativas ao se referir ao "Señor Vi Rey",[22] cargo que havia sido criado com a elevação da região à condição de Vice-Reinado, em 1776. Desta forma, os cabildantes e

---

[17] O Vice-reinado do Prata foi criado em 1776, quando Pedro Cevallos liderou uma expedição, vindo da Espanha, para participar da disputa fronteiriça com Portugal, que incluía desde a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), Rio Grande e a Colônia do Sacramento.

[18] MAEDER, E. Op. Cit. p. 30 a 33 e POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]*. Posadas: Universitaria, 2 ed. 1998, p. 71 a 74.

[19] AGN. Sala IX 22/2/7

[20] AGN. Sala IX, 17/6/3.

[21] WILDE. G. Op. Cit., p. 228.

[22] AGN. Sala IX 17/7/2.

caciques resolvem se reportar direto ao Vice-Rei, talvez porque não estivessem satisfeitos com a nova divisão implantada na administração dos povos. Esta divisão estipulava que *San Cosme*, pertencente ao departamento de *Santiago*, e o departamento de *Candelária*, seriam de responsabilidade da intendência do Paraguai, não de Buenos Aires. A principal queixa dos missioneiros é pela não conclusão da igreja que havia começado a ser construída ainda na época dos jesuítas.

Por sua vez, o cabildo de *San Miguel* e os caciques se manifestam sobre o administrador recém nomeado para assumir o povoado. Em 14 de julho de 1786 eles escrevem uma carta na língua guarani, que é traduzida a pedido do Governador Intendente Don Manuel de Lassarte y Esquivel. O referido documento inicia com o relato das riquezas do povoado e, em seguida, passa a denunciar que o Administrador indicado para assumir o povoado, Don Manuel Burgo, já é conhecido por seu péssimo trabalho em *San Juan*. Assim, solicitam para que ele não seja confirmado no cargo, já que "empobrecerá este Pueblo" além de ser "algo apasionado a tomar el aguardiente".[23] Também é de se destacar a presença de Primo Ybarenda neste documento, indígena de longa experiência nos trâmites burocráticos.[24] Ybarenda desempenhava a função de secretário da redução de São Miguel e redigiu a sentença "a ruegos de todos los Caciques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarenda"[25]. Deste modo parece que os caciques solicitam auxilio de alguém de confiança, aparentemente fora do *cabildo* naquele momento. Ybarenda atuava como um avalista, uma pessoa isenta de suspeita, por sua trajetória como notário por várias décadas.

Entre os documentos há diversas manifestações indígenas, em geral nos processos em que integrantes dos *cabildos* estavam envolvidos. Como no caso de um processo iniciado em 1789 no povoado de *San Lorenzo*,[26] no qual o *maestro* de primeiras letras é acusado pelo administrador e membros do *cabildo* de não ter cumprindo com suas obrigações, além de agredir crianças com chibatadas, o que estaria fazendo com que elas fugissem. Este processo durou mais de 5 anos e tem mais de 100 páginas, demonstrando muitos pontos esclarecedores em relação as possíveis manifestações indígenas. Uma delas é a discussão a respeito de uma possível manipulação por parte do administrador sobre os cabildantes, para que estes fizessem a denúncia. Outra é a citação de Pasqual Arenguati, Corregidor de *San Miguel* e cabildante, pelo menos, desde 1786. Ele é mencionado, no memorial ora analisado, pelo Governador dos 30 Povos. A sua "civilidade" e qualidade

---

[23] AGN. Sala IX. 18/3/5.

[24] Primo Ybarenda esteve presente nos conflitos da demarcação do Tratado de Madrid e teve sua trajetória traçada, a partir de 4 documentos por: NEUMANN, E. "Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII". In: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Passo Fundo: Mérito, 2009, vol. 5, p. 268.

[25] AGN. Sala IX. 18/3/5.

[26] AGN. Sala IX 31/5/7

gráfica foi mencionada pelo Vice Rei, por ocasião do envio de uma correspondência no ano de 1790.

Lutando pelas fronteiras na América colonial

A situação da fronteira meridional na América seguia indefinida mesmo depois de todas as iniciativas tomadas no sentido de equacionar diplomaticamente o problema de limites entre os Impérios Ibéricos.[27] Assim, foram constantes as movimentações de tropas que envolveram grande parte da população residente entre a Colônia do Sacramento até a Ilha de Santa Catarina. Durante este período os índios missioneiros estiveram envolvidos em vários acontecimentos e, provavelmente, um dos documentos mais reveladores para entender a atuação dos indígenas na disputa pelas fronteiras americanas seja a "Razon de los índios enpleados en el Real Serbizio"[28] do povoado de *San Lorenzo*.

Este documento, escrito pelos cabildantes e administrador em 1779, relaciona diversas serviços prestados pelos índios que saíram do povoado entre 1772 até a data em que foi feita a descrição, e o tipo de trabalho que realizavam. Vamos acompanhar alguns exemplos:

Em 8 de março de 1773 saíram 12 índios, entre eles o Capitão Don Antonio Taperobi, para trabalhar nas obras de Maldonado e Santa Teresa. Lá se encontram até a data da *Razon*. Note-se que o forte de Santa Teresa havia sido tomado dos portugueses poucos dias antes da conquista de Rio Grande em 1763, e junto com Maldonado era importante ponto de apoio militar para a manutenção deste espaço sobre o domínio espanhol.[29]

No dia 2 de julho, do mesmo ano, saíram para a Guarda de São Matinho 8 índios e seu Capitão Ignácio Ayruca. Lá ficaram por 9 meses sendo sustentados pelo povoado com ração, armas e cavalos. A Guarda de São Martinho do Monte Grande estava "situada na serra deste nome, à margem da estrada aberta por Gomes Freire, ao tempo da Guerra Guaranítica, para comunicar o vale do Jacuí com as Missões",[30] esta localidade havia sido tomada pelos espanhóis após a

---

[27] Em 1761, após a ascensão de Carlos III, as monarquias ibéricas assinam o Tratado de El Pardo, anulando o de Madri. Porém a situação seguia instável nas fronteiras americanas e, em 1763, tropas espanholas atacam e conquistam a Vila de Rio Grande e Colônia. No mesmo ano é assinado o Tratado de Paris que proporciona a devolução da Colônia, mas não Rio Grande. Inconformados com a não devolução de Rio Grande as autoridades sulinas da América portuguesa preparam a retomada da Vila, o que só será efetivado em 1776. Com o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, a paz é novamente acertada, ficando a Espanha definitivamente com a Colônia e Portugal com Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina. Estas mudanças são mais detalhadas em: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980, p. 165 e seguintes; BIASI, Susana. *Conflictos hispano Portugueses en el Plata, 1750-1777*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

[28] AGN. Sala IX 22/2/7

[29] CESAR, Op. Cit., p. 170.

[30] Idem, p. 190

invasão de Rio Grande e era uma preocupação constante portuguesa devido à proximidade com Rio Pardo. Em outra expedição, saíram mais de 40 índios que foram surpreendidos pelos portugueses, e perderam tudo. Ao final da jornada apenas 14 índios conseguiram regressar ao povoado. Ainda nesse ano partem 15 índios para o recém construído forte de Santa Tecla,[31] próximo a região onde hoje se encontra Bagé, comandados pelo Capitão Don Alverto Caracará. Foram com 60 cavalos e voltaram no ano seguinte faltando 8 animais.

Em 1774 são descritas duas saídas para suprir de alimentos os indígenas em *Real Serbizio*, uma, em janeiro, foi "cojer ganado de los Campos de San Miguel para mantener los índios que estaban em La guardia de San Martin".[32] A outra descreve a doação de "viscocho", erva e milho para índios do Paraná que estavam no povoado de *San Miguel*. Expondo que não só os moradores dos povoados próximos ao rio Uruguai estavam envolvidos com a movimentação ali existente, uma vez que os "índios del Paraná" deve se referir aos povoados próximo ao rio com o mesmo nome e, portanto, mais distante da zona de conflito. No mesmo ano, outras duas partidas estavam envolvidas com a fabricação de armas. Uma que foi coletar taquaras utilizadas na construção e outra que enviou dois ferreiros para o povo de *San Miguel* para este fim.

O ano de 1775 é um período de intensa movimentação dos portugueses que preparam a retomada de Rio Grande. No dia 12 de fevereiro saem 8 índios com o Capitão Gerbacio Caracara com ração para 6 meses e cavalos, com destino a Santa Tecla. Lá ficam durante o sítio português até se retirarem para Montevidéu, perdendo todos os cavalos para os inimigos. Em outubro partem mais duas carretas com ração para Santa Tecla e 10 índios para a guarda de São Martinho, perdendo mais alguns animais.

Segundo Guilhermino Cesar[33] a Guarda de São Martinho é tomada pelo Sargento-mor Rafael Pinto Bandeira e 200 homens no mesmo mês de outubro. Em fevereiro de 1776, com o reforço do Sargento-mor Patrício José Correa da Câmara, ocasião em que contabilizavam mais de 600 homens é sitiado Santa Tecla, que se rende no mês de março.

> Estipulou-se na ata de rendição que a guarnição vencida sairia com todas as honras, livre, pela porta principal, com suas armas e doze cartuchos de cada uma, menos granadas, e a bandeira desfraldada. Tiveram, ainda, como concessão especial, quatro carretas e bois para puxá-las, 105 cavalos, 20 reses para o sustento. Os enfermos e feridos seriam tratados como se nossos fossem, e logo tivessem alta receberiam salvo-conduto e auxílios de viagem.[34]

[31] Idem, p. 183.
[32] AGN. Sala IX 22/2/7
[33] CESAR, Op. Cit., p. 190191
[34] Idem, pg. 192

No ano de 1776 não foi registrada a saída de nenhuma tropa do povoado. Em 1777 saíram o "capatas" espanhol e oito índios para a Costa do Monte Grande (provavelmente o mesmo do Forte de São Martinho). Foram surpreendidos pelos portugueses e perderam armas e cavalos. Também perderam 8 dos 40 cavalos que levaram para o acampamento de São Miguel, os 10 índios que lá ficaram entre julho e agosto. No mesmo ano ainda estão registrados saídas para o Paço do Piratini e o trabalho de 2 ferreiros que foram para o povoado de *San Miguel*. Finalizando a listagem, ainda em 1777, são registradas duas saídas para trabalharem na reconstrução de Santa Tecla, uma em maio outra em dezembro. No total foram relacionados 20 saídas, envolvendo mais de 170 índios, além de centenas de animais e diversos bens materiais entre alimentos, armas e utensílios. Chama atenção o minucioso controle que o *cabildo* tinha destas movimentações, lembrando que se tratava de apenas um povoado.

Ao final do documento é ressaltado que, em quase todos os casos, as pessoas envolvidas no "Real Serbizio" foram mantidas pelo povoado de comida, animais e armamentos, destacando a importância destes trabalhos, e do povoado, para a manutenção da fronteira. Da mesma forma indica que os indígenas tinham noção da importância desses trabalhos prestados e por isso faziam questão de manter o controle e divulgar os feitos realizados.

A Relação de serviços descrita acima permite evidenciar que os guaranis das reduções seguiam nos planos das autoridades coloniais para as mesmas atividades que executavam anteriormente. Desta forma, acreditamos que é significativa a presença de guaranis das reduções nestas disputas de fronteiras, mostrando que a prática de requisitar a mão-de-obra indígena para o serviço da coroa, fora do povoado de residência, continuava bem presente, como havia sido durante a administração dos jesuítas.[35]

Além da defesa das fronteiras, em que compareciam atuando como soldados a serviço da Coroa espanhola, a população guarani missioneira também era cobiçada como força de trabalho pelos moradores dos núcleos urbanos da região.

Fim do regime comunitário e a mudança de aliados

Na última década do século XVIII, a situação dos povoados era de decadência material e populacional, em boa medida devido às más administrações, seja por incompetência, corrupção ou disputas judiciais. Complementando o quadro desfavorável, os Vice-Reis que atuaram neste período demonstraram pouco interesse e nada fizeram de efetivo para melhorar essa situação. Muito disso,

[35] NEUMANN, E. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

talvez, se devesse a grande rotatividade destes Vice-Reis, já que cinco diferentes personagens ocuparam este cargo em apenas 10 anos.[36]

Desta forma, em termos de realizações, somente o último promoveu uma intensa reforma na administração das Missões. Gabriel de Avilés y del Fierro assumiu o cargo em 14 de março, e já tinha como obrigação responder uma Real Ordem de 30 de novembro de 1798, que estipulava que ele "debia informar dando su parecer sobre el problema, y se lo facultaba para que interinamente tomase providencias para contener desórdenes y abusos em el gobierno y administración de los pueblos".[37] Com esse objetivo, e mais a ajuda do seu secretário Miguel de Lastarria, remeteu questionários para governantes, religiosos e militares da região. Segundo Maeder, "la mayoría de los cuales opino en favor de la libertad de los índios". [38]

Depois de coletadas as informações, Avilés assinou um auto em 18 de fevereiro de 1800 que "decretaba la liberación de una lista de 323 familias guaraníes consideradas 'capaces de mantenerse por si' (Lista [17-8-1799])". Estas famílias, provenientes de 28 povoados diferentes, tinham direito à propriedade para si e seus descendentes, além disso, os libertos foram mantidos pela sua comunidade até o ano seguinte. [39]

Para Maeder entre as propostas do auto estavam o "libre comercio con españoles, extinción de las encomiendas en los pueblos de índios del Paraguay, y mantenimiento por um cierto tiempo del régimen de comunidad en Missiones, pero bajo el celoso control". A reação entre os libertos parece ter sido muito positiva, no entanto, o autor afirma que depois do início de entusiasmo, os que ficaram se revoltaram, gerando queixa também dos Administradores e Curas. Até que novas instruções estabeleceram a cobrança de um peso anual para a manutenção dos povos, embora também dispusesse novas liberdades e favorecimentos para *criollos* e mulatos casados com índias.[40]

De qualquer forma uma situação que trouxe controvérsia na liberação foi uma discussão sobre o parentesco, já que muitos interpretaram a designação "família" como a totalidade de sua rede de parentes. Poenitz & Poenitz traz casos em que para cada um libertado, junto foram entre 10 a 50 pessoas a mais, o que levou Avilés a escrever instruções mais claras[41]. Outra questão de interpretação é a noção do termo liberdade. Para Wilde, "en las cartas escritas por ellos mismos en su lengua la palavra 'libertad' aparece en castellano, lo que acaso indica que no

---

[36] Os Vice-Reis que atuaram no Rio Prata no período foram: Nicolas del Campo (1784/89), Nicolas Arredondo (1789/95), Pedro Melo de Portugal (1795/97), Antonio de Olaguery y Feliú (1797/99) e Gabriel de Avilés y del Fierro (1799/1801). MAEDER, E. Op. Cit., p. 195.
[37] POENITZ, E & POENITZ, A. Op. Cit., p. 77.
[38] MAEDER, E. Op. Cit., p. 201.
[39] WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, p. 269-207.
[40] MAEDER, E. Op. Cit., p. 202/203.
[41] POENITZ, E & POENITZ, A. Op. Cit., p. 80.

formaba parte del universo conceptual do nativo".[42] O termo estava ligado a possibilidade de movimentação pela campanha e de participar de intercâmbios com os outros atores que ali habitavam sem necessariamente perder os laços com a comunidade de origem.

Apesar destas questões, no final de fevereiro de 1801 Avilés foi nomeado Vice-Rei do Peru e em "20.V.1801 transmitió el mando en Buenos Aires a su sucesor Joaquín del Pino. Para esa fecha, el programa de libertades sumava ya 6.212 indios de los 42.885 que subsistían en los pueblos".[43] Logo após Joaquín del Pino assumir, chegou informalmente à capitania do Rio Grande de São Pedro a notícia da declaração de guerra da Espanha contra Portugal.[44]

Com a notícia Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, governador da capitania divulgou um "edital no qual ordenava aos vassalos portugueses reconhecerem a Espanha como inimiga, assim como outros editais em que perdoava todos os desertores que se apresentassem para a guerra".[45] Entre os anistiados estavam alguns gaúchos, ou gaudérios,[46] que conheciam bem os índios dos convívios na campanha, sendo eles próprios, muitas vezes, mestiços filhos de indígenas. Um deles, José Borges do Canto se apresentou ao tenente-coronel Correia da Câmara e manifestou o desejo de "hostilizar" as missões e teria solicitado homens e armas. Diante da impossibilidade de suprir estas necessidades o tenente-coronel teria disponibilizado munição e incentivado Canto a arregimentar seus conhecidos para a tarefa. Dentre os recrutados estava Gabriel Ribeiro de Almeida, filho de índia guarani e conhecedor do idioma nativo, assim como Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro da região que formou outra frente de ataque, no total, em torno de 40 homens foram reunidos.[47]

Assim, este ataque não oficial e com um contingente modesto, deve seu sucesso muito a disposição dos indígenas de se aliar com os portugueses e para isso a negociação na língua guarani pode ter sido muito importante. A habilidade na língua guarani era valorizada pelos indígenas e muitos administradores espanhóis não dominavam. Garcia[48] mostra como em vários momentos e, especialmente antes da tomada de *San Miguel*, os portugueses e indígenas trocaram informações sobre as missões. Além disso, nos primeiros ataques as estâncias e acampamento onde estavam os indígenas e espanhóis, a explicação de que a guerra era contra os espanhóis e não contra os nativos, e demonstrações de reciprocidade, como a divisão do butim, foram fundamentais para que alguns indígenas aderissem à proposta portuguesa. É significativo que a ocupação

[42] WILDE, G. Op. Cit., p. 275.
[43] MAEDER, E. Op. Cit., p. 203.
[44] GARCIA, E. Op. Cit., p. 189.
[45] Idem.
[46] Habitantes dos campos do sul. Viviam do contrabando e *faenas* de gado e couros, mais informações em: WILDE. Op. Cit., p. 297 e GARCIA. Op. Cit., p. 190-191.
[47] GARCIA, E. Op. Cit., p. 191.
[48] Idem, p. 195

portuguesa tenha começado por este povoado que, como vimos, tivera ao longo das últimas décadas lideranças reconhecidas por sua "civilidade" e qualidades gráficas.

Após a tomada desta importante redução, a entrada nos demais povoados do Departamento parece ter sido mais tranquila. Integrantes do *cabildo* de *San Juan* e *Santo Angel* chegam a escrever uma carta na qual "informavam estarem rendendo vassalagem à Coroa portuguesa, incluindo armas, povos, territórios e demais posses",[49] respondendo no mesmo dia o aviso que Canto manda aos demais povoados sobre a rendição de *San Miguel*. Além de entregar o aviso, Gabriel de Almeida assistiu as festividades e convidou os religiosos a permanecerem nos povoados, o que foi aceito por alguns. Estes fatores aliados às promessas de respeito as suas hierarquias ajudaram a consolidar a aceitação. Em *San Borja* a rendição foi um pouco mais demorada, mas diante da proposta dos espanhóis de abandonar o povoado e fugir para o outro lado do rio Uruguai, os indígenas decidiram ficar em suas terras e se aliar aos portugueses.

Transparece nestes fatos que, apesar das divisões entre os indígenas que habitavam estes povoados, a maioria aceitou a decisão tomada pelos integrantes do *cabildo*, já que não encontramos relatos de grandes fugas ou resistências depois da rendição. Por outro lado, apesar de Garcia afirmar que "a conquista das missões foi sendo construída durante as negociações",[50] o que parece ter acontecido realmente, não podemos descartar a hipótese de que alguns integrantes do *cabildo* tenham feito a solicitação antecipadamente por escrito ou oralmente. Pelo contrário, aparentemente essa possibilidade foi bem real, como apontam Aurélio Porto[51] e Hemetério da Silveira.[52] Mesmo que nenhum dos dois tenha visto tal carta, e sabendo que, suas intenções não eram ver a agencia indígena, mas qualificar o ato como um pedido desesperado por ajuda. Acreditamos que o ato poderia ser uma amostra de que estavam dispostos a negociar. Além do mais, as manifestações analisadas ao longo deste texto corroboram a possibilidade de contato prévio, mesmo que o consenso em torno da aliança com os portugueses tenha se criado durante as negociações.

Das alianças à dispersão missioneira no Rio da Prata

Depois de consolidada a entrada das tropas portuguesas nas 7 missões orientais, foi instituído um comandante-geral, indicado pelo governador do continente do Rio Grande. No entanto os *cabildos* foram mantidos, e apenas os

[49] Idem, p. 196-201.
[50] Idem, p. 201.
[51] PORTO, A. Op. Cit.
[52] SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909], p. 64-65.

cabildantes contrários à presença portuguesa foram removidos, ainda assim os novos foram eleitos pelos moradores conforme a prática comum.[53]

Apesar do debate diplomático que a questão dos povoados orientais suscitou entre as coroas ibéricas, a situação seguia muito instável a nível local, no qual transcorriam alguns confrontos e o contra-ataque espanhol parecia eminente. Com um contingente pequeno de soldados e diante desta situação, a ajuda militar dos indígenas se tornou imprescindível. Conforme Garcia:

> Tal como no caso dos *cabildos*, as milícias já existentes nos povos foram mantidas após a conquista, embora com a introdução de algumas modificações significativas. Dentre elas, certos privilégios outorgados aos índios que tinham auxiliado os lusos na conquista, como o pagamento de soldo aos milicianos.[54]

Assim, mesmo depois da paz com o Tratado de Badajós, a possibilidade de devolução das 7 reduções ainda era grande. Neste contexto, o índio João Antonio Yaicha, Capitão dos Naturais do Povo de *San Borja*, faz um requerimento em 1802, no qual pede para

> cazo fique os Povos para Espanha como de antes, lhe conceda a o Superior e a seos soldados, e família respectiva, o retirarem-se para as fronteiras do Rio Pardo, determinando-lhes o Senhor Governador Hum pedaço de Campo, onde se conservem o Superior, e seos soldados em defesa dada referida Coroa de Portugal, onde mais útil for a mesma Coroa, exentando-os de outros serviços que não pertenção a armas.[55]

Com esta manifestação, ao que tudo indica, estava consumada entre os indígenas a adesão à monarquia portuguesa e concluída a "Conquista das missões orientais". Cabe ressaltar que a ida de indígenas para Rio Pardo era estimulada pela Coroa portuguesa, que sempre manifestou interesse em atrair o maior número de guaranis egressos das reduções para os seus domínios onde, por sua posição estratégica e longevidade, se destaca o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo.[56] Além do mais os luso-brasileiros reconheciam a importância do apoio das milícias indígenas para a manutenção da fronteira.

Desta forma, em 25 de janeiro de 1802, é enviada pelo administrador das missões Joaquim Félix da Fonseca uma carta para o governador do Rio Grande expondo a situação dos religiosos que estavam nas missões, incluindo alguns que ficaram após a entrada dos portugueses. Nesta carta, na qual o requerimento esta anexado, Félix da Fonseca corrobora o pedido do Capitão dos Naturais, expondo que

---

[53] GARCIA, E. Op. Cit., p. 276.
[54] Idem, p. 283
[55] AHRS - Fundo Autoridades Militares. Joaquim Felix da Fonseca. Maço 3 (1802).
[56] MELO, Karina Moreira. *A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo nos oitocentos: mais de um século de histórias vividas por índios guaranis*. Dissertação: PPGHIS/ UFRGS, 2011.

> Este natural, a quem eu, por elle me pedir, e ser assim consciente, confirmei a nomeação de Capitão, que o Sargento mor Jose de Moraes [antigo administrador português das missões] havia feito delle, tem effectivamente, com a companhia que depois formou, servido com hú zelo, e actividade, que admira, devendo eu manifestar a V. Sª, que não só he certo o que elle expõem no requerimento, mas que he digno de que V. Sª o attenda como lhe parecer conveniente.[57]

Apesar da expectativa gerada pela mudança de vassalagem, quando passaram à égide de Sua Magestade Fidelíssima, os guaranis que ainda residiam nas reduções orientais gradativamente intensificam o abandono de seus povoados. Os trabalhos realizados no mundo rural - principalmente os ligados a agro-pecuária e extração de erva-mate - além da construção e navegação fluvial, foram ocupações atraentes para os indígenas que haviam experimentado em algum momento a vida em redução. Assim, muitos buscavam ocupação em alguma propriedade ou tomavam o rumo das cidades para encontrar trabalho. Uma parcela ainda migrou para outras áreas do território missioneiro estabelecendo núcleos de povoamento, embrião de futuras paróquias.

Porém, outros foram atraídos pelo chamado de algum *caudillo,* liderança regional que convocava os homens a pegar em armas pela pátria, nas guerras de independência protagonizadas na região. A dispersão dos guaranis, qualquer que fosse a motivação, havia sacramentado a dissolução definitiva da experiência missioneira.

[57] AHRS - Fundo Autoridades Militares. Joaquim Felix da Fonseca. Maço 3 (1802).

GUERRA E MEDO NA PORÇÃO EXTREMO-SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA: A INVASÃO ESPANHOLA (1763)

Francisco das Neves Alves[*]

O século XVIII constituiu uma época prenhe em guerras que, tendo por epicentro a Europa, iriam espalhar suas consequências em diferentes partes do globo, originando-se um processo de mundialização dos conflitos bélicos que viriam a adensar-se nas centúrias seguintes. As questões dinásticas, a luta pela hegemonia continental e os conflitos de natureza colonial foram alguns dos fatores motores de tais guerras que serviam à consolidação das nacionalidades em vários dos países europeus. Nessa época, Portugal e Espanha haviam perdido o status de nações hegemônicas e passavam cada vez mais a atuarem como satélites de outros estados mais poderosos, no intrincado quadro das relações internacionais. De acordo com tal posição, nos diversos enfrentamentos que se desencadeavam, os dois países ibéricos adotariam posições antagônicas, pois, em linhas gerais, enquanto os portugueses aliavam-se à Inglaterra, os espanhóis o faziam em relação à França, duas das nações que mais intensamente confrontavam-se pela preeminência mundial.

As várias guerras ocorridas na Europa promoviam efeitos indeléveis no continente americano onde também se digladiaram lusos e hispânicos, mormente no que tange à fronteira extremo-sul de suas possessões. Em 1680, a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, em seu projeto expansionista em direção à região platina, constituiria verdadeiro momento de inflexão histórica nas relações entre os dois países ibéricos. Os espanhóis não aceitavam a possessão portuguesa, estabelecendo-se um ciclo histórico de cercos, ataques, destruições e apropriações da Colônia, com a posterior devolução aos portugueses, para mais adiante, iniciar-se novamente o processo. Tais enfrentamentos levariam os lusos a buscarem fixar-se nas terras do extremo-sul do Brasil, com a fundação do povoado do Rio Grande, em 1737, com a função precípua de servir como um ponto estratégico de apoio à Colônia do Sacramento.

Desde a década de 1750, prolongando-se à seguinte, se desencadearia mais um conflito bélico europeu, com a Guerra dos Sete Anos, na qual, uma outra vez, Portugal e Espanha estariam em lados opostos. As repercussões na América não seriam diferentes e as autoridades governamentais hispânicas promoveriam mais uma conquista da Colônia do Sacramento, mas, desta vez, avançariam ainda mais sobre o território luso e, em 1763, ocupariam as fortificações de Santa Teresa e São Miguel, chegando até a Lagoa dos Patos e invadindo a povoação do Rio Grande. Ainda que as negociações de paz na Europa tenham determinado a devolução de

[*] Professor de História – FURG. Doutor em História – PUCRS. Pós-doutorado junto ao ICES – Portugal.

territórios conquistados, os espanhóis o fizeram apenas em relação à Colônia do Sacramento, permanecendo com a posse da localidade do Rio Grande, a qual só viria a ser reconquistada pelos portugueses em 1776.

A fundação do povoado do Rio Grande se dera a partir do forte Jesus, Maria, José, desenvolvendo-se em seu entorno e, posteriormente, da igreja matriz de São Pedro o núcleo urbano. Os povoadores da jovem possessão lusa em terras sulinas enfrentaram as mais variadas dificuldades que passavam pelas intempéries climáticas e chegavam à enorme dificuldade de abastecimento de parte da metrópole, ficando muitas vezes os colonos abandonados à própria sorte. Além de uma série de estorvos a serem vencidos, esses primeiros habitantes defrontavam-se com um obstáculo ainda mais sério, pois, ao ocuparem um território fronteiriço e até mesmo em litígio, se deparavam com a perigosa proximidade do inimigo espanhol. Nesse sentido, o receio de uma invasão dos hispânicos viria a constituir um dos primeiros medos coletivos dos sul-rio-grandenses e a concretização de tal fenômeno, em 1763, potencializaria significativamente esse temor.

O medo é uma sensação ambígua e inerente à natureza humana, constituindo inclusive uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. Mas, ao mesmo tempo, o medo é um inimigo mais perigoso do que todos os outros, uma vez que, coletivo, ele pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece. Assim, as reações de uma multidão tomada de pânico ou que libera subitamente sua agressividade podem resultar em grande parte da adição de emoções-choques, trazendo à tona surpreendentes formas de reagir à realidade. Tal angústia, prolongando-se, pode trazer como risco o desagregar de uma sociedade ou ainda introduzir uma dose excessiva de negatividade e de desespero.[1] Naquele lustro inicial da década de 1760, os primeiros povoadores rio-grandenses sentiriam concretamente o medo da invasão do adversário, desenvolvendo-se um quadro caótico e de verdadeiro pânico no seio da novel comunidade, ainda mais que a conjuntura da época representava um dos períodos mais conflituosos que a região platina conhecera.[2]

A partir do momento em que o governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, levando em conta a situação conflituosa na Europa, reuniu numerosa força militar, sitiou e conquistou a Colônia do Sacramento, os receios recrudesceram ainda mais no Rio Grande. Dessa forma, era de intranquilidade a situação dos habitantes do povoado e o conhecimento da marcha de Cevallos, junto à ausência de medidas de precaução tomadas em relação à vila, estava a

[1] DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 23-25, 31 e 43.
[2] REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteira no espaço platino. In: *História geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 49.

exasperá-los.[3] No final da década de cinquenta, a localidade encontrava-se completamente aberta ao inimigo, pois o forte do Estreito – Santa Ana –, que fora construído para bloquear o avanço sobre a península, achava-se completamente soterrado, e o do Porto – Jesus, Maria, José –, em ruínas. Tal situação durava já quase um decênio, e nenhuma obra de fortificação foi feita para modificá-la. Pouco antes da invasão, em agosto de 1761, como solução de emergência, o governo do Rio de Janeiro determinou a construção de um reduto ou trincheira estacada no alto do hospital, que não foi construído tendo em vista as dificuldades impostas pelas areias. Dessa forma, a vila era um local aberto e indefensável.[4]

Diante de tal quadro, o governo colonial luso no Rio de Janeiro determinou ao governador do Rio Grande, coronel Elói Madureira, que tomasse as medidas defensivas necessárias a impedir a invasão do território brasileiro por forças castelhanas. No mesmo sentido, mandava que o comandante da praça de Rio Pardo, coronel Tomás Luís Osório, se deslocasse para o sul e se estabelecesse em Angostura, desfiladeiro próximo a Castilho Grande, interceptando o caminho obrigatório para quem, de Montevidéu, pretendesse atingir o Rio Grande pelo litoral.[5] Tal empreitada, entretanto, foi de difícil execução. O comandante Osório ao invés de optar por uma linha fortificada, mais rápida e imperceptível aos espanhóis, empreendeu a construção de uma fortaleza, muito mais lenta e facilmente identificável pelos inimigos.[6]

Além disso, o coronel Osório enfrentaria uma série de óbices na execução da fortificação que viria a receber o nome de Santa Teresa. Ele buscou reunir diversos destacamentos e guardas avançadas, completando um corpo de quatrocentos homens, mal armados, com que seguiu para o sul, levando oito peças de bronze e duas de amiudar. No local, as obras de fortificação seguiram demoradas, não só pela natureza do terreno e falta de estacas e faxina que só havia nos matos de São Miguel, a seis léguas de distância, como também pela deficiência de pessoal. Além disso, a pequena guarnição do forte estava rota de cansaço, com as guardas e rondas repetidas e pelo trabalho de quebrar pedra, carregar faxina e romper terra. Também faltavam armas e munições, diante do que o governador no Rio Grande alegava não ter balas, nem metralha, nem ferreiros para mandar, remetendo apenas algum armamento velho e imprestável. As solicitações de socorro da parte de Tomás Osório ou não eram atendidas, ou ficavam procrastinadas. O coronel reclamava ainda da inexperiência de muitos de seus comandados, da falta de contingentes e até mesmo do pequeno número e da

---

[3] MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777):* primeira parte – a invasão espanhola - 1763 -. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1935, p. 79.

[4] QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987, p. 112.

[5] FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1965, p. 42.

[6] QUEIROZ. Op. cit., p. 112.

inépcia dos pedreiros que trabalhavam nas obras, enfatizando a grande diferença que havia na edificação da parede de uma casa e da muralha de uma fortificação.[7]

Somava-se a tal contexto de dificuldades, a significativa superioridade numérica das forças de Cevallos que mobilizara aproximadamente quatro mil homens para o ataque à Colônia do Sacramento, dentre os quais, mais de um quarto era de indígenas e, completa essa conquista, destinaria três mil homens bem providos de artilharia para investir contra a posição lusitana no sul das terras brasileiras.[8] Revelava-se assim que as providências tomadas para a defesa da colônia portuguesa no Rio Grande do Sul eram menos do que precárias. Além das próprias dificuldades impostas pelo meio e pela pouca assistência das autoridades metropolitanas, ocorreu também uma série de desacertos entre os comandantes, havendo uma tendência geral em apontar vários erros tanto à atuação do governador Elói Madureira quanto à do coronel Osório.

Dentre os principais pontos destacados como falha dos dois comandantes estaria o fato do governo do Rio de Janeiro, ainda em janeiro de 1763, ter transmitido instruções precisas e claras, tanto ao comandante de Santa Teresa como ao governador do Rio Grande. Ao primeiro foi ordenado que, se as forças castelhanas fossem muito superiores às suas, fizesse recolher a tempo a artilharia e as munições para o Rio Grande, retirando-se com toda a tropa até a mesma vila e passando à defesa para o lado norte. Já ao segundo, foi determinado que, na dificuldade de defender a povoação, por ser um lugar aberto, deveria ordenar, o quanto antes, a passagem para o lado norte do canal, criando fortificação para disputar ao inimigo a posse do território.[9] Diante de tais ordens, ambos optariam por guardar segredo sobre as mesmas, sob o argumento de evitar que o pânico se espalhasse entre seus comandados.[10]

Dessa forma, prevaleceria uma conduta carregada de indecisões da parte de ambos os comandantes. A despeito da ordem de passar a resistência para o lado norte, Madureira permaneceu na vila sem tomar as medidas urgentes e enérgicas que a situação exigia.[11] Nesse sentido, só às vésperas da invasão, já em abril de 1763, o governador compreendeu a gravidade da situação e reuniu na casa do governo o provedor, o tesoureiro, o escrivão da câmara, que foi convocada, e os "homens bons" da localidade, para lhes dar conhecimento das ordens emanadas do Rio de Janeiro, aproveitando a ocasião para se justificar de não o ter feito antes,

---

[7] RODRIGUES, Alfredo Ferreira. "Os espanhóis no Rio Grande". In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1906*. Rio Grande: Livraria Americana, 1895, p. 223-224 e 232.
[8] FERREIRA FILHO. Op. cit., p. 42.
[9] BARRETO, Abeillard. "A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979ª, v. 2, p. 646.
[10] CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 169.
[11] DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954, p. 188.

afim de não alarmar o povo e por confiar na resistência em Santa Teresa.[12] Já o coronel Tomás Osório, irresoluto, dando ordens e contraordens, oscilava entre uma retirada, que poderia ser feita em melhores condições, ou a resistência.[13] Indeciso, ora o comandante se dizia disposto a resistir, ora tomava medidas para a retirada, o que depois não autorizava, de maneira que tais idas e vindas, naturalmente, ao chegarem ao conhecimento da tropa, somente predispunham à indisciplina, degenerando numa debandada quase geral, cada um tratando de obter cavalos com que garantir uma chegada tempestiva à vila do Rio Grande.[14] Assim, vacilante e sem firmeza nas deliberações, Osório perderia a voz de comando, vindo a grassar tal desalento e desconfiança nos soldados que acabariam por optar pelo caminho da deserção.[15]

As atitudes de Tomás Luís Osório, levando à fuga de grande parte das tropas, espavoridas, em direção ao Rio Grande, rendendo-se os que permaneceram em Santa Teresa, e de Elói Madureira, adiando para a última hora a evacuação para o lado norte, contribuiriam decisivamente para que o pânico lavrasse nas terras sulinas. De acordo com tal perspectiva, eles viriam a ser identificados como os principais causadores da derrocada, o primeiro pela entrega da porta de entrada para o Rio Grande do Sul e o segundo pela incapacidade em administrar a difícil circunstância pela qual passava a colônia lusa.[16] Dessa maneira, ambos decidiram agir segundo os próprios arbítrios, diante da situação caótica em que se encontrava o governo do "continente", onde cada comando agira de forma independente, sem nem mesmo se subordinar ao seu superior.[17]

A partir da derrota em Santa Teresa, com a fuga ou a rendição das tropas, o avanço das forças de Cevallos continuou inexorável, com a marcha e fácil dominação sobre o forte de São Miguel, ficando plenamente escancaradas as portas em direção ao Rio Grande. Com as notícias da invasão, o caos começaria a tomar conta da vila. Cada qual buscando fugir da maneira que lhe fosse possível. O governador foi o primeiro a colocar-se em fuga, não aguardando a execução das medidas que poderiam minorar a intensidade da derrocada, passando o canal a 21 de abril de 1763, abandonando a população à própria sorte.[18] Os fugitivos, em parte, embarcaram em duas sumacas, alguns apenas com a roupa do corpo, e saíram barra a fora para o Rio de Janeiro, outros ficaram na margem do norte,

---

[12] MONTEIRO. Op. cit., p. 80.
[13] DOCCA. Op. cit., p. 188.
[14] BARRETO, Abeillard. "Tentativas espanholas de domínio no sul do Brasil, 1741-1774". In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979b, v. 2, t. 2, p. 166.
[15] PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 2ª ed. Paris: Tip. de Casimir, 1839, p. 104.
[16] MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. "A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777)". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, v. 4, p. 117-118.
[17] QUEIROZ. Op. cit., p. 113.
[18] MONTEIRO. Op. cit., p. 82.

havendo ainda os que fugiram para Santa Catarina, por terra, em cujo trajeto muitos morreram de forme, sede e cansaço e a maior parte acompanhou o governador e mais autoridades para Viamão.[19]

A retirada de 20 a 24 de abril foi desastrosa, uma vez que no porto havia apenas duas embarcações pequenas e algumas canoas, totalmente insuficientes para a transferência de armamentos, mercadorias e centenas de pessoas. A travessia era relativamente longa, e foi dificultada pela ação adversa dos ventos, de modo que a força das armas e a do dinheiro garantiria a prioridade para os interesses da coroa e das pessoas abastadas, ainda assim, toda a ação resultou num grande fracasso.[20] Todos acorriam ao porto, mas muitos não podiam prosseguir, pois o governador tinha mandado pôr sentinela na praia a evitar embarques. Primava o governo pelos bens reais, procurando o tesoureiro salvar o que existia nos armazéns régios, fazendo passar pequenas peças com suas carretas, barris de pólvora e caixas de balas miúdas, livros e o pouco numerário que existia nos cofres, enquanto o povo açodadamente, tentando utilizar-se dos poucos barcos existentes, já com permissão, procurava na outra margem a segurança que a vila não lhes podia oferecer.[21]

Tal cenário de desespero se intensificaria com a chegada dos primeiros fugitivos de Santa Teresa, o que só fez intensificar o pânico na população e a travessia para o norte, que poderia ter sido com certa ordenação e sem maiores tropeços, passou a ser realizada de forma ainda mais desorganizada e sem método.[22] Até mesmo a cavalhada que se conseguira salvar em Santa Teresa, junto dos soldados que também queriam passar para o lado do norte intensificou a confusão reinante na vila, pelo aumento de candidatos às poucas barcas empregadas na passagem do povo. As condições climáticas e topográficas ocasionaram a perda de mercadorias, armamentos e cavalos na passagem pelo canal. Nas águas, com os barcos pejados de gente e o que conseguiam carregar, os barqueiros procuravam passar o povo que açodadamente e aos gritos chamava por auxílio. A escassez de embarcações em condições e a desordem natural na utilização das existentes fez com que muitas ficassem inutilizadas, encalhando ou afundando.[23]

Alguns comandantes ainda chegaram a tentar reunir militares que passavam, buscando impor alguma ordem dentre os retirantes, entretanto, o instinto de segurança primava sobre qualquer preceito de disciplina, a desorganização implantada era completa e o povo e soldados só queriam o mais depressa possível fugir para o interior e abrigarem-se do invasor, de modo que nada atendiam. Era a plenitude da confusão, correndo o povo para as praias a

[19] RODRIGUES. Op. cit., p. 227.
[20] QUEIROZ. Op. cit., p. 114.
[21] MONTEIRO. Op. cit., 1935, p. 80-81.
[22] BARRETO. Op. cit., 1979b, p. 166.
[23] MONTEIRO. Op. cit., 1935, p. 82-83.

procurar embarcações que os levassem, e os gritos das mulheres, o choro das crianças e as imprecações dos homens mais aumentavam a desordem.[24] Os saques foram generalizados, atacando-se tudo que estivesse pela frente, não se respeitando a propriedade privada, a da coroa ou a da igreja. Fosse para aproveitar a oportunidade da ocasião, fosse para praticar uma política de terra arrasada, visando nada deixar ao inimigo, os roubos, as depredações e a violência de toda ordem tornaram-se generalizados na povoação. Na parte norte do canal, os acontecimentos não foram diferentes daqueles da vila, repetindo-se os roubos e os atentados contra as pessoas e as propriedades.[25]

Chefiado por José de Molina, o destacamento avançado enviado por Cevallos, chegaria ao Rio Grande a 24 de abril de 1763 e encontraria a vila em abandono e destruição. Alguns poucos e pobres casais de ilhéus foram aprisionados enquanto, outras pessoas ficaram prisioneiras já embarcadas, por ter seu barco encalhado nos baixios próximos ao porto.[26] A possibilidade de edificar-se uma resistência lusa no lado norte do canal não foi sequer cogitada. Desse modo, não se concentraram, na margem oposta, as forças transportadas, organizando ali a defesa, que poderia ser inexpugnável dada a ausência de uma esquadra que apoiasse as operações de terra espanholas.[27] Abandonando a zona de um possível combate, o governador seguiu para Viamão, mantendo-se o êxodo desordenado, sem que a concentração das forças retirantes chegasse a resistir, quer sob as ordens diretas de Madureira, quer sob a orientação de outro qualquer oficial, a que houvesse delegado tal incumbência.[28]

O misto de medo e ira no seio da multidão se voltaria contra tudo e contra todos, inclusive em relação ao próprio governador que chegou a ter a sua vida ameaçada. Assim, grande indignação acometeria a população, de modo que, civis e soldados, ao verem o governador abandoná-los, aos brados o insultavam, proclamando-o traidor e covarde. Um cabo de dragões chegou a alvejá-lo com uma pistola, gritando que era preciso matar os traidores e só a intervenção do provedor não permitiu que a ameaça fosse efetivada.[29] Quando da chegada dos contingentes fugidos de Santa Teresa, muitos dos soldados diziam que haviam de matar o governador, apontado como a causa de todas as suas desgraças.[30] Já transposto o canal, vários militares, tiveram de fazer escolta para garantir a vida de Elói Madureira que, na barranca norte, como no Rio Grande, tinha ainda sido ameaçada, tal o estado de desespero em que ficaram o povo e soldados pela incúria do chefe.[31]

---

[24] MONTEIRO. Op. cit., 1935, p. 82.
[25] QUEIROZ. Op. cit., p. 115.
[26] MONTEIRO. Op. cit., 1979, p. 104.
[27] BARRETO. Op. cit., 1979b, p. 166.
[28] BARRETO, Abeillard. *O Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985, p. 39.
[29] MONTEIRO, Op. cit., 1935, p. 82.
[30] RODRIGUES. Op. cit., p. 226-227.
[31] MONTEIRO. Op. cit., 1935, p. 83.

Todo aquele caos e desespero era fruto do medo da guerra e do inimigo que se aproximava, mas refletia também os longos períodos em que os habitantes locais e os soldados ficavam relegados a um verdadeiro abandono de parte das autoridades metropolitanas. Nesse sentido, as circunstâncias de terror serviriam para dar vasão àquela série de insatisfações de natureza socioeconômica, de maneira que a fome e a miséria dos soldados e colonos do Rio Grande também teriam ditado seus atos. Dessa forma, os armazéns reais foram imediatamente saqueados, soldados armados obrigaram o almoxarife a abrir-lhes as portas, dizendo que queriam vestir-se por se acharem rotos e nus.[32] Além disso, o próprio governador se apercebera que tais condições de penúria só serviam para agravar o quadro de instabilidades, autorizando o tesoureiro a entregar trigo e fazendas dos armazéns reais a um oficial, para pagamento aos soldados por conta dos meses de soldo que lhes eram devidos, de modo a ver se os contentavam, promovendo a organização da defesa da passagem,[33] numa medida desesperada, mas infrutífera em resultados.

O avanço hispânico não se restringiu ao Rio Grande, pois os espanhóis, atravessando o canal, em perseguição aos fugitivos, ocuparam a sua margem esquerda e estabeleceram guardas em São José do Norte. Além disso, assenhorearam-se da barra rio-grandina, impedindo a passagem de quaisquer embarcações.[34] O processo de pacificação na Europa já se estabelecera desde fevereiro de 1763, mas acabou por não impedir a marcha espanhola em direção às terras sulinas. A entrada de Cevallos na vila do Rio Grande, cercado de triunfal aparato, deu-se a 12 de maio de 1763, chegando a dar a impressão de constituir o primeiro ato de uma expedição que poderia chegar até o norte do Rio Grande do Sul.[35] A ação do governador de Buenos Aires no contexto das possessões lusas seria até caracterizada como uma das últimas manifestações da chama do poder espanhol no sul da América Meridional[36] e somente a determinação metropolitana mais incisiva da suspensão das armas interromperia tal expansão.

Os acontecimentos no sul despertavam a preocupação das autoridades no centro da América Portuguesa. Dessa maneira, no Rio de Janeiro, os administradores metropolitanos recebiam a notícia da invasão hispânica e da rapidez de sua marcha, temendo que a onda avassaladora, que nos pampas do Rio Grande se expandia, chegasse à Santa Catarina. Diante desse temor, vieram as providências de reforço das tropas que existiam pelo sul e em Santa Catarina. Além das várias medidas no sentido de guarnecer tal território, os governantes

---

[32] QUEIROZ. Op. cit., p. 114.
[33] MONTEIRO, Op. cit., 1935, p. 82.
[34] CESAR. Op. cit., p. 171.
[35] PINHEIRO. Op. cit., p. 107.
[36] ARANA, Henrique. "Expedicion de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de La Plata". In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937, v. 1, p. 332.

passaram a dar alguma atenção aos soldos, atrasados que estavam os pagamentos por anos de abandono. Ainda assim, as verbas enviadas dariam apenas para pagar seis meses dos vinte e quatro devidos à tropa, sem contar os marinheiros e a peonada. Chegaria a ser de quatro a cinco anos o conjunto da dívida, e, com esse regime de calote, os dirigentes do Rio de Janeiro queriam ter tropas em condições e dedicação de gente que a falta nos pagamentos forçava a procurar ganhar a vida como o meio lhes permitia.[37]

A partir de então se desencadearia o esforço lusitano na elaboração de um projeto e na efetivação de ações militares que viessem a promover a recuperação das terras sulinas. A permanência hispânica, entretanto, perduraria por mais de uma década, de modo que a reconquista portuguesa do Rio Grande só se daria em 1776. As tratativas diplomáticas e os desentendimentos entre as duas nações ibéricas continuariam servindo como fatores motores dos enfrentamentos bélicos na porção extremo-meridional da América Portuguesa, vindo a advir ainda novos confrontos na região. A experiência de abril de 1763, com a fulminante passagem dos espanhóis por Santa Teresa e São Miguel, chegando até o Rio Grande marcaria de forma indelével a memória dos sul-rio-grandenses, uma vez que ficara materializado e tornara-se realidade aquele que era um dos maiores medos daquela coletividade.

Muitos dos episódios que traduziram aquele ambiente de terror foram narrados na "Devassa sobre a entrega da vila do Rio Grande às tropas castelhanas",[38] que merece especial relevo,[39] por constituir um dos mais inestimáveis e informativos documentos acerca da invasão espanhola de 1763. Na tentativa de apurar responsabilidades pelos atos acontecidos no território sulino, as autoridades metropolitanas promoveriam um profundo inquérito, ouvindo significativa quantidade de testemunhas. Apesar de certas contradições, idiossincrasias e incertezas patentes e/ou latentes nos depoimentos, dos relatos presentes na "Devassa" se originaria uma narrativa rica em detalhes sobre o aflitivo cotidiano daquele abril de 1763.

A primordial meta da "Devassa" era a apuração de culpados pela invasão das terras sulinas, de preferência no que tange às autoridades governamentais e militares. De acordo com tal perspectiva, referia-se o Auto da devassa à ocasião na qual se apoderaram os inimigos da coroa dos fortes de Santa Teresa e São Miguel chegando até o Rio Grande e a passar o canal do norte. Visava, assim, examinar se nestas ou em outras oportunidades tanto o governador e o coronel responsável pela fronteira extremo-sul, como os mais oficiais e soldados que estavam debaixo de

---

[37] MONTEIRO. Op. cit., 1979, p. 105 e 112.

[38] DEVASSA sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas (1764). Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

[39] BARRETO, Abeillard. "Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul (1763-1777)". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979c, v. 2. p. 632.

seu comando atuaram com disposição, valor, zelo e fidelidade que deveriam ter e guardar, de acordo com a obrigação de seus postos. Objetivava ainda observar o caso contrário, ou seja, se aqueles faltaram a tudo, dando causa ou motivo para que os inimigos entrassem naqueles lugares sem oposição e neles causassem as desordens que experimentaram aqueles povos de que eram públicas as queixas ou se eles mesmos as teriam cometido. Diante disso, seriam tomados testemunhos e feitas as devidas averiguações e exames que fossem necessários para desvelar os acontecimentos na localidade.[40]

O teor de uma correspondência de autoridade responsável pela apuração dos fatos revelava a série de atentados ocorridos no Rio Grande em abril de 1763, em meio à confusão e pânico generalizados que tomavam conta da comuna. Segundo tal missiva, na ocasião não ocorreram apenas deserções, mas também a passagem de alguns militares e civis para o lado dos adversários, reconhecendo-se os luso-brasileiros como os responsáveis pelos distúrbios iniciais no Rio Grande. Dessa forma, apontava-se que alguns portugueses das tropas responsáveis pela guarnição de Santa Teresa e ainda alguns paisanos voltando-se contra a pátria não só haviam tomado partido com os inimigos, mas foram os primeiros a entrar na vila, cometendo as maiores hostilidades entre os moradores de um e outro sexo, roubando a uns e maltratando a outros, com graves injúrias e crueldades. Era ainda feita referência ao fato de que, com furor, aqueles indivíduos chegaram a cometer horrendos desacatos nos templos dedicados a Deus, além de terem causado notáveis prejuízos à real fazenda tanto nas extrações e descaminhos dos gados das suas estâncias como na ocultação de vários efeitos que deveriam arrecadar-se por tal órgão fiscal. Explicitavam-se também os "abomináveis delitos" de falta de obediência às ordens dos superiores em matéria tão séria, os quais, pelas suas graves circunstâncias, resultavam em não leves indícios de maquinação oculta e infidelidade da parte dos que os cometeram, como também o de sacrilégio e descaminhos da fazenda de Sua Majestade.[41]

Os interrogatórios promovidos durante a "Devassa" se orientariam por uma chave de questionamentos composta de quinze perguntas dirigidas às testemunhas. A maior parte delas se referia às atuações do governador Elói Madureira, do coronel Tomás Luís Osório e dos comandados dos mesmos. Havia também referência a indevidas relações entabuladas com os adversários espanhóis. As averiguações direcionavam-se ainda a averiguar os acontecimentos desencadeados no Rio Grande a partir da chegada dos soldados evadidos de Santa Teresa, quando a confusão reinante intensificou-se e foram cometidos os mais variados atentados. As maiores preocupações da investigação criminal davam-se em relação aos delitos cometidos contra a igreja, as posses da coroa e a propriedade privada.

Levando em conta tais quesitos, as testemunhas eram submetidas a questões específicas. Uma delas buscava descobrir se, depois da derrota em Santa Teresa e

[40] DEVASSA. Op. cit., p. 3.
[41] DEVASSA. Op. cit., p. 7.

da chegada dessa notícia à vila do Rio Grande, que já estava em confusão, os soldados que escaparam ou outra alguma pessoa cometeram roubos na povoação, especialmente no templo, tirando dele as imagens, vasos sagrados, ornamentos ou outras algumas alfaias dedicadas a Deus e aos seus santos e, no caso positivo, quem seriam as pessoas e que uso teriam feito de tais coisas. Perguntava-se também se aqueles mesmos indivíduos tiveram igual prática em relação aos efeitos pertencentes à Sua Majestade, entrando violentamente nos armazéns reais, arrombando suas portas ou tomando as chaves por força das mãos dos oficiais a cujo cargo estavam, não manifestando respeito, bem como se eles haviam se aproveitado de alguns gados ou cavalarias pertencentes à real fazenda sem ordem legítima de quem lhe podia dar e quantos teriam sido. Na mesma linha, questionava-se se os mesmos roubos foram cometidos nas fazendas e propriedades de algum dos moradores e homens de negócio da vila e, além disso, se outras injúrias ou desacatos haviam sido cometidos, matando-os, ferindo-os ou espancando-os, forçando as mulheres e tirando-as a seus maridos, pais, mães, ou pessoas debaixo de cuja guarda ou tutela estivessem.[42]

Os testemunhos da "Devassa" revelavam o grave contexto no Rio Grande em abril de 1763, caracterizado por tumultos, agitação e violência generalizada. Comentava-se que a vila ficara em tal confusão e desordem, que todos os moradores cuidavam somente em salvar-se, ficando desamparadas suas casas e fazendas. Nesse quadro, tanto soldados como paisanos e negros pegavam o que achavam pelas casas e quebravam o que dentro delas encontravam, causando outros muitos desconcertos com o pretexto de que os inimigos não viessem a se aproveitar de qualquer coisa que porventura lhes ficasse à disposição. Relatava-se ainda que muitos dos soldados vindos de Santa Teresa causaram também grandes desordens, por se embebedarem com muito vinho e aguardente que havia nos armazéns e tavernas, cujas pipas se achavam quebradas, além do que arrombavam portas, quebravam mesas, cadeiras e outros trastes semelhantes. Destacava-se também que eles se puseram sem obediência a pessoa alguma, dando tiros buscando acertar todos que passavam em embarcações e cobravam coisas inauditas. Apontava-se que esses mesmos soldados saquearam a vila como se fossem inimigos, entrando na igreja, nos armazéns reais, nas casas e lojas dos moradores e tirando delas o que queriam, quebrando e deixando a perder várias coisas.[43]

No que tange especificamente à igreja matriz de São Pedro, foi explicitado que diversos soldados embebedaram-se e entraram no templo, cometendo vários desacatos. Além disso, foram extremamente recorrentes os relatos acerca de furtos de objetos sacros. Dentre os utensílios religiosos roubados apareciam um cálice sagrado, o rosário de ouro das mãos e a coroa da imagem de Nossa Senhora, variados ornamentos, coroas e resplendores que estavam nas imagens dos santos, o

[42] DEVASSA. Op. cit., p. 6.
[43] DEVASSA. Op. cit., p. 15, 32, 97, 119-120 e 165.

pálio que fora partido em duas metades, o pano da tumba de veludo preto com galão e franja de ouro, uma vara de prata da confraria do Santíssimo ou de Nossa Senhora do Rosário. Um dos relatos dizia que da igreja se furtara tudo o que havia de valor, como os vasos sagrados e a âmbula dos santos óleos, fazendo-se deles usos profanos, caso desse recipiente, utilizado por um soldado para beber água.[44]

No inquérito que averiguava os acontecimentos no Rio Grande, também no que diz respeito ao templo de São Pedro, destacava-se que fora encontrado em pedaços um frontal lançado na praia, do qual também se fizera usos profanos. Citava-se que alguns soldados a cavalo entraram na igreja de onde saíram com as opas da confraria do santíssimo vestidas, sendo, inclusive detalhado que um desse militares andava montado com uma opa encarnada da confraria do Santíssimo, de lã fina ou seda com a vara de prata que costumava usar o provedor, saindo a correr em sua montaria pelas ruas. Testemunhava-se ainda que chegara a tanto a insolência com que se profanara a igreja que o santo lenho foi achado em poder de um negro, metido em um tacho de sebo e pendurado ao peito do mesmo.[45]

Foi descrito também que o tesoureiro da confraria de Nossa Senhora do Rosário, vinculada à igreja matriz, teve roubado de sua casa um cofre, o qual continha algumas coisas pertencentes a tal entidade, como três mantos de Nossa Senhora, um côvado de seda de matizes e ouro que servia para fazer cortina à porta do sacrário, uma coroa de prata e a vara de prata de juiz, algumas fitas e galões, o livro das quitações das missas e outras miudezas e duas patenas douradas. Outros detalhes que foram narrados na "Devassa" referiam-se: a soldados que tiraram o manto de Nossa Senhora e o pálio da igreja e deles fizeram chinelos ou coletes para mulheres; a terem sido encontrados na caixa de um ilhéu três mantos de Nossa Senhora; a um soldado dragão que, bêbado, se pusera a atirar, fazendo por alvo a porta da igreja; e a soldados embriagados circulando pela vila usando vestes sagradas pertencentes à igreja.[46]

As propriedades da coroa portuguesa também estiveram na mira da sanha e da balbúrdia que tomavam conta da vila. Os armazéns reais constituíram o principal alvo, tendo havido referências aos roubos generalizados que neles aconteceram. A entrada em tais depósitos foi forçada e realizada através do uso da violência, com armas e machados, e deles os invasores levaram tudo o que puderam, como tecidos, roupas, chapéus, farinhas, armas, entre outros. A tal respeito, foram apresentados vários testemunhos como um que descrevia a visão dos armazéns reais abertos e, nas ruas, caixas e pipas arrombadas, armas e outras coisas atiradas e, por tais saques, os soldados culpavam os paisanos e estes diziam que foram os soldados. Foi também descrito um episódio pelo qual, arrombados os depósitos da coroa, neles entrava toda a casta de pessoa, tirando tudo o que neles

[44] DEVASSA. Op. cit., p. 15, 18-19, 22, 32, 39-40, 44, 49, 53, 55, 59, 64, 68, 74, 76, 82, 86, 97, 101, 103, 125, 130, 134, 139, 146,165 e 173.
[45] DEVASSA. Op. cit., p. 22-23, 32, 39-40 e 44.
[46] DEVASSA. Op. cit., p. 65, 74, 76, 82, 86, 134, 138 e 173.

se encontrava.[47]

Nem mesmo as autoridades públicas foram poupadas daquela avalanche de insubordinação e insatisfação, mormente no que tange aos responsáveis pelo fisco e pela armazenagem dos próprios estatais, dos quais foi exigida a abertura dos armazéns reais e que fossem franqueados os seus conteúdos. Nesse sentido, foram vítimas dos tumultos e pressionados provedor, almoxarife e tesoureiro da fazenda real e, segundo os testemunhos, tratados com violência, chegando a haver descompostura e xingamentos de ladrão e de outros nomes injuriosos. A exigência dos soldados era que lhes fossem dados os pertences dos depósitos reais, argumentando que era melhor que eles se aproveitassem de tais gêneros, do que deixá-los aos inimigos, ou ainda que precisavam vestir-se, por acharem-se rotos e nus e também argumentando que queriam se refazer do que careciam, por estarem destroçados da marcha e a coroa estar a dever-lhes. As ameaças eram veementes, caso de soldados que colocaram armas junto ao rosto de servidor, sob ameaça de morte, exigindo que lhes dessem roupas e outros utensílios. As cenas descritas chegavam a ser insólitas, caso de um funcionário que, vendo roubo e grande tumulto de gente, mormente casais das ilhas, tentou detê-los, vindo a ser atingido pelo conteúdo de um saco de cal que sobre ele foi sacudido, enchendo-lhe o rosto e a roupa de tal substância.[48]

Outra propriedade real atingida pela onda de roubos foram os animais de transporte. Os testemunhos da "Devassa" registravam de modo constante o roubo principalmente de cavalos, mas também de muares. Tais delitos teriam sido praticados tanto por soldados como paisanos, havendo ainda referência aos peões. Esses roubos foram executados principalmente para promover a travessia do canal em direção ao lado norte, e também para promover a venda tais animais. Dessa maneira, descrevia-se que cada um pegava o que podia, sem consideração se os cavalos seriam reinóis ou de particulares, havendo também violência de parte dos ladrões que deixavam indivíduos e famílias inteiras a pé e, portanto, ainda mais ao alcance do inimigo. Muitos dos colonos em fuga tiveram que lançar suas últimas posses para comprar ou alugar alguns dos cavalos que haviam sido roubados pelos soldados.[49]

Os atentados não se direcionaram apenas às posses da coroa, sendo também atacados os particulares que se viram seviciados e privados em suas propriedades e segurança individual. Era descrito na "Devassa" que os soldados que vieram de Santa Teresa roubaram tudo o que acharam dos habitantes, saqueando a vila, antecipando-se à ação dos inimigos. Eles levavam o que estivesse ao seu alcance, usando da violência contra os moradores, mercadores e homens de negócios,

---

[47] DEVASSA. Op. cit., p. 26, 32, 40, 44-45, 49-50, 65, 68, 77, 82, 83, 92, 101, 105, 107, 111, 115, 125, 128, 131, 139, 144, 155, 165, 167 e 173.
[48] DEVASSA. Op. cit., p. 19, 23, 32, 44-45, 55 74, 77, 87, 99, 101, 113, 153 e 173.
[49] DEVASSA. Op. cit., p. 26, 40, 45, 53, 55-56, 59, 65, 74, 77, 83, 87, 99, 101, 105, 107-108, 113, 115, 122, 125, 131, 135, 139, 144, 156 e 165.

recaindo os furtos sobre fazendas, tecidos, baetas, pipas de vinho e aguardente, açúcar, fumo, peças de ouro e prata, algum dinheiro e cavalos e bois os quais eram levados ou inutilizados. Tais delitos se estenderam também ao lado norte do canal para onde fugiam os colonos espavoridos. Além dos próprios soldados, esses crimes foram também imputados a paisanos, peões e negros que, com práticas violentas, não se continham, levando tudo o que pudessem, não importando o que ou de quem fosse. Chegou a haver a possibilidade de certos proprietários, por não poder carregá-las, terem dado algumas de suas posses aos soldados, mas sempre pairava a dúvida se era lícita ou não a origem das mesmas. Fazendas de procedência suspeita também foram encontradas à venda ou nas mãos de indivíduos sem condições para obtê-las em várias localidades sulinas.[50]

Os povoadores da vila do Rio Grande que já enfrentavam os dissabores do abandono, dos erros administrativos que os colocaram naquela situação e da invasão inimiga que se avizinhava, deparavam-se também com a tropelia dos militares que deveriam ter servido para a sua defesa e transformaram-se em verdadeiros algozes. Além de terem sido atacados em suas propriedades privadas, os colonos viram sob ameaça suas integridades físicas e mesmo suas existências, tendo em vista a intensidade que a violência atingiu. De acordo com tal perspectiva, a "Devassa" descrevia que muitos soldados, sob os efeitos da embriaguez, faziam vários desatinos como darem tiros para atemorizar. Também era explicitado que, bêbados, aqueles militares, além de darem vários tiros pelas ruas, atropelavam muitas pessoas debaixo dos cavalos e outras feriam e maltratavam com suas catanas. Um outro episódio descrito, informava que os soldados armaram uma bulha em que poderia haver grande ruína por se acharem quase todos com armas de fogo já prontas a dispararem e outros com catanas, os quais tiveram de ser aparteados.[51]

A segurança individual dos habitantes da vila também foi afetada com a hedionda prática de estupros e sequestros de mulheres. Foram vários os testemunhos que traziam à tona a violência contra o segmento feminino da colônia. Num deles, destacava-se que um indivíduo trazia em sua companhia uma ilhoa com quem estava contratado para casar, mas foram interceptados por soldados, que amarraram o homem e depois de terem usado da mulher como quiseram, lhe tiraram algumas peças de ouro que levava. Em outro caso, um soldado entrara em uma casa onde se achava uma moça donzela a qual foi violentada e, como a mãe dela gritava por socorro, foi atingida pelo militar com uma catana, dando-lhe uma grande cutilada e tornando para dentro da casa.[52]

Ainda no que diz respeito à violência contra a mulher, houve a referência a

---

[50] DEVASSA. Op. cit., p. 19, 23, 26, 32, 40-41, 45, 50, 53, 56, 59, 65, 77-78, 83, 87, 93, 95, 100, 101, 105, 108, 111-112, 113, 116, 117, 125, 130, 132, 134, 135, 138, 139, 144, 146, 153, 154, 156, 159, 165, 167 e 173.
[51] DEVASSA. Op. cit., p. 93, 108 e 159.
[52] DEVASSA. Op. cit., p. 41e 50.

certos soldados que haviam tirado algumas mulheres a seus pais e mães e as levaram consigo para onde quiseram. Uma das testemunhas chegou a narrar o pedido de ajuda feito da parte de um ilhéu, o qual queria tirar sua mulher do poder de um soldado. Citava-se também que soldados haviam tirado as mulheres a dois ilhéus e o episódio de um peão que trazia em sua companhia uma moça com quem estava contratado para casar, junto da mãe desta, diante do que um soldado tirou-lhe a moça e depois de "usar mal" dela, furtou ao peão umas peças de ouro e uma pistola. Houve ainda o caso de um soldado que, ao encontrar uma moça, pretendeu violentá-la e intentou roubar-lhe uma pele de carneiro a que vulgarmente chamavam de pelego que ela trazia no cavalo.[53]

As explicações para esta carga de violência contra toda e qualquer instituição, pública ou privada, e mesmo contra as pessoas, advém essencialmente do sentimento de pânico e, atrelado a ele, de impunidade que se apoderou dos colonos e, mormente dos soldados. Tais condutas poderiam até mesmo ser consideradas como uma excrescência incomum, ainda mais quando comparadas a outro fenômeno histórico, a Revolta dos Dragões. Nesse sentido, em 1742, o muito recente povoado viu-se sacudido por uma sublevação de seus militares apoiados pelos colonos, os quais mantiveram, entretanto, um caráter até certo ponto ordeiro e moderado, buscando constantemente uma conciliação em relação às autoridades governamentais. Além disso, os rebeldes intentavam deixar evidente que não pretendiam imiscuir-se com as práticas de crimes comuns, tanto que chegavam a manifestar a vontade de que aqueles que desertassem, roubassem, ferissem, causassem distúrbios e faltassem às suas obrigações, deveriam ser logo punidos e castigados severamente, conforme a lei e a gravidade das suas culpas.[54] Passados vinte anos, a vila se viu entregue a uma crise sem precedentes, onde grassaram em larga escala deserções, roubos, agressões, promoção de badernas, vandalismos e violências de todos os gêneros, rompimento com os deveres e funções sociais e profissionais, entre tantas outras práticas delituosas. Diante disso, a concretização de um medo muito presente no imaginário e nas vivências daqueles homens e mulheres pode ser um fator explicativo para tais condutas.

Medo, pânico, terror, ou mesmo um outro superlativo ainda mais intenso seria necessário para descrever a situação vigente na vila do Rio Grande em abril de 1763. O receio sempre presente do inimigo espanhol, de possibilidade latente, se transformaria numa expressa realidade, mas a debandada geral das forças luso-brasileiras vindas de Santa Teresa atuaria como um fator catalisador do medo que se intensificaria inexoravelmente, uma vez que, não bastando os adversários, até mesmo os aliados passaram a ser mais uma fonte de temor. Os efeitos não poderiam ser outros com a explosão de um verdadeiro espírito de sedição contra todo o tipo de autoridade constituída, de uma súbita violência e de uma inquietude

[53] DEVASSA. Op. cit., p. 87, 93, 150, 159, 167 e 168.
[54] ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004, p. 17.

coletiva que permanecera silenciosa e até mesmo subterrânea.[55]

O constante abandono das autoridades metropolitanas somado às contradições, incertezas e mesmo à fuga dos administradores locais levariam à sensação de um verdadeiro vazio de poder. Cresceria então o sentimento de insegurança, emanando dele as violências coletivas e a apreensão mal definida suscitada por uma vacância de poder. Desse modo, no vácuo deixado pela anulação da autoridade, viria a alojar-se toda espécie de temores que remetiam a uns tantos inimigos reais ou imaginários. Essa ausência governamental constituía um fenômeno ambíguo, já que deixava livre o caminho para forças que permaneciam comprimidas enquanto a autoridade era sólida, abrindo-se um período de permissividade. Tal fenômeno tende a criar uma vertigem e a atuar como uma ruptura com a continuidade e, logo, com a segurança. Além disso, esse vazio é portador de amanhãs incertos, gerando uma ansiedade e um enervamento que podem facilmente conduzir às agitações violentas. À ausência ou negligência dos governantes, no Rio Grande de 1763, somavam-se o medo da fome, da guerra e da miséria,[56] entre outros que se avizinhavam vertiginosamente.

A realidade daquele momento consistia quase que no somatório de todos os medos. Diante de tal quadro, as agruras, as necessidades, as vicissitudes e o abandono generalizado vinham à tona com plena força e o pânico daria vazão às insatisfações de toda natureza. Não era só a presença do inimigo, eram os próprios defensores dos núcleos urbanos e das pessoas que se voltavam contra elas. O convulsionado, confuso e violento ambiente daquela ocasião abriu espaço para os comportamentos tresloucados, as atitudes desabridas e as condutas criminosas. Nada foi poupado, nem mesmo as mais sagradas instituições, tão respeitadas até então. A igreja, a fé, a divindade, os santos, as propriedades reais e particulares, as autoridades públicas, o governo, as vidas, a moral pública, os bons costumes, o casamento, tudo sucumbiu diante da pressão e da sanha do terror. Se a convivência lado a lado com o inimigo fazia parte do cotidiano da população sul-rio-grandense desde a sua origem, originando um temor coletivo sempre presente, a invasão de 1763 daria vida a tal fantasma que continuaria a assombrar os moradores sulinos por décadas a fio até a incorporação definitiva daquela porção extremo-meridional da América Portuguesa.

[55] DELUMEAU. Op. cit., p. 221.
[56] DELUMEAU. Op. cit., p. 239, 242, 250, 261 e 270.

JANGADEIROS NO RIO GRANDE DO SUL

Tau Golin[*]

Em dezembro de 1774, o tenente-general João Henrique Boehm, nomeado pela corte portuguesa como comandante do Exército do Sul, viajou do Rio de Janeiro para o Brasil meridional, com a missão de expulsar os espanhóis do Rio Grande de São Pedro. Em 1776, Portugal concentrou uma Esquadra na costa e formou uma flotilha de naus, fragatas e sumacas para enfrentar as embarcações castelhanas de guerra.

Entretanto, para transportar as tropas de desembarque na margem inimiga e assaltar a linha de fortalezas, o oficial alemão elaborou um plano audacioso e criativo. Mandou transportar paus de piúba em sumacas de Pernambuco para São José do Norte e acampamentos militares da margem setentrional do canal. Com eles mandou que os jangadeiros arregimentados naquela capitania construíssem jangadas. Na madrugada de 1º de abril de 1776, em sucessivas travessias, a vanguarda de granadeiros do Exército do Sul – seguida de tropas de infantaria e artilharia - foi desembarcada na costa inimiga do canal do Rio Grande, surpreendendo as guarnições das fortalezas.

Com o assalto, os luso-brasileiros utilizaram os canhões tomados dos espanhóis para fazer fogo contra as embarcações de guerra castelhanas. Atacadas também pela flotilha portuguesa, ficaram entre dois fogos. Algumas naufragaram e outras fugiram para o mar.

A agilidade das silenciosas jangadas na noite, desembarcando tropas na margem inimiga, constituiu a surpreza fundamental para decidir a guerra e expulsar os espanhóis de um território que haviam conquistado em 1763.

O tenente-general Johann Heinrich Böhm residia em Bremen, atual Alemanha, quando foi contratado pelo marquês de Pombal, ministro do reinado de José I, de Portugal. Era um oficial experiente e auxiliar do conde de Lippe, reformador do exército português. A serviço de Lisboa passou a ser identificado como João Henrique Boehm. Sua transferência para o Brasil foi num momento decisivo da geopolítica. Inicialmente, a França e depois a Inglaterra visualizavam a ocupação de regiões da costa. De outro lado, a Espanha, desde 1763, na expedição comandada por Pedro de Cevallos, ocupava o extenso território até o canal do Rio Grande.

---

[*] Luiz Carlos Tau Golin, jornalista, doutor em História pela PUCRS, com pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa, é professor da graduação e pós-graduação em História na Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil.

Em 1767, aos 59 anos, Boehm aportou no Rio de Janeiro com a atribuição de adequar as tropas brasileiras às novas concepções militares conforme a doutrina Lippe. Mais tarde, após breve período de paz ibérica, em que os reinos uniram-se no projeto de pressão sobre o papado para extinguir a Companhia de Jesus, nova ofensiva castelhana foi identificada pelo ministério português em 1773, com a expedição Vértiz y Salcedo, governador de Buenos Aires. Sua meta era expulsar os luso-brasileiros, mas cometera o erro de assentar sua marcha na cavalaria. Milhares de animais, sem forragem e submetidos a enormes distâncias, atravessando rios e pântanos, foram morrendo pelo caminho. Ao chegar nas proximidades de Rio Pardo, sua missão estava fracassada pela perda da cavalhada e emboscadas dos luso-brasileiros. Restou-lhe somente proclamar que puniria quem fosse encontrado na margem direita do rio Jacuí, a oeste do Rio Guaíba, lagoa dos Patos, canal do São Gonçalo e lagoa Mirim, e se retirar para o Rio da Prata.

Considerando a marcha de Vértiz como o prenúncio de investidas futuras, Lisboa concebeu as formações do Exército do Sul e da Esquadra do Sul, além de uma flotilha naval no "mar de dentro" da lagoa dos Patos. O comando geral das operações e das tropas de terra coube ao tenente-general João Henrique Boehm. As de mar, ao irlandês Robert Mac Douall. E as da lagoa dos Patos a George Hardcastle. Estes com as patentes de capitão-de-mar-e-guerra e submetidos à autoridade de Boehm.[1]

Enquanto "montava" o Exército do Sul, com as frentes da Fronteira do Sul (São José do Norte) e Fronteira do Rio Pardo, Boehm tratou como tema altamente sigiloso a estratégia de "assalto" para desalojar os espanhóis de seus sete principais redutos – fortalezas, fortes e trincheiras - da costa meridional do canal do Rio Grande, posições potencializadas pela artilharia da esquadra fundeada na boca do Saco da Mangueira. Durante os meses de convivência, estabeleceu sincera afinidade com Hardcastle. Entretanto, conservou profunda antipatia pelo arrogante Mac Douall, desde a convivência que tiveram no Rio de Janeiro, quando considerou completamente inútil as sugestões do irlandês para a guerra do Sul, sem conhecer as forças inimigas, e, especialmente, os espaços em que lutariam. Ao chegar no Continente de São Pedro, teve que lidar com novo desafeto. O governador José Marcelino de Figueiredo repudiava o comando de estrangeiros, muitas vezes estabelecendo poder e manobras paralelas, o que foi duramente criticado por Boehm.

Sem confiar em José Marcelino e Mac Douall, o tenente-general Boehm começou a pensar numa alternativa para desembarcar as tropas na margem

[1] GOLIN, Tau. *A Esquadra do Sul*. A navegação luso-brasileira na reconquista do Rio Grande de São Pedro – Brasil. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História. Pós-Doutoramento. 2010.

meridional do canal. Depois de avaliar as condições reais da região, em 6 de dezembro de 1775, escreveu ao vice-rei, marquês do Lavradio, revelando-lhe, sigilosamente, aspectos do seu plano. Na verdade, ele já tinha tomado medidas operativas e começava a se concretizar ali uma das estratégias mais criativas: o uso da jangada pernambucana no Sul, contradizendo todas as possibilidades imagináveis das sugestões dos planos bélicos dos demais membros do Conselho de Guerra e comandantes. Neste dia, para felicidade do comandante do Exército do Sul, "entrou no Lagamar a sumaca do mestre Manoel da Cunha, trazendo as principais madeiras de Pernambuco para construir jangadas de quatro paus."

O tempo necessário para que sigilosamente ele pudesse solicitar as madeiras e jangadeiros capacitados para a construção, que os materiais fossem reunidos, embarcados, e realizada a longa viagem para o Sul, demonstrou que Boehm já tinha elaborado aspectos do seu plano de ataque meses antes.[2]

Fora isso, o mais notável foi que ele visualizou entre a gente pé-no-chão colaboradores que dariam ao Exército do Sul a arma indispensável de uma força guerreira – a capacidade de surpreender o inimigo. Como inspetor e reorganizador do exército colonial, o tenente-general havia inspecionado as forças do Nordeste. As jangadas devem tê-lo impressionado a ponto de ingressarem em seu plano de guerra quando o governador José Marcelino de Figueiredo e Mac Douall começaram a falhar. Mac Douall ao demonstrar que possuía uma mentalidade regrada pela formalidade das grandes embarcações, incapaz de adaptações. E o governador do Continente em não aprestar a construção e junção de embarcações miúdas para o desembarque na costa inimiga, como Boehm havia determinado.

O tenente-general também observou que os temas militares, que deviam ser sigilosos, rapidamente se transformavam em tema de charlas nas mais diferentes rodas. Era inadmissível tal irresponsabilidade. O mesmo acontecia com os castelhanos. Desertores cruzavam com facilidade o canal de ambas as partes e se apresentavam ao "inimigo" para vender informações. Por isso, depois de organizar

---

[2] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 29 de novembro de 1775. O tenente-general escrevia em francês e a primeira edição foi realizada com a chancela de Abeillard Barreto. In: BOEHM, João Henrique. "Memoires Relatifs à L'Expedition au Rio Grande". *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, v. 3. Os originais do manuscrito em francês encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa: *Mémoires relatifs à l'Expédition au Rio Grande, de laquelle je fus chargé par le Roi Dom José Ir. depuis le Décembre de 1774, jusq'à sa fin à l'an de 79, avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio, Vice/Roi du Brésil*. Cópia: acervo Tau Golin (TG). O historiador Cláudio Moreira Bento – que prefere a grafia Böhn – organizou uma publicação, traduzida por Nei Paulo Panizzutti, com notas de sua autoria, porém a edição possui muitos erros gráficos: BOEHM, João Henrique. "Memória relativa à expedição ao Rio Grande, da qual fui encarregado pelo Rei D. José I, de dezembro de 1774 até o fim de 1779 e com minhas cartas (51) escritas ao marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil". In: BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra da restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. Nas minhas citações, toma-se como referência a tradução de Nei Paulo Panizzutti.

subterfugiamente uma prolongada manobra, desconhecida até dos seus mais diletos colaboradores, exceto alguns mestres navegadores, entre final de dezembro de 1775 e início de janeiro de 1776, aportaram no Lagamar, primeira enseada a norte, depois da entrada na barra do Rio Grande, "várias sumacas de madeira leve, de Pernambuco, para fazer jangadas." Agora, com dimensões para jangadas maiores.

Ao mesmo tempo, "como não se encontra aqui ninguém que saiba trabalhar na construção destas jangadas", Boehm solicitou ao governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, que lhe enviasse jangadeiros que haviam sido transferidos de Pernambuco para fortalecer a guarnização da sua capitania. Ali estavam "alguns indivíduos que as saibam fabricar, manuseá-las e carregá-las." O tenente-general também foi informado que

> morava no Capão Comprido[3] um trabalhador, nativo de Pernambuco, que entendia de jangadas. Fi-lo vir e construir uma, embora ele não quisesse responsabilizar-se por sua perfeição. Ele fez uma pequena, não muito boa, como ele próprio confessou. Mas, se viessem construtores do Regimento de Pernambuco, este homem seria útil. Sua jangada movimenta-se bastante bem, tanto à vela quanto a remos, apesar de que todos os que a viram tenham rido do seu aspecto.[4]

A jangada pernambucana, feita de paus piúba, durante meses foi a chacota dos ribeirinhos e das tropas. Todavia, os testes de navegabilidade pela costa, passando em velocidade por cima dos bancos de areia submersos, velejando pelos baixios, foram atraindo a atenção. De qualquer forma, parecia ser mais um flutuante para percorrer a linha de baterias da costa, levando alguns produtos, transportando pessoas, sem a necessidade das "voltas" por terra, passagem de banhados e o uso dos cavalos. Jamais se pensaria que aquela junção de paus, com um cavalete para sustentar o mastro e uma vela rústica, pudesse vir a ser uma embarcação de guerra. Exceto para o tenente-general Boehm.

As embarcações do mar de dentro desgastavam-se a espera da vinda da Esquadra de Mac Douall, sem irem à guerra, ancoradas na enseada do Patrão-Mor, na margem oposta a atual Ilha do Terrapleno.[5] "As fragatas que se acham continuamente armadas e cujas chalupas são utilizadas todos os dias, gastam seus equipamentos e solicitam madeira, ferro, velas, cordame e breu... Nada disso se pode achar aqui." Nessa realidade, os pedidos de reposição de Boehm para o

---

[3] Localidade entre os rincões do Bojuru e Cristóvão Pereira, na margem da lagoa dos Patos. Talvez o pernambucano do Capão Comprido foi identificado por já fazer uso de alguma jangada rudimentar na lagoa dos Patos.

[4] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 5 de janeiro de 1776.

[5] Cartas náuticas *B2102* (De S. José do Norte ao Canal da Setia) e *B2101* (Porto do Rio Grande). Marinha do Brasil.

marquês do Lavradio nem sempre eram atendidos, além do inconveniente dos prazos dilatados e incertos, incompatíveis com as necessidades da guerra. O vice-rei respondia-lhe também que em pouco tempo chegariam as embarcações de Mac Douall. Mas Boehm preocupavasse com as suas classes, pois o irlandês, em sua pompa, preferia o exagero das naus e fragatas, inúteis naquela barra e canal. E mais uma vez alertava. "Tenho necessidade de pequenas embarcações para atravessar o rio [canal]."

O plano de Lavradio e Mac Douall era formal, previsível: uma ação da artilharia de bordo e de terra, com o desembarque simultâneo de granadeiros e infantes no território inimigo. Vencer a linha de fortalezas e artilharia naval castelhana, com uma manobra "clássica" redundaria em muitas mortes, além do resultado imprevisível. Sem a surpreza, a reconquista seria improvável. Sobravam sugestões, chanceladas pelo vice-rei, Mac Douall, José Marcelino, Jacques Funck, etc. A todos Boehm escutava, mas, como comandante, foi desconsiderando as alternativas propostas. Em sigilo ia concebendo algo mais inventivo, surpreendente, preparando miraculosamente sua execução, recorrendo a elementos do lugar e introduzindo outros criativos, como as jangadas de Pernambuco.

Boehm também preferia fazer por ele do que esperar pelos outros. E, depois da experiência do protótipo, decidiu montar efetivamente o estaleiro de jangadas.

> Chegou ao meu acampamento um sargento do Regimento de Pernambuco, com 7 soldados, que sabiam construir jangadas. Iniciaram o trabalho logo no dia seguinte. A madeira, mais porosa e mais leve que a cortiça,[6] só é conhecida na Capitania de Pernambuco, onde o povo simples dela faz jangadas para pescar ao longo da costa; porém chegam, às vezes, bastante longe em alto mar. Já aconteceu de irem até a própria Bahia.

Para que o vice-rei compreendesse do que estava falando, pois Lavradio não conhecia os jangadeiros do nordeste – da Europa viajara diretamente para a Bahia, que governara brevemente, e depois para o Rio de Janeiro -, passou a dar-lhe alguns detalhes:

> A construção é bastante simples. As peças de madeira, que já vieram cortadas no comprimento e são de...[7] de grossura, são juntadas por cavilhas de madeira. Não entra ferro nesta construção. As velas são triangulares. O

---

[6] Trata-se da *piúba* (*Apeíba tibourbou*, da família das *Tiliáceas*). Conhecida popularmente como pau-de-jangada, jangadeira ou timbaúba.

[7] O tenente-general Boehm não especificou as espessuras dos troncos de piúba, deixando as reticências em seu registro, talvez para completar depois a variação das medidas das toras: "*Les pièces de Bois qui viennent déjà coupées de la longueur, et sont de ... de grosseur*..." Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Cópia: acervo TG. Se deduz a variação de medidas pela própria técnica de construção, pois costumava-se utilizar dois toros mais grossos como duas longarinas longitudinais entre os até nove de suas armações, para criar um trecho de tomada d´água no fundo. Esses dois paus produziam o efeito de duas "quilhas".

> leme é o próprio remo, com o qual ela é impulsionada em tempo calmo. Estas jangadas têm calado ínfimo e andam muito depressa. Entretanto, como pareceu que suas peças de madeira não estavam suficientemente ligadas umas às outras, nós ajuntamos ainda duas travessas por cima, além das cavilhas.

Sob o olhar atento dos castelhanos do outro lado do canal e dos baluartes das fortalezas, o tenente-general simulava que aqueles flutuantes ordinários resultavam da penúria, sendo obrigados a recorrer a eles para os serviços corriqueiros, a exemplo do transporte de lenha e descarregar suprimentos das embarcações maiores. Entretanto, nessa encenação estava embutida outra pedagogia. Enquanto os soldados desempenhavam os serviços aprendiam a manobrá-las, constituindo uma escola de jangadeiros sob a vista do inimigo.

> Mandei construir quatro na Fronteira [São José do Norte], e também no Lagamar. Lá, sob o pretexto de ajudar a descarga das sumacas; aqui, o de transportar madeira da Fronteira ao acampamento, para acostumar os soldados, ao mesmo tempo, a lidar e a confiar nelas. Não só o major Manuel Soares Coimbra, mas todo o nosso pessoal já estão despreocupados quanto à sua segurança.[8]

À distância, o tenente-general se referia à *jangada de Pernambuco*, vinculando-a diretamente à companhia de milicianos arregimentada naquela capitania. Entretanto, no nordeste brasileiro, os nativos a chamavam simplesmente de *jangada de piúba*, ou *jangada de pau*. Tratava-se da *jangada de pau de piúba*, uma das mais inventivas embarcações, tanto pela sua flutuabilidade, simplicidade, como pela sua capacidade de manobra. Conforme o pesquisador Nearco Barroso Guedes de Araújo, "compreende basicamente um estrado ou flutuador, que podemos grosseiramente chamar de Casco, um velame (vela, mastro, retranca, tranca), lemes (remo e bolina), espeque e bancos." O casco se compunha de toros de piúba armados "longitudinalmente" e os fixados "transversalmente entre si por cavilhas de pau-ferro." Na origem, manifestando a influência de técnica indígena, "esta fixação se fazia com laçadas e nós de cipós."

Os toros de piúba poderiam ser *in natura*, ou sofrerem alguns cortes que adequassem o formato do casco para a navegação, a exemplo dos que ocorriam na proa e na popa, "em *bico de gaita*, para melhor cortar a água." Os melhores artesões ainda faziam o *encurvamento*, com cortes verticais e transversos nos primeiros terços médios, "em forma de curva, e posteriormente reemendados, a fim de criar no plano horizontal uma concavidade e, em vista superior, a necessária

[8] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 22 de janeiro de 1776. Adendo.

convergência (encurvamento) na direção da proa, criando melhores condições de navegabilidade."

Pela pouca documentação disponível, esses detalhes construtivos mais sofisticados não foram adotados no século XVIII, exceto o processo de convergência do embicamento da proa.

Os toros de piúba foram cortados e embarcados em Pernambuco. Geralmente, possuíam o comprimento de cinco a oito metros, com variação, em alguns casos, de até nove ou dez. Pela tradição, a jangada de piúba ainda existe em Pernambuco e no nordeste brasileiro. Seu *banco de vela* "compreende uma estrutura mista de madeira e cordas. É formado por uma base de fixação chamada *carlinga* ou *carninga*, apoiada em dois dormentes, que por sua vez são cravados ao casco. Pernas em número de duas, travessa de amarração e finalmente o *banco*, robusto", as vezes com aspecto de cavalete, "por onde passa o cordame", denominado de *cabresto*, "local do encaixe do mastro."

Possuía bolina de madeira – entre "duas polegadas de espessura por doze de largura" – removível, introduzida no *calço*, fenda "ao longo do eixo longitudinal", localizada a "vante, no prolongamento do patião (quilha)." Sem a bolina, a jangada derriva gradualmente para a lateral ao navegar com vento de través (lado) e não avança no contra-vento, quando sopra em oposição a proa. A vela da jangada "compreende um triângulo de lados curvos", geralmente confeccionada em algodão, "com acabamento em cordas (envergue, guida, amura), dividida em duas partes genéricas: testa, trecho próximo ao mastro, e corpo, o restante do planejamento."

A confecção da vela sofreu adaptações regionais. No geral, deitava-se o mastro na praia para observar a proporção, e riscava-se o seu formato no chão, considerando o comprimento da retranca. Cobria-se o "molde" com o tecido, cortava-se e costurava-se, podendo-se usar um sistema de reforços de fios nas extremidades. Depois vinha a "ciência" da boa vela, o *entralhar* ou *palombar*. Consistia em costurar no "dorso", na testa, "um fio forte, de preferência untado com cera", fixando-o ao mastro. "Este fio chama-se *envergue*." O *envergue* pré-estirado evitava que a vela ficasse "sacuda", em formato de bolsa.[9] Associada ao mastro vergante, com capacidade de flexionar, nos ventos fortes, as jangadas "desvelavam", tiravam a resistência ao vento, aumentando a segurança dos jangadeiros.

Aos poucos, o tenente-general Boehm consquistava seus próprios oficiais. E, gradativamente, ordenava que se construíssem mais jangadas. Nos documentos nominou 19 "jangadas militares", mas devido a outras descrições sobre situações em que apareciam, pode-se considerar número maior, além da fácil reprodução

[9] ARAÚJO, Nearco Barroso Guedes de. *Jangadas*. 3ª ed. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil, 1995, p. 17-23.

pelos ribeirinhos. Em uma estimativa prudente, 20 jangadas, cada uma carregada dez homens, poderia desembarcar na costa inimiga 200 combatentes por travessia.

Os espanhóis observavam atentamente a movimentação na costa setentrional. Entre seus registros, causou "espécie" o surgimento de uma nova embarcação, no geral desconhecida. A jangada percorria o lado luso-brasileiro. Em um de seus testes de navegabilidade, simulou a travessia, usando o vento nordeste, estudado por Boehm como o melhor para o assalto. E no dia 3 de fevereiro de 1776, velejando de São José do Norte ao porto do Patrão-Mor, foi detalhadamente observada. Desde o território castelhano, o cartógrafo Pedro Garcia recolheu mais informações sobre aquela novidade, devendo-se ao seu desenho[10] o conhecimento sobre o formato geral da jangada introduzida no Continente do Rio Grande.

Desde o mês anterior, a Esquadra do Sul também vinha concentrando as suas naus e fragatas na Ilha de Santa Catarina. Mac Douall concebia a sua formação com embarcações robustas, dentro de sua concepção de guerra formal nos mares, sem aquela flexibilidade luso-brasileira das manobras de sumacas, faluas, chalupas, saveiros, lanchões e, suprema ousadia, agora jangadas. Não imaginava que pudesse praticar as artimanhas de uma guerra de movimento, jogando com os baixios, os bancos de areia, as barras ardilosas da costa. A natureza do Mar do Sul obrigava uma estratégia com táticas em dois espaços complementares – o uso de embarcações robustas para mar aberto e as de baixo calado para a costa diabólica do Rio Grande e os labirintos dos bancos de areia sob a água no mar de dentro, limitando a entrada da barra a até sete pés de calado – 2,31 metros.

Em 15 de fevereiro de 1776, "duas fragatas, duas corvetas, três sumacas, o bergantim do rei e a chalupa *Expedição*" ancoraram próximo a barra do Rio Grande. Dois dias depois, Mac Douall fez um desastrado ingresso na barra, ancorando entre seus pontais, com embarcações abalroando-se e fulminadas pelo fogo da artilharia castelhana. Ao conseguirem entrar no canal, travou-se intensa batalha naval, enquanto a flotilha prosseguia para fundear na enseada do Patrão-Mor, onde se encontrava Hardcastle com as embarcações do seu comando.[11] Das sete embarcações, a chalupa *Expedição* afundou, e a sumaca *Bom Jesus* encalhou em um banco de areia na frente do forte espanhol Mosquito. "Aí perdeu-se. A tripulação foi salva à noite, juntamente com 5 peças de artilharia." Para não ser

---

[10] GARCIA, Pedro. "Plano de la Jangada q.^{e} el día 3 de febrero de 1776 salió del Pueblo Portugués, y vino hasta el sitio donde se halla el General, y después se restituyó al mismo, em cuyo intermedio se reconoció andar bien y salir à Barlovento. Este plano da jangada está inserido no Plano del Rio Grande de Sn Pedro, situado em la costa del NE. del Rio de la Plata por la Latitud Austral de 32 g.^{o} y m.^{s} Long.^{d} 325 g.^{s} 45 m^{s} segun el M.^{no} de Thenerife. Nuebamente lebantado em el Mês de Febrero de 1776." Madrid: Museo Naval.

[11] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei marquês do Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 23 de fevereiro de 1776.

usada pelo inimigo, um comando português, por ordem de Boehm, a incendiou. Surpreendentemente, o comandante irlandês, depois de se salvar, declarou que não tinha mais nada que fazer ali e se retirou para Santa Catarina, a bordo da nau *Santo Antônio*.[12]

Boehm nomeou Hardcastle comandante das tropas navais e com ele, depois de muito trabalho, recuperou as embarcações danificadas. O desastrado Mac Douall retirava a possibilidade da surpresa. Era preciso aguardar outra oportunidade.

Para ela, o tenente-general se convenceu ainda mais sobre a necessidade das jangadas. Essa opção demonstrou a sua genial e inventiva condição de comandante. Não só introduziu uma embarcação desconhecida na região como jamais utilizada numa guerra de conquista daquelas proporções, além de subverter completamente a formação de sua tripulação, unindo, como um único corpo de ataque, marinheiros, infantes, granadeiros e artilheiros. Introduzir e treinar jangadeiros no conjunto de aproximadamente 8.000 homens mobilizados na Europa, Açores e Brasil.

Dependentes dos "jangadeiros" estavam as tropas de elite, cabeças das colunas que deveriam invadir a margem meridional. "Nossos granadeiros achavam-se, há muito tempo, prontos a executar o que se exigisse deles e tinham seus sabres bem afiados." As dificuldades, no entanto, não poderiam postergar as operações, mesmo que no "Primeiro Regimento só tinham sabres" os granadeiros da "primeira fila." Ao concluir sua estratégia, Boehm preveu que

> não havia mais ajuda a esperar do Rio de Janeiro, nem da Ilha de Santa Catarina. O inverno se aproximava. Os nossos navios encontravam-se muito próximos uns dos outros, malprovidos de cabos e âncoras e, assim, em grande perigo numa estação mais tempestuosa. Resolvi então fazer uma tentativa, na primeira ocasião favorável, de atravessar o rio [canal] durante a noite e surpreender os Fortes de Trindade e do Mosquito. Eles abriam os flancos da Esquadra espanhola. Esta, no meu entender, não se poderia manter aí após a tomada dos fortes. Nossa Esquadra devia, ao amanhecer, ir atacá-los e tratar de os dominar. Para executar este plano, era necessário um vento nordeste que favorecesse, durante a noite, a passagem dos granadeiros e, de manhã, que nossos navios se pusessem à vela.

Como o canal, com algumas sinuosidades, possui(a) o sentido Sul-Norte de jusante para montante, com variações para Noroeste e Nordeste na rota de navegação, devido aos bancos de areia submersos, as embarcações portuguesas fundeadas na enseada próximo ao Patrão-Mor, com vento nordeste, velejariam

---

[12] BARRETO, Abeillard. "A opção portuguesa: Restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777)." In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, segundo volume, tomo II, p. 235-236.

com ¾ de popa em direção a esquadra inimiga, que se encontrava mais ao sul. Ao zarparem de São José do Norte, do quartel-general e, especialmente, do Lagamar e do Forte de São Jorge para a outra margem, na costa dos Fuertes do Mosquito e Trinidad, o vento entrava pelo través e ¾ de popa na ida, pelo lado de boreste (estibordo); e no contravento ou orça folgada, por bombordo, na volta, para reembarcar mais tropas.

De outro lado, a Esquadra portuguesa, sob o comando de Hardcastle, teria sempre vento do quadrante norte, empurrando as suas embarcações para cima da Marinha espanhola. Nessa operação, por fim, os luso-brasileiros estariam a barlavento, com vantagem de posicionamento em relação a esquadra inimiga, apesar dos castelhanos ficarem posicionados em regeiras, podendo girar nas âncoras conforme a necessidade.

Tendo como primeiros objetivos dos assaltos os fortes Trindade e Mosquito, em cada translado, as jangadas e lanchas deveriam despechar na costa em torno de 200 homens das companhias de granadeiros, artilheiros e infantes. Começando o ataque de madrugada, até o clarear do dia, 800 homens precisavam estar do outro lado. Diversas vezes, Boehm alertou "os oficiais de que jamais deveriam fazer comentários sobre este plano que, na sua totalidade, era deles desconhecido; caso contrário, sem este cuidado, os espanhóis, tão próximos, poderiam dele tomar conhecimento."

As forças navais do mar de dentro foram dadas por prontas. "Sete navios bons, em estado de entrar em ação". Nas conversas com Hardcastle, Boehm prometeu neutralizar "todas aquelas baterias dos espanhóis", as quais "provocavam constante inquietude" nas tripulações. "Trataria de nos vingar com a Esquadra" pela confusão de Mac Douall.

A coincidência não poderia ser melhor. No dia 31 de março de 1776, na manhã em que se comemorava o aniversário da rainha de Portugal, entrou o vento nordeste, tão esperado pelo tenente-general. Estavam dadas as condições para o ataque à margem castelhana. Enquanto ocorriam os festejos, observados pelo inimigo, Boehm aproveitou para conversar com seus comandantes e oficiais, esclarecendo pormenores da sua estratégia.

> indiquei-lhes, em seguida, o plano de execução e minha decisão já tomada; mostrei-lhes a facilidade do sucesso. A passagem do rio [canal], sobretudo dos granadeiros, dever-se-ia fazer no mais completo silêncio e tranquilidade para não atrapalhar os marinheiros condutores de jangadas e para não serem pressentidos pelos espanhóis, que devíamos surpreender. Frisei que todas as embarcações deviam conservar-se juntas umas das outras, sem confusão, com as tropas nelas embarcadas para que pudessem entrar em forma facilmente após o desembarque. Que, então, o tempo seria precioso, pois era necessário, com rapidez, desembainhar os sabres e jogarem-se, parte sobre os fortes, parte sobre os quartéis. E, baixar o pau em todos os que não se

> rendessem logo. Não se devia permitir aos granadeiros atirar, pois estes tiros seriam demasiados incertos e não serviriam senão para dar o alarme ao inimigo, que se poria em guarda. Que logo que se conquistasse algum forte, o oficial de artilharia deveria examinar as peças, mandar carregá-las, se não estivessem carregadas, e voltá-las para o lado dos navios espanhóis. Que estes mesmos oficiais de artilharia deveriam, imediatamente, cuidar da munição de guerra, sobretudo da pólvora.

Nessas ordens, tinha uma de efeito determinante. As embarcações não ficariam na costa meridional. Assim, não haveria possibilidade de retirada. Era vencer, morrer ou cair prisioneiro...

O cenário ilusório dos festejos do aniversário da rainha era perfeito. As tropas estavam em formatura. O comandante Hardcastle, a bordo da *Graça Divina*, manteve a esquadra em formação, com as guarnições perfiladas para a homenagem à soberana. Da fragata, ele respondeu a salva de tiros do quartel-general, em cuja frente foram instalados quatro canhões de 6 libras de calibre, tudo para a contemplação da festa também pelos castelhanos, que acompanhavam atentamente do outro lado. Julgavam que os luso-brasileiros se embebedavam naquele folguedo; e, como pretendia Boehm, frouxavam a guarda. Antes do jantar comemorativo aos oficiais, em torno das 17h, o tenente-general comunicou aos comandantes que o ataque seria naquela noite. Repassou toda a sincronia dos movimentos. Assim que os fortes Trindade e Mosquito fossem tomados de surpresa, uma sinalização de foguetes deflagraria as manobras, irradiando a guerra. Sob ordem rigosa, o capitão de artilharia Lourenço Caetano da Silva assumiu o comando da organização da flotilha principal de jangadas e lanchas para o transporte das tropas de desembarque.[13]

O plano de Boehm era composto dos seguintes movimentos:

O primeiro participante não se materializava na composição do exército e da marinha. Era formado pela determinação do vento. Deste elemento da natureza implicaria a manobra chave do golpe fatal. Portanto, a batalha da reconquista, em que entrariam jangadas, fragatas, corvetas, sumacas, batéis, faluas, saveiros, chalupas e diversas embarcações menores, tropas de granadeiros e de infantes, e o suporte da artilharia pesada das baterias, dependia estrategicamente do vento, um detalhe aparentemente minúsculo. A ele estava vinculado todo o jogo cênico no tabuleiro do tenente-general. Tudo dependia do sopro alvissareiro do quadrante norte. Se fosse do nordeste, perfeito. Portanto, na noite de 31 de março de 1776, quando o nordeste firmou, todo o plano de Boehm movimentou-se em sua imaginação. Aquele era o momento em que as condições se ofereciam favoráveis para a batalha.

---

[13] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 11 de março de 1776. Adendo.

Segundo, o ataque seria de surpresa, durante a noite, com uma vanguarda de granadeiros. Dependiam das jangadas, notáveis em velocidade. Terceiro, os granadeiros tomariam de assalto imediatamente os fortes Trindade e Mosquito. Suas baterias protegiam a esquadra espanhola ancorada sob a guarda desses dois redutos. De imediato, a surpresa seria ainda mais impactante quando os próprios canhões castelhanos, assim que tomados pelos luso-brasileiros, começassem a fazer fogo sobre as embarcações da Espanha.

Quarto, imediatamene ao desembarque dos granadeiros, os jangadeiros retornariam para embarcarem 200 homens da infantaria do brigadeiro Chichorro para se alojarem no Forte do Mosquito, e mais 200 do coronel Veiga Cabral da Câmara, para o Forte da Trindade. Seriam suas guarnições depois do assalto. Até o amanhecer, o tenente-general Boehm previa que as jangadas e demais embarcações pequenas introduziriam na margem sul em torno de 800 homens.

Quinto, enquanto ocorresse o considerável bombardeio das baterias dos fortes Trindade e Mosquito sobre a esquadra castelhana, causando-lhe enormes danos pela proximidade e possibilidade da calibragem da mira, a esquadra portuguesa suspenderia as âncoras, armaria as velas e começaria a baixar do norte, com aquele vento favorável de nordeste, para o combate naval. Nessa operação, deveria ter atenção à bateria do Ladino (então nome da atual ilha do Terrapleno), que poderia fazer-lhe algum dano. Os barcos de Hardcastle estariam por barlavento, dominando as manobras em água. Desde a margem sul, os canhões conquistados continuariam atirando. Dessa forma, a esquadra castelhana não teria como resistir entre dois fogos.

Nessa perspectiva, os cinco pontos fundamentais do plano de Boehm estabeleciam três movimentos amplos e sincronizados: 1) A ação da vanguarda de granadeiros; 2) o desembarque sucessivo de granadeiros e infantes para a ocupação dos demais fortes e a vila do Rio Grande de São Pedro; 3) e a operação de varredura do canal pela esquadra luso-brasileira.

Na madrugada, quando iniciaram as operações, protegidas pelo breu da noite, as tropas em terra e a marinharia se moviam como projeções do tenente-general. Em sua carta-relatório ao vice-rei, narrou que "a primeira parte foi executada pontualmente [...] e sem grandes perdas nem desordens, apesar da multidão de pequenos barcos e da largura deste rio (sangradouro da lagoa dos Patos)."

Ao serem despertados pelos disparos durante a madrugada, assim que os granadeiros portugueses tomaram os dois fortes, os castelhanos movimentaram-se para organizarem a resistência. As suas baterias possuíam orientações preliminares, desconsertadas pela surpresa do desembarque e do ataque da vanguarda granadeira. Porém, assim que os redutos conquistados iniciaram os disparos sobre a flotilha espanhola, acompanhados pelos desembarques ininterruptos de tropas de infantaria na costa, José de Molina e Miguel de Texada,

governador e comandante militar do Rio Grande espanhol, perceberam que a situação se agravava. Aquelas desprezíveis jangadas, que serviam de deboche, devido as suas rusticidades, flutuantes de paus amarrados entre si, com velas rotas de tecidos grosseiros, tripuladas por gente miúda, tisnadas, mamelucos, pardos e negros, de roupas toscas de pescador e algumas peças esparsas de uniforme militar, agora se revelavam espécies de anfíbios velozes, costurando incessantemente nos fios de suas esteiras as duas margens do canal, impulsionadas pelo vento.

A flutuabilidade era impressionante. Afundadas na água pelo peso dos granadeiros e infantes, pareciam que os luso-brasileiros andavam na própria substância líquida do canal, e suas velas representavam estandartes dos grupos de combatentes, avançando como gumes verticais contra as posições inimigas. Todos os manuais de marinharia e regulamentos de guerra naval extinguiam-se diante daquela cena. As rústicas jangadas de Pernambuco, a mais fantástica invenção náutica dos ribeirinhos mestiços, realizavam a espetacular manobra de infiltração de tropas de um exército no interior do inimigo, tomando-lhe a artilharia e trincheiras.

Seus tripulantes, no vai-e-vem das margens, passaram a ser identificados em seu papel estratégico. Sobre eles, o Fuerte del San Baptista de la Barra começou mirar os seus canhões. Especialmente quando estavam na margem meridional, único momento que os localizavam estáticos, tinham mais tempo para ajustarem as miras e variam-lhes a tiros. Os demais canhonaços procuraravam atingi-los na costa de embarque. Os artilheiros correligionários, desde o Lagamar e do Forte de São Jorge, tentavam protegê-los, não dando folga ao baluarte do pontal da barra inimiga. Em terra, buscavam proteção, afastando-se dos alvos embandeirados das velas, aos quais os castelhanos procuravam acertar.

Na descrição dos movimentos realizada por Boehm, o segundo efeito da invasão se deu na esquadra espanhola. "Não esperou o dia raiar. Cortou seus cabos e se pôs à vela antes que se pudesse ver as coisas. Procurou salvar-se pela fuga." Assim que Hardcastle viu os foguetes de sinalização de tomada dos dois fortes estratégicos, ordenou que as tripulações armassem as velas. E começou a navegar em direção ao ancoradouro castelhano. Na aurora, ao longe, se enxergava a esquadra inimiga fugindo em direção ao mar, fustigada pelos canhonaços "espanhóis" do Mosquito e da Trindade, e da margem portuguesa.

Em posição de extrema vantagem, porém, Hardcastle não conseguiu se aproximar.

Consolidadas as primeiras posições, o tenente-general começou ampliar a área de domínio. Mandou ordem para que fosse ocupado sucessivamente o Forte da Mangueira, por cuja entrada, em seguida, penetraram mais jangadas com tropas, posicionando-se na retaguarda inimiga. E saiu a cavalo pela costa em direção ao

pontal de São Pedro. Nesse instante, "vi os três navios" castelhanos "perdidos, já sem recurso", enquanto outros conseguiram sair à barra.

Às 18 horas, de retorno ao seu quartel, Boehm enviou ao coronel Texada, na vila de São Pedro, "o manifesto ditado pela Corte. A ele anexei os motivos de queixa que os espanhóis nos haviam dado recentemente." Ao final da tarde, a guarnição do estratégico Forte do Ladino, recentemente construído, tocou-lhe fogo. "Ele queimou com violência extraordinária." Sem aguardar para o combate, a guarnição do Triunfo também bateu em retirada. E, por último, a do Forte da Barra (San Juan Baptista), incendiando-lhe.[14] Ao vice-rei Lavradio, Boehm potencializou o ataque numa frase: "a surpresa foi completa!" A vitória "teve tão belas passagens, mas teria sido mais brilhante se nossa Esquadra, composta de maneira adequada, tivesse podido aproximar-se da espanhola, que estaria irremediavelmente perdida".[15]

A retirada espanhola do Rio Grande constituiu um dos mais impressionantes êxodos, pois além das tropas em retirada para o Rio da Prata, levou consigo grande parte da população. A celebração do aniversário da rainha Mariana Vitória de Bourbon foi reconhecida pelos espanhóis como o "estratagema para dissimular o embarque que faziam de gente e armas".[16] Todo o planejamento de Boehm seguira a concepção do conde Lippe. Além dos improvisos, o comandante procurou organizar o Exército do Sul conforme os princípios circulares orientadores antes da ação. Segundo a doutrina, o comando necessitava possuir a concepção, desenvolver os exercícios e as simulações de combates e batalhas.

Deve-se a Boehm e às tropas arregimentadas na Europa, Açores e diversas capitanias do Brasil a reconquista do Rio Grande. Parcelas significativas de seus contingentes permaneceram no Sul como povoadores, ou deixaram filhos das relações temporárias com as mulheres do Rio Grande de São Pedro, notadamente com as indígenas.

Nessa guerra, a presença dos jangadeiros de Pernambuco constituíram o detalhe eficiente para a possibilidade da surpresa e a derrota do inimigo. Além do sucesso das armas luso-brasileiras e o domínio sobre o território que estabeleceu a

---

[14] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 11 de março de 1776. Adendo.

[15] Carta do tenente-general Boehm ao vice-rei Lavradio. Acampamento de João da Cunha, 3 de abril de 1776.

[16] "Relacion escrita em 1776 sobre los acontecimientos que, a partir del ataque llevado por los portugueses el 19 de febrero de dicho año conta Rio Grande de San Pedro, dieron por resultado la perdida de dicha posicion el 1º de abril, y anteriormente la rendicion del Fuerte de Santa Tecla, el 24 de marzo". *Campaña del Brasil*. Antecedentes coloniales. Archivo General de la Nacion. Tomo III. Buenos Aires: Kraft, 1941, p. 383.

fronteira do Chuí – São Miguel – lagoa Mirim, os nordestinos integraram o processo de mestiçagem que caracterizou etnicamente o povo rio-grandense.

FUGA E RECRUTAMENTO DE ESCRAVOS DURANTE AS CAMPANHAS MILITARES LUSO-BRASILEIRAS NA BANDA ORIENTAL (1808-1822)

Gabriel Aladrén[*]

As guerras atlânticas nas quais a Espanha se envolveu após a Revolução Francesa debilitaram fortemente seus vínculos comerciais com as colônias americanas, mas o mesmo não aconteceu com os laços políticos e culturais. As elites americanas ainda se viam como integrantes de um único império cujo centro era Madrid. François-Xavier Guerra, ao justificar a necessidade de analisar as revoluções hispano-americanas a partir de uma perspectiva integrada e global, observou que todas as regiões da América espanhola tinham em comum o pertencimento a um mesmo conjunto político e cultural, o que explicaria a cronologia uniforme dos acontecimentos a partir de 1808.[1]

No entanto, a interpretação de Guerra, embora tenha trazido ganhos inegáveis para a compreensão dos enquadramentos políticos do processo, coloca em segundo plano as especificidades regionais e praticamente desconsidera as raízes econômicas e os conflitos de classe que condicionaram em âmbito local e global os rumos das revoluções e foram fundamentais na construção dos estados nacionais.[2] No Rio da Prata, as invasões inglesas de 1806 e 1807 constituíram um momento importante na gestação de uma identidade *criolla* e de um desejo de autonomia política em Buenos Aires. A total incapacidade da metrópole e do Vice-Rei Sobremonte em organizar a resistência, colocou toda a responsabilidade nas mãos de setores das elites locais. Santiago de Liniers, um oficial da marinha, foi respaldado pelo *cabildo* bonaerense para liderar a guerra contra os britânicos e construiu uma milícia recrutada e financiada localmente. A milícia se tornou uma peça chave na balança de poder durante os anos seguintes. Ainda assim, o surgimento destas novas fontes de poder só adquiririam um significado mais amplo quando estalou a crise de legitimidade da monarquia espanhola, com a abdicação do rei Fernando VII em 1808.[3]

---

[*] Graduado em História pela UFRGS, mestre e doutor em História pela UFF.

[1] GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 11-18.

[2] Para uma análise que contempla esses pontos cf. HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza, 1985. Para uma crítica às concepções de modernidade e tradição presentes na obra de Guerra. Cf. ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 143-145.

[3] HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 2ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011 [1972], p. 135-145.

Em fins de 1807, as tropas francesas do General Junot invadiram a Espanha e ocuparam diversas províncias. Em março do ano seguinte o motim de Aranjuez derrubou o poderoso ministro Godoy e, logo em seguida, o rei Carlos IV abdicou, sendo sucedido por seu filho, Fernando VII. Em Bayona, pressionados pelos franceses, tanto o pai Carlos quanto o filho Fernando abdicaram do trono, que foi entregue ao irmão de Napoleão, José Bonaparte. As abdicações de Bayona deram início a uma crise de legitimidade da monarquia espanhola, que traria profundas consequências para o Reino e suas colônias.

A chegada da corte de D. João ao Brasil, no mesmo ano de 1808, também alimentou novas expectativas em Buenos Aires e Montevidéu. Temia-se uma possível preparação ofensiva portuguesa para avançar sobre a Banda Oriental. Ao mesmo tempo, conflitos políticos se acentuaram e o governador de Montevidéu, Francisco Javier de Elío, o Vice-Rei Liniers e o *cabildo* bonaerense entraram em rota de colisão. Tais divisões resultavam de uma antiga disputa entre os grupos mercantis portenhos e orientais, bem como das incertezas do momento, que ofereciam aos atores um conjunto variado de alternativas políticas, todas elas encampadas sem muita coerência ou continuidade. Os mesmos sujeitos, fossem peninsulares ou *criollos*, podiam transitar por opções distintas, sem se filiar necessariamente à fidelidade ao monarca ou à independência absoluta e frequentemente optavam por posições que podem ser identificadas como "intermediárias", tais como o carlotismo ou variações do juntismo.[4]

A reação na Espanha às abdicações de Bayona foi muito forte e teve inclusive um caráter popular. Envolveu também parte das elites, embora amplos setores aristocráticos tenham colaborado com os franceses. Foram criadas juntas locais em quase todas as províncias do reino. Em setembro de 1808, foi constituída uma Junta Central em Aranjuez, sediada depois em Sevilla e por fim em Cádiz. Essa Junta governava no lugar e em nome do rei cativo e buscou liderar a resistência. Porém, o exército francês era naquele momento mais forte e uma série de vitórias e avanços territoriais deixaram a Junta Central encurralada, até ser dissolvida em janeiro de 1810. Quando as notícias da derrota chegaram à América, teve início uma nova fase da crise da monarquia espanhola, durante a qual se consolidariam as propostas de independência.[5]

---

[4] HALPERÍN (2011). Op. cit., p. 146-160; Goldman, Noemí. "Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)". In: GOLDMAN, Noemí (org.). *Nueva história argentina. Tomo 3. Revolución, República y Conferederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, p. 36-39; CHIARAMONTE, José Carlos. "Autonomía e independencia en el Río de la Plata, 1808-1810". *Historia Mexicana*, LVIII, 1, 2008, 325-368. Cf. também, sobre a rivalidade entre Montevidéu e Buenos Aires, Barrán, José Pedro e Nahum, Benjamín. *Bases económicas de la revolución artiguista*. 4ª ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1972 [1964], p. 37-48.

[5] GUERRA (1993). Op. cit., p. 115-148.

Em maio do mesmo ano, pouco depois de chegarem as notícias peninsulares, formou-se a Primeira Junta em Buenos Aires, que durou poucos meses. Até 1814, cinco governos se sucederam na cidade portenha na tentativa de liderar o processo revolucionário. Ainda em 1810, a Primeira Junta organizou duas expedições militares, uma para o Alto Peru e outra para o Paraguai. Embora a primeira tenha sido bem-sucedida, enfrentou resistência em Córdoba. Já a expedição de Manuel Belgrano ao Paraguay foi derrotada e a província formou sua própria junta, em 1811, declarando autonomia. A cidade de Montevidéu permaneceu realista e o governador Elío foi empossado como Vice-Rei do Rio da Prata. Na campanha da Banda Oriental, Artigas se tornou a principal liderança revolucionária e, com o apoio do exército portenho de Rondeau, Montevidéu foi sitiada.[6]

Diante desta conjuntura, a corte portuguesa organizou o exército "pacificador", comandando por Dom Diogo de Souza, que invadiu a Banda Oriental sob o pretexto de socorrer o Vice-Rei Elío. A junta de Buenos Aires enfrentou alguns reveses, como a derrota de Huaqui sofrida pelo exército do Alto Peru e o bloqueio naval imposto pela esquadra de Montevidéu. A pressão adicional da ofensiva luso-brasileira e as gestões da diplomacia britânica foram suficientes para que os portenhos propusessem um armistício a Elío, celebrado em outubro, forçando o recuo do exército de D. Diogo de Souza. Artigas, seus partidários e apoiadores não aceitaram tal desfecho, dando início ao episódio conhecido como *La redota* ou *El éxodo del Pueblo Oriental*.[7]

A retirada das tropas portuguesas, só efetivada com o Tratado Rademaker-Herrera de maio de 1812, abriu o caminho para o segundo sítio de Montevidéu, imposto inicialmente pelo exército portenho. Artigas, à frente de um movimento rural popular que se tornava cada vez mais forte, também pôde retornar do êxodo em Entre Ríos. Entre 1812 e 1814, o conflito entre os artiguistas e os portenhos se acirrou, e a proposta oriental, apoiada por outras províncias, de criação de uma confederação, não foi aceita na Assembleia Geral Constituinte rio-platense de 1813. Tal dissidência levou Artigas a abandonar o sítio em janeiro de 1814. No mesmo ano, os portenhos lograram uma importante vitória naval - até então o sustentáculo da resistência ao sítio - e os realistas capitularam. A partir de junho de 1814, Montevidéu ficou sob o controle de Buenos Aires, mas a campanha oriental seguiu nas mãos de Artigas. O conflito entre artiguistas e portenhos durou até fevereiro de 1815, quando os últimos, após enfrentarem graves dificuldades para manter a cidade, evacuaram Montevidéu.[8]

---

[6] HALPERÍN (2011). Op. cit.; GOLDMAN (1998). Op. cit.

[7] REYES ABADIE, Washington. *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*. Volumen 1. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998, p. 75-80.

[8] Idem, p. 81-87; REYES ABADIE, Washington. *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*. Volumen 2. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998, p. 6-25.

No início de 1815, Artigas dominava toda a Banda Oriental. Apesar de algumas tentativas de reaproximação com Buenos Aires, o conflito perdurou. Os portenhos incentivaram a invasão luso-brasileira, sobretudo alguns exilados que estavam no Rio de Janeiro e vislumbravam a situação como uma oportunidade de retornar à cena política. A radicalização da revolução artiguista, com o crescente recrutamento de escravos e as medidas de distribuição de terras, afastou os grandes comerciantes e proprietários de Montevidéu. O movimento foi cada vez mais adquirindo um caráter popular e perdeu suas bases de apoio entre as elites. O temor de que as ideias revolucionárias e os movimentos militares de Artigas pudessem trazer uma insegurança à fronteira sul do Brasil também contribuíram para que a corte joanina tomasse a decisão de invadir a Banda Oriental em 1816.[9] Em janeiro de 1817, as tropas comandadas pelo General Carlos Frederico Lecor entrarem em Montevidéu, apoiadas pelas elites locais. Artigas continuou resistindo na campanha, até 1820, quando foi derrotado e se exilou no Paraguai.

***

A primeira intervenção do exército pacificador na Banda Oriental foi encerrada com a assinatura do Tratado Rademaker-Herrera. Dada a superioridade militar do exército de D. Diogo de Souza - e o recuo das forças artiguistas -, a marcha não teve grandes dificuldades. O forte de Santa Teresa foi tomado e os luso-brasileiros rapidamente chegaram a Maldonado. Ali, o comandante português foi informado do armistício entre Buenos Aires e Elío, mas se negou a deixar a Banda Oriental. Não só tinha objetivos mais ambiciosos - sua ideia inicial era avançar também sobre Entre Ríos e Corrientes, embora para isso não tivesse recebido autorização da corte - como visava dar combate aos artiguistas. Eles permaneciam na campanha fazendo correrias para arrebanhar cavalos e gado, representando assim um estorvo aos proprietários rio-grandenses e uma ameaça à fronteira lusitana.[10] Outro problema, muito invocado por Diogo de Souza, era a fuga de escravos, que naquele momento Artigas não aprovava, mas tampouco fazia esforços para evitar.

Portanto, em razão da superioridade militar luso-brasileira e da permanência da "ameaça" às fronteiras, o Tratado Rademaker-Herrera de 1812 causou certa perplexidade, na época e depois. Para o Visconde de São Leopoldo, a assinatura do armistício foi algo incompreensível, "mais uma razão para me confirmar na ideia de que a chave mestra para a explicação das negociações, e da

---

[9] PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2003, p. 191-217; REYES ABADIE, Washington. *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*. Volumen 2. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998, p. 100-110.

[10] CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948, p. 123-130.

conduta política do gabinete do Rio de Janeiro neste e no seguinte período, jaz e talvez por longo tempo jazerá em segredo".[11] Provavelmente, ele aludia à influência decisiva do ministro britânico Lorde Strangford, que depois se consagraria na historiografia como a explicação para tão inusitado armistício.[12]

Uma das questões que mais importunavam os proprietários rio-grandenses e D. Diogo de Souza era a fuga de escravos. Logo após ser informado do armistício entre Montevidéu e Buenos Aires, o comandante lusitano encaminhou um ofício à junta portenha, impondo algumas exigências para a retirada de seu exército. Reclamava que Artigas não tinha evacuado suas tropas da campanha e ainda promovia hostilidades aos destacamentos portugueses. Exigia que Artigas se retirasse e, caso não o fizesse, fosse declarado rebelde pelas Províncias Unidas. Por fim, enumerava algumas "requisições": que os governos de Montevidéu e Buenos Aires se comprometessem a não promover nenhuma agressão aos domínios portugueses, salvo por ordem da Espanha; que os territórios neutrais ocupados por estâncias pertencentes a portugueses e espanhóis deveriam se conservar no estado em que estavam até Espanha e Portugal celebrarem um novo tratado de limites; que os acordos para devolução de desertores e fugitivos fossem observados mutuamente; que se houvesse bens confiscados de portugueses eles fossem devolvidos; e "que se entreguem logo os escravos fugidos dos Portugueses, que se acolheram ao exército de Buenos Aires, e consta obtiveram do general Rondeau carta de liberdade, como também os que se acharem em qualquer território de uma nação, e pertencerem aos vassalos da outra".[13]

A questão já estava sendo discutida na própria corte. No dia 20 de outubro de 1811, Diogo de Souza enviara um ofício a Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, expondo seu desagrado com o armistício. Dom Rodrigo respondera no dia primeiro de dezembro informando que o príncipe regente havia considerado suas exposições muito bem fundadas, mas ele não devia se imiscuir em matérias que só diziam respeito ao governo espanhol, como os eventuais direitos de Carlota Joaquina e a falta de legitimidade da junta portenha e do Vice-Rei Elío para estabelecerem divisões das províncias platinas. Por outro lado, autorizava o governador rio-grandense a demandar alguns compromissos, como ele efetivamente viria a fazer. Entre eles, o de que fossem entregues todos os escravos

---

[11] PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). *Annaes da Provincia de S. Pedro*. Rio de Janeiro, 1839, p. 299-302.

[12] Ver, por exemplo, VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia geral do Brazil*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858, p. 327-328. J. M. Pereira da Silva insinua que Rademaker fora indicado pelo próprio Lorde Strangford para ser enviado à missão, como um "sujeito devotado de corpo e alma à influência da legação inglesa". Ver: PEREIRA DA SILVA, J. M. *História da fundação do império brasileiro*. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Garnier, 1865, p. 77.

[13] "Ofício de Dom Diogo de Souza à Junta de Buenos Aires". Quartel general de Maldonado, 2 de janeiro de 1812. In: PEREIRA DA SILVA (1865). Op. cit., p. 311-314.

fugidos dos portugueses que estavam empregados no exército de Buenos Aires e teriam recebido cartas de liberdade de Rondeau, os quais somariam mais de oitocentos.[14]

Não há dúvidas de que tal estimativa não era verdadeira. Se fosse, representaria quase 5%, da população escrava rio-grandense, conforme os dados do censo de 1814.[15] Uma tal quantidade de escravos fugidos, em pouco mais de um ano, teria abalado decisivamente os alicerces da escravidão na fronteira sul que, pelo contrário, estava se expandindo naquele momento. Portanto, Diogo de Souza e o Conde de Linhares exageravam, visando reforçar a justificativa para a intervenção na Banda Oriental, fundamentada na insegurança das fronteiras e na desordem e anarquia em que se encontrava a província.[16]

Na verdade, encontrei documentos que atestam que nesta estimativa estavam incluídos todos os escravos recrutados e libertados por Rondeau, entre os quais muitos eram do Brasil, mas a maioria consistia de fugitivos dos realistas de Montevidéu. Miguel Lino de Moraes, comissionado português na cidade, escreveu a Dom Diogo de Souza no dia 17 de outubro de 1811, informando sobre as notícias relacionadas à negociação do armistício. Moraes contou que a tropa de Rondeau se retirara ao Arroio de S. José, levando "perto de 800 negros dos habitantes". Havia entre os portenhos "muitos portugueses desertores e [...] a Guarda de Rondeau era inteiramente composta deles".[17] No dia 20 de outubro, D. Diogo de Souza escreveu ao Conde de Linhares, sugerindo pontos para o armistício e repassando esta informação, mas com uma modificação substancial: "se entregarão os escravos fugidos a portugueses empregados no Exército de Buenos Aires (dizem que montam a perto de oitocentos, e que Rondeau lhes mandara dar Cartas de Liberdade)".[18] O governador do Rio Grande de São Pedro deliberadamente repassou uma informação falsa.

Inicialmente, Rondeau acolhia os escravos fugitivos e os empregava nas tarefas auxiliares do exército, mas logo passou a incorporá-los como soldados voluntários. Ele ofereceu a liberdade a todos os que, pertencendo aos espanhóis,

---

[14] Ofícios do Conde de Linhares ao governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Dom Diogo de Souza. Rio de Janeiro, 1 de Dezembro de 1811 (Boletín Histórico del Estado Mayor General del Ejército, n. 96-97. Montevideo, 1963, p. 198-199).

[15] Foram contabilizados 17.313 escravos no censo de 1814, excluídos os recém-nascidos. Note-se que o total apresentado na fonte (20.611) está incorreto, e foi corrigido pela soma de cada freguesia. *Censo de 1814*. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 50.

[16] Sobre as justificativas para a intervenção portuguesa cf. PIMENTA (2003). Op. cit., p. 113-114.

[17] Ofício do Coronel Ajudante de Ordens Miguel Lino de Moraes a D. Diogo de Souza. Montevidéu, 17 de Outubro de 1811 (Archivo Artigas, Tomo 5, p. 322-323).

[18] Ofício de D. Diogo de Souza ao Conde de Linhares, Maldonado, 20 de Outubro de 1811 (Archivo Artigas, Tomo 5, p. 399).

fugissem de Montevidéu. O comandante naval realista, José María Salazar, estimava que mais de mil escravos teriam sido libertados pelas tropas sitiadoras. O tenente coronel portenho Nicolás Vedia, ao contrário, dizia que tinham sido pouco mais de trezentos. Os portenhos não quiseram devolvê-los, mas concordaram em restituir aqueles que desejassem retornar voluntariamente. De qualquer maneira, uma parcela insignificante voltou ao cativeiro após o armistício entre Elío e Buenos Aires.[19]

Imperava uma lógica de guerra, em que a disputa por recursos e soldados era essencial. Os chefes militares que contavam com negros servindo sob seu comando não queriam de maneira nenhuma devolvê-los. Não necessariamente por lealdade ou coerência com seus ideais, mas simplesmente porque veriam seu poder escorrer entre os dedos se perdessem soldados, recursos valiosos e escassos, numa guerra que ainda estava longe de seu desfecho.

Tanto os chefes militares portenhos quanto os artiguistas utilizavam a imprecisão das leis e das jurisdições para acolher ou devolver escravos fugitivos quando era de seu interesse. No dia 12 de agosto de 1813, o governo provincial de Guadalupe - instalado por Artigas em Canelones - não aceitou o pleito de um cabo de milícias da vila de Porongos reclamando um negro que havia apreendido por ter fugido dos domínios portugueses. Ele foi informado de que "hallándose el Negro de que se trata empleado en el preferente servicio del sitio, no ha lugar por ahora a ventilar la cuestión de Estado que promueve".[20]

O problema das fugas de escravos na Banda Oriental ultrapassava em muito os acordos diplomáticos entre a monarquia portuguesa e as Províncias Unidas. A instabilidade política e a necessidade de recrutar escravos para os exércitos tornava a realidade bem mais complicada. Estava em curso um processo de desestabilização institucional da escravidão nas províncias platinas, impulsionado por medidas jurídicas como o fim do tráfico, a *libertad de vientres* e o decreto de 4 de fevereiro, mas sobretudo pelo estado de guerra instaurado na região.

A partir de 1814, apesar da restauração de Fernando VII ao trono e de uma anunciada tentativa de reconquista espanhola dos territórios americanos - o que efetivamente ocorreu em parte da América do Sul -, no Rio da Prata a revolução de independência seguiu seu curso. O que estava na ordem do dia era a luta, cada vez mais declarada, entre as forças de Artigas e Buenos Aires, cujas tropas entraram em Montevidéu no mês de junho.

---

[19] Blanchard, Peter. *Under the flags of freedom. Slave soldiers and the wars of independence in Spanish South-America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008, p. 40-43.

[20] Archivo Artigas, v. 12, p. 268. Ver também: FREGA, Ana. "Caminos de libertad en tiempos de revolución. Los esclavos en la Provincia Oriental Artiguista, 1815-1820". In: BENTANCUR; BORUCKI e FREGA (orgs.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense*. Vol. 1. Montevidéu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004.

Os portenhos não estavam em condições de avançar seus exércitos em direção ao Rio Grande do Sul, pois precisavam antes derrotar Artigas e lograr um controle mais firme da Banda Oriental. Parecia que em meados de 1814 eles estavam em uma situação favorável. No dia 22 de junho, tomaram o controle de Montevidéu e, no dia 24, Alvear derrotou o comandante artiguista Otorgués em uma batalha. A situação obrigou Artigas a negociar um convênio com Alvear, firmado no dia 9 de julho, pelo qual o primeiro foi designado "Comandante General de la Campaña y Fronteras de la Província Oriental". Uma nova eleição dos deputados da Assembleia Geral seria convocada para incluir a participação dos representantes da campanha. Artigas também deveria renunciar a qualquer pretensão sobre Entre Ríos e o governo das Províncias Unidas deveria ser reconhecido e obedecido em toda a Banda Oriental. Porém, a convenção não chegou a durar dois meses. Logo os conflitos foram retomados, com os artiguistas fustigando o exército de Alvear com táticas de guerrilha e o apoio massivo da população oriental. Em janeiro de 1815, o exército de Buenos Aires foi derrotado. Montevidéu estava sitiada por Otorgués e, em fevereiro, os portenhos abandonaram a cidade, deixando-a nas mãos de Artigas.[21]

Iniciaria então o processo de radicalização do movimento, a revolução artiguista, que teria um de seus pontos altos no *Reglamento provisorio de fomento de la campaña y seguridad de sus hacendados*, de setembro de 1815. A proposta do *Reglamento provisorio* era redistribuir terras confiscadas dos "emigrados, malos Europeos y peores Americanos" aos setores populares que apoiavam o artiguismo, "los más infelices serán los más privilegiados [...] los Negros Libres; los Zambos de esta clase, los Indios y los criollos pobres".[22]

A revolução artiguista também teve reflexos na questão da escravidão, particularmente com a prática cada vez mais intensa de libertar escravos para alistá-los no exército.[23] Uma das primeiras medidas tomadas após a entrada em Montevidéu, em 1815, foi a formação de batalhão de artilharia, engrossado pelos escravos que não tinham ocupação nem carta de liberdade. Eles teriam, além das funções militares, que cumprir tarefas auxiliares, como construir galpões, cavar trincheiras e fazer outros trabalhos pesados. Os soldados dos regimentos de pardos e morenos receberiam a metade do que recebiam os brancos. Nesse primeiro

[21] REYES ABADIE (1998). Op. cit., v. 2, p. 22-25.

[22] SALA DE TOURON, Lucia; TORRE, Nelson de la; RODRÍGUEZ, Julio C. *La revolución agraria artiguista (1815-1816)*. Montevideo: EPU, 1969, p. 91-94.

[23] O alistamento massivo de escravos, libertos e indígenas foi um dos suportes mais intensos do radicalismo artiguista. A experiência militar, nessas condições, transformava as expectativas das classes populares, colocando-as em melhores posições para lutar por direitos. Para a ideia de que o engajamento militar de negros e mulatos poderia ser uma experiência transformadora, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. "Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)". In: JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 881-914.

momento, os escravos dos *vecinos* aliados não eram recrutados e, quando fugiam, acabavam sendo devolvidos.[24]

Os escravos fugiam de Montevidéu e do Rio Grande do Sul, cruzando a fronteira, para se alistar voluntariamente no exército em troca da liberdade. Antônio Angria era cativo de um morador de Montevidéu, na época das campanhas artiguistas. Em fins de 1825, já conhecido como Antônio "Guerrilha" foi preso em Porto Alegre. Afirmou que fora trazido da África e vendido a um homem rico em Montevidéu, e fugira quando a guerra iniciara, se empregando como soldado de Artigas. Depois, fora capturado na batalha de Catalán e remetido junto com outros a Porto Alegre. Ficara na cadeia da cidade realizando serviços públicos até ser solto como liberto. Tal como Angria, o preto forro José Maria também era soldado de Artigas. Foi capturado em 1816, no ataque de Ibirocaí e levado para a capital rio-grandense. Foi solto em 1822, quando encaminhou uma petição à junta provisória do governo do Rio Grande de São Pedro, solicitando confirmação de sua liberdade.[25]

Assim como Antônio Angria, José Maria provavelmente era um escravo fugido, que se alistou nas tropas artiguistas. Os dois casos sugerem que não havia muitas dificuldades para que eles vivessem em liberdade, após serem capturados nas batalhas e experimentarem o "rigor de uma prisão longa". Seus ex-senhores não os requisitaram nem, ao que parece, pediram indenização. Havia também certa "boa vontade" das autoridades rio-grandenses, provavelmente em função da complicada situação política e militar pela qual passava o Rio Grande do Sul e o Brasil naquela década de 1820. De qualquer modo, José Maria teve de encaminhar uma petição para confirmar a sua liberdade, de maneira a assegurar e deixar registrada sua condição de forro.[26]

---

[24] FREGA, Ana. "La patria me hizo libre': aproximación a la condición de los esclavos durante las guerras de independencia en la Banda Oriental". In: MALLO, Silvia C. e TELESCA, Ignacio (orgs.). *Negros de la patria: los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial SB, 2010, p. 177-178.

[25] ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 146-147. Parte das páginas que seguem foram baseadas no quarto capítulo do livro.

[26] Deve-se notar que Antônio Angria era escravo de um morador de Montevidéu chamado Francisco, que tanto podia ser espanhol ou *criollo* (filho ou descendente de espanhóis nascido na América), quanto podia ser português ou luso-brasileiro (talvez até rio-grandense). Já sobre José Maria não se sabe de quem era escravo. É possível, portanto, que ambos fossem cativos de moradores da Banda Oriental que não tivessem ligações diretas com rio-grandenses, de modo que seria difícil para eles reclamarem seus cativos fugidos. Igualmente, as autoridades rio-grandenses não se preocupariam em restituí-los ao domínio de seus senhores, sendo estes desconhecidos e quem sabe até, na década de 1820, inimigos. De qualquer forma, a ocasião em que eles foram soltos da prisão não era propícia para a sua reescravização.

A fuga de escravos para se alistarem nas tropas de Artigas era fato recorrente e observado inclusive por estrangeiros de passagem pelo Rio Grande. Saint-Hilaire comentou que:

> todos são unânimes em afirmar que, dos soldados de Artigas, os que em todas as ocasiões mostraram mais coragem foram os negros fugidos; o que é natural, porque eles lutam por sua própria liberdade; além disso, o negro é mais valente do que o índio, porque menos alheio do que este à ideia do futuro, donde sua valentia em arriscar tudo em busca de um destino melhor.[27]

A visão do naturalista francês, ainda que eivada de etnocentrismo, permite entrever as possibilidades abertas pela conjuntura de guerra. Pode-se considerar que, para alguns escravos – com um evidente viés de gênero, uma vez que todos, ou pelo menos a maioria dos fujões que se juntaram a Artigas eram homens – abriu-se na década de 1810 um novo caminho para a conquista da liberdade. Certamente não era um caminho desprovido de obstáculos, pois implicava em realizar uma fuga, muitas vezes longa e difícil, em direção à Banda Oriental. Dificilmente aqueles que tinham família e laços comunitários bem estabelecidos fugiriam.[28]

Mas os escravos e negros livres não lutaram apenas contra os portugueses durante as campanhas da década de 1810. O General Lecor, em maio de 1817, já no comando de Montevidéu, promulgou um decreto em que prometia a liberdade para todos os escravos que estivessem engajados nas tropas artiguistas e se alistassem no exército luso-brasileiro. Com esse contingente e recrutando outros cativos através de compras e doações de senhores, formou dois batalhões de caçadores libertos, nomeados de 1º e 2º Batalhões de Libertos d'El Rey.[29]

Lecor observou que dois oficiais lhe propuseram

> a passagem do Batalhão de Negros para Buenos Aires, e como nestes consiste a principal força do inimigo, espero que o privarei dela impedindo também que Buenos Aires a aproveite pelo menos na sua totalidade; não sendo muito difícil que a maior parte dos Negros não queira embarcar-se.[30]

---

[27] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002, p. 54.

[28] Para um estudo sobre as fugas de escravos na fronteira do Brasil com as províncias platinas, ver: ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835)*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2012.

[29] *Decreto de 10 de maio de 1817*. Coleção das Leis do Império (1808-1888). http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_44.pdf.

[30] Carlos Frederico Lecor a Sua Majestade D. João VI. Montevidéu, 26 de setembro de 1817. Archivo Artigas, Tomo 32, p. 242-244.

O comandante do regimento de libertos, Rufino Bauzá, e outros oficiais do exército oriental tentaram convencer Artigas a aceitar uma aliança com Buenos Aires e a retirar Fructuoso Rivera do comando em chefe. Mas o movimento malogrou, de modo que Bauzá buscou entendimento com Lecor fazendo a proposta de trasladar suas tropas até Buenos Aires. O acordo foi fechado e cerca de 400 soldados libertos desertaram e chegaram em Montevidéu. Antes que Lecor providenciasse o transporte para cruzar o Rio da Prata, empregou políticas para atrair os soldados de Bauzá, já que muitos não queriam embarcar. Apesar dos protestos do comandante dos morenos, Lecor manteve sua posição e afirmou que os libertos não podiam ser forçados por seus oficiais e ele tinha obrigação de proteger aqueles que buscavam amparo na bandeira portuguesa. Os que acompanharam Bauzá foram incorporados ao exército das Províncias Unidas. No entanto, a maioria ficou em Montevidéu. Pelo menos 237 escravos receberam cartelas de liberdade por terem se alistado no exército lusitano. Outros preferiram voltar para seus senhores e Lecor teria permitido aos que não desejavam nem uma coisa nem outra viverem como livres sem obrigações.[31]

A atitude tomada pelo General Lecor, de conceder a liberdade e recrutar escravos que haviam fugido, era uma forma de responder às necessidades imediatas do conflito. Com essa medida, tencionava enfraquecer o apoio ao General Artigas e diminuir seus efetivos militares.

Havia escravos que não apreciavam evadir-se do domínio de seus senhores para lutarem nos exércitos portenhos ou orientais:

> O abaixo assinado Marechal de Campo Miguel Lino de Morais declara de sua espontânea vontade e em seu perfeito juízo que se ele morrer fica forro para gozar de sua liberdade o escravo Caetano em compensação da fidelidade com que o dito escravo tendo sido prisioneiro achando-se livre e com pensão de soldado em Buenos Aires fugira procurando o cativeiro do abaixo assinado tendo sofrido incômodos e perigos até Goiás aonde se apresentou.[32]

Ao que parece, Caetano viveu uma grande aventura naquela turbulenta época das Guerras Cisplatinas. Possivelmente foi armado pelo seu próprio senhor que em 1832, quando lhe concede a liberdade condicional, era marechal de campo. Não consta a informação de qual campanha militar o Marechal de Campo participou e nem quando e onde foi capturado e feito prisioneiro seu escravo. Mas essa carta de alforria revela uma estratégia utilizada pelos portenhos: alistar os prisioneiros feitos aos inimigos, concedendo-lhes inclusive soldo. Estratégias de guerra, para aumentar os efetivos militares e enfraquecer os inimigos.

---

[31] FREGA (2010). Op. cit., p. 178-181.

[32] Carta de Alforria. Livro de Registros Diversos do 1 Tabelionato, n. 10, fls. 217v-218. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Possivelmente, os chefes militares portenhos imaginavam – e talvez isso fosse o mais comum – que os escravos dos inimigos lutavam contra a sua própria vontade. Ainda que isso possa ter ocorrido em muitos casos, a história de Caetano, que passou por muitas dificuldades e perigos procurando o cativeiro do seu senhor, demonstra que o alinhamento e as opções dos cativos não eram automáticas e não se pautavam, somente, pela busca da liberdade. Até porque, provavelmente, a liberdade que Caetano estava desfrutando no exército portenho não era muito desejável.

A prática de armar seus próprios escravos, seja para lutar em guerras, seja para entrar em confrontos diversos, era difundida em quase todas as sociedades escravistas e, não podia ser diferente, também o foi no Brasil.[33] No Rio Grande de São Pedro, palco de muitas guerras, o mesmo expediente era utilizado pelos senhores guerreiros fronteiriços. Um morador da costa da Serra, termo da vila de Cachoeira, encaminhou um abaixo-assinado, junto com outros lavradores da região à câmara daquela vila, solicitando a dispensa do recrutamento que então se fazia:

> Que o primeiro suplicante é um súdito deste Império tão útil à coroa que já por si, e por seu sócio Feliciano da Costa Leite, e em benefício de seus vizinhos, pagou a sua custa uma porção de homens libertos, e escravos seus, vestiu, armou, e proveu de todo o preciso para a guerra, dando-lhes a necessária cavalgadura, e os pôs na campanha; de onde depois de operarem em casos precisos, foram mandados ao suplicante em gratificação da sua lealdade, e prontidão, e estes ainda hoje se conservam armados, e prontos na sua fazenda para qualquer urgência do serviço de S. M. I. e por isso deve ser atendido (...) por tanto recorrem os suplicantes a VV. SS.[as] como cabeça do povo, para que a bem do mesmo hajam de orar pelos suplicantes ao Ex. Sr. Presidente da Província (...) e que o suplicante e mais lavradores, continuem no giro [ilegível] do laborioso trabalho de seus braços, e guarda de suas sacrificadas famílias; pois que ausentando-se do distrito em que residem, ganharão calor os desertores e malfeitores, juntar-se-ão com a escravatura, e serão esta vila e distrito a vítima mais desgraçada da província.[34]

Veja-se que o suplicante pleiteava a dispensa do alistamento, que se fazia de forma generalizada, no início da Guerra da Cisplatina em 1826. Alegava os prejuízos que sofreria a lavoura e também o perigo que correriam suas famílias, caso eles estivessem ausentes, submetidas à tirania de bandidos que poderiam juntar-se aos escravos, compondo assim o cenário mais temível e sombrio para os interesses do Império e da classe senhorial.

---

[33] Para uma coletânea de artigos acerca de escravos armados em diversas sociedades ao longo da história, ver: BROWN, Christopher Leslie e MORGAN, Philip D. (eds.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2006.

[34] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara de Cachoeira do Sul. Doc. 96ª, 1826. Agradeço a Lauro Allan Duvoisin pela indicação desta fonte.

Conforme o abaixo-assinado, os escravos e libertos se manteriam armados e prontos para qualquer urgência necessária, bem como para a defesa do distrito. Essa capacidade de armar escravos, libertos e homens livres, formando desta maneira pequenas milícias particulares era um aspecto fundamental da reprodução social dos estancieiros fronteiriços. Assim eram formadas as chamadas "guerrilhas", grupos de vinte a trinta indivíduos armados que tiveram um papel importante nas guerras platinas. Eventualmente, elas poderiam agregar-se e serem transformadas em regimentos de cavalaria miliciana. Este é o caso das unidades de milícia comandadas por Bento Gonçalves e Bento Manuel, que iniciaram suas carreiras militares como capitães de guerrilha.[35]

Os escravos que lutavam ao lado de seus senhores, de maneira informal, raramente ganhavam a liberdade. O lavrador de Cachoeira, por exemplo, aparentemente não os libertou após o seu retorno da frente de batalha. Igualmente, o Marechal de Campo Lino de Morais deu a liberdade condicional a Caetano, uma retribuição que parece muito pequena comparada com os "serviços prestados" pelo escravo. Portanto, pegar em armas para, eventualmente, lutar em diversos tipos de conflitos ao lado de seus senhores era considerada uma extensão dos serviços usualmente prestados pelos cativos.

Os pretos e pardos livres e libertos, por sua vez, quando se engajavam em milícias, no exército ou em outras formas de organização militar no Rio Grande de São Pedro procuravam uma forma de inserção social. Deste modo, poderiam participar da divisão do botim – comumente cabeças de gado *vacum* e cavalar – e ter acesso a terra. Esses objetivos ficam claros na ordem do dia 2 de setembro de 1816, assinada pelo Tenente General Joaquim Xavier Curado:

> Chegou finalmente o tempo em que é permitido, que os habitantes próximos à linha possam vingar-se impunemente dos insultos, e roubos que lhes tem feito os rebeldes insurgentes, debaixo de uma paz simulada. Os moradores têm liberdade de se congregarem unindo-se a formar Partidas de Guerrilhas, para hostilizar, atacar e destruir os rebeldes, com tanto que não se exponham temerariamente: fazer prezas, e tomadias sempre que puderem, as quais serão suas: e se quiserem vender cavalos, e armas, tomadas, lhes serão pagas pela Real Fazenda, excetuando-se com tanto os bens pertencentes aos habitantes que se tiverem unido a Portugal, e se houverem de unir para o futuro, os quais serão reputados, e tratados como nossos irmãos, fazendo-se

[35] WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979. As formas de organização e atuação das guerrilhas eram muito parecidas com as *montoneras* uruguaias e argentinas, que tiveram um papel militar fundamental ao longo de todo o século XIX na região platina. Ver: FUENTE, Ariel de la. "Gauchos, Montoneros y Montoneras". In: GOLDMAN, NOEMI e SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 267-292.

> lhes o bem possível, assim como aos rebeldes insurgentes todo o dano que se puder, como nossos inimigos declarados.[36]

No entanto, a possibilidade de inserção social proporcionada pelo exército não implica que todos os negros tenham se alistado voluntariamente. O pardo forro Bernardino José de Sena foi recrutado à força para o exército. Após um crime que teria cometido em Porto Alegre, fugiu para Rio Pardo. Em 1816, foi preso e enviado para a capital, quando então sofreu o processo judicial. Em Rio Pardo, ele foi preso por um alferes, um furriel e quatro soldados de milícias, a mando do Brigadeiro João de Deus Menna Barreto. Segundo seu advogado, ele se ausentou de Porto Alegre "para sua maior comodidade" e teria sido preso não por causa do crime e sim "no recrutamento de pessoas para o serviço do exército".[37]

Percebe-se, portanto, que o recrutamento de indivíduos para o exército era feito de forma violenta e em tudo se assemelhava a uma detenção.[38] Nota-se também que o exército rio-grandense era formado, ao menos em tempos de guerra, não somente por brancos. Um pardo, como Bernardino, poderia ser recrutado, possivelmente para a primeira linha.

Como em todas as regiões do Brasil, os índices de deserção no Rio Grande de São Pedro eram muito altos. O atraso no pagamento dos soldos, a falta de uniformes, a escassez de víveres e a fraca disciplina militar faziam com que as deserções nas tropas de 1ª linha do exército sul-rio-grandense fossem endêmicas. Por outro lado, era comum que os soldados milicianos retornassem para as suas terras, em períodos de colheita do trigo e depois voltassem para as fileiras do exército. Os próprios oficiais e chefes das milícias e guerrilhas tinham necessariamente que negociar com seus subordinados, permitindo que eles se afastassem temporariamente da frente de batalha.

Apesar das más condições de vida no exército e da violência do recrutamento, é fato que, ainda assim, as forças armadas foram um canal para a mobilidade social de pretos e pardos no período colonial. Em 1818, por exemplo, Joaquim da Silva Guimarães, "homem preto liberto", solicitou o provimento para o posto de sargento da "companhia dos homens pretos, denominados Henriques", da vila de Porto Alegre.[39]

---

[36] "Ordem do dia 2 de setembro de 1816. Acampamento do Passo do Rosário. Diário de campanha. 1816-1819". In: *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. N. 24. Porto Alegre: Livraria do Globo, dezembro de 1930, p. 93.

[37] Porto Alegre. Sumários. Cartório do Júri. Maço 2, processo nº 48. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

[38] Ver, a respeito: Possamai, Paulo C. "Soldados do norte nas guerras do sul: o recrutamento militar na Bahia e em Pernambuco para a Colônia do Sacramento". *Clio: revista de pesquisa histórica* (UFPE), n. 29, v. 1, 2011, p. 1-20.

[39] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Requerimentos. Maço 22, nº 69.

Nesse equilíbrio delicado entre subordinação, violência, negociação e possibilidade de mobilidade social os pretos e pardos definiam e escolhiam seus caminhos, dentre as poucas alternativas disponíveis. Na época das campanhas militares na Banda Oriental, escravos fugiram para conquistar a liberdade, forros foram recrutados à força para o exército lusitano, escravos e libertos lutaram ao lado de seus senhores.

***

A Revolução de Maio de 1810 inaugurou uma nova fase da escravidão na fronteira do Brasil com as províncias do Rio da Prata. Os processos de independência hispano-americanos trouxeram implicações políticas, diplomáticas, econômicas e sociais que transformaram a vida dos escravos e senhores rio-grandenses e rio-platenses. O espectro da revolução e o temor de que ela atingisse os domínios portugueses também contribuíram para uma alteração decisiva da política joanina para o Rio da Prata.

Os entrelaçamentos entre escravidão e guerra passaram a ter novos significados e consequências. Até 1810, a porosidade da fronteira criava condições para a incidência do contrabando, das fugas e do apresamento de escravos durante os conflitos militares que, de resto, apesar das diferentes dimensões, atingiam tanto os domínios portugueses quanto os espanhóis. A partir da Revolução de Maio, o trânsito de escravos e o próprio caráter da escravidão no sul do Brasil e no Prata mudariam de figura.

Mais escravos rio-grandenses fugiram para a Banda Oriental e para as outras províncias platinas e o movimento inverso, se antes era pequeno, praticamente deixou de existir. Apesar das escassas informações a respeito do comércio ilegal terrestre nesse período, pode-se afirmar que sua composição mudou, e poucos escravos cruzaram a fronteira na condição de mercadorias ilegais a partir de 1810. Já a prática do apresamento de escravos nos conflitos militares foi intensificada, especialmente por parte dos revolucionários platinos. Mas, se antes seu destino era incerto e variável - algumas vezes eram alforriados, mas em outras eram vendidos -, depois de 1810 a maioria dos apresados ganhava a liberdade, com a contrapartida de servir ao exército ou a um amo por um período de tempo pré-determinado.

Todas essas mudanças foram condicionadas por uma transformação estrutural da escravidão no Rio da Prata e no Brasil. A despeito do processo de abolição da escravidão no Uruguai e na Argentina ter sido extremamente complexo e não linear, sendo concluído entre a década de 1840 e princípios da de 1850, é seguro afirmar que a escravidão, como instituição e como relação de produção, entrou em declínio na América espanhola continental - o qual, observado com a distância do tempo, se mostrou irreversível. No Brasil, ao contrário, a escravidão se fortaleceu com o estabelecimento da corte no Rio de

Janeiro e tomou um impulso ainda maior após a Independência. No Rio Grande do Sul, esse movimento teve alguns descompassos, mas pode-se dizer que, entre 1808 e 1825, a escravidão sulina estava mais forte do que jamais estivera e só viria a retomar um peso semelhante após o fim da Revolução Farroupilha, já em novas bases e condições. Entre fins do século XVIII e os primeiros anos do Império, a província deixou de ser uma sociedade com escravos e se tornou uma sociedade escravista, o que se expressou nas práticas e nas experiências de fuga e recrutamento de escravos durante as guerras na Banda Oriental.